



.....



A HISTÓRIA DA
REVOLUÇÃO
RUSSA

VOLUME I

A QUEDA
DO TZARISMO

Leon Trotsky

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 240-A



Leon Trotsky em 1922, ministro da Guerra da URSS, em seu gabinete.

.....

A HISTÓRIA DA
REVOLUÇÃO RUSSA



Mesa Diretora

Biênio 2017/2018

Senador Eunício Oliveira
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel
1º Secretário

Senador Gladson Cameli
2º Secretário

Senador Antônio Carlos Valadares
3º Secretário

Senador Zeze Perrella
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Eduardo Amorim
Senador Sérgio Petecão

Senador Davi Alcolumbre
Senador Cidinho Santos

Conselho Editorial

Senador Edison Lobão
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Wilson Roberto Theodoro

Ewandro de Carvalho Sobrinho

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 240-A

A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO RUSSA

1º VOLUME

A QUEDA DO TZARISMO

Tradução de E. HUGGINS

Edição do centenário

Leon Trotsky



Brasília – 2017

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 240-A

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país, e também obras da história mundial.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2017

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-813-7 (obra completa)

ISBN: 978-85-7018-814-4

.....

Trotsky, Leon, 1879-1940.

A história da Revolução Russa / Leon Trotsky ; tradução de E. Huggins. –
Ed. do centenário -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

3 v. – (Edições do senado Federal ; v. 240 A-C)

Conteúdo: v. 1. A queda do tzarismo – v. 2. A tentativa de contrarrevolução
– v. 3. O triunfo dos sovietes.

1. Revolução, Rússia, 1917. I. Título. II. Série.

CDD 947.841

.....

.....

Sumário

Nota sobre o autor

por Max Eastman

pág. 11

PREFÁCIO

pág. 23

CAPÍTULO I

Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia

pág. 31

CAPÍTULO II

A Rússia czarista e a guerra

pág. 44

CAPÍTULO III

O proletariado e os camponeses

pág. 61

CAPÍTULO IV

O czar e a czarina

pág. 80

CAPÍTULO V

A ideia de uma revolução palaciana

pág. 92

CAPÍTULO VI

A agonia de morte da monarquia

pág. 106

CAPÍTULO VII
Cinco dias
(23-27 de fevereiro de 1917)
pág. 128

CAPÍTULO VIII
Quem dirigiu à insurreição de fevereiro?
pág. 162

CAPÍTULO IX
O paradoxo da revolução de fevereiro
pág. 179

CAPÍTULO X
O novo poder
pág. 204

CAPÍTULO XI
A dualidade de poderes
pág. 229

CAPÍTULO XII
O comitê executivo
pág. 238

CAPÍTULO XIII
O exército e a guerra
pág. 269

CAPÍTULO XIV
Os dirigentes e a guerra
pág. 291

CAPÍTULO XV
Os bolcheviques e Lenine
pág. 306

CAPÍTULO XVI
O rearmamento do partido
pág. 334

CAPÍTULO XVII
As Jornadas de Abril
pág. 351

CAPÍTULO XVIII
A primeira coligação
pág. 376

CAPÍTULO XIX
A ofensiva
pág. 390

CAPÍTULO XX
O campesinato
pág. 407

CAPÍTULO XXI
Reagrupamento nas massas
pág. 427

CAPÍTULO XXII
O Congresso dos Sovietes e a manifestação de junho
pág. 454

CAPÍTULO XXIII
Conclusão
pág. 473

APÊNDICE I
Ao capítulo I
Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia
pág. 477

APÊNDICE II
Ao capítulo XVI
O rearmamento do partido
pág. 487

APÊNDICE III
Ao capítulo XXII
O Congresso dos Sovietes e a manifestação de junho
pág. 495

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 503

NOTA SOBRE O AUTOR
POR MAX EASTMAN

.....

***E**STA É A PRIMEIRA VEZ que a história científica de um grande acontecimento foi escrita por um homem que nele desempenhou papel dominante. É a primeira vez que uma revolução foi reconstituída e explicada por um dos seus líderes. Como o autor escolheu escrever o livro objetivamente, falando de si na terceira pessoa, e não se alongando sobre os seus atos pessoais ou suas próprias experiências, exceto quando registrados por outros, parece interessante dar ao leitor algum esclarecimento preliminar dele e do papel que desempenhou.*

Nas Obras Completas de Lenine, a primeira grande empresa editorial realizada pelo Governo da Rússia Soviética depois da Revolução, foi incluído um breve esboço biográfico de todos os importantes revolucionários mencionados por Lenine. Este glossário foi preparado pelos historiadores oficiais do Partido Bolchevique, sob a responsabilidade editorial de Kamenev, um dos membros líderes do seu Comitê Central. O parágrafo que trata de Leon Trotsky é o que segue:*

* Lev Davidovich Trotsky. [Nome verdadeiro: Leiba Bronstein (N. da E.)]

L. D. Trotsky nasceu em 1881 [1879 – N. da E.]. Organizou os círculos de trabalhadores em Nikolaev, foi exilado para a Sibéria em 1898, fugiu logo depois e colaborou à distância no Iskra [o jornal editado por Lenine e outros em Londres – N. da E.] Assistiu ao Segundo Congresso do Partido como delegado da União Siberiana. Depois da cisão no Partido, juntou-se aos mencheviques. Antes da Revolução de 1905 antecipou a sua única e agora especialmente célebre teoria da Revolução Permanente, afirmando que a revolução burguesa de 1905 passaria diretamente a uma revolução socialista, que experimentaria a primeira de uma série de revoluções nacionais. Defendeu esta teoria no jornal Nachalo, o órgão central da facção menchevique, publicado em Petersburgo de novembro a dezembro de 1905. Depois da prisão de Khrystalev-Nosar, Trotsky foi eleito presidente do Primeiro Soviete de Deputados Operários de Petersburgo. Preso junto com o seu comitê executivo em 3 de dezembro de 1905, e exilado para a colônia penal de Obdorsk, escapou de lá e foi para longe. Trotsky escolheu Viena como residência e lá publicou um jornal popular de operários, Prada, para distribuição na Rússia. Rompeu com os mencheviques e tentou formar um grupo extrapartidário... Desde o início da guerra imperialista assumiu uma nítida posição internacionalista, tomando parte na publicação de Nashe Slovo, em Paris, e aderindo à plataforma de Zimmerwald. Expulso da França foi para os Estados Unidos. Retornando de lá depois da Revolução de Fevereiro, foi preso pelos ingleses e libertado somente com a solicitação do Governo Provisório, que agiu compelido pelo Soviete de Petersburgo. Em Petersburgo juntou-se à organização dos mezhpravontsi, com os quais introduziu o Partido Bolchevique no Sexto Congresso em julho de 1917 em Petersburgo. Depois das Jornadas de Julho foi preso pelo governo de Kerensky e acusado “de dirigir uma insurreição”, mas logo obteve liberdade, devido à insistência do proletariado de Petersburgo. Depois que o Soviete de Petersburgo virou bolchevique, foi

eleito seu presidente, e com este poder organizou e dirigiu a insurreição de 25 de outubro. Foi membro permanente do Comitê-Central do Partido Comunista Russo a partir de 1917, e membro do Soviete dos Comissários do Povo, como Comissário do Povo das Relações Exteriores, até a assinatura de paz de Brest-Litovsk, sendo então Comissário do povo para a Guerra.

Neste breve esboço, os três pontos altos da vida de Trotsky estão indicados na declaração de que se tornou presidente do Soviete de São Petersburgo em 1905, isto é, o líder desde que houve um único – da primeira revolução russa; que “organizou e dirigiu a insurreição de outubro em 1917”, o que significa que sob a liderança política de Lenine, estando o próprio Lenine oculto, comandou as forças na revolução bolchevique, sobre a qual este livro é essencialmente escrito; e na declaração de que se tornou Comissário do Povo para a Guerra no Governo soviético. Isto significa que organizou a defesa da nova república dos trabalhadores, criando o Exército Vermelho e conduzindo uma guerra contra as forças contrarrevolucionárias, sustentada com munição e suprimentos por todas as grandes potências do mundo, uma guerra que foi lutada em 14 frentes diferentes, com uma linha de batalha de 7.000 milhas de comprimento e que foi à vitória sob a sua liderança. O grau do poder independente de Trotsky, como supremo comandante durante esta guerra civil, é indicado pelo fato de que Lenine, o chefe do Partido Bolchevique e do Governo, confiou-lhe uma folha de papel em branco, com sua assinatura, para endosso de qualquer ordem ou comando que Trotsky se dispusesse a escrever nela.

Um comentário, daqueles situados numa posição de julgar, sobre cada um desses três pontos altos da vida de Trotsky, será mais útil do que qualquer coisa que possamos dizer. Lunacharsky, outro eminente bolchevique, que se tornou Comissário da Educação no primeiro Governo soviético, escreveu o que segue sobre o trabalho

de Trotsky na revolução de 1905: “A popularidade de Trotsky entre o proletariado de Petersburgo, na época de sua prisão, era muito grande, e aumentou como resultado de sua conduta heroica e extraordinariamente pitoresca na corte. Eu devia dizer que Trotsky, de todos os líderes sociais-democráticos de 1905 e 1906, indubitavelmente revelou-se, apesar de sua juventude, o mais densamente preparado; de todos, o que menos deu a impressão de uma certa estreiteza de emigrante que, como disse, prejudicava até mesmo Lenine na época; mais do que qualquer outro verificou o que realmente foi extensa luta pela soberania. E saiu da revolução com o maior lucro de popularidade. Nem Lenine, nem Martov alcançaram qualquer lucro essencial. Plekhanov perdeu muito, em consequência de suas tendências semicadetes. Trotsky, desde esta época, permaneceu na linha de frente...”

Esta declaração mostrará como é fantástica a lenda de jornal, de que Trotsky pulara de uma obscura posição de alfaiate no Bronx para a liderança da revolução russa. Trotsky foi para Nova Iorque, depois de banido da Suíça, da França e da Espanha como um perigoso agitador contra a guerra imperialista, sendo bem-vindo pela população trabalhadora eslava como o herói de sua revolução passada, um líder inevitável da revolução futura. Dirigiu imensos meetings de massa, de um dos quais – o do Hipódromo muitos americanos se recordam, e ganhou a vida como editor do diário revolucionário russo, Novy Mir.

Quanto à segunda grande realização da vida de Trotsky – a organização e a liderança da insurreição de outubro de 1917 –, é quase desnecessário introduzir comentários, pois os fatos são conhecidos do mundo inteiro. O leitor ficará interessado, todavia, pelo tributo seguinte à liderança de Trotsky, vindo de quem posteriormente se tornou o seu mais áspero inimigo. Escrevendo “O Papel dos Mais Eminentíssimos Líderes do Partido” (Pravda, nº 241), Josef Stalin confirmou o julgamento oficial do papel de Trotsky em outubro, com

as seguintes palavras: “Todo o trabalho de organização prática da insurreição foi conduzido sob a liderança imediata do presidente do Soviete de Petrogrado, o camarada Trotsky. É possível declarar com certeza que a passagem rápida da guarnição militar para o lado do Soviete, e a execução audaciosa do trabalho do Comitê Revolucionário Militar, o Partido deve principalmente e acima de todos ao camarada Trotsky.”

A terceira grande realização da vida de Trotsky, a organização e o comando do Exército Vermelho na Guerra Civil, é também bastante conhecida, e não precisa de comentário. Há, entretanto, uma passagem nas memórias de Máximo Gorky, na qual o escritor recorda o próprio tributo de Lenine à realização de Trotsky na esfera militar. Em uma conversa entre Gorky e Lenine, a questão de certos rumores de desacordo entre Lenine e Trotsky surgiu, e Lenine exclamou: “Parece que mentem muito, e consideravelmente sobre mim e Trotsky!” E então, batendo com a mão na mesa: “Mostre-me outro homem que organizaria quase um modelo de exército num único ano!”

Acreditamos que este trabalho presente, A História da Revolução Russa, tomará o seu lugar no registro da vida de Trotsky junto da sua proeza juvenil da Revolução de 1905, da sua organização e da sua liderança da insurreição de outubro, da sua criação e do comando vitorioso do Exército Vermelho, como uma das supremas realizações desse espírito e dessa vontade versáteis e poderosos.

Neste livro, Trotsky deu esboços de caráter dos outros homens eminentes da Revolução Russa, mas naturalmente deixou de dar o do seu próprio. Para suprir esta deficiência, oferecemos ao leitor os trechos adicionais seguintes, extraídos do estudo de Trotsky escrito por A. V. Lunacharsky, o comissário soviético da Educação – estudo do qual já citamos um parágrafo. Foi publicado em Moscou em 1923, num pequeno volume intitulado Perfis revolucionários.

“Primeiro encontrei Trotsky em 1905, depois do acontecimento de janeiro. Veio para Genebra, esqueci quando, e era para falar comigo num grande meeting, convocado para discutir essa tra-

gédia. Trotsky era então extraordinariamente elegante, bem diferente de todos nós, e muito bonito. Essa sua elegância, e especialmente uma espécie de descuidada e poderosa maneira de falar com não importa com quem, chocaram-me desagradavelmente. Olhei com desaprovção para esse janota, que balançou a perna sobre o joelho, e escreveu apressadamente com um lápis um esquema do discurso improvisado que ia fazer no meeting. Mas Trotsky falou admiravelmente bem...

“Encontrei-o pouco depois, na revolução de 1905. Ele se manteve separado não somente de nós, mas dos mencheviques. Seu trabalho era principalmente no Soviete de Deputados Operários...

“Recordo quando alguém disse na presença de Lenine: ‘A estrela de Khrystalev caiu, e o homem-forte no Soviete agora é Trotsky.’ Lenine confundiu-se um pouco, e depois disse: ‘Bem, Trotsky ganhou isso com a sua infatigabilidade e o seu admirável trabalho.’

“Uma tremenda imperiosidade e uma espécie de inabilidade ou uma vontade de ser inteiramente cuidadoso e atencioso com o povo, uma ausência daquele charme que sempre cercou Lenine, condenaram Trotsky a uma certa solidão. Recordemos que até mesmo alguns dos seus amigos pessoais (falo, é claro, apenas da esfera política) tornaram-se depois inimigos seus declarados...

“Para trabalhar em grupos políticos Trotsky parecia pouco adaptado, mas no oceano de acontecimentos históricos, onde tais características pessoais perdiam a sua importância, somente o seu lado favorável vinha à frente...

“Sempre considereí Trotsky um grande homem. Sim, e quem duvidaria disto? Em Paris (durante a guerra) ele já crescera poderosamente aos meus olhos como político, e em seguida cresceu continuamente ou porque o conheci melhor, e ele mostraria melhor a medida completa de sua força no campo mais largo que a História lhe ofereceu, ou porque a experiência atual da Revolução e seus problemas o engrandeceram e ampliaram o alcance de suas asas.

“O trabalho de agitação da primavera de 1917 não parece tarefa dessas figuras, mas devo dizer que, sob a influência do seu enorme escopo e seu deslumbrante sucesso, muitas pessoas próximas a Trotsky ficaram mesmo inclinadas a ver nele o genuíno primeiro líder da Revolução Russa. Assim M. C. Uritsky, que considerava Trotsky com imenso respeito, disse uma vez para mim e, parece, para Manuilsky: ‘Você vê, a grande revolução está aí, e apesar da sua inteligência, Lenine começa a apagar um pouco ao lado do gênio de Trotsky.’ Essa avaliação se revelou incorreta, não porque exagerou o talento e a força de Trotsky, mas porque nessa época a dimensão do gênio político de Lenine ainda não era nítida...”

“Os principais dotes exteriores de Trotsky são o seu dom oratório e o seu talento como escritor. Considero Trotsky provavelmente o maior orador de nossa época. Em meus dias ouvi todos os grandes oradores parlamentares e populares do Socialismo, e muitos dos famosos oradores do mundo burguês, e eu teria dificuldade em mencionar qualquer um deles, exceto Jaurès, que coloco ao lado de Trotsky.

“Presença efetiva, gesticulação bela e ampla, ritmo poderoso de discurso, voz alta absolutamente descansada, maravilhosa solidez, qualidade literária da frase, abundância de imagens, ironia ardente, pathos fluente, e uma lógica absolutamente extraordinária, realmente feita de aço em sua clareza – são essas as qualidades do discurso de Trotsky. Ele pode falar epigramaticamente, atirar algumas flechas notavelmente bem apontadas, e pode pronunciar esses majestosos discursos políticos como ouvi noutro lugar somente de Jaurès. Vi Trotsky falar por duas e meia a três horas a uma audiência absolutamente silenciosa, parada em pé, e ouvindo como que enfeitiçada por uma enorme dissertação política....”

Para a estrutura interna de Trotsky como líder, já disse, ele era, na pequena escala da organização do Partido, inapto e inexperiente. Era prejudicado aqui pela extrema precisão do esboço de sua personalidade.

Trotsky é espinhoso, imperativo. Somente em suas relações com Lenine, depois da união deles, mostrou sempre uma tocante e terna condescendência. Com a modéstia característica dos homens verdadeiramente grandes, reconheceu a prioridade de Lenine.

Como um homem político de sabedoria, Trotsky permanece no mesmo nível que ocupa como orador. E como poderia ser de outro modo? O mais hábil orador cujo discurso não é iluminado pelo pensamento nada mais é do que um inútil virtuose, e toda a sua oratória um tinido de címbalo. Aquele amor de que o Apóstolo Paulo fala pode não ser necessário ao orador; ele pode estar cheio de ódio, mas o pensamento é absolutamente necessário.

Diz-se muitas vezes que Trotsky é pessoalmente ambicioso. Isto é evidentemente puro absurdo. Lembro uma das muitas frases significativas ditas por Trotsky no momento em que Chernov aceitou um lugar no Governo: ‘Que desprezível ambição – abandonar a sua posição histórica por um ministério!’ Percebe-se aqui a totalidade de Trotsky. Não há um pinga de vaidade nele...

“Lenine também não é nem um pouco ambicioso. Creio que Lenine nunca olha para si próprio, nunca procura olhar no espelho da História, nunca nem mesmo pensa no que a posteridade dirá dele – simplesmente faz o seu trabalho. Faz o seu trabalho imperiosamente, não porque lhe seja doce o poder, mas porque tem certeza de que está certo, e não pode tolerar que alguém estrague o seu trabalho. Seu amor pelo poder cresce da sua tremenda segurança e da correção dos seus princípios, e, se quiserem, fora de uma inabilidade (muito útil num líder político) para ver do ponto de vista do seu oponente.”

Diferentemente dele, Trotsky muitas vezes olha para si próprio. Trotsky entesoura o seu papel histórico, e estaria indubitavelmente pronto a fazer qualquer sacrifício pessoal, não por qualquer meio que exclua o sacrifício de sua vida, a fim de permanecer na memória da humanidade com o halo de um genuíno líder revolucionário. O seu amor pelo poder tem o mesmo caráter do de Lenine, com a diferença de que ele é frequentemente capaz de cometer erros, não

tendo o instinto quase infalível de Lenine, e de que, sendo um homem de temperamento colérico, é capaz, embora apenas temporariamente, de se deixar cegar pela paixão, enquanto Lenine, uniforme e sempre dono de si mesmo, dificilmente teria um acesso de irritação.

Não se deve pensar, todavia, que o segundo grande líder da Revolução Russa ceda em todos os respeitos ao seu colega; há pontos em que Trotsky indubitavelmente o supera: é mais brilhante, é mais claro, é mais dinâmico. Lenine adaptou-se perfeitamente ao sentar na cadeira de presidente do Soviete dos Comissários do Povo, guiando com gênio a revolução mundial, mas obviamente não conduziria a tarefa titânica que Trotsky carregou em seus ombros, aquelas viagens relâmpagos de um local a outro, aqueles magníficos discursos, fanfaras de comandos instantâneos, aquele papel de contínuo eletrizador de um extremo a outro do exército enfraquecido. Não há um homem na Terra que pudesse substituir Trotsky lá.

Quando uma revolução realmente grande chega, um grande povo sempre encontra para cada papel um ator adequado, e um dos sinais da grandeza de nossa revolução é que o Partido Comunista ou os extraiu do seu próprio meio, ou foi buscá-los em outros papéis, e vigorosamente implantou em seu corpo muitas pessoas capazes de se adequarem a esta e àquela função governamental.

“Os maiores de todos os adequados aos seus papéis são os dois mais vigorosos dos vigorosos – Lenine e Trotsky.”

M.E.

.....

Prefácio

RÚSSIA, AINDA NOS DOIS primeiros meses de 1917, era a *Monarquia dos Romanovs*. Oito meses mais tarde os bolcheviques apoderavam-se do leme, eles que, no princípio do ano, eram desconhecidos, e cujos líderes, no momento mesmo do acesso ao poder, foram inculcados de alta traição. Não encontramos na História outro exemplo de uma reviravolta tão brusca, sobretudo se nos lembrarmos de que se trata de uma nação contando com 150 milhões de habitantes. Claro está que os acontecimentos de 1917 – sob qualquer prisma em que os consideremos – mereciam ser estudados.

A história de uma Revolução, como toda a História, deve antes de tudo relatar os fatos que se passaram e como se passaram. Isto porém não basta. Segundo a própria narrativa, é necessário que se veja claramente por que os fatos aconteceram desta e não de outra forma. Os acontecimentos não poderiam ser considerados como um encadeamento de aventuras, nem inseridos, uns após outros, num fio de moral preconcebida. Devem permanecer conforme sua própria lei racional. É na descoberta desta lei íntima que autor vê sua missão.

A característica mais incontestável da Revolução é a intervenção direta das massas nos acontecimentos históricos. Comumente, o Estado, monárquico ou democrático, domina a nação; a História, feita pelos especialistas da matéria: monarcas, ministros, burocratas, parlamentares, jornalistas. Todavia, nas curvas decisivas, quando um velho regime se torna intolerável às massas, estas destroem as muralhas que as separam da arena política, derrubam os seus representantes tradicionais e, intervindo deste modo, criam uma posição de partida para um novo regime. Seja isto um bem ou um mal, cabe aos moralistas julgá-lo. Quanto a nós, tomamos os fatos tal como se apresentam em seu desenvolvimento objetivo. A história de uma Revolução, para nós, inicialmente, é a narrativa de uma irrupção violenta das massas nos domínios onde se desenrolam seus próprios destinos.

Numa sociedade em Revolução, as classes entram em luta. É, por conseguinte, absolutamente evidente que as transformações produzidas, entre o princípio e o fim de uma Revolução, quer nas bases econômicas da sociedade, quer no substrato social das classes, não são suficientes para explicar a marcha da Revolução em si, uma vez que, em curto lapso de tempo, derruba as instituições seculares, e cria novas para, em seguida, derrubá-las também. A dinâmica dos acontecimentos revolucionários é diretamente determinada pelas rápidas e intensas e apaixonadas mudanças psicológicas das classes constituídas antes da Revolução.

Com efeito, uma sociedade não modifica as suas instituições na medida de suas necessidades, como um artífice renova o seu instrumental. Ao contrário: a sociedade praticamente considera as instituições que a dominam como algo para sempre estabelecido. Durante uma dezena de anos, a crítica de oposição serve apenas como válvula de escape ao descontentamento das massas, o que se constitui em condição da estabilidade do regime social: tal é, em princípio,

o valor adquirido pela crítica social-democrata. São necessárias circunstâncias absolutamente excepcionais, independentes da vontade individual ou dos partidos, para libertar os descontentes dos estorvos do espírito conservador e levar as massas à insurreição.

As bruscas mudanças de opinião e do humor das massas, em épocas de Revolução, provêm, por conseguinte, não da maleabilidade ou da inconstância do psiquismo humano, porém de seu profundo conservadorismo. As ideias e as relações sociais, permanecendo cronicamente em atraso quanto às novas circunstâncias objetivas, até o momento em que tais circunstâncias se abatem como um cataclismo, provocam em época de Revolução sobressaltos de ideias e paixões que a cérebros de policiais se apresentam simplesmente como obra de “demagogos”.

As massas entram em estado de Revolução não com um plano preestabelecido de transformação social, mas com o amargo sentimento de não lhes ser mais possível tolerar o antigo regime. Apenas o centro dirigente da classe possui um programa político, o qual, entretanto, precisa ser confirmado pelos acontecimentos e aprovado pelas massas. O processus político essencial de uma Revolução está precisamente no fato de que a classe toma consciência dos problemas apresentados pela crise social e de que, ainda, as massas se orientam, ativamente, segundo o método das aproximações sucessivas. As diversas etapas do processo revolucionário, consolidadas pela substituição de alguns partidos por outros mais extremistas, traduzem o impulso sempre crescente das massas para a esquerda, até que este impulso se quebra de encontro aos obstáculos materiais. Começa então a reação: desencantos em certos meios da classe revolucionária, multiplicação do número de indiferentes e, em seguida, consolidação das forças contrarrevolucionárias. Este foi, pelo menos, o esquema das antigas revoluções.

É somente através do estado do processus político nas massas que se pode compreender o papel dos partidos e dos líderes que não temos a menor intenção de ignorar. Constituem um elemento não autônomo do processus, porém muito importante. Sem organização dirigente, a energia das massas se volatilizaria como o vapor não encerrado em caldeiras com bombas de pistão. O movimento, entretanto, não provém nem da caldeira nem do pistão, porém, ao contrário, do vapor.

As dificuldades encontradas quando se estudam as modificações da consciência das massas em época de Revolução, são totalmente evidentes. As classes oprimidas fazem a História nas fábricas, nos quartéis, nos campos, e, as da cidade, nas ruas. Não têm, entretanto o hábito de anotar, por escrito, o que fazem. Nos períodos em que as paixões sociais atingem a mais alta tensão não há senão um lugar insignificante para a contemplação e as descrições. Todas as musas, inclusive a musa plebeia do jornalismo, apesar de apresentar os flancos sólidos, encontram dificuldades para viver em tempo de Revolução. Mas, apesar disso, a situação do historiador não é de forma alguma desesperadora. As anotações são incompletas, disparatadas, fortuitas. Mas, à luz dos acontecimentos, estes fragmentos permitem, muitas vezes, adivinhar a direção e o ritmo do processo subjacente. Bem ou mal um partido revolucionário baseia a sua tática na apreciação das modificações que se operam na consciência das massas. O percurso histórico do bolchevismo demonstra que esta estimativa, pelo menos em bruto, é realizável. Por que, então, o que era acessível a um político revolucionário no torvelinho da luta se tornaria impossível, retrospectivamente, para um historiador?

Os processus que se produzem na consciência das massas não são, entretanto, nem autônomos nem independentes. Embora desagradando aos idealistas e ecléticos, a consciência das massas é, todavia,

determinada pelas condições gerais de existência. Nas circunstâncias históricas da formação da Rússia, com sua economia, suas classes, seu poder de Estado, assim como na influência sobre ela exercida pelas potências estrangeiras, deviam estar inseridas as premissas da Revolução de Fevereiro e da sua substituta – a de Outubro. Tanto quanto possa parecer particularmente enigmático que um país atrasado tenha sido o primeiro a levar o proletariado ao poder, é necessário, preliminarmente, procurar a chave deste enigma nas peculiaridades de tal país, isto é, naquilo que o diferencia dos outros.

As particularidades históricas da Rússia e o peso específico de tais particularidades estão caracterizados nos primeiros capítulos deste livro, que contêm uma exposição sucinta do desenvolvimento da sociedade russa e de suas forças internas. Esperamos que a inevitável esquematização destes capítulos não desanime o leitor. Na continuação da obra encontrará as mesmas forças sociais em plena ação.

Este trabalho não está, absolutamente, baseado em recordações pessoais. A circunstância de ter o autor participado dos acontecimentos não o exime do dever de basear sua narrativa em documentos rigorosamente controlados. O autor fala de si, sempre que obrigado pela marcha dos acontecimentos, na terceira pessoa. E isto não é apenas uma forma literária: o tom subjetivo, inevitável em autobiografia ou em memórias, seria inadmissível num estudo histórico.

O fato de haver participado da luta torna-lhe naturalmente mais fácil compreender não somente a psicologia dos atores, indivíduos e coletividades, como, também, a correlação íntima dos acontecimentos. Esta vantagem pode favorecer os resultados positivos – seja nas pequenas como nas grandes coisas, seja na exposição dos fatos como em relação aos motivos determinantes e aos estados de opinião –, porém com uma condição: a de não lançar mão apenas

do testemunho de sua memória. O autor estima que, no quanto lhe diz respeito, cumpriu tal condição.

Ainda uma questão: a da posição política do autor que, em sua qualidade de historiador, se mantém nos pontos de vista que eram os seus como militante nos acontecimentos. O leitor, no entanto, não está obrigado a participar da opinião política do autor, posição que não tem motivo algum para dissimular. Tem o leitor, porém, o direito de exigir que um trabalho histórico não constitua a apologia de uma posição política, mas sim uma exposição profundamente fundamentada do verdadeiro processus da Revolução. Um trabalho histórico só alcança plenamente a sua finalidade quando os acontecimentos se desenrolam página por página, naturalmente, e na medida em que são necessários.

Será por isso indispensável intervir o que se chama “a imparcialidade” do historiador? Ninguém até hoje explicou claramente em que consiste esta imparcialidade. Citou-se muitas vezes certo aforismo de Clemenceau sobre a necessidade de ser uma revolução estudada “em bloco”; isto não passa de espirituoso subterfúgio: como nos poderíamos declarar partidário de um todo que traz, em sua essência, a divisão? A frase de Clemenceau foi ditada, em parte, por um certo pudor que ele sentia diante dos seus antepassados demasiadamente resolutos e, em parte ainda, pelo mal-estar do descendente diante das sombras daqueles antepassados.

Um dos historiadores reacionários e, por conseguinte, muito apreciado da França contemporânea, o Sr. L. Madelin, e que na qualidade de homem de salão tanto caluniou a Grande Revolução – vale dizer, o nascimento da nação francesa – afirma que*

* Louis Madelin – Historiador francês (1871-1956). [Nota da tradutora.]

“o historiador deve subir nas muralhas de uma cidade ameaçada e, de lá, observar tanto os sitiados como os sitiados”. Somente assim, segundo ele, chegar-se-ia à “justiça que concilia”. Os trabalhos do Sr. Madelin provam, entretanto que, se escalou as muralhas que separavam os dois campos, o fez apenas na qualidade de esclarecedor da reação. Felizmente trata-se, no seu caso, tão somente, dos campos de batalha do passado: em tempo de Revolução é extremamente perigoso manter-se sobre as muralhas. Aliás, na hora do perigo, os pontífices de uma “justiça conciliadora” permanecem em casa quase sempre, esperando ver para que lado se decide a vitória.

O leitor honesto e dotado de senso crítico não sente a necessidade de uma imparcialidade falaciosa que lhe apresente a taça do espírito conciliador saturada de uma boa dose de veneno, de um resíduo de ódio reacionário, mas necessita, sim, da boa fé científica, que se apoia no estudo honesto dos fatos, na demonstração das relações reais entre os fatos, na manifestação do que de racional existe no desenvolvimento deles, para exprimir suas simpatias ou antipatias, francas e não mascaradas. Somente assim é possível a objetividade histórica que passe a ser suficiente, porquanto verificada e comprovada não pelas boas intenções do historiador – da qual ele dá garantia – mas pela revelação da lei íntima que rege o processo histórico.

As fontes deste trabalho foram numerosas publicações periódicas, jornais e revistas, memórias e atas de processos, além de outros documentos, alguns manuscritos, a maior parte porém publicada pelo Instituto Histórico da História da Revolução, em Moscou e Leningrado. Julgamos supérfluo incluir no texto referências que pudessem, no mínimo, perturbar o leitor. Dentre os livros históricos que se caracterizam como estudo de conjunto, utilizamos principalmente os dois tomos dos Ensaio sobre a História da Revolução de Outubro (Moscou-Leningrado, 1927). Estes ensaios, redigidos por

diversos autores, não têm todos igual valor, mas contêm uma vasta documentação sobre os fatos.

As datas registradas no presente trabalho obedecem à velha forma, isto é, estão atrasadas de treze dias em relação ao calendário universal, atualmente adotado pelos soviets. Viu-se o autor forçado a seguir o calendário em uso na época da Revolução. Não seria difícil, é verdade, transpor as datas segundo o calendário moderno. Esta operação, porém, eliminando certas dificuldades, criaria outras mais graves. A queda da Monarquia inscreveu-se, na História, sob o nome de “Revolução de Fevereiro”. No entanto, de acordo com o calendário ocidental, teve lugar em março. Determinada manifestação armada contra a política imperialista do Governo Provisório foi assinalada na História como “Jornadas de Abril” quando, segundo o calendário ocidental, aconteceu em maio. Não nos detendo em outros acontecimentos e datas intermediárias, chamamos a atenção para o fato de que a Revolução de Outubro, para a Europa, ocorreu em novembro. Como se pode ver, o próprio calendário tomou as cores dos acontecimentos e não é possível ao historiador desembaraçar-se das efemérides revolucionárias por meio de simples operação aritmética. Queira o leitor recordar-se de que, antes de suprimir o calendário bizantino, necessitou a Revolução de abolir as instituições que se empenhavam em conservá-lo.

L. TROTSKY

Prinkipo, 14 de novembro de 1930.

.....

Capítulo I

PECULIARIDADES DO DESENVOLVIMENTO DA RÚSSIA

O TRAÇO ESSENCIAL e o mais constante da História da Rússia é a lentidão com que o país se desenvolveu, apresentando como consequência uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural.

A população da gigantesca estepe, com seu clima rigoroso, exposta ao vento. Este e as migrações asiáticas, estavam destinados, pela própria natureza, a uma prolongada estagnação. A luta contra os nômades durou quase até o fim do século XVII. E, ainda hoje, não encontrou fim a luta contra os ventos portadores de espessa neblina, no inverno, e da seca, no estio. A agricultura – base de todo o desenvolvimento – progredia de maneira extensiva: no norte cortavam-se e queimavam-se florestas; no sul desorganizavam-se as estepes virgens. Tomava-se posse da natureza em extensão e não em profundidade.

Na época em que os bárbaros ocidentais se instalavam sobre as ruínas da civilização romana e utilizavam tanto pedras antigas como material de construção, os eslavos do Oriente, em suas inóspitas planícies,

nada encontravam para herdar: o nível de seus predecessores era ainda mais baixo que o seu. Os povos da Europa Ocidental, cedo bloqueados em suas fronteiras naturais, criavam as aglomerações econômicas e culturais das cidades industriais. A população da planície oriental, tão logo se sentia comprimida, embrenhava-se nas florestas ou então emigrava para a periferia, nas estepes. Os elementos camponeses mais dotados de iniciativa e mais empreendedores transformavam-se, no lado oeste, em cidadãos, artífices, mercadores. No leste, certos elementos nativos, audaciosos, estabeleceram-se como comerciantes, porém em maior número fizeram-se cossacos, guardas-fronteiras ou colonos. O *processus* de diferenciação social, intenso no Ocidente, retardava-se no Oriente e se difundia por expansão. “O tzar de Moscóvia – apesar de cristão – governa um povo de espírito preguiçoso”, escrevia Vico, contemporâneo de Pedro I. O espírito “preguiçoso” dos moscovitas era um reflexo do ritmo lento da evolução econômica, das relações amorosas entre as classes, da indigência de sua história anterior.

As civilizações antigas do Egito, da Índia e da China tinham um caráter suficientemente autônomo e, por medíocres que fossem suas possibilidades de produção, dispuseram de tempo bastante para elaborar relações sociais tão bem acabadas em seus detalhes quanto os trabalhos dos artífices desses países. Tanto pela sua história quanto pela vida social, e não somente devido a sua posição geográfica, a Rússia ocupava, entre a Europa e a Ásia, uma situação intermediária. Diferenciava-se do Ocidente, europeu, mas também diferia do Oriente, asiático, embora aproximando-se em alguns períodos, em vários aspectos, ora de um ora de outro. O Oriente impôs o jugo tártaro, que entrou como elemento importante na edificação do Estado russo. O Ocidente era um inimigo ainda mais temível que o Oriente, ao mesmo tempo que um mestre. Não foi possível formar-se a Rússia segundo os moldes do Oriente, compelida como estava em acomodar-se à pressão militar e econômica do Ocidente. A existência do feudalismo na Rússia, negada pelos antigos historiadores, pode ser considerada como incontestavelmente demonstrada pelos estudos mais recentes. Ainda melhor: os elementos essenciais do feudalismo na Rússia eram os mesmos existentes no Ocidente. O fato de terem sido necessárias longas discussões científicas para demonstrar a existência de uma época feudal na Rússia trouxe também a prova de que o

feudalismo russo nasceu prematuramente, o que revelava formas indefinidas e pobres quanto aos monumentos de sua cultura.

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado. A teoria da repetição dos ciclos históricos – a de Vico e, mais tarde, de seus discípulos – baseia-se na observação dos ciclos percorridos pelas velhas estruturas pré-capitalistas e, parcialmente, sobre as primeiras experiências do desenvolvimento capitalista. O caráter provincial e transitório de todo *processus* admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambientes sempre novos. O capitalismo, no entanto, marca um progresso sob tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Foi, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não recomeçaram ali a História desde seu início. Se a Alemanha e os Estados Unidos ultrapassaram economicamente a Inglaterra, isso se deveu exatamente ao atraso na evolução capitalista daqueles dois países. Em compensação, a anarquia conservadora que reina na indústria carbonífera britânica, como no cérebro de Mac Donald e seus amigos, é o resgate de um passado durante o qual a Inglaterra – e por muitos anos – manteve a hegemonia do capitalismo. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado.

A possibilidade de superar os degraus intermediários não é, está claro, absoluta; realmente, está limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que

toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva. O próprio processo de assimilação apresenta, neste caso, um caráter contraditório. Foi este o motivo pelo qual, na Rússia, a introdução de elementos da técnica e do saber ocidentais e, sobretudo, da arte militar e da manufatura, sob Pedro I, agravou a lei de servidão, na medida que representava a forma essencial da organização do trabalho. O armamento segundo os moldes europeus e os empréstimos feitos à Europa, nos mesmos moldes – incontestáveis resultados de uma cultura mais adiantada – conduziram ao fortalecimento do tzarismo que, de seu lado, refreava o desenvolvimento do país.

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.

Sob a pressão da Europa mais rica, o Estado russo, em comparação com o Ocidente, absorvia uma parte proporcional bem maior da riqueza pública, e, desta forma, não apenas condenava as massas populares a uma redobrada miséria, mas ainda enfraquecia as bases das classes possuidoras. Tendo, porém, o Estado necessidade do apoio destas últimas, apressava e regulamentava sua formação. Como resultado, as classes privilegiadas, burocratizadas, jamais conseguiram erguer-se em toda a sua pujança, e o Estado russo não fez senão aproximar-se ainda mais dos regimes despóticos da Ásia. A autocracia bizantina, adotada oficialmente pelos tzares moscovitas no início do século XVI, submeteu os grandes senhores feudais boiardos com o auxílio da nobreza, e dominou-os transformando em servos a classe camponesa e erigindo-se por tais meios em monarquia absoluta: o absolutismo de São Petersburgo. O atraso no conjunto do processo está suficientemente caracterizado pelo fato de o direito de servidão, surgindo em fins do século

XVI, estabelecido no século XVII, ter atingido o desenvolvimento no século XVIII, sendo juridicamente abolida apenas em 1861.

O clero, após a nobreza, desempenhou, na formação da autocracia czarista, um papel bastante apreciável, se bem que apenas de um funcionalismo. A Igreja não alcançou na Rússia a força dominadora idêntica à do Catolicismo no Ocidente; contentou-se com a condição de domesticidade espiritual ao lado dos autocratas, do que tirava mérito de humildade. Os bispos e arcebispos dispunham de certo poder, a título de subalternos da autoridade civil. Os patriarcas eram substituídos sempre que um novo czar assumia o poder. Quando a capital se estabeleceu em Petersburgo, a dependência da Igreja ao Estado tornou-se ainda mais servil. Duzentos mil padres seculares e monges integraram parte da burocracia, espécie de polícia de confessionário. Em retribuição, o monopólio do clero ortodoxo nas questões de fé, suas terras e seus rendimentos estavam sob a proteção da política geral.

O eslavofilismo, messianismo de um país atrasado, edificava sua filosofia sobre a ideia de que o povo russo e sua Igreja eram profundamente democratas, enquanto que a Rússia oficial era uma burocracia alemã, implantada por Pedro I. Marx observou sobre este assunto: “Foi assim que os asnos da Teutônia fizeram recair a responsabilidade do despotismo de Frederico II sobre os franceses, como se escravos atrasados não tivessem sempre necessidade do auxílio de outros escravos mais civilizados para o seu indispensável aprendizado.” Esta breve observação atinge até o fundo não apenas a velha filosofia eslavófila como também todas as descobertas contemporâneas dos “racistas”.

A indigência, traço característico não somente do feudalismo russo porém de toda a história da antiga Rússia, encontrou a sua mais triste expressão na falta de cidades do verdadeiro tipo medieval, como centros de artífices e mercadores. O artesanato, na Rússia, não conseguiu desvincular-se da agricultura e conservou o caráter de pequenas indústrias locais. As cidades russas de outrora eram centros comerciais, militares, administrativos, centros portanto de consumo e não de produção. Novgorod* mesmo, que fazia parte

* Nijinski-Novgorod passou depois a chamar-se Estalingrado e hoje se chama Volgogrado. [Nota da editora.]

da Liga Hanseática e que jamais conhecera o jugo tártaro, era uma cidade comercial e não industrial. É verdade que as pequenas indústrias rurais, espalhadas pelas diversas regiões do país, exigiam os serviços intermediários de um comércio bastante extenso. Os mercadores nômades, porém, não podiam de modo algum ocupar, na vida social, um lugar idêntico ao ocupado no Ocidente pela pequena e média burguesia das corporações de artífices, de comerciantes e industriais, burguesia que estava indissolivelmente ligada à periferia rural. Além disso, as principais vias de comunicação do comércio russo conduziam ao estrangeiro, garantindo, desde séculos remotos, um papel dirigente ao capital comercial externo e emprestando um caráter semicolonial a qualquer movimento de negócios nos quais o mercador russo servia apenas de intermediário entre as cidades do Ocidente e as aldeias russas. Tais relações econômicas continuaram a se desenvolver na época do capitalismo russo e encontraram sua mais alta expressão na guerra imperialista.

A insignificância das cidades russas contribuiu ao máximo para a formação de um Estado de tipo asiático, e excluía em particular a possibilidade de uma reforma religiosa, isto é, a substituição da ortodoxia burocrática feudal por outra forma de cristianismo mais moderno, adaptado às necessidades da sociedade burguesa. A luta contra a Igreja do Estado não foi além da formação de seitas de camponeses, das quais a mais poderosa foi a dos “Velhos Crentes”.

Quinze anos antes da grande Revolução Francesa rebentou, na Rússia, um movimento de cossacos, de camponeses e de servos operários no Ural, denominado Revolta de Pugachev. Que faltou para que este terrível movimento popular se transformasse em Revolução? Um Terceiro Estado. Na falta de uma democracia industrial nas cidades, a guerra camponesa não se poderia transformar em Revolução assim como as seitas religiosas das aldeias não puderam atingir a Reforma. O resultado da Revolta de Pugachev foi, contrariamente, conseguir consolidar o absolutismo burocrático que protegia os interesses da nobreza, guardiã que demonstrou novamente o quanto valia em hora de perigo.

A europeização do país, iniciada quanto a forma sob Pedro I, transformou-se dia a dia, no século seguinte, numa necessidade para a classe dirigente, isto é, para a nobreza. Em 1825 os intelectuais pertencentes à casta, dando expressão política a esta necessidade, chegariam a uma cons-

piração militar cuja finalidade era restringir a autocracia. Impulsionados pela burguesia europeia que se desenvolvia, os elementos mais avançados da nobreza tentavam suprir o Terceiro Estado que faltava. Entretanto, era intenção deles o regime liberal com as bases da dominação de casta e foi por este motivo que temeram sublevar os camponeses. Não é de admirar, portanto, que esta conjuração tenha sido obra de um grupo brilhante, porém isolado, de oficiais sacrificados sem quase combater. Tal é o sentido da revolta dos decembristas.

Os nobres, proprietários de fábricas, foram os primeiros, em suas castas, a opinar pelo salário livre em substituição ao trabalho de servo. Eram igualmente levados a tais medidas devido à exportação crescente do trigo russo. Em 1861 a burocracia nobre, apoiando-se sobre os proprietários liberais, efetuou a reforma camponesa. Impotente, o liberalismo burguês assistiu a esta operação reduzido a um coro dócil. Inútil dizer que o tzarismo resolveu o problema essencial da Rússia – a questão agrária – de forma ainda mais ladra e fraudulenta do que a empregada pela monarquia prussiana, nos dez anos que se seguiram, a fim de resolver o problema essencial da Alemanha – a unificação nacional. Tomar uma classe a si o encargo de resolver os problemas de outra classe é uma das muitas combinações próprias de países atrasados.

A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início, o ciclo dos países adiantados, porém neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas. Se a evolução econômica da Rússia, em conjunto, passou por cima de períodos do artesanato corporativo, e da manufatura, muitos de seus ramos industriais pularam parcialmente alguma etapa da técnica que exigiu, no Ocidente, dezenas de anos. Como consequência, a indústria russa desenvolveu-se em certos períodos com extrema rapidez. Entre a primeira Revolução e a guerra a produção industrial da Rússia quase dobrou. Julgaram alguns historiadores russos ser isto motivo suficiente para concluir que era necessário abandonar a lenda de um país atrasado e de lento progresso do país.¹ Na realidade, a possibilidade

1 A afirmação é do Professor M. N. Pokrovsky. Ver Apêndice I.

de um progresso assim rápido era precisamente determinada pelo estado atrasado do país, que, infelizmente, não apenas subsistiu até a liquidação do antigo regime mas que, como sua herança, perdura até hoje.

O mensurador essencial do nível econômico de uma nação é a produtividade do trabalho, o qual, por sua vez, depende do peso específico da indústria na economia geral do país. Nas vésperas da guerra, quando a Rússia dos tzares alcançara o apogeu de sua prosperidade, a renda pública *per capita* era oito a dez vezes inferior à dos Estados Unidos, o que não surpreende se considerarmos que 4/5 da população obreira russa, trabalhando por si mesma, compunham-se de camponeses, enquanto que, nos Estados Unidos, a proporção era de um camponês para 2,5 operários industriais. Acrescentemos que nas vésperas da guerra a Rússia possuía 400 metros de linha férrea para 100 km², enquanto que, na Alemanha, esta proporção era de 11,7 km para a mesma área e, na Áustria-Hungria, era de 7 km. Os demais coeficientes comparativos estão na mesma proporção.

Como já dissemos, é precisamente no domínio da economia que a lei da evolução combinada se manifesta com maior força. Enquanto que a agricultura camponesa, até a Revolução, em sua maior parte, permanecia quase no mesmo nível do século XVII, a indústria russa, quanto à técnica e sua estrutura capitalista, encontrava-se no mesmo nível dos países adiantados e, mesmo sob alguns aspectos, os ultrapassava. Em 1914 as pequenas indústrias com menos de 100 operários representavam, nos Estados Unidos, 35% do efetivo total dos operários de indústrias, ao passo que na Rússia a proporção era de 17,8%. Admitindo-se um peso específico aproximadamente igual para as empresas médias e grandes, ocupando de 100 a mil operários, as empresas gigantes, que ocupavam mais de mil operários cada uma, empregavam, nos Estados Unidos, apenas 17,8 da totalidade dos operários, enquanto que na Rússia a proporção era de 41,4%. Nas principais regiões industriais a percentagem era ainda mais elevada: na região de Petrogrado, 44,4%; na região de Moscou, 57,3%. Chegaremos aos mesmos resultados se estabelecermos uma comparação entre a indústria russa e a indústria britânica ou a alemã. Este fato apresentado pela primeira vez por nós em 1908, dificilmente poderia ser inserido na representação banal que nos dão de uma economia atrasada na Rússia. Entretanto, não nega o caráter retardatário do país, oferecendo apenas um complemento dialético.

A fusão do capital industrial com o capital bancário efetuou-se na Rússia, de forma tão integral como talvez não se tenha visto semelhante em qualquer outro país. A indústria russa, porém, subordinando-se aos bancos, demonstrava efetivamente sua submissão ao mercado monetário da Europa ocidental. A indústria pesada (metais, carvão, petróleo) estava quase inteiramente sob o controle financiador estrangeiro que criara, na Rússia, para uso próprio, uma rede de bancos auxiliares e intermediários. A indústria leve seguia o mesmo caminho. Se os estrangeiros possuíam, no total, mais ou menos 40% de todos os capitais investidos na Rússia, esta percentagem nos ramos principais da indústria era bem mais elevada. Pode-se afirmar, sem receio de exagero, que o centro de controle das ações emitidas pelos bancos, pelas fábricas e manufaturas russas encontrava-se no estrangeiro, e a participação da Inglaterra, da França e da Bélgica no capital atingia o dobro da participação alemã.

As condições em que se organizou a indústria russa, a própria estrutura desta indústria, determinaram o caráter social da burguesia do país e sua fisionomia política. A forte concentração da indústria demonstra por si mesma que entre as esferas dirigentes do capitalismo e as massas populares não existia hierarquia intermediária. A isto se soma o fato de serem as mais importantes empresas industriais, bancárias e de transportes propriedade de estrangeiros, que não somente auferiam lucros sobre a Rússia mas, ainda por cima, fortaleciam a própria influência política nos parlamentos de outros países, razão pela qual, em vez de fomentar a luta pelo regime parlamentar, na Rússia, a tal se opunham não raras vezes. Basta lembrar aqui o papel abominável desempenhado pela França oficial. Foram estas as causas elementares e irredutíveis do isolamento político da burguesia russa e de sua atitude contrária aos interesses populares. Se na aurora de sua história, mostrou-se muito pouco amadurecida para realizar uma reforma, ainda mais se encontrava quando chegou o instante de dirigir a Revolução.

De acordo com a evolução do país, o reservatório de onde saía a classe operária russa não era um artesanato corporativo: era o meio rural; não a cidade, mas a aldeia. É preciso notar que o operariado russo se formou não paulatinamente, no decurso dos séculos, arrastando o enorme fardo do passado, como na Inglaterra, mas sim aos saltos, por meio de transformações bruscas das situações; de ligações, acordos e, ainda, por meio de rupturas vio-

lentas com tudo o que na véspera existia. Foi precisamente assim – sobretudo durante o regime da opressão concentrada do tzarismo – que os operários russos puderam assimilar as deduções mais ousadas do pensamento revolucionário da mesma forma que a retardatária indústria russa era capaz de compreender a última conquista da organização capitalista.

O proletariado russo recomeçava sempre a curta história de suas origens. Enquanto que na indústria metalúrgica, sobretudo em Petrogrado, se cristalizava o elemento proletário de procedência autêntica – aquele que, definitivamente, rompera com a aldeia –, nos Urais predominava ainda o tipo meio proletário meio camponês. O afluxo anual da mão de obra, oriunda dos campos, para todos os ramos da indústria, restabelecia o contato entre o proletariado e o reservatório social de onde se originava.

A incapacidade política da burguesia era diretamente determinada pelo caráter de suas relações com o proletariado e os camponeses. Não era possível arrastar consigo os operários que a ela se opunham rancorosamente na vida cotidiana e que, muito cedo, aprenderam a dar um sentido mais geral aos seus objetivos. Por outro lado a burguesia era igualmente incapaz de arrastar a classe camponesa porque estava enredada nas malhas de interesses comuns com os proprietários de terras e porque temia um abalo da propriedade sob qualquer forma em que se apresentasse. Se, portanto, a Revolução russa tardou em rebentar, não foi tão somente por motivo cronológico: a culpa desta demora cabe também à estrutura social da nação.

Quando a Inglaterra realizou a sua Revolução puritana, a população do país não ia além de 5 1/2 milhões de habitantes, dos quais meio milhão viviam em Londres. A França, por ocasião de sua Revolução, contava com apenas meio milhão de habitantes em Paris, com 25 milhões da população total. A Rússia, no princípio do século XX, contava mais ou menos uma população de 150 milhões de habitantes, dos quais mais de 3 milhões fixados em Moscou e Petrogrado. Estes dados comparados encobrem ainda dessemelhanças sociais da maior importância. Não somente a Inglaterra do século XVII, mas também a França do XVIII desconheciam o proletariado conhecido em nossa época. Ora, na Rússia, a classe operária em todos os setores de trabalho, nas cidades e nos campos, contava já em 1905 com pelo menos 10 milhões de pessoas, o que, compreendendo suas famílias, representava mais de 25 milhões – ou seja, mais do que a

população da França na época da sua grande Revolução. Partindo dos rudes artesãos e dos camponeses independentes que formaram o exército de Cromwell –, passando em seguida pelos *sans-culottes* de Paris para chegar aos proletários industriais de S. Petersburgo, a Revolução teve que modificar profundamente seu mecanismo social, seus métodos e, por conseguinte, seus desígnios.

Os acontecimentos de 1905 foram o prólogo das duas revoluções de 1917 – a de Fevereiro e a de Outubro. O prólogo já continha todos os elementos do drama que, entretanto, ainda não estava concluído. A guerra russo-japonesa abalou o tzarismo. Utilizando o movimento de massas como alavanca, a burguesia liberal abalou a monarquia devido a sua oposição. Os operários organizavam-se independentemente da burguesia, opondo-se mesmo a ela em sovietes aparecidos pela primeira vez. A classe camponesa, numa extensão imensa do território, levantava-se para a conquista das terras. Assim como os camponeses, alguns efetivos revolucionários no exército se voltaram para os sovietes que, no momento em que o impulso revolucionário era mais forte, disputaram abertamente o poder à monarquia. Entretanto, todas as forças revolucionárias manifestavam-se, pela primeira vez, carecendo de experiência e sem confiança em si mesmas. Os liberais afastaram-se ostensivamente da Revolução e logo se tornou evidente não ser suficiente apenas abalar o trono, mas que seria necessário derrubá-lo. A ruptura brutal entre a burguesia e o povo, tanto mais que a burguesia arrastava consigo grupos consideráveis de intelectuais democratas, facilitou à monarquia sua obra de desagregação no Exército, a triagem de contingentes fiéis e ainda a repressão sangrenta contra os operários e os camponeses. O tzarismo saiu de seus sofrimentos de 1905 vivo, suficientemente vigoroso, apesar de algumas de suas costelas terem ficado quebradas.

Durante os onze anos intermediários entre o prólogo e o drama, quais foram as modificações provocadas pela evolução histórica na correlação das forças? Durante este período o regime tzarista conseguiu ainda mais colocar-se em contradição com as exigências históricas. A burguesia tornara-se economicamente mais poderosa, mas seu poder, conforme vimos, repousava sobre a concentração mais forte na indústria e sobre a importância crescente do papel representado pelo capital estrangeiro. Influenciada pelas lições de 1905, tornou-se a burguesia ainda mais desconfiada e conservadora. O peso

específico da pequena e média burguesia, anteriormente insignificante, diminuiu ainda mais. Os intelectuais democratas não tinham, em geral, base social estável. Podiam exercer transitoriamente certa influência política, mas não podiam desempenhar papel independente: a sujeição dos intelectuais ao liberalismo burguês tinha-se agravado extraordinariamente. Nestas condições somente o jovem proletariado poderia dar à classe camponesa um programa, uma bandeira, uma direção. Os grandiosos problemas que se lhe apresentavam exigiam a criação inadiável de uma organização revolucionária especial que pudesse englobar as massas populares e torná-las capazes de uma ação revolucionária sob a direção dos operários. Foi assim que os soviets de 1905 alcançaram em 1917 um formidável desenvolvimento. Note-se que os soviets não são simplesmente um produto do atraso histórico da Rússia, mas sim o resultado de um desenvolvimento combinado, e isto é comprovado pelo fato de o proletariado do país mais industrializado do mundo, a Alemanha, não ter encontrado na época do impulso revolucionário de 1918 a 1919, outra forma de organização senão a dos soviets.

A Revolução de 1917 tinha ainda como fim imediato derrubar a monarquia burocrática. Diferenciava-se, entretanto, das antigas revoluções burguesas, pelo fato de o elemento decisivo que se manifestava agora ser uma nova classe constituída sobre a base de uma indústria concentrada, possuidora de nova organização e novos métodos de luta. A lei do desenvolvimento combinado se revela agora em sua expressão mais alta: começando por derrubar o edifício medieval apodrecido, a Revolução eleva ao poder, em poucos meses, o proletariado, encabeçado pelo Partido Comunista.

Assim, segundo as suas finalidades primeiras, a Revolução russa era democrática. Colocava, porém, sob novo aspecto, o problema da democracia política. Enquanto os operários cobriam todo o país com os soviets, neles admitindo soldados e, parcialmente, camponeses, a burguesia continuava a negociar, perguntando se convocaria ou não a Assembleia Constituinte. À medida que fomos descrevendo os acontecimentos esta questão se nos apresentará de modo mais concreto. Aqui pretendemos apenas fixar o lugar dos soviets na sucessão histórica das ideias e das formas revolucionárias.

Em meados do século XVII, a Revolução burguesa realizada na Inglaterra decorreu sob o invólucro de uma reforma religiosa. A luta pelo direito de rezar segundo um determinado livro de orações se identificou com a luta

levada a cabo contra o rei, a aristocracia e os princípios da Igreja e Roma. Os presbiterianos e os puritanos estavam profundamente persuadidos de terem colocado os seus interesses terrestres sob a égide da Divina Providência. Os fins pelos quais combatiam as novas classes confundiam-se indissoluvelmente, em suas mentalidades, com os textos bíblicos e com os ritos eclesiásticos. Os que emigraram para além dos mares consigo levaram esta tradição confirmada no sangue. Daí a excepcional vitalidade das interpretações do Cristianismo apresentadas pelos anglo-saxões. Vemos, ainda hoje, ministros “socialistas” da Grã-Bretanha esconderem a covardia sob os mesmos textos mágicos com que os homens do século XVII buscavam a justificação de sua coragem.

Na França, país que pulou sobre a Reforma, a Igreja Católica, em sua qualidade de Igreja do Estado, conseguiu sobreviver até a Revolução, que foi buscar, não nos textos bíblicos mas em abstrações democráticas, uma expressão e uma justificação para os desígnios da sociedade burguesa. Qualquer que seja o ódio dos regentes atuais da França ao jacobinismo, a verdade é que, precisamente graças à ação rigorosa de um Robespierre, é que eles ainda têm a possibilidade de dissimular a dominação dos conservadores sob fórmulas pelas quais, outrora, fizeram explodir a velha sociedade.

Cada uma das grandes revoluções marcou uma nova etapa da sociedade burguesa assim como novas formas na consciência de suas classes. Assim como a França pulou por sobre a Reforma, a Rússia ultrapassou de um salto a democracia puramente formal. O partido revolucionário da Rússia, que poria uma pedra sobre toda uma época, procurou uma fórmula para os problemas da Revolução não na Bíblia nem no cristianismo secularizado de uma democracia “pura”, mas nas relações materiais entre as classes. O sistema deu a tais relações a expressão mais simples, a menos dissimulada, a mais transparente. A dominação dos trabalhadores encontrou pela primeira vez sua realização no sistema dos soviets que, sejam quais forem as vicissitudes históricas que lhes está reservada, penetrou na consciência das massas de forma tão inextirpável quanto, em outros tempos, em outros povos, a Reforma ou a democracia pura.

.....

Capítulo II

A RÚSSIA TZARISTA E A GUERRA

A PARTICIPAÇÃO DA RÚSSIA na guerra encerrava contradições quer nos motivos quer nos fins. Em verdade, a luta sangrenta tinha como objetivo o domínio mundial. Neste sentido ultrapassava as possibilidades da Rússia. O que se denominava objetivos de guerra para a Rússia (estritos na Turquia, Galícia e Armênia) tinha apenas importância muito relativa, de caráter provinciano, e só poderiam ser solucionados acessoriamente na medida que conviesse aos interesses dos principais beligerantes.

Ao mesmo tempo, a Rússia, na qualidade de grande potência, não podia abster-se de participar da guerra dos países capitalistas mais adiantados, da mesma forma como não lhe fora possível, durante a época precedente, dispensar a instalação em suas terras de usinas, fábricas, ferrovias, assim como adquirir fuzis de tiro rápido e aviões. Frequentemente, entre os historiadores russos da nova escola, surgem discussões com o fim de investigar até que ponto a Rússia czarista estava amadurecida para uma política imperialista moderna; mas, constantemente, estas controvérsias recaem em escolástica, porquanto se considera a Rússia, no plano internacional, um elemento isolado assim como um fator independente. Ora, a Rússia não passou de elo de um sistema.

A Índia, de fato e na forma, tomou parte na guerra como colônia da Inglaterra. A intervenção da China, “voluntária”, no sentido formal, foi na realidade a intervenção de um escravo numa rixa entre senhores. A participação da Rússia tinha caráter mal definido, intermediário entre a participação da França e a da China. Pagava assim a Rússia o direito de ser aliada de países mais adiantados, de importar capitais e de trocar interesses, isto é, em resumo, o direito de ser uma colônia privilegiada dos seus aliados; adquiria, porém, concomitantemente, o direito de oprimir e espoliar a Turquia, a Pérsia e a Galícia e, em geral, os países mais fracos e mais atrasados do que ela. O imperialismo equívoco da burguesia russa tinha, no fundo, o caráter de uma agência a serviço das maiores potências mundiais.

O sistema dos compradores, na China, apresenta o tipo clássico de uma burguesia nacional funcionando como agência, entre o capital financiador estrangeiro e a economia do seu próprio país. Antes da guerra, a Rússia ocupava, na hierarquia mundial dos Estados, um lugar bem mais elevado que o da China. Qual seria o lugar ocupado pela Rússia depois da guerra, caso não houvesse estalado a Revolução, é outra questão. A autocracia, de um lado, e a burguesia russa, de outro, tinham características cada vez mais definidas de compradorismo: uma e outra viviam e subsistiam através dos vínculos que as uniam ao imperialismo estrangeiro, a cujo serviço estavam e não poderiam manter-se sem que sobre eles se apoiassem. Verdade é, porém, que, no final das contas, não puderam resistir, apesar de sustentadas por ele. Da mesma forma que um representante que recebe percentagem fica interessado nos negócios de seu patrão, a burguesia russa, semicompradora da finança estrangeira, tinha interesses imperialistas mundiais.

O instrumento de uma guerra é o exército. Sendo qualquer exército, na mitologia nacionalista, considerado invencível, as classes dirigentes da Rússia não tinham motivo para excetuarem o exército do czar desse mito. Em verdade este exército não representava força séria sendo diante das populações semibárbaras dos vizinhos pouco importantes e dos estados em decomposição; em terreno europeu este exército só poderia agir como componente de uma coligação; na defesa do país só cumpria a sua missão favorecido pelas imensuráveis distâncias onde a população era escassa e os caminhos impraticáveis. O *virtuose* do exército dos mujiques ao tempo da servidão foi Suvorov. A semiabolição da servidão e a instituição do serviço

militar obrigatório modernizaram o Exército tanto quanto o país – ou, por outra, introduziram no Exército todos os antagonismos de uma nação que tinha ainda por fazer a sua Revolução burguesa. A bem dizer, o exército czarista se organizava e se armava segundo os moldes ocidentais; mas isto se relacionava mais com a forma do que com o fundo. Entre o nível cultural do camponês soldado e o nível da técnica militar não havia correspondência. Nos corpos de oficiais manifestava-se a ignorância crassa, a preguiça, a venalidade das classes dirigentes da Rússia. A indústria e os transportes invariavelmente mostravam-se incapazes face às exigências concentradas do tempo de guerra. Equipadas como convinha, assim parecia nos primeiros dias de hostilidades, as tropas viram-se logo após desprovidas não somente de armas mas até mesmo de botas. No decorrer da guerra russo-japonesa o exército do czar demonstrara o que valia. Por ocasião da contrarrevolução, a monarquia, auxiliada pela Duma, abarrotou seus entrepostos de guerra e fez no Exército inúmeros remendos, remendendo também sua reputação de invencibilidade. Em 1914 houve ocasião para nova verificação e ainda mais penosa.

Quanto a equipamentos de guerra e as finanças, a Rússia encontrava-se, logo à primeira vista, na dependência servil de seus aliados. Isto não é senão a expressão militar da dependência geral em que vivia relativamente aos países capitalistas mais avançados. O auxílio prestado pelos aliados não salvou a situação. A falta de munições, número ínfimo de indústrias que as fabricavam, a deficiência rodoferroviária que deveria distribuí-las traduziam o estado atrasado da Rússia na linguagem clara das derrotas que obrigaram os nacionais-liberais russos a se lembrarem de que seus antepassados não tinham feito uma Revolução burguesa e que, por conseguinte, estava a posteridade em débito com a História.

Os primeiros dias da guerra foram os primeiros do opróbrio. Após um certo número de catástrofes parciais, foi determinada a retirada geral na primavera de 1915. Os generais vingaram-se de sua incapacidade criminosa sobre a população civil. Imensos territórios foram devastados pela violência. Os gafanhotos humanos eram empurrados para a retaguarda a golpes de na-gaica. O desastre no *front* completava-se com o desastre interno.

O general Polivanov, ministro da Guerra, respondendo às perguntas ansiosas dos seus colegas sobre a situação no *front*, declarava literalmente: “Confiado na imensidade do nosso território, contando com os

nossos lamaçais insuperáveis, confio ainda nas boas graças de São Nicolau Mirlikisky, patrono da Santa Rússia” (Sessão de 4 de agosto de 1915, no Conselho). Uma semana depois o general Ruzsky confessava para os mesmos ministros: “As exigências modernas da técnica militar são superiores às nossas possibilidades. Não podemos, de modo algum, rivalizar com os alemães.” Isto não era uma brincadeira. Um tal Stankevich, oficial, traduziu assim as palavras de um chefe de corpo de engenheiros: “A guerra contra os alemães é sem esperança, pois não estamos capacitados para fazer o que quer que seja. Os novos métodos de luta transformam-se para nós em causas de reveses.” Existem inúmeros testemunhos desse gênero. A única coisa que os generais russos conheciam profundamente era a forma de conseguir carne para canhão no país. Economizou-se muito mais a carne de boi e de porco. As nulidades que se encontravam à frente do estado-maior – Yanushkevich, sob o comando de Nikolai Nikolaievich, e Alexeiev, sob as ordens do czar – tapavam todas as brechas com novas mobilizações, e encontravam consolação, para si e para os seus aliados, em alinhar colunas de números quando o que faltavam eram colunas de combatentes. Cerca de 15 milhões de homens foram mobilizados, enchendo depósitos, os quartéis, os acantonamentos, multidão tumultuosa que patinhava no mesmo lugar, pisando-se nos pés uns dos outros, multidões em desespero que proferiam maldições. Se para o *front* esta massa humana tinha valor ilusório, na retaguarda ela foi um fator ativo de desagregação. Houve, mais ou menos, 5,5 milhões de vítimas, entre mortos, feridos e prisioneiros. O número de desertores aumentava. Já no mês de julho de 1915 os ministros desmanchavam-se em lamentações: “Pobre Rússia! Até o teu exército, que outrora encheu o mundo com o canglor de suas vitórias, hoje em dia se compõe apenas de covardes e desertores!”

Os próprios ministros, gracejando em seu estilo chistoso, ridicularizavam “a bravura dos generais ao bater em retirada” e perdiam horas e horas discutindo sobre se evacuariam ou não as relíquias de Kiev. O czar achava que não era indispensável, porquanto “os alemães não ousariam tocar nelas e, no caso de se arrisarem, se dariam muito mal!” O Sínodo, entretanto, já empreendera a evacuação: “Partindo”, declarou, “levamos o que nos é mais precioso.” Isto se passava não na época das Cruzadas, mas no século XX, quando as derrotas da Rússia eram anunciadas pelo rádio.

Os sucessos alcançados pela Rússia sobre a Áustria-Hungria provinham mais da situação desta última que da própria Rússia. A monarquia dos Habsburgos, em putrefação, reclamava de há muito o seu coveiro, sem exigir mesmo que fosse altamente qualificado. A Rússia, mesmo no passado, conseguira o domínio de Estados em decomposição, tais como a Turquia, a Polônia e a Pérsia. O *front* do sudoeste das tropas russas, dirigido contra a Áustria, obteve grandes vitórias, o que o fez sobressair perante as demais frentes. Ali destacaram-se muitos generais que, a bem dizer, não demonstraram de modo algum suas aptidões de guerreiros, mas que, em todo caso, não estavam saturados do fatalismo que caracteriza os capitães invariavelmente derrotados. Deste meio foi que saíram, mais tarde, alguns “heróis”, dentre os Brancos, na guerra civil.

Procurava-se a quem responsabilizar, por toda parte. Acusava-se de espionagem a todos os judeus, sem exceção. Davam como suspeitos todos cujo nome de família fosse alemão. O estafe do grão-duque Nikolai Nikolaievich mandou fuzilar o coronel Myasoyedov, da Polícia, como espião alemão – o que provavelmente não era. Prenderam o ministro da Guerra, Sukhomlinov, homem insignificante e tarado, acusando-o, não sem fundamento talvez, de alta traição. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, Grey, declarou ao presidente da delegação parlamentar da Rússia que o governo do czar agiria temerariamente caso resolvesse em plena guerra inculpar de alta traição seu próprio ministro da Guerra. O estado-maior e a Duma acusavam a corte imperial de germanofilia. Todos estavam invejosos dos aliados e, entretanto, os detestavam. O comando francês poupava as suas tropas utilizando, em primeiro lugar, os soldados russos. A Inglaterra preparava-se lentamente. Nos salões de Petrogrado e nos estados-maiores do *front* davam-se ao prazer de inocentes pilhérias. “A Inglaterra – diziam – jurou resistir até a última gota de sangue... do soldado russo.” Tais pilhérias se insinuavam nos níveis inferiores e eram repetidas no *front*. “Tudo pela guerra!”, diziam os ministros, os deputados, os generais, os jornalistas. “Sim – começou a dizer o soldado nas trincheiras – estão prontos para guerrear até a última gota... do meu sangue.”

O Exército russo, no decurso da guerra, sofreu as maiores perdas que qualquer outro dos exércitos envolvidos no massacre: mais ou menos 2,5 milhões de homens mortos, ou seja, 40% das perdas sofridas pelos exércitos

da Entente. Durante os primeiros meses, os soldados caíam sob os projéteis sem refletir ou com pouca reflexão. De um dia para o outro porém, a experiência deles crescia, a amarga experiência das camadas inferiores que ninguém é capaz de comandar. Eles mediam a imensidade da desordem criada pelos generais através das inúteis marchas e contramarchas executadas sobre a sola dos sapatos gastos, segundo ainda o número de refeições que deixavam de fazer. Na sangrenta *débâcle* dos homens e das coisas, uma palavra se elevava para tudo explicar: “Que absurdo!”, e na linguagem rude do soldado, o termo empregado era certamente mais apimentado.

A decomposição na infantaria, composta de camponeses, era bem mais rápida que em outros setores. A artilharia, composta de maior proporção de operários de indústria, distingue-se em geral pela capacidade bem maior de assimilar as ideias revolucionárias: isto foi verificado em 1905. Se, em 1917, contrariamente, a artilharia se mostrou mais conservadora do que a infantaria, deve-se ao fato de que nos quadros da infantaria foram admitidas, constantemente, novas massas humanas cada vez menos educadas; a artilharia, entretanto, sofrendo perdas infinitamente menores, conservava os antigos quadros. A mesma observação pode ser feita quanto às outras armas especiais. No final das contas, porém, a artilharia também começou a ceder. Durante a retirada da Galícia, uma instrução secreta do comandante em chefe ordenava que fossem açoitados os soldados que desertassem ou que cometessem outros crimes. O soldado Pireiko conta: “Açoitavam os homens pelos menores delitos; por exemplo, pelo fato de se ausentarem do regimento por algumas horas, sem permissão; muitas vezes mesmo usavam o açoite unicamente para elevar o moral da tropa.” Desde o dia 17 de setembro de 1915, observava Kuropatkin, fazendo referência a Guchkov: “Soldados e suboficiais iniciaram a guerra com ardor. Estão agora extenuados e de tanto baterem em retirada perderam toda a fé na vitória.” Mais ou menos na mesma ocasião o ministro do Interior declarava a respeito dos 30 mil soldados que convalesciam em Moscou: “São elementos turbulentos que se insurgem contra qualquer disciplina, dão escândalos, provocam rixas com os agentes da Polícia (recentemente um policial foi morto pelos soldados), que libertam pela força os indivíduos aprisionados, etc. Sem dúvida, em caso de perturbação, toda esta horda tomará o partido do povo.” O soldado Pireiko, já citado, observa ainda:

“Todos, sem exceção, só se interessavam por uma coisa: a paz... Qual seria o vencedor e o que traria esta paz não eram preocupações do Exército. Ele queria a paz a qualquer preço porquanto estava exausto da guerra.”

Uma boa observadora, S. Feodorchenko, que servia como enfermeira, surpreendeu conversas de soldados, quase adivinhou os seus pensamentos e anotou-os devidamente em folhas de papel. Disto resultou um pequeno livro, *O povo na guerra*, o qual nos permite lançar um golpe de vista nos laboratórios onde as granadas, as bombas, os gases asfixiantes e a baixeza das autoridades trabalhavam, durante longos meses, as consciências de milhares de camponeses russos e onde foram esmagados, juntamente com os ossos das criaturas, os preconceitos seculares. Muitos dos aforismos originais, emitidos pelos soldados, continham já naquela época as palavras de ordem da próxima guerra civil.

O general Ruszky lamentava-se, em dezembro de 1916, pelo fato de Riga constituir a grande desgraça do *front* setentrional. Era, segundo ele, um “ninho de propaganda, o mesmo acontecendo com Dvinsk”. O general Brussilov confirmava esta opinião: os efetivos que voltavam do setor de Riga chegavam desmoralizados; os soldados negavam-se a avançar; mataram a baioneta um capitão; foi preciso fuzilar muitos homens, etc., etc. “O terreno propício à desagregação definitiva do Exército existia muito antes da Revolução”, declara Rodzianko, que mantinha relações com o círculo de oficiais e visitara o *front*.

Os elementos revolucionários, dispersos a princípio, sumiram no Exército sem quase deixar rastro. À medida, porém, que se firmava o descontentamento geral, iam emergindo. Quando, por medida disciplinar, enviaram ao *front* operários que se declararam em greve, as linhas de agitadores foram reforçadas e os movimentos de recuo do Exército forneceram-lhes auditórios favoráveis. O relatório de um agente secreto informava: “O Exército na retaguarda, e particularmente na vanguarda, está cheio de elementos, alguns dos quais são capazes de se transformarem em forças ativas de um levante e outros nada mais saberiam fazer do que se recusarem a reprimi-los.” A direção da Polícia de Petrogrado comunica, em outubro de 1916, baseando-se na exposição de um delegado da União dos Proprietários de Terra, que o estado de espírito do Exército é alarmante, que as relações entre oficiais e soldados são extremamente tensas, que ocorrem

mesmo choques sangrentos, que, por toda a parte, encontram-se milhares de desertores. “Quem passou algum tempo nas proximidades do Exército guarda a impressão completa e sincera de uma incontestável desmoralização das tropas.” Por prudência o comunicado acrescenta que, se estas informações parecem pouco verídicas em muitos pontos, deve-se, em todo caso, dar crédito a elas tanto mais que inúmeros médicos que voltaram do *front* prestaram declarações idênticas. O estado de espírito da retaguarda correspondia com o do *front*. Na conferência do Partido Cadete, em outubro de 1916, a maioria dos delegados fez referência à apatia e à falta de fé na vitória “em todas as camadas da população, particularmente nos campos e entre a gente pobre das cidades”. A 30 de outubro de 1916, o diretor do Departamento de Polícia, resumindo um certo número de relatórios, escrevia o seguinte: “Observa-se em toda a parte e em todas as camadas da população uma espécie de cansaço provocado pela guerra, o desejo ardente de uma paz rápida, sob quaisquer condições em que for firmada.” Alguns meses mais tarde todos esses senhores – deputados e policiais, gerais e delegados do poder, latifundiários – afirmariam com a maior segurança que a Revolução matara, no Exército, o patriotismo, e que a vitória, de antemão garantida, fora arrebatada pelos bolcheviques.

O papel de corifeus no concerto belicoso dos patriotas coube aos constitucionalistas democratas (Cadetes), indiscutivelmente. Tendo rompido os seus laços problemáticos com a Revolução em fins de 1905, o liberalismo, logo no início da contrarrevolução, levantou a bandeira do imperialismo. Esta atitude era consequência da primeira: uma vez que era impossível livrar o país das antiquilhas do feudalismo, para assegurar à burguesia uma situação dominante, não restava senão concluir uma aliança com a monarquia e a nobreza, com a finalidade de melhorar a situação do capital russo no mercado mundial. Se é exato ter sido a catástrofe universal preparada em diversos lugares, de tal modo que foi até um certo ponto inesperada, mesmo para os organizadores mais responsáveis, não é menos duvidoso que na preparação desta catástrofe o liberalismo russo, na qualidade de animador da política externa da monarquia, não se encontrasse no último lugar. A guerra de 1914 foi reconhecida pelos líderes da burguesia russa como a sua própria guerra. No decorrer de uma sessão solene da Duma nacional, a 26 de julho de 1914, o presidente da fração cadete

declarava: “Não apresentamos condições nem formulamos reivindicações; jogamos apenas na balança a nossa vontade firme de vencer o adversário.” A união sagrada tornava-se, também na Rússia, uma doutrina oficial. Durante as manifestações patrióticas de Moscou, o conde Benkendorff, chefe do Cerimonial, gritou em presença dos diplomatas: “Muito bem! Foi esta a Revolução que nos profetizaram em Berlim!” O embaixador da França, Paleologue, reforçava: “Um mesmo pensamento parece ter-se apossado de todos.” Esta gente acreditava ser do seu dever nutrir e semear ilusões em circunstâncias que, deveriam ter calculado, excluía qualquer possibilidade de engano.

As lições que deveriam remediar esta embriaguez não se fizeram esperar muito tempo. Logo depois de estalar a guerra, um dos cadetes mais expansivos, Rodichev, advogado e proprietário latifundiário, gritou no seio do comitê central do seu partido: “Pois então pensais que com estes imbecis possamos alcançar a vitória?” Os acontecimentos provaram que não se pode vencer quando comandados por imbecis. Perdendo grande parte da esperança na vitória, o liberalismo tentou utilizar a situação criada pela guerra para proceder a uma depuração na camarilha palaciana e constranger a monarquia a uma acomodação. O principal meio empregado foi acusar o partido da Corte de sentimentos germanófilos e de tramar a paz em separado.

Na primavera de 1915, quando as tropas, desprovidas de armamentos, recuaram em todo o *front*, decidiu-se nas esferas governamentais, não sem certa pressão dos Aliados, fazer um apelo à iniciativa industrial para os fornecimentos ao Exército. Para este fim foi organizada uma conferência especial constituída, juntamente com os democratas, de industriais designados entre os mais influentes. As Uniões dos Campos e das Cidades criadas no início das hostilidades, assim como os Comitês das Indústrias de Guerra, organizados na primavera de 1915 tornaram-se o ponto de apoio da burguesia em sua luta pela vitória e pelo poder. A Duma nacional, escorando-se nessas organizações, devia manifestar-se com mais ousadia como intermediária entre a burguesia e a monarquia.

As largas perspectivas políticas não desviavam, entretanto a atenção dos pesados problemas da atualidade. Da conferência especial, que era o reservatório central, dezenas, centenas de milhões, que somaram bilhões de rublos, foram distribuídos por meio de canais, irrigando abundantemente

as indústrias e satisfazendo, de passagem, incontáveis apetites. Na Duma nacional e na imprensa, alguns lucros de guerra para 1915-1916 foram levados ao conhecimento público. A Companhia Têxtil dos Riabushinskys, liberais moscovitas, apresentava um lucro líquido de 75%; a Companhia Tver, 111%; as laminações de cobre Kolchugin, cujo capital era de 10 milhões, ganhou mais de 12 milhões num ano. Neste setor a virtude patriótica era generosamente recompensada, e notemos, sem retardamento.

A especulação de toda a espécie e as operações na Bolsa atingiram o paroxismo. Imensas fortunas surgiam da espuma sangrenta. O pão e o combustível faltaram na capital: isto não impediu que o joalheiro Faberget, fornecedor da corte, não se vangloriasse de jamais ter feito tão bons negócios. Vyrubova, dama de honra da tzarina, conta que nunca em temporadas anteriores foram encomendados tantos ornamentos luxuosos, nem se comprou tantos diamantes como no inverno de 1915-1916. As casas de diversões noturnas estavam superlotadas de heróis da retaguarda, de emboscados,* e, falando mais simplesmente, de respeitáveis personagens demasiado idosos para seguirem para o *front*, embora suficientemente jovens para levar uma vida alegre. Os grão-duques não foram os últimos a participarem do festim em tempo de peste.** Ninguém hesitava em fazer despesas excessivas. Uma chuva de ouro caía das alturas sem parar. A “alta sociedade” estendia as mãos, abria os bolsos para “pegar mais” e as damas da aristocracia levantavam a saia o mais alto possível; todos patinhavam numa lama sangrenta – banqueiros, intendentos, industriais, bailarinas do tzar e grão-duques, prelados ortodoxos, damas e *demoiselles* da Corte, deputados liberais, generais da vanguarda e da retaguarda, advogados radicais, sereníssimos tartufos dos dois sexos, incontáveis sobrinhos e, sobretudo, incontáveis sobrinhas. Todos se apressavam em surrupiar e abocanhar, temerosos de ver terminada a chuva de ouro, tão bendita, e todos afastavam com indignação a ideia de uma paz prematura.

Os lucros auferidos em comum, as derrotas no exterior, os perigos no interior, proporcionaram uma aproximação dos partidos das classes

* *Emboscado*. Na guerra de 14-18, militar que conseguia com o Governo uma situação de segurança na retaguarda; “desertor legal”. [Nota da tradutora.]

** Alusão a um poema de Puchkin. [Nota da edição francesa.]

possuidoras. A Duma, dividida nas vésperas da guerra, coseguiu em 1915 a maioria da oposição patriótica, que tomou o nome de Bloco Progressista. As finalidades oficialmente declaradas foram, bem entendido, as de “satisfazer as necessidades provocadas pela guerra”. Neste bloco não entraram, da esquerda, os sociais-democratas e os trabalhistas, e, da direita, os pequenos grupos bem conhecidos, como os Cem Negros, de caráter extremamente reacionário. Todas as outras facções da Duma – os cadetes, os progressistas, os três grupos de outubristas, o centro e parte dos nacionalistas – entraram no Bloco ou se aliaram a ele, o mesmo acontecendo com os grupos nacionais: poloneses, lituanos, muçulmanos, judeus, etc. Temendo assustar o tzar com a solicitação de um Ministério responsável, o Bloco pediu “um governo de coalizão, composto de personalidades que gozassem da confiança do país”. Desde então o ministro do Interior, príncipe Sherbatov, caracterizara o Bloco como sendo um agrupamento provisório, “uma coligação nascida das apreensões existentes a respeito de uma Revolução social”. Aliás, para compreender este raciocínio, não havia necessidade alguma de grande perspicácia. Miliukov, líder dos cadetes e, portanto, do bloco oposicionista, dizia, numa convenção do seu partido: “Andamos sobre um vulcão... A tensão atingiu o limite máximo. Bastaria um fósforo atirado imprudentemente, para provocar um incêndio horrível... Qualquer que seja o poder, bom ou mal, um poder forte é, no momento, mais necessário que nunca.”

Era tão grande a esperança de ver o tzar, abatido por tantos desastres, fazer concessões, que na imprensa liberal foi publicada em agosto uma lista antecipadamente confeccionada dos membros de um “Gabinete de confiança”: como presidente da Duma, Rodzianko, como primeiro-ministro (segundo outra versão, designava-se para primeiro-ministro o príncipe Lvov, presidente da União dos Proprietários de Terra), Guchkov seria o ministro do Interior, o dos Negócios Estrangeiros Miliukov, e aí por diante. A maioria dessas personalidades, que se designavam a si próprias para uma aliança com o tzar e contra a Revolução, devia, dezoito meses mais tarde, fazer parte de um governo que se dizia “revolucionário”. Tais pilhérias a História se permite mais de uma vez. No momento a que nos referimos, a brincadeira, ao menos, não durou muito.

Em sua maioria, os ministros do Gabinete Goremykin eram cadetes desorientados com a feição que as coisas tomavam e que, por isso,

inclinavam-se para um entendimento com o Bloco Progressista. “Um Governo que não conta com a confiança do poder supremo, nem do Exército, nem das cidades, nem dos *zemstvos*, nem da nobreza, nem dos negociantes, nem dos operários – é incapaz não somente de trabalhar como também de existir. O absurdo é evidente.” Era nesses termos que o príncipe Sherbatov apreciava, em agosto de 1915, o governo do qual fazia parte na qualidade de ministro do Interior. “Se conduzirmos o caso convenientemente e se deixarmos uma saída aberta”, dizia Sazonov, ministro do Exterior, “os cadetes serão os primeiros a procurar acordo. Miliukov é um burguês inveterado e teme, mais do que tudo, a Revolução social. Além disso, a maioria dos cadetes teme pelos seus capitais.” De seu lado, Miliukov também esperava que o Bloco Progressista “teria de fazer algumas concessões”. As duas partes, portanto, estavam dispostas a negociar e poder-se-ia acreditar que tudo andaria facilmente. A 29 de agosto, entretanto, o presidente do Conselho, Goremykin, burocrata carregado de desafios e honrarias, um velho cínico que só se ocupava de política entre duas partidas ganhas no baralho, na *grand-patience*, e que afastava todas as queixas dizendo que a “guerra não lhe dizia respeito”, dirigiu-se ao estado-maior do tzar para apresentar-lhe um relatório; de lá voltou com a notícia de que tudo e cada um deveria permanecer no seu lugar, com exceção da Duma nacional, por demais presunçosa e cuja sessão seria adiada para o dia 3 de setembro. A leitura do golpe do tzar decretando o adiamento da Duma foi ouvida sem uma só palavra de protesto: os deputados deram hurras ao tzar e se dispersaram.

Como então o governo czarista – que, segundo suas próprias declarações, não contava com qualquer espécie de apoio – pôde manter-se no poder ainda por um ano e meio? Os sucessos efêmeros do Exército russo tiveram sem dúvida alguma influência reforçada por benéfica chuva de ouro. Os sucessos no *front* estacionaram na verdade bastante cedo, mas os lucros na retaguarda subsistiam. Todavia, a causa principal do fortalecimento da monarquia, um ano antes de sua queda, residia numa diferenciação muito clara do descontentamento popular. O chefe da Polícia Secreta de Moscou declarava em relatório que a burguesia começava a tender para a direita levada pelas “apreensões de excessos revolucionários que se dariam depois da guerra”; no decorrer das hostilidades, como se vê, era ainda a Revolução considerada como improvável. O que, além do mais, alarmava os industriais, era o fato de

“certos dirigentes dos comitês das indústrias de guerra estarem em idílio com o proletariado”. Como conclusão, o coronel Martynov, da Polícia – que por dever profissional não lera sem proveito a literatura marxista – declarava que a relativa melhoria da situação política devia-se a “uma diferenciação cada vez mais acentuada das classes sociais que punha a descoberto as vivas contradições de interesses, particularmente sentidas no período que se atravessa”.

A dissolução da Duma, em setembro de 1915, foi um desafio lançado diretamente à burguesia e não aos operários. Enquanto, porém, os liberais se dispersavam aos gritos de hurra ao czar – se bem que proferidos sem muito entusiasmo – os operários de Petrogrado e de Moscou replicaram com greves de protesto. Foi uma nova ducha fria para os liberais: temiam mais do que tudo a intromissão indesejável de terceiros no seu dueto familiar com a monarquia. Entretanto, que fariam em seguida? Sob os tímidos grunhidos de sua ala esquerda, o liberalismo optou por uma receita experimentada: permanecer exclusivamente no terreno da legalidade e tornar a burocracia “de qualquer maneira inútil”, assumindo as funções patrióticas. Foi necessário, em todo o caso, deixar de lado a lista do Ministério liberal que haviam projetado.

Nesse meio tempo, a situação se agravava automaticamente. Em maio de 1916 a Duma foi novamente convocada, mas ninguém sabia exatamente para quê. De qualquer maneira, a Duma não tinha a intenção de lançar um apelo à Revolução. Além disso, nada tinha para dizer. “Durante esta sessão”, diz Rodzianko em suas memórias, “as reuniões foram cansativas, os deputados pouco assíduos... A luta constante parecia infrutífera, o Governo nada queria ouvir, a confusão crescia, e o país corria para a perda.” O medo da burguesia diante da Revolução, e sua impotência, mesmo sem Revolução, asseguraram à monarquia, durante o ano de 1916, uma aparência de apoio social.

Pelo outono a situação ainda mais se agravou. Tornava-se evidente a falta de esperança na guerra; a indignação das massas populares ameaçava a todo instante transbordar. Continuando, como anteriormente, a atacar o partido da corte, acusando-o de germanofilia, os liberais julgavam indispensável sondar se havia alguma chance de paz, pois preparavam o seu amanhã. Somente assim se explicam as conferências que se realizaram em Estocolmo, no outubro de 1916, entre o deputado Protopopov, um dos líderes do Bloco

Progressista, e o diplomata alemão Warburg. A delegação da Duma que visitou amistosamente os franceses e ingleses pôde, sem dificuldade, verificar em Paris e em Londres que os queridos aliados tinham, enquanto durasse a guerra, a intenção de extrair da Rússia todas as suas forças vivas e, após a vitória, fazer deste país atrasado o campo principal de suas explorações econômicas. A Rússia, destruída e rebocada pela Entente vitoriosa, seria mais do que uma colônia. As classes possuidoras da Rússia não tinham outro recurso senão tentar libertar-se dos abraços por demais apertados da Entente e encontrar o seu próprio caminho para a paz, utilizando o antagonismo de dois formidáveis adversários. A entrevista que o presidente da delegação da Duma manteve com o diplomata alemão, primeiro passo naquele caminho, significava também uma ameaça aos Aliados, com o fim de conseguir concessões e, ao mesmo tempo, um esforço de sondagem para verificar as possibilidades reais de aproximação com a Alemanha. Protopopov agia de acordo, não apenas com a diplomacia do czar – a entrevista teve lugar em presença do embaixador da Rússia na Suécia –, mas com toda a delegação da Duma nacional. Os liberais, ao realizarem este reconhecimento, mantinham em relação à política interna planos não destituídos de menor importância. “Confia em nós – teriam dito ao czar – e te arranjaríamos uma paz em separado melhor e mais segura do que a de Sturmer.*” Segundo o plano de Protopopov, isto é, de seus inspiradores, o Governo russo deveria notificar os Aliados, “com alguns meses de antecedência”, da necessidade de entabular conversações de paz, e a Rússia deveria assinar a paz em separado com a Alemanha. Em confissão escrita depois da Revolução, Protopopov fala como de algo muito natural que “todas as pessoas razoáveis da Rússia, e incluídos nesse número quase todos os líderes do partido Liberdade do Povo (Cadetes), estavam persuadidas de que a Rússia não se encontrava mais em condições de prosseguir na guerra”.

O czar, a quem Protopopov, logo após seu regresso, fez um relatório sobre a sua viagem e suas conferências, acolheu a ideia de uma paz em separado com a maior simpatia. Não via, porém, razão alguma para associar os liberais neste caso. O fato de o próprio Protopopov, por mero acaso, ter sido admitido na camarilha do Palácio, rompendo com o Bloco

* Primeiro-ministro de janeiro a novembro de 1916.

Progressista, se explica unicamente pelo caráter desse vaidoso que se enamorou, segundo suas próprias palavras, do czar e da czarina, ao mesmo tempo que se apaixonava por uma pasta inesperada, de ministro do Interior. Que Protopopov tenha traído o liberalismo é um episódio que em nada modifica o sentido geral da política externa dos liberais, combinação de cupidez, covardia e felonía.

A 1º de novembro a Duma reuniu-se novamente. A superexcitação do país atingira um grau intolerável. Esperava-se da Duma atos decisivos. Era necessário fazer ou, pelo menos, dizer alguma coisa. O Bloco Progressista viu-se ainda uma vez constringido a recorrer às denúncias parlamentares. Enumerando, da tribuna, os principais atos do Governo, Miliukov, em cada parágrafo, fazia esta pergunta: “É isto uma estupidez ou uma traição?” Outros deputados elevavam igualmente a voz. O Governo quase não encontrou defensores. Replicou ao seu modo: proibiu a publicação dos discursos pronunciados na Duma. Em consequência, estes discursos foram propagados através de milhões de exemplares. Não houve um serviço público, na retaguarda ou no *front*, onde não se ocupasse em recopiar as arengas sediciosas, frequentemente com acréscimos que correspondiam ao temperamento do copista. A repercussão dos debates de 1º de novembro foi de tal natureza que os próprios acusadores temeram.

O grupo da extrema direita, o dos burocratas inveterados, inspirados por Durnovo, o homem que reprimira a Revolução de 1905, apresentou então ao czar uma petição que era todo um programa. O olhar desses dignitários experimentados, que tinham passado pela séria escola policial, alcançava longe e o ponto certo, e se as receitas se revelavam inúteis é que não existia qualquer remédio contra as doenças do antigo regime. Os autores da petição pronunciavam-se contra todas as concessões feitas à oposição burguesa, não, pensavam eles, que os liberais desejassem levar muito longe as suas reivindicações, como imaginavam os Cem Negros de baixa extração – que os dignitários da reação olhavam do alto de sua grandeza – não, de modo algum, mas a infelicidade residia, segundo eles, no fato de os liberais serem “tão fracos, tão divididos entre si e, falando claramente, tão medíocres, que o seu triunfo seria tão efêmero quanto instável”. A fraqueza do principal partido da oposição, o dos constitucionais-democratas (cadetes) se definia pelo próprio nome: este partido dizia-se democrático apesar de

ser essencialmente burguês; compondo-se, em grande parte, de proprietários liberais, havia inscrito em seu programa a obrigação de os camponeses comprarem terras. “Exceção feita aos trunfos tomados de empréstimo às cartas alheias”, escrevem os conselheiros secretos usando uma linguagem que trai seus hábitos, “os cadetes não passam de uma aglomeração numerosa de advogados, professores e funcionários de diversos departamentos, todos liberais: nada mais.” Outra coisa são os revolucionários. A petição enviada ao tzar reconhece a importância dos partidos revolucionários, e os autores devem ter rangido os dentes ao escreverem: “O perigo que estes partidos representam e a força deles residem no fato de terem uma ideia, de terem dinheiro (!), e de contarem com uma multidão pronta e bem organizada.” Os partidos revolucionários “estão no direito de contar com a simpatia da esmagadora maioria da classe camponesa, que seguirá o proletariado tão logo os líderes revolucionários façam o sinal para se apossarem das terras alheias”. A que levaria, em tais condições, a organização de um Ministério responsável perante o Parlamento? “A um esmagamento completo e definitivo dos partidos de direita, a uma absorção gradativa dos partidos intermediários – centro, conservadores-liberais, outubristas e progressistas – pelo partido dos cadetes, que no início assumiria importância decisiva. Os cadetes, porém, estavam ameaçados de sofrer a mesma sorte... e em seguida viria a multidão revolucionária, seria a Comuna, a destruição da dinastia, os *pogroms* das classes possuidoras, e finalmente a pilhagem dos mujiques.” Não se pode negar que a fúria reacionária e policial não se tenha alçado aqui a originais previsões históricas.

A parte positiva do programa nada trazia de novo, mas era consequente: constituir um governo composto de implacáveis partidários da autocracia; abolir a Duma; decretar o estado de sítio nas duas capitais; preparar contingentes para esmagar a revolta. Este programa foi, em suma, a base da política do Governo durante os últimos meses que precederam a Revolução. Entretanto, para ser bem sucedido, este plano exigia forças idênticas às que Durnovo tivera à sua disposição no inverno de 1905, e que não mais existiam no outono de 1917. A monarquia tentou, pois, asfixiar o país discretamente, dividindo as resistências. O Ministério foi modificado, só foi nomeada gente “sua” – gente toda devotada incondicionalmente ao tzar e à tzarina – e, à frente, o trãnsfuga Protopopov, era insignificante e

digno de lástima. A Duma não foi dissolvida, mas adiaram-na, novamente. A declaração do estado de sítio em Petrogrado foi marcada para uma data que, ao chegar, a Revolução tinha obtido a vitória. Quanto às forças militares preparadas para esmagar a revolta, foram elas também arrastadas à sedição. Tudo isto foi revelado dois ou três meses mais tarde.

O liberalismo, durante este tempo, envidava os últimos esforços para salvar a situação. Todas as organizações da burguesia censitária apoiaram os discursos oposicionistas pronunciados na Duma em novembro, com uma série de novas declarações. De todas, a mais insolente foi a resolução da União das Cidades, a 9 de dezembro: “Criminosos irresponsáveis, verdadeiros celerados, procuram a derrota da Rússia, assim como o opróbrio e a escravidão.” A Duma nacional foi convidada “a não se dissolver enquanto não se conseguisse a formação de um Governo responsável”. Até mesmo o Conselho de Estado, órgão da burocracia e da grande propriedade, pronunciou-se também por um apelo para que personalidades que gozassem da confiança do país fizessem parte do governo. A mesma solicitação foi formulada pelo congresso da nobreza unificada: até as pedras cobertas de limo se punham a falar. Porém coisa alguma mudou. A monarquia não largava, de forma alguma, os restos de poder que tinha nas mãos.

A última sessão da Duma foi marcada, depois de hesitações e contratempos, para o dia 14 de fevereiro de 1917. Apenas duas semanas faltavam para o início da Revolução. O órgão dos cadetes, o *Rech*, publicou uma carta de Miliukov pondo os operários em guarda contra “os conselhos maus e perigosos” oriundos de “fontes obscuras”, ao mesmo tempo que se publicava um comunicado do general Khabalov, chefe da guarnição militar de Petrogrado, proibindo manifestações. Apesar das greves, a reabertura da Duma realizou-se em relativa calma. Simulando não mais se interessar pelo caso do poder, a Duma ocupou-se de um problema exclusivamente prático, apesar de grave: o abastecimento. A atmosfera era entorpecedora. Mais tarde lembrou Rodzianko: “Sentia-se a impotência da Duma, o seu cansaço em face da luta inútil.” Miliukov repetia que o Bloco Progressista “agiria pela palavra e tão só pela palavra”. Foi nesta disposição que a Duma se engajou no turbilhão da Revolução de Fevereiro.

.....

Capítulo III

O PROLETARIADO E OS CAMPONESES

DEU O PROLETARIADO RUSSO os seus primeiros passos dentro das condições políticas de um Estado despótico. Greves proibidas, organizações clandestinas, manifestações de rua, choques com a polícia e a tropa, tal foi a sua escola, fruto da combinação de um capitalismo em rápido desenvolvimento com um absolutismo que lentamente cedia suas posições. A concentração de operários em fábricas gigantescas, o caráter igualmente concentrado da opressão exercida pelo Estado e, enfim, a força impulsiva de um proletariado jovem e vigoroso, transformaram a greve política, tão rara no Ocidente, no método essencial da luta na Rússia. O número de greves operárias, desde o princípio do século, é o mais eloquente índice da história política da Rússia. Apesar do nosso propósito de não sobrecarregar o texto com números, é impossível deixar de citar o quadro das greves políticas na Rússia, no período de 1903 a 1917. Estes dados, reduzidos à expressão mais simples, referem-se tão só às empresas submetidas à inspeção das fábricas. As estradas de ferro, as indústrias mineiras e metalúrgicas, os artesanatos, assim como as pequenas empresas em geral, sem falar, naturalmente, da agricultura, não entram nesse cálculo, por diversos motivos. Apesar disso, a curva do movimento das greves não perde absolutamente o seu relevo.

Temos diante de nós a curva, única no gênero, da temperatura política de uma nação que trazia em suas entranhas uma grande Revolução. Num país atrasado, onde o proletariado não era numeroso – nas empresas subordinadas à inspeção das fábricas havia mais ou menos um milhão e meio de operários, em 1905, e mais ou menos dois milhões em 1917 – o movimento grevista alcançou uma proporção até então desconhecida pelo mundo inteiro. Levando-se em conta a fraqueza da democracia pequeno-burguesa e a dispersão e a cegueira política do movimento camponês, a greve revolucionária dos operários transformou-se num aríete que a nação, ao despertar, dirigia contra a fortaleza do absolutismo. Basta saber que foi de 1 843 000 o número de grevistas que participaram das greves políticas somente no ano de 1905 (os operários que participaram de diversas greves estão incluídos nesses dados mais de uma vez) para apontarmos, no quadro demonstrativo das greves, o ano da Revolução, mesmo que nada, mais soubéssemos sobre as efemérides políticas da Rússia.

<i>Ano</i>	<i>Número de grevistas políticos</i>
1903.....	87 000*
1904.....	25 000*
1905.....	1 843 000
1906.....	651 000
1907.....	540 000
1908.....	93 000
1909.....	8 000
1910.....	4 000
1911.....	8 000
1912.....	550 000
1913.....	502 000
1914 (primeiro semestre).....	1 059 000
1915.....	156 000
1916.....	310 000
1917(janeiro/fevereiro).....	575 000

* As cifras de 1903 e 1904 referem-se a todas as greves, sem dúvida predominantemente econômicas.

Em 1904, primeiro ano da guerra russo-japonesa, a inspeção das fábricas acusou um total de 25 mil grevistas. Em 1905 o número de operários que tomaram parte nas greves políticas e econômicas ascendeu, em conjunto, ao total de 2 milhões 863 mil, isto é, um número 115 vezes maior que o do ano anterior. Este salto prodigioso demonstra por si mesmo que o proletariado, obrigado pela marcha dos acontecimentos a improvisar esta atividade revolucionária inaudita, devia, a todo custo, tirar de seu próprio seio uma organização que correspondesse à amplitude da luta e à grandiosidade dos fins que perseguia: assim nasceram os soviets (conselhos) da primeira Revolução, convertidos posteriormente em órgãos da greve geral e da luta pela conquista do poder.

O proletariado, esmagado em sua insurreição de dezembro de 1905, envida esforços heroicos, como o demonstra a estatística das greves, para conservar parte das suas posições arrebatadas no decorrer dos anos subsequentes, anos que ainda viveram do impulso revolucionário apesar de terem sido anos de regressão. Os quatro anos seguintes (1908-1911) refletem-se no espelho da estatística das greves como um período de contrarrevolução vitoriosa. A crise industrial, que com esses anos coincide, esgota ainda mais o proletariado já exausto. A profundidade da queda é proporcional à altura alcançada no voo anterior. Estes simples dados gravaram fielmente as convulsões da nação.

A partir de 1910 a vida industrial se reanima, põe novamente o operariado de pé e dá novo impulso às suas energias. Os dados de 1912-1914 reproduzem, quase, os de 1905-1907, porém em sentido inverso: a tendência não é mais para a queda, senão para a ascensão. Inicia-se nova ofensiva revolucionária sobre bases históricas mais elevadas – desta vez os operários são mais numerosos e têm maior experiência. O primeiro semestre de 1914, quanto à importância das greves políticas, quase que se equipara ao ano que marcou o apogeu da primeira Revolução. Desencadeia-se, porém, a guerra, que interrompeu brutalmente o processo. Os primeiros meses caracterizaram-se pela inação política da classe operária. Entretanto, logo na primavera de 1915, o torpor começa a dissipar-se. Abre-se novo ciclo de greves políticas que, em fevereiro de 1917, culmina com a insurreição dos operários e soldados.

Os violentos fluxos e refluxos da luta das massas tornaram o proletariado russo, em poucos anos, quase que irreconhecível. Fábricas que, dois

ou três anos antes, se haviam declarado unanimemente em greve por um simples ato arbitrário de policiais, perdiam agora toda a aparência de espírito revolucionário e deixavam passar sem protestos os mais monstruosos crimes das autoridades. As grandes derrotas desanimam por muito tempo. Os elementos revolucionários perdem a autoridade sobre as massas. Na consciência destas afloram os preconceitos e as superstições mal incubadas. As massas ignorantes, oriundas dos campos, desagregam por algum tempo as fileiras operárias. Os cépticos meneiam ironicamente a cabeça. Assim sucedeu nos anos de 1907 a 1911. Os processos moleculares nas massas curam, entretanto, as feridas psíquicas ocasionadas pela derrota. Uma reviravolta nos acontecimentos ou, então, um surdo desenvolvimento econômico inauguram um novo ciclo político. Os elementos revolucionários tornam a encontrar o seu auditório. A luta recomeça em estágio mais elevado.

Para compreender as duas principais correntes da classe operária na Rússia, é importante considerar que o menchevismo formou-se, definitivamente, durante os anos de reação e de regressão, apoiando-se principalmente na pequena camada de operários que havia rompido com a Revolução, enquanto que o bolchevismo, terrivelmente esmagado durante o período da reação, subiu rapidamente à crista da nova onda revolucionária no decurso dos anos que antecederam a guerra. O elemento mais enérgico, o mais audacioso, o mais incansável na luta, o mais capaz de resistir e de reorganizar-se constantemente – “encontra-se no grupo de indivíduos concentrados em torno de Lenine...” Assim apreciava o departamento de polícia o trabalho dos bolcheviques durante os anos que precederam a guerra.

Em julho de 1914, quando os diplomatas cravaram o último cravo na cruz destinada a crucificar a Europa, Petrogrado estava em plena ebulição revolucionária. O presidente da República francesa, Poincaré, ao vir depositar uma Coroa sobre o túmulo de Alexandre III, deve ter escutado os derradeiros ecos de uma batalha de rua por entre os primeiros gritos das manifestações patrióticas.

Se a guerra não se houvesse intercalado, teria o movimento ofensivo das massas, no período de 1912 a 1914, provocado a queda do tzarismo? Não é possível dar resposta categórica a esta pergunta. O *processus* inelutavelmente conduzia à Revolução. Quais seriam, então, as etapas pelas quais teria que passar? Não lhes estaria reservada nova derrota? De

quanto tempo necessitariam os operários para sublevar os camponeses e conquistar a adesão do exército? Em tão variadas direções só é possível conjeturas. O certo é que a guerra, de início, retardou o *processus* para, na fase seguinte, apressá-lo ainda mais fortemente, assegurando-lhe esmagadora vitória.

O movimento revolucionário paralisou-se ao primeiro rufar de tambor. Foram mobilizados os elementos operários mais ativos. Os revolucionários militantes foram transferidos das fábricas para a frente de batalha. As greves eram rigorosamente reprimidas. A imprensa operária foi suprimida. Os sindicatos asfixiados. Centenas de milhares de adolescentes, mulheres, camponeses, entraram para as oficinas. Em conexão com o desmoroamento da Internacional, a guerra, politicamente, desorientou as massas de modo extraordinário, permitindo que as administrações das fábricas, que haviam levantado a cabeça, pudessem falar patrioticamente em nome de suas empresas, arrastando consigo parte considerável da mão de obra e constringendo a um silêncio expectante os operários mais audaciosos e mais resolutos. Refugiou-se o pensamento revolucionário nos pequenos e silenciosos círculos. Naquela época, nas fábricas, ninguém se arriscava a declarar-se “bolchevique”, por temor de ser aprisionado e mesmo brutalizado pelos operários atrasados.

No momento em que a guerra explodiu a fração bolchevique na Duma, cujo efetivo era fraco, não se mostrou à altura de suas responsabilidades. Uniu-se aos deputados mencheviques e formulou uma declaração na qual se comprometia a “defender os bens culturais do povo, contra todos os assaltos, de qualquer lado que viessem”. A Duma aprovou com aplausos aquela rendição. Nenhuma das organizações, nenhum dos grupos russos do partido, tomou abertamente a posição derrotista que Lenine proclamara no estrangeiro. A proporção de patriotas entre os bolcheviques, revelou-se, entretanto, insignificante. Contrariamente aos *narodniks** e mencheviques, já em 1914 os bolcheviques começaram a propagar entre a massa e pela im-

* *Narodnik*. Nome geral para os não marxistas que originalmente esperavam realizar a regeneração da Rússia “indo ao povo (*narodi*)”, e fora dele dinamizavam o partido social-revolucionário. Os mencheviques eram a direita, ou chamados ‘moderados’, ala do partido marxista ou socialdemocrata que Lenine abandonou em 1903. [Nota de Max Eastman.]

prensa e pela palavra a agitação contra a guerra. Os deputados na Duma cedo voltaram de sua desorientação e retomaram o trabalho revolucionário, do qual estavam as autoridades perfeitamente informadas, graças à extensa rede de serviços de provocadores. Basta dizer que, dos sete membros que compunham o comitê do partido, em Petersburgo, nas vésperas da guerra, três eram agentes do serviço secreto czarista. Era assim que o czarismo brincava de cabra-cega com a Revolução e em novembro os deputados bolcheviques foram presos. Em todo o país foram tomadas medidas para a destruição do partido. Em fevereiro de 1915 a fração parlamentar compareceu perante os tribunais. Mantiveram os acusados atitude reservada. Kamenev, na qualidade de inspirador teórico da bancada, desaprovava a posição derrotista de Lenine, assim como Petrovsky, atualmente presidente do comitê-executivo-central da Ucrânia. Notou o departamento de polícia, com satisfação, que a severa sentença exarada contra os deputados bolcheviques não provocara movimento algum de protesto entre os operários.

A guerra parecia ter escamoteado a classe operária. Em grande parte isto aconteceu: em Petrogrado foram os efetivos da mão de obra renovados numa proporção de quase 40 %. Interrompeu-se brutalmente a continuidade revolucionária. Tudo o que antes existira, e particularmente a bancada bolchevista na Duma, fora subitamente relegado ao passado e quase mergulhou no esquecimento. Sob as aparências falaciosas de pacificação, de patriotismo e talvez mesmo de uma certa dose de monarquismo, acumulavam-se os estados de alma próprios a nova explosão.

Os ministros do czar comunicavam entre si, em agosto de 1915, que os operários “por toda parte procuravam espalhar a traição, os entendimentos com os alemães, a sabotagem em favor do inimigo, e se empenhavam por descobrir os culpados de nossos reveses no *front*”. Nesse período, o senso crítico das massas, efetivamente, acordava e, parcialmente a descoberto, parcialmente camuflado, seguidamente reclamava da “defesa da pátria”. Não era esta ideia, porém, senão um ponto de partida. O descontentamento dos operários abria brechas dia a dia mais profundas, reduzia ao silêncio os contramestres – os Cem Negros de seu meio – e permitia aos operários bolcheviques levantarem a cabeça.

Passa então a massa operária da crítica à ação. A sua indignação revela-se antes de tudo nas desordens produzidas pela escassez do

abastecimento que tomam, em alguns lugares, caráter de verdadeiras convulsões locais. Mulheres, velhos, adolescentes, sentem-se no mercado e na praça pública mais independentes e mais audaciosos do que os operários mobilizados nas fábricas. No mês de maio o movimento em Moscou transforma-se em saque de casas alemãs. Ainda que seus autores fossem oriundos da escória da população urbana protegida pela polícia, a possibilidade de um *pogrom* na Moscou industrial demonstrava que os operários ainda não tinham despertado, a ponto de poderem impor suas palavras de ordem e sua disciplina ao baixo povo das cidades saído do seu equilíbrio. As desordens por motivo do racionamento espalharam-se por todo o país, dissipando a hipnose da guerra e preparando o caminho para as greves.

O afluxo às fábricas de mão de obra pouco qualificada, a corrida desenfreada para a obtenção de lucros de guerra provocaram por toda a parte a deterioração das condições de trabalho e ressuscitaram os mais grosseiros processos de exploração. O valor do salário era automaticamente reduzido pela agravação do custo de vida. As greves de caráter econômico foram o inevitável reflexo das massas, reflexo tanto mais intenso quanto por longo tempo reprimido. Eram as greves acompanhadas de *meetings*, de moções de ordem política, de choques com a polícia e, frequentemente, de tiroteio, mesmo com vítimas.

A luta alcança primeiro a região central da indústria têxtil. A 5 de junho, a polícia atira sobre os tecelões de Kostroma: 4 mortos, 9 feridos. A 10 de agosto, abrem as tropas fogo contra os operários de Ivanovo-Voznesensk: 16 mortos e 30 feridos. No movimento dos operários da indústria têxtil estão comprometidos os soldados do batalhão ali sediado. Em diversos pontos do país greves de protesto respondem às fuzilarias de Ivanovo-Voznesensk. A luta econômica intensifica-se paralelamente. Nas primeiras filas marcham, invariavelmente, os operários da indústria têxtil.

Comparativamente ao primeiro semestre de 1914, esse movimento representa grande recuo quanto à violência da pressão e à clareza das palavras de ordem. Não é de causar admiração: massas incultas estão em grande parte envolvidas na luta, enquanto que nas camadas proletárias dirigentes reina a mais completa confusão. Nas primeiras greves que irrompem durante a guerra sente-se, entretanto, a iminência de grandes batalhas. Khvostov, ministro da Justiça, declara a 16 de agosto: “Se, no

momento, não fazem os operários manifestações armadas, é unicamente porque não possuem organização.” Goremykin expressou-se de modo ainda mais preciso: “Para os dirigentes operários o problema reside na falta de organização, porquanto a prisão de cinco de seus membros na Duma dispersou-os.” Acrescentou o ministro do Interior: “Não é possível anistiar os membros da Duma [os bolcheviques], pois constituem o centro de uma organização do movimento operário em suas manifestações mais perigosas.” Pelo menos esses senhores sabiam discernir, sem erro, onde estava o verdadeiro inimigo.

Enquanto o Ministério, mesmo em momento de grande perturbação, se bem que inclinado a fazer concessões, julgasse indispensável dirigir seus golpes contra a cabeça da Revolução operária, isto é, contra os bolcheviques, a alta burguesia esforçava-se por colaborar com os mencheviques. Assustados com a amplitude das greves, os industriais liberais tentaram impor uma disciplina patriótica aos operários, ao admitir os seus representantes nos comitês das indústrias de guerra. O ministro do Interior lamentava-se ao ver quanto lhe era difícil opor-se a essa iniciativa de Guchkov: “Tudo isto é apresentado sob a insígnia do patriotismo e em nome dos interesses da defesa nacional.” É preciso, entretanto, notar que a própria polícia evitara prender os sociais-patriotas, nos quais vislumbrava aliados indiretos na luta contra as greves e os “excessos” revolucionários. A convicção do serviço secreto, de que, enquanto durasse a guerra, não rebentaria qualquer insurreição, baseava-se na exagerada confiança que depositava na força do socialismo patriótico.

Por ocasião das eleições para o comitê das indústrias de guerra, os partidários da defesa nacional, a cuja frente se encontrava o enérgico Gvozdev, operário metalúrgico – encontrá-lo-emos mais tarde como ministro do Trabalho no governo revolucionário de coligação –, ficaram em minoria. Aproveitaram-se então do apoio não somente da burguesia liberal como da burocracia, para derrubar os partidários do boicote, dirigido pelos bolcheviques, e para imporem ao proletariado de Petersburgo uma representação nos órgãos do patriotismo industrial. A posição dos mencheviques foi claramente definida pouco depois, no seio do comitê, em discurso pronunciado por um dos seus representantes: “Deveis exigir que o poder burocrático, atualmente existente, abandone a cena cedendo-vos o lugar,

herdeiros do presente regime!” Esta recente amizade política aumentava de hora em hora. Após a Revolução, daria frutos sazonados.

A guerra civil devastara terrivelmente as organizações clandestinas. Após a prisão da bancada na Duma, ficaram os bolcheviques privados de qualquer organização central no partido. Levaram os comitês locais uma existência apenas episódica e nem sempre mantinham ligações com os demais distritos. A ação provinha de grupos dispersos, de círculos, de indivíduos isolados. Entretanto o movimento das greves que se reanimavam infundia nas fábricas novo entusiasmo e novo vigor. Pouco a pouco o contato foi restabelecido ao se criarem novas ligações entre os grupos. Os trabalhos recomeçaram clandestinamente. O departamento de polícia escreveria mais tarde: “Desde o início da guerra, os leninistas, que na Rússia dirigem a maioria das organizações sociais-democratas clandestinas, puseram em circulação nos principais centros (a saber: Petrogrado, Moscou, Kharkov, Kiev, Kostroma, a província de Vladimir, Samara) uma quantidade considerável de publicações revolucionárias, exigindo o fim das hostilidades, a queda do poder atual e a proclamação da República; além disso, tais atividades tiveram como resultado a organização de greves e desordens operárias.”

O aniversário da marcha dos operários sobre o Palácio de Inverno, tradicionalmente comemorado, e que, no ano anterior, passara despercebido, provocou a 9 de janeiro de 1916 uma ampla greve. Tornaram-se, neste ano, duas vezes mais intensos os movimentos grevistas. Todas as greves importantes e obstinadas registram choques com a polícia. Os operários mantêm uma atitude manifestamente amistosa em relação às tropas, tendo a polícia secreta chamado a atenção das autoridades mais de uma vez para esse fato alarmante.

As indústrias de guerra cresciam desmesuradamente, devorando em torno de si todos os recursos e solapando as suas próprias bases. Os ramos da produção de tempo de paz começaram a estiolar-se. Apesar de todos os esquemas elaborados, o planejamento geral da economia nada conseguiu. A burocracia não consentia em entregar à burguesia o papel regulador da economia, apesar de sua capacidade para assumir este encargo, diante da obstrução dos poderosos Comitês das Indústrias de Guerra. O caos aumentava. Os operários experientes eram substituídos por aprendizes. Cedo

perderam-se as minas carboníferas, as usinas e fábricas da Polônia. Viu-se a Rússia privada, no primeiro ano da guerra, de uma quinta parte de seus recursos industriais. Cerca de 50% da produção foram prejudicados pelas necessidades do exército e da guerra, sendo que, dessa percentagem, 75% correspondiam aos tecidos fabricados no país. Sobrecarregados de serviços, eram os transportes incapazes de satisfazerem as necessidades das fábricas, em relação ao combustível e à matéria-prima. A guerra não somente absorvia todos os recursos nacionais em circulação como também começava a dissipar assustadoramente o capital fundamental do país.

Mostravam-se os industriais cada vez menos dispostos a fazer concessões aos operários e continuava o governo a responder a cada greve com rigorosa repressão. Tudo isto levava o pensamento operário do particular ao geral, do econômico ao político: “É necessário que nos declaremos em greve todos de uma vez.” Renascia assim a ideia de uma greve geral. Demonstrem as estatísticas, convincentemente, o *processus* de radicalização das massas. O número de participantes em greves políticas foi, em 1915, 2,5 vezes inferior ao dos operários envolvidos em conflitos econômicos. Esta cifra desce para 2 em 1916. No decorrer dos dois primeiros meses de 1917 as greves políticas envolveram seis vezes mais operários do que as greves econômicas. Os dados referentes a Petrogrado põem em relevo o papel que desempenhou: durante os anos da guerra 72% dos grevistas políticos pertenciam à capital!

No aceso da luta foram consumidas muitas das velhas crenças. Comunica o Serviço Secreto, num relatório, e “com grande dor”, que, se reagissem de acordo com a lei “toda vez que se verificassem, isolada ou abertamente, crimes de lesa-majestade, o número de processos baseados no artigo 103 seria sem precedentes”. Não avançava, entretanto, a consciência das massas com a mesma rapidez em seu próprio movimento. A terrível pressão da guerra e da desordem, de tal forma acelerava o processo da luta que enormes massas operárias não encontraram tempo de se emanciparem, antes da Revolução, de certas ideias e preconceitos adquiridos nas aldeias, ou peculiares às famílias pequeno-burguesas das cidades. Esta circunstância deixara sua marca nos primeiros meses da Revolução de Fevereiro.

Em fins de 1916, o custo da vida elevou-se vertiginosamente. À inflação e à desorganização dos transportes acrescenta-se extrema es-

cashez de mercadorias. Reduziu-se o consumo, nessa época, a menos da metade. A curva do movimento operário descreve uma brusca ascensão. A partir de outubro entra a luta em sua fase decisiva, unificando as diversas manifestações do descontentamento: Petrogrado tomava impulso para o grande salto de fevereiro. Nas fábricas, fervilhavam os *meetings*. Temas: a questão do abastecimento, o custo de vida, a guerra, o governo. Circulavam os panfletos bolcheviques. Declaravam-se greves políticas. À saída das fábricas, improvisavam-se manifestações. Operários de algumas empresas confraternizavam com os soldados. Uma violenta greve de protesto estourou contra o processo dos marinheiros revolucionários da frota do Báltico. O embaixador da França, ao tomar conhecimento da fuzilaria aberta pelos soldados contra a polícia, chamou a atenção de Stürmer, presidente do Conselho, para o incidente. Stürmer tranquilizou o diplomata: “A repressão será implacável.” Em novembro, um importante contingente de operários mobilizáveis foi retirado das fábricas de Petrogrado e enviado para a frente de batalha. O ano terminou entre tufões e tempestades.

Ao comparar a atual situação com a de 1905, Vassiliev, chefe do Departamento de Polícia, chegou logo a conclusões bem pouco tranquilizadoras: “O espírito de oposição assume proporções excepcionais, jamais atingidas durante o período de perturbações, mencionado acima, entre as grandes massas.” Vassiliev não confiava nas guarnições. Mesmo os corpos da guarda móvel não lhe pareciam incondicionalmente fiéis. O Departamento de Inteligência denunciou a reaparição da palavra de ordem para uma greve geral e o perigo de um retorno ao terrorismo. Referindo-se à atual situação, os soldados e oficiais que regressavam do *front* diziam o seguinte: “Que esperais? Que fazer senão passar tal canalha pela baioneta? Se aqui permanecêssemos, não duraria muito tempo..., etc.” Shliapnikov, membro do comitê central dos bolcheviques, antigo operário metalúrgico, conta que naqueles dias os operários estavam excessivamente nervosos: “Bastava muitas vezes um apito, um ruído, para que os trabalhadores acreditassem ouvir o sinal de interromper o trabalho.” Esse detalhe é tão importante como sintoma político quanto como traço psicológico: a Revolução esperava nervosamente o momento de sair às ruas.

A província passa pelas mesmas fases, porém mais lentamente. O caráter da massa e o espírito combativo sempre crescente do movimento

transferem o centro de gravidade dos operários têxteis para os metalúrgicos, das greves econômicas para as greves políticas, da província para Petrogrado. Durante os primeiros dois meses de 1917 contavam-se 575 mil grevistas políticos, cuja maior parte pertencia à capital. Apesar de haver a polícia empreendido rigorosa repressão até com sevícias, na véspera de 9 de janeiro, 150 mil operários declaram-se em greve, para festejar o aniversário daquele dia sangrento. Os espíritos estavam superexcitados: os metalúrgicos haviam tomado a dianteira e os trabalhadores sentiam cada dia mais de perto a impossibilidade de recuo. Em cada fábrica formava-se um núcleo de ação geralmente em torno dos bolcheviques. Durante as duas primeiras semanas de fevereiro, as greves e os *meetings* sucedem-se sem interrupção. No dia 8, na fábrica Putilov os policiais foram recebidos por uma “chuva de ferramentas e escórias”. A 14, dia da abertura da Duma, registraram-se em Petrogrado cerca de 90 mil grevistas. Também em Moscou diversas empresas fecharam. A 16, decidiram as autoridades introduzir em Petrogrado “os cartões de pão”. Essa inovação aumentou o nervosismo. A 19, perto dos armazéns de provisões, formaram-se agrupamentos, sobretudo compostos de mulheres, e todos reclamavam pão. No dia seguinte, em alguns quarteirões da cidade, as padarias foram depredadas. Eram os relâmpagos precursores da insurreição que se devia desencadear alguns dias mais tarde.

O proletariado russo não hauria somente em si mesmo sua audácia revolucionária. Sua situação de minoria no país mostra de início que não poderia dar à luta tão grande amplitude nem tampouco assumir a direção do Estado, se não tivesse encontrado apoio nas mais densas camadas das massas populares. Foi a questão agrária que lhe assegurou este apoio.

A tardia semiemancipação dos camponeses, em 1861, caíra sobre uma economia rural cujo nível era quase o mesmo do de dois séculos antes. A manutenção dos antigos bens fundiários das terras comunais, fraudulentamente escamoteados por ocasião da reforma, com seus métodos de cultura arcaicos, agravava automaticamente a crise de superpopulação nos campos, que era também a crise do sistema de afolhamentos trienais. A classe camponesa percebia tanto mais ter caído numa armadilha quanto o *processus* se desenvolvia não no século XII, mas no XIX, isto é, sob um regime muito avançado na economia monetária, impondo às antigas charruas de madeira exigências apenas admissíveis com o emprego de tratores. Novamente aqui constatamos

a coincidência dos graus desiguais do *processus* histórico – em consequência do que se afirmam contradições extremamente agudas. Agrônomos e economistas eruditos sustentavam que as terras fundiárias, desde que fossem racionalmente trabalhadas, seriam mais do que suficientes, isto é, convidavam o camponês a alcançar de um salto um grau superior de técnica e de cultura, sem contrariar o proprietário nobre, o chefe de polícia, ou o czar. Nenhum regime econômico e menos ainda um regime agrícola, de todos o mais atrasado, jamais cedeu terreno sem que primeiro tivesse esgotado todas as suas possibilidades. Antes de se ver forçado a adotar métodos de cultura mais intensiva, o camponês deveria submeter-se a uma derradeira experiência: tentaria ampliar suas culturas pelo sistema de afolhamentos trienais. Evidentemente só o conseguiria aproveitando-se de terras que não lhe pertenciam. Asfxiado, sentindo-se comprimido nos vastos espaços que ocupava, despojado pelo fisco e pelo mercado, a muji-que devia inevitavelmente liquidar de uma vez com o proprietário nobre.

Nas vésperas da primeira Revolução, a superfície global das terras utilizáveis, nos limites da Rússia europeia, era estimada em 280 milhões *deciatinas**; 140 milhões, mais ou menos, constituíam os lotes das comunas camponesas; mais de 5 milhões pertenciam à Coroa; a Igreja e os conventos contavam mais ou menos 2 milhões e 500 mil *deciatinas*. A propriedade privada, representada por 30 mil latifundiários, possuindo cada um mais de 500 *deciatinas*, perfaziam um total de 70 milhões, isto é, uma superfície igual à que, em números redondos, 10 milhões de famílias rurais tinham. Esta estatística agrária representava o programa completo de uma guerra camponesa.

A primeira Revolução não conseguiu ajustar contas com os proprietários nobres. A massa rural não se sublevou em bloco, o movimento nos campos não coincidiu com o das cidades, o exército, composto de camponeses, não ousava decidir-se e, finalmente, forneceu efetivos suficientes para esmagar os operários. Tão logo o regimento Semenovsky, da guarda imperial, sufocava a insurreição de Moscou, a monarquia abandonava a ideia de expropriar parte da grande propriedade ou de reduzir os privilégios autocráticos.

Entretanto, a Revolução esmagada não passou sem deixar marcas na vida dos campos. O governo anulou os créditos que concedera em

* Medida agrária russa que valia 1,0925 hectare. [Nota da Editora]

1861 a título de resgate das terras pelos camponeses, e abriu novas possibilidades de emigração para a Sibéria. Os proprietários, atemorizados, não somente baixaram consideravelmente os aluguéis das granjas, como também apressaram-se em vender em lotes seus latifúndios. Destes resultados da Revolução aproveitaram-se os camponeses mais ricos, que estavam em situação de alugar ou comprar terras do Estado.

A maior oportunidade para a formação, na classe camponesa, de uma categoria de granjeiros capitalistas foi, entretanto, outorgada pela lei de 9 de novembro de 1906, principal reforma da contrarrevolução vitoriosa. Concedendo a uma pequena minoria de camponeses, em qualquer comuna, o direito de apoderar-se, contra a vontade da maioria, de um lote independente nas terras comunais, a lei de 9 de novembro caía como uma bomba lançada do campo capitalista contra a comuna. Stolypin, presidente do Conselho, definia a nova política do governo sobre a questão agrária como um “lance sobre os mais fortes”. O que significava: induzir a camada superior dos camponeses a apoderar-se das terras comunais mediante a compra de lotes “tornados autônomos” e transformar assim os novos granjeiros capitalistas em sustentáculo do regime. Era mais fácil formular o problema do que resolvê-lo. Nesta tentativa de substituir a questão agrária pelo problema dos culaques* a contrarrevolução quebraria o pescoço.

A 1 de janeiro de 1916, 2 milhões e 500 mil agricultores tinham registrado como de sua propriedade privada 17 milhões de *deciatinas*. Outros 2 milhões reclamavam a posse de 14 milhões de *deciatinas*. Isto poderia parecer um formidável sucesso obtido pela reforma. Em sua maioria, porém, as terras separadas das comunas ficaram inteiramente desprovidas de vitalidade e passavam a representar apenas elementos destinados a seleção natural. Enquanto os proprietários mais atrasados e os camponeses de condição modesta vendiam a qualquer oferta – uns, seus latifúndios; outros, lotes de suas terras –, os compradores pertenciam principalmente a recém-criada burguesia rural. A economia agrícola entrou numa fase de verdadeiro progresso capitalista. A exportação dos produtos das terras russas aumentou, passando em cinco anos, de 1908 a 1912, de 1 bilhão de rublos para bilhão e meio. Isto significava a proletarianização das grandes

* *Culaque* – gíria russa que designa os lavradores ricos. [Nota de Max Eastman.]

massas camponesas ao passo que os elementos ricos dos campos jogavam no mercado quantidades de trigo sempre crescentes.

A sujeição obrigatória do regime comunal nas aldeias foi substituída rapidamente pela cooperação voluntária que logrou, em alguns anos, penetrar com relativa profundidade nas massas camponesas, tanto que se transformou imediatamente em tema de um ideal democrático e liberal. A verdadeira força da cooperação pertencia apenas aos camponeses ricos, os quais, como é natural, disto se aproveitavam. A *intelligentsia* dos *narodniks*, que concentraram na cooperação camponesa o melhor de suas energias, transferiu enfim seu amor pelo povo para os trilhos resistentes da burguesia. Foi deste modo, particularmente, que se preparou o bloco constituído pelo Partido Socialista Revolucionário, “anticapitalista” e pelo Partido Cadete, *por excelência* o partido do capitalismo.

Guardando as aparências de uma atitude oposicionista em relação à política agrária da reação, o liberalismo contemplava, entretanto, com grande esperança, a destruição da comuna rural empreendida pelo capitalismo. “Nos campos”, escrevia um liberal, o príncipe Troubetskoy, “surge uma pequena burguesia poderosa que, pela sua natureza e pela sua estrutura, é igualmente estranha tanto aos ideais da nobreza unificada quanto a quimeras socialistas.”

Essa maravilhosa medalha tinha porém o seu averso. Da comuna rural nascia não só “uma poderosa pequena burguesia” mas também o seu extremo oposto, os seus antípodas. O número de camponeses que se viram obrigados a vender seus lotes inaproveitados aumentara no início da guerra, atingindo a 1 milhão, o que representava, no mínimo, 5 milhões de habitantes proletarizados. Como reserva de tão poderosos explosivos existiam ainda milhares de camponeses pobres que nada mais tinham a fazer senão manter-se em seus lotes de fome. Consequentemente, na classe camponesa, reproduziram-se as mesmas contradições que, precocemente, emperrariam, na Rússia, o desenvolvimento da sociedade burguesa em seu conjunto. A nova burguesia rural, que deveria constituir-se no apoio dos mais antigos e mais poderosos proprietários, encontrava-se em estado de hostilidade declarada contra as massas camponesas, da mesma forma que os antigos proprietários em relação ao povo tomado em bloco. Antes de tornar-se sustentáculo da ordem, necessitava a burguesia rural, para manter

as posições conquistadas, de uma ordem fortemente estabelecida. Nessas condições não é surpreendente que a questão agrária tenha conservado a sua importância em todas as Dumas do Império. Sentiam todos que a última palavra ainda não fora pronunciada. Petrichenko, deputado camponês, declarou certo dia, de sua tribuna na Duma: “Podeis prosseguir em vossos debates enquanto quiserdes; não conseguireis criar um novo globo terrestre. É necessário, portanto, ceder-nos a terra em que nos encontramos.” Ora, esse camponês não era um bolchevique, nem um socialista revolucionário; longe disso, era um deputado da direita, um monarquista.

O movimento agrário, apaziguado ao findar o ano de 1907, assim como a recrudescência das greves operárias, ressurgiu parcialmente em 1908 e intensificou-se no decorrer dos anos seguintes. É certo que boa parte da luta se transfere para o interior da vida comunal: nisto consistia o cálculo político da reação. Choques entre camponeses armados foram frequentes por ocasião da partilha das terras comunais. Entretanto, prosseguia sem tréguas a luta contra o proprietário nobre. Os camponeses persistiam em incendiar as velhas mansões senhoriais, as colheitas de trigo, os celeiros, sem poupar, em caminho, as propriedades dos lavradores enriquecidos que fizeram seu ninho à parte, contra a vontade da comuna.

Encontravam-se os campos assim quando sobreveio a guerra. O governo recrutou nas aldeias cerca de 10 milhões de camponeses e 2 milhões de cavalos. As empresas agrícolas, já enfraquecidas, ainda mais se debilitaram. Aumentou o número de camponeses que não tinham campo para semear. A partir do segundo ano de guerra, camponeses de condição média resvalaram também para a crise. A aversão do camponês pela guerra crescia de mês a mês. Em outubro de 1916, as autoridades da polícia militar de Petrogrado comunicavam que, nos campos, não mais se acreditava na vitória: segundo as informações dos agentes de segurança, diretores de escola, comerciantes e outras pessoas, “todo o mundo esperava com impaciência crescente o fim da guerra maldita”. Ainda mais: “Por toda parte discutiam-se questões políticas, votavam-se resoluções dirigidas contra os proprietários nobres e os mercadores; diversas organizações criaram as suas células... No momento ainda não existia um órgão central, mas era de supor que os camponeses se uniriam por meio das cooperativas que se multiplicavam hora a hora em toda a Rússia.” Nessas informações há um

pouco de exagero, antecipa-se o policial aos fatos, tendo porém, sem dúvida, razão quanto ao essencial.

As classes possuidoras não se podiam iludir supondo que o povo dos campos deixaria de querer um ajuste de contas; todavia, procuravam afastar as ideias negras esperando livrar-se do assunto de qualquer forma. Sobre isto Paléologue, embaixador da França, que gostava de investigar, manteve conversações, em tempo de guerra, com Krivoshein, antigo ministro da Agricultura, com Kokovtsev, antigo presidente do Conselho, com o conde Bobrinsky, grande proprietário, com Rodzianko, presidente da Duma Nacional, com o grande industrial Putilov e com outros personagens importantes. Eis o que conseguiu saber, com tais entendimentos: para que se pudesse pôr em prática uma reforma agrária radical seria necessário empregar um exército permanente de 300 mil agrimensores, mais ou menos durante 15 anos; como, porém, durante esse período de tempo, o número de culturas agrícolas elevar-se-ia a 30 milhões, todos os cálculos, previamente estabelecidos, perderiam o seu valor. Assim a reforma agrária, aos olhos dos nobres proprietários, dos altos dignitários e dos banqueiros, apresentava-se como a quadratura de um círculo. Inútil dizer que tais escrúpulos de matemáticos eram totalmente estranhos, à mentalidade dos mujiques. Julgavam os camponeses que era primeiramente necessário acabar com o senhor; quanto ao resto, se veria depois.

Se, entretanto, os campos permaneceram relativamente tranquilos durante os anos de guerra, foi devido ao fato de se encontrarem na frente de batalha as suas forças mais ativas. Os soldados não esqueciam a questão agrária, pelo menos quando não pensavam na morte, e suas reflexões de mujiques, nas trincheiras, impregnavam-se do cheiro de pólvora. Por muito adestrados que estivessem os camponeses no manejo das armas, por suas próprias forças não teriam realizado jamais uma Revolução agrário-democrática, isto é, a Revolução que desejavam. Necessitavam de uma direção. Pela primeira vez na história universal deveria o camponês encontrar o seu guia na pessoa do operário. Nisto essencialmente, e podemos dizer integralmente, é que a Revolução russa se distingue de todas as que a precederam.

Na Inglaterra, a servidão desapareceu, efetivamente, em fins do século XIV, isto é, dois séculos antes de ter sido instituída na Rússia e 450 anos antes de sua abolição neste último país. A expropriação das terras

fundiárias da classe camponesa inglesa prolongou-se, através da reforma e de duas revoluções, até o século XIX. O desenvolvimento do capitalismo, que nenhuma pressão exterior apressava, dispôs do tempo necessário para acabar com a autonomia dos rurais muito antes de nascer o proletariado para a vida política.

Em França, a luta contra a monarquia absoluta, a aristocracia e os príncipes da Igreja obrigou a burguesia de diferentes níveis a realizar por etapas, em fins do século XVIII, uma Revolução agrária radical. Depois disso os camponeses da França, tornados independentes, foram durante longo tempo o sustentáculo da ordem burguesa, e, em 1871, ajudaram a burguesia a submeter a Comuna de Paris.

Na Alemanha, a burguesia revelou-se incapaz de resolver revolucionariamente a questão agrária e, em 1848, abandonou os camponeses em mãos dos pequenos senhores feudais da mesma forma que Lutero, mais de três séculos antes, abandonara em mãos dos príncipes do Império os mendigos sublevados. Por outro lado, o proletariado alemão, em meados do século XIX, era ainda demasiado fraco para assumir a direção da classe camponesa. Graças a isso, o desenvolvimento do capitalismo, na Alemanha, dispôs de um prazo, senão tão longo quanto o da Inglaterra, pelo menos suficiente para subordinar ao seu regime a economia agrícola tal como havia saído de uma Revolução burguesa inacabada.

A reforma do estatuto agrário, na Rússia, em 1861, foi obra de uma monarquia dirigida por nobres e por funcionários, sob a pressão das necessidades da sociedade burguesa apesar de ser a burguesia inteiramente impotente em questões políticas. O caráter da emancipação dos camponeses era tal que a transformação acelerada do país no sentido do capitalismo converteu inevitavelmente o problema agrário em problema de Revolução. Os burgueses russos sonhavam com um desenvolvimento agrário segundo os moldes franceses, dinamarqueses, americanos-do-norte – do tipo que se quisesse, contanto que não fosse nunca uma evolução russa. Não pensaram, entretanto, em assimilar oportunamente a história da França ou então a estrutura social da América do Norte. Na hora decisiva, os intelectuais democratas, apesar de seu passado revolucionário, puseram-se ao lado da burguesia liberal e dos proprietários nobres e não ao lado dos campone-

ses revolucionários. Nessas condições, somente a classe operária poderia colocar-se à frente da Revolução.

A lei do desenvolvimento combinado, própria dos países atrasados no sentido de uma combinação original dos elementos retardatários com os fatores mais modernos – formula-se-nos em sua expressão mais perfeita, dando-nos, ao mesmo tempo, a chave do enigma da Revolução Russa. Se a questão agrária, herança da barbárie, da antiga história russa, tivesse sido resolvida pela burguesia, caso pudesse ter recebido uma solução, o proletariado russo não teria, jamais, conseguido subir ao poder em 1917. Para que o Estado soviético fosse fundado foi necessária a aproximação e a penetração recíproca de dois fatores de natureza histórica inteiramente diferentes: uma guerra de camponeses, movimento característico da auro-ra do desenvolvimento burguês; e uma insurreição proletária, isto é, um movimento que marca o ocaso da sociedade burguesa. É isto a essência do ano de 1917.

.....

Capítulo IV

O TZAR E A TZARINA

*E*STE LIVRO não tem absolutamente por objeto realizar pesquisas psicológicas autônomas como, frequentemente, se tenta fazer hoje em dia em substituição à análise social e histórica. Em nosso campo de observação, ocupam o primeiro plano as forças motrizes da História, que têm um caráter supraindividual. Uma dessas forças é a monarquia. Todas essas forças, porém, agem através das interpretações individuais. Em virtude mesmo do seu princípio, a monarquia está ligada ao indivíduo. Isso justifica o interesse que desperta a pessoa de um soberano que o desenvolvimento histórico põe em confronto com a Revolução. Esperamos demonstrar, a seguir, ao menos parcialmente, quais os limites da personalidade no estritamente individual – muitas vezes mais restritos do que parecem –, e como, frequentemente, a “característica particular” nada mais é que a marca individual de uma lei geral mais elevada.

Nicolau II recebera em herança de seus antepassados não somente um imenso Império, como também a Revolução. Não lhe legaram, entretanto, uma só qualidade que o tornasse apto a governar um Império, uma província ou mesmo um distrito. No fluxo da História, quando as vagas dia a dia mais se aproximavam das portas do palácio, opunha-lhes

o último Romanov uma surda impassibilidade: dir-se-ia que, entre a sua mentalidade e a sua época, erguia-se um biombo transparente, porém absolutamente impenetrável.

As pessoas que conviviam com o czar mais de uma vez relataram, após a Revolução, que, nos momentos mais trágicos de seu reinado – por ocasião da rendição de Port Arthur e quando a frota russa foi encurralada no Tsushima, assim como dez anos mais tarde, quando as tropas russas bateram em retirada, abandonando a Galícia, e, ainda, dois anos depois, nos dias que precederam a abdicação, quando o seu círculo se mostrava abatido, desorientado, consternado –, Nicolau II foi o único a permanecer calmo. Informava-se como de costume, do número de verstas que percorreria através das terras russas, evocava incidentes de caça outrora ocorridos, anedotas relativas às recepções oficiais e, de um modo geral, interessava-se pelas futilidades da vida costumeira, enquanto o trovão estrondava no alto e o seu céu aparecia estriado de relâmpagos.

“Que significa isto?”, perguntava um dos generais de sua intimidade. “Será um formidável e quase inverossímil autodomínio devido à educação, a fé na providência divina, ou, simplesmente, deficiente consciência dos fatos?” A pergunta já traz em si mesma, a metade da resposta. A proverbial “boa educação” do czar, seu poder de dominar-se, mesmo nas mais críticas circunstâncias, não se pode absolutamente explicar somente por um treinamento superficial: radicava-se numa íntima indiferença, numa enorme indigência de forças morais, na fraqueza de impulsos volitivos. A máscara de indiferença que, em certos meios se denomina “educação”, confundia-se naturalmente com o próprio rosto de Nicolau.

O diário particular do czar tem mais valor do que qualquer testemunho: dia a dia, ano a ano, registram-se em suas páginas as mais entristecedoras provas da sua vacuidade moral. “Passei durante longo tempo e matei dois corvos. Estava ainda claro quando tomei chá.” Passeio a pé. Remo. Outros corvos mortos; e chá, ainda por cima. Tudo nos limites da fisiologia. As cerimônias religiosas são anotadas no mesmo tom das bebedeiras.

Nas vésperas da abertura da Duma nacional, quando todo o país se encontrava convulsionado, Nicolau escrevia: “14 de abril. Passei, vestindo blusa fina, e recomecei a remar. Tomei chá na varanda. Stana jantou e passeou de barco conosco. Em seguida, leitura.” Nem uma só palavra sobre

o que leu: tanto poderia ser um romance sentimental inglês, como um relatório policial. “15 de abril. Aceitei a demissão de Witte. Maria e Dimitri jantaram conosco. Reconduzimo-los de carruagem ao palácio.”

No dia em que se decidiu a dissolução da Duma, quando os altos dignitários, bem como os círculos liberais, passavam por todas as angústias de pânico, escrevia o czar em seu diário: “7 de julho. Sexta-feira. Manhã muito ocupada. Atrasamo-nos em meia hora para o almoço dos oficiais... Houve tempestade e a atmosfera estava asfixiante. Passeamos juntos. Recebi Goremykin; assinei o ucasse dissolvendo a Duma! Jantei com Alga e Pétia. Li por toda a tarde.” O ponto de exclamação depois da notícia sobre o fechamento da Duma revela o grau máximo de emoção do czar. Os deputados da Duma dissolvida exortaram o povo a não pagar os impostos e a que se recusasse a prestar o serviço militar. Deram-se vários motins militares: em Sveaborg, em Kronstadt, em navios e entre as tropas, recrudesciu, de forma inacreditável, o terrorismo revolucionário contra os altos dignitários. O czar escreve: “9 de julho. Domingo. O negócio está liquidado! A Duma foi hoje dissolvida. Ao almoço, após a missa, notavam-se várias fisionomias abatidas... Belo tempo. Durante o passeio encontramos o tio Misha que regressou de Gatchina e aqui se instalou ontem. Trabalhei tranquilamente toda a tarde até a hora do jantar. Passei de bote.” Que tenha passeado de bote é coisa clara, porém, *em que* teria trabalhado? Não o diz. É sempre assim.

Vejamos mais adiante, no decorrer dos dias fatais: “14 de julho. Uma vez vestido, fui de bicicleta ao balneário, tomei delicioso banho de mar.” “15 de julho. Tomei dois banhos. Fazia muito calor. Jantar a dois. A tempestade passou.” “19 de julho. Tomei banho esta manhã. Recepção na granja. Almocei com o tio Vladimir e Chagin.” Os levantes, as explosões de dinamite, são apenas mencionados por esta simples apreciação: “Quanto aos acontecimentos, que bonito!” Fica-se chocado com tão baixa despreocupação que não chega a ser um cinismo consciente.

“Às 9h30min da manhã fomos em visita ao regimento do Cáspio... Fiz um longo passeio. Tempo magnífico. Banho de mar. Depois do chá recebi Lvov e Guchkov.” Nem uma só palavra sobre essa audiência extraordinária, concedida a dois liberais, motivada por uma tentativa de Stolypin para incluir políticos da oposição em seu Ministério. O Prín-

cipe Lvov, que se encontraria mais tarde à frente do governo provisório, dizia então, referindo-se a essa audiência: “Esperava encontrar o soberano abatido pelo infortúnio; em vez disso, adiantou-se para mim, jovial e desenvolto, um rapaz vestindo blusa cor de framboesa.” A visão do tzar não ultrapassará a de um medíocre funcionário de polícia, com uma única diferença: o policial, de certo modo, conhece melhor a realidade e está menos sobrecarregado de superstições. O único periódico que Nicolau leu durante anos, e no qual hauria as suas ideias, era um semanário, publicado a expensas do Tesouro, pelo príncipe Meshchersky, homem vil e venal, desprezado pelo seu próprio meio, jornalista das camarilhas reacionárias da burocracia. A visão geral do tzar em nada se alterou, apesar de duas guerras e de duas revoluções: entre a sua mentalidade e os acontecimentos existia sempre a parede impenetrável da indiferença. Não era sem razão que diziam ser Nicolau fatalista. É preciso entretanto acrescentar que o seu fatalismo era bem diferente de uma fé ativa em sua “estrela”. Ao contrário, Nicolau considerava-se um fracassado. Seu fatalismo não era senão uma forma de defesa passiva, diante do desenvolvimento histórico, aliada a um temperamento arbitrário e mesquinho nos seus motivos psicológicos, porém monstruoso em suas consequências.

“Assim o quero, logo assim deve ser”, escreve o conde de Witte. “Esta fórmula manifestava-se em todos os atos daquele débil soberano que fez, unicamente por fraqueza, tudo o que caracterizou seu reinado: o deramamento constante de sangue mais ou menos inocente e, na maioria das vezes, absolutamente desnecessário.”

Muitas vezes se tem comparado Nicolau com o seu trisavô meio louco, Paulo I, estrangulado por uma camarilha conivente com o seu próprio filho, Alexandre I, o imperador “bendito”. Assemelham-se, com efeito, esses dois Romanovs, pela falta de confiança em todo mundo, procedente da falta de confiança em si próprios, pelas disposições tenebrosas da onipotente nulidade deles, pelos sentimentos de banidos e, pode-se dizer, pela mentalidade de párias coroados. Paulo I era, porém, mais brilhante; em suas divagações havia um elemento fantasista, apesar de demente. Em seu descendente tudo é pálido, não há sequer um traço vivo.

Nicolau não era somente desequilibrado, mas também desleal. Seus adutores diziam-no cheio de charme, encantador, devido à cor-

dialidade de suas relações com os cortesãos. Mostrava-se, entretanto, particularmente amável com os dignitários a quem decidira despachar: um ministro, encantado com o seu acolhimento, encontrava, de volta a casa, uma carta de destituição. Era isso, para o czar, a maneira de vingar sua própria insignificância.

Nicolau desviava-se, hostilmente, de tudo o que fosse talentoso e grande. Somente entre as nulidades sentia-se bem; entre os destituídos de qualquer talento, entre os devotos, entre os deliquescentes, os quais não precisava olhar de baixo para cima. Tinha o seu *amour propre* – bastante refinado mesmo. Porém não era ativo, sem uma semente de iniciativa, mantendo-se numa defensiva de invejoso. Na escolha de seus ministros, tinha por princípio tomá-los sempre entre os de nível mais baixo. Não chamava a si pessoas de espírito e de caráter senão em último caso, quando não encontrava outra saída, assim como se recorre ao cirurgião em perigo de morte. Tal se deu com Witte e com Stolypin a seguir. O czar considerou a ambos com uma aversão mal dissimulada. Uma vez passada a crise, apressava-se Nicolau a desembaraçar-se dos conselheiros grandes demais para ele. A seleção era de tal forma sistemática que Rodzianko, presidente da última Duma, ousou dizer ao czar, a 7 de janeiro de 1917, quando a Revolução já lhe batia às portas: “Majestade, em torno de vós já não existe um único homem seguro e honesto; os melhores ou foram afastados ou partiram por vontade própria; restam apenas os que gozam de má reputação.”

Todos os esforços da burguesia liberal para entrar em entendimentos com a corte foram inúteis. O incansável e barulhento Rodzianko tentava sacudir o czar com relatórios. Em vão! Nicolau calava-se, não somente em relação aos argumentos apresentados como também sobre as impertinências, preparando ocultamente a dissolução da Duma. O grão-duque Dimitri, outrora favorito do czar e que participaria mais tarde do assassinato de Rasputin, lamentava-se, junto ao príncipe Yussupov, seu cúmplice, de que o czar, no quartel-general, mostrava-se dia a dia mais indiferente a tudo que o cercava. Segundo Dimitri estariam intoxicando o czar com algum preparado que entorpecia as suas faculdades mentais. “A acreditar em certos rumores”, escreve por sua vez Miliukov, historiador liberal, “o estado de apatia intelectual e moral do czar seria provocado pelo abuso do álcool.” Tudo invenção ou exagero. Nicolau não tinha necessi-

dade de estupefacientes: o “preparado” mortal, ele o trazia no sangue. Os sinais de intoxicação, porém, manifestavam-se de forma particularmente assombrosa, nessa hora dos grandes acontecimentos da guerra e da crise interior que conduziu à Revolução. Rasputin, que era psicólogo, dizia, laconicamente, do tzar, “que lhe faltava alguma coisa por dentro”.

Este homem apagado, ponderado e “bem educado”, era cruel. Não de uma crueldade ativa, em busca de fins históricos, de um Ivã, o Terrível, ou de um Pedro, o Grande – que haveria de comum entre Nicolau e eles? – mas sim a crueldade covarde do último descendente de dinastia, aterrorizado ao sentir-se condenado. Já no início de seu reinado felicitava os “bravos do regimento de Phanagoritsy”, que haviam atirado nos operários. Lia sempre, “com prazer”, as informações sobre o modo como haviam sido espancados, a golpes de nagaica, os estudantes de cabelos curtos*, e como pessoas indefesas ficaram com os crânios esfacelados nos *pogroms* de judeus. Rebutalho coroadado da sociedade, inclinava-se com toda a alma para a escória, para os bandidos Cem Negros, e não somente lhes pagava liberalmente com os fundos disponíveis do Tesouro, como gostava também de entreter-se com eles, ouvindo-os narrar os próprios feitos, agraciando-os quando, por acaso, eram condenados por terem assassinado deputados opositoristas. Witte, que se encontrava à frente do governo no período repressivo da primeira Revolução, escreveu em suas memórias: “Quando chegavam ao conhecimento do soberano as notícias de inúteis sevícias cometidas pelos chefes desses destacamentos, ele as aprovava ou pelo menos as ocultava.” Como o general-governador das províncias bálticas pediu que se admoestasse certo capitão-ajudante denominado Richter, que “executava, *moto proprio*, sem qualquer julgamento, até pessoas que não opunham resistência alguma”, o tzar anotou à margem do relatório: “Ah! este é um bravo rapaz!” Distribuía, sem medir, tais estímulos. Este “encantador” abúlico, sem aspirações, sem imaginação, foi mais terrível do que todos os tiranos da história antiga e moderna.

O tzar se encontrava sob a forte influência da tzarina, influência que aumentou com os anos e com as dificuldades. Juntos, formavam um

* Militantes revolucionários. [Nota do Editor.]

todo. Essa combinação é suficiente para demonstrar a medida em que, sob a pressão das circunstâncias, o individual se completa com o elemento do grupo. Falemos porém, em primeiro lugar, da tzarina.

Maurice Paléologue, antigo embaixador da França em Petrogrado, durante a guerra, fino psicólogo para acadêmicos e porteiros, traça um retrato, cuidadosamente alambicado, da última tzarina: “Ansiedade moral, melancolia crônica, angústia sem limites, alternativas de exaltação e de as-tenia, dolorosas meditações sobre o além-mundo e o invisível, superstições – esses traços tão fortemente marcados na pessoa da tzarina não são, por acaso, os mesmos que caracterizam o povo russo?” Por estranho que pareça, há um resquício de verdade nessa ficção adocicada. Não era sem razão que o satírico russo Saltykov chamava os ministros e governadores originários dos baronatos bálticos “alemães de alma russa”. É fora de dúvida que precisamente os alienígenas, que laço algum prendia ao povo, foram quem elaboraram o mais fino tipo de administrador “verdadeiramente russo”.

Por que, então, o povo pagava com um ódio tão declarado à tzarina que, a acreditarmos em Paléologue, adotara tão profundamente a alma nacional? A resposta é simples: para justificar a sua nova posição, essa alemã tentava assimilar, com frio frenesi, todas as tradições e sugestões da Idade Média russa, de todas as mais pobres e a mais grosseira, na época em que o povo fazia desesperados esforços por emancipar-se de sua própria barbárie medieval. Essa princesa de Hesse estava inteiramente possuída pelo demônio da autocracia: tendo-se elevado do fundo de sua província aos pináculos do despotismo bizantino não desejava, por coisa alguma, descer dali. Encontrou na ortodoxia a mística e a magia necessárias ao seu novo destino. Acreditou tanto mais firmemente em sua vocação, quanto mais se desnudava a ignomínia do antigo regime. Forte de caráter, capaz de uma exaltação seca e refletida, a tzarina completava o fraco tzar, dominando-o.

A 17 de março de 1916, um ano antes da Revolução, quando o país esmagado se retorcia entre as tenazes da derrota e da desorganização, a tzarina escrevia ao marido, para o quartel-general: “Não te deves dobrar; nada de Ministério responsável, etc... nada do que *eles* querem. Esta guerra deve ser a tua guerra, e a paz a tua paz, para tua honra e para a honra da pátria, de forma alguma, porém, para honra da Duma. Eles não têm sequer o direito de pronunciar uma só palavra a respeito de tais questões.” Era,

em todo caso, um programa completo que, precisamente, como sempre, ultrapassava as constantes tergiversações do czar.

Quando Nicolau partiu, a fim de pôr-se à frente do exército, na qualidade de fictício generalíssimo, foi a tsarina quem se encarregou abertamente dos negócios do Interior. Os ministros se apresentavam a ela com seus relatórios, como a uma regente. Com sua pequena camarilha, ela conspirava contra a Duma, contra os ministros, contra os generais do quartel-general, contra todo mundo e, até certo ponto mesmo, contra o próprio czar. A 6 de dezembro de 1916, ela escrevia a Nicolau: “Uma vez que já declaraste querer conservar Protópov, como ousa ele [o presidente do conselho, Trepov] ir de encontro a tua vontade? Dá um bom murro na mesa, não cedas, se o senhor, escuta a tua forte mulherzinha e o nosso amigo. Crê em nós.” Três dias após: “Sabes que tens razão. Levanta bem a cabeça, ordena que Trepov trabalhe com ele... Dá um bom murro na mesa.” Estas palavras parecem inverossímeis e inventadas. São, entretanto, extraídas de cartas autênticas. E depois, são dessas coisas que não se inventam.

A 13 de dezembro a tsarina volta à carga: “Sobretudo, nada deste Ministério responsável, que é a monomania de todos. Tudo se acalma e vai cada vez melhor, porém todos desejam sentir o teu pulso. Há muito tempo, já há muitos anos, que me repetem a mesma coisa: ‘A Rússia gosta de ser acariciada com chicote – está na natureza *desta gente!*’” A princesa de Hesse, ortodoxa, educada em Windsor, coroada com o diadema bizantino, não somente “encarna” a alma russa: tem por esta alma um desprezo orgânico. Está na natureza *desta gente* pedir o chicote, escreve a tsarina da Rússia ao czar da Rússia, falando do povo russo – e isso dez semanas antes do dia em que a monarquia cairia no abismo.

Se bem que melhor dotada de caráter do que seu marido a tsarina não o era, porém, intelectualmente, talvez até mesmo lhe fosse inferior; mais ainda do que o czar, procurava a companhia dos pobres de espírito. A estreita amizade que, durante anos e anos uniu o czar e a tsarina com a dama de honra Vyrubova, revela o nível mental do casal imperial. Vyrubova dizia-se ela própria estúpida, e não por modéstia. Witte, a quem não se pode negar um golpe de vista seguro, define-a como “a mais vulgar, a mais tola dama de honra do gênero petersburguês, má e feia, tal como uma bolha na massa de um pastel”. Em companhia desta criatura, servilmente

cortejada pelos dignitários senis, pelos embaixadores e financistas, e que, apesar de tola, possuía bastante talento para não se esquecer de encher os bolsos, o tzar e a tzarina passavam horas e horas, consultavam-na sobre as negócios de Estado, com ela se correspondiam e a seu respeito se entretinham, em suas cartas. Vyrubova tinha mais influência do que a Duma do Império e até mesmo mais do que todo o Ministério.

Vyrubova, porém, não era mais do que o instrumento do “amigo”, aquele “amigo” cuja autoridade domina essas três pessoas. “...Esta é a minha opinião particular”, escreve a tzarina ao tzar, “mas tentarei saber como pensa nosso amigo.” A opinião do amigo não é apenas uma “opinião particular”: “é também decisiva.” “...Eu sou forte”, insiste a tzarina, algumas semanas mais tarde, “mas ouve-me com atenção, *isto é*, ouve o nosso amigo e, em tudo, confia em nós... Sofro por ti como por uma criança delicada, de coração meigo, que tem necessidade de ser dirigida, mas que dá ouvidos a maus conselheiros, ao passo que um homem está aqui, enviado por Deus, que lhe diz o que ele deve fazer.”

O amigo, o enviado de Deus é Gregory Rasputin.

“...Com as orações e a assistência do nosso amigo tudo irá bem.”

“Se não o tivéssemos perto de nós, tudo estaria acabado há muito, disse estou absolutamente convencida.”

Durante todo o reinado de Nicolau e de Alexandra desfilaram na corte adivinhos, mágicos e possessos, arrebanhados não somente em todos os recantos da Rússia, mas também no estrangeiro. Existiam dignitários titulados, encarregados de fornecer essa mercadoria e que se agrupavam em torno do oráculo favorito no momento, constituindo, ao lado do monarca, uma todo-poderosa Câmara Alta. Não faltavam, nestes meios, nem as velhas devotas, com títulos de condessa, nem hipocondríacas excelências que ambicionavam um emprego, ou financistas, que constituíam completos gabinetes ministeriais. O alto clero ortodoxo, invejoso da influência exercida pelos intrusos hipnotizadores e feiticeiros, apressava-se a abrir caminho pelo santuário da intriga. Witte chamava a este círculo dirigente, que o atrapalhara por duas vezes, “a camarilha palaciana leprosa”.

Quanto mais se isolava a dinastia e quanto mais abandonado sentia-se o autocrata, tanto mais necessitava do auxílio do outro mundo. Certos selvagens, para conseguirem bom tempo, fazem rodopiar no espaço

uma tabuinha presa a um cordão. O tzar e a tzarina serviam-se de tabuinhas para fins diversos. Havia no vagão imperial um oratório bem montado, com grandes e pequenos ícones, toda espécie de objetos de culto, com os quais quis o tzar enfrentar, primeiramente, a artilharia japonesa e, depois, a alemã.

Falando francamente, na realidade, de uma para outra geração, o nível intelectual da Corte não mudara muito. No tempo de Alexandre II, apelidado o “Emancipador”, os grão-duques acreditavam seriamente em feiticeiros e em demônios que assombravam as casas. Sob Alexandre III, a situação não melhorou, porém se tornara mais calma. A “camarilha leprosa” sempre existiu; variavam apenas a sua composição e o seu procedimento. Nicolau II não criou, mas recebeu de seus ancestrais, como herança, aquela atmosfera de selvageria medieval que reinava em seu palácio. Durante aqueles últimos dez anos, entretanto, o país se transformara, os problemas tornaram-se mais complexos, o nível cultural elevou-se e o círculo da Corte permaneceu em atraso, deixando-se ultrapassar. Se bem que a monarquia, sob a pressão exterior, se visse obrigada a fazer concessões às novas forças, não conseguiu, entretanto, modernizar-se interiormente: ao contrário, encerrou-se em si mesma; seu espírito medieval foi-se espessando, sob a ação do ódio e do medo, até converter-se num repugnante pesadelo que caía sobre o país.

A 1º de novembro de 1905, isto é, na hora mais crítica da primeira Revolução, escrevia o tzar em seu diário: “Travamos conhecimento com um homem de Deus, Gregory, da província de Tobolsk.” Tratava-se de Rasputin, camponês siberiano, que trazia na testa uma cicatriz indelével, causada por alguns golpes recebidos nos seus tempos de ladrão de cavalo. Aproveitado no momento oportuno, o “homem de Deus” encontrou imediatamente auxiliares altamente colocados, ou, mais exatamente, esses auxiliares o encontraram, e assim formou-se uma nova camarilha dirigente que dominou a tzarina e, por intermédio dela, o tzar.

A partir do inverno de 1913-1914, na alta sociedade de Petersburgo, dizia-se já abertamente que da camarilha de Rasputin dependiam todas as altas nomeações, todos os contratos e todas as concessões. O “santo velho” transformou-se pouco a pouco em instituição de Estado. Velava-se cuidadosamente pela sua segurança e, não menos cuidadosamente, os

ministérios rivais o espionavam. Os espões do departamento de polícia mantinham em dia um diário de sua vida e não deixavam de relatar que Rasputin, em visita aos seus, na aldeia de Pokrovsky, brigara, embriagado, com o próprio pai, em plena rua, deixando-o ensanguentado. No mesmo dia, 9 de setembro de 1915, Rasputin enviava dois telegramas afetuosos, um à tsarina, em Tzarskoe Selo, e outro ao tzar, no quartel-general.

São épicos os relatórios dos espões, escritos diariamente, sobre as orgias do amigo. “Entrou em casa hoje às cinco horas da manhã, completamente embriagado.” “A artista V. dormiu com Rasputin, na noite de 25 para 26.” “Chegou com a princesa D. (esposa de um camareiro da Corte) ao hotel Astória.” Pode-se ler mais adiante: “Entrou em casa de volta de Tzarskoe Selo, mais ou menos as onze horas da noite.” “Rasputin voltou para casa com a princesa Sh., inteiramente embriagado, saindo ambos quase que imediatamente.” No dia seguinte pela manhã, ou à tarde, visita Tzarkoe Selo. Um espão, perguntando afetuosamente ao “santo velho” por que razão parecia estar preocupado, recebeu a seguinte resposta: “Não posso decidir se devem ou não convocar a Duma.” Lemos, ainda, em seguida: “Voltou para casa às cinco horas da manhã, bastante embriagado.” Assim, durante meses e anos, a mesma melodia foi tocada em três tons: “muito embriagado”, “bastante embriagado”, “completamente embriagado”. Essas informações, de importância transcendental para a vida do Estado, eram coligidas e assinadas pelo general da polícia, Gorbachev.

O apogeu da influência rasputiniana prolongou-se por seis anos, os últimos da monarquia. “Sua existência em Petersburgo”, conta o príncipe Yussupov, que participou, até certo ponto, da vida de Rasputin, para matá-lo em seguida, “convertera-se em festa ininterrupta na embriaguez e na devassidão de um sentenciado que, inesperadamente, encontrara a sua oportunidade.” “Tive em meu poder”, escreve Rodzianko, presidente da Duma, “um número incalculável de cartas de mães, cujas filhas foram defloradas por esse impudente libertino.” Não obstante, Pitirim, metropolitano de Petrogrado, bem como o arcebispo Varnava, quase analfabeto, devem a Rasputin as suas posições. Sobre Rasputin apoiou-se, durante muito tempo, o poder de Sabler, alto procurador do Santo Sínodo, e foi ainda ele quem impôs a demissão do presidente do Conselho, Kokovtsev, o qual se recusara a receber o “santo velho”. Rasputin nomeou Stürmer presidente

do Conselho de Ministros; Protopopov, ministro do Interior; Raiev, novo procurador do Santo Sínodo, e assim muitos outros. Paléologue, embaixador da França, obteve uma audiência com Rasputin e abraçou-o, exclamando: “*Voilà, un véritable illuminé!*” Pensava conquistar, desta forma, o coração da tzarina à causa francesa. Um judeu chamado Simanovich, agente financeiro do “santo velho”, fichado na polícia como jogador e usurário, conseguiu, com o auxílio de Rasputin, a nomeação de Dobrovolsky, sujeito absolutamente abjeto, para ministro da Justiça.

“Guarda em teu poder a pequena lista”, escreveu a tzarina ao tzar, a respeito das novas nomeações, “nosso amigo pediu que conversasses sobre tudo isso com Protopopov.” Dois dias mais tarde: “Nosso amigo diz que Stürmer ainda pode ficar por algum tempo como presidente do Conselho de Ministros.” E ainda: “Protopopov venera o nosso amigo, e por isso será abençoado.”

Um dia, como os espíões registrassem mais uma vez o número de garrafas e de mulheres, a tzarina escreveu, toda aflita, ao tzar: “Acusaram Rasputin de haver beijado muitas mulheres, etc. Lê os apóstolos: eles beijavam a todos e a todas em sinal de boas-vindas.” É duvidoso que esta alusão aos apóstolos fosse persuasiva para os espíões. Em outra carta, a tzarina vai mais longe: “Durante a leitura do evangelho da noite, pensei muito em nosso amigo; ao ver como os escribas e fariseus perseguiram o Cristo, fingindo-se de homens perfeitos... Na verdade, ninguém é profeta em sua terra.”

Era habitual, nas altas esferas, comparar-se Rasputin a Cristo, e não por acaso. O pavor diante das forças violentas da História era por demais penetrante para que bastasse ao casal imperial um deus impessoal e a sombra incorpórea do Cristo do Evangelho. Necessitavam de um novo advento do “filho do homem”. Em Rasputin, a monarquia, condenada e agonizante, encontrou um Cristo feito sua imagem e semelhança.

“Se Rasputin não tivesse existido”, escreve um homem do antigo regime, o senador Tagantsev, “seria necessário inventá-lo.” Estas palavras têm um sentido bem mais profundo do que imaginava o seu autor.

.....

Capítulo V

A IDEIA DE UMA REVOLUÇÃO PALACIANA

AS CLASSES DIRIGENTES, que procuravam um meio de livrar-se da Revolução, por que motivo não tentaram desfazer-se do czar e do seu círculo? Elas o desejavam mas não ousavam. Faltava-lhes decisão e fé na própria causa. A ideia de uma Revolução palaciana perseguiu os espíritos até o dia em que se afogou numa Revolução de Estado. É necessário insistir sobre este ponto, ainda que seja apenas com o intuito de ter uma concepção mais nítida das relações existentes entre a monarquia e as altas esferas da burocracia e da burguesia, nas vésperas da conflagração.

As classes possuidoras eram monarquistas em sua quase totalidade, pela força de seus interesses, de suas tradições e de sua covardia. Desejavam, entretanto, uma monarquia sem Rasputin. A monarquia porém replicava: “Deveis aceitar-me tal como sou.” Em resposta às instâncias para a organização de um Ministério decente, a czarina enviava ao estado-maior uma maçã dada por Rasputin, exigindo que o czar a comesse, a fim de reforçar a sua vontade! “Lembra-te”, pedia-lhe, “que o próprio *monsieur* Philippe [trata-se de um charlatão e hipnotizador francês] disse que não devias conceder uma constituição, pois isto seria a tua ruína e a da Rússia...” “Sê

um Pedro, o Grande, um Ivã, o Terrível, um imperador Paulo, esmaga sob os teus pés toda esta gente!”

Que odiosa mistura de covardia, de superstição e de aversão pelo país do qual se mantém a distância! Poderia parecer que, pelo menos entre a alta sociedade, a família imperial não estivesse tão isolada. Rasputin vivia rodeado por uma plêiade de grandes damas e, de um modo geral, a bruxaria gozava dos favores da aristocracia. Esta mística do medo, longe porém de unir os grupos, os separa. Cada um procurava salvar-se a seu modo. Diversas casas aristocráticas fazem concorrência umas às outras com os seus santos. A família imperial, como pestíferos em quarentena, mesmo nas altas esferas de Petrogrado está rodeada por uma atmosfera de desconfiança e de hostilidade. A dama de honra Vyubova escreveu em suas memórias: “Eu sentia e tinha profundo pressentimento da hostilidade dos que rodeavam aqueles a quem eu adorava, e sentia ainda que esta animosidade tomava dimensões aterradoras.”

Sobre o pano de fundo ensanguentado da guerra, aos ruídos perceptíveis dos abalos subterrâneos, não renunciaram os privilegiados, por um momento sequer, aos prazeres da existência: ao contrário, embriagavam-se de divertimentos. Em suas orgias, porém, aparecia, cada vez mais frequentemente, um espectro que os ameaçava com seus dedos esqueléticos. Começaram então a acreditar que todo o mal provinha do detestável caráter de “Alix”, da felonía abúlica do tzar, da imbecil e cúpida Vyubova e do Cristo siberiano de crânio marcado. Intoleráveis pressentimentos caíam sobre as classes dirigentes constringindo-se em espasmos da periferia para o centro e isolando, cada vez mais, os detestados píncaros de Tzarkoe Selo. Vyubova demonstrou, claramente, em suas memórias, diga-se de passagem, em geral extremamente mentirosas, qual era o estado de espírito desse pequeno grupo: “...Centenas de vezes a mim mesma perguntei o que se passava na sociedade de Petrogrado. Estavam todos atacados de moléstia mental ou se terão contagiado numa dessas epidemias de tempos de guerra? É difícil verificar, mas, com efeito, estavam todos em um estado de superexcitação anormal.” Entre os dementes, figurava a família imperial dos Romanovs, toda aquela matilha de grão-duques e grã-duquesas, matilha ávida, insolente e odiada por todos. Mortalmente apavorados, tentavam fugir ao círculo cada vez mais apertado, tornando-se afáveis para

com a aristocracia rebelde, propagando intrigas sobre o casal imperial, pilheriando não somente entre si como também com todos os que os rodeavam. Venerandos tios enviavam ao tzar cartas de admoestações nas quais, sob formas respeitosas, adivinhavam-se motejos irônicos e rilhar de dentes.

Protopopov, depois da Revolução de outubro, descreveria, num estilo bastante incorreto, porém pitoresco, o estado de espírito das altas esferas dirigentes: “Nas vésperas da Revolução, mesmo as classes mais elevadas demonstravam espírito de revolta. Tanto nos salões como nos clubes da alta sociedade a política do governo era alvo de críticas acerbadas e maldosas. Os enredos saídos da sede da família imperial eram examinados e discutidos. Circulavam anedotas sobre o chefe do Estado. Escreviam-se epigramas. Era grande o número dos grão-duques que frequentavam essas reuniões e a sua presença dava, para o público, um caráter de autenticidade aos boatos caricaturais e aos exageros pérfidos. Até o último momento não tiveram consciência do perigo que havia neste jogo.”

Foi a acusação de germanofilia e de conivência direta com o inimigo o que mais contribuiu para dar um caráter grave aos rumores que circulavam sobre a camarilha do palácio. O ruidoso e não muito sagaz Rodzianko declara sem subterfúgios: “A relação, a analogia das tendências são tão lógicas e evidentes que não resta a menor dúvida, pelo menos para mim, quanto à ação conjugada do estado-maior alemão com o círculo de Rasputin: sobre isso nenhuma dúvida pode subsistir.” Como aqui a evidência “lógica” é alegada sem provas, o tom categórico deste testemunho perde muito de sua força persuasiva. Mesmo após a Revolução, não foram descobertas provas sobre a coligação dos rasputinianos com o estado-maior alemão. Quanto à germanofilia, é um outro caso. Não se tratava, bem entendido, de simpatias ou antipatias nacionalistas de uma tsarina alemã, de um primeiro-ministro Stürmer, de uma condessa Kleinmichel, de um conde Frederiks, ministro da Corte, ou de outras pessoas ilustres, de nomes alemães. As cínicas memórias da velha *intrigante* Kleinmichel revelam, com impressionante evidência, o caráter supranacional que distinguia as altas esferas aristocráticas de todos os países da Europa, vinculadas por laços de parentesco e de hereditariedade, pelo desprezo que sentiam por todos que julgavam estar abaixo de si e, *last but not least*, pelo cosmopolitismo do adultério nos velhos castelos, nas estações de água em moda e nas cortes

da Europa. Bem mais reais eram as antipatias orgânicas da criadagem do palácio pelos advogados subservientes da república francesa e as simpatias dos reacionários, tanto de nomes teutos como eslavos, pelo espírito autenticamente prussiano do regime berlinense que, durante muitos anos, com seus bigodes endurecidos pelos cosméticos, lhes impusera suas maneiras de sargento e sua arrogante estupidez.

Mas isso não resolvia a questão. O perigo era resultante da própria lógica da situação: realmente, a corte não podia deixar de procurar a salvação numa paz em separado e com tanto maior obstinação quanto o perigo se tornava iminente. Na pessoa dos seus líderes o liberalismo aspirava, como adiante veremos, reservar para si as vantagens de uma paz em separado especulando com a perspectiva de sua ascensão ao poder. Era precisamente por tal motivo que mantinham encarniçadamente a sua agitação fanática, enganando o povo e aterrorizando a corte. Numa questão tão grave, a camarilha não ousava desmascarar-se antes da hora e se via mesmo forçada a reproduzir o tom patriótico da opinião pública ao mesmo tempo que apalpava o terreno para conseguir a paz em separado.

O general Kurlov, antigo chefe de polícia que aderira à camarilha rasputiniana, nega, é lógico, nas suas memórias, os entendimentos com a Alemanha, assim como a germanofilia de seus protetores, mas apressa-se em acrescentar: “Não se pode condenar Stürmer por haver pensado que a guerra contra a Alemanha era a maior desgraça que podia acontecer à Rússia, a qual, para tanto, não tinha nenhum sério motivo político.” Não devemos, no entanto, esquecer que Stürmer, que pensava de forma tão interessante, estava à frente do governo de um país em guerra com a Alemanha. Protopopov, o último dos ministros do tzar na pasta do Interior, manteve, na véspera de assumir o seu cargo, entrevistas com um diplomata alemão, em Estocolmo, sobre as quais apresentou um relatório ao tzar. O próprio Rasputin, segundo o mesmo Kurlov, “considerava a guerra com a Alemanha uma imensa calamidade para a Rússia”. A imperatriz, finalmente, escrevia ao tzar, a 5 de abril de 1916: “... Que não ousem dizer que ele tenha qualquer coisa de comum com os alemães. Ele é bom e magnânimo para com todos, como o era Cristo, qualquer que seja a religião, à qual as pessoas pertençam: assim deve ser o verdadeiro cristão.” Sem dúvida, ao lado deste verdadeiro cristão, sempre em estado de embriaguez, podiam

perfeitamente intrometer-se, juntamente com os ladrões, os usurários e os proxenetas aristocráticos, os verdadeiros agentes da espionagem. “Ligações” de tal natureza não são impossíveis. Os patriotas da oposição, porém, formulavam a questão de maneira mais ampla e mais direta: acusavam claramente a tzarina de traição. O general Denikin, em memórias escritas muito mais tarde, testemunha: “No exército falava-se claramente, sem preocupação de lugar ou momento, das solicitações da imperatriz que reclamava a paz em separado, de sua traição contra o *Feld-Marshal* Kitchner, cuja viagem delatou aos alemães, etc. Este fato contribuiu enormemente para influenciar a opinião do exército e a sua atitude para com a dinastia e a Revolução.” Este mesmo Denikin conta que, após a Revolução, ao ser Alexeiev abruptamente interrogado se a imperatriz havia traído, respondeu, “evasivamente contra a vontade”, que haviam descoberto nos aposentos da tzarina, ao arrumarem os seus papéis, um mapa onde estava indicada, com todos os detalhes, a localização das tropas, em todas as frentes de batalha, e que ele, Alexeiev, ao fazer tal descoberta, sentira uma dolorosa impressão. “Nem mais uma palavra”, acrescenta Denikin significativamente, “e Alexeiev desviou o rumo da conversa.” Tivesse ou não a tzarina guardado consigo um mapa misterioso, evidentemente os generais fracassados estavam dispostos a lançar sobre ela uma parte da responsabilidade que lhes cabia nas derrotas. Os rumores sobre a traição da corte espalhavam-se no exército e, sem dúvida, partiam de cima, dos ineptos estados-maiores.

Se era verdade que a própria tzarina, a quem o tzar em tudo se submetia, entregava a Guilherme os segredos militares e as cabeças dos grandes capitães aliados, que se poderia esperar, senão sanções contra o casal imperial? Ora, o grão-duque Nikolai Nikolaievich era considerado verdadeiro chefe do exército e do partido antigermânico e, por conseguinte, em virtude de suas funções, estava predestinado a patrocinar uma Revolução palaciana. Não foi por outro motivo que o tzar, obedecendo às instâncias da tzarina e de Rasputin, destituiu o grão-duque para assumir em pessoa o comando supremo. A imperatriz, porém, sentia-se apreensiva quanto à entrevista entre o tio e o sobrinho no momento da transmissão dos poderes: “Meu querido”, escreve ela ao tzar no estado-maior, “procura ser prudente e não te deixes iludir com as promessas que porventura faça Nikolasha ou com qualquer outra coisa. Lembra-te de que Gregory [Rasputin] te salvou dele e dessa gente má.

Lembra-te, em nome da Rússia, do que desejavam fazer: expulsar-te (não é uma intriga: os papéis já estavam preparados em casa de Orlov), e, quanto a mim, internar-me em um mosteiro...”

O irmão do czar, Mikhail, dizia a Rodzianko: “Toda a família reconhece até que ponto Alexandra Feodorovna é perigosa. Meu irmão e ela estão rodeados exclusivamente de traidores. Todas as pessoas decentes afastaram-se. Que fazer em tal situação?” Sim, precisamente: que fazer em tal situação?

A grã-duquesa Maria Pavlovna insistia em dizer e repetir, em presença de seus filhos, que Rodzianko deveria tomar a iniciativa de “eliminar” a tsarina. Propôs então Rodzianko que se admitisse a inexistência de tais conversas, pois do contrário o seu juramento de fidelidade obrigá-lo-ia a levar ao conhecimento do czar que uma grã-duquesa convidava o presidente de Duma a eliminar a tsarina. E assim o inventivo camareiro transformava a questão do assassinio da tsarina numa interessante pilhéria, tal como se costuma fazer na alta sociedade.

O próprio Ministério se encontrava por momentos em séria oposição ao czar. Desde 1915, dezoito meses antes da Revolução, no Conselho de Ministros sustentavam-se abertamente opiniões que, ainda hoje, nos parecem inverossímeis. Polivanov, ministro da Guerra, dizia: “Somente uma política de conciliação com a sociedade poderá salvar a situação. Os frágeis diques que existem atualmente não poderiam impedir a catástrofe.” E Grigorovich, ministro da Marinha: “Ninguém ignora que o exército não confia em nós e que aguarda mudanças.” Sazonov, ministro das Relações Exteriores: “A popularidade do czar e o seu prestígio estão fortemente abalados aos olhos das massas.” O príncipe Sherbatov, ministro do Interior: “Somos, todos juntos, incapazes de governar a Rússia nas presentes circunstâncias necessário ou uma ditadura ou uma política de conciliação.” (Sessão de 21 de agosto de 1915.) Nem uma nem outra solução servia; nem uma nem outra era realizável. O czar não se decidia pela ditadura, negava a política de conciliação e não aceitava a demissão dos ministros que se julgavam incapazes. Um alto funcionário que tomava notas acrescentou às arengas ministeriais este breve comentário: “Para nós, por conseguinte, só resta o patíbulo!”

Não é de admirar que, em tais condições, mesmo nos meios burocráticos, tenha-se aludido à necessidade de uma Revolução palaciana como único meio de impedir a Revolução iminente. “Se eu fechasse os olhos”, escreve um dos coparticipantes destas conversações, “poderia acreditar que me encontrava entre revolucionários extremados.”

Um coronel de polícia, enviado em serviço secreto para inspecionar os exércitos do sul, descreve em seu relatório um quadro sombrio: em consequência dos esforços da propaganda, principalmente sobre a germanofilia do tzar e da tzarina, o exército estava disposto a aceitar a ideia de uma Revolução palaciana. “Nas reuniões dos oficiais falava-se abertamente sobre isso, sem encontrar a indispensável reação do alto-comando.” Por seu lado declara Protopopov: “Um grande número de elementos do alto-comando simpatizava com a Revolução; alguns estavam sob a influência dos principais líderes do Partido Progressista com os quais mantinham relações.”

O almirante Kolchak que, ulteriormente, deveria adquirir tanta celebridade, declarou, quando as suas tropas foram aniquiladas pelo exército vermelho, perante a comissão de inquérito dos Soviéticos, que mantivera ligação com numerosos membros da oposição na Duma, cujos discursos aprovara, uma vez que “a sua atitude em relação ao poder anterior à Revolução era de franca antipatia”. Kolchak, entretanto, não foi informado dos planos da Revolução palaciana.

Após o assassinio de Rasputin e a subsequente deportação de certos grão-duques, a camada mais elevada da sociedade começou a falar, mais alto do que nunca, sobre a necessidade de uma Revolução na Corte. O príncipe Yussupov conta que o grão-duque Dimitry, detido em seu palácio, foi visitado por oficiais de vários regimentos que lhe submeteram diversos planos de ação decisiva, “os quais, naturalmente, não podia aprovar”.

Supunha-se que a diplomacia aliada participava da conspiração, pelo menos o embaixador da Grã-Bretanha. Este último, por iniciativa dos liberais russos, procurou, em janeiro de 1917, não sem consentimento prévio de seu governo, influenciar Nicolau II. Nicolau escutou atenta e polidamente o embaixador, agradeceu e... falou de outra coisa. Protopopov informou Nicolau da existência de ligações entre Buchanan e os principais do Bloco Progressista e propôs que a embaixada da Inglaterra ficasse sob

vigilância. Parece que Nicolau não aprovou tal medida, alegando que uma vigilância levada a efeito contra um embaixador “seria contrária às tradições internacionais”. Nesse ínterim, Kurlov declarou, sem preâmbulos, que os agentes da espionagem prestavam informações diárias sobre as relações do líder do Partido Cadete, Miliukov, com o embaixador da Inglaterra. “As tradições internacionais” nada impediam, por conseguinte. Entretanto, se foram violadas, os resultados obtidos foram medíocres: a conspiração palaciana não foi descoberta.

Existira realmente? Nada o prova. Este complô estava demasiadamente espalhado, englobava círculos por demais numerosos e heterogêneos, para *ser* uma verdadeira “conspiração”. Vagava no ar, como expressão do estado de espírito das altas esferas da sociedade de Petrogrado ou como ideia confusa de salvação ou então como fórmula de desespero. Não se condensou a ponto de transformar-se num plano prático.

No século XVIII a alta nobreza empregou, mais de uma vez, corretivos práticos para alterar a ordem de sucessão dos ocupantes do trono, encarcerando ou mesmo matando os imperadores incômodos: pela última vez, essa operação foi realizada com Paulo,* no ano 1801. Não se pode, portanto, dizer que uma Revolução palaciana contrariasse as tradições da monarquia russa: ao contrário, era um elemento indispensável. A aristocracia, porém, de há muito se sentia insegura. Cedia à burguesia liberal a honra de eliminar o czar e a czarina. Os líderes da burguesia não demonstraram, porém, maior decisão.

Após a Revolução diversas vezes apontaram os capitalistas liberais Guchkov e Tereshchenko, assim como o general Krymov, que com eles simpatizava, como as figuras centrais da conspiração. Guchkov, antigo voluntário do exército dos *boers*, na luta contra os ingleses, duelista, liberal que calçava esporas, devia parecer à generalidade da “opinião pública” como o homem mais adequado para uma conspiração. Não, em verdade, o prolixo professor Miliukov! Guchkov deve ter-se lembrado mais de uma vez de que um regimento da guarda, dando rapidamente um bom golpe, pode substituir e mesmo evitar a Revolução. Já Witte, em suas memórias, denunciava Guchkov, a quem detestava, como um admirador dos métodos

* Paulo I. [Nota da Editora.]

empregados pelos jovens turcos, quando desejavam ajustar contas com um sultão incômodo. Guchkov, porém, que em seus verdes anos não encontrara tempo para demonstrar a sua bravura de jovem turco era, no momento, um homem de idade bastante avançada. Sobretudo, a este êmulo de Stolypin, não poderia passar despercebida a diferença existente entre as condições da velha Turquia e as da Rússia: um golpe de Estado no Palácio poderia tornar-se em última comoção que faria desabar a avalanche e não seria, assim, o remédio pior do que o mal?

Na literatura consagrada à Revolução de Fevereiro, fala-se da conspiração palaciana como de um fato perfeitamente estabelecido. Assim se exprime Miliukov: “A realização deste plano fora prevista para fevereiro.” Denikin determina para março as operações. Mencionam ambos que constava do “plano” fazer parar, em caminho, o trem imperial, exigir uma abdicação e, em caso de recusa, o que seria inevitável, proceder-se-ia a “eliminação” física do czar. Acrescenta Miliukov que, diante da eventualidade admissível de um golpe de Estado, aqueles dentre os líderes do bloco progressista que não faziam parte da conspiração e que não estavam “perfeitamente” informados sobre os preparativos dos conspiradores, deliberaram, em particular, sobre a melhor forma de se utilizarem do golpe de Estado, caso fosse bem sucedido. Nestes últimos anos, muitos estudos marxistas acreditaram na versão de um preparo prático da Revolução palaciana. Demonstra este exemplo, diga-se de passagem, a facilidade e a solidez com que as lendas adquirem um lugar na ciência da História.

Dá-se, geralmente, como a mais importante prova da conspiração a narrativa pitoresca de Rodzianko que demonstra precisamente não ter havido conspiração alguma. Em janeiro de 1917, general Krymov, de volta do *front* para a capital, queixou-se aos membros da Duma de uma situação que não poderia perdurar: “Se vós resolverdes a tomar esta medida extrema [depor o czar], apoiar-vos-emos.” Se vós resolverdes... O outubrista Chidlowsky exclamou colérico: “É inútil poupá-lo e ter piedade dele, quando está levando a Rússia à desgraça!” Num debate acalorado alguém citou uma frase apócrifa ou autêntica, de Brussilov: “Se for necessário escolher entre o czar e a Rússia, marcharei pela Rússia.” Se for necessário! O jovem milionário Tereshchenko mostrava-se regicida irreduzível. Shingarev, cadete, declarou: “O general tem razão: um golpe de estado é indispensável... *Quem, entretanto, se decidirá a*

isso? Toda a questão se resume no seguinte: Quem se decidirá?” Tais são, em essência, as declarações de Rodzianko que, por sua parte, se pronunciava contra o golpe de Estado. Durante as poucas semanas que se seguiram, o plano não fez, verdadeiramente, nenhum progresso. Falava-se em deter o trem imperial mas não se via, de modo algum, qual o homem que se encarregasse de tal operação.

Em sua juventude o liberalismo russo sustentara, com seu dinheiro e suas simpatias, os revolucionários terroristas, na esperança de que estes, por meio de bombas, pudessem forçar a monarquia a lançar-se-lhe nos braços. Nenhum desses veneráveis personagens estava habituado a arriscar a cabeça. O medo, porém, não era somente aos indivíduos mas de toda uma classe: isto vai mal no momento – raciocinavam eles – mas se cairmos no pior? Em todo o caso, se Guchkov, Tereshchenko e Krymov se tivessem decidido seriamente por um golpe de Estado, preparando-o praticamente, mobilizando forças e recursos, tê-lo-íamos sabido exata e precisamente depois da Revolução, porquanto os participantes, sobretudo os jovens executantes, que teriam sido necessários em grande número, não teriam motivo algum de silenciar um efeito “quase” realizado: a partir de fevereiro tal atitude lhes teria, sem dúvida, garantido as carreiras. Mas, nada a este respeito foi revelado. É também evidente que, em relação a Guchkov e Krymov, o caso não ultrapassou os limites dos suspiros patrióticos entre o vinho e o charuto. Assim os estouvados *frondeurs* aristocráticos, da mesma forma que os indolentes da oposição plutocrática, não tiveram fôlego bastante para corrigir com atos a marcha de um acontecimento que tomava um rumo funesto.

Em maio de 1917 Maklakov, um dos mais grandiloquentes e dos mais fúteis liberais, declarou, em conferência particular na Duma, que a Revolução expulsaria a monarquia: “Se a posteridade amaldiçoar a revolução, também nos amaldiçoará por não termos sabido evitar os acontecimentos em tempo oportuno, por meio de um golpe de Estado vindo de cima.” Mais tarde já na emigração, Kerensky, depois de Maklakov, dirá contrito: “Sim, a Rússia censitária tardou demasiado o golpe de Estado que deveria ter sido dado em momento oportuno (do qual tanto se falava e para o qual se prepararam [?] tanto); ela demorou muito em tomar medidas que impedissem a explosão das forças elementares do Estado.”

Estas duas exclamações completam o quadro, demonstrando que, mesmo após a Revolução, quando esta já havia desencadeado todas as suas indomáveis energias, sábias nulidades continuaram a acreditar que a poderiam ter impedido, pela substituição, “em momento oportuno”, de um pequeno arrebite dinástico.

Faltou audácia suficiente para levar a termo uma “grande” Revolução palaciana. Daí, porém, nasceu o plano de um pequeno golpe de Estado. Os conspiradores liberais não ousaram suprimir o principal ator da monarquia; os grão-duques resolveram vingar-se no inspirador: viram, no plano do assassinio de Rasputin um derradeiro meio de salvar a dinastia.

O príncipe Yussupov, casado com uma Romanov, conseguiu o auxílio do grão-duque Dimitry Pavlovich e do deputado monarquista Purihkevich. Procuraram arrastar o liberal Maklakov, evidentemente para dar ao assassinio um caráter de ato nacional. O célebre advogado negociou-se sabiamente, apesar de ter fornecido o veneno aos conjurados. Detalhe de grande estilo! Julgaram os inconfidentes, não sem razão, que um carro da casa imperial facilitaria o transporte do cadáver: os braços dos grão-duques encontravam sua utilidade. Os fatos desenvolveram-se a seguir segundo uma encenação cinematográfica, organizada por pessoas de mau gosto. Na noite de 16 para 17 de dezembro Rasputin, caindo na armadilha, foi morto no palácio Yussupov.

As classes dirigentes, com exceção de uma pequena camarilha e de místicas admiradoras, consideraram o assassinio de Rasputin como um ato de salvação. Detido em seu palácio, o grão-duque, cujas mãos, segundo o tzar, se tinham maculado no sangue do mujique – um Cristo, bem entendido, mas de qualquer modo um mujique! – recebeu as visitas de simpatia de todos os membros da família imperial que se encontravam em Petrogrado. A própria irmã da tzarina, viúva do grão-duque Sérgio, telegrafou comunicando que rezava pelos assassinios e que abençoava o gesto patriótico deles. Os jornais, enquanto não lhes foi proibido falar em Rasputin, publicavam artigos entusiastas. Nos teatros houve tentativas de manifestações em honra dos assassinos. Na rua os transeuntes felicitavam-se. “Nas casas particulares, nas assembleias dos oficiais, nos restaurantes”, escreve o príncipe Yussupov, “bebiam a nossa saúde; nas fábricas os operários davam hurras em nossa honra.” É perfeitamente compreensível que

os operários não tivessem ficado tristes com a notícia do assassinio de Rasputin. Seus hurras, entretanto, nada tinham de comum com as esperanças fundadas no reerguimento da dinastia. A camarilha rasputiniana encolheu-se na expectativa. O *staretz* foi enterrado na maior intimidade, pelo tzar, a tzarina, suas filhas e Vyrubova; perto do cadáver do santo amigo, ex-ladrão de cavalos, executado pelos grão-duques, a família reinante devia sentir-se proscrita. Entretanto, mesmo enterrado, Rasputin não encontrou repouso. Quando Nicolau e Alexandra Romanov foram considerados prisioneiros, os soldados, em Tzarskoe Selo, abriram o túmulo e o esquife. À cabeceira do morto havia uma imagem trazendo esta inscrição: Alexandra, Olga, Tatiana, Maria, Anastácia, Ania. O governo provisório enviou um emissário encarregado – pergunta-se por quê – de trazer o corpo para Petrogrado. O povo a isso se opôs e o delegado foi obrigado a incinerar o cadáver no local.

Após o assassinio do “amigo”, a monarquia não teria mais senão dez semanas de vida. Este curto lapso de tempo, entretanto, ainda lhe pertencia. Rasputin já não existia, mas sua sombra continuava a reinar. Contrariamente às expectativas dos conspiradores, o casal imperial, após o assassinio, persistiu em manter em primeiro plano no governo as personagens mais desprezadas da camarilha rasputiniana. Para vingar o morto, um biltre consumado foi nomeado ministro da Justiça. Muitos grão-duques foram exilados da capital. Contava-se que Protopopov se entretinha com o espiritismo, invocando o espírito de Rasputin. O nó de uma situação sem escapatória apertava-se cada vez mais.

O assassinato teve grandes consequências, porém não as que haviam esperado os executantes e os inspiradores. Em vez de atenuar a crise esse ato a agravou. Por toda parte falava-se do crime; nos palácios, nos estados-maiores, nas fábricas e nas cabanas dos camponeses. Uma dedução impunha-se: os grão-duques também não dispunham, contra a camarilha leprosa, de outros meios a não ser o veneno e o revólver. O poeta Blok escreveu a respeito do assassinio de Rasputin: “A bala que o abateu atingiu em pleno coração a dinastia reinante.”

Robespierre, outrora, já, lembrava à Assembleia Constituinte que a oposição da nobreza, enfraquecendo a monarquia, impulsionava a burguesia e, por trás desta, as massas populares. Robespierre dava ao mesmo tempo este aviso: no resto da Europa a Revolução não se poderia

desenvolver tão rapidamente como em França, porquanto as classes privilegiadas dos outros países, instruídas pela experiência da nobreza francesa, não se encarregariam da iniciativa de uma Revolução. Ao apresentar esta admirável análise, Robespierre enganava-se, entretanto, supondo que a nobreza francesa, em virtude de sua leviandade na oposição, dera, de uma vez por todas, uma lição aos aristocratas de outros países. A Rússia demonstrava, novamente, em 1905 e particularmente em 1917, que uma Revolução dirigida contra um regime autocrático e semifeudal, isto é, contra a classe nobre, recebe, em seus primeiros passos, o auxílio não sistemático, contraditório, contudo muito eficaz, não somente da nobreza média como também dos setores mais privilegiados desta classe, inclusive mesmo de alguns membros da dinastia. Este notável fenômeno histórico pode parecer inconciliável com a teoria de uma sociedade constituída de classes, porém, na realidade, apenas contradiz a sua concepção trivial.

A Revolução desencadeia-se quando todos os antagonismos sociais atingem o paroxismo. É perfeitamente por isso que a situação se torna intolerável, inclusive para as classes da velha sociedade, isto é, para as que estão condenadas a desaparecer. Sem conceder às analogias biológicas maior importância do que merecem, cabe aqui lembrar que um parto, em certa data, é tão inevitável para o órgão materno como para o seu fruto. A oposição das classes privilegiadas prova a incompatibilidade de sua situação social tradicional com as necessidades de sobrevivência da sociedade. A burocracia dirigente começa a deixar tudo correr ao sabor da corrente. A aristocracia, sentindo-se diretamente visada pela hostilidade geral, faz recair o erro sobre a burocracia. Esta última acusa, por sua vez, a aristocracia e, em seguida, estas duas castas, unidas ou separadas, voltam o seu descontentamento contra a monarquia que coroa o seu poder.

O príncipe Sherbatov, que exercendo funções em instituições da nobreza foi chamado para servir durante algum tempo no Ministério, dizia: “Tanto Samarin quanto eu somos antigos marechais da nobreza. Até o presente momento ninguém nos considerou homens de esquerda, e não nos consideramos, a nós mesmos, como tais. Nem ele nem eu, entretanto, podemos compreender uma tal situação no Estado: o monarca e o seu governo radicalmente divorciados de tudo o que existe de razoável na sociedade [as intrigas revolucionárias não merecem ser mencionadas] com

a nobreza, os comerciantes, as municipalidades, os *zemstvos*, e até mesmo com o exército. Se nas cúpulas não querem levar em consideração nosso aviso, nosso dever é partir.”

Para a nobreza, a origem de todos os males estava na cegueira e na alienação mental da monarquia. A casta privilegiada perdera as esperanças numa política que reconciliasse a antiga sociedade com a nova; em outros termos, a nobreza não se resignava a aceitar a condenação e, nos estertores da agonia, punha-se em oposição ao que existia de mais sagrado mesmo no antigo regime: a monarquia. A violência e a irresponsabilidade da oposição aristocrática explicam-se pelos próprios privilégios com que se beneficiaram historicamente os altos comandos da nobreza e pelo medo intolerável da Revolução. A desorganização e as contradições da fronda aristocrática explicam-se pelo fato de se tratar da oposição de uma classe irremediavelmente perdida. Assim como uma lâmpada antes de se extinguir brilha um momento com maior esplendor, apesar de enfumaçada, a nobreza, antes da sua extinção, projeta clarões de rebeldia, que prestam os maiores serviços aos seus mortais inimigos. Tal é a dialética desse *processus* que não somente concorda com a teoria das classes sociais como também só se pode explicar por essa mesma teoria.

.....

Capítulo VI

A AGONIA DE MORTE DA MONARQUIA

A DINASTIA CAIU COM ABALO, como um fruto apodrecido, antes mesmo que a Revolução tivesse tido tempo de abordar o exame de seus mais urgentes problemas. O retrato da antiga classe dirigente não ficaria terminado se não nos esforçássemos por demonstrar de que maneira chegou a monarquia à hora de seu desmoronamento.

O tzar encontrava-se no quartel-general em Moghilev, para onde se transportara, não porque fosse necessária ali a sua presença, mas para fugir às inquietações de Petrogrado. O general Dubensky, cronista da Corte, que o acompanhara ao quartel-general, registra: “Tornou-se tranquilo, aqui, o ritmo da vida. Tudo continuará como no passado. Nada se pode esperar dele [fala do tzar]. A menos que circunstâncias exteriores pudessem por acaso provocar alguma mudança...” A 24 de fevereiro a tzarina escrevia para o tzar Nicolau (em inglês, como habitualmente): “Espero que este tal Kedrinsky da Duma [trata-se de Kerensky] seja enforcado devido a seus terríveis discursos: é indispensável [a lei marcial] e servirá de exemplo. Todos desejam que mostres energia e imploram que o faças.” A 25 de fevereiro, no quartel-general, o tzar recebe um telegrama do ministro da Guerra, comunicando que se haviam declarado greves na capital e mani-

festavam-se distúrbios nos meios proletários, porém haviam sido tomadas medidas enérgicas, e o caso não tinha importância. Em uma palavra: não “é a primeira vez e não será a última!”

A tzarina, que sempre exortava o czar a não ceder, tentava ainda demonstrar segurança. A 26 de fevereiro, na evidente intenção de fortalecer a coragem vacilante de Nicolau, telegrafou-lhe dizendo: “Reina calma na cidade.” Num telegrama à noite, porém, foi forçada a reconhecer que “as coisas não iam nada bem na cidade”. Em carta, diz: “É preciso dizer claramente aos operários que lhes é proibido fazer greve e, em caso de infração, enviá-los ao *front*, como punição. As fuzilarias são inteiramente inúteis; é necessário apenas manter a ordem e impedir que os operários atravessem as pontes.” Sim, na verdade era necessário pouco: *somente* ordem! E sobretudo não admitir os operários no centro da cidade, deixá-los asfixiarem-se na colérica inatividade de seus arrabaldes.

Na manhã de 27, o general Ivanov foi enviado do *front* contra a capital, comandando um batalhão de cavaleiros de São Jorge e com plenos poderes ditatoriais, os quais entretanto não deveria revelar senão após a ocupação de Tzarskoe Selo. “É difícil imaginar um personagem menos indicado para tal situação”, exclama o general Denikin, que, mais tarde, exerceria ele próprio a ditadura militar, “é um velho decrepito, incapaz de compreender bem a situação política, sem forças, sem energia, sem vontade, sem rigor.” A escolha recaiu sobre Ivanov graças aos seus méritos durante primeira Revolução: onze anos antes reprimira o levante de Kronstadt. Esses onze anos, porém, não passaram sem deixar marcas: os repressores envelheceram, os reprimidos tornaram-se homens maduros. As frentes do norte e do oeste receberam ordens para preparar tropas que deveriam marchar contra a capital. Evidentemente, acreditava-se dispor de tempo suficiente. O próprio Ivanov supunha terminar tudo em breve, com êxito, não esquecendo mesmo de mandar seu ajudante de ordens comprar em Moghilev provisões para seus amigos em Petrogrado.

A 27 de fevereiro, pela manhã, Rodzianko enviou ao czar um novo telegrama que terminava assim: “Chegou a hora suprema: a sorte da pátria e da dinastia está em jogo.” O czar disse ao conde Frederiks, ministro da Corte: “Este gordo Rodzianko volta a escrever-me toda a sorte de

frioleiras, às quais nem mesmo responderei.” Contudo não eram frioleiras! E seria necessário responder.

Por volta do meio-dia deste 27 de fevereiro, o quartel-general recebia do general Khabalov um comunicado sobre o levante dos regimentos Pavlovsky, Volinsky, Litovsky e Preobrazhensky, e sobre a necessidade de enviar do *front* tropas de confiança. Uma hora depois recebia-se, do ministro da Guerra, um telegrama inteiramente tranquilizador: “Os motins que rebentaram esta manhã, em certos elementos da guarnição, foram energicamente reprimidos pelas companhias e pelos batalhões fiéis ao seu dever... Estou firmemente convencido de um rápido restabelecimento da ordem.” Entretanto, às 19 horas, o mesmo Belyaev comunica que “as escassas tropas que permaneceram fiéis ao seu dever não conseguem sufocar a sublevação” e pede a remessa urgente de tropas verdadeiramente leais e em quantidade suficiente “para que possam agir simultaneamente, nos diversos setores da cidade”.

O Conselho de Ministros, naquele dia, julgou oportuno eliminar do seu próprio meio, por livre decisão, a suposta causa de todas as desgraças: Protopopov, o desequilibrado que era ministro do Interior. Ao mesmo tempo, o general Khabalov pôs em circulação um documento – preparado à revelia do governo – declarando Petrogrado em estado de sítio, por ordem de Sua Majestade. Desta forma tentava-se combinar ainda uma vez o quente com o frio provavelmente sem premeditação, e em todo o caso sem esperança de sucesso. Não conseguiram nem mesmo colar nas paredes da cidade os cartazes anunciando o estado de sítio: o prefeito da cidade, Balka, não encontrou nem brocha nem cola. De um modo geral “nada mais colava” para essas autoridades que já pertenciam ao reino das sombras.

A principal dessas sombras no último gabinete do czar era um septuagenário, o príncipe Golytsin, que dirigira anteriormente algumas obras filantrópicas da czarina e que ela colocara à frente do governo durante o período de guerra e de Revolução. Quando os amigos perguntavam a esse “bonacheirão *shire* russo”, a esse “velho senil” – segundo as expressões do barão Nolde, liberal – por que aceitara um encargo de tanta responsabilidade, Golytsin respondeu: “Para ter uma boa recordação a mais.” Não chegou entretanto a tal resultado. A seguinte narrativa de Rodzianko revela

qual o estado de espírito do último governo do czar, naqueles momentos: às primeiras notícias de um movimento das massas em direção ao palácio Mariinsky, no qual o Conselho de Ministros realizava as suas reuniões, todas as luzes do edifício foram imediatamente apagadas. (Os governantes só aspiravam a uma coisa – passarem despercebidos à Revolução.) Entretanto, o boato não se confirmou, o palácio não foi atacado e, ao acenderem-se as luzes, um dos ministros czaristas apareceu, “para sua própria surpresa”, escondido sob uma mesa. Não se pôde averiguar quais as recordações que reunia, em tal lugar.

O estado de espírito de Rodzianko não estava verdadeiramente à altura das circunstâncias. Por meio de longos, mas inúteis chamados telefônicos ao governo, o presidente da Duma conseguiu falar com o príncipe Golytsin, o qual responde: “Peço-lhe que não se dirija mais a mim; pedi demissão.” Ao ouvir esta notícia, Rodzianko, segundo nos conta o seu fiel secretário, caiu pesadamente na poltrona e cobriu o rosto com as mãos, balbuciando: “Senhor! É horrível! Perdemos o poder!...É a anarquia! É o sangue!...”, e chorou docemente. Ao desaparecer o espectro senil do poder czarista, Rodzianko sentiu-se infeliz, abandonado, órfão. Como estava longe de pensar que, no dia seguinte, deveria pôr-se “à frente” da Revolução.

A resposta telefônica de Golytsin assim se explica: na noite de 27, o Conselho de Ministros reconheceu-se definitivamente incapaz de dominar a situação e aconselhou ao czar que pusesse à frente do governo uma personalidade que gozasse da confiança geral do país. O czar respondeu a Golytsin: “Quanto às substituições de pessoal em tais circunstâncias, julgo-as inadmissíveis. Nicolau.” Que outras circunstâncias esperava? Ao mesmo tempo o czar exigia que se tomassem as “medidas mais enérgicas” para esmagar a revolta. Era mais fácil dizer do que fazer.

No dia seguinte, 28, até mesmo a indomável czarina perde a coragem. Ela telegrafa a Nicolau: “É indispensável fazer concessões. As greves continuam. Numerosas tropas puseram-se ao lado da Revolução. Alice.”

Foi necessário que toda a guarda se sublevasse, toda a guarnição, para forçar aquela alemã de Hesse, que zelava pela autocracia, a reconhecer “a necessidade de fazer concessões”. Começa então o czar a reconhecer que o “gordo Rodzianko” não lhe comunicara frioleiras: Nicolau resolve

unir-se à sua família. É possível que os generais do quartel-general, que também não se sentiam seguros, o tenham delicadamente afastado.

O trem imperial passou a princípio sem incidentes; como de costume, os agentes da polícia e os governadores vieram recebê-lo na estação. Longe do turbilhão revolucionário, em seu vagão habitual, entre o seu séquito familiar, o tzar parecia haver perdido a sensação de um desenlace iminente. No dia 28, às 15 horas, ao passo que o curso dos acontecimentos já havia decidido a sua sorte, enviou, de Vyazma, o seguinte telegrama à tsarina: “Tempo magnífico. Espero que estejas bem e tranquila. Numerosas tropas foram enviadas da frente. Ternamente, teu afetuoso Niki.” Em vez das concessões que a própria tsarina reclamava insistentemente, o tzar, ternamente afetuoso, envia tropas da frente. Apesar, porém, do “tempo magnífico”, não terá outro remédio senão, dentro de poucas horas, enfrentar a tormenta revolucionária. O trem imperial atingiu a estação de Visher; os ferroviários não lhe permitiram prosseguir: “Uma ponte em mau estado”, disseram. O mais provável é que esse pretexto tenha sido inventado pelo séquito imperial a fim de dissimular o verdadeiro aspecto da situação. Nicolau tentou passar, ou melhor, tentaram fazê-lo passar por Bologoe, que fica na estrada de Nikolaevsk; mas seu trem não foi, também, admitido daquele lado. A demonstração era bem mais eloquente do que todos os telegramas que recebera de Petrogrado. O tzar, afastado do seu quartel-general, não encontrava caminho para a sua capital. Com simples “peões”, os ferroviários, a Revolução fazia xeque ao rei!

O cronista da corte, Dubensky, que acompanhava o tzar na viagem, escreveu no seu diário: “Todos reconhecem que o desvio noturno em Visher tem uma importância histórica Para mim, é evidente que o problema de uma constituição está decidido; com toda certeza ela será concedida.... Todos dizem que é preciso apenas negociar com eles, com os membros do governo provisório.” A estrada está impedida por um semáforo além do qual haveria perigo de morte, e o conde Frederiks, o príncipe Dolgoruky, o duque de Leuchtenberg, todos esses senhores aristocratas são agora partidários de uma Constituição. Não pensaram nem mesmo em lutar. Era necessário apenas negociar, isto é, embair novamente o povo, como em 1905.

Enquanto o trem imperial errava, sem encontrar o caminho certo, a tsarina enviava ao tzar telegrama após telegrama, rogando-lhe que

voltasse o mais depressa possível. Os telegramas porém eram devolvidos com a seguinte nota, a lápis azul: “Residência do destinatário ignorada.” Os empregados do telégrafo não encontravam mais o czar da Rússia...

Regimentos precedidos de bandeiras e de música dirigiam-se ao palácio de Táuride. A Guarda movimentou-se sob o comando do grão-duque Cyril Vladimirovich, em quem, de súbito revelou-se, segundo testemunha a condessa Kleinmichel, a presteza de um revolucionário. As sentinelas dispersaram-se. Os familiares do palácio abandonaram as residências. “Foi um salve-se quem puder”, escreveu Vyrubova. No interior do palácio erravam grupos de soldados revolucionários examinando tudo com ávida curiosidade. Antes mesmo que os dirigentes decidissem sobre a sorte da monarquia, os elementos da base transformaram em museu o palácio dos zares.

O czar – cujo paradeiro se ignorava – tomou o rumo de Pskov, em direção ao estado-maior da frente norte, o qual se achava sob comando do velho general Ruzsky. Os membros do séquito imperial apresentavam propostas sobre propostas. O czar aguardava. Contava ainda com dias e semanas enquanto a Revolução calculava com minutos.

O poeta Blok assim descreve o czar durante os últimos meses da monarquia: “Nervoso, mas abatido sob todos os pontos de vista; deixara de compreender a situação e não dava mais nem um passo de que tivesse consciência, entregando-se completamente em mãos daqueles que ele próprio elevara ao poder.” A que ponto se acentuaram nesse homem os traços particulares – falta de vontade, enervamento, circunspeção e desconfiança – nos últimos dias de fevereiro e no princípio de março!

Finalmente, Nicolau resolveu enviar – e, no entanto, parece que não enviou – um telegrama a Rodzianko, que execrava, dizendo que, para a salvação da pátria, o presidente da Duma ficava encarregado de constituir um novo gabinete ministerial. Entretanto, o czar reserva para si a distribuição das pastas dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e da Marinha. Ele queria ainda negociar com “aquela gente”: “tropas numerosas” não marchavam, por acaso, contra Petrogrado?...

Efetivamente o general Ivanov chegou sem dificuldades a Tzar-skoe Selo: com toda evidência, os ferroviários não ousaram fazer frente aos cavaleiros de São Jorge. O general confessou mais tarde que, em caminho, teve que fazer três ou quatro vezes, “admoestações paternas” a simples

soldados que lhe haviam falado grosseiramente: obrigava-os a se porem de joelhos. Logo à chegada do “ditador” a Tzarskoe Selo as autoridades locais comunicaram-lhe que o choque entre o batalhão de São Jorge e as tropas ordinárias implicaria em grave perigo para a família imperial. A verdade é que essas autoridades temiam por si mesmas e, por isso, aconselharam ao “pacificador” que voltasse sem descarregar seus vagões.

O general Ivanov fez ao outro “ditador” Khabalov dez perguntas que foram respondidas com precisão. Reproduzimo-las integralmente, pois vale bem a pena:

Perguntas de Ivanov

1. Quais os contingentes que permanecem disciplinados e quais os que se entregam a desordens?
2. Quais as estações ferroviárias sob vigilância?
3. Quais as circunscrições da cidade que permanecem em ordem?
4. Quais as autoridades que administram estas circunscrições?
5. Funcionam normalmente todos os ministérios?
6. De que autoridades policiais podeis dispor neste momento?
7. Quais os setores técnicos e administrativos do Ministério da Guerra que, no momento, estão sob as nossas ordens?
8. Qual a quantidade de abastecimento que tendes à vossa disposição?
9. É grande a quantidade de armas, peças de artilharia e munições das quais os rebeldes se apossaram?
10. Quais os poderes militares e os estados-maiores sob as vossas ordens?

Respostas de Khabalov

1. Tenho à minha disposição, nos arsenais do Almirantado, quatro companhias da Guarda, cinco esquadrões e *sotnias* de cossacos, duas baterias de artilharia; as outras tropas ou tomaram o partido dos revolucionários, ou por acordo com estes, permanecem neutros. Há soldados isolados ou em grupos que circulam pela cidade e desarmam os oficiais.

2. Todas estão em poder dos revolucionários e rigorosamente guardadas por eles.

3. Toda a cidade está em poder dos revolucionários. Os telefones não funcionam e estão cortadas as comunicações entre as diversas circunscrições da cidade.

4. Não posso responder.

5. Os ministros foram presos pelos revolucionários.

6. De nenhuma.

7. Nenhum.

8. Não disponho de nada. Havia na cidade no dia 25 de fevereiro, 5 600 000 *puds* de farinha, em reserva.

9. Toda a artilharia está em poder dos revolucionários.

10. Tenho pessoalmente, sob as minhas ordens, o chefe do Estado-maior dos regimentos; não tenho ligações com os outros setores do comando.

Assim, inequivocamente esclarecido sobre a realidade da situação, o general Ivanov “consentiu” em retroceder com suas tropas que nem sequer chegaram a desembarcar até a estação de Dno.* “Foi desta forma”, concluiu o general Lukomsky, um dos principais personagens do quartel-general, “que nenhum resultado obteve, a não ser um escândalo, a missão confiada ao general Ivanov, com plenos poderes ‘ditatoriais’.”

Esse escândalo, aliás, teve pequena repercussão, afogado como foi pelas vagas dos acontecimentos. O ditador enviou, e podemos acreditar, provisões aos seus amigos de Petrogrado e manteve uma longa conferência com a tsarina; ela citou a abnegação do seu trabalho nos hospitais militares e lamentou-se da ingratidão do exército e do povo.

Nesse ínterim chegavam a Pskov passando por Moghilev, as mais desastrosas notícias. A guarda pessoal de Sua Majestade que havia permanecido em Petrogrado e da qual cada soldado, conhecido por seu nome próprio, era objeto dos favores da família imperial, apresentou-se à Duma pedindo permissão para prender os oficiais da guarda que se recusavam a aderir ao levante. O vice-almirante Kuroschev, comunicou que não via possibilidade de dominar a rebelião em Kronstadt, uma vez que não contava

* O nome desta estação é também a palavra russa que significa “fundo”. [Nota de Max Eastman.]

com um único contingente. O almirante Nepenin telegrafou comunicando que a frota do Báltico só reconhecia o poder do comitê Provisório da Duma do Império. O chefe do corpo do Exército em Moscou, Mrozovsky, comunicou: “A maioria das tropas com a sua artilharia passou-se para o lado dos revolucionários, em cujo poder, conseqüentemente, se encontrava a cidade; o burgomestre e seu adjunto abandonaram as residências.” Mais claramente: abandonaram quer dizer “fugiram”.

O tzar tomou conhecimento de tudo isso no dia 1º de março à tarde. Até altas horas da noite discutiram e fizeram exortações a respeito de um Ministério responsável. Por fim, às duas horas da madrugada, o tzar acedeu e, aqueles que o cercavam, deixaram escapar um suspiro de alívio. Como se acreditava que estivesse assim solucionado o problema da Revolução, deu-se ordem para que voltassem ao *front* as tropas que haviam sido dirigidas contra Petrogrado para esmagar o levante. Logo pela manhã Ruzsky apressou-se a comunicar a boa-nova a Rodzianko. O relógio do tzar, entretanto, atrasava-se demasiado. Rodzianko, assediado no Palácio de Táuride pelos democratas, os socialistas, os soldados, os deputados operários, respondeu a Ruzsky: “O que pretendeis fazer é insuficiente; é o destino da dinastia que está sendo jogado Por toda a parte as tropas tomam o partido da Duma e do povo, exigindo a abdicação em favor do herdeiro sob a regência de Mikhail Alexandrovich.”

Em verdade as tropas não pensavam de modo algum em exigir nem o herdeiro nem Mikhail Alexandrovich. Apenas Rodzianko atribuía ao povo e ao Exército a fórmula, segundo a qual a Duma esperava ainda conter a Revolução. Como quer que seja, a aquiescência do tzar foi tardia! “A anarquia”, declara Rodzianko, “tomou tais proporções que fui obrigado a nomear esta noite um governo provisório. Infelizmente, o manifesto chegou demasiado tarde...” Essas palavras solenes demonstram que o presidente da Duma já tivera tempo para secar as lágrimas que vertera sobre Golytsin. O tzar leu o relatório do entendimento entre Rodzianko e Ruzsky, hesitou, releu o documento, e preferiu esperar. Então os chefes do Exército deram o alarme; sentiam-se também comprometidos!

O general Alexeiev procedeu, durante a noite, a uma espécie de plebiscito, no alto-comando das diversas frentes. É bom que as revoluções

modernas se realizem com o auxílio do telégrafo, pois assim as primeiras reações e as réplicas dos detentores do poder ficam registradas, para a História, na fita de papel. Os entendimentos realizados nas noites de 1º e 2 de março, entre os marechais de campo de Sua Majestade, constituem um documento humano de interesse incomparável. O czar deveria, sim ou não, abdicar? Evert, general em chefe do *front* ocidental, só consentiu em dar a sua opinião depois de saber como pensavam os generais Ruzsky e Brussilov. O general Sakharov, comandante da frente romena, exigia que lhe comunicassem, antecipadamente, as conclusões a que chegaram os demais generalíssimos. Após muita vacilação, este valente guerreiro declarou que sua dedicação ao monarca não lhe permitia em sua alma e em sua ciência aceitar a “infame proposta”; todavia “soluçando” recomendava ao czar que abdicasse para “evitar imposições mais abomináveis”. O general ajudante de campo Evert explicou persuasivamente a necessidade de uma capitulação: “Tomo todas as medidas para que as informações concernentes à situação atual nas capitais não penetrem no Exército, a fim de evitar as perturbações que se produziriam inevitavelmente. Não existe nenhum meio de pôr termo à Revolução nas capitais. O grão-duque Nicolau Nicolaievich, da frente caucasiana, suplicava de joelhos ao czar que “tomasse uma providência extraordinária” e abdicasse; os mesmos rogos faziam os generais Alexeiev e Brussilov e o almirante Nepenin. Quanto a Ruzsky, formulava de viva voz as mesmas solicitações. Sete grandes chefes apon-tavam respeitosamente os seus revólveres para as têmporas do monarca adorado. Receando deixar passar o momento de conciliação com o novo poder, temendo ainda, e não menos, as suas próprias tropas, esses grandes capitães, habituados a render suas posições, deram ao czar-generalíssimo um conselho unânime: desaparecer da cena sem resistir. Assim falava não mais a longínqua Petrogrado contra a qual, parece, teria sido possível enviar tropas, mas o *front*, do qual teria sido preciso retirar contingente.

Após executar exposição tão convincente, o czar determinou-se a abandonar um trono que não mais possuía. Um telegrama de acordo com as circunstâncias foi preparado e enviado a Rodzianko: “Não há sacrifício que eu não faça para a verdadeira felicidade e salvação de nossa querida mãe, a Rússia. Estou pois disposto a abdicar em favor de meu filho, com a condição de que ele permaneça a meu lado até a sua maiori-

dade, sob a regência de meu irmão, o grão-duque Mikhail Alexandrovich. Nicolau.” Esse telegrama, contudo, não foi também enviado, pois chegou a notícia de que, da capital, partiram para Pskov os deputados Guchkov e Shulgin. Era um novo motivo para adiar a decisão. O czar ordenou que lhe devolvessem o telegrama. Temia, evidentemente, fazer mau negócio e esperava ainda notícias consoladoras ou, mais exatamente, contava com um milagre. Os deputados chegaram e Nicolau os recebeu à meia-noite, entre os dias 2 e 3 de março. O milagre não se produziu e doravante era impossível esquivar-se solução. O czar declarou, inopinadamente, que não lhe era possível separar-se do filho (que vagas esperanças fermentavam na sua cabeça?) e assinou o manifesto de abdicação em favor do irmão. Assinou, ao mesmo tempo, ucasses dirigidos ao Senado, nomeando o príncipe Lvov presidente do Conselho de Ministros e Nicolai Nicolaievich generalíssimo. As suspeitas familiares da zarina confirmaram-se: o execrado “Nicolasha” voltava ao poder com os conspiradores. É possível que Guchkov pensasse seriamente que a Revolução se resignasse a ter um tão augusto comandante em chefe. Nicolau Nicolaievich levou também a nomeação a sério. Tentou mesmo, durante alguns dias, dar ordens apelando para o cumprimento do dever patriótico. Entretanto, a Revolução o expulsou sem pesar.

Para guardar as aparências de livre-arbítrio, o manifesto da abdicação foi datado como sendo das 15 horas, sob pretexto de que a decisão teria sido tomada àquela hora. Em verdade, porém, a “solução” adotada durante o dia, transmitindo o trono ao filho e não ao irmão, fora retirada na esperança de que os acontecimentos tomassem um aspecto mais favorável. Ninguém, entretanto, demonstrou ter percebido a fraude. O czar tentava, pela última vez, resguardar a sua dignidade perante os deputados odiados, os quais, por sua vez, admitiram a falsificação de um ato histórico, isto é, uma impostura perante o povo. A monarquia retirava-se do palco conservando o seu estilo peculiar. Mas os seus herdeiros permaneceram também fieis a si mesmos. É provável que considerassem a sua fraqueza como ato magnânimo do vencedor em relação ao vencido.

Abandonando um pouco o estilo impessoal de seu íntimo, Nicolau anotou, a 2 de março, o seguinte: “Esta manhã Ruzsky veio ler-me o texto de uma longa conversação que teve, por telefone, com Rodzianko. A julgar por suas informações, compreende-se que a situação de Petrogrado

é tal que um Ministério composto de membros da Duma do Império será incapaz de fazer qualquer coisa, porquanto é combatido pelo Partido Social Democrata representado por um comitê operário. Minha abdicação é necessária. Ruzsky transmitiu o conteúdo dessas conversas ao quartel-general de Alexeiev e a todos os comandantes de exércitos. Às 12h30min as respostas foram recebidas. Pela salvação da Rússia e pela conservação do Exército no *front*, decidi-me a dar este passo. Consenti, e um projeto de manifesto foi enviado do quartel-general. À noite chegaram de Petrogrado Guchkov e Shulgin com os quais mantive conversações, entregando-lhes então o manifesto modificado e assinado. A uma hora da partida de Pskov com o coração pesado; em torno de mim tudo é traição, covardia, falsidade.”

A tristeza de Nicolau não era, devemos convir, desprovida de motivos. Recentemente ainda, a 28 de fevereiro, o general Alexeiev telegrafara a todos os comandantes em chefe do *front*: “Temos todos a obrigação sagrada, perante o soberano e a pátria, de manter as tropas do *front* fiéis ao dever e ao juramento prestado.” Ora, dois dias depois Alexeiev convidava os mesmos chefes a faltarem ao cumprimento do “dever” e a violarem o “juramento” prestado. No alto-comando não se encontrou ninguém que interviesse em favor do seu czar. Todos apressavam-se em conseguir um lugar no navio da Revolução, e esperando encontrar nele cabinas confortáveis. Generais e almirantes despojavam-se das insígnias czaristas e ornamentavam-se com fitas vermelhas. Assinalou-se apenas o caso de um justo: o comandante de um corpo de Exército morreu de uma embolia ao prestar juramento ao novo poder. Não ficou porém provado que a ruptura cardíaca se tivesse manifestado em consequência da ofensa feita aos seus sentimentos monarquistas ou se foi devida a qualquer outra causa. Os dignitários civis, por sua própria situação, não se sentiam mais obrigados do que os militares a dar provas de coragem. Cada um se arranjava como podia.

Decididamente, o relógio da monarquia não correspondia ao da Revolução. A 3 de março, pela madrugada, Ruzsky foi novamente chamado da capital pelo telefone direto. Rodzianko e o príncipe Lvov exigiam que mais uma vez não retirassem o manifesto do czar, o qual tornava a chegar tarde. A designação de Alexei – diziam evasivamente os novos detentores do poder – poderia ser bem acolhida – por quem? –, porém a ascensão de Mikhail era absolutamente inaceitável. Ruzsky, não sem causticidade,

expressou o seu pesar ao ver que os deputados da Duma, chegados na véspera, não estavam suficientemente informados sobre a finalidade e o objetivo da viagem deles. Mas os deputados encontraram também a sua justificativa: O “camareiro-mor” explicou a Ruzsky que “inesperadamente, explodiu entre os soldados, um motim como jamais se vira” – como se tivesse passado a vida observando sublevações militares... “Proclamar Mikhail imperador seria lançar óleo ao fogo e então teria início o extermínio implacável de tudo o que fosse passível de extermínio.” Ei-los todos perturbados, curvados, agitados, retorcidos.

E os generais engoliram, em silêncio, essa nova “pretensão infame” da Revolução. Somente Alexeiev aliviou um pouco a consciência, telegrafando aos chefes dos exércitos : “O presidente da Duma sofre a violenta pressão dos partidos de esquerda e dos deputados operários; nas comunicações de Rodzianko não há franqueza nem sinceridade.” Sinceridade, porém, era o que faltava aos generais naqueles momentos!

O tzar mudou de parecer ainda uma vez. Ao chegar a Moghilev, procedente de Pskov, entregou ao seu ex-chefe de estado-maior, Alexeiev, um ofício que deveria ser remetido a Petrogrado; declarava consentir em deixar o trono ao filho. Evidentemente esta fórmula lhe parecera mais promissora. Alexeiev, segundo Denikin, levou o telegrama e... não o expediu. Julgou que eram demais os dois manifestos precedentemente enviados ao Exército e ao país. A incoerência nascia do fato de que o cérebro, não só do tzar e de seus conselheiros, como também dos liberais da Duma, trabalhava mais lentamente do que a Revolução.

Antes de deixar definitivamente Moghilev, a 8 de março, o tzar que, formalmente, já se encontrava preso, dirigiu uma proclamação às tropas a qual terminava com estas palavras: “Quem quer que, neste momento, pense em paz, quem quer que a deseje, é um pérfido traidor da pátria.” Era uma tentativa que, sem dúvida lhe fora sugerida por alguém, para desarmar os liberais que o acusavam de sentimentos germanófilos. Esta tentativa malogrou: não ousaram publicar a proclamação.

Assim terminava um reinado que, no início do fim, fora um encadeamento de erros, de catástrofes, de calamidades, de atos criminosos, começando pela hecatombe de Khodynka, durante os festejos da coroação, passando pelos fuzilamentos em massa dos grevistas e dos camponeses

sublevados, pela guerra russo-japonesa, pelo espantoso esmagamento da Revolução de 1905, por incontestáveis execuções, por ordens de punição, *pogroms* nacionalistas, e terminando pela louca e infame participação da Rússia na louca infame guerra mundial.

Ao chegar ao Tzarskoe Selo, onde foi internado no palácio, juntamente com a família, o czar, a dar crédito a Vyrubova, disse em voz baixa: “Não há justiça entre os homens.” Ora, estas palavras são o irrefutável testemunho da existência de uma injustiça histórica que, embora tardia, não é menos verdadeira.

É evidente, salta aos olhos, a semelhança entre o último casal dos Romanovs e o casal real no tempo da Grande Revolução.* Esta semelhança foi assinalada na literatura, porém superficialmente, e sem que dela se procurasse tirar deduções. Mas a semelhança não é tão fortuita como à primeira vista poderia parecer e oferece precioso material para conclusões.

Com 25 lustros a separá-los, dir-se-ia que o czar e o rei, em certos momentos, se apresentassem como dois atores que desempenhassem um mesmo papel. Uma felonia passiva, expectante, porém vingativa, caracterizava esses dois homens, com a única diferença que, em Luís, a falsidade se dissimulava sob uma duvidosa bonomia, enquanto que, em Nicolau, parecia afável. Um e outro dão a impressão de pessoas para quem a tarefa era pesada e que, entretanto, não cediam a menor parcela dos respectivos direitos, que não sabiam utilizar. Seus diários íntimos, análogos pelo estilo, ou melhor, pela falta de estilo, demonstram igualmente uma triste vacuidade espiritual.

A austríaca e a alemã de Hesse, por outro lado, apresentam-se em evidente simetria. Ambas as rainhas eram maiores do que os soberanos, não somente pela estatura como pelo caráter. Maria Antonieta era menos religiosa do que Alexandra Feodorovna e dela se distinguia pelo desejo ávido de diversões. Uma e outra desprezavam o povo, não toleravam a ideia de concessões, não acreditavam na virilidade dos próprios maridos,

* Trotsky qualificava sempre a Revolução Francesa de *Grande Revolução*. [Nota da tradutora.]

olhavam-nos de alto: Maria Antonieta com um leve tom de desprezo, Alexandra com piedade.

Quando os autores de memórias, que mantiveram contatos com a corte de Petersburgo, tentam demonstrar que se Nicolau II fosse um simples cidadão teria deixado boas recordações, reproduzem, simplesmente, os clichês dos juízes benévolos sobre Luís XVI, sem contribuir para enriquecer os nossos conhecimentos relativamente à História e à natureza humana.

Já lemos como o príncipe Lvov, no momento em que os trágicos resultados da primeira Revolução atingiram o seu auge, indignou-se ao encontrar não um tzar abatido e sim “*um rapaz alegre, desenvolvido, vestindo blusa cor de framboesa*”. Sem o saber, o príncipe repetia o relatório do *Gouverneur Morris*, enviado a Washington, em 1790, sobre Luís XVI: “Que se poderá esperar de um homem que, em tal situação, dorme bem, come bem, bebe melhor e sabe rir? que esperar deste bom moço, mais alegre do que todos os que o rodeiam?”

Quando Alexandra Feodorovna, três meses antes da queda da monarquia, vaticinou que “tudo se arranjará da melhor forma possível, os sonhos de nosso Amigo são bastante significativos”, identificava-se com Maria Antonieta que escrevia um mês antes ela queda do poder real: -”Sinto-me cheia de alegria e qualquer coisa me diz que, em breve, seremos felizes e estaremos fora de perigo.” Afogando-se, têm ambas sonhos irisados.

Alguns traços de semelhanças devem-se, naturalmente, ao acaso e nada mais oferecem à História do que um interesse anedótico. Incomparavelmente mais importantes são os aspectos enxertados ou diretamente impostos pela força das circunstâncias e que projetam viva luz sobre as relações recíprocas entre o indivíduo e os fatores objetivos da História.

“Não sabia querer: eis aí o traço essencial de seu caráter”, declara, falando de Luís, um historiador reacionário francês. Parece que foi escrito referindo-se a Nicolau. Ambos incapazes de querer, porém ambos capazes de não querer. Em realidade, o que poderiam “querer” esses dois últimos representantes de uma causa histórica irrevogavelmente perdida? “Ordinariamente escutava, sorria; raras vezes se decidia. Habitualmente começava por dizer: *não*.” De quem se trata? Ainda do Capeto. Mas neste caso a maneira de agir de Nicolau foi constantemente a de um plagiador. Ambos caminhavam para o abismo “com a coroa caindo sobre os olhos”.

Seria mais fácil caminhar de olhos abertos para o inevitável precipício? Em que mudariam, se levantassem as coroas da cabeça?

Poderíamos recomendar aos psicólogos profissionais a redação de uma crestomatia das apreciações simétricas entre Nicolau e Luís, entre Alexandra e Maria Antonieta; bem como dos seus familiares em relação a eles. Não faltaria material e o resultado de tais trabalhos seria um documento histórico dos mais interessantes em favor da psicologia materialista: excitações da mesma natureza (é claro, não idênticos, longe disso), em condições similares, provocam os mesmos reflexos. Quanto mais o agente da excitação é poderoso, tanto mais rapidamente domina as peculiaridades individuais. Aos toques leves os indivíduos reagem diversamente; à prova do ferro em brasa todos se conduzem igualmente. Assim como o pilão transforma, indiferentemente, em papa, quer uma bola quer um cubo, assim também, sob os golpes de inexoráveis acontecimentos, os que resistem são esmagados e perdem as arestas da sua “individualidade”.

Luís e Nicolau II eram os últimos rebentos dinásticos, cujas vidas foram tempestuosas. Tanto num como noutra certo equilíbrio, em momentos difíceis, exprimia a indigência de forças íntimas, de gente bem educada, a fraqueza de suas descargas nervosas, a penúria de seus recursos individuais. Moralmente castrados, ambos careciam de imaginação e de capacidade criadora, só possuíam a inteligência necessária para reconhecer a própria trivialidade e nutriam uma inveja hostil contra tudo que representasse talento ou valor. Ambos tiveram que governar em presença de profundas crises interiores e de um despertar revolucionário do povo. Ambos defenderam-se contra a invasão de novas ideias e a avalanche das forças inimigas. A indecisão, a hipocrisia, a falsidade foram, em todos dois, os indícios não só de uma fraqueza pessoal, mas também a expressão de absoluta impossibilidade de se manterem nas posições herdadas.

E quanto às esposas, como se passavam as coisas? Alexandra, ainda mais do que Maria Antonieta, viu-se elevada aos mais altos píncaros com que podia sonhar uma princesa, porquanto desposou, simples princesa provinciana do ducado de Hesse, o monarca absoluto de um país poderoso. Ambas estavam possuídas, até o limite, da consciência de sua elevada missão: Maria Antonieta, num sentido mais frívolo; Alexandra, com o espírito de hipocrisia protestante traduzido em eslavônico ortodoxo.

As infelicidades do reinado e descontentamento crescente do povo destruíram implacavelmente o mundo fantasista que edificaram esses cérebros presunçosos, que eram apenas cérebros de imbecis. Daí o ódio crescente, a hostilidade devoradora contra um povo estrangeiro que não se inclinava diante delas; daí a aversão pelos ministros que tinham alguma consideração por este mundo hostil, isto é, o país em que viviam; daí o isolamento dessas mulheres, mesmo em suas próprias cortes, e as ternas queixas dos maridos, que não justificaram as esperanças despertadas durante o noivado.

Os historiadores e os biógrafos de tendências psicológicas procuram e frequentemente descobrem o trago puramente individual e fortuito, onde se refletem, através das personalidades, as grandes forças históricas. É a mesma ilusão de óptica que levou os palacianos a olharem o último czar da Rússia como um “malgrado” de nascença. Ele mesmo julgava ter nascido sob mau signo. Na realidade, os infortúnios dele provinham de uma contradição, entre os velhos objetivos herdados dos antepassados e as novas condições históricas, nas quais cada um fora colocado. Quando os antigos diziam que Júpiter, quando quer perder alguém, tira-lhe primeiro a razão, resumiam, sob forma supersticiosa, profundas observações históricas. Na frase de Goethe sobre a razão que se transforma em absurdo – *Vernunft wird Unsinn* – encontramos a mesma ideia de um Júpiter impessoal da dialética histórica que priva da “razão” as instituições caducas e condena seus defensores a toda a sorte de malogros. Os textos dos papéis de Romanov e Capeto estavam antecipadamente tragados, pelo desenvolvimento do drama histórico. A contribuição pessoal dos atores limitava-se a colorir a interpretação. As tristezas de Nicolau assim como a de Luís não provinham de seus horóscopos pessoais, mas do horóscopo histórico de uma monarquia de casta burocrática. Ambos eram os últimos descendentes do absolutismo. A nulidade moral de ambos, resultante da situação de epígonos das dinastias, dava a esta posição um caráter particularmente sinistro.

Pode-se objetar que, se Alexandre III tivesse bebido menos teria vivido mais tempo; a Revolução teria encontrado assim um czar de outra têtpera, e a aproximação simétrica com Luís XVI seria impossível. Esta objeção, entretanto, não afeta em nada o que foi dito anteriormente. Não é nosso propósito negar a importância do elemento individual no mecanismo do *processus* histórico, nem a influência do fator fortuito no individual.

Uma personalidade histórica deve ser considerada com todas as suas particularidades, e não apenas como simples soma de traços psicológicos, como realidade viva, oriunda de determinadas condições sociais contra as quais reage. Assim como a rosa não perde o perfume quando um naturalista indica quais os ingredientes que tira do solo e da atmosfera, a personalidade não perde o seu aroma, ou o mau cheiro pelo fato de se porem a descoberto as suas raízes sociais.

Se considerarmos, conforme foi dito acima, que Alexandre III poderia ter atingido idade mais avançada, o mesmo problema se esclarece sob outro aspecto. É permitido supor que, em 1904, Alexandre III não empreendesse a guerra contra o Japão. Isto retardaria a primeira Revolução. Até quando? É possível que “a Revolução de 1905” – isto é, a primeira demonstração de força, a primeira brecha no sistema do absolutismo – fosse simplesmente o prelúdio da segunda Revolução, a republicana, e da terceira, a proletária. Tudo que se disser a este respeito, porém não passará de conjeturas mais ou menos interessantes. É incontestável, em todo o caso, que a Revolução não foi uma resultante do temperamento de Nicolau II e que Alexandre III não teria sido mais capaz de resolver os problemas da Revolução. Basta lembrar que jamais, em parte alguma, a transição do regime feudal para o burguês se realizou sem violentas comoções. Ontem mesmo o observamos na China; hoje, o constatamos na Índia. O mais que podemos dizer é que tal ou qual política da monarquia e tal ou qual monarca pudessem apressar ou atrasar a Revolução e lhe imprimir, superficialmente, uma espécie de estampilha.

Com que furiosa e impotente obstinação o tzarismo tentou defender-se, nos últimos meses, nas últimas semanas, nos últimos dias, quando a partida já estava irremediavelmente perdida! Se Nicolau tinha vontade deficiente, a tzarina encarregava-se de compensar esse defeito. Rasputin era o instrumento de uma clã que se debatia encarniçadamente pela sua própria salvação. Mesmo neste limitado ponto de vista a personalidade do tzar aparece absorvida pela do grupo onde se concentrava o passado e onde se manifestavam as suas últimas convulsões. A “política” dos medíocres dirigentes de Tzarskoe Selo, em face da Revolução significou mais do que os reflexos de uma fera acuada e enfraquecida. Se, nas estepes, um automóvel persegue a toda velocidade um lobo, o animal acabará por perder o

fôlego e cairá exausto. Tentai porém passar-lhe um laço: ele procurará vos despedaçar ou, pelo menos, vos ferirá. É natural – que outro recurso lhe resta em tais circunstâncias?

Os liberais supunham que ainda restava qualquer coisa por fazer. Em vez de procurar, em tempo oportuno, acordo com a burguesia censitária, evitando assim a Revolução – este era o ato de acusação do liberalismo contra o último czar –, Nicolau recusava obstinadamente todas as concessões e mesmo, nos últimos dias, sob o cutelo fatal, quando cada minuto era precioso, hesitava, negociava com o destino, deixava escapar as últimas possibilidades. Isso parece convincente. Mas como é lamentável que o liberalismo, conhecendo tão infalíveis remédios para salvar a monarquia, não tivesse encontrado os meios de salvar a si próprio!

Seria absurdo afirmar que o tzarismo não tivesse feito, em certas ocasiões, algumas concessões. Cedeu todas as vezes que a isso foi obrigado, para a sua própria conservação. Após a desastrosa guerra da Crimeia, Alexandre II decretou a semiemancipação dos camponeses e uma série de reformas liberais no domínio dos *zemstvos*, dos tribunais, da imprensa, do ensino, etc. O próprio czar explicou o pensamento orientador das reformas: a emancipação dos camponeses deveria partir *de cima* para que eles não se emancipassem *de baixo*. Acossado pela primeira Revolução, Nicolau II concedeu uma semiconstituição. Stolypin dedicou-se à obra de demolir a comuna rural a fim de alargar a arena das forças capitalistas. Todas essas reformas, no entanto, não tinham para a monarquia nenhum sentido senão na medida em que as concessões parciais salvavam o principal, isto é, as bases de uma sociedade de castas e a própria monarquia. Logo que as consequências das reformas começaram a ultrapassar aqueles limites, a monarquia recuava inevitavelmente. Alexandre II passou a segunda metade de seu reinado a escamotear as reformas realizadas na primeira. Alexandre III foi mais além na senda das contrarreformas. Nicolau II, em outubro de 1905, recuou diante da Revolução e, em seguida, ordenou imediatamente a dissolução das Dumas que ele próprio criara e, assim que a Revolução enfraqueceu, deu um golpe de estado. Durante três quartos de século, se contarmos a partir das reformas de Alexandre II, desenvolveu-se, clandestinamente ou abertamente, a luta de forças históricas bem superiores às qualidades individuais dos tzares e que terminaram com a derrocada da monarquia. É somente nos

quadros históricos deste *processus* que podemos situar os tzares, seus caracteres e suas “biografias”.

Até o mais autoritário dos déspotas se parece muito pouco com um indivíduo “livre” que, arbitrariamente, deixa a sua marca nos acontecimentos. Ele é sempre o agente coroado das classes privilegiadas que formam a sociedade à sua imagem e semelhança. Enquanto essas classes não esgotam a sua missão, a monarquia permanece forte e segura. Possui ainda uma organização, de poder firme, à escolha ilimitada de governantes, visto que os homens mais capazes não se passaram para o campo adversário. Neste caso o monarca, pessoalmente ou por intermédio de um favorito, pode transformar-se no realizador de uma grande missão histórica em sentido progressista. Outra coisa acontece, quando o sol da velha sociedade desce irremediavelmente para o ocaso: as classes privilegiadas, organizadoras da vida nacional, transformam-se em excrescências parasitárias; destituídas de suas funções orientadoras, perdem a confiança em suas próprias forças; do descontentamento de si mesmas fazem o seu descontentamento contra a monarquia; a dinastia isola-se; restringe-se o círculo dos que permanecerão fiéis até o fim; o seu nível desce; entretanto os perigos crescem; novas forças fazem pressão; a monarquia perde toda capacidade de iniciativa criadora; permanece em defensiva, debate-se, recua, seus gestos adquirem o automatismo de simples reflexos. O despotismo semiasiático dos Romanovs não escapou a este destino. Se fosse possível imaginar o tzarismo em agonia, digamos em corte vertical, Nicolau seria o eixo de uma camarilha, cujas bases repousavam sobre um passado irremediavelmente condenado. Analisado em corte horizontal, na história da monarquia, Nicolau era o último elo de uma cadeia dinástica. Os seus mais recentes predecessores, membros também de coletividades familiares, de castas, de burocracia, apenas mais extensas, tentaram adotar diversos métodos de governo para proteger o antigo regime social contra o destino que os ameaçava e, não obstante, legaram a Nicolau II um Império caótico que já trazia em suas entranhas a Revolução. Se fosse dado escolher a Nicolau, ele teria que fazê-lo entre os diversos caminhos que o levariam à perdição.

O liberalismo sonhava com uma monarquia segundo os moldes britânicos. Acaso o Parlamentarismo surgiu, nas margens do Tâmis, como fruto de uma evolução, pacífica ou foi o resultado da “livre” previsão

de um monarca? Não, o Parlamentarismo foi o resultado de uma luta que durou séculos e durante a qual um rei deixou a cabeça no cadafalso.

O paralelo histórico e psicológico entre os Romanovs e os Capetos, anteriormente esboçado, pode, aliás, estender-se ao casal real que se encontrava no trono da Grã-Bretanha na época da sua primeira Revolução. Carlos I apresentava, no fundo, a mesma combinação de traços essenciais que os analistas e historiadores atribuem, com maior ou menor fundamento, a Nicolau II e a Luís XVI. “Carlos permanecia passivo”, escrevia Montague, – “cedia, quando para sua defesa pessoal lhe era impossível resistir, recorrendo, porém a artimanhas, e com isso não conseguiu adquirir popularidade nem confiança.” “Não era um néscio”, diz Charles Stuart, outro historiador, mas faltava-lhe firmeza de caráter... O papel de estrela fatal foi desempenhado por sua mulher, Henriqueta, uma francesa, irmã de Luís XIII que era ainda mais penetrada do que ele das ideias absolutistas. Não insistamos nos detalhes desse terceiro casal real – o primeiro cronologicamente – que foi esmagado por uma Revolução nacional. Notemos somente que, também na Inglaterra, o ódio popular se voltava sobretudo contra a rainha, francesa e papista, acusada de intrigas com Roma, de manter relações secretas com os irlandeses revoltados e de conspirar com a corte de França.

A Inglaterra teve, pelo menos, séculos de tranquilidade a sua disposição. Foi a pioneira da civilização burguesa. Não sofria a pressão de outras nações: ao contrário, impunha cada dia mais o seu domínio ao exterior. Explorava o mundo inteiro. Isso atenuava os antagonismos internos, condensava o espírito conservador, contribuía para a multiplicação e a estabilidade das camadas de aproveitadores parasitas, sob a forma de *landlords*, de monarquia, de Câmara Alta e de Igreja de Estado. Graças aos excepcionais privilégios históricos do desenvolvimento da Inglaterra burguesa, o conservadorismo passou, com maleabilidade, das instituições para os costumes. É isso o que determina ainda, em nossos dias, a admiração dos filisteus do continente como o professor russo Miliukov e o austro-marxista Otto Bauer, pelo exemplo inglês. E precisamente agora, porém, quando a Inglaterra, constringida no mundo inteiro, dissipa as últimas reservas dos seus antigos o seu espírito conservador perde algo de sua elasticidade e, mesmo, na pessoa dos trabalhistas, torna-se uma reação furiosa. Diante da Revolução da Índia, o “socialista” MacDonald não encontra ou-

tros métodos senão os que Nicolau II empregara contra a Revolução russa. É preciso ser cego para não ver que a Grã-Bretanha caminha para terríveis abalos revolucionários nos quais desaparecerão, definitivamente, os restos do seu espírito conservador, os destroços de sua hegemonia mundial e de sua atual máquina governamental. MacDonald prepara esses abalos tão sabiamente e não com menor cegueira do que Nicolau II. Constatamos aqui uma excelente ilustração do papel de uma personalidade “livre”, na História!

Como, porém, a Rússia, com um desenvolvimento atrasado, a última de todas as nações europeias, repousando sobre medíocres bases econômicas, teria podido elaborar esse “maleável espírito conservador” nas formas sociais, feito sob medida para o liberalismo acadêmico e para a sua esquerda, os socialistas reformistas? A Rússia permaneceu em atraso por um tempo excessivamente longo e, quando o imperialismo mundial a agarrou com suas manoplas, viu-se forçada a viver a sua história política com importantes alienações. Se Nicolau tivesse acolhido bem o liberalismo e colocado Miliukov no lugar de Sturmer, a marcha dos acontecimentos teria sido talvez um pouco diferente quanto à forma, mas não quanto ao fundo. Foi precisamente este o caminho seguido por Luís XVI na segunda fase da Revolução, chamando a Gironda ao poder, o que não o livrou da guilhotina, nem também aos girondinos. Os antagonismos sociais acumulados deveriam explodir e, após a explosão, realizar uma limpeza completa. Diante do impulso das massas populares que, por fim, manifestaram abertamente os seus infortúnios e vexames, paixões, esperanças, ilusões e reivindicações, as combinações superficiais da monarquia com o liberalismo não tinham senão um valor episódico e só poderiam influenciar a ordem de sucessão dos acontecimentos, talvez o número de atos representados; de forma alguma, porém, o desenvolvimento geral do drama e ainda menos o seu terrível desenlace.

.....

Capítulo VII

CINCO DIAS
(23-27 DE FEVEREIRO DE 1917)

O DIA 23 DE FEVEREIRO era o Dia Internacional da Mulher. Os círculos da social-democracia tencionavam festejá-lo segundo as normas tradicionais: reuniões, discursos, manifestos. Na véspera ainda ninguém poderia supor que o Dia da Mulher pudesse inaugurar a Revolução. Nenhuma organização preconizara greves para aquele dia. A mais combatida das organizações bolcheviques – o Comitê do bairro de Vyborg, essencialmente operário – desaconselha a greve. O estado de espírito das massas populares, segundo o testemunho de Kayurov, um dos dirigentes operários do bairro, era demasiadamente tenso e cada greve ameaçava converter-se em conflito aberto. Como o Comitê julgasse que o momento de agir ainda não era chegado – o partido não estava bastante forte e o contato entre os soldados e os operários ainda era bastante deficiente – decidiu não lançar mão da greve, mas apenas preparar-se para a ação revolucionária em data indeterminada. Tal foi a linha de conduta preconizada pelo Comitê, nas vésperas do dia 23, e parecia ter sido aceita por todos. No dia seguinte, pela manhã, apesar de todas as determinações, as operárias têxteis de diversas fábricas abandonaram o trabalho e enviaram delegadas aos meta-

lúrgicos, solicitando-lhes que apoiassem a greve. Foi “contra a vontade”, escreve Kayurov, que os bolcheviques entraram na greve, secundados pelos operários mencheviques e socialistas revolucionários. Visto tratar-se de uma greve de massas, não havia outro remédio senão fazer com que todos descessem à rua e tomar a frente do movimento: foi esta a proposta de Kayurov e o Comitê de Vyborg viu-se constrangido a aprová-la. “A ideia de uma manifestação amadurecia há muito entre os operários, porém, naquele momento, ninguém supunha o que dela iria resultar.” Tomemos nota desse testemunho de um participante da greve, que é muito importante para a compreensão do mecanismo dos acontecimentos.

Acreditava-se, antecipadamente, que, sem dúvida alguma, em caso de manifestações operárias, as tropas sairiam das casernas para dar combate aos trabalhadores. Que aconteceria? Era tempo de guerra e as autoridades não estavam dispostas a brincar. Por outro lado, o “soldado reservista” daqueles dias não era mais o que conhecêramos outrora nos quadros do Exército regular. Seria verdadeiramente perigoso? Esta questão era muito discutida entre os revolucionários, porém de um modo abstrato, pois ninguém, absolutamente ninguém – podemos afirmar categoricamente baseando-nos em todos os documentos consultados – supunha que o dia 23 de fevereiro marcaria o início de um assalto decisivo contra o absolutismo. Tratava-se apenas de manifestação cujas perspectivas permaneciam indeterminadas ou, de certa maneira, muito limitadas.

É evidente, pois que a Revolução de Fevereiro foi iniciada pelos elementos de base, que ultrapassaram a resistência de suas próprias organizações revolucionárias e que esta iniciativa foi espontaneamente tomada pela camada proletária mais explorada e oprimida que as demais – as operárias da indústria têxtil, entre as quais, deve-se supor, estavam incluídas numerosas mulheres casadas com soldados. O impulso decisivo originou-se das intermináveis esperas nas portas das padarias. O número dos grevistas, mulheres e homens, orçou, neste dia, por volta dos 90 000. O espírito combativo exteriorizou-se em manifestações, *meetings* e choques com a polícia. O movimento iniciou-se no bairro de Vyborg, onde se encontram as grandes fábricas, propagando-se pelos bairros ditos de Petersburgo. Nos outros lugares da cidade, segundo os relatórios da polícia, não houve greves nem manifestações. Nesse dia as forças da polícia foram

reforçadas por destacamentos de tropas, aparentemente pouco numerosas, não se produzindo choque, entretanto. Uma multidão de mulheres, nem todas operárias, dirigiu-se à Duma Municipal, pedindo pão. Era o mesmo que pedir água a uma pedra. Em outras partes da cidade foram desfraldadas bandeiras vermelhas cujas inscrições atestavam que os trabalhadores exigiam pão, mas que também não queriam mais a autocracia nem a guerra. O Dia da Mulher foi bem sucedido, cheio de entusiasmo e sem vítimas. Anoitecera e nada revelava ainda o que esse dia trazia em suas entranhas.

No dia seguinte, o movimento, longe de apaziguar, dobrou em intensidade – cerca da metade dos operários industriais de Petrogrado declarou greve no dia 24 de fevereiro. Os trabalhadores compareceram às fábricas, pela manhã, porém, em vez de começar a trabalhar, organizaram *meetings* e, à saída, dirigiram-se para o centro da cidade. Outros bairros e outros grupos da população aderiram ao movimento. A palavra de ordem “pão” desapareceu ou abafada por outras fórmulas: “Abaixo a autocracia!” e “Abaixo guerra!” Pela Perspectiva Nevsky* as manifestações não cessam: primeiramente massas compactas de operários, cantando hinos revolucionários; em seguida, a multidão disparatada de cidadãos e os bonés azuis dos estudantes. “O público que passava nos acolhia com simpatia e, das janelas dos hospitais, os soldados nos saudavam, agitando no ar o que tinham nas mãos.” Seriam muitos os que compreendiam o significado das provas de simpatia dos soldados doentes pelos manifestantes? Os cossacos, entretanto, atacavam o povo, mas sem brutalidade; os cavalos estavam cobertos de espuma. Os manifestantes dispersavam-se de um lado para o outro e, logo em seguida, refaziam os grupos. A multidão não tinha medo. Uma frase corria de boca em boca: “Os cossacos prometeram não atirar.” Evidentemente, os operários tinham conseguido parlamentar com certo número de cossacos. Um pouco mais tarde, os dragões apareceram meio embriagados, vociferando e abriram passagem por entre a multidão, golpeando as cabeças dos manifestantes com as suas lanças. Os manifestantes mantiveram-se com todas as forças, sem arredar pé. “Não vou atirar.” E, com efeito, não atiraram.

* A principal avenida da cidade. [Nota de Max Eastman.]

Um senador que observou, nas ruas, muitos bondes parados – não seria isso no dia seguinte, traindo-o a memória? – alguns com as vidraças quebradas, outros virados sobre os trilhos, evocou os dias de julho de 1914, às vésperas da guerra. “Parecia repetir-se a tentativa de outrora.” O senador via bem: havia certamente um elo de continuidade: a História apanhava as pontas do fio revolucionário, rebentado pela guerra, e as atava em um só.

Durante todo esse dia as massas populares circularam de bairro em bairro, violentamente perseguidas pela polícia, contidas e rechaçadas pela cavalaria e por alguns destacamentos da infantaria. Gritavam: “Abaixo a polícia!”, e ouvia-se frequentemente um hurra aos cossacos. Era significativo. A multidão demonstrava um ódio feroz contra a polícia. A polícia montada era acolhida com assobios, pedras, pedaços de gelo. Bem diversa foi a atitude dos operários ao entrarem em contato com os soldados. Em torno dos quartéis, perto das sentinelas e das patrulhas dos cordões de isolamento, viam-se grupos de operários e de operárias que conversavam amistosamente com as tropas. Era uma nova fase, motivada pelo desenvolvimento da greve e pelo confronto dos operários com o Exército. É uma fase inevitável em toda Revolução. Parece, entretanto, sempre inédita e, na verdade, apresenta-se de cada vez sob um novo aspecto. Os que leram e escreveram sobre o assunto não se deram conta desse fato quando ele se produziu.

Na Duma Imperial contava-se nesse dia que uma formidável multidão invadira a Praça Znamensky, toda a Perspectiva Nevsky e todas as ruas circunvizinhas, constatando-se um fenômeno absolutamente insólito: a multidão, revolucionária e não patriótica, aclamava os cossacos e os regimentos que marchavam ao som da música. Como um deputado perguntasse o que aquilo significava, um transeunte, o primeiro que apareceu, respondeu: “Um policial bateu numa mulher com a seu cnute; os cossacos intervieram e expulsaram a polícia.” Pode ser que os fatos não se tenham passado assim, ninguém poderia averiguar. Mas o povo acreditava que era verdade ou que era possível. Crença que não caía do céu, que provinha de uma experiência e, por conseguinte, deveria transformar-se em garantia da vitória.

Os operários da fábrica Ericsson, uma das mais modernas do bairro de Vyborg, depois de se terem reunido de manhã, dirigiram-se em massa, 2 500 homens, para a Perspectiva Sampsonievsky e, numa rua estreita, caíram sobre os cossacos. Instigando os seus cavalos, os oficiais foram

os primeiros a romper a multidão. Atrás deles galopavam os cossacos enchendo a rua de lado a lado. Momento decisivo! Os cavaleiros, entretanto, passaram prudentemente, em longa fila, pelo corredor que os seus oficiais acabavam de abrir. “Alguns sorriam”, escreve Kayurov, “e um deles piscou o olho maliciosamente, para o lado dos operários.” Aquela piscadela significava alguma coisa! Os operários encorajaram-se, com espírito de simpatia e não de hostilidade com os cossacos que haviam contaminado ligeiramente. O homem que piscara o olho teve imitadores. A despeito das novas tentativas dos oficiais, os cossacos, sem infringir abertamente a disciplina, não dissolveram a multidão pela força e limitaram-se a passar através dela. Isso aconteceu três ou quatro vezes e os dois grupos opostos mais se aproximaram. Os cossacos puseram-se a responder individualmente às perguntas dos operários e chegaram a conversar rapidamente com eles. Da disciplina restavam apenas as tênues aparências, com perigo de uma ruptura iminente. Os oficiais apressaram-se em afastar do povo as tropas e, renunciando à ideia de dispersar os operários, dispuseram-nos em barragem, ao longo da rua, para impedir que os manifestantes alcançassem o centro da cidade. Tempo perdido: montando guarda em seus postos, com todo o aparato, os cossacos não impediam os “mergulhos” dos operários por entre as pernas dos cavalos. A Revolução não escolhe arbitrariamente os seus caminhos: ao iniciar a marcha para a vitória, ela passava sob o ventre dos cavalos dos cossacos. Admirável episódio! Admirável também a agudeza de vista do narrador, que fixou todas estas peripécias. Nada há aí de surpreendente: o narrador era um chefe e atrás dele estavam dois mil homens; o olho do comandante atento às balas ou aos golpes dos inimigos está sempre alerta.

A mudança de opinião no Exército manifestou-se inicialmente entre os cossacos, perpétuos fautores de repressão e de expedientes punitivos. Não quer isso dizer que os cossacos fossem mais revolucionários do que os outros. Ao contrário, estes sólidos proprietários, montando seus próprios cavalos, que zelavam pelas particularidades de suas castas, tratando com certo desdém os simples camponeses e temendo os operários, estavam fortemente penetrados do espírito conservador. Precisamente por este motivo, as mudanças provocadas pela guerra pareciam neles mais notadas. Além disso, não eram precisamente os solicitados em todos os sentidos, constantemente em expedições, enervados e submetidos, em primeiro

lugar, a todas as provas? Estavam já fartos de tudo isto, desejavam voltar aos seus lares, e piscavam o olho como se dissessem: que façam como quiserem, se forem capazes; não os perturbaremos. Entretanto, isto passava de sintomas, aliás, bastante significativos. O Exército ainda o Exército, unido pela disciplina e cujos fios condutores ainda se encontravam nas mãos da monarquia. As massas operárias não possuíam armas. Os seus dirigentes não pensavam ainda num desenlace decisivo.

Neste dia, no Conselho dos Ministros, a ordem do dia incluía entre outros assuntos a questão das desordens na capital. A greve? As manifestações? Já se tinham visto outras. Tudo estava previsto; as ordens foram dadas. E passaram simplesmente ao despacho dos problemas habituais.

Em que consistiam, todavia, as instruções? Apesar de terem sido mortos 28 policiais, nos dias 23 e 24 – sedutora exatidão da estatística – o general Khabalov, comandante da região de Petrogrado, investido de poderes quase ditatoriais, não recorreu ainda às armas. Não por bondade, decerto! Tudo havia sido previsto e determinado; na hora fixada abririam fogo. A Revolução só teve de inesperado o momento em que rebentou. Em suma: os dois lados contrários, o revolucionário e o governamental, vinham sendo cuidadosa e permanentemente preparados havia anos. Quanto aos bolcheviques toda a sua atividade, a partir de 1905, consistiu unicamente em fazer preparativos para a segunda Revolução. O trabalho do governo fora, e em maior parte, o de preparar com antecedência o esmagamento dessa segunda Revolução que se anunciava. Neste terreno o trabalho governamental tomou um caráter particularmente sistemático, desde o outono de 1916. Uma comissão presidida por Khabalov terminara, em meados de janeiro de 1917, a elaboração minuciosa de um plano para esmagar a nova insurreição. A capital foi dividida em seis zonas administradas por “chefes de polícia”, as quais por sua vez foram subdivididas em distritos. À frente de Veda as forças do Exército colocaram o general Chebykin, comandante em chefe da reserva da Guarda. Os regimentos foram distribuídos pelos distritos. Em cada uma das seis principais zonas a polícia civil, a polícia militar e o Exército ficaram sob o comando de oficiais do estado-maior, especialmente designados. A cavalaria cossaca permanecia à disposição de Chebykin em pessoa, para as operações de maior envergadura. O método de repressão estava organizado do seguinte modo: inicialmente a polícia

entraria em ação; depois entrariam em cena os cossacos com as suas nagaicas; só em caso de extrema necessidade se lançaria mão das tropas, armadas com fuzis e metralhadoras. Este plano, ampliado segundo as experiências de 1905, foi, realmente, executado em fevereiro. O malogro não foi devido à imprevisão ou aos erros de concepção do plano, mas sim ao material humano. Foi devido a isto que a arma emperrou.

Formalmente, o plano se apoiava sobre toda a guarnição, num total de 150 000 homens; na realidade, porém, pensava-se que seria necessário empregar apenas uns 10 000 soldados, no máximo. Independentemente da polícia, cujo contingente era de 3 500 homens, a maior esperança do Governo repousava nos alunos suboficiais. Isso se explica pela própria composição da guarnição naquela época: quase que exclusivamente de reservistas; principalmente de 15 batalhões que constituíam a reserva dos regimentos da Guarda, que se encontravam no *front*. Além disso, a guarnição compunha-se de um regimento de infantaria de reserva; um batalhão motorizado; uma divisão de carros blindados, todos da reserva; pequenos contingentes de sapadores e artilheiros e, ainda, dois regimentos de cossacos do Don. Era muito; era até demais. As tropas da reserva, muito numerosas, consistiam numa massa humana pouco exercitada ou já desligada do treinamento. Em realidade, não era esta a composição de todo o Exército?

Khabalov executou, cuidadosamente, o plano elaborado. No primeiro dia, a 23, somente a polícia entrou em ação. No dia 24, mobilizaram sobretudo a cavalaria, porém apenas armada de nagaicas e de lanças. Pensava-se em usar a infantaria e em abrir fogo, segundo a feição que os acontecimentos tomassem. Ora, os acontecimentos não se fizeram esperar.

No dia 25 a greve tomou maior incremento. Segundo os dados oficiais, englobava 240 000 operários. Elementos retardados seguiram de perto a vanguarda; um número considerável de pequenas empresas paralisara as suas atividades; os bondes pararam; os estabelecimentos permaneceram fechados. No decorrer do dia, os universitários aderiram ao movimento. Ao meio-dia, dezenas de milhares de pessoas aglomeraram-se em torno da catedral de Kazan e nas ruas adjacentes. Tenta-se organizar *meetings* nas ruas; produzem-se choques armados com a polícia. Diante da estátua de Alexandre III alguns oradores falam ao povo. A polícia montada abre fogo. Um orador cai ferido. Tiros partem da multidão: um comissário de polícia

cai morto, um chefe de polícia é ferido, assim como alguns de seus agentes. Garrafas, petardos e granadas de mão são lançados sobre os soldados da polícia militar. A guerra dera boas lições sobre esta arte. Os soldados adotaram uma atitude passiva e às vezes hostil à polícia. Entre o povo corre com emoção a notícia de que, ao começar a polícia a fuzilaria contra o povo, nas imediações da estátua de Alexandre III, os cossacos dispararam contra os *faraós* a cavalo (assim chamavam os agentes da polícia) vendo-se estes obrigados a fugir a galope. Isso não era provavelmente espalhado para infundir coragem, pois este episódio, narrado sob diversas formas, foi confirmado por muitas outras fontes.

Um dos autênticos cabeças desses dias, o operário bolchevique Kayurov, conta que, quando os manifestantes debandaram em certo ponto, sob os golpes das nagaicas da polícia montada, em presença de um pelotão de cossacos, ele, Kayurov, e outros operários que não imitaram os fugitivos, tiraram os gorros, aproximaram-se dos cossacos e, boné na mão, assim falaram: “Irmãos cossacos, ajudai os operários na sua luta por pacíficas reivindicações! Vede como nos tratam, a nós, operários famintos, estes *faraós*. Ajudai-nos.” Este tom, conscientemente humilde, os gorros na mão, que justo cálculo psicológico, que gesto inimitável! Toda a história de combates de ruas e de vitórias revolucionárias está cheia de semelhantes improvisações. Esses episódios, porém, se perdem ordinariamente no torvelinho dos grandes acontecimentos e os historiadores recolhem apenas as cascas de lugares-comuns. “Os cossacos – prossegue Kayurov – entreolharam-se de modo estranho e, antes que tivéssemos tempo de nos afastar, entraram na peleja.” Minutos mais tarde, perto da estação, a multidão carregava em triunfo um cossaco que acabara de abater com o seu sabre um comissário de polícia.

Os *faraós* não tardaram em desaparecer, ou por outra, passaram a agir de emboscada. Os soldados vieram substituí-los com as baionetas caladas. Os operários interrogaram-nos ansiosamente: “Camaradas, vindes ajudar a polícia?” Resposta grosseira: “Circulai.” Nova tentativa de entendimento: mesmos resultados. Os soldados estavam amargos, atormentados pelas mesmas ideias, e se irritavam quando o povo tocava no âmago da ansiedade deles.

Entrementes, desarmar os *faraós* transforma-se na palavra de ordem. A polícia é o inimigo cruel, inexorável, odiante e odiado. Não se

pode mais pensar em conciliação. Agridem-se as pessoas ou matam-nas. Com as tropas é outra coisa; o povo procura de todas as maneiras evitar conflitos com o Exército; procura, ao contrário, os meios de conquistar os soldados, de persuadi-los, de atraí-los, de transformá-los em aliados, de fazer de cada soldado um dos seus. Apesar dos rumores favoráveis – talvez um pouco exagerados – relativamente à conduta dos cossacos, o povo mantém uma atitude desconfiada ante a cavalaria. Um soldado de cavalaria domina do alto o povo; entre a sua mentalidade e a dos grevistas há quatro patas do cavalo. Uma figura que se é obrigado a olhar de baixo para cima parece-nos sempre mais elevada e temível. A infantaria está no mesmo plano é mais próxima e acessível. A massa se esforça por aproximar-se do infante, fitá-lo francamente, insuflar-lhe o seu inflamado alento. A mulher operária, nestes encontros entre soldados e obreiros, desempenha um papel importante. Com maior ousadia do que os homens, penetra nas fileiras dos soldados, agarra-se aos fuzis, suplica e quase ordena: “Tirem as suas balonetas, reúnam-se a nós.” Os soldados emocionam, penalizam-se, entreolham-se inquietos e vacilam; um deles, enfim, se decide e as baionetas se levantam para cima dos ombros num gesto de arrependimento, a barragem se abre, estremece no ar vivas alegres e agradecidos, os soldados se veem rodeados de todos os lados elevam-se as discussões, os apelos: a Revolução dá um passo adiante.

Do quartel-general, Nicolau telegrafara a Khabalov ordenando-lhe que pusesse fim às desordens; “no dia seguinte, sem falta”. A vontade do tzar coincidia com a segunda fase do plano de Khabalov; o telegrama era apenas um impulso complementar. No dia seguinte a tropa manifestar-se-ia. Não seria tarde demais? Nada se podia ainda dizer. A questão fora formulada, mas estava longe de ser resolvida. A condescendência dos cossacos, as vacilações de algumas tropas da infantaria não eram senão episódios cheios de promessas, aos quais as ruas despertadas dão a ressonância de milhões de ecos. Episódio suficiente para exaltar o povo revolucionário, porém muito pouco para decidir a vitória. Tanto mais que se haviam produzido incidentes de caráter hostil. À tarde um pelotão de dragões, sob pretexto de réplica aos tiros partidos do povo, pela primeira vez abriu fogo sobre os manifestantes perto das Galerias do Comércio (*Gostinny Dvor*): segundo o relatório de Khabalov ao quartel-general, houve 3 mortos e 10

feridos. Séria advertência! Ao mesmo tempo Khabalov ameaçava enviar para o *front* todos os operários mobilizáveis que, antes do dia 28, não voltassem ao trabalho. O ultimato do general dava às massas operárias um prazo de três dias: era um prazo maior do que necessitava a Revolução para derrubar Khabalov e, com ele, a monarquia. Mas não se viria a saber disso senão depois da vitória. E, na tarde de 25, não se sabia ainda de que estava pleno o dia seguinte.

Tentemos representar-nos com maior clareza a lógica interna do movimento. A 23 de fevereiro, sob a bandeira do Dia da Mulher, explode a insurreição das massas operárias de Petrogrado, de há muito amadurecida e contida. A primeira fase da insurreição foi a greve, que em três dias se estende a ponto de converter-se em greve geral. Este simples fato era suficiente para infundir confiança nas massas, e avante. A greve, assumindo um caráter cada vez mais acentuadamente ofensivo, combina-se com manifestações de rua que põem as massas revolucionárias em contato com as tropas. O problema fora colocado, em seu conjunto, em plano mais elevado onde as coisas se resolvem pela força das armas. Esses primeiros dias se assinalam por sucessos parciais, de caráter antes sintomático do que efetivo.

Uma sublevação revolucionária que se prolongue por diversos dias só pode triunfar elevando-se progressivamente, de degrau em degrau, registrando constantemente novos êxitos. Uma trégua no curso dos sucessos é perigosa; se o movimento patinha no mesmo lugar, pode perder-se. Os êxitos, por si sós também não bastam; é necessário que a massa tenha conhecimento deles e os aprecie em tempo oportuno. Pode-se deixar escapar uma vitória exatamente no momento em que seria suficiente estender a mão para pegá-la. Na História, registraram-se fatos semelhantes.

Os primeiros três dias foram marcados pela intensificação e agravação da luta. Foi por este motivo que precisamente o movimento atingiu um nível em que os sucessos sintomáticos tornavam-se insuficientes. Toda a massa ativa desceu às ruas. Enfrentou a polícia, com bons resultados e sem grandes dificuldades. Nos dois últimos desses três dias, as tropas encontravam-se já empenhadas nos acontecimentos: no segundo apenas a cavalaria marchara; no terceiro, a infantaria. As tropas recuavam, formavam barragens para conter a multidão, condescendiam algumas vezes e quase não recorreram às armas de fogo. As autoridades superiores não

se apressavam em modificar o seu plano, subestimando, em parte, a importância dos acontecimentos (a ilusão de óptica da reação completava-se com o erro paralelo dos dirigentes da Revolução) em parte porque não tinham confiança no seu Exército. Justamente no terceiro dia, constringidos pelo desenvolvimento da luta e pela ordem telegráfica do tzar, o governo viu-se forçado a lançar mão das tropas, quer quisesse ou não. Os operários, sobretudo os seus elementos de elite, compreenderam, tanto mais que, na véspera, os dragões haviam atirado. Desde esse momento a questão se apresentava aos dois lados em toda a sua amplitude.

Na noite de 25 para 26, em diversas partes da cidade, cerca de cem militares revolucionários foram presos; entre eles se encontravam cinco membros do comitê bolchevique de Petrogrado. Isto indicava também que o governo passava à ofensiva. Que acontecerá, hoje? Qual seria o despertar dos operários após as fuzilarias do dia precedente? E – problema essencial – que diriam as tropas? O dia 26 despontou entre as brumas da incerteza e da inquietação.

O comitê de Petrogrado foi detido e a direção das operações na capital passou para o setor de Vyborg. Talvez fosse melhor assim. A alta direção do Partido aguardava desesperadamente. Até o dia 25 pela manhã, o birô do comitê central dos bolcheviques não se decidira a publicar um manifesto apelando para a greve geral em toda a Rússia. No momento em que este manifesto foi publicado, se é que efetivamente o foi, a greve geral em Petrogrado transformava-se em insurreição armada. A direção observava de suas alturas, hesitava, retardava, isto é, não dirigia – deixava-se rebocar pelo movimento.

Quanto mais nos aproximamos das fábricas tanto maior decisão encontramos. Entretanto, no dia 26 a inquietação atinge todos os bairros operários. Famintos, irritados, tiritantes, sob o fardo de uma enorme responsabilidade histórica, os dirigentes de Vyborg reúnem-se fora da cidade, em pomares, para trocar impressões acerca da jornada e para estabelecer de comum acordo um itinerário... de quê? Organizar nova manifestação? Que resultado, porém, conseguiriam essas pessoas desarmadas, se o governo decidira ir até o fim? Esta pergunta torturava as consciências. “Tudo parecia indicar que a insurreição ia ser liquidada.” Quem assim fala é uma voz já conhecida, a de Kayurov, e costumamos a crer que essa voz seja a sua. Tão baixo descera o barômetro antes da tempestade.

Nas horas em que a hesitação se apoderava até mesmo dos revolucionários mais próximos das massas, o movimento ia de fato muito mais longe do que imaginavam os próprios participantes. Na véspera ainda, na tarde de 25, o bairro de Vyborg encontrava-se totalmente em poder dos insurretos. Os comissariados da polícia foram saqueados; alguns agentes foram massacrados; a maioria, porém, eclipsou-se. O general-governador teve as suas comunicações cortadas com a maior parte da capital. Na manhã de 26 verificou-se que, além de Vyborg, o bairro de Paski, até quase a Perspectiva Liteiny, estava em poder dos rebeldes. Foi pelo menos assim que os relatórios da polícia descreveram a situação. Num certo sentido isso era exato, se bem que muito provavelmente os insurretos não se tivessem dado conta do fato; é fora de dúvida que, em muitos casos, a polícia abandonou os seus refúgios antes de se ter encontrado sob a ameaça da ofensiva operária. Independente desse fato, a evacuação dos bairros industriais pela polícia não podia ter aos olhos dos trabalhadores uma importância decisiva, uma vez que as tropas não haviam ainda pronunciado a última palavra. A insurreição “vai ser liquidada”, pensaram bravos entre bravos. Na realidade, começava a desenvolver-se apenas.

O dia 26 de fevereiro foi um domingo; as fábricas permaneceram fechadas e, por conseguinte, foi impossível calcular logo de manhã, pela amplitude da greve, a força do avanço das massas. Além disso, os operários não puderam reunir-se, como haviam feito nos dias precedentes, em seus estabelecimentos, e era mais difícil fazer manifestações. Na Perspectiva Nevsky reinava tranquilidade, pela manhã. E foi então que a czarina telegrafou ao czar: “Reina calma na cidade.”

Essa tranquilidade, porém, não duraria muito. Pouco a pouco os operários se concentraram, e de todos os arrabaldes convergiram para o centro. Impedem-nos de passar pelas pontes: patinam no gelo – em fevereiro todo o Neva é uma ponte de gelo. Não basta atirar sobre a multidão que atravessa um rio gelado. A cidade está transformada. Por toda parte, patrulhas, barragens, tropas de reconhecimento da cavalaria; por toda parte, barragens de soldados. As artérias que conduzem à Perspectiva Nevsky estão bem guardadas. Frequentemente disparos partem de postos, emboscados. Aumenta o número de mortos e de feridos. Ambulâncias correm em diversas direções. De onde atiram? Quem atira? Não se pode

saber. Sem dúvida alguma, a polícia, severamente castigada, resolveu não mais se expor. Atira através das janelas, das varandas, ocultando-se atrás das colunas, do alto das águas-furtadas. Fazem-se conjeturas que se convertem facilmente em lendas. Contam que, para aterrorizar os manifestantes, numerosos soldados vestiram uniformes da polícia. Contam ainda que Protopopov colocara diversos ninhos de metralhadoras nos telhados. A comissão de inquérito, nomeada após a Revolução, não encontrou um sinal sequer da existência desses ninhos. Isso, porém, não é uma prova de que não tenham existido. O certo é que nesse dia a polícia passou para o segundo plano. O Exército entrou definitivamente em ação. Os soldados receberam rigorosas ordens de atirar, e atiram principalmente os que pertencem às escolas de suboficiais. Segundo os dados oficiais, nessa jornada contaram-se mais ou menos 40 mortos e outros tantos feridos, sem incluir aqueles que o povo pôde retirar e transportar. A luta entra na fase decisiva. Refluirá a massa, sob o tiroteio, para os arrabaldes? Não, não refluirá: ela quer ganhar a partida.

Petersburgo, a cidade dos burocratas, dos burgueses, dos liberais, está apavorada. O presidente da Duma do Império, Rodzianko, exige que se enviem da frente tropas seguras; “em seguida mudou de ideia” e aconselhou o ministro da Guerra, Belyaev, a empregar contra o povo não os fuzis, mas mangueiras de água fria... Depois de haver consultado o general Khabalov, Belyaev respondeu que a água fria produziria um efeito contrário: “precisamente porque é um excitante”. Assim se entretinham os dirigentes liberais burocráticos com a polícia, sobre as vantagens da ducha fria ou quente para paralisar um povo rebelado. Os relatórios policiais demonstram que as mangueiras não bastavam: “No desenrolar dos acontecimentos observou-se de um modo geral a atitude extremamente provocadora dos agrupamentos de rebeldes contra as tropas, a cujas admoestações respondiam atirando pedras e pedaços de gelo arrancados ao chão. Quando a tropa atirava para o ar, advertindo, a multidão, em vez de se dispersar, replicava às descargas com risos. Foi necessário disparar realmente contra os grupos para conseguir dispersá-los: os revoltosos, porém, em sua maioria, escondiam-se nos pátios das casas vizinhas e quando cessava a fuzilaria voltavam à rua.” Este relatório policial atesta como estava extremamente elevada a temperatura das massas. Na verdade é pouco provável

que o povo, por iniciativa própria, tivesse começado, em primeiro lugar, a bombardear as tropas com pedras e pedaços de gelo, mesmo os contingentes da escola de suboficiais; isso contradiz demasiadamente a psicologia dos rebeldes e a sua prudente tática em relação ao Exército. Os relatórios, na intenção de melhor justificar os massacres, não descrevem os fatos tal qual se passaram na realidade. Entretanto, o que é fundamental está exatamente apresentado com grande vivacidade: as massas não queriam mais retroceder, resistiam com um furor otimista, não abandonavam as ruas apesar das descargas mortais, agarravam-se não mais à vida, mas ao chão, às pedras, ao gelo. A multidão não está apenas exasperada; mostra-se intrépida. É que, apesar das fuzilarias, não perdia a confiança nas tropas. Acreditava na vitória e queria obtê-la a todo custo.

A pressão dos operários sobre o Exército intensifica-se, contrabalançando a ação das autoridades sobre as forças militares. A guarnição de Petrogrado transforma-se no foco dos acontecimentos. Chegara ao fim o período de expectativa, que durou mais ou menos três dias, no decorrer dos quais a grande maioria da guarnição pôde conservar uma atitude de neutralidade amistosa relativamente aos rebeldes. “Fogo sobre o inimigo!”, ordena a monarquia. “Não disparem contra seus irmãos e irmãs!”, gritam os operários e operárias. E além do mais: “Marchem conosco!” Assim, nas ruas e nas praças, nas pontes e nas portas dos quartéis, desenvolveu-se uma luta ininterrupta, ora dramática, ora imperceptível, porém sempre desesperada, pela conquista do soldado. Nesta luta, nestas violentas tomadas de contato entre operários, operárias e soldados, sob o detonar incessante dos fuzis e das metralhadoras, decidiam-se os destinos do poder, da guerra e do país.

A fuzilaria aberta contra os manifestantes acentua a insegurança dos dirigentes. A própria extensão do movimento começa a lhes parecer perigosa. Na reunião celebrada pelo comitê de Vyborg, na noite de 26 – doze horas antes de se decidir a vitória – alguns perguntaram se não chegara o momento de terminar a greve. Isso pode parecer surpreendente. Deve-se, entretanto, compreender que uma vitória se constata mais facilmente no dia seguinte do que na véspera. Ainda mais, os estados de espírito se modificam muitas vezes sob a pressão dos acontecimentos e das notícias recebidas. À prostração sucede rapidamente um novo impulso. Os Kayurovs e Chugurins têm coragem bastante, porém, por momentos, o que os

angustia é a noção de responsabilidade perante as massas. Há menos hesitação nas fileiras dos operários. Sobre as disposições das massas, naquele momento, existe um relatório enviado a *autoridade superior, por um agente bem informado da Polícia de Segurança*, Shurkanov, que exerceu importante papel na organização bolchevista: “Uma vez que as tropas não ofereceram obstáculos à multidão”, escrevia o provocador, “e mesmo, em alguns casos, tomaram medidas para paralisar as iniciativas da polícia, as massas ficaram convencidas de sua impunidade, e agora, depois de ter circulado livremente pelas ruas, durante dois dias, quando os círculos revolucionários lançaram o grito de ‘Abaixo a guerra!’ e ‘Abaixo a ditadura!’, o povo persuadiu-se de que a Revolução havia começado e que o triunfo das massas estava assegurado, que o poder seria incapaz de reprimir o movimento, uma vez que as tropas estão ao lado dos rebeldes, que a vitória decisiva está próxima, porquanto o Exército, de um momento para outro, tomará abertamente o partido das forças revolucionárias; que então o movimento, longe de se acalmar, crescerá ininterruptamente até à vitória completa e uma mudança do regime.” Apreciação notável pela concisão e clareza! Esse relatório é um documento histórico de grande valor. Não deveria, entretanto, impedir que os operários, após a vitória, fuzilassem o seu autor.

Os provocadores, cujo número era enorme, sobretudo em Petrogrado, eram os que mais temiam a vitória da Revolução. Esses elementos fazem a sua política própria: nas reuniões bolcheviques, Shurkanov pronuncia-se em favor das medidas mais extremas; em seus relatórios para a Segurança aconselha o emprego decisivo das armas. Com esse objetivo talvez Shurkanov procurasse exagerar a confiança dos operários no seu triunfo. No essencial, porém, tinha razão: os acontecimentos justificariam em breve a sua estimativa.

Os dirigentes de ambos os campos hesitavam e conjeturavam porque ninguém podia, *a priori*, medir a relação de forças. Os indícios exteriores haviam cessado definitivamente de servir de medida: uma das principais características de uma crise revolucionária consiste, precisamente, na aguda contradição entre a consciência e as velhas formas das relações sociais. As novas relações das forças permaneciam misteriosamente jacentes na consciência dos operários e dos soldados. Precisamente, porém, a passagem do governo para uma ofensiva provocada e precedida pela ofensiva

das massas revolucionárias fez que a nova relação de forças passasse do estado potencial à ação. O operário encarava o soldado bem de frente, ávida e imperiosamente, e este, inquieto, desconcertado, desviava o olhar; isso indicava que o soldado já não estava seguro de si mesmo. O operário avançava para ele com maior audácia. O soldado, lento, mas não hostil, antes arrependido, defendia-se com o silêncio e cada vez mais frequentemente replicava com um tom de severidade afetada, a fim de dissimular a angústia que lhe acelerava o coração. Operava-se nele uma grande transformação. O soldado despojava-se de seu espírito de caserna. E ainda, em tais circunstâncias, nem ele próprio se reconhecia. Diziam os chefes que os soldados estavam embriagados pela Revolução; ao soldado, pelo contrário, parecia que voltava a si após o ópio do quartel. Assim se preparava o dia decisivo – 27 de fevereiro.

Entretanto, ainda na véspera, produzira-se um fato que, por ser de caráter esporádico, não deixa de dar nova cor aos acontecimentos de 26 de fevereiro: ao cair da tarde sublevara-se a 4ª Companhia do Regimento Pavlovsky, guarda de corpo de Sua Majestade. O relatório escrito por um comissário de polícia demonstrava, em termos categóricos, a causa do motim: “É um levante provocado pela indignação contra os alunos suboficiais do mesmo regimento que, em serviço na Perspectiva Nevsky, atiraram contra o povo.” Quem informara a 4ª Companhia? Sobre este ponto somos instruídos por um testemunho conservado por acaso. Mais ou menos às duas horas da tarde, um pequeno grupo de operários compareceu às casernas do Regimento Pavlovsky: em palavras entrecortadas, os operários revelaram aos soldados as fuzilarias sobre a Nevsky. “Dizei aos camaradas que os vossos soldados também atiram sobre nós; vimos na Perspectiva Nevsky soldados que traziam o vosso uniforme!” A censura era dolorosa, o apelo, ardente. “Todos estavam abatidos e pálidos.” A semente caiu em terra fértil. Por volta de seis horas, a 4ª Companhia abandonou a caserna, por iniciativa própria, sob o comando de um suboficial. Quem era? Seu nome perdeu-se sem deixar rasto, entre centenas e milhares de outros nomes heroicos, e dirigiu-se à Nevsky para retirar os alunos suboficiais do regimento. Não era sublevação motivada pela carne estragada; era um ato de alta iniciativa revolucionária. Em caminho, a 4ª Companhia teve uma escaramuça com uma patrulha de polícia montada, contra a qual atirou,

matando um agente e um cavalo e ferindo outro agente e outro cavalo. O itinerário seguido pelos Pavlovsky, no tumulto, não foi reconstituído. A companhia regressou ao quartel e sublevou todo o regimento. Entretanto, as armas estavam escondidas; segundo alguns dados, os amotinados conseguiram apoderar-se de 30 fuzis. Foram em breve cercados pelo Regimento Preobrazhentsi. Dezenove dos “pavlovsky” foram presos e encerrados na fortaleza; os demais se renderam. Segundo outras informações, nesta noite, 21 soldados armados de fuzis faltaram à revista. Perigosa fuga! Esses 21 soldados iam, durante toda a noite, procurar aliados e defensores. Somente a vitória da Revolução os poderia salvar. Certamente esses soldados informariam os operários do que se passara. Não era mau presságio para as batalhas do dia seguinte.

Nabokov, um dos líderes liberais mais em evidência, cujas memórias fidedignas parecem constituir o diário íntimo do seu partido e de sua classe, voltava para casa a pé, depois de uma reunião com amigos, mais ou menos à 1 hora da manhã, através de ruas escuras e desassossegadas, “alarmado e cheio de pressentimentos sombrios”. É possível que, em alguma esquina, tivesse encontrado um dos desertores do Regimento Pavlovsky. Ambos trataram de ir cada um para seu lado; nada tinham que dizer um ao outro. Nos bairros operários e nas casernas, alguns vigiavam ou discutiam, outros, mergulhados num sonho leve de bivaque, sonhavam febrilmente com o dia seguinte. Ali, entre os operários, o desertor “pavlovetz” encontrou um asilo.

Como são pobres as notas tomadas sobre os combates de massas, em fevereiro, mesmo comparadas com os escassos documentos que possuímos sobre as jornadas de outubro! Em outubro, os revolucionários estiveram cotidianamente sob a direção do Partido, cujos artigos, manifestos e atas, demonstram, pelo menos, a continuidade exterior da luta. Não aconteceu o mesmo em fevereiro. Da cúpula as massas quase não eram dirigidas. Os jornais calavam-se em vista da força da greve. As massas, sem olhar para trás, faziam elas próprias a sua história. Reproduzir um quadro perfeito dos acontecimentos que se deram nas ruas é quase impossível. Seremos felizes se conseguirmos reconstituir a sucessão geral dos fatos e a sua lógica interna.

O governo, que ainda não abandonara o aparelho de poder, considerava o conjunto dos atos de maneira ainda mais pessimista do que os partidos de esquerda, os quais, entretanto, estavam menos à altura das circunstâncias do que todos os outros. Após as “bem sucedidas” fuzilarias do dia 26, os ministros sentiram-se tranquilos por um momento. Na manhã do dia 27, Protopopov anunciou, em comunicado tranquilizador, que, segundo as informações recebidas, “um certo número de operários estava decidido a voltar ao trabalho”. Ora, os operários não pensavam de maneira alguma em voltar às suas máquinas. As fuzilarias e os reveses da véspera não haviam desencorajado as massas. Como explicar esse fato? Evidentemente as perdas eram largamente compensadas por alguns lucros. Invadindo as ruas, entrando em contato com o inimigo, sacudindo os soldados pelos ombros, enfiando-se mesmo sob a barriga dos cavalos, atacando, fugindo em debandada, deixando cadáveres estendidos nas esquinas, apoderando-se, por vezes, de algumas armas, transmitindo notícias, recolhendo os boatos, a massa insurreta torna-se um ser coletivo dotado de numerosos olhos, ouvidos e tentáculos. Quando ao anoitecer, após a luta, voltava a casa, nos bairros operários, a massa resumia as impressões do dia e, abandonando o secundário e o acidental, fazia seu grave balancete. Na noite do dia 27, este balancete era mais ou menos idêntico àquele que o provocador Shukanov enviara às autoridades.

Pela manhã, bem cedo, os operários afluíram às fábricas e, em suas assembleias gerais, decidiram prosseguir na luta. Os do bairro de Vyborg, como sempre, mostraram-se mais decididos. Nos outros bairros os *meetings* foram cheios de entusiasmo. Prosseguir na luta! Porém, o que significa isso, naquele dia? A greve geral transformara-se em manifestações revolucionárias de massas imensas, as manifestações impeliram o povo aos choques com as tropas. Continuar a luta significava, nesse dia, fazer apelo à insurreição armada. Entretanto, esse apelo não foi feito por ninguém. Inelutavelmente os acontecimentos o impõem, porém ele não está de modo algum inscrito na ordem do dia do partido revolucionário.

A arte de uma liderança revolucionária consiste em seus 9/10 em saber surpreender a opinião das massas – assim como Kayurov observava as “piscadelas” de um cossaco –, se bem que seja necessário ir mais longe. Na capacidade jamais ultrapassada de surpreender a voz das massas residia a grande força de Lenine. Lenine, porém, não se encontrava em Petrogra-

do. Os estados-maiores “socialistas”, legais ou semilegais, os Kerenskys, os Cheidzes, os Skobelevs, e todos aqueles que os rodeavam, publicavam inúmeros avisos, e opunham-se ao movimento. O próprio estado-maior central dos bolcheviques, composto de Shliapnikov, Zalutsky e Molotov, revelou uma incapacidade e uma falta de iniciativa realmente impressionantes. De fato, os bairros operários da cidade e os quartéis estavam abandonados a si mesmos. O primeiro manifesto dirigido às tropas, por uma organização da socialdemocracia que mantinha ligações com os bolcheviques, só apareceu no dia 26. Esse manifesto, escrito em termos bastante indecisos, que nem sequer exortava o Exército a tomar o partido do povo, foi distribuído pela manhã de 27 em todos os bairros. “Entretanto”, declara Yurenev, um dos dirigentes da organização, “a marcha dos acontecimentos revolucionários era tão rápida que as nossas palavras de ordena chegavam atrasadas. Quando os nossos manifestos chegavam às mãos dos soldados, estes já estavam agindo.” Quanto ao centro bolchevique, Shliapnikov, apesar de instado por Chugurin, um dos melhores líderes operários de fevereiro, só redigiu um apelo aos soldados no dia 27 pela manhã. Esse apelo teria sido impresso? Se o foi, só apareceu no fim da sessão, na hora de pôr o paletó nas costas. Impossível que tenha influenciado seriamente os acontecimentos do dia 27 de fevereiro. Devemos considerar que, em geral, nestes dias, os dirigentes permaneceram tanto mais em atraso porque, pela sua posição, se encontravam distanciados das massas, dominando-as de cima.

Mas a insurreição, que ninguém ainda designava pelo seu verdadeiro nome, alcançara, entretanto, a ordem do dia. O pensamento operário concentrava-se inteiramente no Exército. Não se saberia conduzi-lo? Uma agitação dispersa já bastava. Os trabalhadores do bairro de Vyborg organizaram um *meeting* diante das casernas do Regimento Moscovita. A iniciativa deu mau resultado; seria difícil a um oficial ou a um sargento apertar o gatilho de uma metralhadora? Os operários foram dispersados por um fogo violento. A tentativa repetiu-se defronte das casernas do Regimento de Reserva: mesmo resultado; entre os operários e os soldados interpunham-se os oficiais armados de metralhadoras. Os dirigentes operários, exasperados, procuravam armas, pedindo-as ao Partido. Responderam-lhes que as armas estavam em poder dos soldados e que era preciso procurá-las entre eles. Os operários já sabiam disso. Como, porém, conseguí-las? E

se perdessem completamente a partida, durante o dia? Assim chegava-se ao ponto crítico da luta: ou a metralhadora varreria a insurreição ou esta apoderar-se-ia das metralhadoras.

Em suas memórias, Shliapnikov, figura central de então nos centros bolcheviques de Petrogrado, conta que, quando os operários pediam armas, pelo menos revólveres, ele recusava, mandando-os pedir nos quartéis. Desejava assim evitar choques sangrentos entre os operários, jogando exclusivamente com a agitação, isto é, com a conquista dos soldados pela palavra e pelo exemplo. Não conhecemos outro testemunho que confirmasse ou refutasse este depoimento de um dos dirigentes mais em evidência naqueles dias, depoimento mais evasivo do que previdente. Seria mais simples declarar que os dirigentes não tinham armas.

Indubitavelmente, o destino de toda Revolução, em determinada fase, decide-se por uma reviravolta brusca na opinião do Exército. Contra uma tropa numerosa, disciplinada, bem equipada e habilmente dirigida, as massas populares, quase ou completamente desprovidas de armas de fogo, não poderiam alcançar a vitória. Nenhuma crise nacional profunda pode deixar de atingir, em certo grau, o Exército: assim, nas condições de uma Revolução verdadeiramente popular, abre-se a possibilidade – sem garantia, bem entendido – de uma vitória do movimento. A passagem do Exército para o lado dos insurretos, entretanto, não se faz por si mesma, nem exclusivamente como resultado da própria agitação. O Exército é heterogêneo e os seus elementos antagônicos estão ligados pelo terror disciplinar. Os soldados revolucionários, mesmo na véspera da hora decisiva, ignoram ainda a força que representam e sua possível influência na luta. As massas operárias, é claro, também não são homogêneas. Têm, porém, a possibilidade bem maior de verificar os seus efetivos no processo de preparação para uma batalha decisiva. As greves, os *meetings*, as manifestações tanto são atos de luta como meios de medi-la. A totalidade da massa não participa da greve. Nem todos os grevistas estão dispostos a combater. Nos momentos mais graves, os mais resolutos saem à rua. O que hesitam, seja por cansaço, seja por espírito conservador, permanecem em casa. Aqui a seleção revolucionária se efetua por si própria: os homens passarão pela peneira da História. Com o Exército, porém, não acontece o mesmo. Os soldados revolucionários, simpatizantes, hesitantes, hostis, permanecem unidos por uma disciplina rígida cujas rédeas

ficam, até o último momento, nas mãos da oficialidade. Os soldados são ainda, como anteriormente, contados como de “primeira” ou de “segunda” classe; como, porém, agrupá-los em revoltosos e submissos?

O momento psicológico em que os soldados se passam para a Revolução é preparado por um longo *processus* molecular, o qual, como todo *processus* natural, atinge um ponto crítico. Como determinar exatamente este ponto? A tropa pode estar inteiramente preparada para se unir ao povo, mas não pode receber de fora o impulso necessário. Os dirigentes revolucionários não acreditam ainda na possibilidade de conquistar o Exército e deixam escapar o momento da vitória. Depois dessa insurreição, amadurecida, mas não realizada, pode manifestar-se na tropa uma reação; os soldados perderão as esperanças que os inflamavam, estenderão mais uma vez o pescoço ao jugo da disciplina e, no momento de novo encontro com os operários, manifestar-se-ão contra os insurretos, sobretudo a distância. Neste processo entra grande número de fatores imponderáveis ou dificilmente ponderáveis, de correntes entrecruzadas, de sugestões coletivas ou individuais numerosas. Desta complexa combinação de forças materiais e psíquicas, porém, impõe-se uma dedução de uma clareza insofismável: os soldados, em conjunto, são tanto mais capazes de desviar as baionetas ou de passar para o lado do povo, quanto mais seguros estiverem de que os sublevados fazem verdadeiramente uma insurreição; de que não se trata de uma simples manifestação em seguida à qual a tropa voltará mais uma vez ao quartel e prestará contas de seus atos: de que há verdadeiramente luta de morte; de que o povo pode vencer se a ele se unirem; de que o triunfo pode assegurar a impunidade de todos e também melhorar as condições de sua existência. Em outras palavras, os revolucionários só podem provocar a mudança no estado de espírito do soldado no caso de estarem, eles mesmos, resolvidos a arrancar a vitória a qualquer preço, portanto, mesmo ao preço do próprio sangue. Ora, esta determinação suprema não pode e não quer dispensar as armas.

A hora crítica da tomada de contato entre a massa que ataca e os soldados que lhe barram o caminho tem o seu minuto crítico: é quando a barragem das fardas ainda não se dispersou, quando os soldados permanecem ainda ombro a ombro, porém hesitantes, e o oficial, reunindo tudo o que lhe resta de coragem, comanda: “Fogo!” Os gritos do povo, as

exclamações de horror e de ameaça, cobrem, porém, só em parte, a voz do comando. Erguem-se os fuzis, o povo avança. Então qualquer oficial volta o seu revólver contra o soldado mais suspeito. Do minuto decisivo nasce o segundo decisivo. A morte do soldado mais valente, para o qual se voltam involuntariamente os demais, um tiro de fuzil, lançado contra o povo por um suboficial que se apoderou da arma do morto – e eis que a barragem cerra-se, os fuzis detonam sozinhos, varrendo a multidão pelas ruas e pelos pátios. Quantas vezes, desde 1905, os fatos se passaram assim: no segundo mais crítico, quando o oficial vai descarregar a arma, seu gesto é paralisado por um tiro partido do povo que conta com os seus Kayurovs e seus Chugurins. Isso basta para decidir não somente a sorte de uma escaramuça na rua, mas também o resultado de um dia inteiro ou mesmo de toda a insurreição.

A tarefa que se propunha Shliapnikov – evitar aos operários colisões violentas com os soldados, recusando distribuir armas de fogo entre os rebeldes – não é em geral realizável. Antes de chegar a um encontro com as tropas, houve numerosas escaramuças com a polícia. A batalha das ruas começara pelo desarmamento dos *faraós* odiados, cujos revólveres passaram às mãos dos revolucionários. O revólver, em si, é uma arma fraca, quase um brinquedo, quando a ele se opõem os fuzis, as metralhadoras e os canhões do inimigo. Estavam, porém, essas armas, verdadeiramente, nas mãos dos inimigos? Para comprová-lo, os operários reclamavam armas. A questão é do domínio psicológico. Entretanto, mesmo numa Revolução os *processus* psíquicos não podem ser separados dos fatos materiais. Para conseguir o fuzil do soldado é necessário, primeiramente, tomar os revólveres dos *faraós*.

As emoções dos soldados, nessas horas, foram menos ativas do que as dos operários, porém não menos profundas. Recordemos novamente que a guarnição se compunha principalmente de batalhões da reserva, contando com muitos mil pares de homens destinados a cobrir as baixas dos regimentos do *front*. Esses homens, em sua maioria pais de família, deviam prever que seriam enviados para as trincheiras, quando, no *front*, a guerra já estava perdida, e o país arruinado. Esses homens não queriam a guerra, queriam retornar aos seus lares, retomar à vida familiar. Sabiam suficientemente o que se tramava na Corte e não estavam de forma alguma

presos à monarquia. Não queriam combater contra os alemães e menos ainda contra os operários de Petersburgo. Odiavam a classe dirigente da capital, que se divertia, em tempo de guerra. Entre eles encontravam-se, operários de passado revolucionário; sabiam dar a esses estados de espírito uma expressão generalizada.

Conduzir os soldados, partindo de um descontentamento revolucionário profundo, ainda latente, aos atos de franca rebelião, ou então, em princípio, aos atos de sediciosa recusa de ação – tal era o problema. No terceiro dia da luta, os soldados perderam definitivamente toda a possibilidade de manter uma posição de benévola neutralidade em relação à insurreição. Foi por mero acaso que chegaram até nós as indicações fragmentárias de tudo o que se passou nessas horas entre operários e soldados. Sabemos como, na véspera, os operários queixaram-se com veemência aos “pavlovskys” pela conduta dos alunos suboficiais. Cenas, entendimentos, queixas, convites análogos, repetiram-se em diversos pontos da cidade. Os soldados não tinham tempo para hesitações. Forçaram-nos, na véspera, a atirar: hoje obrigá-los-iam novamente. Os operários não cedem, não recuam, e mesmo sob uma chuva de balas querem chegar ao fim. Ao lado deles estão as operárias, mães e irmãs, esposas e companheiras. E chegara a hora sobre a qual tanto se falava em voz baixa, nos recantos: “Se nos uníssemos todos!...” E no momento das supremas angústias, do intolerável horror, diante do dia que se avizinhava, cheios de ódio contra aqueles que lhes impunham o papel de verdugos, ressoaram nos quartéis os primeiros gritos da revolta aberta e, nessas vozes anônimas, toda a caserna aliviada, entusiasmada se reconhece. Assim raiou sobre a Terra o dia de derrubar a monarquia dos Romanovs.

Na reunião da manhã, celebrada em casa do infatigável Kayurov, (uns 40 representantes de fábricas presentes) pronunciou-se a maioria pela continuação da luta. A maioria, mas não a unanimidade. É de lamentar que não se possa estabelecer qual foi essa maioria. A hora, porém não era propícia à redação de atas. Aliás, esta decisão atrasava-se em relação aos fatos; a reunião foi interrompida por uma auspiciosa notícia: os soldados se tinham sublevado e as portas das prisões foram forçadas. Shurkanov beijou todos os presentes; beijo de Judas que, felizmente, não prenunciava uma crucificação.

Um após outro, logo pela manhã, antes de deixarem os quartéis, os batalhões da reserva da Guarda se amotinaram, seguindo desta forma o exemplo dado na véspera pela 4.^a Companhia dos “pavlovskys”. Nos documentos, notas e memórias, não restam desse grandioso acontecimento da história humana senão alguns pálidos e apagados vestígios. As massas oprimidas, mesmo quando se elevam aos mais altos píncaros da criação histórica, narram pouca coisa de si mesmas e quase não tomam notas. E o sentimento pungente do triunfo apaga em seguida o trabalho da memória. Contentemo-nos com o que ficou.

Foram os soldados do Regimento Volynsky que primeiro se insurgiram. Desde as sete horas da manhã, um comandante de batalhão chamava Khabalov, por telefone, para comunicar-lhe a terrível notícia: os alunos suboficiais, isto é, um contingente especialmente destinado à repressão, recusavam sair e o chefe morrera, ou melhor, suicidara-se, perante as suas tropas enfileiradas; a segunda versão foi logo em seguida abandonada. Tendo queimado as pontes, os “volynskianos” esforçaram-se em alargar a base da insurreição: era a única oportunidade de salvação. Precipitaram-se, pois para os quartéis do Regimento Lituano e do Preobrazhensky, situados nas imediações, para “desencaminhar” as soldados, assim como os grevistas iam de fábrica em fábrica, “desencaminhando” os operários. Pouco depois, Khabalov teve conhecimento de que os “volynskianos” não somente recusavam-se a devolver os fuzis, conforme ordenara o general, como também os “preobrazhenskianos” e os “lituanos”, e, o que era mais terrível, “fazendo causa comum com os operários” – haviam saqueado as casernas da divisão da polícia. Isso prova que a experiência realizada na véspera pelos “pavlovskianos” não fora em vão: os amotinados encontram dirigentes e, ao mesmo tempo, um plano de ação.

Nas primeiras horas do dia 27, os operários julgavam a solução do problema da insurreição infinitamente mais distanciada do que estava na realidade. Mais exatamente, julgavam que tudo estava ainda por fazer, ao passo que nove décimos da tarefa já tinham sido realizados. O surto revolucionário dos operários em direção aos quartéis coincidiu com o movimento revolucionário dos soldados que saíam já para as ruas. Durante o dia essas duas correntes impetuosas confundir-se-ão para arrastar primeiro o telhado do velho edifício, em seguida as paredes e, mais tarde, os alicerces.

Chugurin foi um dos primeiros a aparecer no QG dos bolcheviques, de fuzil na mão, com uma cartucheira a tiracolo, “todo sujo porém radiante e triunfal”. Como não ficar radiante? Os soldados se passavam para nós com as armas na mão! Aqui e ali os operários conseguiram unir-se à tropa, penetrar nas casernas, obter fuzis e cartuchos. O grupo de Vyborg, de colaboração com os soldados mais resolutos, traçou um plano de ação; apoderar-se dos comissariados de polícia onde se entrincheiraram os guarda civis e desarmar todos os agentes; pôr em liberdade os operários encarcerados nas delegacias, bem como os prisioneiros políticos nas prisões, esmagar as tropas do governo na cidade, conquistar as tropas ainda não insurgidas e os operários dos outros bairros.

O Regimento Moscovita aderiu à insurreição, não sem lutas internas. É surpreendente que tenham sido tão escassas, no Exército, as lutas desta espécie. A frágil cúpula da monarquia, impotente, caía, perdendo o apoio da massa de soldados, escondia-se nas brechas ou então apressava-se em mudar de cor política. “Mais ou menos às 14 horas”, narra Korolev, operário da fábrica Arsenal, “como o Regimento Moscovita saísse, nós nos armamos[...] Cada um tinha um revólver e um fuzil. Arrastamos um grupo de soldados que se aproximara (alguns dentre eles nos pediram que os comandássemos e indicássemos o que era necessário fazer) e nos dirigimos para a Rua Tikhvinskaia, a fim de abrir fogo contra o comissariado de polícia.” Foi assim que os operários não se sentiram em dificuldades um momento sequer em mostrar aos soldados o “que era necessário fazer.”

As alegres notícias da vitória vinham umas atrás das outras: conseguiram-se carros blindados. Enfeitados com as bandeiras vermelhas desfraldadas, espalharam o terror nos bairros ainda não submetidos. Não era mais necessário passar por baixo dos cavalos cossacos. A Revolução pôe-se de pé em toda a sua magnitude.

Ao meio-dia, Petrogrado transformara-se num campo de batalha: os tiros de fuzil e o matracar das metralhadoras repercutiam de todos os lados. Nem sempre é fácil saber quem atira e de onde se atira. Uma coisa estava clara: o tiroteio era entre o passado e o futuro. Muitos tiros foram inúteis: adolescentes disparavam com revólveres que procuravam adquirir. O arsenal foi saqueado. “Segundo diziam, somente de *Brownings* distribuíram-se dezenas de milhares.” Do Palácio da Justiça, e dos comis-

sariados de polícia incendiados, a fumaça se erguia para o céu em colunas. Em alguns lugares, as escaramuças e os tiroteios se agravavam a ponto de se transformarem em verdadeiros combates. Na Perspectiva Sampsonievsky os operários se aproximam das barracas ocupadas pelos soldados motorizados que em parte se agrupam nas portas: “Que esperais camaradas?” Os soldados sorriem, porém com um “mau sorriso” e se calam, conta uma testemunha; os oficiais ordenam brutalmente aos trabalhadores que sigam seu caminho. Os corpos motorizados bem como a cavalaria revelam-se, tanto em fevereiro como em outubro, as forças mais conservadoras do Exército. Imediatamente, diante de uma paliçada, reúnem-se operários e soldados revolucionários. É necessário fazer sair o batalhão suspeito! Alguém comunica que mandaram buscar os carros blindados: de outra forma não se conseguiriam os carros do Exército cujo contingente se fortificara com metralhadoras. A massa, porém, acha difícil esperar; mostra-se impaciente e alarma-se, e, na sua impaciência, tem razão. Os primeiros tiros partem dos dois lados. Entretanto, a paliçada é um obstáculo entre o soldado e a Revolução. Os assaltantes decidem destruí-la. Abatem-na parcialmente, incendeiam a outra parte. As barracas surgem; são em número de 20, mais ou menos. Os motorizados entrincheiram-se em duas ou três. As barracas evacuadas são imediatamente queimadas. Seis anos mais tarde, Kayurov escrevia, em suas memórias: “As barracas em fogo, em torno delas a paliçada derrubada, os tiros de metralhadoras e de fuzis, a animação visível dos sitiados, a chegada, a toda velocidade, de um caminhão transportando revolucionários armados, e, enfim, de um carro blindado, cujas peças de artilharia faiscavam, formavam um quadro esplêndido, inesquecível.” A velha Rússia dos tzares, da servidão, dos popes e da polícia consumia-se no incêndio das barracas e das paliçadas, escarrando fogo e fumaça, estourando nas convulsões dos tiros das metralhadoras. Como não ficariam entusiasmados os Kayurovs, dezenas, centenas, milhares de Kayurovs? O carro blindado que chegara fez alguns disparos contra as barracas nas quais se haviam refugiado os oficiais e os soldados motorizados. O comandante da defesa foi morto. Os oficiais, desfazendo-se dos galões e das condecorações, fugiram através dos pomares das vizinhanças. Os demais se renderam. Foi talvez a mais importante refrega da jornada.

A sublevação do Exército tomava, entretanto, um caráter epidêmico. Nesse dia, os efetivos que não se sublevaram foram apenas os que não encontraram o momento de fazê-lo. À noite, uniram-se ao movimento os soldados do Regimento Semenovsky, famoso pela selvagem esmagamento da insurreição moscovita, em 1905: onze anos não passaram em vão! Unidos aos caçadores os “semenovskianos” vieram durante a noite libertar os soldados do Regimento Ismailovsky, que os chefes conservavam encerrados nos quartéis, esse regimento que, a 3 de dezembro de 1905, cercara e aprisionara os membros do Primeiro Soviete de Petrogrado, era ainda considerado como um dos mais reacionários.

A guarnição do tzar, na capital, que contava com cento e cinquenta mil homens, dissolvia-se, desagregava-se, desaparecia. À noite já não existia.

Informado pela manhã sobre o levante dos regimentos, Khabalov tentou opor ainda alguma resistência, enviando contra os insurretos um destacamento selecionado de mais ou menos mil homens, com as instruções mais draconianas. A sorte desse destacamento está envolta em mistério. “Começam a passar-se, nesse dia, coisas inverossímeis”, conta depois da Revolução o incomparável Khabalov, “o destacamento avança, sob o comando de um bravo e resoluto oficial [trata-se do coronel Kutypovi] porém... nenhum resultado!” Companhias enviados atrás do destacamento desaparecem igualmente, sem deixar rasto. O general começou a organizar reservas na praça do Palácio, porém “os cartuchos faltavam e não se sabia onde consegui-los”. Tudo isso consta autenticamente no depoimento de Khabalov perante a Comissão de inquérito do governo provisório. Onde se teriam metido os destacamentos destinados à repressão? Não é difícil adivinhar: assim que se encontraram na rua foram absorvidos pela insurreição. Operários, mulheres, adolescentes, soldados amotinados, agarravam-se às tropas de Khabalov, tomando-as por novos recrutas ou então tentando conquistá-las, impedindo-as de se movimentarem a não ser com a multidão incomensurável. Dar combate a essa massa aglutinante que nada mais temia, que se condensava incessantemente, que penetrava por toda parte, seria o mesmo que iniciar uma luta de esgrima em meio a uma pasta viscosa.

Simultaneamente com as notícias sobre a extensão da revolta nos regimentos, Khabalov exigia tropas de confiança para reprimir a in-

surreição, para a central telefônica, o castelo Litovsky, o Palácio Mariinsky e outros lugares ainda mais sagrados. O general telefonou para a fortaleza de Kronstadt exigindo reforços, porém o próprio comandante respondeu que também temia pela segurança da fortaleza. Khabalov ainda ignorava que a insurreição se estendera às guarnições vizinhas. Tentou, ou fingiu que tentava transformar o Palácio de Inverno em fortaleza; mas o plano foi imediatamente abandonado como irrealizável, e o último grupo de tropas “fiéis” transferiu-se para o Almirantado. Aí o ditador preocupou-se em tomar medidas mais importantes e urgentes: mandou imprimir dois avisos à população, os quais constituem os últimos atos oficiais do regime: um sobre a demissão de Protopopov “por motivo de saúde”; outro decretando a estado de sítio em Petrogrado. Urgia, em verdade, tomar esta derradeira medida porquanto, algumas horas mais tarde, o exército de Khabalov suspenderia o “sítio” e, fugindo do Almirantado, se dispersaria, refugiando-se todos em suas casas. Foi simplesmente por inadvertência que a Revolução não prendeu, na mesma noite do dia 27, o general cujos poderes eram formidáveis, mas cuja pessoa não infundia temor. A prisão teve lugar no dia seguinte, sem complicações.

É possível que tenha sido apenas essa a resistência que o terrível império russo pôde oferecer ao perigo de morte? Sim, mais ou menos, apesar de sua grande experiência em repressões, apesar dos planos minuciosamente elaborados. Mais tarde, alguns monarquistas, voltando a si, explicaram a razão da vitória fácil do povo, em fevereiro, pelo caráter particular da guarnição de Petrogrado. Todo o curso ulterior da Revolução, entretanto, repugna tal explicação. É verdade que, desde o início do ano fatal, a camarilha sugerira ao tzar a conveniência de reformar a guarnição da capital. O tzar deixou-se convencer sem dificuldade de que a cavalaria da Guarda, considerada como particularmente devotada, “permanecera longo tempo sob o fogo” e merecia repousar em seus quartéis de Petrogrado. Entretanto, cedendo a respeitadas observações provenientes do *front*, o tzar declarou-se de acordo para substituir quatro regimentos da Guarda montada por três unidades da frota da Guarda. Segundo a versão de Protopopov, essa permuta foi efetuada sem o consentimento do tzar, por premeditação traidora do comando: “Os marinheiros foram recrutados entre os operários e constituem o elemento mais revolucionário de todo o Exército.” Essas declarações são evidentemente-

te absurdas. A alta oficialidade da guarda, sobretudo da cavalaria, fazia no *front* uma carreira demasiado brilhante para desejar voltar. Ainda mais, esses oficiais superiores tinham pretensões quanto à obra de repressão que lhes seria imposta à frente de regimentos que em nada mais se pareciam com a que haviam sido na guarnição da capital. Conforme foi demonstrado em breve pelos acontecimentos no *front*, a guarda montada não se distinguia mais do resto da cavalaria, e os marinheiros da Guarda, que foram instalados em Petrogrado não desempenharam nenhum papel ativo na Revolução de Fevereiro. O tecido do regime estava completamente apodrecido e não lhe restava nem mesmo um fio indene.

No dia 27 o povo libertou, sem luta, os presos políticos de diversos cárceres da capital, entre os quais se incluíam os grupos patrióticos do Comitê das Indústrias de Guerra, detidos no dia 26 de janeiro, assim como os membros do Comitê Bolchevique de Petrogrado, encarcerados por Khabalov 40 horas antes. Os caminhos políticos se bifurcam logo à saída do cárcere: os mencheviques patriotas dirigem-se à Duma, onde são distribuídos os papéis e os postos; os bolcheviques vão para os bairros, ao encontro dos operários e soldados, a fim de com eles terminarem a conquista da capital. Não se pode dar tempo para o inimigo recuperar o fôlego. Uma Revolução, mais do que qualquer outro empreendimento, exige ser conduzida até o fim.

Quem sugeriu a ideia de conduzir os regimentos revoltados ao Palácio de Táuride? Não se poderia dizer. Esse itinerário político era uma consequência lógica do conjunto da situação. Para o Palácio de Táuride, centro de informação da oposição, dirigiam-se naturalmente todos os elementos radicais não incorporados às massas. É bem provável que precisamente esses elementos tenham sido os que, a 27 de fevereiro, sentindo a influência súbita de forças vitais, desempenharam o papel de guias da Guarda sublevada. Era um papel honroso que não apresentava mais quase nenhum perigo. O Palácio Potemkin, por sua situação, era o que de melhor se podia exigir para servir de centro à Revolução. O jardim de Táuride é separado apenas por uma rua de uma cidadela militar onde se encontravam os quartéis da Guarda e diversos serviços administrativos do Exército. É verdade que, durante muitos anos, esta parte da cidade foi considerada, tanto pelo Governo como pelos revolucionários, como reduto militar da monarquia. E o era realmen-

te. Agora, porém tudo mudara. Foi do setor da Guarda, precisamente, que partiu a insurreição dos soldados. As tropas sublevadas tinham somente de atravessar a rua para chegar ao jardim de Táuride, separado do Neva apenas por um conglomerado de casas. Ora, do outro lado do Neva se estende o bairro de Vyborg, caldeira da Revolução. Bastava aos operários atravessar a ponte Alexandre, ou então, caso essa fosse impedida, descer ao leito do Neva gelado, para atingirem os quartéis da Guarda ou o Palácio de Táuride. Foi assim que esse triângulo heterogêneo e de origens opostas, o triângulo nordeste de Petrogrado – a Guarda, o Palácio Potemkin, as fábricas gigantes – se transformou em praça de armas da Revolução.

No Palácio de Táuride criam-se ou esboçam-se diversos centros e um estado-maior da insurreição. Não se pode dizer que esse estado-maior tenha tido um caráter bastante sério. Os oficiais “revolucionários”, isto é, oficiais que um motivo qualquer, mesmo um equívoco, ligara no passado à Revolução, e que, entretanto, dormiram beatificamente durante as horas da insurreição, apressaram-se em fazer lembrar a sua existência, após a vitória, ou então, respondendo ao apelo de outros, vieram pôr-se “a serviço da Revolução”. Esses elementos examinavam com ar sagaz o conjunto da situação e meneavam a cabeça com pessimismo. Claro está, dizem, que as massas de soldados exasperadas, muitas vezes desarmadas, são incapazes do que quer que seja. Não têm artilharia, nem metralhadoras, nem ligação, nem chefes. O inimigo sairia bem da situação, apenas com um regimento forte! No momento, é verdade, a multidão revolucionária impedia qualquer operação sistemática nas ruas. Chegada a noite, porém, os operários retornariam aos lares, os cidadãos se acalmariam, a cidade ficaria deserta. Se Khabalov atacasse os quartéis com um forte contingente, poderia ficar senhor da situação. Essa mesma ideia, seja dito a propósito, encontraremos, com diversas variantes, em todas as fases da Revolução. “Dai-nos um regimento sólido”, dirão mais de uma vez os bravos coronéis, “e varreremos num fechar de olhos toda esta imundície”. Muitos desses oficiais, como veremos, tentaram a aventura. Todos, porém teriam que repetir a declaração de Khabalov: “o destacamento saiu, comandado por um bravo oficial, porém... nenhum resultado.”

De onde poderiam eles provir? O contingente mais firme compunha-se de agentes de polícia, de oficiais da polícia militar e, parcial-

mente, de alunos suboficiais de alguns regimentos; estes efetivos, porém, revelaram-se lamentavelmente insignificantes diante da força propulsora de verdadeiras massas, assim como o batalhão de São Jorge e as escolas de oficiais, oito meses mais tarde, em outubro onde encontraria a Monarquia, para sua salvação, a força armada pronta, e capaz de travar luta incessante e desesperada com uma cidade de dois milhões de habitantes? A alguns do Exército, simples especuladores, a Revolução parece indefensável porque terrivelmente caótica: por toda parte movimentos sem objetivo, correntes contrárias, rodamosinhos humanos, rostos espantados e subitamente como que desnorteados, capotes esvoaçantes, estudantes que gesticulavam, soldados sem fuzis, fuzis sem soldados, garotos disparando para o ar, o ruído ensurdecedor de milhares de vozes, um turbilhão de rumores desencadeados, temores injustificáveis, alegrias enganosas... Seria suficiente – parecia – levantar o sabre sobre todo esse tumulto para que a multidão se espalhasse sem deixar rasto. Era, porém, uma grosseira ilusão de ótica. O caos era apenas aparente. Sob este caos dava-se a irresistível cristalização das massas em torno de novos eixos. A multidão inumerável ainda não tomara consciência do que desejava; estava, porém impregnada de um ódio ardente contra tudo o que já não queria. Deixava atrás de si um desmoronamento histórico irreparável. Impossível retroceder. Mesmo que aparecesse alguém para dispersá-la, agrupar-se-ia uma hora mais tarde e o novo ataque seria mais furioso e sangrento. A partir desses dias de fevereiro a atmosfera de Petrogrado tornou-se de tal forma incandescente que qualquer tropa hostil caída nessa poderosa forja ou que dela apenas se aproximasse, expondo-se ao seu sopro ardente, transformava-se, perdia toda a confiança em si mesma, sentia-se paralisada, e se entregava sem luta aos caprichos do vencedor. Disso se convenceria, no dia seguinte, o general Ivanov que, por ordem do czar, chegara do *front* com o batalhão dos cavaleiros de São Jorge. Cinco meses mais tarde o mesmo destino estava reservado ao general Kornilov. Oito meses depois, a Kerensky.

Durante os dias precedentes, nas ruas os cossacos pareciam os mais conciliadores: era precisamente porque os haviam importunado mais do que aos outros. Quando porém o movimento tomou caráter de verdadeira insurreição, a cavalaria mais uma vez justificou a sua reputação de elemento conservador, deixando-se ultrapassar pela infantaria. A 27,

conservava ainda a aparência de neutralidade em expectativa. Se Khabalov já não confiava nela, a Revolução ainda a temia.

Restava ainda o enigma da fortaleza de Pedro e Paulo, construída sobre uma ilhota banhada pelo Neva em frente ao Palácio de Inverno e as residências dos grão-duques. Por trás das fortificações, a guarnição era, ou parecia ser um pequeno mundo muito protegido contra as influências exteriores. Não havia artilharia permanente na fortaleza, a não ser um canhão antigo que diariamente anunciava o meio-dia para Petrogrado. Hoje, porém, peças de companhia foram içadas sobre as muralhas e apontadas contra a ponte. Que se preparava ali? No estado-maior, do Palácio de Táuride, as pessoas se atormentavam toda a noite, perguntando a si mesmas que atitude assumir em relação à fortaleza enquanto que, no interior dela, o pessoal atormentava-se procurando saber o que a Revolução iria fazer. Pela manhã o enigma seria resolvido: “Sob a condição de salvo-conduto para o corpo de oficiais”, a praça entregar-se-ia à discricção do Palácio de Táuride. Tendo afinal compreendido a situação, o que não era nada difícil, os oficiais da guarnição apressaram-se a ir ao encontro dos acontecimentos inelutáveis.

Na tarde de 27, afluíram ao Palácio de Táuride soldados, estudantes, operários, simples cidadãos. Esperavam encontrar ali os que sabiam de tudo e obter esclarecimentos ou instruções. As armas recolhidas em diversos lugares eram depositadas às braçadas numa sala transformada em arsenal. À noite, nesses locais, o estado-maior revolucionário punha-se ao trabalho. Enviava destacamentos para vigiar as estações de estradas de ferro, patrulhas em todas as direções onde se podia temer o perigo. Os soldados cumpriam prontamente, sem discutir, ainda que de modo desordenado, as instruções do novo poder. Exigiam, contudo, cada vez, uma ordem escrita: essa iniciativa partiu certamente dos remanescentes do comando que permaneceram presos aos regulamentos ou então de escrivães militares. Tinham, porém, razão: era necessário restabelecer sem demora a ordem no caos. O estado-maior revolucionário, bem como o Soviete que acabara de ser criado, não dispunha ainda de selos adesivos. A Revolução devia ainda adquirir o seu material burocrático! Sim! Dentro de pouco tempo faria essa aquisição muito além do necessário.

A Revolução pôs-se em busca dos seus inimigos. Na cidade, efetuam-se prisões – “arbitrárias” dirão os liberais, num tom de censura. Toda Revolução, porém, é arbitrária. Conduziam-se incessantemente acusados ao Palácio de Táuride. O presidente do Conselho de Estado, ministros, guardas-civis, agentes do serviço secreto, uma condessa “germanófila”, oficiais da polícia militar, eram ninhadas inteiras. Certos dignitários, como Protopopov, entregaram-se voluntariamente: era mais seguro. “As paredes dessas salas que outrora retumbavam ao som de hinos em honra ao absolutismo não ouviam agora senão suspiros e soluços”, contou mais tarde a condessa, posta em liberdade. “Um general aprisionado deixou-se cair exausto na cadeira mais próxima. Alguns membros da Duma ofereceram-lhe amavelmente uma xícara de chá. Comovido até o fundo d’alma, disse-me o general: “Condessa, assistimos à ruína de um grande país.”

Contudo, o grande país, que não estava disposto a perecer, passava diante dos decaídos batendo no chão com o tacão das botas e as coronhas dos fuzis, fazendo vibrar o ar com seus gritos e pisando sobre os pés do vizinho. As revoluções distinguem-se sempre pela falta de urbanidade: provavelmente porque as classes dirigentes não tiveram o cuidado, a seu tempo, de ensinar ao povo as boas maneiras.

O Palácio de Táuride transformou-se, provisoriamente, num quartel-general, num centro governamental, num arsenal, no cárcere de uma Revolução que ainda não enxugara o rosto coberto de sangue e de suor. Nesse torvelinho intrometem-se inimigos audaciosos. Por acaso, desmascarou-se um coronel da polícia militar que, disfarçado, tomava notas a um canto, não para prestar serviços à História, mas para auxiliar as cortes marciais. Os soldados e os operários queriam executá-lo no local. O pessoal do estado-maior interpôs e subtraiu depressa o polícia às garras do povo. Naquela época a Revolução era ainda bondosa, crédula e cheia de complacência. Não se tornaria implacável senão depois de uma série de traições, de felonias e de experiências sangrentas.

A primeira noite da Revolução triunfante foi cheia de inquietação. Os comissários improvisados para vigiar as estações de estradas de ferro e outros pontos, intelectuais na maioria ligados à Revolução apenas por acaso, por meio de relações pessoais, aventureiros que cumprimentavam a Revolução tirando o chapéu – suboficiais, sobretudo de origem operária seriam bem mais úteis! – começavam a enervar-se vendo por toda parte pe-

rigos, transmitindo o seu nervosismo aos soldados, e por telefone pediam constantemente reforços ao Palácio de Táuride. Também ali havia emoção, telefonava-se, enviavam-se reforços que, na maioria das vezes, não chegavam ao seu destino. Um dos que, nesta noite, fizeram parte do estado-maior de Táuride assim se exprime: “Os que recebiam ordens não as executavam; os que agiam, faziam-no sem ordens.”

Foi sem instruções que agiram os bairros operários. Os dirigentes da Revolução que puseram em movimento os efetivos das fábricas, tendo-se apoderado dos comissariados, tendo em seguida sublevado os regimentos e destruído os refúgios da contrarrevolução, não se apressaram em alcançar o Palácio de Táuride, os estados-maiores, os centros dirigentes; ao contrário, meneavam a cabeça, com ironia e desconfiança, olhando para aquele lado; havia já os espertos que se apressam em repartir a pele do urso que não mataram e que ainda não estava liquidado. Os operários bolcheviques, assim como os operários de outros partidos de esquerda, passavam o dia na rua e as noites nos estados-maiores dos bairros, e, mantendo-se em ligação com os quartéis, preparavam o dia de amanhã. Durante a primeira noite da vitória prosseguiram e desenvolviam o trabalho já realizado durante os cinco primeiros dias. Constituem o esqueleto embrionário da Revolução ainda muito débil, como toda Revolução em seu início.

Nabokov, que o leitor já conhece como membro do centro constitucional democrata (Cadete) – no momento um desertor legal emboscado no grande estado-maior do Exército czarista –, dirigiu-se no dia 27, como de ordinário, ao seu serviço e aí permaneceu ignorando tudo sobre os acontecimentos até às 3 horas da tarde. À noite, na Rua Morskaia, ouviram-se tiros. Nabokov, no seu apartamento, prestava atenção. Autos blindados passavam a toda velocidade, soldados, marinheiros, corriam também, deslizando rente aos muros. O honrado liberal, tudo observava através das vidraças laterais de uma janela com persianas. “O telefone funcionava ainda e os meus amigos comunicaram-me o que se passara durante o dia, segundo me recordo. Deitamo-nos à hora habitual.” Este homem tornar-se-ia, em breve, um dos inspiradores do Governo Provisório revolucionário (!), na qualidade de secretário-geral. Na rua, no dia seguinte, um pobre homem desconhecido, empregado de escritório, ou talvez mestre-escola, tirando o chapéu, se aproximará e dirá: “Obrigado por tudo o que fez pelo povo.” Conta-nos isso o próprio Nabokov, aparentando um modesto orgulho.

.....

Capítulo VIII

QUEM DIRIGIU A INSURREIÇÃO DE FEVEREIRO?

OS ADVOGADOS E OS JORNALISTAS que pertenciam às classes prejudicadas pela Revolução gastaram, posteriormente, boa quantidade de tinta para demonstrar que, em fevereiro, houve apenas uma sublevação de mulheres reforçada por um motim militar; foi precisamente assim que alguns nos apresentaram a Revolução. Luís XVI, em seu tempo, obstinava-se em acreditar que a tomada da Bastilha era o resultado de uma revolta, até que lhe explicaram, com deferência, que se tratava de uma Revolução. Os que saem derrotados de uma Revolução raramente se inclinam a reconhecer o seu verdadeiro nome porque este, apesar de todos os esforços dos reacionários exasperados, apresenta-se na memória histórica da humanidade com a auréola de uma libertação de velhas cadeias e preconceitos. Em todas as épocas, os privilegiados e seus lacaios tentaram infalivelmente apresentar a Revolução que os abatera como diferente das revoluções precedentes; como um motim, sedição ou arruaças do populacho. As classes sobreviventes não se distinguem pelo espírito de invenção.

Logo após o dia 27 de fevereiro, tentou-se estabelecer paralelos entre a Revolução Russa e o golpe de estado militar dos Jovens Turcos, com o qual, bem o sabemos, tanto havia sonhado a alta burguesia russa. Este

paralelo era, entretanto, tão infundado que foi seriamente refutado por um jornal burguês. Tugan-Baranovsky, economista, que na mocidade passara pela escola de Marx, uma espécie de variante russa de Sombart, escreveu, a 10 de março, nos *Birhevoe Vedomosti**:

“A Revolução turca consistiu numa sublevação vitoriosa do Exército, preparada e levada a efeito pelos seus chefes. Os soldados foram apenas os executantes dóceis dos desígnios dos oficiais. Ao contrário, os regimentos da Guarda que, a 27 de fevereiro, derrubaram o trono da Rússia, marcharam sem os seus oficiais... Não foi o Exército que desencadeou a Revolução, foram os operários. Não foram os generais e sim os soldados que se dirigiram à Duma do Império. E os soldados apoiaram os operários não para cumprir docilmente as ordens dos oficiais, mas porque se sentiam ligados pelo sangue aos operários, como classe de trabalhadores, eles também. Os camponeses e os operários constituem as duas classes sociais que fizeram a Revolução Russa.”

Estas palavras não precisam de retificações nem de complemento. O desenvolvimento ulterior da Revolução confirmou plenamente e até mesmo reforçou a sua significação. O último dia de fevereiro foi, para Petrogrado, o primeiro após a vitória: dia de entusiasmo, de abraços, de lágrimas jubilosas, expansões derramadas, porém, ao mesmo tempo, dia de golpes decisivos contra o inimigo. Nas ruas estouravam ainda os tiros de fuzil. Contava-se que os *faraós* de Petrogrado, ignorando ainda a vitória do povo, continuavam a atirar dos telhados. De baixo atirava-se para as águas-furtadas, as lucarnas, os campanários, onde se supunha estar abrigados os fantasmas armados do tzarismo. Mais ou menos às 4 horas da tarde foi ocupado o Almirantado, onde se refugiaram os remanescentes daquilo que, outrora, fora o poder do Estado. Organizações revolucionárias e grupos improvisados efetuavam prisões na cidade. A fortaleza-prisão de Schlüsselburg foi tomada sem oferecer resistência. A todo o momento, novos regimentos aderiam à Revolução, tanto na capital como nos arredores.

A mudança do regime em Moscou não foi senão um eco da insurreição de Petrogrado. Reinavam as mesmas opiniões entre operários e

* *Notícias da Bolsa*. [Nota da Editora.]

soldados, apesar de menos vivamente expressadas. Disposições um pouco mais esquerdistas começavam a imperar, entre a burguesia. Nas organizações revolucionárias, a fraqueza era mais acentuada do que em Petrogrado. Assim que se iniciou o movimento sobre o Neva, os intelectuais radicais de Moscou organizaram uma reunião para decidir o que se faria e não encontraram qualquer solução. Foi somente no dia 27 de fevereiro que, nas fábricas de Moscou, declararam-se as greves, seguidas de manifestações. Os oficiais nos quartéis diziam aos soldados que a canalha provocava rebeliões nas ruas e que seria necessário reprimi-la. “Mas já neste momento”, conta o soldado Shishilin, “os nossos davam à palavra canalha um sentido inteiramente diverso”. Às duas horas da tarde, grande número de soldados de diversos regimentos apresentaram-se à Duma municipal procurando um meio de aderir à Revolução. No dia seguinte, as greves tomaram maior extensão. As massas avançavam para a Duma com as suas bandeiras. Muralov, soldado da companhia motorizada, velho bolchevique, agrônomo, gigante magnânimo e valente, conduziu à Duma o primeiro destacamento de tropas sólidas e disciplinadas que ocuparam a estação de rádio e outros pontos estratégicos. Oito meses mais tarde Muralov deveria comandar as tropas da região militar de Moscou.

Abriam-se as prisões. O próprio Muralov conduziu um caminho repleto de presos políticos libertados. Saudando, a mão na viseira, um subcomissário de polícia perguntou ao revolucionário se devia também libertar os judeus. Dzerzhinsky, logo que saiu da prisão e ainda com seu traje de prisioneiro, tomava a palavra no interior da Duma, onde o Soviete se organizava. Dorofeev, artilheiro, narraria mais tarde como os operários da confeitaria Siou se apresentaram a 1º de março, com as suas bandeiras, ao quartel da brigada de artilharia, confraternizando com os soldados, e como, no excesso da alegria, muitos deles não puderam conter as lágrimas. Houve, na cidade, alguns tiroteios de emboscada, porém, em geral, não se registraram choques armados, nem vítimas – Petrogrado garantia Moscou.

Em várias cidades da província o movimento desencadeou-se apenas a 1º de março, depois que a Revolução triunfara também em Moscou. Em Tver, operários abandonaram o trabalho, promoveram manifestações nos quartéis e, misturados com os soldados, desfilaram pelas ruas da cidade. Nessa época cantava-se ainda a *Marselhesa* e não a *Internacional*. Em Nizhni-Novgorod, milhares de pessoas reuniram-se diante do edifício da muni-

cipalidade que, na maioria das cidades, representou o mesmo papel que o Palácio de Táuride, em Petrogrado. Após o discurso do prefeito, os operários, levando as suas bandeiras vermelhas, foram libertar os presos políticos. Dos 21 contingentes que constituíam a guarnição, 18, ao anoitecer, aderiram espontaneamente à Revolução. Em Samara e Saratov realizaram-se *meetings* e organizaram-se sovietes de deputados operários. Em Kharkov o chefe de polícia, que tivera tempo de informar-se sobre os acontecimentos na estação ferroviária, subiu para um carro e, perante uma multidão superexcitada, tirou o boné e gritou com toda a força: “Viva a Revolução! Hurra!” Ekaterinoslav recebeu a notícia por intermédio de Kharkov. À frente dos manifestantes encontrava-se o adjunto do chefe de polícia, tendo na mão a bainha do seu grande sabre, na atitude regulamentar das paradas, nos dias de festa imperial. Quando ficou positivamente provado que a monarquia não mais se levantaria, puseram-se a despregar prudentemente, nos seus estabelecimentos, todos os retratos dos tzares, que então foram transportados para os sótãos. Relatos desse gênero, verídicas ou não, eram propagadas em grande número, nos círculos liberais que ainda não haviam perdido o gosto de falar da Revolução em tom de brincadeira. Os operários e os soldados das guarnições viviam os acontecimentos de modo bem diverso. Sobre o que se passou em outras cidades (Pskov, Orel, Rybinsky, Penza, Kazan, Tzaritsyn, e outras) o *Chronicle* de 2 de março assinala o seguinte: “Chegou a notícia de que o poder fora derrubado e o povo aderiu à Revolução.” Este comunicado, apesar de sucinto, traduz exatamente o que se passou.

Nos campos, a notícia da Revolução chegava das cidades vizinhas, algumas vezes transmitida pelas próprias autoridades e outras, principalmente, por intermédio dos mercadores, dos operários e dos soldados em licença. As aldeias acolheram o acontecimento com uma reação mais lenta e menos entusiasta do que as cidades, porém não menos profunda: o camponês relacionou a Revolução com a guerra e com a questão da terra.

Não é exagero dizer que Petrogrado realizou sozinha a Revolução de Fevereiro. O resto do país não fez mais que aderir. Somente em Petrogrado se registraram combates. Não houve, em todo o país, um só grupo popular, um só partido, uma só instituição, um único regimento que se levantasse em defesa do antigo regime. Isto demonstra como são infundados os raciocínios tardios dos reacionários para demonstrar que, se

a cavalaria de Guarda estivesse em Petrogrado, ou se Ivanov tivesse trazido do *front* uma brigada de confiança, o destino da Monarquia teria sido bem diferente. Nem na retaguarda, nem no *front*, se encontraria uma única brigada, um só regimento disposto a lutar por Nicolau II.

Deve-se a queda do poder à iniciativa e ao esforço de uma cidade que representava mais ou menos 1/75 da população do país. Se desejarmos, poderemos dizer que o maior dos atos democráticos se realizou do modo menos democrático possível. Todo o país encontrou-se diante de um *fait accompli*. A circunstância de se ter em perspectiva a convocação de uma Assembleia Constituinte nada alteraria, porque os prazos e as modalidades de uma convocação para a representação nacional seriam decretados pelos órgãos emanados da insurreição vitoriosa de Petrogrado. Isso vem lançar uma intensa luz sobre a questão do funcionamento das formas democráticas em geral e, em particular, num período revolucionário. As revoluções têm constantemente infligido rudes golpes no fetichismo jurídico da “vontade popular”, golpes mais implacáveis por serem elas mais profundas, mais audaciosas e mais democráticas.

Já se tem dito muitas vezes, principalmente com referência à grande Revolução Francesa, que a extrema centralização da monarquia permitiu, mais tarde, à capital revolucionária, pensar e agir por todo o país. É uma explicação superficial. Se a Revolução manifestar tendências centralizadoras, age não imitando a monarquia derrubada e sim em razão das inevitáveis necessidades de uma nova sociedade que não é compatível com o particularismo. Se, numa Revolução, uma capital desempenha um papel preeminente e, em certos momentos, concentra a vontade da nação, é precisamente porque exprime com mais eloquência as tendências fundamentais da nova sociedade e as impulsiona até o fim. A província considera as iniciativas da capital como emanando de suas próprias intenções, porém já transformadas em ação. A iniciativa dos centros não é um atentado à democracia, e sim à sua realização dinâmica. Entretanto, nas grandes revoluções o ritmo dessa dinâmica jamais coincide com o da democracia formal e representativa. As províncias unem-se aos atos do centro, porém, sempre com atraso. Em virtude da rapidez, característica com que se desenvolvem os acontecimentos em uma Revolução, é que se chega às graves crises do parlamentarismo revolucionário, insolúveis, pelos métodos da democracia.

Em todas as verdadeiras revoluções, a representação nacional se aniquila inevitavelmente no choque com a dinâmica revolucionária, cujo centro é a capital. Assim aconteceu no século XVII, na Inglaterra, no século XVIII na França e no século XX na Rússia. O papel da capital é determinado, não pelas tradições do centralismo burocrático, mas pela situação da classe revolucionária dirigente, cuja vanguarda se concentra, naturalmente, na metrópole: isso é tão verdadeiro para a burguesia como para o proletariado.

Logo que a vitória de fevereiro foi solidamente confirmada, tratou-se do recenseamento das vítimas. Em Petrogrado contaram-se 1.443 mortos e feridos, incluídos, neste número, 869 militares, dos quais 60 oficiais. Em relação ao número de vítimas de qualquer batalha da grande guerra estas cifras são insignificantes. A imprensa liberal proclamou que a Revolução de Fevereiro não fora sangrenta. Em dias de entusiasmo geral e de anistias recíprocas entre os partidos patrióticos, ninguém tomou a iniciativa de estabelecer a verdade. Albert Thomas, sempre amigo do vencedor e mesmo de insurreições vitoriosas, escreveu então que a Revolução Russa se lhe apresentara “a mais luminosa, a mais jubilosa e a mais incruenta”. Sem dúvida, alimentava a esperança de que essa Revolução ficaria às ordens da Bolsa de Paris. Decididamente Albert Thomas não inventara a pólvora. Já a 27 de junho de 1789, Mirabeau exclamara: “Que felicidade ver esta grande Revolução realizada sem homicídios e sem lágrimas!... A História falou demasiado sobre os atos animalescos ... podemos ter a esperança de que iniciamos a história humana.” Quando os três Estados se constituíram em Assembleia Nacional, os antepassados de Albert Thomas escreveram: “A Revolução terminou, não custou uma gota de sangue.” Devemos concordar em que naquele período não houve efetivamente efusão de sangue. Todavia os acontecimentos de fevereiro passaram-se de outra forma. Entretanto, a lenda de uma Revolução sem derramamento de sangue foi obstinadamente mantida para alimentar a necessidade dos burgueses liberais de apresentar os fatos como se o poder houvesse caído por si mesmo, entre as suas mãos.

Se a Revolução de Fevereiro não foi isenta de derramamento de sangue, não deixa de causar assombro o pequeno número de vítimas, tanto no momento da insurreição como no primeiro período que se seguiu. Na verdade, houve um ajuste de contas depois da opressão, das perseguições e humilhações, e dos ignóbeis tratamentos suportados pelas massas popu-

lares russas, durante tantos séculos. Aqui e ali, é verdade, os marinheiros e os soldados lançaram mão da justiça sumária, para com os seus piores inimigos, os oficiais. No início, entretanto, o número desses atos de represália foi insignificante em relação à quantidade de sangrentos ultrajes, outrora sofridos. As massas só abandonaram a sua benevolência muito mais tarde, quando constataram que as classes dirigentes procuravam reconquistar o terreno, explorado em proveito próprio, e se apropriar da Revolução que não fizeram, acostumadas como estavam a se apoderar sempre das boas coisas da vida que não produziam.

Tugan-Baranovsky tem razão quando afirma que a Revolução de Fevereiro foi obra dos operários e camponeses, estes últimos representados pelos soldados. Subsiste, entretanto, uma séria controvérsia: Quem dirigiu a insurreição? Quem levantou os operários? Quem arrastou os soldados para a rua? Após a vitória, essas questões tornaram-se o pomo de discórdia entre os partidos. A solução mais simples consistia nesta fórmula universal: ninguém conduziu a Revolução – ela se fez por si mesma. A teoria das “forças espontâneas”, mais que qualquer outra, é conveniente não apenas a esses senhores que, ainda na véspera, tranquilamente administravam, julgavam, acusavam, defendiam, negociavam, ou comandavam e que agora se apressavam a fazer causa comum com a Revolução; porém ela conviria também a numerosos políticos profissionais e ex-revolucionários que, adormecidos durante a Revolução, queriam acreditar terem-se conduzido tal como todos os demais.

Em sua curiosa *História das desordens na Rússia*, o general Denikin, ex-generalíssimo do Exército Branco, diz sobre o dia 27 de fevereiro: “Neste dia decisivo não houve dirigentes; atuaram apenas os elementos desencadeados. Em seu curso impetuoso não se poderiam discernir nem os fins, nem os planos, nem as palavras de ordem.” O douto historiador Miliukov não se aprofundou mais do que o general cuja paixão era rabiscar papel. Antes da insurreição, o líder liberal apresentara toda a ideia da Revolução como sendo sugerida pelo estado-maior alemão. A situação, porém, complicou-se após a insurreição que levou os liberais ao poder. Daí por diante a tarefa de Miliukov já não consistia em desonrar a Revolução, atribuindo-a aos Hohenzollerns, mas, pelo contrário, subtrair aos revolucionários as honras da iniciativa. O liberalismo adotou in-

teiramente a teoria do caráter espontâneo e impessoal da insurreição. Foi com simpatia que Miliukov solicitou a opinião do professor semiliberal, semissocialista Stankevich, conferencista que desempenhara durante algum tempo o papel de comissário do Governo no quartel-general. “As massas puseram-se por si mesmas em movimento, obedecendo a um apelo íntimo, inconsciente” – escreve Stankevich, a respeito das jornadas de fevereiro. Com que palavras de ordem marcharam os soldados? Quem os conduziu quando conquistaram Petrogrado, quando incendiaram o Palácio da Justiça? Não foi uma ideia política, nem uma palavra de ordem revolucionária, nem uma conspiração, nem um motim, porém um movimento de forças elementares, o qual reduziu bruscamente as cinzas o antigo regime, sem nada deixar dele. A força espontânea adquire aqui um caráter quase místico.

O mesmo Stankevich nos dá um testemunho de grande valor: “Em fins de janeiro tive ocasião de falar com Kerensky, num círculo muito íntimo... Todos se pronunciaram de maneira francamente negativa sobre a possibilidade de uma rebelião popular, pois todos temiam que o movimento de massas, uma vez desencadeado, seguisse a corrente da extrema esquerda, o que viria criar grandes dificuldades ao prosseguimento da guerra.” As opiniões do círculo de Kerensky não diferiam substancialmente dos pontos de vista dos cadetes. Não era daí, portanto, que a iniciativa poderia partir.

“A Revolução caiu como um raio, de um céu sem nuvens”, diz Zeninov, representante do Partido Socialista Revolucionário. “Sejamos francos, ela chegou para imensa e alegre surpresa de todos nós, revolucionários, que por ela trabalhamos durante longos anos e que sempre havíamos esperado.”

O mesmo se passava mais ou menos com os mencheviques. Um jornalista pertencente à emigração burguesa narra o encontro que tivera num bonde, a 24 de fevereiro, com Skobelev, futuro ministro do Governo Provisório: “Esse social-democrata, um dos líderes do movimento, declarou-me que as desordens se transformavam em saque e que era indispensável reprimi-las. Isso não impediu que um mês mais tarde Skobelev pretendesse que ele e seus amigos haviam feito a Revolução.” As cores estão aqui visivelmente exageradas. Mas no essencial a posição dos social-democratas mencheviques está fixada de maneira que corresponde muito bem à realidade.

Mstislavsky, finalmente, que seria mais tarde um dos líderes da ala esquerda dos socialistas revolucionários, e que se passara em seguida para o lado bolchevique, disse da Revolução de Fevereiro: “A Revolução surpreendeu a nós também, homens do partido em pleno sono, tal como as virgens loucas do Evangelho.” Pouco importa saber até que ponto estes homens se pareceram com virgens; que dormiam todos é fato indiscutível.

Mas que aconteceu com os bolcheviques? Já o sabemos, em parte. Os principais líderes das organizações clandestinas bolcheviques, em Petrogrado, eram três: os antigos operários Shliapnikov e Zalutsky e o antigo estudante Molotov. Shliapnikov, que durante muitos anos vivera no estrangeiro e que mantinha relações estreitas com Lenine, era, do ponto de vista político, o mais amadurecido e o mais ativo dos três mil militantes que constituíam o birô do Comitê Central. As próprias memórias de Shliapnikov demonstram, entretanto, melhor do que qualquer outro documento, que o trio não estava à altura dos acontecimentos. Até a última hora os líderes pensavam que se tratava apenas de uma demonstração revolucionária, mais uma entre tantas outras – porém de modo algum uma insurreição armada. Kayurov, que já citamos, um dos líderes do bairro de Vyborg, afirma categoricamente o seguinte: “Não recebemos instrução alguma dos órgãos centrais do partido... O Comitê de Petrogrado estava preso e o representante do Comitê Central, o camarada Shliapnikov, não se encontrava em condições de dar instruções para o dia seguinte.”

A fraqueza das organizações clandestinas era resultado direto das repressões policiais que deram ao Governo vantagens excepcionais perante o estado do espírito patriótico, no início da guerra. Toda organização, inclusive as revolucionárias, tende a ficar atrás da sua base social. As organizações clandestinas dos bolcheviques, no início de 1917, não se haviam ainda refeito de seu esmagamento e de sua desagregação enquanto que, entre a massa, a atmosfera de patriotismo fora subitamente suplantada pela indignação revolucionária.

A fim de fazer uma ideia mais clara da situação quanto ao que diz respeito à direção revolucionária é preciso lembrar que os revolucionários mais autorizados, líderes dos partidos de esquerda, encontravam-se no estrangeiro, e, em parte, presos ou deportados. Quanto mais temível era um partido, para o antigo regime, mais se encontrava literalmente acéfalo,

no início da Revolução. Os *narodniks* tinham uma fração na Duma, cujo líder, Kerensky, era um radical independente. O líder oficial dos socialistas revolucionários, Chernov, encontrava-se emigrado. Os mencheviques contavam, na Duma, com uma fração à frente da qual figuravam Cheidze e Skobelev. Martov emigrara. Dan e Tseretelli haviam sido deportados. Em torno das frações esquerdistas populistas e mencheviques agrupava-se um forte contingente de intelectuais socialistas com um passado revolucionário. Isso constituía uma aparência de estado-maior político que, entretanto, só foi capaz de revelar-se depois da vitória. Os bolcheviques não tinham representação na Duma: os cinco deputados operários, que o governo czarista considerou como um centro organizador da Revolução, foram aprisionados desde os primeiros meses de guerra. Lenine vivia emigrado, com Zinoviev. Kamenev estava no desterro, assim como os práticos dirigentes, então pouco conhecidos: Sverdlov, Rykov, Stalin. O social-democrata polonês Dzerzhinsky, que ainda não pertencia ao Partido Bolchevique, se encontrava na prisão. Os líderes que, por acaso, estavam presentes, precisamente pelo fato de estarem habituados a agir sob uma direção autorizada e inapelável, não se consideravam e não eram considerados capazes de desempenhar um papel dirigente, nos acontecimentos revolucionários.

Uma vez que o Partido Bolchevique não podia garantir aos insurretos uma liderança autorizada, que dizer das outras urbanizações políticas? Assim, fortificava-se a convicção geral de um movimento de forças espontâneas na Revolução de Fevereiro. Contudo, esta opinião era muitíssimo errônea ou, pelo menos, sem conteúdo.

A luta na capital durou não apenas uma ou duas horas, porém cinco dias. Os líderes esforçavam-se por refreá-la. As massas respondiam intensificando o ataque e prosseguindo. Tinham contra si o antigo Estado, cuja fachada tradicional dissimulava ainda, supunha-se, uma força poderosa, a da burguesia liberal, com a sua Duma de Império, a União da Cidade e do Campo, os comitês das indústrias de guerra, as academias, as universidades e a imprensa; enfim, dois fortes partidos socialistas que opunham resistência patriótica ao impulso vindo de baixo. No Partido Bolchevique, a insurreição encontrava a organização que lhe era mais próxima; porém acéfala, com os quadros dispersos e constituída de fracas células clandestinas. Entretanto, a Revolução, inesperada para todos naqueles dias, estendeu-se

e quando, nas esferas dirigentes, se acreditava na extinção do movimento, ele, em poderosa convulsão, assegurou o triunfo.

De onde procedia esse poder sem exemplo de perseverança e de impetuosidade? Não seria suficiente alegar a exasperação. A exasperação pouco explica. Por mais dispersos que estivessem, durante a guerra, os elementos operários de Petrogrado, em consequência da imiscuição de elementos brutos, traziam no entanto, em si mesmos, uma grande experiência revolucionária. Apesar da falta de direção e da resistência dos chefes, havia na sua perseverança e impetuosidade um cálculo estratégico espontâneo e uma avaliação de forças nem sempre manifesta mas baseada na experiência de vida.

Nas vésperas da guerra, os elementos operários revolucionários marchavam ao lado dos bolcheviques e arrastavam com eles as massas. Logo no início da guerra, a situação modificou-se bruscamente: as camadas conservadoras intermediárias levantaram a cabeça, arrastando consigo uma parte considerável da classe operária; os elementos revolucionários viram-se isolados e reduzidos ao silêncio. No decurso da guerra a situação começou a modificar-se, a princípio lentamente e, após as derrotas, mais depressa, e radicalmente. Um descontentamento ativo apoderava-se de toda a classe operária. A bem dizer, este descontentamento, em grande parte da massa operária, estava impregnado de patriotismo que, entretanto, nada tinha em comum com o patriotismo calculado e covarde das classes possuidoras, que adiavam a solução de todos os problemas internos para depois da vitória. Precisamente a guerra, suas vítimas, seus horrores e suas infâmias, impeliu as antigas camadas operárias, assim como as novas, contra o regime czarista, impelindo-as com uma violência redobrada, levando-as à seguinte conclusão: isto não pode mais durar! Era uma opinião geral que permitiu a coesão das massas e lhes deu um grande poder para a ofensiva.

O Exército inflou, aumentando seus efetivos, à custa de milhões de operários e de camponeses. Todos tinham parentes no Exército: um filho, um marido, um irmão, qualquer parente próximo. O Exército não se encontrava mais como antes da guerra, um meio separado do povo. Agora o povo se encontrava muito mais frequentemente com os soldados; acompanhava-os quando partiam para o *front*; compartilhava da sua vida quando voltavam licenciados; conversava com eles nas ruas e nos bondes; falava-se das trincheiras; visitava-os nos hospitais. Os bairros operários, os

quartéis, o *front* e também, em proporção considerável, as aldeias, tornavam-se uma espécie de vasos comunicantes. Os operários sabiam o que os soldados sentiam e pensavam. Entre eles se entabulavam intermináveis conversações sobre a guerra, sobre a gente que, com ela, enriquecia; sobre os generais, sobre o governo, sobre o tzar e a tzarina. O soldado dizia da guerra: “Maldita seja!” O operário respondia, falando dos governantes: “Que sejam todos malditos!” O soldado indagava: “Por que permanecemos em silêncio, aqui no centro?” O operário respondia: “Quando se tem as mãos vazias nada se pode fazer. Em 1905 já nos batemos com pouca felicidade, contra o Exército.” O soldado, depois de refletir: “Ah! Se todos se levantassem juntos! Sim, todos juntos.” Conversações desta espécie, antes da guerra, só se davam entre indivíduos isolados e de forma clandestina. Agora falava-se assim por todos os lados, a todos os propósitos e quase abertamente, pelo menos nos bairros operários.

O serviço de inteligência tzarista conseguiu, por vezes, fazer boas sondagens. Quinze dias antes da Revolução, um espião, que assinava com o pseudônimo de Krestianinov, apresentou um relatório sobre conversa que escutara num bonde que passava através de um bairro operário. Um soldado contava que oito homens de seu regimento tinham sido enviados para a prisão por haverem recusado no outono anterior atirar contra os operários da fábrica Nobel e voltado os seus fuzis contra a polícia. Tais conversas eram travadas abertamente uma vez que os policiais e os tiras, nos bairros operários, preferiam passar despercebidos. “Nós ajustaremos contas”, concluiu o soldado. O relatório continua: “Um operário diz então: ‘Para isso devemos nos organizar, fazendo com que todos ajam como um só homem.’ O soldado replicou: ‘Não se preocupem; já faz tempo que estamos organizados... já beberam sangue demais, os soldados sofrem nas trincheiras enquanto eles, aqui, engordam...’ Não se registraram incidentes particulares. 10 de fevereiro de 1917. Krestianinov.” Incomparavelmente épico o relatório do espião! “Não se registraram incidentes particulares!” Dar-se-iam, e muito breve: a conversa mantida no bonde demonstra a inelutável iminência.

O caráter espontâneo da insurreição é ilustrado por um exemplo curioso que nos dá Mstislaysky: quando a União dos Oficiais de 27 de Fevereiro, constituída logo após a insurreição, resolveu abrir um inquérito para apurar quem, em primeiro lugar, fizera sair à rua o regimento de

Volynsky, houve sete depoimentos indicando sete iniciadores desta ação decisiva. É muito provável, acrescentamos nós, que uma parte dessa iniciativa pertencesse efetivamente a alguns soldados; o que não impede que o principal dirigente tenha tombado em combate de rua, levando consigo o seu nome para o esquecimento. Isso porém não diminui o valor histórico da sua iniciativa anônima. O que é ainda mais importante é o outro lado da questão, pelo qual podemos sair do recinto da caserna. O levante dos batalhões da Guarda, que se declarou com surpresa geral dos círculos liberais e dos socialistas legais, não foi de modo algum inesperado para os operários. E sem esta sublevação o Regimento Volynsky também não teria saído à rua. O encontro entre os operários e os cossacos, que certo advogado pôde observar de sua janela, para comunicar logo em seguida, por telefone, a um deputado, pareceu tanto a um como ao outro um episódio de um *processus* impessoal: os gafanhotos das fábricas esbarram com os gafanhotos do quartel. De outra maneira, todavia, o cossaco que ousara piscar o olho para o lado do operário via o acontecimento; via como o operário, o qual compreendera sem vacilar que o cossaco teve “um bom golpe de vista”. A interpenetração molecular do Exército e do povo prosseguia sem interrupção. Os operários tomavam constantemente a temperatura do Exército e sentiam que se aproximava o momento crítico. Foi o que contribuiu para dar ao impulso das massas que acreditavam na vitória essa força irresistível.

Aqui devemos citar a notável observação de um alto dignitário que tentou fazer o balanço de suas observações sobre as jornadas de fevereiro: “É hábito dizer que o movimento se iniciou pelo desencadeamento de forças espontâneas e que os soldados, espontaneamente, desceram às ruas. Eu não poderia, de forma alguma, concordar com isso. Afinal, o que significa a palavra ‘espontânea’?... ‘Geração espontânea’, em sociologia, está ainda mais deslocada do que nas ciências naturais. Se nenhum dirigente revolucionário de renome pôs o seu carimbo no movimento, este, sem ser impessoal, foi apenas anônimo.” Esta forma de apresentar a questão, incomparavelmente mais séria do que as alegações de Miliukov, concernentes aos agentes alemães e às forças espontâneas da Rússia, deve-se a um antigo procurador do tzar, que era senador, quando rebentou a Revolução. Talvez tenha sido a sua experiência judiciária que permitiu a Zavadsky discernir que uma sublevação revolucionária não poderia provir de diretivas

de agentes estrangeiros, nem de um *processus* natural em que não interviessem personalidades.

O mesmo autor narra dois episódios que lhe permitiram de qualquer maneira espiar pelo buraco da fechadura o laboratório em que se desenvolvia o processo revolucionário. Na sexta-feira, 24 de fevereiro, quando nas altas esferas ninguém previa um levante em prazo tão curto, um bonde, no qual viajava o senador, manobrou com tal violência entre a Perspectiva Liteiny e uma rua adjacente, que as vidraças estremeçeram e uma se quebrou. O condutor convidou todos os passageiros a descerem. “O carro não prosseguirá.” Os passageiros protestaram, reclamaram, mas desceram. “Vejo ainda a cabeça do condutor taciturno, com uma expressão resoluta e sombria: uma cabeça de lobo.” A circulação dos bondes foi interrompida em grande extensão, a perder de vista. Este condutor, resolutivo, em cujo rosto um dignitário liberal vira uma expressão de “lobo”, devia ter uma alta consciência do seu dever para ousar, sozinho, em tempo de guerra, paralisar um carro repleto de funcionários, numa das ruas da Petersburgo imperial. Outros operários como este foram os que fizeram parar o vagão da monarquia, empregando, aproximadamente, as mesmas palavras: “O trem não prosseguirá”, e fizeram descer a burocracia, sem estabelecer na sua pressa diferença alguma entre os generais da polícia militar e os senadores liberais. O condutor da Perspectiva Liteiny era um instrumento consciente da História. Decerto fora antecipadamente educado.

Durante o incêndio do Palácio de Justiça, um jurista liberal, do mesmo círculo do senador mencionado, expressou, na rua, a sua tristeza por ver a destruição do laboratório de perícias judiciárias e a dos arquivos dos cartórios. Um homem amadurecido, de fisionomia sombria e de aspecto proletário, replicou irritado: “Saberemos dividir as casas e as terras sem os seus arquivos.” Talvez o episódio tenha sido arranjado literariamente. Contudo, operários assim, de meia idade, capazes de dar a réplica indispensável, não eram pouco numerosos na multidão. Eles nada tinham a ver com o incêndio do Palácio da Justiça. Para quê? Em todo caso, tais excessos não os poderiam assustar! Esses operários armavam as massas, incutiam-lhes as ideias indispensáveis não somente contra a polícia do tzar como também contra os juristas liberais, os quais temiam sobretudo que no fogo da Revolução se queimassem os títulos de propriedade em cartório. Esses

rudes políticos anônimos saídos das fábricas e das ruas não caíram do céu; deviam ter sido educados.

Registrando os acontecimentos dos últimos dias de fevereiro, o Serviço Secreto declarava também que o movimento era “espontâneo”, isto é, não fora metodicamente dirigido de cima; acrescentava entretanto: “O proletariado foi por inteiro trabalhado pela propaganda.” Essa afirmativa tocava no ponto justo: os profissionais da luta contra a Revolução, antes de substituir nos cárceres os revolucionários libertados, discerniam melhor do que os líderes do liberalismo o *processus* daquele momento.

A mística das “forças espontâneas” nada elucidada. Para apreciar devidamente a situação e determinar o momento oportuno do ataque contra o inimigo, era indispensável que a massa, nos seus elementos dirigentes, colocasse as suas próprias reivindicações diante dos acontecimentos históricos e possuísse critérios próprios para a estimativa dos mesmos. Por outras palavras, não seria necessário contar com as massas, em geral, mas com a massa proletária de Petrogrado e de toda a Rússia, que passara pela experiência da Revolução de 1905 e pela insurreição moscovita de dezembro do mesmo ano, esmagada pelo Regimento Semenovsky, da Guarda; era necessário que no seio dessa massa existissem operários que tivessem refletido sobre as experiências de 1905, criticado as ilusões constitucionais dos liberais e dos mencheviques, assimilado perspectivas da Revolução, examinado muitas e muitas vezes o problema do Exército, observado atentamente o que se passava nesse meio e por isso fossem capazes de tirar as suas observações e conclusões revolucionárias para comunicá-las a outrem. Finalmente, era necessário que existissem, na guarnição, soldados de espírito avançado conquistados outrora à causa ou, pelo menos, tocados pela propaganda revolucionária.

Em cada fábrica, em cada corporação, em cada companhia militar, em cada taverna, em cada hospital do Exército, em cada acantonamento e, até mesmo nos campos despovoados progredia um trabalho molecular da ideia revolucionária. Por toda parte havia comentadores dos acontecimentos, principalmente operários com os quais se obtinham informações e dos quais se esperava a palavra necessária. Esses chefes de grupos estavam muitas vezes entregues a si mesmos, ingeriam os fragmentos de generalizações revolucionárias que chegavam até eles por diversos caminhos, descobrindo por si mesmos, nos jornais liberais, o que lhes era necessário, lendo

nas entrelinhas. Seu instinto de classe era aguçado pelo critério político, e, mesmo que não levassem todas as suas ideias até o fim, seu pensamento nem por isso trabalhava menos, sem um instante de trégua, obstinadamente, e sempre na mesma direção. Esses elementos de experiência, de crítica, de iniciativa e de abnegação penetravam nas massas e constituíam o mecanismo íntimo despercebido a um olhar superficial porém decisivo no que se tratava do movimento revolucionário, como *processus* consciente.

Aos políticos, fanfarrões do liberalismo e do socialismo domesticado, tudo o que se produz no meio das massas parece geralmente um *processus* instintivo, como se ocorresse num formigueiro ou numa colmeia. Em verdade, o pensamento que se estava aparafusando na massa proletária era bem mais audacioso, mais perspicaz, mais consciente, do que as pequenas ideias com que se distraíam as classes cultas. Melhor ainda: o pensamento operário era mais científico: não somente por ter sido fecundado, em grande parte, pelos métodos marxistas, como, principalmente, porque se tinha nutrido da experiência viva das massas que entrariam bem cedo na arena revolucionária. O caráter científico do pensamento se manifesta em sua correspondência com o *processus* objetivo e na sua capacidade para influenciar este *processus* e dirigi-lo. Esta faculdade, mesmo em pequena proporção, a possuíam as esferas governamentais que se inspiravam no Apocalipse ou que acreditavam nos sonhos de Rasputin? Acaso teriam base científica as ideias do liberalismo que esperava que uma Rússia atrasada, participando da contenda dos gigantes do capitalismo, pudesse ao mesmo tempo vencer e alcançar um regime parlamentar? Seriam científicas as concepções dos círculos intelectuais que se conformavam servilmente com um liberalismo decrépito desde a infância, e que preservavam ao mesmo tempo, desta forma, a sua ilusória independência sob uma verbosidade há muito prescrita? Na verdade, vivia-se no reino de um poderoso torpor espiritual, no país dos fantasmas, das superstições, das ficções, ou antes, se quisermos, no reino das “forças espontâneas”. Não temos, por conseguinte, o direito indiscutível de fazer uma revisão completa na filosofia liberal da Revolução de Fevereiro? Sim! Temos o direito de dizer: enquanto a sociedade oficial, essa superestrutura de numerosos andares que constituíam as classes dirigentes, seus grupos, seus partidos e seus clãs, vivia dia por dia na sua inércia e no seu automatismo, nutrindo-se das reminiscências de

ideias caducas, surdas às inexoráveis exigências do progresso, seduzidas pelos fantasmas, sem prever coisa alguma, operava-se, nas massas proletárias, um *processus* espontâneo e profundo, não somente de ódio crescente contra os dirigentes e de um juízo crítico sobre a sua incapacidade, como também de acumulação de experiências e de consciência criadora, *processus* que se confirmou na insurreição e no triunfo revolucionário.

À questão acima apresentada – quem dirigiu a Revolução de Fevereiro? – Podemos, por conseguinte, responder com a clareza desejável: os operários conscientes e bem temperados e sobretudo os que se formaram na escola do partido de Lenine. Devemos acrescentar porém que esta liderança, suficiente para assegurar a vitória da insurreição, não estava em condições, logo no início, de colocar a direção do movimento revolucionário entre as mãos da vanguarda proletária.

.....

Capítulo IX

O PARADOXO DA REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO

A INSURREIÇÃO TRIUNFARA. A quem, todavia, transmitiu ela o poder arrebatado à monarquia? Chegamos, com este fato, ao problema capital da Revolução de Fevereiro: como e por que passou o poder para mãos da burguesia liberal?

Quando rebentaram as perturbações, a 21 de fevereiro, os círculos da Duma e a “sociedade” burguesa não lhes deram importância alguma. Os deputados liberais e os jornalistas patriotas reuniam-se, como habitualmente, nos salões e discutiam a questão de Trieste e Fiume e afirmavam, ainda uma vez, que a Rússia tinha necessidade absoluta dos Dardanelos. O ucasse da dissolução da Duma já estava assinado, e a comissão parlamentar discutia ainda, apressadamente, a transmissão dos serviços de abastecimento à municipalidade. Menos de doze horas antes do levante dos batalhões da Guarda, a Sociedade para Entendimentos entre os Eslavos ouvia, tranquilamente, a leitura de seu relatório anual. “Foi somente, ao voltar a pé dessa reunião”, escreveu um dos deputados, “foi somente então que notei o angustiante silêncio e o aspecto deserto de ruas que, ordinariamente, eram muito movimentadas.” Uma angustiante solidão rodeara as velhas classes dirigentes e começara a oprimir o coração de seus futuros sucessores.

No dia 26 a gravidade da situação tornou-se evidente, tanto para o governo como para os liberais. Naquele dia houve, entre os ministros e alguns membros da Duma, conciliábulos tendendo a um acordo que os liberais não consentiram jamais em desvendar. Protopopov, em seus depoimentos, declarou que os líderes do bloco da Duma ainda exigiam, como de costume, a nomeação de novos ministros que gozassem da confiança pública: “Talvez esta medida acalme o povo.” O dia 26, porém, marcou, como sabemos, uma pausa no *processus* revolucionário, e o governo, por algumas horas, sentiu-se mais firme. Quando Rodzianko se apresentou a Golytsin para persuadi-lo a pedir demissão, o presidente do Conselho mostrou-lhe, sobre a mesa, num envelope, o ucasse de dissolução da Duma, assinado por Nicolau, porém ainda sem data. Foi Golytsin quem datou o documento. Como pôde o governo resolver-se a este ato, no próprio momento em que crescia a maré revolucionária? Sobre esse assunto a burocracia dirigente havia, de há muito, firmado a sua opinião. “Quer estejamos com o bloco, quer sem ele, pouco importa ao movimento operário. Este movimento pode ser combatido, porém, por outros meios e, até ao momento presente, o ministro do Interior resolveu tudo bem.” Assim falava Goremykin, já no mês de agosto de 1915. Por outro lado, a burocracia achava que a Duma, se fosse dissolvida, não se resolveria a assumir qualquer atitude audaciosa. Foi também em agosto de 1915 que o príncipe Sherbatov, ministro do Interior, ao ser discutida a dissolução da Duma descontente, declarou o seguinte: “É bastante improvável que os deputados se decidam pela insubordinação. São, em grande maioria, covardes, que temem pela própria pele.” O príncipe não se expressava com muita elegância mas as suas palavras correspondiam, substancialmente, à realidade. Na sua luta contra a oposição liberal, a burocracia sentia-se, por conseguinte, em terreno seguro.

Na manhã de 27, os deputados, alarmados pela amplitude crescente dos acontecimentos, reuniram-se em sessão ordinária. Foi somente nesta sessão que a maioria teve conhecimento de que fora decretada a dissolução da Duma. A medida pareceu tanto mais inesperada porquanto, na véspera, tinham sido entabuladas conversações conciliatórias. “Entretanto”, escreve orgulhosamente Rodzianko, “a Duma inclinou-se diante da lei, esperando ainda encontrar saída para uma situação tão confusa; não votou nenhuma resolução de recusa à dissolução nem demonstrou dese-

jos de empregar violência para se reunir.” Os deputados reuniram-se em conferência privada e, aí, confessaram a sua impotência. Shidlovsky, liberal moderado, lembrou, mais tarde, não sem sarcasmo, que um certo Nekrasov, cadete da extrema esquerda, futuro associado de Kerensky, propusera “organizar uma ditadura militar depositando o governo em mãos de um general popular”. Entrementes, certos dirigentes do Bloco Progressista que não assistiram à conferência particular da Duma experimentaram um meio prático de salvar a situação: pediram ao grão-duque Mikhail que viesse a Petrogrado e propuseram-lhe que exercesse a ditadura, que “forçasse” o Ministério a pedir demissão e que exigisse do czar, pelo telefone direto, que “concedesse” um Ministério responsável. Nas horas em que se rebelavam os primeiros regimentos da Guarda, os líderes da burguesia liberal faziam uma última tentativa para esmagar a insurreição, com auxílio de uma ditadura dinástica e, ao mesmo tempo, para se porem de acordo com a monarquia, à custa da Revolução. “A indecisão manifestada pelo grão-duque”, declarou Rodzianko, em tom desolado, “teve como consequência deixar escapar o momento favorável.”

O testemunho de Sukhanov, socialista não filiado a nenhum partido, que começou neste período a desempenhar, no Palácio de Táuride, um certo papel político, atesta quão facilmente a *intelligentsia* radical acreditava no que queria. “Comunicaram-me”, escreve ele em suas longas memórias, “as notícias essenciais de tudo que de novo aconteceu na política nas primeiras horas: o ucasse dissolvendo a Duma estava promulgado e a Duma recusava dissolver-se e elegia um Comitê Provisório.” Isso foi escrito por um homem que pouco se ausentava do Palácio de Táuride e que ostentava intimidade com os deputados influentes. Em sua história da Revolução, Miliukov, depois de Rodzianko, afirma, categoricamente: “Após uma série de discursos inflamados, decidiu-se que os deputados ‘não deixariam’ Petrogrado, mas os membros da Duma do Império não se recusaram, conforme conta a lenda à qual se deu crédito, ‘a separar-se’, por serem representantes de uma instituição. Recusar a separar-se seria, com efeito, uma iniciativa, embora muito tardia. ‘Não abandonar a capital’ seria lavar as mãos e esperar para ver o curso que tomariam os acontecimentos. A credulidade de Sukhanov é entretanto desculpável por certas circunstâncias atenuantes. O boato segundo o qual a Duma teria tomado a decisão revolucionária de não obedecer ao ucasse

imperial fora posto em circulação às pressas, pelos jornalistas parlamentares, em seus boletins de informações, única publicação daquela época, em consequência da greve geral. Ora, como a insurreição conseguira a vitória durante o dia, os deputados não se apressaram em corrigir o erro cometido, encorajando, assim, a ilusão de seus amigos da esquerda: preocuparam-se em restabelecer a verdade somente depois de terem emigrado. O episódio parece de importância secundária, é porém bastante significativo. O papel revolucionário da Duma, no dia 27 de fevereiro, era totalmente um mito nascido da credulidade política dos intelectuais radicais, jubilosos e apavorados com a Revolução, incapazes de acreditar que as massas pudessem levar o caso até o fim e tratando, imediatamente, de encontrar o apoio da burguesia emancipada.

Entre as memórias dos deputados que então pertenceram à maioria da Duma, conservou-se, felizmente, um relatório que nos conta como a Duma acolheu a Revolução. Segundo o príncipe Mansyrev, cadete da direita, não se encontrou entre os deputados que se reuniram, em grande número, na manhã do dia 27, um só membro do birô, um só dos líderes dos partidos, um só chefe de grupo do Bloco Progressista; os ausentes já estavam informados sobre a dissolução da Duma e sobre a insurreição, e preferiam permanecer ocultos o maior tempo possível; tanto mais que, naquele momento, já estavam provavelmente em negociações com o grão-duque Mikhail acerca de uma ditadura. “No seio da Duma a apreensão era geral e a desordem profunda”, diz Mansyrev. “Não se ouviam mais conversas animadas; apenas suspiros e réplicas lacônicas, deste gênero: ‘Onde chegamos!’, ou então “confissões de temores pessoais.” Tal é a narrativa de um deputado dos mais moderados, que deve ter suspirado mais alto que os outros. Antes das duas horas da tarde, quando os líderes se viram forçados a aparecer na Duma, o secretário do birô deu uma notícia alegre, porém infundada: “As desordens serão, em breve, reprimidas, tomaram-se medidas.” É possível que se tenha entendido por “medidas” as negociações a respeito da ditadura. A Duma, porém, estava abatida e esperava uma palavra decisiva do líder do Bloco Progressista. Mi-liukov declara o seguinte: “Não podemos, neste momento, tomar nenhuma decisão. Em primeiro lugar porque ignoramos a extensão dos distúrbios, em seguida porque não sabemos de que lado se coloca a maioria das tropas da guarnição, dos operários e das organizações sociais. É necessário recolher in-

formações precisas sobre tudo isto e, em seguida, examinar a situação; é ainda muito cedo.” Às 2 horas da tarde de 27 de fevereiro era ainda muito cedo para o liberalismo! “Colher informações” significa lavar as mãos e esperar o resultado da luta. Miliukov não terminara ainda o seu discurso – seja dito de passagem, começado com a ideia de nada concluir – quando Kerensky se precipitou na sala, muito emocionado: “Uma imensa multidão de povo e soldados se encaminha para o Palácio de Táuride, com o desígnio de exigir da Duma que assuma o poder!...” O deputado radical sabe exatamente o que reclamam as poderosas massas populares. Na realidade é Kerensky em pessoa que exige, pela primeira vez, que a Duma assuma o poder – essa Duma que, no íntimo da alma, continua esperando que o levante seja reprimido. A comunicação de Kerensky provoca uma “comoção geral” e olhares assustados. Entretanto, nem tivera tempo de terminar, foi interrompido pelo porteiro da Duma que acorrera espavorido: destacamentos de soldados, adiantando-se aos outros, aproximaram-se do Palácio, os guardas não os deixaram entrar, o chefe da guarda estaria gravemente ferido. Um minuto mais tarde os soldados já se haviam introduzido no Palácio. Mais tarde dir-se-ia, em discursos e em artigos, que os soldados tinham vindo saudar a Duma e prestar-lhe juramento. No momento, porém, havia em todos um pânico mortal. Sentiam-se naufragar. Os líderes murmuravam entre si. Era necessário ganhar tempo. Rodzianko apressou-se a pôr em votação a proposta que lhe fora sugerida sobre um comitê provisório. Aclamações. Todos porém têm a ideia de desaparecer o mais depressa possível, pois não se tratava de eleições! O presidente, não menos apavorado do que os outros, propôs que se confiasse ao Conselho dos decanos o encargo de formar um comitê. Novas aprovações ruidosas de pequeno número de deputados que permaneciam no recinto: a maioria já havia conseguido um meio de desaparecer. Foi assim que a Duma, dissolvida pelo czar, reagiu a princípio diante da insurreição vitoriosa.

Neste ínterim a Revolução, no mesmo edifício, porém em local menos decorativo, criava outro órgão de poder. Os dirigentes revolucionários não tinham, a esse respeito, opinião formada –, a experiência dos soviets de 1905 gravara-se para sempre na consciência operária. A cada novo impulso do movimento, mesmo durante a guerra, a ideia de constituir os soviets renascia quase automaticamente. Ainda que a concepção do papel dos soviets fosse profundamente diversa entre os bolcheviques e os menche-

viques (os socialistas revolucionários não tinham, a esse respeito, opinião formada), pode-se dizer que a forma essencial desta organização estava fora de discussão. Os mencheviques, membros dos comitês das indústrias de guerra, libertados dos cárceres pela Revolução, encontravam-se no Palácio de Táuride, com os militares do movimento sindical cooperativo, pertencentes à mesma ala direita, bem como com os parlamentares mencheviques Cheidze e Skobelev – e constituíram, imediatamente, um comitê executivo provisório dos soviets dos deputados operários, comitê que ficou completo nesse dia, principalmente com a inclusão de antigos revolucionários que haviam perdido o contato com as massas porém haviam conservado um “nome”. O comitê executivo, que havia igualmente incluído alguns bolcheviques, convidou os operários a elegerem, imediatamente, os seus deputados. A primeira sessão do Soviete foi fixada para essa mesma noite, no Palácio de Táuride. Abriu-se, com efeito, às 9 horas e ratificou a composição do Executivo, designando ainda representantes oficiais de todos os partidos socialistas. Nisso, porém não consistia a verdadeira significação dessa primeira assembleia dos representantes do proletariado vencedor na capital. Delegados de regimentos sublevados vieram à sessão apresentar as suas felicitações. Neste número havia soldados absolutamente incultos, como que chocados pela insurreição, e que se expressavam ainda com dificuldade. Mas precisamente esses soldados encontraram as palavras que a nenhum tribuno ocorreriam. Foi esta uma das mais patéticas cenas de uma Revolução que acabava de reconhecer a sua força, de assistir ao despertar de massas numerosas, a imensidade de tarefas a executar, de sentir o orgulho dos êxitos obtidos, de experimentar uma alegre emoção ante a ideia de um amanhã que seria mais radioso do que o dia presente. A Revolução ainda não criara seus ritos; as ruas estavam ainda envoltas em fumaça; as massas ainda não sabiam cantar suas novas canções, a sessão decorria em desordem e, com a pujança das águas vernais que transbordam, o Soviete não respirava de tanto entusiasmo. A Revolução já era poderosa porém pueril, em sua ingenuidade.

Nessa primeira sessão, ficou decidido unir a guarnição aos operários num único soviete de deputados, operários e soldados. Quem, em primeiro lugar, propôs esta resolução? Provavelmente partiu de diversos lados, ou, por outra, de todos os lados, como um eco de confraternização de operários e soldados que, naquele dia, decidiram a sorte da Revolução. A partir

do momento em que se constituiu, o Soviete, por intermédio de seu Comitê Executivo, começou a agir como poder governamental. Elege uma comissão provisória para os abastecimentos e para ocupar-se com as necessidades dos rebeldes e da guarnição. Organiza o seu estado-maior revolucionário provisório – tudo naqueles dias tinha caráter provisório – do qual falamos anteriormente. Para arrebatando aos funcionários do antigo regime o poder de dispor das reservas financeiras, o Soviete decidiu que corpos de guardas revolucionários ocupassem imediatamente o Banco do Império, o Tesouro, a Casa da Moeda e os serviços de fabricação de títulos do Estado. Os encargos e as funções do Soviete cresciam dia a dia sob a pressão das massas. A Revolução encontrou o seu centro incontestado. Os operários, os soldados, e, breve, os camponeses, doravante se dirigirão apenas ao Soviete que, aos seus olhos, se transforma na concentração de todas as esperanças e de todos os poderes e na própria encarnação da Revolução. Mas os representantes das classes possuidoras virão buscar também no Soviete, embora rangendo os dentes, proteção, diretivas e soluções para os conflitos.

Entretanto, desde as primeiras horas da vitória, quando o novo poder revolucionário se constituía com rapidez extraordinária e força irresistível, os socialistas que se achavam à frente do Soviete olhavam com inquietação em derredor, procurando um verdadeiro “patrão”. Consideravam muito natural que o poder passasse para a burguesia. Aqui se forma o principal nó político do novo regime: por um lado, o fio conduz à sala do executivo dos operários e soldados; por outro alcança-se o centro dos partidos burgueses.

O Conselho dos decanos da Duma, quando a vitória na capital já era decidida, elegeu às 3 horas um “Comitê provisório dos membros da Duma”, constituído pelo Bloco Progressista, acrescentando-lhes Cheidze e Kerensky. Cheidze recusou, Kerensky vacilava. O nome do comitê indicava, em termos circunspectos, que não se tratava de órgão oficial da Duma do Império, mas que formava apenas, em caráter privado, um órgão particular de consulta dos membros da Duma. Os líderes do Bloco Progressista só meditaram até o fim sobre uma única questão: como escapar às responsabilidades sem ficar maniatado? As atribuições do comitê eram determinadas em termos ambíguos, cuidadosamente escolhidos: “Restabelecimento da ordem e reatamento de relações com as instituições e as

personalidades.” Nenhuma palavra sobre a natureza da ordem que esses senhores pensavam restabelecer, nem sobre as instituições com as quais pretendiam entrar em entendimentos. Não se atreviam ainda a colocar a mão sobre a pele do urso... porque temiam que o animal ainda não estivesse morto, mas apenas gravemente ferido!... Foi somente às 11 horas da noite de 27 de fevereiro, quando, segundo a declaração de Miliukov, “o movimento revolucionário manifestara-se em toda a sua plenitude”, que “o Comitê Provisório decidiu dar um passo à frente e tomar o poder que o governo deixara escapar”. Imperceptivelmente, o comitê dos membros da Duma transformava-se em Comitê da Duma: quando se quer conservar o aspecto jurídico de uma transformação do poder, não há melhor meio do que cometer uma fraude. Miliukov, porém, guardava o silêncio quanto ao principal: os líderes do Comitê Executivo, criado durante o dia, ainda tiveram folga para se apresentarem ao Comitê Provisório e lhe pedirem, insistentemente, que tomasse o poder. Esta pressão amistosa teria suas consequências. Ulteriormente, Miliukov explicou a decisão do Comitê da Duma, declarando que o governo se prepararia para enviar contra os insurretos tropas seguras e que “seriam de temer verdadeiras batalhas, nas ruas da capital”. Na verdade, o governo não dispunha mais de uma única tropa e já estava completamente por terra. Rodzianko escreveu mais tarde que, se a Duma se recusasse a tomar o poder, “seria declarada prisioneira e inteiramente massacrada pelas tropas amotinadas, e que o poder teria passado, imediatamente, para as mãos dos bolcheviques”. Há nisso, é certo, um exagero absurdo inteiramente de acordo com o espírito do honrado camareiro; traduz, sem sombra de erro, o estado de espírito da Duma, a qual considerava como uma violação política sentir-se investida do poder.

Em tais disposições, a solução não poderia ser fácil. As hesitações de Rodzianko eram particularmente movimentadas e perguntava ele aos demais: “O que acontecerá? Será uma revolta, sim ou não?” Um deputado monarquista, Shulgin, respondeu segundo ele próprio nos conta: “Não há nem sombra de rebeldia. Temo o poder, na qualidade de súdito fiel... Se os ministros fugiram, alguém deve substituí-los... Há duas saídas: ou tudo se arranjará e, neste caso, o soberano designará um novo governo e nós lhe devolveremos o poder. Se isso não acontecer, se não tomarmos o poder, este cairá nas mãos de pessoas já escolhidas por uma determinada

canalha das fábricas...” Inútil salientar as grosserias de um *gentleman* reacionário a respeito dos operários: a Revolução pisaria aqueles senhores... A moral é clara: se a monarquia triunfa, estaremos com ela; se a Revolução sair vitoriosa, tratemos de despojá-la.

As consultas foram demoradas. Os líderes democratas, bastante agitados, esperavam uma solução. Enfim, Miliukov saía do gabinete de Rodzianko. Tinha um aspecto solene. Adiantando-se para a delegação do Soviete, declarou: “Há uma decisão, tomarmos o poder...” Em suas memórias, Sukhanov exclama com entusiasmo: “Eu não perguntei o que significava este ‘nós’. Não perguntei nada. Mas segundo a expressão corrente, sentia, em todo meu ser, a nova situação. Sentia que o barco da Revolução, jogado naquelas horas à mercê dos elementos desencadeados, acabava de içar as velas e de encontrar a estabilidade e a regularidade de seus movimentos, na terrível tempestade que o sacudia.” Que termos elegantes para confessar prosaicamente a servilidade da democracia pequeno-burguesa, para com o capitalismo liberal! E que tremendo erro de perspectiva política: a entrega do poder aos liberais não daria nenhuma estabilidade ao barco do Estado, ao contrário, a partir daquela data, transformar-se-ia, para a Revolução, em uma causa de impotência, em caos formidável, de superexcitação das massas e desagregação do *front*, e, em seguida, de uma recrudescência feroz de guerra civil.

Se lançarmos um rápido olhar aos séculos passados, a transferência do poder para a burguesia bem parece ter seguido uma lei definida: em todas as revoluções precedentes, nas barricadas batiam-se os operários, os pequenos artífices, um certo número de estudantes; os soldados tomavam o partido deles; em seguida a burguesia cascuda, que observara prudentemente os combates pelas janelas, recolhia o poder. A Revolução de Fevereiro de 1917 diferia porém das outras revoluções precedentes, pelo caráter social incomparavelmente mais elevado, pelo alto nível político da classe revolucionária, por uma hostil desconfiança dos insurretos em relação à burguesia liberal e, em consequência, pela criação, na própria hora da vitória, do novo órgão de poder revolucionário: um Soviete apoiado na massa armada. Em tais condições, a entrega do poder à burguesia, politicamente isolada e desarmada, exige uma explicação.

Antes de tudo, é necessário considerar de perto as relações das forças que se estabeleceram em consequência da insurreição. A democracia soviética não era forçada pelas circunstâncias objetivas a renunciar ao poder, em benefício da alta burguesia? A própria burguesia assim não o pensava. Sabemos já que, longe de esperar da Revolução o advento ao poder, a burguesia previa na Revolução um perigo de morte para toda a sua situação social. “Os partidos moderados”, escreve Rodzianko, “não só não desejavam a Revolução como simplesmente a temiam. O Partido da Liberdade Popular (Cadete) principalmente, como esquerda dos grupos moderados e, por conseguinte, tendo maior contato com os partidos revolucionários de todo o país, estava, mais do que os outros, apreensivo diante da catástrofe iminente.” A experiência de 1905 lembrava de modo muito convincente aos liberais que uma vitória dos operários e dos camponeses poderia revelar-se não menos perigosa para a burguesia do que para a monarquia. A marcha da insurreição de fevereiro, segundo as aparências, confirma somente esta previsão. Por vagas que fossem, sob muitos aspectos, as ideias políticas das massas revolucionárias, naqueles dias, a linha de separação entre os trabalhadores e a burguesia, fora entretanto irredutivelmente traçada.

Stankevich, professor que mantinha contatos com os círculos liberais, amigo e não inimigo do Bloco Progressista, caracteriza do seguinte modo o estado de espírito daqueles meios liberais, no dia seguinte à insurreição que eles não tinham podido evitar: “Oficialmente, eles triunfavam, exaltavam a Revolução, davam vivas aos combatentes da liberdade, enfeitavam-se com fitas vermelhas e marchavam sob as bandeiras vermelhas... No fundo da alma, porém, e a sós, estavam apavorados, estremeciam, sentiam-se prisioneiros do elemento hostil que se embrenhava por caminhos desconhecidos. Jamais esqueceremos o semblante de Rodzianko, grande proprietário, pesadão, grande personagem, quando com um ar de alta dignidade mas trazendo também no rosto pálido as marcas de um profundo sofrimento e do desespero, atravessava a aglomeração de soldados de camisa aberta e mal vestidos, nos corredores do Palácio de Táuride. Oficialmente proclamava-se que os soldados tinham vindo sustentar a Duma em sua luta contra o governo, mas de fato a Duma deixara de existir desde os primeiros dias. Observava-se, em todos os rostos, a mesma expressão, tanto entre os membros do Comitê Provisório da Duma como entre os que os

cercavam. Segundo diziam, os representantes do Bloco Progressista, de regresso às suas casas, choravam histericamente, de desespero e impotência.”

Este testemunho vivo tem maior valor do que quaisquer outras pesquisas sociológicas a respeito de relações entre forças. Segundo conta o próprio Rodzianko, ele mesmo fremia de indignação inútil ao ver que soldados desconhecidos, “obedecendo a ordens dadas não se sabia por quem”, prendiam os altos dignitários do antigo regime e os conduziam à Duma. O camareiro via-se convertido em carcereiro de homens com quem, certamente, nem sempre estivera de acordo, mas que permaneciam, para ele, pessoas de seu próprio meio. Aterrado com essas medidas “arbitrárias”, Rodzianko chamou ao seu gabinete Sheglovitov, que fora detido; os soldados negaram-se porém a entregar esse dignitário, o qual odiavam. “Quando tentei mostrar autoridade”, escreve Rodzianko, “os soldados cercaram o prisioneiro, apontando-me os fuzis, com um ar provocador e insolente; em seguida Sheglovitov foi levado, sem mais aquela, não sei para onde.” Poderia alguém confirmar de modo mais evidente o que dizia Stankevich sobre o que se propalava a respeito dos regimentos vindos para sustentar a Duma e que acabaram por suprimi-la?

Que o poder, desde as primeiras horas, pertenceu ao Soviete é incontestável, e quem menos podia ter ilusões a este respeito eram os membros da Duma. Shidlovsky, deputado outubrista, um dos líderes do Bloco Progressista, escreve em suas memórias: “O Soviete apoderou-se de todas as repartições de Correios e Telégrafos, de todas as estações ferroviárias de Petrogrado; de todas as impressoras, de modo que, sem permissão, seria impossível expedir um telegrama ou sair de Petrogrado ou mesmo imprimir qualquer manifesto.” Esta característica inequívoca de relação das forças só tem necessidade de ser esclarecida num único ponto de vista: a “ocupação” dos Correios e Telégrafos, das estações ferroviárias, das impressoras, etc., pelo Soviete, significa, somente, que os operários e empregados dessas empresas não se queriam subordinar a nenhuma autoridade, exceto ao Soviete.

A queixa de Shidlovsky é ilustrada admiravelmente por um episódio que se deu no momento em que as negociações a respeito do poder eram das mais animadas, entre os líderes do Soviete e os membros da Duma. A reunião geral foi interrompida por um comunicado urgente, anunciando que Rodzianko era chamado por ligação direta de Pskov, onde

o czar se encontrava após haver peregrinado pelas vias férreas. O onipotente presidente da Duma declarou que não iria sozinho ao Telégrafo. “Que os senhores deputados operários e soldados me concedam uma escolta ou venham comigo; do contrário serei preso, assim que chegar ao Telégrafo... É claro! – acrescentava, animando-se – tendes agora o poder e a força. Podeis naturalmente prender-me... Talvez nos prendereis a todos por mais numerosos que sejamos! Nada podemos prever!” Passou-se isto a 1º de março; haviam decorrido apenas quarenta e oito horas desde que o Comitê Provisório, com Rodzianko à frente, havia “tomado” o poder.

Como, em tais circunstâncias, os liberais se encontraram no poder? Quem e como os habilitava a formar esse governo, saído de uma Revolução que temiam, contra a qual trabalharam, que tentaram esmagar e que as massas, por eles odiadas, realizaram, com tanta resolução e tanta coragem que o Soviete dos operários e soldados, nascido da insurreição, mostrou-se natural e incontestavelmente senhor da situação?

Ouçamos agora o outro lado, o que abandonava o poder. Sukhanov escreve a respeito das jornadas de fevereiro: “O povo não estava de modo algum inclinado para a Duma, pela qual não se interessava, nem pensava em fazer dela – a título político ou técnico – o centro do movimento.” Esta declaração é tanto mais digna de atenção porque o seu autor às primeiras horas empregaria todos os esforços para obter que o poder passasse às mãos do Comitê da Duma do Império. Mais adiante, a respeito das negociações que se realizaram no dia 1º de março, dirá Sukhanov: “Miliukov compreendeu perfeitamente que dependia do Comitê Executivo transmitir ou não o poder a um governo da alta burguesia.” Pode alguém exprimir-se mais categoricamente? Pode ser mais clara uma situação política? E, no entanto, Sukhanov, em flagrante contradição com a situação e consigo próprio, declara logo após: “O poder que acaba de substituir o czarismo só pode ser burguês... É nesse sentido que nos devemos orientar. De outra forma, a insurreição fracassaria e a Revolução se perderia.” A Revolução perdida por falta de um Rodzianko!

O problema da relação viva de forças sociais é substituído por um esquema concebido *a priori* e numa terminologia convencional. Aqui, precisamente, encontramos a quintessência do doutrinamento dos intelectuais. E veremos, mais adiante, que este doutrinamento nada tinha de

platônico: cumpria uma função política perfeitamente realista, apesar de trazer os olhos vendados.

Não foi por acaso que citamos Sukhanov. Naquele primeiro período o inspirador do Comitê Executivo era não o seu presidente, Cheidze, provinciano honesto e limitado, porém Sukhanov, de um modo geral o homem menos indicado para dirigir uma Revolução. Semipopulista, semimarxista, mais observador consciencioso do que homem político, mais jornalista do que revolucionário, mais discutidor do que jornalista, só era capaz de se ater a uma concepção revolucionária até o momento em que essa concepção devia ser posta em ação. Internacionalista passivo durante a guerra, decidiu, desde os primeiros dias da Revolução, que se deveria, logo que possível, transferir o poder e a guerra para a burguesia. Como teórico, era superior aos demais membros do Comitê Executivo de então, quando não por sua capacidade de unir os extremos opostos, pelo menos pela necessidade de o fazer. Sua principal força consistia, porém, em poder traduzir, numa linguagem doutrinária, os traços característicos daquela confraria composta de pessoas de várias cores mas homogênea: falta de confiança em suas próprias forças, medo das massas, atitude arrogante e porém respeitosa em relação à burguesia. Dizia Lenine que Sukhanov era um dos melhores representantes da pequena burguesia. E é isto o maior elogio que se lhe pode fazer.

Não nos devemos esquecer de que se trata aqui de pequena burguesia de novo tipo, capitalista, empregados de indústrias, de casas comerciais, de bancos; de um lado funcionários da capital e do outro a burocracia proletária, isto é, uma *nova terceira casta* em nome da qual o conhecido social-democrata alemão Edward Bernstein, em fins do século passado, empreendera fazer uma revisão da concepção revolucionária de Marx. Para explicar de que modo a Revolução operária e camponesa cedeu o poder à burguesia, deve-se acrescentar um elo intermediário na sequência dos fatos políticos: os pequeno-burgueses democratas e socialistas, gênero Sukhanov, os jornalistas e os políticos da nova terceira casta, que apontavam às massas a burguesia como o inimigo. A contradição entre o caráter da Revolução e o do governo nascido dela explica-se pelo caráter contraditório do novo meio pequeno-burguês que se colocou entre as massas revolucionárias e a burguesia capitalista. No decorrer dos acontecimentos ulteriores da

Revolução, o papel político dessa democracia pequeno-burguesa de novo tipo nos será inteiramente desvendado. Limitemo-nos inicialmente a dizer apenas algumas palavras.

Numa insurreição é a minoria da classe revolucionária que intervém diretamente e encontra a sua força no apoio ou, pelo menos, nas simpatias da maioria. A minoria, ativa e combativa, sob o fogo do inimigo, põe em evidência, inevitavelmente, seus elementos mais revolucionários e mais abnegados. É natural que os operários bolcheviques tenham, nos combates de fevereiro, ocupado os postos mais avançados. A situação porém mudou com a vitória, quando ela começou a encontrar a sua estabilidade política. Nas eleições para a formação dos órgãos e das instituições da Revolução vitoriosa, foram convocadas e afluíram massas infinitamente mais numerosas do que as que combateram com armas nas mãos. Isto se refere não somente às instituições da democracia tais como as Dumas municipais, os *zemstvos* ou, mais tarde, a Assembleia Constituinte, como também aos órgãos de classe tais como os soviets de deputados operários. A maioria esmagadora dos operários mencheviques, socialistas revolucionários e sem partido político, sustentaram os bolcheviques no momento em que a luta contra o tzarismo se transformou em luta corpo a corpo. Havia, entretanto, apenas uma minoria de operários que compreendia aquilo em que os bolcheviques se distinguiam dos demais partidos socialistas. Todos os operários traçavam, é verdade, uma linha divisória bem nítida entre si e a burguesia. Foi isso que determinou a situação política ulterior à vitória da Revolução. Os operários elegiam os socialistas, isto é, os que estavam não somente contra a monarquia como também contra a burguesia. Não faziam quase distinção entre os três partidos socialistas. Porém, como os mencheviques e os socialistas revolucionários contavam com quadros de intelectuais incomparavelmente maiores, que afluíam para eles de todos os lados, obtiveram logo de início uma formidável reserva de agitadores e as eleições, mesmo nas fábricas e nas usinas, deram-lhes uma formidável preponderância. No mesmo sentido, porém, com uma força ainda mais incalculável, seguia a pressão do Exército despertado. No quinto dia da insurreição a guarnição de Petrogrado seguiu os operários. Depois da vitória viu-se chamada às eleições de soviets. Os soldados deram o seu voto e a sua confiança aos que se pronunciavam pela Revolução, contra o corpo de

oficiais monarquistas, e souberam dizê-lo em voz alta: esses últimos eram alistados voluntários, escrivães do Exército, oficiais de saúde, jovens oficiais de tempo de guerra recrutados entre os intelectuais, pequenos empregados da administração militar, isto é, a camada inferior do “novo terceiro estado”. A partir do mês de março quase todos se inscreveram no Partido Socialista Revolucionário que, pela inconsistência do pensamento, correspondia melhor à situação social intermediária e à insuficiência política dos mesmos. Os representantes da guarnição mostraram-se por conseguinte muito mais moderados e mais burgueses do que a própria massa dos soldados. Contudo, esta última não compreendia a diferença que não se revelaria senão depois de vários meses de experiência. Por outro lado, os operários desejavam estreitar, o mais possível, a sua união com os soldados, a fim de poderem consolidar uma aliança conseguida a preço de sangue e também com o intuito de melhor armar a Revolução. Como, em nome do Exército, falavam os socialistas revolucionários da última fornada, a autoridade desse partido e a de seus aliados, os mencheviques, não poderia senão crescer aos olhos dos operários. Foi assim que, nos soviets, se revelou a predominância destes dois partidos conciliadores. Basta dizer que, no Soviete do bairro de Vyborg, o papel dirigente pertenceu, desde o início, aos operários mencheviques. Neste período o bolchevismo ainda fervia apenas nas profundezas da Revolução. Mesmo no seio do Soviete de Petrogrado, os oficiais do bolchevismo eram representados por uma insignificante minoria, que aliás não compreendia bem a sua tarefa.

Foi assim que se estabeleceu o paradoxo da Revolução de Fevereiro. O poder está em mãos dos socialistas democratas. Eles não o conseguiram por acaso, por um golpe à Blanqui; não, o poder lhes foi francamente entregue pelas massas populares vitoriosas. Aquelas massas que não só recusam sua confiança e seu apoio à burguesia como não conseguem distingui-la da nobreza ou da democracia. Põem suas armas exclusivamente à disposição do Soviete. Ora, a única preocupação dos socialistas, tão facilmente elevados à direção dos soviets, era saber se a burguesia, politicamente isolada, odiada pelas massas, inteiramente hostil à Revolução, consentiria em receber poder de suas mãos. Seu consentimento deveria ser conseguido a qualquer preço. Como, porém, a burguesia não pode renunciar ao seu programa, cumpramos a nós, “socialistas”, desistir do nosso; cumpramos a respeito da

monarquia, da guerra, da questão agrária, com a condição única de que a burguesia aceite a oferta do poder. Entregando-se a esta manobra, os “socialistas”, como que zombando de si mesmos, continuavam a designar a burguesia apenas como inimigo de classe. É com um cerimonial quase religioso que se celebrava um ato de provocação sacrílega! Uma luta de classes levada até as últimas consequências visa a conquista do poder. A faculdade essencial de uma Revolução é, justamente, levar a luta de classe até o fim. Uma Revolução é, precisamente, uma luta direta pela conquista do poder. Mas os nossos “socialistas” não procuravam arrancar o poder ao inimigo de classes (conforme diziam), o qual entretanto não o possuía e não poderia arrebatar-lo por seus próprios recursos; procuravam antes entregar-lhes o poder a qualquer preço. Não é isso um paradoxo? E pareceu tanto mais impressionante porque a experiência da Revolução alemã de 1918 ainda não se realizara e a humanidade ainda não testemunhara a prodigiosa operação do mesmo gênero, muito mais bem sucedida, realizada pelo “Novo Terceiro Estado” que dirige a social-democracia alemã.

Como os conciliadores explicavam a sua conduta? Apresentaram, a princípio, um argumento doutrinário: uma vez que a Revolução é burguesa, os socialistas não se devem comprometer tomando o poder; que a burguesia responda por si mesma! Era um tom bastante intransigente. Na realidade, porém, a pequeno-burguesia mascarava, sob aparência de intransigência, a sua bajulação à força da riqueza, da instrução e do censo. Os pequeno-burgueses reconheciam à alta burguesia uma espécie de direito primordial de assumir o poder, direito este independente da relação de forças. Era mais ou menos, no íntimo, o gesto instintivo do pequeno comerciante ou do modesto professor que, numa estação ferroviária ou num teatro, afasta-se para deixar Rothschild passar. Os argumentos dos doutrinários serviam apenas de compensação à consciência que tinham da própria nulidade. Dois meses mais tarde, assim que se tornou evidente que a burguesia por si mesma não conseguiria reter o poder que lhe fora cedido, os conciliadores abandonaram, sem titubear, os seus preconceitos “socialistas” e tomaram parte na formação de um ministério de coligação. Não com a intenção de expulsar a burguesia, mas, ao contrário, para salvá-la. Não contra a vontade da burguesia, mas a seu convite, que tinha um tom de ordem: a burguesia ameaçava os democratas de deixar cair o poder sobre eles, em caso de recusa.

O segundo argumento invocado para declinar do poder era, aparentemente, de ordem prática, sem ter fundamento mais sério. Sukhanov, que já conhecemos, alegava sobretudo a “dispersão” da Rússia democrática: “Nas mãos da democracia não se encontravam quaisquer organizações que aparentassem solidez e influência, nem tampouco partidos, sindicatos ou municipalidades.” Esta afirmação tem um laivo de zombarial. Nem uma palavra foi pronunciada a respeito dos soviets de deputados, operários e soldados por um socialista que falava em nome dos soviets. Entretanto, graças à experiência de 1905, os soviets pareciam brotar do solo e tornavam-se imediatamente muito mais poderosos do que todas as outras organizações que tentaram, mais tarde, rivalizar com eles (municipalidades, cooperativas, e, parcialmente, também os sindicatos). Quanto à classe camponesa, força dispersa pelas próprias contingências, estava, em consequência da guerra e da Revolução, mais organizada do que nunca: a guerra agrupara os camponeses no Exército e a Revolução dera ao Exército um caráter político! Havia nada menos do que oito milhões de camponeses agrupados em companhias e esquadrões, os quais constituíram imediatamente suas delegações revolucionárias, por intermédio das quais, a qualquer momento, a um simples chamado telefônico, poderiam levantar-se. Isto se parece com uma “dispersão”?

Pode-se asseverar que, no momento em que se decidia a questão do poder, a democracia não sabia ainda qual seria a atitude do Exército no *front*. Não formularemos a questão de saber se havia ou não motivo de temer ou de esperar que os soldados do *front*, esgotados pela guerra, desejassem apoiar a burguesia imperialista. Basta verificar que essa questão foi plenamente resolvida nos dois ou três primeiros dias durante os quais os conciliadores prepararam, nos bastidores, o governo burguês. “A 3 de março a Revolução era um fato consumado”, declara Sukhanov. Apesar da adesão de todo o Exército ao Soviete, os seus líderes recusavam, categoricamente, aceitar o poder: quanto mais o poder se concentrava em suas mãos mais o temiam.

Mas por quê? Por que razão os democratas, os “socialistas”, que se apoiavam diretamente em massas humanas tais como jamais na História outra democracia viu atrás de si, e ainda por cima massas profundamente experimentadas, disciplinadas, armadas, organizadas em soviets – como

aconteceu, pois, que essa democracia poderosa, inquebrantável, segundo parecia, pudesse temer a tomada do poder? Esse enigma, à primeira vista sutil, explica-se pelo fato de que a democracia não confiava em sua própria base, temia as massas, duvidava da solidez da confiança que as massas lhe testemunhavam e, sobretudo, receava a “anarquia”, isto é, temia, após a ascensão ao poder, tornar-se, no exercício da autoridade, o joguete daquilo que se chama os elementos desencadeados. Em outros termos: a democracia sentia-se, não chamada para assumir o comando do povo no momento da maré alta revolucionária, mas designada como a ala esquerda da ordem burguesa, espécie de antena desta última e, estendida, em direção às massas. Dizia-se e julgava-se mesmo socialista para mascarar, não somente às massas como aos seus próprios olhos, o seu verdadeiro papel; se não estivesse a tal ponto embevecida consigo mesma não teria podido representar esse papel. Assim se explica o paradoxo fundamental da Revolução de Fevereiro.

Cheidze, Steklov, Sukhanov e outros delegados do Comitê Executivo, na noite de 19 de março, apresentaram-se à sessão do Comitê da Duma para discutir sob que condições os soviets poderiam apoiar o novo governo. O programa dos democratas passava completamente em silêncio sobre os problemas da guerra, da proclamação da República, da repartição das terras, do dia de oito horas, e não chegava senão a uma única reivindicação: liberdade de agitação aos partidos da esquerda. Belo exemplo de desinteresse pelos povos e os séculos: socialistas que tinham em mãos a totalidade do poder e dos quais dependia inteiramente permitir ou recusar aos outros a liberdade de agitação, cediam esse poder aos “inimigos de classe” sob a condição de que estes lhes promettessem... a liberdade de agitação! Rodzianko não ousava dirigir-se sozinho ao telégrafo e dizia a Cheidze e Sukhanov. “Tendes o poder, podeis nos mandar prender a todos”, ao que Cheidze e Sukhanov respondiam: “Assumi o poder mas não nos prendais por feitos de propaganda!” Se nos aprofundarmos nos entendimentos dos conciliadores com os liberais e, em geral, em todos os episódios das mútuas relações entre a ala esquerda e a ala direita do Palácio de Táuride, naqueles dias, dir-se-ia que um grupo de atores provincianos, aproveitando um recanto livre do gigantesco palco onde se desenrolava um drama popular histórico, durante um intervalo representava uma trivial comédia de máscaras.

Os líderes da burguesia, façamo-lhes justiça, não esperavam semelhante coisa. Sem dúvida teriam receado menos a Revolução se soubessem

que os seus dirigentes adotariam tal política. A bem dizer, mesmo neste caso, cometeriam um erro de cálculo mas, desde então, de comum acordo com os últimos. Temendo que a burguesia não aceitasse o poder, mesmo nas condições propostas, Sukhanov apresentou um ultimato ameaçador: “Somente nós poderemos reprimir os elementos desencadeados, mais ninguém... Não há outra saída: aceitar as nossas cláusulas.” Em outras palavras: “Aceitar um programa que é também o vosso. Prometemos, em compensação, reprimir as massas que nos deram o poder.” Pobres domadores dos elementos!

Miliukov estava surpreso. Sukhanov escreve: “Não pensava em esconder a sua satisfação nem a sua agradável surpresa.” Quando, porém, para dar às suas palavras maior peso, os delegados dos soviets declararam que as suas condições eram “definitivas”, Miliukov tornou-se sentimental e os encorajou com a seguinte frase: “Sim, eu vos compreendi e em seguida refleti muito sobre o progresso do nosso movimento operário, a partir de 1905...” Foi com o mesmo tom de bonomia que os crocodilos da diplomacia de Hohenzollern conversavam em Brest-Litovsk com os delegados da Rada Ucraniana e prestavam homenagem à maturidade daqueles homens de Estado, antes de devorá-los. Se a democracia soviética não pôde ser tragada pela burguesia, não foi por mérito de Sukhanov nem por culpa de Miliukov. A burguesia recebeu o poder à revelia do povo. Ela não contava com qualquer apoio das classes laboriosas. Com o poder, porém, obteve, em segunda mão, algo parecido com um apoio: os mencheviques e os socialistas revolucionários levantados pela massa expediram espontaneamente um voto de confiança à burguesia. Se considerarmos esta manobra do ponto de vista oblíquo de uma democracia formal, teremos um quadro de eleições indiretas em duas instâncias, nas quais os mencheviques e os socialistas revolucionários desempenhariam o papel técnico de intermediários, isto é, de eleitores cadetes. Se considerarmos a questão do ponto de vista político, podemos dizer que os conciliadores traíram a confiança das massas ao chamar ao poder aqueles contra os quais eles próprios tinham sido eleitos: finalmente, do ponto de vista social mais profundo, fica assim estabelecida a questão: os partidos pequeno-burgueses que, nas condições da vida cotidiana, se mostraram extraordinariamente pretensivos e satisfeitos consigo mesmos sentiram-se, logo que a Revolução os elevou às culminâncias do poder, angustiados com a própria insuficiência e apressaram-

-se a passar o leme aos representantes do capital. Naquele gesto de fraqueza revelava-se, de súbito, a tremenda inconsciência do novo Terceiro Estado e sua humilhante dependência da alta burguesia. Ao compreender ou ao pressentir apenas que seriam incapazes de conservar o poder durante muito tempo e que seriam forçados a cedê-lo em breve, à direita ou à esquerda, concluíram os democratas que seria preferível abandoná-lo imediatamente a sólidos liberais a entregá-lo, no dia seguinte, aos representantes extremistas do proletariado. E assim fica elucidado o papel dos conciliadores qualquer que seja o seu ambiente social, o que não deixa de ser uma traição para com as massas.

Ao depositar a sua confiança nos socialistas, os operários e os soldados encontraram-se, de modo imprevisto, politicamente expropriados. Ficaram perplexos e alarmados, porém não encontraram mais uma saída imediata. Os representantes que elegeram deixaram-nos estupefatos com os argumentos contra os quais eles tiveram resposta pronta e que contradiziam todos os seus sentimentos e intenções. As tendências revolucionárias das massas já não correspondiam, por ocasião da insurreição de fevereiro, às tendências conciliadoras dos partidos pequeno-burgueses. O proletário e o camponês votavam no menchevique e no socialista revolucionário não pelo fato de serem conciliadores, mas sim porque eram inimigos do czar, do proprietário e do capitalista. Ao elegê-los, porém, levantaram uma separação entre eles próprios e os seus objetivos. Já não poderiam mais avançar sem esbarrar na parede que haviam levantado, sem derrubá-la. Tal foi surpreendente *quid pro quo* nas relações de classes que a Revolução de Fevereiro revelou.

Ao paradoxo fundamental acrescentou-se imediatamente um outro. Os liberais aceitavam o poder das mãos dos socialistas, mas na condição de a monarquia aceitar o poder da própria mão dos liberais. Enquanto Guchkov e o monarquista Shulgin, que o leitor já conhece, dirigiam-se a Pskov, para tentar salvar a dinastia, entre os dois comitês instalados no Palácio de Táuride este problema da monarquia constitucional transformara-se no ponto central das negociações. Miliukov esforçava-se por demonstrar aos democratas que lhe ofereciam o poder nas palmas das mãos que os Romanovs não constituíam mais um perigo para o país; que, certamente, o czar deveria ser eliminado, mas que o tzarevich Alexei, permanecendo sob a

regência de Mikhail, poderia assegurar a prosperidade do país: “Um é uma criança doente; o outro, um imbecil.” Acrescentemos a isso o conceito que Shilovsky, monarquista liberal, fazia do tzar-candidato. “Mikhail Alexandrovich evitava cuidadosamente imiscuir-se em qualquer negócio de Estado e consagrava-se inteiramente ao hipismo.” Quando Luís XVI fugiu para Varennes, Danton declarou abertamente, no Clube dos Jacobinos, que um homem de espírito fraco não poderia ser rei. Os liberais russos acreditavam, ao contrário, que um monarca de espírito fraco seria o mais belo ornamento do regime constitucional. Aliás era um argumento espontâneo, calculado sobre a psicologia dos tolos da esquerda, e ainda muito grosseiro para eles. Sugeria-se, nas altas camadas da burguesia liberal, que Mikhail Alexandrovich era “anglômano” mas não precisavam se a sua anglomania se referia às corridas de cavalos ou ao parlamentarismo. O essencial era ter um “símbolo familiar do poder”, sem o qual o povo imaginaria que o poder não existia mais.

Ouviriam os democratas, admirariam polidamente, e aconselhariam que se proclamasse a República? Não. Aconselhavam apenas que se não antecipasse a solução. O artigo 3º das estipulações do Comitê Executivo era explícito: “O Governo Provisório não deve de modo algum tomar iniciativas que predeterminem a futura forma de governo.” Miliukov formulava a questão da monarquia como um ultimato. Os democratas estavam desesperados. As massas, então, vieram em seu socorro. Nos *meetings* do Palácio de Táuride ninguém, absolutamente ninguém, nem operários, nem soldados, desejava um tzar e não havia meios de impor-lhes um tzar. Miliukov tentou, não obstante, subir a corrente e passar por cima das cabeças dos aliados, esquerdistas, a fim de salvar o trono e a dinastia. Ele próprio conta, circunspectamente, na sua história da Revolução, que na noite de 2 de março a agitação causada por seu comunicado sobre a regência de Mikhail “aumentara consideravelmente”. Rodzianko pinta em cores muito mais vivas o efeito que as manobras monarquistas liberais produziram nas massas. Assim que voltou de Pskov, trazendo o ato de abdicação de Nicolau em favor de Mikhail Guchkov, a pedido dos ferroviários, dirigiu-se às oficinas da via férrea e descreveu o que se passara; leu em público o documento e terminou exclamando: “Viva o imperador Mikhail!” O resultado foi inesperado. Segundo Rodzianko, o orador foi imediatamente

detido pelos operários que o ameaçaram de fuzilamento. “Foi com grande dificuldade que conseguiram libertá-lo, com o auxílio de uma companhia que estava de guarda num regimento das vizinhanças.” Rodzianko, como habitualmente, exagera alguns pontos; quanto ao essencial, porém, os fatos foram exatamente reproduzidos. O país vomitara tão radicalmente a monarquia que, de modo algum, o povo poderia novamente engoli-la. As massas revolucionárias nem sequer admitiam a ideia de um novo czar!

Diante de tais circunstâncias, os membros do Comitê Provisório afastaram-se um após outro de Mikhail, não definitivamente porém, “enquanto esperavam a Assembleia Constituinte”. Iriam ver. Somente Miliukov e Guchkov sustentaram a monarquia até o fim e continuaram a impor aquela condição *sine qua non* de sua participação no gabinete ministerial. Que fazer? Julgavam os democratas que sem Miliukov era impossível formar um governo burguês e sem governo burguês não poderiam salvar a Revolução. As recriminações e as conferências eram intermináveis. Na sua sessão da manhã do dia 3 de março, o Comitê Provisório parecia estar de acordo sobre a necessidade de “induzir o grão-duque a abdicar...”. Mikhail já era então considerado como o czar! Nekrasov, cadete de esquerda, tinha até mesmo um texto de abdicação já preparado. Como Miliukov persistia em não ceder, encontrou-se enfim, após apaixonados debates, esta fórmula: “Os dois partidos apresentariam ao grão-duque os seus pareceres, exporiam os seus motivos e, sem levar muito longe a discussão, submetendo-se à decisão do grão-duque.” Foi assim que esse homem “perfeito imbecil” a quem o irmão mais velho, deposto pela Revolução, intentara transmitir o trono, contrariamente às leis da sucessão dinástica, surgiu como o árbitro na questão da forma de governo que conviesse a uma nação revolucionária. Esses debates sobre a sorte do Estado, por inverossímil que pareça, tiveram lugar. Para que o grão-duque transferisse o seu interesse das cavalarias para o trono, assegurou-lhe Miliukov que havia possibilidade de reunir, fora de Petrogrado, forças militares capazes de defender os seus direitos. Em outras palavras: Miliukov, logo que recebeu o poder das mãos dos socialistas, preparou um golpe de estado monárquico. Terminados os discursos, pró e contra, e que não foram poucos, o grão-duque pediu tempo para refletir. Convidou Rodzianko a passar a uma sala vizinha e fez-lhe, abruptamente, esta pergunta: “Poderão os novos dirigentes garantir-me tanto a co-

roa como a cabeça?” O incomparável camareiro respondeu que só poderia prometer morrer com ele, se fosse necessário. Isso não convinha de modo algum ao pretendente. Depois de abraçar Rodzianko, Mikhail Romanov voltou-se para os deputados que o esperavam e declarou “com firmeza” que renunciava à alta, porém perigosa função que lhe era oferecida. Kerensky que, nessas conversações, personificava a consciência da democracia, pulou da cadeira e exclamou: “Vossa Alteza é um coração magnânimo!” Em seguida jurou proclamá-lo por toda parte. “A ênfase de Kerensky”, observa secamente Miliukov, “harmonizava-se mal com a prosaica decisão adotada.” Só podemos concordar com esta observação. Realmente o texto deste *intermezzo* não se prestava às declamações enfáticas. A comparação que anteriormente fizemos, com uma comédia representada num canto de arena antiga, pode ser completada com a explicação seguinte: a cena se encontrou cortada em duas partes; de um lado vemos os revolucionários suplicando aos liberais que salvassem a Revolução; do outro os liberais suplicavam à monarquia que salvasse o liberalismo.

Os representantes do Comitê Executivo admiraram-se extraordinariamente ao ver que um homem tão esclarecido e perspicaz como Miliukov se mostrasse recalcitrante e se obstinasse por uma monarquia qualquer e estivesse mesmo pronto a desistir do poder caso não lhe fizessem presente de um Romanov. O monarquismo de Miliukov não era, porém, de um doutrinário nem de um romântico; era, pelo contrário, o fruto de um cálculo explícito dos proprietários apavorados. A sua irremediável debilidade revelava-se exatamente em seu cinismo. O historiador Miliukov poderia alegar que um dos líderes da burguesia revolucionária francesa, Mirabeau, tentara igualmente recompor a Revolução com o rei. Naquela época também o motivo dessa tentativa eram os temores dos proprietários acerca das suas propriedades: seria mais prudente colocá-las sob a proteção da monarquia, assim como a monarquia estava sob a proteção da Igreja. Em 1789, porém, a tradição do poder real na França era ainda reconhecida pelo povo e, além disso, toda a Europa, em derredor, era monárquica. Apoiando o rei, a burguesia francesa não se divorciara do povo apesar de tirar proveito dos preconceitos monárquicos deste último contra ele. Em 1917, a situação na Rússia era muito diferente. Fazendo-se abstração das catástrofes e dos prejuízos sofridos pelo regime monárquico em diversos países, podemos dizer

que a monarquia russa fora, em 1905, irremediavelmente abalada. O padre Gapon, após os acontecimentos do dia 9 de janeiro, lançara o anátema sobre o tzar e a “sua raça de víboras”. O Soviete dos deputados operários, organizado em 1905, permanecia abertamente em terreno republicano. O sentimento monarquista da classe camponesa, com o qual o tzarismo contara durante muito tempo e que a burguesia alegara, para encobrir o seu monarquismo, já não existia então. A contrarrevolução armada que, mais tarde, se manifestou, começando pela aventura de Kornilov, repudiava, se bem que hipocritamente, porém de maneira mais significativa, o poder tzarista. Quão pouco arraigado estava o sentimento monarquista do povo! Entretanto, essa Revolução que, em 1905, golpeara mortalmente a monarquia, solapara ao mesmo tempo as incertas tendências republicanas da burguesia “avançada”. Foi em contradição um com o outro que se desenvolveram estes dois *processus* complementares. Desde as primeiras horas da Revolução de Fevereiro a burguesia, sentindo que naufragava, agarrava-se a uma palha. Sentia necessidade da monarquia, não porque comungasse com o povo mas, ao contrário, porque às crenças populares só lhe era possível opor um fantasma coroado. As classes “instruídas” da Rússia avançaram no terreno revolucionário não como prenunciadores de um Estado racional, mas como defensores das instituições medievais. Como não encontrassem nem no povo nem em si mesmas um ponto de apoio, procuraram-no acima delas. Arquimedes pretendia levantar a Terra, desde que lhe dessem um ponto de apoio. Miliukov, contrariamente, procurava um ponto de apoio para impedir que a grande propriedade se desorganizasse. Por esse lado, aproximavam-se mais dos generais decrépitos do tzar e dos altos dignitários da Igreja Ortodoxa do que dos democratas domados que apenas se preocupavam com a benevolência dos liberais. Incapaz de fazer a Revolução soçobrar, Miliukov adotou tenazmente o partido de ludibriá-la. Estava pronto a tolerar muita coisa: liberdades cívicas para os soldados, municipalidades democráticas, assembleia constituinte, contanto, porém, que lhe deixassem o seu ponto de apoio de Arquimedes: em espécie, a monarquia. Desejava fazer da monarquia, pouco a pouco, o eixo em torno do qual se agrupariam os corpos de oficiais-generais, a burocracia renovada, os príncipes da Igreja, os proprietários, todos os descontentes da Revolução e, a começar por um “símbolo”, à medida que as massas se

mostrassem cansadas da Revolução, criaria, pouco a pouco, um verdadeiro freio monárquico. Era necessário ganhar tempo! Nabokov, outro líder do Partido Cadete, explicou mais tarde qual a vantagem principal se Mikhail aceitasse o trono: “Poder-se-ia deixar de lado a questão fatal da convocação de uma Assembleia Constituinte em tempo de guerra.” Devemos reter essas palavras: a luta pelo adiamento sucessivo da Assembleia Constituinte ocupou um lugar muito importante durante o período decorrido entre fevereiro e outubro; nesta luta os cadetes prosseguiram obstinadamente a política de escamoteamento, se bem que negando categoricamente que tivessem a ideia de demorar por muito tempo a convocação dos representantes do povo. Agindo desta maneira, só poderiam encontrar apoio em si mesmos: não lhes foi dado, no final das contas, abrigarem-se por detrás da monarquia. Após a deserção de Mikhail, Miliukov não pôde nem mesmo agarrar-se a um fio de palha.

.....

Capítulo X

O NOVO PODER

DIVORCIADA DO POVO, muito mais ligada ao capital financeiro estrangeiro do que às massas trabalhadoras de seu próprio país, hostil à Revolução que conseguira a vitória, a burguesia russa, entrando tardiamente em cena, não poderia encontrar por si própria motivo algum que justificasse as suas pretensões ao poder. Era entretanto indispensável uma base que as justificasse, porquanto a Revolução submete a um controle impiedoso, não somente os direitos herdados, como também as novas pretensões. Rodzianko, presidente do Comitê Provisório, já desde os primeiros dias após a insurreição, posto à frente do país convulsionado, era a pessoa menos apta para oferecer argumentos suscetíveis de convencer as massas.

Pajem do palácio no tempo de Alexandre II, oficial de um regimento de cavalaria da Guarda, marechal da nobreza na província, camareiro de Nicolau II, monarquista inveterado, rico proprietário de terras e administrador de latifúndios, membro do Partido Outubrista, deputado à Duma do Império, foi Rodzianko, em seguida, eleito presidente da Duma. Isso ocorreu após haver Guchkov, “jovem-turco” odiado pela corte, desistido de seus plenos poderes. A Duma, por intermédio do camareiro, esperava encontrar mais facilmente um lugar no coração do monarca. Rodzianko fez o que pôde: ga-

rantiu sem hipocrisia, ao tzar, o seu devotamento à dinastia, implorou como uma esmola ser apresentado ao herdeiro e gabou-se, em presença deste último, de ser “o homem mais gordo e maior de toda a Rússia”. Apesar dessas palhaçadas bizantinas, o camareiro não conseguiu conquistar o tzar ao outorgamento de uma constituição, e a tzarina, em suas cartas, chamava-o laconicamente de canalha. Durante a guerra, o presidente da Duma proporcionou indubitavelmente ao tzar momentos bem desagradáveis, levando-o à parede em audiências particulares, com admoestações confusas, críticas patrióticas e profecias de mau agouro. Rasputin considerava Rodzianko como seu inimigo pessoal. Kurloy, um dos próximos do bando do palácio, falava da “insolência natural de Rodzianko, acompanhada de espírito incontestavelmente limitado”. Witte referia-se ao presidente da Duma com maior indulgência, porém não mais favoravelmente: “Um homem que não é tolo, bastante perspicaz; entretanto, a principal qualidade de Rodzianko não se encontra no seu espírito mas na sua voz – um excelente baixo.” Rodzianko tentou a princípio vencer a Revolução com mangueiras contra incêndios; chorou quando recebeu a notícia de que o governo de Golytsin abandonara o seu posto; recusou, horrorizado, o poder que lhe ofereciam os socialistas; aceitou-o em seguida, como súdito fiel, a fim de poder na primeira oportunidade restituir ao monarca o objeto perdido. Não foi por sua culpa que a ocasião não se apresentou. Em compensação, a Revolução, graças ao auxílio dos próprios socialistas, proporcionou ao camareiro a grande oportunidade de ostentar a sua retumbante voz de baixo, diante dos regimentos sublevados. A 27 de fevereiro, o chefe do esquadrão da Guarda, Rodzianko, declarava a um regimento de cavalaria da Guarda, que se apresentara ao Palácio de Táuride: “Guerreiros ortodoxos, ouvi meus conselhos. Sou um velho; não tentarei iludir-vos; atendei aos oficiais, nada vos ensinarão de mal e tudo decidirão de pleno acordo com a Duma do Império. Viva a santa Rússia!” Todos os oficiais da Guarda estavam prontos a aceitar semelhante Revolução. Os soldados, porém, estavam surpresos: por que, então, seria necessário fazê-la? Rodzianko temia os soldados, temia os operários, considerava Cheidze e diversos outros homens de esquerda como agentes da Alemanha e, colocado à frente da Revolução, olhava a todo o momento em redor de si, esperando que o soviete o fosse prender.

A personagem de Rodzianko é um pouco ridícula, mas não fortuita: o camareiro de excelente voz de baixo encarnava a aliança de duas

classes dirigentes da Rússia – os proprietários nobres e a burguesia – às quais se juntava o clero progressista: Rodzianko era muito devoto e conhecia admiravelmente os hinos litúrgicos, ao tempo em que os burgueses liberais, pondo de lado a sua opinião sobre ortodoxia, julgavam que, para a conservação da ordem, seria necessário tanto uma aliança com a Igreja como com a monarquia.

O honrado monarquista que recebera o poder dos conspiradores, dos amotinados e dos tiranicidas, apresentava, naqueles dias, um aspecto deplorável. Os demais membros do Comitê não se sentiam melhor. Alguns dentre eles evitavam aparecer no Palácio de Táuride, julgando que a situação ainda não estivesse bem definida. Os mais prudentes andavam em pontas de pés, em volta da fogueira da Revolução, tossiam devido à fumaça e diziam: “Deixemos que acabe de arder e tentaremos então preparar um assado.” Consentindo em aceitar o poder, o Comitê não se decidiu imediatamente a constituir um Ministério. “Esperando o momento de formar um governo”, conforme se exprime Miliukov, “o Comitê limitou-se a designar comissários, dentre os membros da Duma, para as mais altas instituições governamentais: deixava-se assim a possibilidade para a retirada.”

Para o Ministério do Interior, foi designado Karaulov, deputado insignificante, mas talvez menos poltrão do que os outros, e que promulgou, a 1º de março, um decreto de prisão que atingia todos os funcionários da polícia pública ou secreta, e os do corpo da polícia militar. Este terrível gesto revolucionário tinha caráter puramente platônico, uma vez que a polícia havia sido aprisionada pelos rebeldes, antes de qualquer ordem, e porque a prisão, para ela, representava o único asilo contra as represálias. Muito mais tarde, a reação considerou o ato de Karaulov como o início de todas as calamidades.

Para comandante da praça de Petrogrado, designou-se o coronel Engelhardt, oficial de um regimento da Guarda, proprietário de coudelarias de cavalos de corridas e grande senhor de terras. Em vez de deter o ditador Ivanov, chegado do *front* para apaziguar a capital, Engelhardt enviou ao seu encontro um oficial reacionário que ficou à sua disposição, como chefe de estado-maior; no final das contas, eram todos da mesma laia.

Para o Ministério da Justiça foi enviado um astro do corpo de advogados liberais de Moscou, o eloquente e vazio Maklakov, o qual se

apressou em dar a entender aos burocratas reacionários que não desejava ser ministro pelo favor da Revolução e, “lançando um olhar de revés para um camarada expedicionário que entrava”, disse em francês: “o perigo está à esquerda”.

Os operários e soldados não tinham necessidade de compreender francês para pressentir em todos esses senhores os seus piores inimigos.

Não foi por muito tempo, entretanto, que Rodzianko, à frente do Comitê, fez seu tumulto. Sua candidatura à presidência do governo revolucionário caiu por si mesma: o intermediário entre os proprietários e a monarquia estava evidentemente apto para desempenhar papel semelhante entre os proprietários e a Revolução. Todavia não abandonou a cena política, teimava em tentar animar a Duma, à maneira de contrapeso ao Soviete, e permaneceu centro de todas as tentativas de coligação da contrarrevolução dos burgueses e dos proprietários. Ouviremos ainda falar dele.

A 1º de março, o Comitê Provisório tratou da formação de um gabinete ministerial, pondo em destaque as personalidades que a Duma, desde 1915, muitas vezes recomendara ao czar, como merecedoras da confiança do país: tratava-se de importantes senhores agrários e industriais, deputados da oposição à Duma e líderes do Bloco Progressista. O certo é que a Revolução realizada pelos operários e pelos soldados não teve nenhuma representação no governo revolucionário, com uma exceção apenas. A exceção era a de Kerensky. A grandeza angular Rodzianko-Kerensky é a grandeza angular oficial da Revolução de Fevereiro.

Kerensky entrou para o governo, pode-se dizer, na qualidade de embaixador plenipotenciário da Revolução. Entretanto, a sua atitude para com esta era a de um advogado provinciano de defesa em um processo político, Kerensky não era um revolucionário, encontrava-se apenas agregado à Revolução. Eleito pela primeira vez para a IV Duma, graças à sua situação legal, tornou-se presidente da apagada e impessoal fração dos *Trudoviks* (trabalhistas) fruto anêmico de um cruzamento político de liberalismo com populismo (narodnikismo). Não tinha cultura teórica, nem disciplina política, nem capacidade para as tarefas especulativas, nem vigor político. Todas essas qualidades eram substituídas por uma fugidia emotividade, por uma fácil exaltação e pela eloquência que age, não sobre o pensamento ou sobre a vontade, mas sobre os nervos.

Os discursos de Kerensky na Duma, modelados em espírito de radicalismo declamatório para o qual não lhe faltavam motivos, valeram-lhe, se não a popularidade, pelo menos a notoriedade. Durante a guerra, como patriota, julgava, como os liberais, que a simples ideia de Revolução levaria o país à ruína. Aceitou a Revolução, quando esta chegou e, apegando-se à sua aparente popularidade, elevou-a aos pináculos. A Revolução, para ele, identifica-se naturalmente com o novo poder. O Comitê Executivo, porém, havia decidido que numa Revolução burguesa o poder devia pertencer à burguesia. Esta fórmula pareceu falsa a Kerensky por motivo de antecipadamente fechar-lhe as portas do Ministério. Estava bastante convencido disso, e muito justamente. O seu socialismo não impediria a Revolução burguesa, assim como esta não causaria qualquer prejuízo ao seu socialismo. O Comitê Provisório da Duma resolveu retirar o deputado radical do Soviete e o conseguiu, oferecendo-lhe a pasta da Justiça, que Maklakov já tivera tempo de abandonar. Kerensky agarrava os seus amigos nos *couloirs* e perguntava-lhes “aceito ou não?” Os amigos não duvidavam de que ele estivesse decidido a aceitar. Sukhanov, com boas disposições a favor de Kerensky naquela ocasião, observou nele, segundo suas memórias, escritas mais tarde: “A certeza de uma missão a cumprir... e a maior acrimônia contra aqueles que ainda não adivinhassem essa missão.” Finalmente, os amigos, entre os quais Sukhanov, aconselharam Kerensky a aceitar a pasta: era mais seguro e teriam assim uma pessoa de confiança que investigasse o que se passava entre os astutos liberais. Impelindo Kerensky a cometer o pecado mortal a que ele aspirava com todas as suas forças, mesmo sem o auxílio dos amigos, os líderes do Comitê Executivo recusaram-lhe, entretanto, uma sanção oficial.

O Executivo já se havia pronunciado, como lembrava Sukhanov a Kerensky, e havia “perigo” em fazer a pergunta ao Soviete, que poderia simplesmente responder: “O poder deve estar em mãos da democracia soviética.” Tal é, literalmente, a narrativa do próprio Sukhanov, inverossímil combinação de ingenuidade e de cinismo. O inspirador de toda a sagrada comédia do poder reconhece abertamente que, já no dia 2 de março, o Soviete de Petrogrado apoiava uma tomada *formal* do poder que *de fato* já lhe pertencia desde a noite do dia 27 de fevereiro – e que somente por trás das costas dos operários e dos soldados, sem que eles soubessem, e contra a sua

vontade, os líderes socialistas poderiam expropriar o Soviete em benefício da burguesia. As negociações concluídas entre os democratas e os liberais adquirem nas narrativas de Sukhanov todas as aparências jurídicas indispensáveis a um crime contra a Revolução, isto é, de uma conspiração secreta contra o poder do povo e contrária aos seus direitos.

A respeito da impaciência de Kerensky, os dirigentes do Comitê Executivo cochichavam entre si que não era decente um socialista aceitar, oficialmente, qualquer parcela de poder das mãos dos homens da Duma, que acabavam, justamente, de receber a autoridade integral das mãos dos socialistas. Melhor seria que Kerensky o fizesse sob a sua responsabilidade pessoal. Na verdade, aqueles senhores, graças a algum instinto infalível, encontravam em cada situação uma saída confusa e a mais falsa possível. Kerensky, porém, não desejava ingressar no governo com uma casaca de deputado radical; era-lhe necessária a toga de plenipotenciário da Revolução vitoriosa. Para não tropeçar com resistência, não solicitou nem a sanção do partido do qual se proclamava membro, nem a do Comitê Executivo, no qual tomava parte como vice-presidente. Sem prevenir os dirigentes, na sessão plenária do Soviete que, ainda nesses dias, tinha o aspecto de um *meeting* caótico, pediu a palavra para uma declaração urgente e, em discurso, por uns caracterizado de confuso, por outros de histérico – no que, aliás, não existe contradição –, exigiu um voto de confiança, falou sobre a sua determinação de morrer pela Revolução e sobre a decisão ainda mais imediata de aceitar a pasta do Ministério da Justiça. Bastou que mencionasse a necessidade de uma inteira anistia política e a do julgamento dos altos dignitários do czar, para suscitar a tempestade de aplausos de uma assembleia inexperiente e que ninguém orientava. “Esta farsa”, diz Schliapnikov em suas memórias, “provocou em inúmeras pessoas uma profunda indignação e uma grande aversão a Kerensky”. Ninguém, porém, replicaria: havendo transmitido o poder à burguesia, os socialistas, como sabe o leitor, evitavam levantar a questão diante das massas. Não houve votação. Kerensky resolveu interpretar os aplausos como voto de confiança. Dentro de seu ponto de vista tinha razão. O Soviete era, indubitavelmente, partidário da participação dos socialistas no Ministério, por ver no fato um passo a mais para a liquidação do governo burguês, com o qual não concordava um minuto sequer. Como quer que seja, Kerensky derrubou

a doutrina oficial do poder e, a 2 de março, aceitou o cargo de ministro da Justiça. Segundo o outubrista Shidlovsky, “ficou muito contente com a sua nomeação, e lembro-me bem de que, na sede do Comitê Provisório, estirado na poltrona, gabava-se com ardor de ter erigido sobre um pedestal indestrutível a justiça na Rússia”. Foi o que Kerensky demonstrou, efetivamente, alguns meses mais tarde, no processo contra os bolchevistas.

O menchevique Cheidze, a quem os liberais, guiando-se sobre um cálculo simplista demais e sobre a tradição internacional, desejaram impor, em momento difícil, o Ministério do Trabalho, recusou-se categoricamente a aceitá-lo e permaneceu como presidente do Soviete dos deputados. Menos brilhante do que Kerensky, Cheidze era entretanto feito de material bem mais sólido.

O eixo do Governo Provisório sem ser, entretanto, formalmente seu chefe, foi Miliukov, incontestável líder do Partido Cadete. “Miliukov era geralmente de envergadura diversa da dos seus colegas de gabinete”, escrevia Nabokov, após haver rompido com o próprio Miliukov, “tanto como força intelectual quanto como indivíduo de vastos conhecimentos quase inesgotáveis e de espírito largo.” Sukhanov, que responsabilizara Miliukov pela queda do liberalismo russo, escrevia, ao mesmo tempo: “Miliukov era então a figura central, a alma e o cérebro de todos os círculos políticos burgueses... Sem ele não poderia ter existido uma política burguesa, no primeiro período da Revolução.” Por mais exagerados que sejam estes julgamentos, demonstram a incontestável superioridade de Miliukov em relação aos demais políticos da burguesia russa. A força de Miliukov consistia exatamente naquilo que constituía a sua fraqueza: exprimia mais plenamente e com maior precisão do que os outros, em linguagem política, a sorte dessa burguesia, isto é, sua incapacidade histórica. Se os mencheviques lastimavam o fato de Miliukov haver arruinado o liberalismo, pode-se dizer, com mais forte razão, que o liberalismo arruinou Miliukov.

Apesar de um neo-eslavismo que ele próprio reanimara, com desígnios imperialistas, Miliukov permanecia partidário burguês do “Ocidente”. Considerava, como finalidade de seu partido, o triunfo da civilização europeia na Rússia. Temia, entretanto, cada vez mais, os caminhos revolucionários, pelos quais haviam passado os povos ocidentais. Por este

motivo, seu ocidentalismo transformou-se numa inveja impotente em relação ao Ocidente.

As burguesias inglesa e francesa haviam construído uma nova sociedade segundo a sua própria imagem. A burguesia alemã nasceu mais tarde e teve que se contentar com um caldo de aveia filosófico. Os alemães inventaram a expressão “cosmovisão”*, inexistente tanto entre os ingleses como entre os franceses: enquanto as nações ocidentais criavam um novo mundo, os alemães contemplavam-no. Todavia, a burguesia alemã, deficiente na ação política, criou a filosofia clássica – e não é uma pequena contribuição. A burguesia russa apareceu ainda mais tarde: é verdade que traduziu a expressão alemã “cosmovisão” para o russo, com inúmeras variantes, porém demonstrou ainda mais claramente, junto com a sua incapacidade política, a sua fatal indigência filosófica. A Rússia tanto importava as ideias como a técnica, após haver decretado, para esta última, altas tarifas alfandegárias e, para as primeiras, a quarentena do medo. Foi para dar expressão política a essas características de sua classe que Miliukov se viu requisitado.

Antigo professor de História em Moscou, autor de importantes trabalhos científicos, depois fundador do Partido Cadete, no qual se fundiram a união dos proprietários liberais e a união dos intelectuais esquerdistas, Miliukov era absolutamente isento do intolerável diletantismo político, parcialmente senhorial, parcialmente intelectual, que caracteriza a maioria dos políticos liberais da Rússia. Miliukov exercia honestamente sua profissão e isso bastou para colocá-lo em destaque.

Até 1905 os liberais russos sentiam-se geralmente constrangidos pelo fato de serem liberais. Uma tinta de populismo, e mais tarde de marxismo, foi durante muito tempo, para eles, a indispensável cor protetora. Aquela capitulação vergonhosa, de fato pouco profunda, de grandes círculos burgueses nos quais se contava certo número de jovens industriais, diante do socialismo, exprimia a falta de segurança íntima de uma classe que apareceu bastante a tempo de se apoderar de alguns milhões, porém tarde demais para assumir a direção do país. Pais barbudos, mujiques e negociantes enriquecidos entesouravam, sem refletir no seu papel social. Os

* *Weltanschauung*. [Nota da edição francesa.]

filhos saíam da universidade no período da agitação pré-revolucionária das ideias e quando tentavam encontrar um lugar na sociedade não se apressavam em se colocar sob a bandeira do liberalismo, já em desgaste nos países adiantados, desbotada e toda coberta de remendos. Durante um certo tempo abandonaram aos revolucionários uma parte de suas almas e mesmo uma parte de suas rendas. Mais ainda – e isso concerne principalmente aos representantes das profissões liberais –: em número considerável, passaram, em seus verdes anos, por um período de simpatias socialistas. O professor Miliukov não adquiriu jamais o sarampo do socialismo. Era organicamente um burguês e disto não se envergonhava.

É verdade que, na época da primeira Revolução, Miliukov não abandonara inteiramente a esperança de apoiar-se nas massas revolucionárias, por intermédio dos partidos revolucionários domesticados. Conta Witte que, quando formava o seu gabinete constitucional, em outubro de 1905, como pedisse aos cadetes que “cortassem a cauda à Revolução”, eles replicaram que não poderiam mais renunciar às forças armadas da Revolução, assim como Witte não poderia renunciar ao Exército. No fundo era já uma chantagem: para se fazerem valer, os cadetes procuravam intimidar Witte com as massas que eles próprios temiam. Precisamente, segundo a experiência de 1905, Miliukov constatou que, por fortes que fossem as simpatias dos grupos e intelectuais socialistas, as verdadeiras forças da Revolução – as massas – não entregariam jamais suas armas à burguesia, e que seriam tanto mais perigosas para esta quanto melhor armadas estivessem. Tendo declarado abertamente que a bandeira vermelha não era mais do que um trapo vermelho, Miliukov terminava, com evidente alívio, um romance que em suma nunca havia começado seriamente. A separação entre a denominada *intelligentsia* e o povo constituía um dos temas tradicionais do jornalismo russo, no qual os liberais, em oposição aos socialistas, entendiam por *intelligentsia* todas as pessoas “instruídas”, isto é, as classes possuidoras. Desde que esse isolamento se manifestou total e ameaçador para os liberais, durante a primeira Revolução, os ideólogos das classes “instruídas” viveram na expectativa perpétua de um juízo final. Um dos escritores liberais, filósofo não influenciado pelas convenções da política, expressou a sua apreensão em relação às massas com uma extraordinária violência, que recorda o pensamento reacionário e epiléptico de

Dostoievsky. “Como quer que sejamos, não somente não podemos sonhar com uma fusão com o povo, como deveremos temê-lo mais do que todas as execuções do governo e abençoar este poder que, só com o auxílio das baionetas e das prisões, nos protege contra o furor popular!” Com semelhantes disposições políticas, poderiam os liberais imaginar dirigir uma nação revolucionária? Toda a política de Miliukov está marcada com o selo do desespero. No momento da crise nacional, o partido a cuja frente se encontra pensa em evitar o golpe e não em desfechá-lo.

Como escritor, Miliukov é pesado, prolixo e cansativo. É o mesmo como orador. O decorativo não é seu gênero. Poderia ser um “mais” se a política mesquinha de Miliukov não necessitasse de máscara de maneira tão premente, ou então se, ao menos, pudesse ter o abrigo objetivo de uma grande tradição – mas não contava nem mesmo com uma pequena tradição. A política oficial da França, quintessência do egoísmo e da velhacaria dos burgueses, tem dois poderosos sustentáculos: a tradição e a retórica. Multiplicadas uma pela outra, envolvem com um véu protetor cada político burguês, mesmo um *factotum* tão prosaico do grande capital como Poincaré. Não é culpa de Miliukov não ter tido predecessores gloriosos, e se teve que aplicar a política do egoísmo burguês nas fronteiras da Europa e da Ásia.

“Ao lado das simpatias por Kerensky”, lemos nas memórias do socialista revolucionário Sokolov, sobre a Revolução de Fevereiro: “existiu, desde o início, uma grande antipatia, não dissimulada e estranha, no seu governo, em relação a Miliukov. Eu não compreendia então, e ainda hoje não compreendo, por que motivo esse digno político era tão impopular.” Se os filisteus tivessem compreendido a causa do seu entusiasmo por Kerensky e da sua aversão por Miliukov, teriam deixado de ser filisteus. O burguês médio não apreciava Miliukov porque este exprimia, em sentido por demais prosaico e rançoso, sem colorido, a essência política da burguesia russa. Ao mirar-se ao espelho, Miliukov, o burguês, viu o quanto era insignificante, cúvido e poltrão e, como sempre acontece, zangou-se com o espelho.

Notando, por seu lado, as caretas descontentes do burguês liberal, Miliukov dizia tranquilamente e com segurança: “O homem da rua é estúpido.” Falava deste modo, sem irritação, num tom quase acariciador, como se dissesse: se o homem da rua não me compreende hoje, isso não

é uma infelicidade; ele me compreenderá mais tarde. Em Miliukov existia essa profunda certeza de que o burguês não o trairia e, para obedecer à lógica da situação, deixar-se-ia arrastar por ele, Miliukov, na falta de qualquer outra saída. Na verdade, após a insurreição de fevereiro, todos os partidos burgueses, mesmo os da direita, seguiram o líder cadete, apesar de invectivá-lo por vezes, mesmo amaldiçoando-o.

Com um político democrata, um Sukhanov qualquer de matiz socialista, as coisas se passavam de outra maneira. Não era simplesmente um filistino, era, ao contrário, o político profissional, bastante hábil em sua profissão. Inteligente este político não poderia parecer, porque saltava demasiadamente aos olhos o contraste entre o que Sukhanov dizia e os resultados a que chegava. Fazia-se porém de esperto, confundia e aborrecia todo o mundo. Para arrastá-lo era mister engodá-lo não somente reconhecendo-lhe uma inteira independência, mas acusando-o mesmo de abuso de autoridade e de arbitrariedade. Isso o lisonjeava e o acomodava em seu papel magnânimo. Foi precisamente em conversa com esses espertos do socialismo, que Miliukov lançou esta frase: “O homem da rua é estúpido.” Era uma lisonja delicada. “Somente nós somos inteligentes.” Na realidade, Miliukov, precisamente, naquele momento, punha o anel no nariz de seus amigos democratas. Com esse anel, foram em seguida dispensados.

A impopularidade pessoal de Miliukov não lhe permitia assumir a direção do governo: encarregou-se dos Negócios Estrangeiros que, já na Duma, constituíam a sua especialidade.

O ministro da Guerra da Revolução foi Guchkov, o grande industrial de Moscou, já nosso conhecido; liberal na sua juventude, e de espírito aventureiro posteriormente, o homem de confiança da alta burguesia, ao tempo de Stolypin, durante o período de esmagamento da primeira Revolução. A dissolução das primeiras Dumas, onde os cadetes dominavam, provocou o golpe de Estado de 3 de junho de 1907, o qual visava modificar os direitos eleitorais, em proveito do partido de Guchkov, partido que em seguida dirigiu as duas últimas Dumas, até a Revolução. Quando, em 1911, em Kiev, inaugurou-se o monumento a Stolypin, assassinado por um terrorista, Guchkov, ao depositar uma coroa, inclinou-se em silêncio até o chão: era um gesto em nome de uma classe. Na Duma, Guchkov consagrava-se, sobretudo, às questões das “forças militares” e, durante os

preparativos para a guerra, marchou ao lado de Miliukov. Na qualidade de presidente do comitê central da indústria de guerra, Guchkov agrupou os industriais na legenda da oposição patriótica, sem entretanto impedir que os dirigentes do Bloco Progressista, entre os quais Rodzianko, “se aproveitassem” dos fornecimentos militares. A credencial revolucionária de Guchkov era uma meia lenda ligada ao seu nome acerca dos preparativos de uma Revolução palaciana. O antigo chefe de polícia afirmava ainda que Guchkov “tomara a liberdade, em conversas particulares sobre o monarca, de aplicar ao nome deste um dos mais ultrajantes epítetos”. É perfeitamente verossímil. A esse respeito, porém, Guchkov não constituía exceção. A religiosa tsarina o odiava, em suas cartas dispensava-lhe insultos grosseiros e manifestava a esperança de vê-lo, um dia, enforcado “pendendo de uma árvore”. Aliás, a tsarina desejava semelhante fim a muitos outros homens. Como quer que seja, aquele que saudara reverentemente até o chão o carrasco da primeira Revolução foi ministro da Guerra da segunda.

Para a pasta da Agricultura foi nomeado o cadete Shingarev, médico de província, que veio a ser, depois, deputado à Duma. Os seus correligionários mais próximos consideravam-no uma honesta mediocridade, ou, segundo a expressão de Nabokov, “um intelectual russo da província, feito sob medida, não para o Estado, mas para qualquer departamento ou distrito”. O radicalismo impreciso da mocidade de Shingarev não resistiu à corrosão dos tempos e a sua principal preocupação era mostrar às classes possuidoras que já estava maduro como homem de Estado. Conquanto o programa cadete falasse em “expropriação obrigatória das terras dos proprietários nobres, após uma justa estimativa”, nenhum dos possuidores o levava a sério, sobretudo durante os anos de inflação da guerra, e Shingarev considerava como sua principal missão adiar a solução do problema agrário, dando aos camponeses a esperança, embalando-os com a miragem da Assembleia Constituinte, que os cadetes não desejavam convocar. Sobre a questão das terras e sobre a da guerra, a Revolução de Fevereiro estava destinada à derrocada. E Shingarev ajudou o mais que pôde.

A pasta das Finanças coube a um jovem chamado Tereshchenko. “De onde o tiraram?”, perguntavam com surpresa no Palácio de Táuride. As pessoas bem informadas diziam que era um proprietário de refinarias

de açúcar, de domínios, de florestas e de outras riquezas imensas, estimadas em 80 milhões de rublos-ouro; era presidente do Comitê das Indústrias de Guerra de Kiev, falava bem francês e era grande conhecedor de *ballet*. Acrescentava-se, significativamente, que Tereshchenko na qualidade de confidente de Guchkov quase que participara da grande conspiração que deveria obter a deposição de Nicolau II. A Revolução que prejudicou a conspiração ajudou Tereshchenko.

No decorrer dos cinco dias de fevereiro, enquanto nas ruas geladas da capital se travavam as combates revolucionários, passou, diante de nós, por diversas vezes, a sombra de um liberal, oriundo de família de dignitários, filho de antigo ministro do czar: Nabokov, figura quase simbólica, pela expressão de seu amor-próprio e de seu egoísmo rasteiro. Os dias decisivos da insurreição, Nabokov passou-os entre as quatro paredes de uma chancelaria, ou em família, “numa expectativa desesperada e ansiosa”. Agora, assumindo o posto de secretário de Estado do Governo Provisório, era na realidade um ministro sem pasta. Em seu refúgio de emigrado, em Berlim, onde um guarda branco o matou com uma bala insensata, deixou algumas anotações, não desprovidas de interesse, sobre o Governo Provisório. Concedamos-lhe a justiça desse mérito.

Esquecemo-nos, entretanto, de falar sobre o primeiro-ministro, do qual, aliás, todos se olvidavam nos momentos mais sérios de sua efêmera preeminência. A 2 de março, apresentando o novo governo, durante o *meeting* do Palácio de Táuride, Miliukov designara o príncipe Lvov como “a encarnação dos meios sociais russos perseguidos pelo czarismo”. Mais tarde, em sua *História da Revolução*, Miliukov notou prudentemente que, à frente do governo, fora posto o príncipe Lvov, “pessoalmente pouco conhecido da maioria dos membros do Comitê Provisório”. O historiador tenta, desta forma, eximir-se como político da responsabilidade da escolha. Na realidade, o príncipe, havia muito, era considerado como integrando a direita do Partido Cadete. Após a dissolução da primeira Duma, na famosa sessão dos deputados em Vyborg, os quais dirigiram à população o apelo ritual do liberalismo ofendido – “não pagar os impostos” –, o príncipe Lvov, presente, negou-se a assinar o manifesto. Nabokov recorda, em suas memórias, que, logo ao chegar a Vyborg, o príncipe caíra doente e que a sua indisposição fora atribuída ao estado emocional em que se encontra-

va. Segundo todas as aparências, o príncipe não fora feito para os abalos revolucionários. Extremamente moderado, o príncipe Lvov, em virtude da indiferença política, que se assemelhava à largueza de vistas, apoiava em todas as organizações à frente das quais se encontrava um grande número de intelectuais esquerdistas, de antigos revolucionários de partidos socialistas mascarados. Não trabalhava pior do que os outros funcionários, não roubava e procurava, a par disso, granjear certa aparência de popularidade. Príncipe, rico e liberal, impunha-se por conseguinte ao burguês médio. Por esse motivo, foi indicado para primeiro-ministro desde os tempos do czar. Resumindo-se o que acaba de dizer será necessário reconhecer que o chefe do governo da Revolução de Fevereiro exibia uma vacuidade patente, apesar de sereníssima. Rodzianko teria mostrado, em todo caso, um pouco mais de colorido.

A história lendária do Estado russo começa por uma crônica narrando que foram enviados emissários das populações eslavas aos príncipes escandinavos, com a seguinte súplica: “Vinde possuir-nos e ser nossos príncipes.” Os miseráveis representantes da democracia socialista transformaram a lenda histórica em realidade, não no século IX, porém no século XX, com a única diferença de que se dirigiram não aos príncipes de além-mar porém aos príncipes do país. Assim, como resultado da Revolução dos operários e dos soldados, encontraram-se no poder diversos proprietários e industriais extremamente ricos, absolutamente sem valor pessoal, diletantes da política, desprovidos de qualquer programa, e encabeçados por um príncipe que não suportava distúrbios.

A composição do governo foi acolhida com satisfação pelas embaixadas aliadas, pelos salões burgueses e burocratas e pelos amplos meios da média e, em parte, da pequena burguesia. O príncipe Lvov, o outubrista Guchkov, o cadete Miliukov, tais nomes tinham sonoridade tranquilizadora. Talvez o nome de Kerensky desagradasse aos aliados, porém não os atemorizava. Os mais perspicazes compreendiam o seguinte: há, apesar de tudo, uma Revolução no país; com um parceiro tão seguro quanto Miliukov, um vivo cavalo de corridas só poderia ser útil. Assim raciocinaria o embaixador da França, Paléologue, que se deliciava com as metáforas russas.

Entre os operários e os soldados, a composição do governo provocou, imediatamente, sentimentos de hostilidade ou, no melhor dos ca-

sos, uma surda perplexidade. Os nomes de Miliukov e de Guchkov não poderiam ser aclamados nem nas fábricas, nem nas casernas. A esse respeito conservaram-se inúmeros testemunhos. O oficial Mstislavisky demonstra a sombria ansiedade dos soldados que viam o poder passar das mãos de um tzar para as de um príncipe: valeria a pena derramar sangue para isso? Stankevich, que pertencia ao círculo íntimo de Kerensky, realizou, a 3 de março, uma revista em seu batalhão de sapadores; visitou, uma após outra, as companhias, e recomendou aos soldados o novo governo que ele julgava ser o melhor possível, e do qual falava com grande entusiasmo. “No auditório, porém, notava-se frieza.” Somente quando o orador mencionava Kerensky, os soldados “manifestavam verdadeira satisfação”. Mais ou menos por aquela época a opinião pública da pequena burguesia da capital já havia transformado Kerensky em herói central da Revolução. Os soldados, muito mais do que os operários, queriam ver em Kerensky um contrapeso ao governo burguês e admiravam-se apenas de que ele estivesse sozinho naquele lugar. Kerensky, porém, longe de ser um contrapeso, era um complemento, uma camuflagem, uma decoração. Defendia os mesmos interesses de Miliukov, porém sob clarões de magnésio.

Qual foi a verdadeira constituição do país, com o advento do novo poder?

A reação monarquista escondera-se nas brechas. Assim que surgiram as primeiras águas do dilúvio, os proprietários, de toda espécie e de todas as tendências, agruparam-se sob a bandeira do Partido Cadete, que, subitamente, destacou-se como o único partido não socialista e, ao mesmo tempo, como a extrema direita, na arena aberta.

As massas, em sua quase totalidade, penderam para os socialistas que elas confundiam com os soviets. Não somente os operários como os soldados das guarnições da retaguarda, mas a massa heterogênea do povo das cidades – artesãos, vendedores ambulantes, pequenos funcionários, cocheiros, parteiros, empregados domésticos de toda espécie – afastavam-se do Governo Provisório e das suas repartições e procuravam um poder mais próximo, mais acessível. Em número sempre crescente, apresentavam-se ao Palácio de Táuride os delegados dos campos. As massas afluíam aos soviets como sob os arcos de triunfo da Revolução. Tudo o que permanecesse fora dos soviets ficava de qualquer maneira à margem da Revolução e parecia

pertencer a outro mundo. E assim era, em realidade; fora dos soviets permanecia o mundo dos possuidores cujas cores diversas instantaneamente se fundiam num único tom cinza-rosa de proteção.

Não foi toda a massa laboriosa que elegeu os soviets; não foi toda ela que despertou em conjunto e ao mesmo tempo; não foram todos os meios oprimidos que ousaram acreditar que a Revolução lhes dizia respeito também. Na consciência de muitos, numerosos eram aqueles em cuja consciência flutuava uma vaga esperança. Para os soviets precipitavam-se os elementos mais ativos das massas e, em tempo de Revolução, mais do que nunca, a atividade é sempre vitoriosa; e como a atividade das massas crescia dia a dia, a base dos soviets se alargava constantemente. Foi, na verdade, a única base real da Revolução.

No Palácio de Táuride, coexistiam a Duma e o Soviete. O Comitê Executivo, no início, apertava-se nos estreitos gabinetes pelos quais passava incessante a corrente humana. Os deputados da Duma tentavam sentir-se donos da situação em suas salas aparatosas. As paredes divisórias, entretanto, foram cedo arrebatadas pelas grandes águas da Revolução. Apesar de toda a indecisão de seus dirigentes, o Soviete ampliava-se irresistivelmente, enquanto que a Duma permanecia sempre em segundo plano. A nova relação das forças abria caminho por todos os lados.

Os deputados, no Palácio de Táuride; os oficiais, em seus regimentos; os generais, em seus estados-maiores; os administradores e diretores, nas usinas, nas estradas de ferro, nos telégrafos; os proprietários ou administradores de fazendas, todos sentiram-se, desde os primeiros dias da Revolução, sob a vigilância pessimista e infatigável da massa. O Soviete era, no conceito desta, a expressão organizada de sua desconfiança para com todos os que a haviam oprimido. Os tipógrafos observavam com cuidado o texto dos artigos compostos; os ferroviários controlavam inquietamente e diligentemente os trens militares, os telegrafistas prestavam mais atenção à leitura dos telegramas; os soldados se interrogavam com os olhos ao menor gesto suspeito de um oficial; os operários expulsavam das fábricas os contramestres Cem Negros e punham em observação o diretor liberal. A Duma, logo às primeiras horas da Revolução, e o Governo Provisório, desde os primeiros dias, transformaram-se no reservatório para onde afluíam as queixas e os desentendimentos da alta sociedade, os seus protestos

contra os “excessos”, suas observações entristecidas, seus sombrios pressentimentos.

“Sem a burguesia não poderemos tomar o aparelhamento governamental”, raciocinava o pequeno-burguês socialista ao considerar, assustado, os estabelecimentos do Estado, nos quais o esqueleto do antigo regime parecia olhar através de suas órbitas vazias. Encontrou-se uma solução que foi colocar sobre o corpo decapitado pela Revolução uma cabeça liberal. Os novos ministros instalaram-se nos ministérios do czar e, transformados em donos das máquinas de escrever, dos telefones, dos empregados, dos estenodatilógrafos, dos funcionários, cada dia que se passava mais se convenciam de que aquela maquinaria trabalhava infrutiferamente.

Kerensky lembrou-se, mais tarde, de como o Governo Provisório “tomara nas mãos o poder ao terceiro dia da anarquia de toda a Rússia, quando em toda a extensão do país não somente havia desaparecido a autoridade como também não existia, praticamente, um único polícia”. Os soviets dos deputados operários e soldados, que dirigiram muitos milhões de homens, nada representavam para ele: no final das contas não passavam de elementos de anarquia. O país estava abandonado a si mesmo, segundo Kerensky concluía do desaparecimento da polícia. Nessa confissão do ministro, que era de todos o que pendia mais para a esquerda, estava a chave de toda a política do governo.

Os cargos de governadores de província foram preenchidos, segundo a decisão do príncipe Lvov, pelos presidentes das direções dos departamentos dos *zemstvos*, os quais não se distinguiam muito de seus predecessores. Eram geralmente proprietários feudais que consideravam mesmo os governadores das províncias como jacobinos. À frente dos distritos foram colocados os presidentes dos *zemstvos* correspondentes. Por detrás da nova denominação de comissários, a população reconhecia os velhos inimigos. “Eram os mesmos velhos popes, com nomes mais pomposos”, como dizia outrora Milton, a respeito da covarde Reforma dos Presbiterianos. Os comissários de províncias e de distritos apoderaram-se das máquinas de escrever, dos datilógrafos, dos funcionários a serviço dos governadores e dos chefes de polícia, e logo constataram que estes não lhes conferiam poder algum. A vida, nas províncias e nos distritos, concentrava-se em torno dos soviets. A dualidade de poderes passou assim de cima

para baixo. Porém, nas localidades, os dirigentes dos soviets, os mesmos socialistas revolucionários e mencheviques, agiam com maior simplicidade e não abandonavam, longe disso, o poder que as circunstâncias lhes haviam posto nas mãos. Em consequência, a atividade dos comissários de províncias consistia principalmente em lamúrias contra a absoluta impossibilidade de exercerem seus plenos poderes.

Dois dias após a formação do Ministério liberal, a burguesia sentiu que, longe de haver conquistado o poder, perdera-o. Por mais inacreditável que tenha sido a atitude arbitrária do clã de Rasputin, até a insurreição, seu poder efetivo era de caráter limitado. A influência da burguesia nos negócios dos Estados era imensa. A própria participação da Rússia na guerra foi obra muito mais da burguesia do que da monarquia. O essencial, porém, era que o regime czarista garantia aos proprietários a posse de suas fábricas, de suas terras, de seus bancos, de seus imóveis, de seus jornais e, por conseguinte, na questão mais vital, era o poder *deles*. A Revolução de Fevereiro modificou a situação em duas direções opostas: ao mesmo tempo em que confiava solenemente à burguesia os atributos exteriores do poder, despojava-a do quinhão de força eficaz de que dispunha antes da Revolução. Aqueles que, nas vésperas, eram funcionários da União dos *zemstvos*, cujo patrão era o príncipe Lvov, e do Comitê das Indústrias de Guerra, onde comandava Guchkov, tornaram-se, desde então, sob a denominação de socialistas revolucionários e de mencheviques, donos da situação no país e no *front*, na cidade e nas aldeias; nomearam ministros a Lvov e a Guchkov, e naquela ocasião impuseram-lhes condições como se os contratassem como empregados.

Por outro lado, o Comitê Executivo, tendo criado um governo burguês, não poderia, de forma alguma, decidir-se, tal como o Deus da Bíblia, a declarar que a sua criação era boa. Ao contrário, o Comitê apressou-se, imediatamente, a aprofundar o abismo que mediava entre ele e a sua obra, afirmando que só estaria disposto a sustentar o novo poder enquanto este servisse fielmente à Revolução democrática. O Governo Provisório compreendia claramente que não se aguentaria nem uma hora sem o apoio da democracia oficial! Ora, este apoio só lhe era prometido como prêmio de boa conduta, isto é, caso desempenhasse a contento as incumbências que, como era de prever, lhe eram estranhas e que a própria democracia acabava de reconhecer como impraticáveis. O

governo jamais teve noção dos limites dentro dos quais poderia exercer sua autoridade meio de contrabando. Os dirigentes do Comitê Executivo não o podiam elucidar a respeito, antecipadamente, porquanto lhes era também difícil adivinhar em que ponto irromperia o descontentamento no seu próprio meio, como reflexo do descontentamento das massas. A burguesia simulava ter sido iludida pelos socialistas. Estes, por sua vez, temiam que, com suas pretensões prematuras, os liberais sublevassem as massas, para complicar ainda mais a situação já bastante difícil. “*Na medida em que*” – essa fórmula equívoca marcou todo o período que precedeu outubro e transformou-se em fórmula jurídica de mentira interna sobre o regime híbrido da Revolução de Fevereiro.

Para exercer pressão contra o governo, o Comitê Executivo nomeou uma comissão especial que, educada, mas ridiculamente, chamou de “Comissão de Contato”. A organização do poder revolucionário foi assim oficialmente construída sobre os princípios da mútua exortação. Um escritor místico, de certo renome, Merezhkovsky, conseguiu descobrir um precedente para semelhante regime, no Artigo Testamento: ao lado dos reis de Israel encontravam-se profetas. Os profetas da Bíblia, porém, assim como o profeta dos últimos Romanovs, recebiam, pelo menos, a inspiração diretamente dos Céus, e os reis não ousavam contradizê-los: desta forma assegurava-se a unidade do poder. Tal não acontecia com os profetas dos soviets: vaticinavam apenas sob a inspiração do seu próprio pensamento limitado. Os ministros liberais, entretanto, achavam que, do Soviete, nada de bom poderia provir. Cheidze, Skobelev, Sukhanov e outros entravam em entendimentos com o governo e o persuadiam, verbosamente, a ceder; os ministros retrucavam; os delegados voltavam ao Comitê Executivo e impunham-lhe a pressão da autoridade governamental; voltavam a pôr-se em contato com os ministros; e – recomeçavam o mesmo jogo. Esse moinho complicado não dava farinha.

Na Comissão de Contato todos se queixavam. Guchkov, particularmente, lamentava-se diante dos democratas das desordens provocadas no Exército pelas tolerâncias do Soviete. Às vezes, o ministro da Guerra da Revolução, “no sentido próprio ou literal, derramava lágrimas... ou, pelo menos, esfregava cuidadosamente os olhos com o lenço”. Ele pensava, não

sem razão, que enxugar o pranto dos ungidos do Senhor fazia parte, direta ou indiretamente, das funções dos profetas.

A 9 de março, o general Alexeiev, que se encontrava à frente do quartel-general, telegrafou ao ministro da Guerra: “O jugo alemão está próximo, se continuamos a nos mostrar conciliantes para com o Soviete.” Guchkov respondeu-lhe em termos lamuriosos: “Por desgraça, o governo já não dispõe de qualquer poder real; o Soviete domina as tropas, as vias férreas, os correios, os telégrafos. Pode-se dizer com franqueza que o Governo Provisório subsistirá somente enquanto o Soviete permitir.”

De semana a semana a situação não melhorava. Quando o Governo Provisório, em princípios de abril, enviou ao *front* deputados da Duma, intimou-os, rangendo os dentes, a se absterem de manifestar qualquer desacordo com os delegados dos soviets. Os deputados liberais sentiram-se durante toda a viagem como que escoltados, mas compreendiam que de outra forma quaisquer que fossem os seus altos poderes, não se poderiam apresentar aos soldados e não conseguiriam nem mesmo lugar nos vagões. Este detalhe prosaico, assinalado nas memórias do príncipe Mansyrev, completa admiravelmente a correspondência de Guchkov com o quartel-general sobre o conteúdo essencial da constituição de fevereiro. Certo indivíduo, de espírito reacionário, caracterizou a situação razoavelmente, da seguinte maneira: “O antigo poder está preso na Fortaleza de Pedro e Paulo; o novo, está detido a domicílio.”

Não teria, porém, o Governo Provisório outro amparo a não ser o apoio equívoco dos dirigentes dos soviets? Onde se haviam escondido as classes possuidoras? Questão bem fundamentada. Ligadas à Monarquia pelo seu passado, apressaram-se, as classes possuidoras, logo após o movimento, a reagrupar-se em torno de um novo eixo. O Conselho da Indústria e do Comércio, que representava o capital unificado de todo o país, já a 12 de março, “inclinou-se ante os altos feitos da Duma do Império” e colocava-se “à inteira disposição” do seu Comitê.

Os *zemstvos* e as municipalidades seguiam o mesmo caminho. A 10 de março, o Conselho da Nobreza Unificada, apoio do Trono, rogava, na linguagem patética da covardia, a todos os russos, “que cerrassem fileiras em torno do Governo Provisório, no momento o único poder legal na Rússia”. Quase ao mesmo tempo as instituições e os órgãos das classes possuidoras co-

meçavam a condenar a dualidade de poderes, e atribuíam a responsabilidade das desordens aos soviets, a princípio com prudência e depois cada vez com maior ousadia. Por detrás dos patrões, alinhavam-se os altos empregados das profissões liberais, os funcionários do Estado. Do Exército chegavam telegramas fabricados nos estados-maiores, manifestos e resoluções do mesmo gênero. A imprensa liberal abriu uma campanha “em favor do poder único”, a qual, nos meses seguintes, assumiu o caráter de fogo de barragem contra os líderes dos soviets. Em conjunto, as coisas iam tomando aspecto imponente. O grande número de instituições, de nomes conhecidos, de resoluções, de artigos, o tom resolutivo, tudo isso exercia infalivelmente grande influência nos impressionáveis dirigentes do Comitê Executivo. Entretanto, por detrás desse ameaçador desfile das classes possuidoras, não existia força alguma respeitável. Mas... e a força da propriedade?, objetavam aos bolcheviques os socialistas pequeno-burgueses. A propriedade é uma relação entre homens. Representa uma força enorme enquanto goza do reconhecimento geral e tem por apoio um sistema de coerção chamado Direito e Estado. A situação, porém, se definia precisamente pelo fato de que o antigo Estado se havia desmoronado e que todo o direito antigo fora colocado pelas massas sob um imenso ponto de interrogação. Nas fábricas, os operários sentiam-se cada vez mais patrões; e o patrão, um hóspede cada vez menos desejado. Ainda menos seguros sentiam-se os proprietários rurais, enfrentando os mujiques sombrios e hostis, longe de um poder em cuja existência os senhores de domínios, devido à distância, tinham a princípio acreditado. Os proprietários, entretanto, privados da possibilidade de dispor de seus bens e, mesmo, de salvaguardá-los, deixavam de ser realmente proprietários e transformavam-se em simples habitantes amedrontados, que não podiam de maneira alguma auxiliar o governo, visto precisarem também do auxílio deste. Não tardaram a maldizer o governo que se mostrara fraco. Maldizendo-o, porém, não acusavam, na verdade, senão a própria sorte.

Durante esse tempo, a ação conjugada do Comitê Executivo e do Conselho dos Ministros parecia ter assumido a tarefa de demonstrar que a arte de governar, em tempo de Revolução, consiste em perder tempo com palavras em demasia. Entre os liberais isso era o resultado de um cálculo consciente. Estavam firmemente convencidos de que todos os

problemas deveriam ser adiados, com exceção do juramento de fidelidade à Entente.

Miliukov levou ao conhecimento de seus colegas diversos tratados secretos. Kerensky simulou não ter ouvido. Somente o alto procurador do Santo Sínodo, um Lvov, rico de imprevistos, homônimo do primeiro-ministro, conquanto não fosse príncipe, indignou-se violentamente e qualificou os tratados como “dignos de bandidos e de larápios”, pelo que deve ter provocado, sem dúvida, não apenas o sorriso indulgente de Miliukov (“O homem da rua é estúpido”) como também a proposta de passar imediatamente à ordem do dia. A declaração oficial do governo prometia a convocação da Assembleia Constituinte dentro do mais curto prazo possível, prazo que, intencionalmente, não foi fixado. Não se provocava debates a respeito da forma do Estado: o governo esperava ainda restaurar o paraíso perdido da monarquia. Na realidade, a referida declaração concernia à obrigação de prosseguir na guerra até a vitória, e de “respeitar integralmente todos os compromissos com os aliados”. A respeito dos mais sérios problemas da vida popular, a Revolução, segundo parecia, apenas tivera oportunidade de declarar: “tudo permanece como dantes”. Como os democratas interpretassem misticamente o reconhecimento pela Entente do novo poder – o pequeno comerciante nada representa até que um banco o reconheça solvável –, o Comitê Executivo conservou em segredo a declaração imperialista de 6 de março.

“Nenhum órgão oficial da democracia”, declarava um ano mais tarde Sukhanov, desolado, “reagiu publicamente contra o ato do Governo Provisório que, aos olhos da Europa, desonrava a nossa Revolução democrática, desde a hora do nascimento.”

A 8 de março, enfim, do laboratório ministerial, saiu um decreto de anistia. Mas, nesse momento, porém, as portas das prisões de todo o país já haviam sido abertas pelo povo, os deportados políticos voltavam, numa avalanche de *meetings*, de entusiasmo, de músicas militares, de discursos e de flores. O decreto ressoou como um eco tardio das chancelarias. A 12, foi promulgada a suspensão da pena de morte. Quatro meses mais tarde essa pena foi restabelecida para os soldados. Kerensky prometera elevar a justiça a alturas desconhecidas. Num acesso de zelo, efetivamente, fez com que se aprovasse uma proposta do Comitê Executivo, preconizando a admissão de represen-

tantes dos operários e dos soldados aos tribunais de justiça de paz. Foi a única medida pela qual se sentiu pulsar o coração da Revolução, medida que, entretanto, provocou o horror de todos os eunucos da justiça. As concessões, entretanto, não foram além. Um homem que, ao lado de Kerensky, ocupava um alto cargo no ministério, o advogado Demianov, também “socialista”, decidiu, segundo suas próprias palavras, respeitar o princípio de deixar que permanecessem em seus cargos todos os antigos funcionários: “a política do Governo Provisório não deve prejudicar ninguém sem necessidade”. Era, em essência, a regra da conduta de todo o Governo Provisório que temia, acima de tudo, ofender qualquer membro das classes dominantes, sem excluir, naturalmente, a burocracia tzarista. Não somente os juízes, como também os procuradores do tzar, permaneceram em seus postos. Bem entendido, as massas podiam irritar-se. Isso, porém, era atribuição dos soviets: as massas não entravam no campo visual do governo.

Somente o procurador Lvov, de cujo temperamento já falamos, fez correr um pouco de ar puro, ao falar oficialmente dos “idiotas e esper-tos” instalados no Santo Sínodo. Os ministros ouviam, não sem alarme, esses saborosos epítetos, porém o Sínodo continuava como instituição de Estado, assim como a religião ortodoxa se mantinha na situação de religião do Estado. A própria composição do Sínodo foi conservada: a Revolução não devia desentender-se com pessoa alguma.

Continuaram a reunir-se ou pelo menos a receber os honorários os membros do Conselho do Estado, fiéis servidores de dois ou três imperadores tzares. Esse fato não tardou a adquirir uma significação simbólica. Nas fábricas e nos quartéis, protestava-se violentamente, o Comitê Executivo agitava-se. O governo dedicou duas sessões a discutir o destino e a questão dos honorários dos membros do Conselho de Estado, mas não chegou a decisão alguma. Sim, para que inquietar respeitáveis personagens, entre as quais figurava certo número de valiosas relações?

Os ministros de Rasputin estavam ainda presos na fortaleza, mas o Governo Provisório se apressava em fixar-lhes as pensões. Isso adquiria um tom de zombaria ou de voz de além-túmulo. Mas o governo não queria indispor-se com seus predecessores, mesmo que estivessem encarcerados.

Os senadores continuavam a cochilar em seus uniformes engalanados e, quando o senador da esquerda Sokolov, recentemente nomeado por Kerensky, ousou apresentar-se de redingote, foi, simplesmente, expulso da sessão: os senadores do tzar não mais temiam desentender-se com a Revolução de Fevereiro, tão logo se convenceram de que o governo dessa Revolução não possuía dentes.

Outrora, na Alemanha, Marx viu a causa da derrocada da Revolução de março no fato de que o movimento havia “apenas reformado o vértice político, ao passo que não tocara absolutamente nas demais camadas abaixo desse vértice – a velha burocracia, o velho Exército, os velhos juízes, nascidos, educados e encanecidos a serviço do absolutismo”. Os socialistas do tipo de Kerensky foram procurar a salvação lá onde Marx percebera a causa da perdição. Os marxistas mencheviques estavam com Kerensky e não com Karl Marx.

O único setor no qual o governo mostrou iniciativa e tomou atitude revolucionária foi o da legislação das sociedades por ações: promulgou-se um decreto de reforma, a 17 de março. As restrições nacionais e confessionais não foram revogadas senão três dias mais tarde. Na composição do governo havia grande número de pessoas que, sob o antigo regime, não haviam sofrido absolutamente as imperfeições do sistema das sociedades por ações.

Os operários exigiam, impacientemente, o dia de oito horas. O governo fazia-se de surdo. Estava-se em tempo de guerra, todo o mundo devia sacrificar-se pela pátria. Aliás, competia ao Soviete acalmar os operários.

Mais ameaçadora ainda era a questão da terra. Ali era preciso fazer qualquer coisa, por menor que fosse. Atormentado pelos profetas, o ministro da Agricultura, Shingarev, prescreveu a criação dos comitês agrários locais, sem determinar, por circunspeção, as funções e os encargos dos mesmos. Os camponeses julgaram que os comitês lhes devessem entregar as terras. Os latifundiários estimavam que os mesmos comitês deviam proteger-lhes as propriedades. Foi assim que, desde o início, o regime de Fevereiro sentiu-se estrangulado pelo laço do mujique, o mais impiedoso de todos os laços.

Segundo a doutrina oficial, todas as questões que geraram a Revolução ficaram adiadas, até a Assembleia Constituinte. A vontade na-

cional terá sido reprimida pelos irrepreensíveis democratas constitucionais que, infelizmente para eles, não conseguiram que ela se deixasse cavalgar por Mikhail Romanov? Nesse ínterim, a preparação da futura representação nacional fazia-se com tal seriedade burocrática e uma demora tão calculada, que a própria Assembleia Constituinte transformava-se em miragem. Foi somente a 25 de março, quase um mês após a insurreição – um mês de Revolução! –, que o governo decidiu formar, para elaboração da lei eleitoral, uma incômoda Conferência Especial. Porém essa Assembleia não se inaugurou. Em sua *História da Revolução* – constantemente falsa – Miliukov declara, em tom confuso, que, devido a diversas complicações, “o trabalho da Conferência Especial, no tempo do primeiro governo, não foi empreendido”. As complicações eram parte integrante da constituição da comissão e das suas obrigações. A tarefa principal era adiar a Assembleia Constituinte até melhores tempos: até a vitória, até a paz ou até as calendas kornilovianas.

A burguesia russa, que nascera tarde demais, odiava mortalmente a Revolução. Faltava, porém, força ao seu ódio. Devia permanecer na expectativa, e manobrar. Não tendo possibilidades de derrubar e de asfixiar a Revolução, a burguesia esperava vencê-la pela exaustão.

.....

Capítulo XI

A DUALIDADE DE PODERES

EM QUE CONSISTE a dualidade de poderes?* Não podemos deixar de nos deter um pouco nessa questão que, até hoje, não foi elucidada nas obras da História. Contudo, a dualidade de poderes é uma condição peculiar a crises sociais, característica não exclusivamente da Revolução russa de 1917, se bem que nela se tenha acentuado mais nitidamente.

Na sociedade existem sempre classes antagonistas e a classe desprovida de poder esforça-se, inevitavelmente, para fazer pender para seu lado, em certo grau, o curso do Estado. Isso não significa, porém, de modo algum, que, na sociedade, reine uma dualidade ou pluralidade de poderes. O caráter de um regime político é diretamente determinado pela relação das classes oprimidas com as classes dominantes. A unidade de poder, condição absoluta para a estabilidade de qualquer regime, subsiste enquanto a

* *Dualidade de poder* é expressão estabelecida na literatura comunista como *dvoevlastia*. O termo é intraduzível, tanto por sua forma como por seu significado: *vlas* pode ser “soberania” ou “poder”; *vlas* é também usado como equivalente de “governo”, e no plural corresponde a “as autoridades”. Aqui está empregado, principalmente, como “dualidade de poderes”. [Nota de Max Eastman.]

classe dominante consegue impor à sociedade inteira as suas formas econômicas e políticas, como as únicas possíveis.

O domínio simultâneo de *junkers* e da burguesia – tanto sob o regime dos Hohenzollerns como sob o republicano – não constitui uma dualidade de poderes, por violentos que sejam, às vezes, os conflitos entre as duas classes detentoras do poder: a base social é comum e os antagonismos não podem cindir o aparelho governamental. O regime de dualidade de poderes só é possível, por conseguinte, em épocas revolucionárias e constitui mesmo uma das características fundamentais destas.

O mecanismo político da Revolução consiste na transferência do poder de uma classe para a outra. A insurreição, violenta por si mesma, realiza-se habitualmente em curto espaço de tempo. Nenhuma classe historicamente definida pode sair da sua situação subalterna para, numa noite, elevar-se ao poder, mesmo que se tratasse de uma noite de Revolução. Seria necessário que ocupasse desde a véspera uma situação de extraordinária independência, em relação à classe dominante; ainda mais: seria necessário que nela se concentrassem as esperanças das classes e das camadas intermediárias, descontentes com o que existe, porém incapazes de desempenhar um papel independente. A preparação histórica da Revolução conduz, no período pré-revolucionário, a uma situação na qual a classe destinada a implantar o novo sistema social, conquanto ainda não dominando o país, concentra, efetivamente, em suas mãos, uma parte importante, do poder de Estado, ao passo que o aparelho oficial permanece em poder de seus antigos possuidores. É este o ponto de partida da dualidade de poderes, em qualquer Revolução.

Não é, entretanto, o seu único aspecto. Se uma nova classe, elevada ao poder por uma Revolução não desejada é, realmente, uma classe já velha, historicamente atrasada; se teve tempo de se esgotar antes de ser oficialmente coroada; se, ao atingir o poder, cai sobre um antagonista já bastante amadurecido, e que procura empalmar o leme do Estado, então o equilíbrio instável do duplo poder é substituído, na Revolução política, por um outro equilíbrio, por vezes ainda menos estável. A vitória sobre a “anarquia” do duplo poder constitui, a cada novo período, a tarefa da Revolução, ou então... da contrarrevolução.

A dualidade de poderes não pressupõe, como ainda exclui a divisão do poder em partes iguais e, em resumo, qualquer equilíbrio formal

entre as autoridades. Não é um fato constitucional, porém revolucionário. Prova que a ruptura do equilíbrio social já demoliu a superestrutura do Estado. A dualidade de poderes revela-se quando as classes inimigas se apoiam em organizações estatais, incompatíveis desde seus alicerces – uma, caduca, a outra, formando-se – que, a cada passo, repelem-se no âmbito da direção do país. A parte do poder obtido, em tais condições, pelas classes em luta, é determinada pela relação entre as forças e as fases da luta.

Por sua própria natureza, tal situação não pode ser estável. A sociedade necessita da concentração do poder e, seja na classe dominante, seja como para o caso presente, em ambas as classes que compartilham do poder, procura, irresistivelmente, essa concentração. O fracionamento do poder denuncia a guerra civil. Entretanto, antes que as classes e os partidos rivais optem pela guerra, sobretudo quando temem a intervenção de uma terceira força, podem ser constrangidos, durante muito tempo, a suportar com paciência, e mesmo sancionar, em parte, o sistema da dualidade dos poderes. Não obstante, este último tem que explodir, inevitavelmente. A guerra civil dá ao duplo poder sua mais demonstrativa expressão, que é, precisamente, a expressão territorial: cada um dos poderes, tendo criado seu campo entrincheirado, luta pela conquista do território restante, o qual frequentemente submete-se à dualidade dos poderes, sob a forma de invasões alternadas das duas potências beligerantes, enquanto uma delas não se tenha definitivamente consolidado.

A Revolução inglesa, do século XVII, justamente porque foi uma grande Revolução que perturbou o país inteiro, representa claramente as alternativas de dualidade de poder com passagens violentas de um a outro, sob forma de guerra civil.

Inicialmente a burguesia e as camadas dos pequenos senhores camponeses opuseram-se ao poder real que se apoiava nas classes privilegiadas, ou nas suas cúpulas, aristocratas e bispos. O governo da burguesia era o Parlamento presbiteriano apoiado na City londrina. A luta prolongada entre esses dois regimes resolveu-se pela guerra civil aberta. Dois centros de governo, Londres e Oxford, criaram seus exércitos e a dualidade de poderes assumiu forma territorial, conquanto, como sempre sucede em uma guerra civil, as limitações territoriais fossem extremamente instáveis. O Parlamento venceu. O rei caiu prisioneiro e esperou a sua sorte.

Poderia parecer que assim surgissem as condições do poder único da burguesia presbiteriana. Antes, porém, que fosse esmagado o poder real, o exército do Parlamento transformou-se em uma força política autônoma. Congregou em suas fileiras os independentes, os pequenos burgueses, os artesãos, os camponeses devotos e destemidos. O exército imiscuiu-se, autoritariamente, na vida social, não tanto como força armada, nem como guarda pretoriana, mas como a representação política de uma nova classe que se opunha à burguesia acomodada e rica. Em consequência, o exército criou um novo Órgão de Estado, que se elevou acima dos chefes militares: um Conselho de deputados, soldados e oficiais (agitadores). Iniciou-se, então, um novo período de duplo poder: de um lado, o Parlamento presbiteriano; do outro, o exército independente. A dualidade de poderes conduziu a um conflito aberto. A burguesia revelou-se impotente para opor ao “exército modelo” de Cromwell – isto é, a plebe armada – as suas próprias tropas. O “conflito terminou pela depuração do Parlamento presbiteriano, varrido pelos sabres dos independentes. Ficou do Parlamento uma sequela e instaurou-se a ditadura de Cromwell. As camadas inferiores do exército, sob a direção dos *levelers* (niveladores), ala extrema esquerda da Revolução, tentaram opor à dominação das altas esferas militares, dos “grandes” do exército, o seu próprio regime, autenticamente plebeu. Este novo duplo poder não conseguiu, porém, desenvolver-se: os *levelers*, as baixas camadas da pequena burguesia, não tinham, nem podiam ter ainda caminhos históricos independentes. Cromwell ajustou, então, muito cedo, com seus adversários. Um novo equilíbrio político, muito instável, instaurou-se por um certo número de anos.

No tempo da grande Revolução Francesa, a Assembleia Constituinte, cuja espinha dorsal era representada pelo escol do Terceiro Estado, concentrou em suas mãos o poder, sem que, entretanto, houvesse suprimido todas as prerrogativas do rei. O período da Assembleia Constituinte foi uma fase de crítica da dualidade de poderes, período este que terminou com a fuga do rei para Varennes e que só foi formalmente liquidado com a proclamação da República.

A primeira Constituição francesa (1791), baseada na ficção da independência absoluta dos poderes legislativo e executivo, em relação um ao outro, dissimulava, ou tentava esconder aos olhos do povo, a realidade de um duplo poder: o da burguesia, definitivamente entrincheirada na

Assembleia Nacional, depois da tomada da Bastilha pelo povo, e o da velha monarquia, ainda apoiada pela alta nobreza, pelo clero, pela burocracia e pela casta militar, sem falar das esperanças na intervenção estrangeira. Nas contradições desse regime preparava-se a sua inevitável derrocada. Não havia saída senão o aniquilamento da representação burguesa pelas forças da reação europeia, ou, então, a guilhotina para o rei e a monarquia. Paris e Coblens deveriam medir suas forças.

Antes, porém, que se chegasse à guerra e à guilhotina, entrou em cena a Comuna de Paris, que se apoiava nas camadas inferiores do Terceiro Estado da capital e que, cada dia com maior audácia, disputava o poder aos representantes oficiais do país burguês. Uma nova dualidade de poderes surgiu, cujas primeiras manifestações podemos observar em 1790, quando a grande e a média burguesias se encontravam ainda instaladas na administração do estado e dos municípios. Que admirável espetáculo – odiosamente caluniado – o dos esforços das camadas plebeias para se elevarem do subsolo social e das catacumbas e penetrarem na arena interdita, onde pessoas de perucas e de calções decidiam dos destinos do país. Parecia que os próprios alicerces, desmoronados pela burguesia cultivada, se reanimavam e se punham em movimento, e que da massa informe surgiam cabeças humanas, que se estendiam mãos calosas, que ressoavam vozes roucas embora viris. Os distritos de Paris, cidadelas da Revolução, viveram a sua própria vida. Foram reconhecidos – seria impossível não reconhecê-los, que remédio! – e transformaram-se em seções. Mas invariavelmente derrubavam as barreiras da legalidade e recebiam um fluxo de sangue fresco trazido pelos elementos das baixas camadas, ao permitirem ingresso em suas fileiras, contra os ditames da lei, aos párias, aos pobres, aos *sans-culottes*. As municipalidades rurais, ao mesmo tempo, transformaram-se em abrigo da insurreição camponesa, contra a legalidade burguesa, que protegia a propriedade feudal. Desta maneira, por baixo da segunda nação, brotava uma terceira.

As seções parisienses insurgiram-se, inicialmente, contra a Comuna, que ainda permanecia nas respeitáveis mãos da burguesia. Pelo aranco audacioso de 10 de agosto de 1792, as seções apoderaram-se da Comuna. Daí por diante, a Comuna revolucionária opor-se-ia à Assembleia Legislativa, primeiramente, e, em seguida, à Convenção, entidades que retardavam a marcha e a consecução dos fins da Revolução, registravam

os acontecimentos, mas não os promoviam, porquanto não dispunham de energia e de audácia e não contavam com a unanimidade da nova classe que surgira do fundo dos subúrbios parisienses e que se apoiava nas mais atrasadas aldeias. Assim como as seções parisienses se apoderaram da Comuna, esta, por meio de uma nova insurreição, dominou a Convenção. Cada uma dessas fases se caracterizava pela dualidade de poderes bem nítida e cujas duas alas se esforçavam por estabelecer uma autoridade forte única: a ala direita, pela defensiva, e, a esquerda, pela ofensiva. A necessidade de uma ditadura, tão característica das revoluções como das contrarrevoluções, procede das contradições intoleráveis de um duplo poder. A passagem de uma forma a outra se realiza por meio da guerra civil. As principais fases da Revolução, isto é, a transferência do poder para as novas classes ou camadas sociais, não coincidem, aliás, de modo algum, com os ciclos das instituições parlamentares que seguem a dinâmica da Revolução como sombras retardadas. A ditadura revolucionária dos *sans-culottes* funde-se, afinal de contas, com a da Convenção – porém, que Convenção? – uma Assembleia diminuída, adaptada à preponderância de uma nova força social, e da qual os girondinos, que na véspera a dominavam ainda, tinham sido eliminados pelo Terror. Assim, pelos degraus de um duplo poder, a Revolução Francesa, durante quatro anos, eleva-se ao apogeu. A partir do 9 Termidor, começa a descer, e, de novo, pelos degraus de um duplo poder. E, ainda uma vez, a guerra civil precede cada recaída assim como acompanhará cada ascensão. Desta maneira, a nova sociedade procura conseguir um novo equilíbrio de forças.

A burguesia russa, combatendo a burocracia rasputiniana e colaborando com ela, reforçara extraordinariamente, durante a guerra, as suas posições políticas. Explorando as derrotas do tzarismo concentrou em mãos, graças às uniões dos *zemstvos*, das municipalidades e dos comitês das indústrias de guerra, um grande poder: dispunha, à sua vontade, dos enormes recursos do Estado e representava, em suma, um governo paralelo. Durante a guerra, os ministros do tzar lamentavam ver o príncipe Lvov abastecer o Exército, alimentar e cuidar dos soldados e, inclusive, instalar barbearias para eles. “É preciso acabar com isso, ou então entregar-lhes todo o poder”, dizia, em 1915, o ministro Krivochein. Não imaginava então, que o príncipe Lvov, 18 meses mais tarde, obteria “todo o poder”, não das mãos do tzar, porém

das de Kerensky, de Cheidze e de Sukhanov. No dia seguinte a esse acontecimento, instalou-se nova dualidade de poderes: ao lado do semigoverno liberal da véspera, desde então formalmente legalizado, surgiu o governo das massas operárias, na espécie de soviets, governo não oficial, porém, tanto mais efetivo. A partir daquele momento, a Revolução Russa converteu-se num acontecimento de significação histórica universal.

Em que reside, pois, a originalidade da dualidade de poderes da Revolução de Fevereiro? Nos acontecimentos dos séculos XVII e XVIII, a dualidade de poderes representa, a cada vez, uma fase natural no curso da luta, imposta aos participantes por uma relação temporária de forças e então cada um dos partidos se esforçava por substituir à dualidade de poderes o seu poder único. Na Revolução de 1917, vemos como a democracia oficial, conscientemente e com premeditação, criou um duplo poder, defendendo-se, com todas as forças, de aceitar a autoridade exclusivamente para ela. À primeira vista, a dualidade formou-se, não em consequência de uma luta de classes em tom do poder, porém como resultado de uma “concessão” benévola de uma classe a outra. Na medida em que a “democracia russa” procurava esquivar-se à dualidade, não descobria outra saída senão na renúncia à autoridade. É, precisamente, o que chamamos de paradoxo da Revolução de Fevereiro.

Poder-se-ia talvez encontrar uma certa analogia na conduta seguida pela burguesia alemã em 1848, em relação à monarquia. Essa analogia não é, porém, completa. A burguesia alemã tentava, é verdade, compartilhar, a todo custo, o poder com a monarquia, mediante um acordo. A burguesia não tinha porém nas mãos a plenitude do poder e não queria absolutamente cedê-lo todo à monarquia. “A burguesia prussiana, nominalmente, era dona do poder e não duvidava de que as forças do antigo regime se pusessem, incondicionalmente, a sua disposição, convertendo-se em partidários devotados da sua onipotência” (Marx e Engels). A democracia russa de 1917, que reuniu, desde o início da insurreição, todo o poder em suas mãos, esforçou-se não só em reparti-lo com a burguesia, como também ansiava por entregar-lhe completamente os negócios públicos. Isso significa, talvez, que, no primeiro quartel do século XX, a democracia oficial da Rússia atingira um grau de decomposição política mais acentuado do que o da burguesia alemã, em meados do século XIX. Esse

estado de coisas obedece a uma lei lógica, porquanto representa o reverso da progressão ascensional realizada em algumas décadas pelo proletariado, o qual substituiu os artesãos de Cromwell e os *sans-culottes* de Robespierre.

Se considerarmos mais profundamente a questão, veremos que o duplo poder do Governo Provisório e do Comitê Executivo tinha nítido caráter de reflexão. O verdadeiro candidato ao novo poder só poderia ser o proletariado. Os conciliadores, que se apoiavam sem segurança nos operários e nos soldados, viam-se forçados, em virtude da situação, a manter a contabilidade dupla, dos tzares e profetas. O duplo poder dos liberais e democratas refletia apenas uma divisão de autoridade ainda não evidente, entre a burguesia e o proletariado. Quando os bolcheviques expulsarem os conciliadores dos postos diretivos dos soviets – isto dentro de alguns meses – a dualidade de poderes, até então subterrânea, manifestar-se-á e estaremos na véspera da Revolução de Outubro. Até àquele momento a Revolução viverá num mundo de refrações políticas. Desviando-se através dos raciocínios dos intelectuais socialistas, a dualidade de poderes, fase da luta de classes, transformou-se em ideia reguladora. Foi assim que se converteu em centro da discussão teórica. Nada se perde. O caráter reflexo da dualidade de poderes da Revolução de Fevereiro permitiu que fossem melhor compreendidas as fases históricas, nas quais essa dualidade apareceu como um episódio de sangue numa luta entre dois regimes. É assim que a luz tênue e reflexa da Lua permite estabelecer importantes conclusões sobre a luz solar.

Na infinitamente maior maturidade do proletariado russo, relativamente às massas urbanas das antigas revoluções, residia a particularidade essencial da Revolução Russa que, a princípio, conduziu ao paradoxo de uma dualidade de poderes semifantasmagórica e, em seguida, impediu que a dualidade real se resolvesse em proveito da burguesia. Porque a questão se apresentava do seguinte modo: ou a burguesia se apoderava efetivamente do velho aparelho de Estado, reformando-o para servir aos seus desígnios, e, então, os soviets deveriam desaparecer; ou então os soviets constituiriam a base do novo Estado pela liquidação, não só do aparelho antigo, como também do predomínio das classes que dele se serviam. Os mencheviques e os socialistas revolucionários inclinaram-se para a primeira solução. Os bolcheviques para a segunda. As classes oprimidas que, segundo Marat, não tinham tido outrora nem conhecimentos, nem experiência, nem direção para

levarem a termo a sua obra, encontraram-se, na Revolução do século XX, providas desses três recursos. E os bolcheviques triunfaram.

Um ano depois da sua vitória, esta mesma questão se apresentou à Alemanha, sob a forma de outra relação de forças. A social-democracia inclinava-se para a instalação de um poder democrático da burguesia e para a liquidação dos soviets. Rosa Luxemburgo e Liebknecht eram pela ditadura dos soviets. Os sociais-democratas venceram. Max Adler, na Áustria, e Hilferding e Kautsky na Alemanha, propunham “combinar” a democracia com o sistema soviético pela integração dos soviets operários na Constituição. Teria sido transformar a guerra civil, de potencial ou declarada, em uma componente do regime de Estado. Não se poderia imaginar utopia mais curiosa. Sua única justificativa, em território alemão, estaria talvez em uma velha tradição: em 1848, os democratas de Wurtemberg já haviam exigido uma república presidida pelo duque.

Estaria o fenômeno de duplo poder, até hoje insuficientemente estudado, em contradição com a teoria marxista do Estado, que considera o governo como o comitê executivo da classe dominante? É o mesmo que perguntar: a oscilação dos preços, sob a influência da lei da oferta e da procura, contradiz a teoria do valor baseado no trabalho? O devotamento da fêmea que defende o seu filhote refutará a teoria da luta pela existência? Não, nesses fenômenos encontramos apenas uma combinação mais complexa das mesmas leis. Se o Estado é uma organização da supremacia da classe e se a Revolução é a substituição da classe dominante, a transmissão do poder de uma para a outra deve, necessariamente, criar antagonismos na situação do Estado, principalmente sob a forma de uma dualidade de poderes. A relação de forças das classes não é uma grandeza matemática, suscetível de cálculo *a priori*. Quando se altera o equilíbrio do velho regime, a nova relação de forças só se pode estabelecer como resultado de sua computação recíproca na luta. E é isso a Revolução.

Podem parecer que essa digressão teórica nos tenha desviado dos acontecimentos de 1917. Em verdade, porém, fez-nos penetrar no âmago do assunto. Foi precisamente em torno do problema da dualidade dos poderes que se desenrolou a luta dramática entre os partidos e as classes. Somente do alto da teoria teríamos podido descortinar essa luta e compreendê-la exatamente.

.....

Capítulo XII

O COMITÊ EXECUTIVO

AQUILO QUE SE CRIOU, a 27 de fevereiro, no Palácio de Táuride, sob a denominação de Comitê Executivo do Soviete dos deputados operários, pouco tinha de comum, em essência, com aquele nome. O soviete dos deputados operários de 1905, primeiro ancestral do sistema, nascera da greve geral. Representava diretamente as massas em luta. Os cabeças da greve tornavam-se deputados ao soviete. A seleção dos efetivos era feita ao fragor dos canhões. O órgão diretivo foi eleito pelo soviete para conduzir, ulteriormente, a luta. Foi precisamente o Comitê Executivo de 1905 que pôs em ordem do dia a insurreição armada.

A Revolução de Fevereiro, graças à sublevação dos regimentos, venceu antes que os operários tivessem constituído os seus sovietes. O Comitê Executivo formou-se arbitrariamente, antes do Soviete, independentemente das usinas e dos regimentos, e depois da vitória da Revolução.

Vemos nisso a iniciativa clássica de radicais que se mantêm à margem da luta revolucionária, dispostos todavia à colheita dos frutos. Os verdadeiros chefes operários ainda não haviam abandonado as ruas e, ora desarmando uns, ora armando outros, consolidavam a vitória. Os mais previdentes dentre eles sentiram-se imediatamente alarmados com as informações

que anunciavam a criação, no Palácio de Táuride, de um certo Soviete de deputados operários. Do mesmo modo que a burguesia liberal, na expectativa de uma Revolução palaciana a ser desfechada por alguém, preparara, durante o outono de 1916, um governo de reserva para ser imposto, em caso de sucesso, ao novo tzar – os intelectuais radicais constituíram seu subgoverno de reserva, no exato momento da vitória de fevereiro. E como, pelo menos no passado, já haviam aderido ao movimento operário, mostravam-se agora dispostos a se protegerem sob essas tradições, batizando o seu rebento com o título de Comitê Executivo do Soviete. Isso foi uma das falsificações meio premeditadas das quais a História está cheia, principalmente a história dos levantes populares. Quando os acontecimentos assumem feição revolucionária e quebram a ordem de sucessão, as camadas “instruídas”, convocadas a participar do poder, apropriam-se, sofregamente, de nomes e de símbolos ligados às recordações heroicas das massas. As palavras frequentemente dissimulam a essência das coisas, sobretudo quando estão em jogo os interesses das camadas influentes. A enorme autoridade do Comitê Executivo, desde o dia da sua criação, apoiava-se no pretenso direito de sucessão ao soviete de 1905. O Comitê, ratificado pela primeira assembleia caótica do Soviete, exerceu influência decisiva, quer na composição do Soviete, quer em sua política. Esta influência tinha caráter tanto mais conservador quanto à seleção natural dos representantes revolucionários, via de regra assegurada por uma incandescente atmosfera de luta, não mais se processava. A insurreição já pertencia ao passado; a vitória a todos inebriava, e todos se dispunham a reorganizar as próprias existências; os espíritos amoleceram, e algumas cabeças também. Foram necessários meses de conflitos e de lutas sob novas condições, lutas que determinariam o reagrupamento dos homens, para que os sovietes, órgãos destinados a ultimar a vitória, se tornassem verdadeiros órgãos de luta e de preparação para um novo levante. Insistimos tanto mais sobre este aspecto da questão quanto ele, até hoje, tem permanecido completamente na sombra.

Entretanto, não foi somente devido às condições dentro das quais se formaram o Comitê Executivo e o Soviete o que determinou o caráter moderado e conciliador de ambos; havia causas mais profundas e mais duradouras a agir no mesmo sentido.

Contavam-se, em Petrogrado, mais de 150 mil soldados. Os operários e as operárias, de todas as categorias, eram em número pelo menos quatro vezes maior. Não obstante, para cada dois delegados operários ao soviete, havia cinco delegados soldados. As normas da representação eram extremamente elásticas, todos os desvelos eram para os soldados. Ao passo que os operários elegiam apenas um representante por grupo de mil, pequenos contingentes militares enviavam, com frequência, dois delegados. O pano cinza dos uniformes constituía o pano de fundo do Soviete.

Mesmo entre os civis, nem todos foram eleitos pelos operários – longe disso! Ao Soviete foi admitido grande número de indivíduos, ora a convite pessoal, ora por proteção, ou simplesmente graças aos próprios cambalachos – advogados e médicos radicais, estudantes, jornalistas que representavam diversos grupos problemáticos e, com maior frequência, as próprias ambições pessoais. Essa modificação evidente no caráter do Soviete era tolerada de bom grado pelos dirigentes, que nada desejavam de melhor senão diluir a essência muito ativa das fábricas e das casernas com a água morna da pequena burguesia instruída. Bastantes daqueles recém-vindos ocasionais, caçadores de aventuras, impostores, palradores habituados à tribuna e que abriam caminho às cotoveladas, mantiveram em suspenso, durante muito tempo, os operários silenciosos e os soldados irresolutos.

Se isto acontecia em Petrogrado, não é difícil imaginar o que se passava no interior, onde a vitória chegara sem luta alguma. O país inteiro formigava de soldados. As guarnições de Kiev, de Helsingfors, Tiflis não eram menos numerosas do que a de Petrogrado; em Saratov, Samara, Tambov, Omsk, havia de 70 a 80 mil soldados; em Yaroslavl, em Ekaterinoslav, em Ekaterinburg, 60 mil; em outras cidades, orçavam eles pelos 50 mil, 40 mil e 30 mil. A representação soviética se organizava diferentemente, segundo os lugares, mas colocava sempre a tropa em situação privilegiada. Manifestava-se, assim, politicamente, o esforço pessoal dos operários para se aproximarem o mais possível dos soldados. Os dirigentes apressavam-se também, prazerosamente, a agradar os oficiais. Além do grande número de tenentes e de subtenentes que, logo nos primeiros tempos, saíram das fileiras, concedia-se, frequentemente, sobretudo nas províncias, uma representação particular também ao comando. Disto resultou que os militares contavam, em numerosos sovietes, com maioria esmagadora. A massa dos

soldados, que ainda não havia adquirido fisionomia política, determinava, por intermédio dos seus representantes, a fisionomia dos soviets.

Em qualquer representação há sempre um elemento de desproporção. Esse elemento é particularmente considerável logo após as insurreições. Com frequência figuraram como deputados dos soldados politicamente incapazes, logo no início, pessoas absolutamente estranhas à tropa e à Revolução, intelectuais e semi-intelectuais de toda espécie, emboscados nas guarnições da retaguarda e que, por conseguinte, se mostravam patriotas extremados. Assim criava-se uma divergência entre a mentalidade das casernas e a dos soviets. O oficial Stankevich, que foi recebido pelos homens de seu batalhão, após a insurreição, com ar sombrio e desconfiado, falou com sucesso, em uma seção de soldados, sobre o tema palpitante da disciplina. “Por que motivo”, perguntava ele, “as disposições dos espíritos, no Soviete, são mais suaves, mais agradáveis, que as do batalhão?” Esta ingênua incompreensão demonstra mais uma vez como é difícil aos verdadeiros sentimentos da base abrir caminho para o vértice.

Entretanto, desde o dia 3 de março, nos *meetings* dos soldados e dos operários começava-se a exigir do Soviete que eliminasse imediatamente o Governo Provisório da burguesia liberal e que se apoderasse do poder. A iniciativa, ainda neste ponto, pertenceu ao bairro de Vyborg. Que reivindicação, com efeito, poderia ser mais compreensível, mais inerente às massas? Esta agitação, entretanto, foi logo paralisada. Não apenas porque os partidários da defesa nacional a ela se opuseram violentamente, como também porque, o que é mais grave, a direção bolchevista, já na primeira quinzena de março, dobrava-se realmente diante do regime do duplo poder. Os dirigentes do bairro de Vyborg foram obrigados a bater em retirada. Os operários de Petrogrado, portanto, não confiaram uma hora sequer no novo Governo e não o consideraram mesmo como sendo o governo deles. Prestavam, porém, atenção aos soldados, esforçando-se por não se oporem brutalmente a eles. Quanto aos soldados, que começavam a soletrar as primeiras letras da política, apesar de, como bons mujiques, não depositarem confiança num figurão qualquer, prestam firme atenção aos seus próprios representantes, que, por seu lado, ouviam respeitosamente os líderes autorizados do Comitê Executivo, enquanto que os últimos nada mais faziam que ansiosamente sondar as disposições da burguesia liberal.

Das mais baixas às mais altas camadas, tudo repousava nessas atenções – mas de modo provisório.

Entretanto, o estado de alma da base transparecia, e a questão do poder, afastada de maneira artificial, repontava sempre, se bem que de modo disfarçado. “Os soldados não sabem, a quem escutar”, declaram os bairros e as províncias, levando assim suas queixas ao Executivo, a respeito da dualidade de poderes. As delegações das esquadras do Báltico e do mar Negro afirmam, a 16 de março, que estão dispostas a considerar o Governo Provisório enquanto este proceder de acordo com o Comitê Executivo. Em outras palavras aqueles delegados dispunham-se a não considerar o Governo de modo algum. Com o correr dos dias, acentua-se cada vez mais insistentemente aquela declaração. “O Exército e o povo devem obedecer somente às decisões do Soviete”, tal foi a resolução do 172º Regimento da reserva, o qual, concomitantemente, formula o seguinte corolário: “As ordens do Governo Provisório, que se contrapuserem às decisões do Soviete, não estão sujeitas a execução.” O Executivo sancionou este dispositivo com um sentimento complexo de satisfação e de inquietação. O Governo tolerou-o com um rilhar de dentes. Nada mais restava fazer, quer a um quer a outro.

Já em princípio de março, surgiam sovietes em todas as cidades principais e em todos os centros industriais. Dentro de poucas semanas, disseminavam-se por todo o país. Começaram a chegar aos campos em abril e maio. A princípio era o Exército que falava em nome dos camponeses.

O Comitê Executivo do soviete de Petrogrado já havia adquirido, como era natural, a importância de uma grande instituição de Estado. Os demais sovietes acertavam o passo pelo da capital: adotavam, um após outro, resoluções de apoio condicional ao Governo Provisório. Se bem que, nos primeiros meses, as relações entre o soviete de Petrogrado e os sovietes das províncias se tivessem facilmente ajustado, sem conflitos e sem sérios desentendimentos, a necessidade de uma organização estatal nem por isso deixava ser a consequência de toda a situação. Um mês após a derrubada da autocracia, a primeira conferência dos sovietes foi convocada, incompleta e unilateral. Se, das 185 organizações representadas, os sovietes de localidades constituíam os dois terços, eram eles, sobretudo, sovietes de soldados: juntamente com os representantes das organizações do *front*, os delegados militares, em sua maior parte oficiais, constituíam esmagadora maioria.

Discursos ecoavam sobre a necessidade de prosseguir na guerra até a vitória total, assim como invectivas dirigidas contra os bolcheviques, apesar de a conduta dos bolcheviques ser mais que moderada. A conferência adjudicou 16 provincianos conservadores ao Comitê Executivo de Petrogrado, legitimando assim seu caráter de instituição de Estado.

A ala direita ficou, então, reforçada. Daí por diante intimidavam cada dia mais os descontentes ameaçando-os com a província. Uma decisão sobre a reorganização da composição do Soviete de Petrogrado, adotada a 14 de março, quase não foi posta em execução. Pouco importava realmente: não é um sovieta local que decide mas, ao contrário, o Comitê Executivo pan-russo. Os líderes oficiais ocuparam uma posição quase inacessível. As mais importantes decisões eram tomadas no Executivo, ou, mais exatamente, em seu núcleo dirigente, previamente de acordo com o núcleo do governo. O Soviete permanecia de lado. Chamavam-no de *meeting*. “Não é aí, em assembleias gerais, que se faz política, e todos esses *plenuns* não têm absolutamente qualquer importância prática” (Sukhanov). Enfatados, os senhores do destino presumiam que, ao lhes confiar a direção, os sovietes tinham, em resumo, realizado a sua tarefa. Um futuro próximo demonstrará que não era bem assim. A massa é bastante paciente, porém, não feita daquela argila que se pode modelar à vontade. E em épocas revolucionárias ela se instrui rapidamente. Nisto reside o mais alto poder da Revolução.

Para compreender melhor o desenvolvimento ulterior dos acontecimentos, é necessário parar na característica dos dois partidos que, no início da Revolução, formaram um bloco cerrado, predominaram nos sovietes, nas municipalidades democráticas, nos congressos da democracia dita revolucionária e conservaram mesmo, a maioria que, aliás, se diluía dia a dia, até a Assembleia Constituinte, que se transformou no último reflexo do passado poder, tal como o halo avermelhado no cimo da montanha iluminada pelos raios de um sol já no ocaso.

Se a burguesia russa surgiu tarde demais para ser democrática, a democracia russa, pelo mesmo motivo, desejou acreditar-se socialista. A ideologia democrática gastou-se até se esgotar irremediavelmente, no decurso do século XIX. Nos umbrais do século XX, a *intelligentsia* radical russa, caso quisesse conseguir acesso às massas, necessitaria de uma leve cor socialista. Tal foi, em conjunto, a causa histórica que determinou a

criação de dois partidos intermediários: mencheviques e socialistas revolucionários. Cada um deles, todavia, tinha sua genealogia e sua ideologia particulares.

As concepções dos mencheviques estabeleceram-se em bases marxistas. Como sempre, devido ao atraso histórico da Rússia, o marxismo ali consistia apenas não tanto na crítica da sociedade capitalista, mas no argumento do inevitável desenvolvimento burguês do país. Assim que a História sentiu necessidade, utilizou astuciosamente uma teoria castrada da Revolução proletária, a fim de europeizar, por tal meio e com espírito burguês, as grandes esferas da *intelligentsia* populista, avelhantada. Nesse *processus*, os mencheviques ocuparam lugar de destaque. Constituindo a ala esquerda da *intelligentsia* burguesa, eles ligavam-na às camadas intermediárias dos operários mais moderados, atraídos pelo trabalho legal em torno da Duma e nos sindicatos.

Os socialistas revolucionários, em contraposição, combatiam teoricamente o marxismo, apesar de sofrer a sua influência. Consideravam-se como um partido que realizava a aliança entre intelectuais, operários e camponeses, sob controle, bem entendido, da razão crítica. No domínio econômico, suas ideias representavam a mistura indigesta de diversos sedimentos históricos, refletindo as condições contraditórias da existência camponesa num país onde o capitalismo crescia rapidamente. A futura Revolução parecia, aos socialistas revolucionários, que não deveria ser nem burguesa nem socialista, mas “democrática”: substituíam pela fórmula política o conteúdo social. Traçavam, assim, para eles, um caminho entre a burguesia e o proletariado, e, por conseguinte, o papel de árbitros entre os dois. Depois de fevereiro parecia que os socialistas revolucionários estavam se aproximando dessa situação.

Desde a primeira Revolução, eles deitavam raízes na classe camponesa. Durante os primeiros meses de 1917, toda a *intelligentsia* dos campos assimilou a fórmula tradicional dos populistas: “Terra e Liberdade”. Ao contrário dos mencheviques, que sempre permaneceram partido exclusivamente urbano, os socialistas revolucionários tinham encontrado, segundo parecia, um apoio bastante forte entre os rurais. Ainda mais, eles dominavam também nas cidades: nos sovietes, pelas seções dos soldados, e nas primeiras municipalidades democráticas, onde conseguiam a maioria absoluta dos vo-

tos. A força desse partido parecia ilimitada. Em verdade, havia nisto apenas uma aberração política. Um partido no qual todos votam, excetuada a minoria que sabe em quem votar, não é um partido, da mesma forma que a língua falada pelas criancinhas de todos os países não é uma língua nacional. O Partido Socialista Revolucionário batizava com nomes solenes tudo aquilo que era prematuro, informe e confuso, na Revolução de Fevereiro. Todo aquele que não tivesse herdado do passado pré-revolucionário motivos suficientes para votar, quer nos cadetes, quer nos bolcheviques, votava com os socialistas revolucionários. Os cadetes, porém, permaneciam no campo fortificado dos proprietários. Os bolcheviques eram ainda pouco numerosos, incompreensíveis, e mesmo temíveis. Votar nos socialistas revolucionários significava votar pela Revolução em seu conjunto e em nada comprometia. Nas cidades, significava um esforço dos soldados para se aproximarem do partido que defendia a causa dos camponeses, um esforço dos elementos atrasados da classe operária para manter-se mais perto dos soldados, um esforço do povo simples das cidades para não se separar dos soldados e dos camponeses. Nesse período, um cartão de membro do Partido Socialista Revolucionário concedia direito provisório de penetrar nas instituições revolucionárias e conservava o seu valor até que fosse trocado por outro documento de valor mais sério. Não foi sem motivo que se disse do grande partido que arrastava todo mundo não passar de um zero grandioso.

A partir da primeira Revolução, os mencheviques deduziam a necessidade de uma aliança com os liberais, segundo o caráter burguês da Revolução, e colocavam esta aliança acima de uma colaboração com a classe camponesa, considerada como aliada pouco segura. Os bolcheviques, contrariamente, baseavam toda a perspectiva da Revolução numa aliança do proletariado com os camponeses contra a burguesia liberal. Como os socialistas revolucionários julgavam-se, antes de mais nada, partido camponês, era de esperar que na Revolução se efetuasse a aliança entre bolcheviques e populistas, em contraposição à aliança dos mencheviques com a burguesia liberal. Em realidade, vemos na Revolução de Fevereiro um grupamento inverso. Os mencheviques e os socialistas revolucionários agiam em estreito entendimento, o que completa o bloco que constituem com a burguesia liberal. Os bolcheviques, no campo oficial da política, permanecem completamente isolados.

Esse fato, à primeira vista inexplicável, é em verdade absolutamente lógico. Os socialistas revolucionários de maneira alguma constituíam um partido camponês, apesar das numerosas simpatias com que nos campos eram acolhidas as suas palavras de ordem. O núcleo essencial do partido – aquele que determinava a política efetiva e de seu próprio meio, destacava ministros e funcionários – estava muito mais intimamente ligado com os círculos liberais e radicais da cidade do que com as massas camponesas sublevadas. Esse núcleo dirigente, terrivelmente avolumado pelo afluxo dos socialistas revolucionários oportunistas de março, ficou apavorado com a amplitude do movimento camponês que obedecia às suas palavras de ordem. Os *narodniks* [populistas] de última hora desejavam, é verdade, o maior bem possível aos camponeses, porém nada queriam com o galo vermelho, não desejavam incêndios. O pavor dos socialistas revolucionários, perante os campos sublevados, é paralelo ao dos mencheviques perante a ofensiva do proletariado; ao mesmo tempo, o pavor dos democratas refletia o perigo real que o movimento dos oprimidos representava para as classes possuidoras, pavor que agrupou essas classes num campo único de reação burguesa e aristocrática. O bloco dos socialistas revolucionários com o governo do nobre proprietário Lvov representava a ruptura daqueles com a Revolução agrária, assim como o bloco dos mencheviques com os industriais e banqueiros da espécie de Guchkov, de Tereshchenko e de Konovalov, equivalia à ruptura dos primeiros com o movimento do proletariado. A aliança dos mencheviques com os socialistas revolucionários significava, em tais condições, não uma colaboração do proletariado com os camponeses, mas uma coligação de partidos que haviam rompido com os proletários e os camponeses, para se associarem, num bloco comum, às classes possuidoras.

Do que acima se disse, conclui-se claramente até que ponto era fictício o socialismo dos dois partidos democráticos; o que tampouco significa que o democratismo de ambos fosse verdadeiro. Ao contrário: era justamente a anemia do democratismo que necessitava de um disfarce socialista. O proletariado russo conduzia a luta pela democracia dentro de antagonismo irreduzível com a burguesia liberal. Os partidos democráticos, por constituírem um bloco com a burguesia liberal, deviam inevitavelmente entrar em conflito com o proletariado. São estas as raízes sociais da luta implacável que se travou, em seguida, entre conciliadores e bolcheviques.

Se reconduzirmos o *processus* esboçado linhas atrás, até a simples estrutura do seu mecanismo de classe – do qual, bem entendido, os participantes, e mesmo os dirigentes de ambos os partidos conciliadores não tiveram a menor consciência – obter-se-á, com alguma aproximação, a seguinte distribuição das funções históricas: a burguesia liberal não mais podia assenhorear-se da massa. Por conseguinte, temia a Revolução. Mas a Revolução era uma necessidade para o desenvolvimento da burguesia. Da burguesia emancipada destacaram-se dois clãs que se compunham de seus irmãos e filhos mais jovens. Um dos destacamentos dirigiu-se aos operários; o outro, aos camponeses. Ambos tentaram atrair operários e camponeses, demonstrando, com ardor e sinceridade, que eles eram de fato socialistas hostis à burguesia. Desse modo eles conseguiram, realmente, uma influência considerável sobre o povo. Em pouco tempo, entretanto, o efeito resultante das ideias ultrapassou o pensamento. A burguesia sentiu-se em perigo de morte e deu sinal de alarme. Os dois clãs, dela destacados, mencheviques e socialistas revolucionários, responderam em uníssono ao chamado do primogênito. Esquecendo antigas dissensões, formaram ombro a ombro, e, dando as costas às massas, correram em socorro da sociedade burguesa.

Os socialistas revolucionários, mesmo quando comparados aos mencheviques, espantavam pela friabilidade e pela moleza. Aos olhos dos bolcheviques, em todos os momentos graves, eles apenas pareciam cadetes de terceira ordem. Aos cadetes, eles pareciam ser bolcheviques de terceira ordem. (Em ambos os casos, a segunda qualidade era sempre atribuída aos mencheviques.) A base móvel e a ideologia informe dos socialistas revolucionários acarretavam a seleção individual correspondente: todos os líderes socialistas revolucionários ostentavam o estigma do inacabado, do superficial, e da leviandade sentimental. Pode-se dizer sem temer algum exagero: um bolchevique da base mostrava mais perspicácia política, isto é, mais perspicácia nas relações entre as classes, do que os mais ilustres chefes socialistas revolucionários.

Por falta de critérios sólidos, os socialistas revolucionários preferiam guiar-se por imperativos morais. É inútil mostrar que as pretensões moralizantes não os impediam, em absoluto, de revelar, em alta política, as patifarias mesquinhas que em geral tão bem caracterizam os partidos in-

termediários, desprovidos de base sólida, de doutrina clara e de eixo moral autêntico.

No bloco dos mencheviques e dos socialistas revolucionários, o papel dirigente cabia aos mencheviques, se bem que a maioria fosse incontestavelmente partidária dos socialistas revolucionários. Essa distribuição de papéis traduzia, a seu modo, a hegemonia da cidade sobre o campo, a preponderância da pequena burguesia urbana sobre a rural, e finalmente, a predominância ideológica da *intelligentsia* “marxista” sobre essa outra “*intelligentsia*” que se prendia a uma sociologia nacionalista de “russos autênticos” e se prevalecia da indigente história progressa do país.

Nas primeiras semanas que sucederam à insurreição, nenhum dos partidos de esquerda, como é sabido, teve, na capital, qualquer espécie de estado-maior digno de tal nome. Os líderes dos partidos, geralmente conhecidos, viviam fora do país. Os de segunda categoria retornavam do longínquo Oriente de volta ao centro. Disso resultava a atitude de circumspecta expectativa entre os dirigentes provisórios, atitude que os aproximava. Nenhum dos grupos dirigentes, naquela semana, chegou a exprimir até o fim seu pensamento. A luta dos partidos, dentro do Soviete, tinha caráter extremamente pacífico: dir-se-ia tratar-se apenas de nuances no interior de uma única e mesma “democracia revolucionária”. É verdade que, à chegada de Tseretelli do exílio (19 de março), a direção soviética fez uma curva bastante brusca para a direita, no sentido de uma inteira responsabilidade em relação ao poder e guerra. Mas os bolcheviques também, em meados de março, sob a influência de Kamenev e Stalin, retornados do exílio, bifurcaram rapidamente para a direita, de sorte que a distância entre a maioria soviética e a oposição de esquerda tornou-se, em princípios de abril, bem menor talvez do que a que existia em princípios de março. A verdadeira diferenciação começou um pouco mais tarde. É-nos mesmo possível precisar-lhe a data: 4 de abril, dia seguinte ao da chegada de Lenine a Petrogrado.

O Partido Menchevique possuía, à frente de suas diversas tendências, um certo número de figuras eminentes, porém não contava com um só guia revolucionário. A extrema direita, dominada por velhos mestres da social-democracia russa, Plekhanov, Zassulich, Deutsch, mantinha-se, desde a autocracia, em posição patriótica. Precisamente às vésperas da Revolução de Fevereiro, foi que Plekhanov, em lamentável manifestação de

sobrevivência, publicou num jornal americano que as greves e os demais processos de luta dos operários da Rússia, seriam, daí por diante, considerados criminosos. Círculos mais amplos, de velhos mencheviques, personificados entre outros por Martov, Dan, Tseretelli, estavam ligados ao campo de Zimmerwald e rejeitavam qualquer responsabilidade a respeito da guerra. Mas o internacionalismo dos mencheviques de esquerda, tanto quanto o dos socialistas revolucionários de esquerda, dissimulava, na maioria dos casos, um espírito de oposição democrática. A Revolução de Fevereiro reconciliou a maioria daqueles zimmerwaldistas* com a guerra, na qual passaram a ver desde logo urna espécie de defesa da Revolução. Quem mais resolutamente enveredou por este caminho foi Tseretelli, que arrastou consigo Dan e outros. Martov, surpreendido em França pela guerra e que voltou somente a 9 de maio, não podia deixar ver que seus correligionários da véspera haviam chegado, após a insurreição de fevereiro, àquele ponto donde haviam partido Guesde, Sembat e outros, em 1914, quando se encarregaram de defender a república burguesa contra o absolutismo germânico. Tendo assumido a chefia da ala esquerda dos mencheviques, a qual não conseguiu adjudicar-se nenhum papel por menos sério que fosse, no elenco da Revolução, Martov ficou em oposição frente à política de Tseretelli e Dan, impedindo ao mesmo tempo o movimento de aproximação dos mencheviques de esquerda com os bolcheviques. Em nome do menchevismo oficial, agia Tseretelli, seguido de indubitável maioria; os patriotas anteriores à Revolução uniram-se facilmente aos patriotas do apelo de fevereiro. Plekhanov, entretanto, tinha seu grupo, inteiramente chauvinista, colocado fora do partido e fora, mesmo, do Soviete. A fração de Martov, sem deixar o partido, continuava desprovida tanto de jornal como de política próprios. Como sempre acontece nos grandes eventos históricos, Martov perdera irremediavelmente a cabeça e não se apoiava mais em cousa alguma. Em 1917, tal como em 1905, a Revolução mal tomou conhecimento da existência deste homem notável.

Cheidze, presidente da fração menchevique à Duma, viu-se quase que automaticamente elevado à presidência do Soviete de Petrogra-

* Este termo é aplicado àqueles que esperavam a conferência antiguerra dos socialistas, realizada em Zimmerwald em 1915, ou que aderiam a seu programa. A conferência se reuniu no ano seguinte em Kienthal. [Nota de Max Eastman.]

do, e, em seguida, à presidência do Comitê Executivo central. Esforçava-se ele por incorporar ao cumprimento de seus deveres toda a reserva de probidade que possuía, e encobria sua incerteza permanente com pilhérias de mau gosto. Ele exibia o cunho indelével de sua origem provinciana. A Geórgia montanhosa, terra do sol, dos vinhedos, terra de camponeses e de pequenos senhores feudais, contava com fraca porcentagem de operários e produzia uma ampla camada de intelectuais de esquerda, maleáveis, temperamentais, mas, em sua esmagadora minoria, não se podendo elevar acima dos horizontes do pequeno burguês. Às quatro Dumas, a Geórgia deputara mencheviques e, nas quatro facções parlamentares, esses deputados desempenharam o papel de líderes. A Geórgia tornou-se a Gironda da Revolução russa. Se os girondinos do século XVII foram acusados de federalismo, as girondinos da Geórgia, tendo começado pela defesa de uma Rússia una e indivisível, acabaram no separatismo.

A mais notável figura da Gironda georgiana foi, indiscutivelmente, Tseretelli, antigo deputado à segunda Duma e que desde sua volta do exílio encabeçou não somente os mencheviques como toda a maioria soviética de então. Nem teórico e nem mesmo jornalista, porém, notável orador, Tseretelli era e permaneceu um radical do tipo francês meridional. Num regime de rotina parlamentar sentir-se-ia como peixe na água. Nasceria, porém, em época revolucionária e, na mocidade, intoxicara-se com certa dose de marxismo. Em todo o caso foi, dentre todos os mencheviques, o que demonstrou, no decorrer dos acontecimentos revolucionários, voos mais altos e o que envidou maiores esforços para ser consequente. Foi precisamente por isso que, bem mais do que outros, contribuiu para o desmoronamento do regime de fevereiro. Cheidze submetia-se inteiramente a Tseretelli ainda que, por vezes, intimidado perante a intransigência do doutrinário que aproximava o revolucionário, ainda ontem presidiário, dos representantes conservadores da burguesia.

O menchevique Skobelev, que devia sua recente popularidade ao fato de ter sido deputado à última Duma, causava, não somente devido ao seu ar jovial, a impressão de um estudante que desempenha, em uma representação familiar, o papel de homem de Estado. Skobelev especializou-se na repressão de “excessos”, na eliminação de conflitos locais e ocupou-se, em geral, em calafetar as fissuras da dualidade de poderes,

até o momento em que, desempenhando desastroso papel de ministro do Trabalho, foi incluído no Governo de coligação do mês de maio.

Uma das figuras mais influentes entre os mencheviques foi Dan, velho militante do partido, que sempre fora considerado como auxiliar de Martov. Se, de um modo geral, o menchevismo estava impregnado, na carne e no sangue, dos costumes e do espírito da social-democracia alemã decadente, Dan parecia simplesmente um membro do comitê daquele partido alemão – um Ebert de categoria inferior. O Dan alemão realizou, com sucesso, um ano mais tarde, na Alemanha, a política mal sucedida do Ebert russo. As causas do êxito e do malogro, porém, não estavam nos homens, mas nas circunstâncias.

Se, na orquestra da maioria soviética, o primeiro violino estava representado por Tseretelli, Lieber tocava a plenos pulmões e com olhos injetados de sangue uma estridente clarineta. Menchevique da União Operária Israelita (*Bund*), tinha Lieber um passado revolucionário muito antigo, era homem sincero, de temperamento forte, eloquente, de espírito muito limitado e que esforçava-se, apaixonadamente, por parecer patriota inflexível e rígido homem de estado. Lieber porejava ódio contra os bolcheviques.

A falange dos líderes mencheviques pode fechar-se com Voitinsky, antigo bolchevique ultraesquerdista, figura preeminente da primeira Revolução, que contava com tempo de presídio, e que, em março, rompera com o partido no que dizia respeito ao patriotismo. Filiando-se aos mencheviques, Voitinsky, como era de esperar, transformou-se em devorador profissional dos bolcheviques. Apenas não tinha bastante temperamento para igualar-se a Lieber no que diz respeito à perseguição de seus antigos correligionários.

O estado-maior dos populistas, igualmente pouco homogêneo, era bem menos importante e brilhante. Os chamados socialistas populistas constituíam o flanco da extrema-direita, eram capitaneados pelo velho emigrado Chaikovsky, cujo chauvinismo militante equivalia ao de Plekhanov, mas que, entretanto, não possuía o talento nem contava com um passado idêntico ao daquele. Ao lado de Chaikovsky encontrava-se uma anciã, Breshko-Breshkovskaia, apelidada pelos socialistas revolucionários de “Vovó da Revolução Russa” mas que zelosamente se esforçava por ser a madrinha da contrarrevolução. O anarquista veterano, Kropotkin, que

desde a juventude conservava um fraco pelos populistas, aproveitou-se da guerra para desautorizar tudo o que havia ensinado durante meio século: negador do Estado, sustentou a Entente e, se condenava a dualidade de poderes na Rússia, não era com a intenção de exigir a supressão do poder, mas sim para reclamar o poder único da burguesia. Todavia esses velhos desempenhavam um papel decorativo, se bem que Chaikovsky mais tarde, durante a guerra contra os bolcheviques, tenha encabeçado um dos governos brancos sustentados por Churchill.

O primeiro lugar entre os socialistas revolucionários, e muito antes dos demais, não no partido, porém acima dele, foi ocupado por Kerensky, homem que não possuía qualquer passado partidário. Devemos ainda, e mais de uma vez, tecer considerações em torno desta figura providencial, cuja força consistia, num período de dualidade de poderes, nas combinações das fraquezas do liberalismo com as fraquezas da democracia. Ao aderir, formalmente, ao Partido Socialista Revolucionário, Kerensky em nada alterou sua desdenhosa opinião quanto aos partidos em geral: considerava-se o eleito direto da nação. Em verdade, porém, não deixara, àquela altura o próprio Partido Socialista Revolucionário de ser um partido, por se ter transformado em grandiosa nulidade, verdadeiramente nacional. Em Kerensky encontrou um líder adequado.

Chernov, futuro ministro da Agricultura, e logo a seguir presidente da Assembleia Constituinte, era incontestavelmente a figura mais representativa do velho Partido Socialista Revolucionário e, não por mero acaso, o consideravam como o inspirador, o teórico e o guia desse partido. Homem que possuía consideráveis conhecimentos, porém não articulados de forma a constituir um todo, mais erudito do que instruído, Chernov tinha sempre à sua disposição um almanaque ilustrado de citações apropriadas às circunstâncias, capaz de por muito tempo ter impressionado a juventude russa, sem entretanto ensinar-lhe grande coisa. Apenas uma pergunta havia para a qual o prolixo líder não encontrava resposta: Quem o conduzia, e para onde? As fórmulas ecléticas de Chernov, sazoadas com moral e rimas, congregaram, por algum tempo, um público díspar que, nos momentos críticos, se dispersava por todos os lados. Não é de admirar que Chernov tenha querido, fatuamente, opor seu método de formação de um partido ao “sectarismo” de Lenine.

Chernov regressou do estrangeiro cinco dias após Lenine: finalmente a Inglaterra deixara-o passar. Às múltiplas aclamações do Soviete o líder do maior partido respondeu com o mais longo discurso, discurso que Sukhanov, semissocialista revolucionário, assim classificou: “Eu não estava sozinho, e comigo encontravam-se muitos outros patriotas do Partido Socialista Revolucionário, a fazer caretas e a menear a cabeça, perguntando-se por que ele cantava de modo tão desagradável, com tão estranhas afetações, revirando os olhos e perorando interminavelmente a propósito de nada.” Toda a atividade ulterior de Chernov, na Revolução, manteve o mesmo diapasão de seu primeiro discurso. Depois de algumas tentativas, em diversas circunstâncias, para se opor, com a esquerda, a Kerensky e a Tseretelli, Chernov, bloqueado por todos os lados, rendeu-se sem combate, purificou-se de seu zimmerwaldismo de emigrado, entrou para a Comissão de Contato e, mais tarde, para o Governo de coligação. Tudo o que fazia dava mal resultado. Decidiu, conseqüentemente, esquivar-se. A abstenção na hora de votar transformou-se para ele em uma forma de existência política. Seu prestígio, no período de abril a outubro, diluiu-se ainda mais rapidamente do que as fileiras de seu partido. Estabelecidas as dessemelhanças entre Chernov e Kerensky, que reciprocamente se odiavam, devemos dizer que ambos tinham suas origens no passado pré-revolucionário, na antiga e arruinada sociedade russa, na anêmica e pretensiosa *intelligentsia* que ardia em desejos de esclarecer as massas populares, de tomá-las sob sua tutela e garantir-lhes benevolência, sendo entretanto absolutamente incapaz de escutá-las, compreendê-las e delas tirar qualquer ensinamento. Ora, na falta de tais atributos, não pode haver política revolucionária.

Avksentiev, elevado pelo seu partido aos mais altos postos da Revolução, presidente do Comitê Executivo dos deputados camponeses, ministro do Interior, presidente do Pré-Parlamento – representava uma verdadeira caricatura de homem político: cativante professor de literatura do liceu feminino de Orel – eis tudo o que dele se pode dizer. Em verdade, porém, sua atividade política revelou-se bem mais nociva do que a sua própria pessoa.

Gotz desempenhou, se bem que nos bastidores, um papel considerável no seio da fração socialista revolucionária e do núcleo dirigente do Soviete. Terrorista oriundo de conhecida família revolucionária, Gotz

era menos pretensioso e mais ativo do que seus mais próximos amigos políticos. Em sua qualidade de “prático”, como o chamavam, limitava-se às questões de copa e cozinha, cedendo a outros os grandes problemas. É necessário, aliás, acrescentar que ele não era nem orador nem escritor, e que o seu principal recurso era a autoridade pessoal granjeada pelos anos de trabalhos forçados.

Em substância, mencionamos todos aqueles que podiam ser mencionados, entre os que faziam parte do círculo dirigente dos populistas. Seguem-nos figuras inteiramente fortuitas, gênero Filipovsky, cuja ascensão aos altos cimos do Olimpo de Fevereiro ninguém poderia explicar: talvez que o papel decisivo de sua carreira ele devesse a seu uniforme de oficial de marinha.

Ao lado dos líderes oficiais dos dois partidos que dominavam no Comitê Executivo, existiam bastantes elementos “selvagens”, isolados, que haviam participado de diferentes fases do movimento revolucionário do passado, pessoas que se afastaram da luta muito tempo antes da insurreição e que voltavam, apressadamente, sob a bandeira da Revolução vitoriosa, mas que não se apressavam em ficar sob o jugo de qualquer partido. Em todas as questões fundamentais, os “selvagens” seguiam a linha de conduta da maioria soviética. Nos primeiros tempos desempenharam mesmo o papel de dirigentes. À medida, porém, que os líderes oficiais iam regressando da deportação ou da emigração, os sem-partido eram empurrados para o segundo plano, a política tomava forma, o espírito partidário recuperava seus direitos.

Os adversários do Comitê Executivo, nos domínios da reação, mais de uma vez notaram, dali por diante, a “preponderância” dos alienígenas no Comitê: judeus, georgianos, letões, poloneses e outros. Se bem que, em relação à totalidade dos membros do Comitê Executivo, os alienígenas tenham ficado em proporção ínfima, é inegável que ocupavam lugar de grande destaque no Presidium, em diversas comissões, como relator, etc. Como os intelectuais das nacionalidades oprimidas, reunidos principalmente nas cidades, completassem vastamente as fileiras revolucionárias, não é de admirar que, na geração mais velha dos revolucionários, o número dos alienígenas tenha sido particularmente considerável. A experiência deles, se bem que nem sempre de primeira qualidade, tornava-os

indispensáveis à instituição de novas formas sociais. As tentativas realizadas para fazer acreditar que o decorrer da política dos Sovietes e da marcha de toda a Revolução devia-se à pretensa “preponderância” dos alienígenas, são, não obstante, de uma estupidez absoluta. O nacionalismo, mesmo neste caso, evidencia desprezo pela verdadeira nação, isto é, pelo povo, ao representá-lo, no período de seu grande despertar nacional, como um simples instrumento em mãos estranhas e fortuitas. Como, porém, e por que, conseguiram as alienígenas influência tão prodigiosa entre milhões de autóctones? E, em verdade, no exato momento de profunda reviravolta histórica que a massa nacional recorre aos serviços de elementos que ainda na véspera eram oprimidos e, por conseguinte, se mostram os mais pressurosos em dar expressão aos novos problemas. Não são os alienígenas que conduzem a Revolução: é a Revolução nacional que se serve deles. O mesmo se deu por ocasião das grandes reformas que foram realizadas pelas cúpulas do passado. A política de Pedro I não deixou de ser nacional quando, desviando-se das rotas envelhecidas, utilizou alienígenas e estrangeiros. Os mestres-artesãos do bairro alemão e os holandeses capitães de navios, exprimiam melhor, naquele período, as necessidades do desenvolvimento nacional da Rússia do que os popes russos, outrora introduzidos pelos gregos, ou do que os boiardos moscovitas que também se queixavam da invasão estrangeira, se bem que tivessem eles mesmos provindo de alienígenas que haviam entrado na formação do Estado russo. Como quer que seja, a *intelligentsia* alienígena de 1917 estava subdividida pelos mesmos partidos que subdividiram a *intelligentsia* puramente russa, sofria dos mesmos vícios, cometia as mesmas faltas, e foram justamente os alienígenas que, entre os mencheviques e os socialistas revolucionários, alardearam zelo muito especial relativamente à defesa da unidade da Rússia.

Assim se apresentava o Comitê Executivo; órgão supremo da democracia. Dois partidos que haviam perdido suas ilusões, porém conservado seus preconceitos, com um estado-maior de dirigentes incapazes de passar da palavra aos atos, acharam-se à frente da Revolução chamada a romper as barreiras seculares e estabelecer as bases de uma nova sociedade. Toda atividade dos conciliadores tornou-se um encadeamento de contradições dolorosas que debilitavam as massas populares e preparavam as convulsões da guerra civil.

Os operários, os soldados, os camponeses, levavam a sério os acontecimentos. Achavam que os soviets, criados por eles mesmos, deviam tratar imediatamente da supressão das calamidades que haviam engendrado a Revolução. Corriam todos para os soviets. Para lá cada um levava um sofrimento particular. Ora; quem seria aquele que não tivesse um sofrimento? Exigiam-se decisões, esperava-se auxílio, esperava-se justiça, insistia-se pelas represálias. Procuradores queixosos, solicitadores, acusadores, acreditavam que o poder hostil já houvesse sido substituído pelo seu próprio poder. O povo confia no soviets, o povo está armado; logo, o soviets é, com certeza, o governo. Assim o compreendia o povo – e não tinha razão? Um fluxo ininterrupto de soldados, de operários, de mulheres de soldados, de pequenos comerciantes, de empregados, de mães e de pais, abriam e fechavam as portas, perquiriam, questionavam, choravam, reclamavam, impunham medidas, indicando, às vezes, com exatidão, quais seriam elas – e transformavam o soviets em poder revolucionário real. “Aquilo não interessava aos soviets nem entrava, de maneira alguma, em seus planos”, gemia nosso conhecido Sukhanov, o qual, bem entendido, combatia o *processus* na medida do possível. Com êxito? Infelizmente ele foi obrigado a confessar, pouco depois, que “o aparelho soviético se pusera, a seu pesar, automaticamente em posição contrária à vontade do Soviets, e a repelir a máquina oficial do Estado que cada vez mais trabalhava no vazio”. Que faziam, porém, os doutrinadores da capitulação, os mecânicos do trabalho inútil? Não havia outro remédio senão resignar-se e assumir certas funções governamentais”, confessa melancolicamente Sukhanov, “sempre a sustentar a ficção de que a direção se encontrava no Palácio Marinsky”. Eis com que se ocupavam aquelas pessoas em um país arruinado, envolvido pelas chamas da guerra e da Revolução: com recursos carnavalescos defendiam o prestígio de um governo que o povo organicamente repelia. Morra a Revolução, mas viva a ficção! Ora, concomitantemente, o poder que aquela gente expulsava pela porta, tornava a entrar pela janela, e, de cada vez que assim fazia, surpreendia os desprevenidos e os colocava em situação ridícula ou indigna.

Na noite de 28 de fevereiro, o Comitê Executivo havia interdita-do a imprensa monarquista e estabelecido, para os jornais, um regime de autorizações prévias. Ouviram-se protestos. Os que mais fortemente gritavam eram aqueles que tinham o hábito de amordaçar todo o mundo. Alguns dias

após, o Comitê esbarrou de novo no problema da liberdade de imprensa: autorizar ou não a circulação de jornais reacionários? Surgiram discórdias. Doutrinários, tipo Sukhanov, batiam-se pela liberdade absoluta da imprensa. Cheidze, inicialmente, não concordava: como deixar armas à disposição não controlada de inimigos mortais? Diga-se de passagem, que ninguém se lembrou, por um instante que fosse, de submeter a questão à decisão do Governo. Aliás, teria sido em vão: os operários tipógrafos não admitiam senão as decisões do Soviete. A 5 de março, o Comitê Executivo confirmou: interditar as publicações da direita e subordinar a publicação de jornais novos à autorização do Soviete. A partir do dia 10, entretanto, esta decisão foi revogada, em virtude do ataque dos círculos burgueses. “Bastaram três dias para que tudo voltasse ao racional”, exclamava, triunfalmente, Sukhanov. Triunfo infundado! A imprensa não está acima da sociedade. As condições de sua existência, em tempo de Revolução, refletem a marcha da própria Revolução. Quando a Revolução assume ou ameaça assumir o caráter de guerra civil, nenhum dos campos beligerantes poderá admitir a existência de uma imprensa hostil, dentro de seu raio de ação, assim como não abandonará de bom grado o controle dos arsenais, das estradas de ferro, das tipografias. Na luta revolucionária, a imprensa nada mais é do que um raio de armamento. O direito de palavra, como quer que seja, não pode estar acima do direito de vida. Ora, a Revolução atribui-se a si própria esse último direito. Pode-se firmar a seguinte lei: Os governos revolucionários serão, tanto mais liberais, tanto mais tolerantes, tanto mais “generosos” para com a reação, quanto mais seu programa for mesquinho, quanto mais ligados ao passado estiverem, quanto mais conservador for seu papel. E inversamente: quanto mais grandiosas forem as tarefas, tanto maior será o número dos direitos e dos interesses por elas violados; quanto mais concentrado for o poder revolucionário, tanto mais apertada será sua ditadura. Quer seja bom, quer seja mau, foi precisamente por tais caminhos que a humanidade avançou até o presente. O Soviete tinha razão em querer manter o controle da imprensa. Por que, então, renunciou tão facilmente a exercê-lo? Porque, de modo geral, renunciara a toda espécie de luta séria. Calava-se quanto à guerra, quanto à distribuição de terras e até mesmo sobre a questão da república. Ao ceder o poder à burguesia conservadora perdera o motivo para temer a imprensa de direita assim como perdera a possibilidade de combatê-la. Em compensação,

poucos meses mais tarde, o Governo, sustentado pelo Soviete, adotou uma atitude de implacável repressão contra a imprensa de esquerda. Os periódicos dos bolcheviques foram interditados uns após outros.

A 7 de março, Kerensky declamava em Moscou: “Nicolau II está em minhas mãos... Não serei jamais o Marat da Revolução russa... Nicolau II, sob minha vigilância pessoal, partirá para a Inglaterra...” As damas atiravam flores, os estudantes aplaudiam. As massas porém se agitaram. Nenhuma Revolução séria, isto é, nenhuma das que tinham alguma coisa a perder, jamais havia deixado um monarca destronado escapar para o estrangeiro.* Os operários e os soldados não se cansavam de exigir a prisão dos Romanovs. O Comitê Executivo percebeu que não devia brincar com este assunto. Decidiu-se que o Soviete devia encarregar-se do caso dos Romanovs: desta forma foi abertamente reconhecido que o Governo não era digno de confiança. O Comitê Executivo ordenou a todas as estradas de ferro que não deixassem passar os Romanovs: eis por que motivo o trem do tzar errava pelas vias férreas. Um dos membros do Executivo, o operário Gvosdev, menchevique de direita, foi escolhido para o aprisionamento de Nicolau. Kerensky ficou assim desautorizado e, com ele, todo o Governo. Mas o Governo, em vez de se retirar, submeteu-se em silêncio. Já no dia 9 de março, Cheidze anunciava ao Comitê Executivo que o Governo “renunciara” à ideia de enviar Nicolau para a Inglaterra. O tzar, com sua família, foi interditado no Palácio de Inverno.

Era assim que o Poder Executivo sutilmente escondia seu próprio poder sob o travesseiro. Ora, da frente de batalha, as exigências tornavam-se dia a dia mais prementes: transferir o dito tzar para a fortaleza de Pedro e Paulo.

As revoluções sempre significaram transformações profundas na propriedade privada, não somente quanto a sua legislação como também pelas apropriações levadas a efeito pelas próprias massas. Nenhuma Revolução agrária foi realizada de outro modo, em toda a História: a reforma legal sempre seguiu o galo vermelho, o incêndio. Nas cidades as confisca-

* Ou Trotsky desconhecia a História do Brasil, ou então não qualificaria a República, proclamada em 15 de novembro de 1889, como uma revolução. [Nota da tradutora.]

ções foram sempre em menor número: as revoluções burguesas não tinham como fim abalar a propriedade burguesa. Até hoje, entretanto, não houve uma Revolução em que as massas não se tivessem apoderado, com finalidades sociais, dos edifícios outrora pertencentes aos inimigos do povo. Imediatamente após a Revolução de Fevereiro, os partidos saíram da ilegalidade, surgiram sindicatos, realizaram-se, incessantemente, os *meetings*, todos os bairros tiveram os seus sovietes – todos tinham necessidade de instalações. As organizações apoderavam-se das mansões desabitadas dos ministros do czar, ou dos palácios de suas bailarinas, que estavam abandonados. As vítimas queixavam-se às autoridades ou então estas intervínham espontaneamente. Como, porém, os expropriadores eram, em realidade, donos do poder, e como o poder oficial não passava de um fantasma, os procuradores viam-se obrigados a se dirigirem ao Comitê Executivo, requerendo o restabelecimento dos direitos desrespeitados de uma qualquer bailarina, cujas funções, tão pouco complicadas, eram altamente retribuídas pelos membros da dinastia à custa dos dinheiros públicos. Como sempre, a Comissão de Contato punha-se em movimento, os ministros tratavam do caso em suas sessões, o Birô do Comitê Executivo consultava seus membros, enviavam-se comissões para se entenderem com os expropriadores – e o assunto arrastava-se durante meses.

Sukhanov declara que, em sua qualidade de “homem de esquerda” nada tinha a objetar quanto às mais radicais intromissões legais, no direito da propriedade, mas que, contrariamente, era “inimigo violento de todas as apropriações violentas”. Era com tais sutilezas que a lamentável esquerda ordinariamente mascarava a sua incapacidade. Um governo realmente revolucionário teria sem dúvida podido reduzir ao mínimo as apropriações caóticas promulgando, a tempo, um decreto requisitando locais para as suas instalações. Os conciliadores de esquerda, porém, abandonaram o poder aos fanáticos da propriedade, para, em seguida, pregar às massas o respeito pela legalidade revolucionária – sob o céu de estrelas. O clima de Petrogrado não é favorável ao platonismo.

As longas esperas às portas das padarias deram o último impulso à Revolução. Aquelas filas foram também a primeira ameaça ao novo regime. Logo na sessão organizadora do Soviete ficou decidida a criação de uma Comissão de Abastecimento. O Governo não procurara saber como

alimentaria a capital. Não lhe repugnaria subjugar-la pela fome. O problema, posteriormente, ficou também a cargo do Soviete. Ele tinha à sua disposição economistas e estatísticos, com certa prática e que, outrora, haviam servido nos órgãos econômicos e administrativos da burguesia. Eram, em sua maioria, mencheviques da direita, tais como Grohman e Cherrevanin ou então bolcheviques antigos, fortemente desviados para a direita, como Bazarov e Avilov. Eles, porém, mal se encontraram frente a frente com o problema do abastecimento da capital, viram-se obrigados pelas circunstâncias a propor medidas excessivamente radicais a fim de jugular a especulação e organizar o mercado. Em uma série de sessões do Soviete, foi ratificado um sistema completo de medidas de “socialismo de guerra”, que compreendiam reconhecimento, como bens do Estado, de todos os estoques de cereais; o estabelecimento de tabelas para o preço do pão, correlacionadas com o tabelamento igual dos produtos industriais; o controle do Estado sobre a produção; a regularização das trocas de mercadorias com a aldeia. Os líderes do Comitê Executivo entreolhavam-se ansiosamente: por não saberem que propor, concordavam com as resoluções radicais. Os membros da Comissão de Contato transmitiam timidamente aquelas resoluções ao Governo. Este prometia estudá-las. Mas, nem o príncipe Lvov, nem Guchkov, nem Konovalov, desejavam controlar, requisitar e restringir de qualquer modo eles próprios e seus respectivos amigos. Todas as decisões econômicas do Soviete quebravam-se de encontro à resistência passiva do aparelho governamental, toda vez que não eram postas em execução, arbitrariamente, pelos soviets locais. A única execução de medida prática obtida pelo Soviete de Petrogrado, no domínio do abastecimento, foi a de reduzir o consumidor a uma ração fixa: libra e meia de pão para os trabalhadores manuais, e uma libra para os outros. Verdade é que aquela limitação quase não alterou o regime alimentar vigente na população da capital: com uma libra, ou com libra e meia, pode-se viver. As calamidades da fome quotidiana ficam para mais tarde. A Revolução durante anos, não meses, porém anos, devera pouco a pouco e cada vez mais apertar o cinto: ela vencerá esta prova. O que a atormenta, no momento, não é a fome, mas o desconhecido, a indeterminação da marcha que segue, a insegurança do amanhã. As dificuldades econômicas, agravadas por 32 meses de guerra, batem às portas e às janelas do novo regime. A desorganização

dos transportes, a falta de diversas matérias-primas, o desgaste de parte considerável do material, a inflação ameaçadora, a desordem na circulação de mercadorias, tudo isto exige medidas ousadas e urgentes. Ao alcançá-las no terreno econômico, os conciliadores tornavam-nas impossíveis em terreno político. Qualquer problema econômico ante o qual se achassem, transformava-se em condenação da dualidade de poderes, e qualquer decisão que tivessem que subscrever queimava-lhes intoleravelmente os dedos.

Houve importante verificação de forças e suas relações sobre a questão do dia de oito horas. A insurreição venceu, mas a greve geral continua. Os operários acham seriamente que a mudança de regime lhes deve trazer também mudanças à própria sorte. Daí provém a ansiedade dos novos dirigentes, tanto liberais como socialistas. Os partidos e os jornais patriotas lançam a palavra de ordem: “Soldados, às casernas; operários, às máquinas!” Ficara tudo, então, como era antes?, pergunta o trabalhador. “Por enquanto, sim”, respondem, confusos, os mencheviques. Mas os operários compreendem: se não houver transformações imediatas, serão mais uma vez enganados.

É aos socialistas que a burguesia deixa o cuidado de resolver o caso com os operários. O Comitê Executivo, alegando que a vitória alcançada “já garantira bastante a posição da classe operária na luta revolucionária” – com efeito, não estão agora proprietários liberais no poder? – decide, a 5 de março, que o trabalho seja reencetado na região de Petrogrado. Operários, às máquinas! Tal é a força do egoísmo blindado das classes instruídas, tanto liberais como socialistas. Aquela gente julgava que milhões de operários e de soldados, que se insurgiram devido a um irresistível impulso de descontentamento e de esperanças, resignar-se-iam, docilmente, após a vitória, às antigas condições de vida. Segundo os livros de História, os líderes se haviam persuadido de que nas antigas revoluções as coisas se tinham passado assim. Entretanto, nem mesmo no passado, isto jamais aconteceu. Se os trabalhadores foram repelidos para o interior de seus antigos estábulos, isto se deu por vias escusas, por uma série de derrotas e de logros. O cruel anverso social das revoluções políticas já Marat o sentira intensamente. Eis por que ele tem sido tão caluniado pelos historiógrafos oficiais. “Uma Revolução”, dizia ele, substancialmente, um mês antes de 10 de agosto de 1792, “é levada a termo e mantida unica-

mente pelas classes baixas da população, por todos aqueles seres lesados que a riqueza insolente trata como a *canaille* e que os romanos, com aquele cinismo que lhes era peculiar, chamaram outrora proletários.” O que dará, então, a Revolução aos seres lesados? “Depois de alguns êxitos iniciais, o movimento é finalmente derrotado: faltam-lhe sempre conhecimentos, *savoir-faire*, recursos, armas, chefes, plano de ação; permanece indefeso face aos conspiradores, que, estes sim, têm por si a experiência, a habilidade e a esperteza.” Seria de espantar que Kerensky não tivesse querido ser o Marat da Revolução Russa?

Um dos antigos capitães de indústria russo, V. Auerbach, conta-nos indignado que “a ralé compreendia a Revolução como uma espécie de carnaval: os empregados domésticos, por exemplo, desapareciam durante dias inteiros, passeavam ornados de laços vermelhos, rodavam de automóvel, não voltavam para casa senão de manhãzinha, para a higiene matinal, e tornavam a sair a passeio”. É notável que, ao se esforçar por mostrar o efeito desmoralizador da Revolução, o acusador caracterizasse a conduta da criadagem segundo o traço que – talvez com a única exceção do ornamento do laço vermelho – reconstituiu oticamente a vida habitual de uma patrícia burguesa. Sim, a revolução é considerada pelos oprimidos como uma festa, ou como uma véspera de festa –, e o primeiro movimento, das empregadas-escravas despertadas por ela, é afrouxar o jugo da servidão quotidiana, humilhante, monótona, e insolúvel. A classe operária, em seu conjunto, não podia nem queria consolar-se unicamente com fitas vermelhas, símbolos de uma vitória em proveito de outrem. Nas usinas de Petrogrado, reinava a agitação. Não poucas empresas haviam recusado abertamente submeter-se às decisões do Soviete. Os operários, bem entendido, estão dispostos a voltar a suas máquinas, porque a tanto são forçados; mas, sob que condições? Eles reclamam o dia de 8 horas. Os mencheviques alegavam que, em 1905, os trabalhadores, ao tentarem impor o dia de 8 horas, tinham sofrido uma derrota. “A luta nos dois *fronts* – contra a reação, e contra os capitalistas – estava acima das forças do proletariado.” Tal era a ideia central dos mencheviques. Os mencheviques, de um modo geral, admitiam que a ruptura com a burguesia fosse, futuramente, inevitável. Mas esta confissão, puramente teórica, a nada os obrigava. Eles achavam que não deviam precipitar a ruptura. E como a burguesia foi repelida para

o campo da reação, não por meio das frases tonitruantes dos oradores e dos jornalistas, mas pelo movimento espontâneo das classes trabalhadoras, os mencheviques contrapunham-se, com todas as suas forças, à luta econômica dos operários e dos camponeses. “Para a classe operária”, pregavam eles, “as questões sociais, na atualidade, não se encontram em primeiro plano. No momento atual, ela conquista a liberdade política.” Mas os operários não podiam compreender em que consistia aquela liberdade conceitual. Queriam, antes de mais nada, um pouco de liberdade para os músculos e para os nervos. E faziam pressão contra os patrões. Que ironia: justamente a 10 de março, como um jornal menchevique declarasse que a jornada de 8 horas não estava na ordem do dia, a associação dos usineiros e dos fabricantes – a qual, desde a véspera, havia sido obrigada a entrar em relações oficiais com o Soviete – bem como a organização dos comitês de fábricas e de usinas declararam que aceitavam as 8 horas. Os industriais mostraram maior perspicácia do que os estrategistas democratas do Soviete. Não é de espantar: nas usinas, os patrões achavam-se frente a frente com os operários que, pelo menos em aproximadamente a metade das empresas de Petrogrado e na maioria as mais importantes, abandonavam unanimemente as máquinas após 8 horas de trabalho. Tomavam por si mesmos o que o Governo e o Soviete lhes recusavam. Quando a imprensa liberal comparou, enternecidamente, o gesto dos industriais russos, do dia 10 de março de 1917, com o da nobreza francesa, a 4 de agosto de 1789, achava-se muito mais próxima da verdade histórica do que ela mesma julgava: do mesmo modo que os feudaisistas do fim do século XVIII, os capitalistas russos dobravam-se às injunções e, por meio de concessão temporária, esperavam garantir, no futuro, uma restituição. Um dos publicistas cadetes, transgredindo a mentira oficial, confessava francamente: “Para a infelicidade dos mencheviques, os bolcheviques já haviam obrigado a associação dos fabricantes a aceitar, por meio do terror, a instauração imediata das 8 horas.” Em que consistia o terror, nós já o sabemos. Os operários bolcheviques ocupavam, sem dúvida, no movimento, o lugar mais destacado. E, de novo, como nas jornadas decisivas de fevereiro, a esmagadora maioria dos operários marchava com eles.

Foi com sentimentos muito diferentes que o Soviete, dirigido pelos mencheviques, registrou a vitória formidável conseguida, em última

análise, contra ele próprio. Apesar de humilhados, os líderes viram-se forçados a avançar mais um passo e convidar o Governo Provisório a decretar, antes da instalação da Assembleia Constituinte, o dia de 8 horas para toda a Rússia. O Governo, porém, em virtude de acordo com os patrões, resistiu e, esperando dias mais favoráveis, recusou ceder à reivindicação que lhe era apresentada sem qualquer insistência.

Na região moscovita travou-se luta semelhante, porém, muito mais duradoura. Lá também o Soviete, apesar da resistência dos operários, exigiu a retomada do trabalho. Em uma das maiores usinas, uma resolução contra a cessação da greve reuniu 7 000 votos contra 6. Foi mais ou menos assim que reagiram outras empresas. A 10 de março, o Soviete confirmou, mais uma vez, a obrigatoriedade do retorno às máquinas. Se, na maioria das usinas, após aquela decisão, o trabalho recomeçou, quase por toda a parte, em revide, desencadeou-se a luta pela redução das horas no dia de trabalho. Os trabalhadores corrigiam seus dirigentes por meio de atos. Após longa resistência, o Soviete de Moscou enfim, foi obrigado, a 21 de março, a estabelecer o dia de 8 horas, por arbítrio próprio. Os industriais submeteram-se incontinentemente. Na província, a luta prolongou-se até abril. Quase que por toda a parte, os soviets primeiro freavam ou contrabalançavam o movimento, para depois, sob a pressão dos operários, entrarem em confabulações com os chefes de empresas; nas empresas em que esses últimos se recusassem a entrar em acordo, os operários viam-se forçados a decretar, por arbítrio próprio, o dia de 8 horas. Que brecha no sistema!

O Governo, premeditadamente, mantinha-se a distância. Entretanto, sob a regência da batuta dos líderes liberais, iniciou-se uma campanha contra os operários. Para dominá-los, decidiu-se lançar os soldados contra eles. Não significaria a diminuição das horas de trabalho, um enfraquecimento do *front*? Ter-se-ia, o direito de não pensar senão em si mesmo, em tempo de guerra? Nas trincheiras, contavam-se as horas? Quando as classes possuidoras enveredam caminho da demagogia, não se detém diante de obstáculo algum. A agitação tomou caráter enfurecido e alcançou as trincheiras, ao fim de pouco tempo. O soldado Pireiko, em suas memórias do *front*, reconhece que a agitação, conduzida principalmente por oficiais recém-promovidos a socialistas, não foi ineficaz. “Mas a infelicidade do corpo de oficiais que tentaram lançar os soldados contra

os operários, consistiu exatamente no fato daquele corpo ser apenas de oficiais. A lembrança daquilo que o oficial fora outrora, para ele, operário, ainda estava bastante fresca.” Foi na capital, entretanto, que os operários se viram mais intensamente coagidos. Os industriais, juntamente com o estado-maior cadete, acharam meios e forças ilimitados para levar a efeito a agitação dentro da guarnição. “Nas proximidades do dia 20, e nos dias que se lhe seguiram”, conta Sukhanov, “em todas as esquinas, nos bondes, em qualquer logradouro viam-se operários e soldados engalfinhados em furiosas batalhas oratórias.” Houve também tumultos. Os operários, entretanto, compreenderam o perigo e evitaram-no habilmente. Bastava-lhes contar a verdade, mencionar os montantes dos lucros de guerra, mostrar aos soldados as usinas e as oficinas em que roncavam as máquinas, a chama infernal dos fornos —, *front* permanente no qual os operários sofriam perdas incontáveis. Por iniciativa dos operários, organizaram-se visitas dos destacamentos da guarnição às fábricas, sobretudo àquelas que trabalhavam para a defesa do país. O soldado olhava e ouvia, o operário mostrava e explicava. As visitas terminavam em solene confraternização. Os jornais socialistas publicavam numerosas resoluções de contingentes militares que afirmavam sua indefectível solidariedade com os operários. Em meados de abril o próprio motivo do conflito desapareceu das colunas dos jornais. A imprensa burguesa calou-se. Deste modo, após a vitória econômica, os operários obtiveram uma outra, política e moral.

Os acontecimentos relacionados com a luta pelo dia de 8 horas de trabalho tiveram grande importância para todo o desenvolvimento ulterior da Revolução. Os operários conseguiram algumas horas de liberdade por semana, para leitura, reuniões e inclusive para exercício de tiro, que assumiu caráter regular com a criação da milícia operária. Depois de uma lição tão clara, os operários começaram a observar mais de perto os dirigentes do Soviete. A autoridade dos mencheviques sofreu abalo sério. Os bolcheviques reforçaram-se nas fábricas e, parcialmente, nas casernas. O soldado tornou-se mais atento, mais refletido, mais circunspecto: compreendeu que alguém o vigiava. O pérfido desígnio da demagogia voltou-se contra seus instigadores. Em vez de afastamento e de hostilidades, deu-se a união mais estreita entre os operários e os soldados.

O Governo, apesar do idílio de “Contato”, detestava o Soviete, seus dirigentes e a tutela dele. E o demonstrou logo na primeira oportunidade. Como o Soviete exercia funções puramente governamentais, e isto instado pelo próprio Governo quando se tratava de apaziguar as massas, quando necessário, o Comitê Executivo citou modesta subvenção para as suas despesas. O Governo recusou e, apesar dos reiterados pedidos do Soviete, permaneceu firme em seu ponto de vista: o Governo não pode sustentar com os recursos do Estado “uma organização privada”. O Soviete calou-se. O orçamento do Soviete recaiu sobre os operários que abriram incansavelmente subscrições para prover as necessidades da Revolução.

Concomitantemente, os dois partidos, o Liberal e o Socialista, conservaram a aparência de amizade integral e mútua. Na conferência pan-russa dos sovietes, a existência de uma dualidade de poderes foi declarada como pura invenção. Kerensky assegurou aos delegados do Exército que entre o Governo e o Soviete havia unidade de ação e de fins. Com não menor zelo, a dualidade de poderes foi negada por Tseretelli, Dan e outros dirigentes do Soviete. Esforçavam-se, usando de mentira, por consolidar um regime baseado na mentira.

Entretanto, desde as primeiras semanas, o regime cambaleava. Os líderes mostravam-se incansáveis em combinar as organizações: tentavam apoiar-se em representantes ocasionais contra a massa, em soldados contra os operários, nas novas dumas, nos *zemstvos* nas cooperativas contra os sovietes, na província contra a capital, e, finalmente, no corpo de oficiais contra o povo.

A forma soviética não contém em si qualquer força mística. Ela não está, de modo algum, isenta dos vícios inerentes a todas as formas da representação inevitável sempre que ela se torna indispensável. A força do soviete reside no fato de reduzir, de qualquer maneira, tais vícios ao *minimum*.

Pode-se dizer com segurança – e a experiência bem cedo o confirmará – que qualquer outra representação que atemorizasse as massas exprimiria, na Revolução, a vontade real das mesmas massas de um modo incomparavelmente pior e com muito maior atraso. De todas as formas de representação revolucionária, é o soviete a mais elástica, a mais direta e a mais transparente. Entretanto não é senão uma forma. E não poderá dar de si própria nada além do que as massas forem capazes de infundir-lhe em cada momento determi-

nado. Em compensação, ela pode facilitar às massas a compreensão dos erros cometidos e a maneira de repará-los. Nisso mesmo residia uma das mais importantes garantias do desenvolvimento da Revolução.

Quais eram, então, as perspectivas políticas do Comitê Executivo? É duvidoso que qualquer um dos líderes tivesse perspectivas profundamente meditadas. Afirmou Sukhanov, mais tarde, que, segundo seu plano, o poder seria cedido à burguesia apenas por curto lapso de tempo, a fim de que a democracia, robustecendo-se, pudesse, com mais segurança, retomar o poder. Todavia, este plano, ingênuo em si mesmo, tem um caráter evidentemente retrospectivo. Em todo caso, naquela ocasião, não foi formulado por ninguém. Sob a direção de Tseretelli, as oscilações do Comitê Executivo, se não cessaram, foram pelo menos erigidas em sistema. Tseretelli proclamou abertamente que, sem um sólido poder burguês, a Revolução correria para a ruína inevitável. A democracia deve limitar-se a exercer pressão sobre a burguesia liberal, evitando cuidadosamente empurrá-la para o campo da reação, e, ao contrário, sustentando-a, na medida em que ela for consolidando as conquistas da Revolução. No final de contas, esse regime intermediário devia ultimar-se numa república burguesa, com os socialistas constituindo a oposição parlamentar.

A pedra de toque para os líderes não era tanto a perspectiva quanto o programa diário de ação. Os conciliadores prometeram às massas obter da burguesia, “pela pressão”, uma política democrática, tanto interior como exterior. Indiscutivelmente, sob a pressão das massas populares, as classes dirigentes, por mais de uma vez na História, fizeram concessões. Mas “pressão” significa, no final das contas, que se ameaça afastar do poder a classe dominante para tomar o seu lugar. Era precisamente a arma que, em todo o caso, faltava à democracia. Ela própria entregara, voluntariamente, o poder à burguesia. E no momento dos conflitos não era a democracia que ameaçava suprimir o poder, mas, ao contrário, era a burguesia que ameaçava recusá-lo. A alavanca principal do mecanismo de pressão encontrava-se em poder da burguesia. Assim se explica que o governo, apesar de sua impotência, pudesse resistir com êxito a todas as pretensões mais ou menos sérias dos dirigentes do Soviete.

Em meados de abril, o próprio Comitê Executivo tornou-se um órgão demasiado numeroso para as misteriosas manobras políticas do nú-

cleo dirigente o qual, definitivamente, se voltara para os liberais. Constituiu-se um gabinete exclusivamente composto de elementos da direita, partidários da defesa nacional.

Desde então, a alta política se desenvolveu em um círculo íntimo. Tudo parecia arranjar-se e consolidar-se. Tseretelli exercia sobre os soviets um domínio ilimitado. Kerensky subia, subia. Porém, precisamente neste momento, manifestaram-se na base, isto é, nas massas, nitidamente os primeiros sintomas alarmantes. “É surpreendente”, escreveu Stankevich, um dos elementos mais chegados aos círculos de Kerensky, “que justamente no momento em que o Comitê se organizava, quando a responsabilidade do trabalho era assumida pelo Gabinete, exclusivamente composto de membros escolhidos nos partidos da defesa nacional, neste exato momento lhe escapasse das mãos a direção das massas que dele se afastaram.” Nada surpreendente isso, mas inteiramente de acordo com a lei das coisas.

.....

Capítulo XIII

O EXÉRCITO E A GUERRA

A DISCIPLINA NO EXÉRCITO, nos meses que precederam a Revolução, estava fortemente abalada. Podemos citar grande número de queixas de oficiais naquela época: os soldados faltam com o respeito aos superiores; o cuidado com os cavalos, com o equipamento e mesmo com as armas está abaixo da crítica; a desordem reina nos trens militares. A situação não era igualmente má em todos os pontos. Por toda parte, porém, se orientava numa única direção – a decomposição.

Agora, vinha acrescentar-se o abalo da Revolução. O levante da guarnição de Petrogrado produziu-se não somente sem a adesão dos oficiais, mas contra eles. Nas horas críticas os comandantes simplesmente omitiam-se. Shidlovsky, deputado outubrista, entendeu-se, a 27 de fevereiro, com os oficiais do Regimento Preobrazhensky – evidentemente com a finalidade de auscultá-los sobre a atitude que tomariam relativamente à Duma – porém, entre os aristocratas da Guarda encontrou a mais completa incompreensão de tudo o que se passava, quem sabe, em última análise, incompreensão algo simulada: todos esses homens eram monarquistas assustados.

“Qual não foi meu assombro”, narra Shidlovsky, “quando, no dia seguinte, pela manhã, presenciei o Regimento Preobrazhensky desfilar

em ordem pela rua, precedido de banda de música e sem um único oficial.” A bem dizer, alguns contingentes dirigiram-se ao Palácio de Táuride, comandados pelos seus chefes, ou, mais exatamente, levando-os com eles. Os oficiais, no cortejo triunfal, sentiam-se um tanto como prisioneiros. A condessa Kleinmichel que, na qualidade de prisioneira, observou tais cenas, exprime-se com maior clareza: os oficiais assemelhavam-se a carneiros conduzidos ao matadouro.

A Revolução de Fevereiro não criou o divórcio entre os soldados e os oficiais, apenas o revelou. Na mentalidade dos soldados, o levante contra a monarquia era, antes de mais nada, um levante contra o corpo de oficiais. “Desde a manhã do dia 28 de fevereiro”, escreve o cadete Nabokov que, naqueles dias, usava um uniforme de oficial, “tornou-se perigoso sair de casa, pois começavam a arrancar as dragonas dos oficiais.” Era assim que se apresentava à guarnição o primeiro dia do novo regime!

O cuidado inicial do Comitê Executivo foi reconciliar os soldados com os oficiais. Isto significava, em suma, e simplesmente, que se colocava a tropa, novamente, sob o antigo comando. A volta dos oficiais aos seus regimentos deveria, segundo Sukhanov, preservar o Exército “da anarquia geral ou da ditadura de uma soldadesca sombria e incoerente”. Esses, revolucionários, assim como os liberais, temiam os soldados e não os oficiais. Entretanto os operários, em comum acordo com a “sombria” soldadesca, aguardavam todas as desgraças, precisamente como devendo provir dos brilhantes oficiais. A reconciliação obtida não era sólida portanto.

Stankevich descreve da seguinte maneira a atitude dos soldados para com os oficiais que voltavam aos quartéis, após a insurreição: “Os soldados, violando a disciplina e saindo das casernas, não somente sem os oficiais, mas... em muitos casos contra a vontade deles, e chegando mesmo a matar alguns que cumpriam com o dever, julgaram ter realizado uma grande proeza de emancipação. Se isto é um alto feito e se o próprio corpo de oficiais o afirma presentemente, por que então os chefes, por vontade própria, não fizeram os soldados saírem para a rua? – Porque, enfim, isto seria para eles mais fácil e menos perigoso? Agora, conseguida a vitória, os oficiais aderiram aos corajosos vencedores. Seria, entretanto, uma adesão sincera e duradoura?” Estas palavras são tanto mais esclarecedoras porquanto o autor pertencia ao quadro dos oficiais

“de esquerda” que não tiveram, absolutamente, a ideia de sair com os soldados para a rua.

Pela manhã do dia 28, na Perspectiva Sampsonievsky, um oficial de engenharia explicou aos seus soldados que “o Governo por todos detestado tinha sido derrubado”, e que fora organizado um novo governo encabeçado pelo príncipe Lvov, e, por conseguinte, era necessário obedecer aos oficiais. “E agora peço a cada um que volte para seu posto no quartel.” Alguns soldados pronunciaram a fórmula habitual: “Feliz por estar sob as vossas ordens!”*. A maioria, porém, parecia desconcertada: “Então, era tudo?”

Por acaso Kayurov estava presente a esta cena. Ficou indignado: “Permita-me dizer uma palavra, senhor comandante”... E, sem esperar autorização, Kayurov apresentou esta questão: “Seria para substituir um proprietário por outro que, nas ruas de Petrogrado, durante três dias, correu o sangue dos operários?” Kayurov, ainda uma vez, segurou o touro pelos chifres. A pergunta que fez foi o objeto da luta durante os meses seguintes. O antagonismo entre o soldado e o oficial era a refração da hostilidade entre o camponês e o proprietário nobre.

Na província, os comandantes, tendo evidentemente recebido, em tempo oportuno, as instruções, relatavam de modo uniforme os acontecimentos: “O soberano tinha esgotado, segundo diziam, suas forças na preocupação da defesa do país e havia sido forçado a transmitir a seu irmão os pesados encargos do governo.” “Ao olhar os soldados”, declara queixosamente um oficial, em certo recanto da Crimeia, “via-se, que, para eles, Nicolau ou Mikhail eram a mesma coisa.” Quando, entretanto, aquele mesmo chefe se viu forçado, no dia seguinte pela manhã, a anunciar ao batalhão a vitória da Revolução, os soldados, segundo as próprias palavras dele, se transfiguraram. As perguntas, os gestos, os olhares testemunhavam, com clareza, um “longo e perseverante trabalho cumprido com tenacidade por alguém, naqueles cérebros obscuros, obnubilados, desacostumados de pensar”. Que abismo entre o oficial, cujo cérebro se adapta sem dificuldade ao último telegrama de Petrogrado, e esses soldados que, apesar de o fazerem

* “Feliz por estar sob as vossas ordens” era a resposta de estilo a qualquer ordem, no velho e antigo Exército.

penosamente, decidem com honestidade a atitude que devem tomar frente aos acontecimentos, sopesando-os por si próprios com suas mãos calosas!

O alto-comando, ao reconhecer formalmente a insurreição, decidiu, de um modo geral, não deixar que a Revolução alcançasse o *front*. O chefe do estado-maior do quartel-general ordenou aos comandantes-chefes das frentes de combate que, em caso de se apresentarem delegações revolucionárias – denominadas pelo general Alexeiev de “bandos”, abreviadamente – em seus respectivos setores, as prendesse imediatamente, e as submetesse, sem perda de tempo, à corte marcial. No dia seguinte, o mesmo general, em nome de “Sua Alteza” o grão-duque Nikolai Nikolaievich, exigia do Governo “que liquidasse com tudo aquilo que estava acontecendo na retaguarda do exército” – em outras palavras: a Revolução.

O comando adiava o mais que podia informar o Exército, no *front*, sobre a marcha da insurreição, não tanto por fidelidade à monarquia, mas por temor à Revolução. Verdadeira censura foi estabelecida em certas frentes: as cartas de Petrogrado eram interceptadas, os recém-chegados eram detidos. E assim o antigo regime roubava alguns dias à eternidade. A notícia da Revolução alcançou a linha de fogo lá pelo dia 5 ou 6 de março, porém, de que forma? Foi mais ou menos isto o que ouvimos contar: o grão-duque fora nomeado generalíssimo, o czar abdicara, em nome da pátria, mas, quanto ao resto, mudança alguma. Em muitas trincheiras, talvez mesmo na maioria delas, as informações sobre a Revolução chegavam mais por intermédio dos alemães do que de Petrogrado. Poderia ainda haver dúvida entre os soldados de que todo o comando não se tivesse conluiado para dissimular a verdade? E poderiam os soldados dar crédito àqueles mesmos oficiais que, um ou dois dias depois, se enfeitaram com fitas vermelhas?

O chefe de estado-maior da esquadra do mar Negro narra-nos que a notícia dos acontecimentos em Petrogrado não tinha exercido, de início, influência sensível nos marinheiros, mas, assim que chegaram da capital os primeiros jornais socialistas, “num relance modificou-se o estado de espírito das tripulações, começaram os *meetings* e, pelas brechas, escaparam, rastejantes, agitadores criminosos”. O almirante, em resumo, não compreendeu nada do que se passava sob seus olhos. Não foram os jornais que provocaram a mudança nos espíritos. Eles apenas dissiparam as dúvidas dos marinheiros a respeito da profundidade da insurreição, e

permitiram às tripulações manifestarem abertamente os seus verdadeiros sentimentos, já que o temor de represálias por parte do comando fora eliminado. A fisionomia política do corpo de oficiais do mar Negro e a própria fisionomia política do chefe estão caracterizadas em uma única frase: “A maioria dos oficiais julgava que, sem o tzar, a pátria arruinar-se-ia.” Os democratas achavam que a pátria se perderia se semelhantes luzes não fossem projetadas sobre os “obscuros” marinheiros.

O comando do Exército e da Esquadra dividiu-se em duas alas distintas: tentavam, uns, conservar-se nos respectivos postos e apoiavam a Revolução, inscrevendo-se no Partido Socialista Revolucionário, e, mais tarde, alguns deles tentaram mesmo insinuar-se entre os bolcheviques; outros, pelo contrário, se precavam, persistiam em opor-se à nova ordem, porém, de repente perdiam o pé em qualquer conflito agudo e eram arrastados pela maré montante dos soldados. Semelhantes agrupamentos são de tal modo naturais que se reproduzem em quaisquer revoluções. Os oficiais intransigentes da monarquia francesa, aqueles que, segundo a expressão de um deles, “lutaram até o extremo”, sofreram menos com a insubordinação dos soldados do que com o servilismo de certos colegas nobres. No final das contas, a maioria do antigo comando tinha sido eliminada, esmagada, e apenas uma parte pequena reeducou-se e adaptou-se. O corpo de oficiais compartilhava, porém, sob forma um pouco mais dramática, do destino das classes nas quais fora recrutado.

O Exército representa, em geral, uma imagem da sociedade a que serve, diferenciando-se dela pelo fato de dar às relações sociais um caráter concentrado, extremando-lhe os traços positivos e negativos. Não foi por acaso que a guerra, do lado russo, deixou de destacar um simples nome que fosse de grande capitão. O alto-comando está caracterizado de maneira bastante brilhante por um de seus membros: “Muito aventurismo, muita ignorância, muito egoísmo, muita intriga, muito carreirismo, muita cupidez, muita incapacidade, muita falta de perspicácia”, escreve o general Zalezhsy, “e pouca ciência, pouco talento, pouco preparo, pouca vontade de se arriscar, mesmo que fosse arriscar somente conforto e saúde.” Nicolai Nicolaievich, que foi o primeiro generalíssimo, distinguia-se apenas por seu alto porte; e pela grosseria de muito augusto personagem. O general Alexeiev, apagada mediocridade, espécie de decano dos escreventes militares, destacava-se por

sua assiduidade. Kornilov, comandante resoluto, era considerado, mesmo entre seus admiradores, como um pobre de espírito. Verkhovsky, ministro da Guerra de Kerensky, declarou, mais tarde, que Kornilov era coração de leão com cabeça de carneiro. Brussilov e o almirante Kolchak eram, em certa medida, admitamo-lo, superiores aos outros quanto à intelectualidade, mas também era só. Denikin tinha caráter, mas, quanto ao resto, não passava de um general comum do exército, que talvez tivesse lido cinco ou seis livros em toda a sua vida. Vinham, em seguida, os Yudeniches, os Dragomirovs, os Lukoinskies, conhecedores ou não do francês, bebedores moderados ou bebedores estúpidos, mas completas nulidades.

É verdade que, no corpo de oficiais, estava amplamente representada não somente a Rússia dos nobres, mas a da burguesia e a da democracia. A guerra lançou, nas fileiras do Exército, dezenas de milhares de jovens da pequena burguesia – oficiais, funcionários da administração militar, médicos, engenheiros. Esses círculos, que optavam, quase que integralmente, pela guerra até à vitória, sentiam a necessidade de algumas medidas amplas, porém submetiam-se às altas esferas reacionárias – por medo, ao tempo do tzarismo, e por convicção, após a Revolução –, do mesmo modo que a democracia, na retaguarda, se subordinava à burguesia. Os elementos conciliadores do corpo de oficiais compartilharam, algum tempo depois, da sorte funesta dos partidos conciliadores, com a diferença de que, no *front*, a situação desenhava-se incomensuravelmente mais séria. No Comitê Executivo tinha-lhes sido possível manter-se durante muito tempo por meio de equívocos, mas, diante de soldados, isso era muito mais difícil.

A inveja e os atritos entre oficiais democratas e aristocratas, além de não conseguirem renovar o Exército, introduziam nele um novo elemento de decomposição. A fisionomia do Exército havia sido traçada pela velha Rússia e estava inteiramente marcada pelo selo da servidão. Tal como outrora, os oficiais consideravam como melhor soldado o jovem camponês que obedecia sem raciocinar e no qual ainda não havia despertado a consciência da própria personalidade humana. Tal era a tradição “nacional” incutida por Suvorov no Exército russo, a qual se apoiava numa agricultura primitiva, no direito de servidão, na comunidade agrária. No século XIII, Suvorov conseguia prodígios com esse material humano. Leon Tolstói idealizou, com predileção de grande senhor, em seu Platão-Karatayev, o

antigo tipo do soldado russo que se submete, sem titubear, à natureza, ao arbitrário e à morte (*Guerra e Paz*). A Revolução Francesa, que abriu um maravilhoso caminho para a invasão do individualismo em todos os domínios da atividade humana, anulou a arte militar de Suvorov. No decurso do século XIX, assim como no do XX, durante todo o lapso de tempo que separa a Revolução Francesa da Revolução Russa, o exército czarista, na qualidade de exército feudal, foi invariavelmente derrotado. O comando que se constituíra nesse ambiente “nacional” distinguia-se pelo desprezo da personalidade do soldado, pelo espírito de mandarinismo passivo, pela ignorância do ofício, pela completa ausência de heroísmo, por um notável dom de rapacidade. A autoridade do corpo de oficiais repousava nos sinais exteriores de distinção, no ritual das demonstrações de respeito, no sistema de repressões e mesmo num certo palavreado convencional, ignóbil dialeto de escravos – compreendido, eu o ignoro –, modo de falar que o soldado era obrigado a usar sempre que se dirigia ao oficial*. Ao aceitar verbalmente a Revolução e ao prestar juramento ao Governo Provisório, os marechais do czar faziam recair sobre a dinastia derrubada suas próprias culpas. Eles aceitavam graciosamente que Nicolau II fosse considerado o bode expiatório de todo o passado. Porém, quanto a avançar mais um pouco, alto lá! Como, então, poderiam compreender que a essência moral da Revolução consistia em animar a massa humana, sobre cuja paralisia espiritual estava edificado todo o bem-estar, deles, oficiais? Designado para comandar o *front*, Denikin declarou, em Minsk: “Aceito a Revolução totalmente e sem restrições. Julgo, entretanto, perigoso para o país revolucionar o Exército e nele introduzir a demagogia.” Fórmula clássica do obtuso raciocínio de um general! No que diz respeito aos generais subalternos, reclamavam apenas, segundo Zalezhsy, uma coisa: “Não nos toquem e, quanto ao resto, pouco nos interessa!” A Revolução, entretanto, não poderia deixar de atingi-los. Oriundos das classes privilegiadas, nada poderiam ganhar, porém tinham muito que perder. Estavam ameaçados de abandonar não somente os privilégios de comandantes, senão, também, os latifúndios. Ao mesmo tempo que afetava uma atitude frente ao Governo Provisório, o corpo reacionário

* “Justamente”, “de nenhum modo”, e “não posso saber”, em vez de “sim”, “não” e “não sei” são traduções dos exemplos dados por Trotsky. [Nota de Max Eastman.]

dos oficiais mantinha uma luta cada dia mais encarniçada contra os soviets. E quando se convenceu de que a Revolução penetrava irresistivelmente nas massas dos soldados e nas suas aldeias natais, o comando considerou esse fato como sendo uma creditável traição de Kerensky, de Miliukov e até de Rodzianko – dos bolcheviques também, não será, necessário dizê-lo.

As condições de vida da Marinha, ainda mais que as do Exército, permitiam a proliferação dos permanentes e ativos germens da guerra civil. A vida dos marinheiros, em seus caixões de aço, onde são empilhados à força durante muitos anos, não se diferencia, geralmente, mesmo do ponto de vista da alimentação, da existência das galés. Ainda por cima, os oficiais, quase todos pertencentes aos círculos privilegiados, que escolheram por vocação e livremente o serviço naval, identificavam a pátria com o tzar, o tzar com eles próprios e, nos marinheiros, viam apenas a parte menos importante de um navio de guerra. Dois mundos fechados e estranhos um ao outro vivem em estreita ligação, não perdendo cada um o outro de vista. Os navios mantinham as bases navais em cidades marítimas industriais, contando com grande número de operários necessários à construção e ao reparo dos navios. Além disso, as equipes das máquinas e dos serviços técnicos, nos próprios navios, exigiam grande número de operários qualificados. Eis as condições que transformavam a marinha de guerra em marinha revolucionária. Nas insurreições e nos levantes militares de todos os países, os marinheiros representavam o elemento mais explosivo: quase sempre, logo à primeira oportunidade, praticavam rigorosas represálias contra os oficiais. Os marinheiros russos não constituíram exceção.

Em Kronstadt, a insurreição foi acompanhada de sangrentas vinganças contra os chefes que, apavorados com o próprio passado, tentaram ocultar a Revolução aos marinheiros. Uma das primeiras vítimas foi o almirante Viren, bem merecidamente odiado. Parte dos oficiais foi detida pelos marinheiros. Os que ficaram em liberdade foram desarmados.

Em Helsingfors e em Sveaborg, o almirante Nepenin interceptou todas as notícias do levante de Petrogrado, até o dia 4 de março, intimidando marinheiros e soldados com ameaças de repressão. O levante, quando ali rebentou, foi com a maior violência e durou uma noite e um dia. Grande número de oficiais foi aprisionado. Dentre estes, os mais odiados foram lançados sob o gelo. “Se julgarmos pelo que nos conta Skobelev,

sobre o comportamento das autoridades de Helsingfors e da frota”, escreve Sukhanov, que não aparentava muita indulgência em relação “à obscura soldadesca”, “devemos apenas nos admirar que tais excessos tenham sido tão insignificantes.”

Mas, no Exército, igualmente, não faltaram as represálias sangrentas que se produziam em ondas sucessivas. Inicialmente, vingavam-se do passado, dos infames tratamentos infligidos aos soldados. As terríveis recordações, que queimavam como úlceras, não eram poucas. A partir de 1915, quando oficialmente introduziram no exército czarista o açoite como castigo disciplinar, os oficiais, a seu bel-prazer, faziam açoitar os soldados, muitas vezes pais de família. Entretanto, não se tratava sempre de vingar apenas o passado. Na conferência pan-russa dos soviets, o relator da questão do exército comunicou que, entre os dias 15 e 17 de março, ainda uma vez tinha-se recomendado ao Exército que se encontrava no *front* a aplicação de castigos corporais. Um deputado à Duma, de regresso do *front*, contava que alguns cossacos, na ausência dos oficiais, lhe haviam declarado o seguinte: “Você está falando de uma ordem decretada.” [Trata-se certamente da famosa Ordem N.º 1, da qual falaremos mais adiante.] “Receberam-na ontem e, entretanto, ainda hoje o comandante me esbofetou.” Os bolcheviques, tanto quanto os conciliadores, tomavam a frente para evitar que os soldados praticassem excessos. Mas a vingança sangrenta era tão inevitável quanto o coice da arma depois de um tiro. Em todo o caso, se os liberais disseram que a Revolução de Fevereiro foi incruenta, baseavam-se apenas no fato de haverem dela recebido o poder.

Alguns oficiais encontraram meio de provocar conflitos violentos a pretexto das fitas vermelhas que, para os soldados, era o símbolo da rotura com o passado. Foi assim que se deu o assassinato do comandante do regimento de Sumsky. Um comandante de corpo, tendo exigido de um contingente de reforço, recém-chegado, a retirada das fitas vermelhas, foi preso pelos soldados e encarcerado. Houve também um número regular de choques devido aos retratos do czar, ainda não retirados das repartições oficiais. Seria aquilo sinal de fidelidade à monarquia? Na maioria dos casos esta dúvida não passava de desconfiança quanto à solidez da Revolução e de precauções pessoais visando o futuro. Mas os soldados não erravam

quando discerniam, por detrás dos retratos, o espectro emboscado do antigo regime.

Medidas irrefletidas vindas de cima, sobressaltos vindos de baixo, estabeleciam o novo regime no exército. A autoridade disciplinar dos oficiais não foi nem abolida, nem limitada; simplesmente, caiu por si mesma, durante as primeiras semanas de março. “Era evidente”, diz o chefe do estado-maior do mar Negro, “que, se um oficial tivesse experimentado aplicar qualquer pena disciplinar a um marinheiro, não teria prestígio para obter a execução.” Vê-se aí um dos sintomas da Revolução verdadeiramente popular.

Desde a queda do poder disciplinar, a incapacidade prática do corpo de oficiais evidenciou-se amplamente. Stankevich, a quem se não pode negar nem o dom da observação, nem o interesse pelos assuntos militares, exprime-se com expressões acabrunhadoras a respeito do comando, exatamente quanto àquele assunto: a instrução ainda era ministrada de acordo com regulamentos antigos, que não mais correspondiam em absoluto às exigências da guerra. “Semelhantes exercícios nada mais eram do que provas da paciência e da submissão dos soldados.” O corpo de oficiais, bem entendido, esforçava-se por lançar a culpa de sua própria incapacidade sobre a Revolução.

Dispostos sempre a impiedosos ajustes de contas pela violência, os soldados mostravam-se, também, propensos a uma credulidade infantil e a uma gratidão cheia de abnegação. Durante certo tempo, o deputado Filonenko, padre e liberal, pareceu aos soldados do *front* ser o portador de ideias de emancipação, o pastor da Revolução. As velhas concepções eclesiásticas aliavam-se, estranhamente, à nova fé. Os soldados carregavam o padre em triunfo, erguiam-no acima das próprias cabeças, instalavam-no com grande solicitude em seu trenó – e ele, transportado de entusiasmo, relatava, em seguida, à Duma: “Era um nunca mais acabar com nossas despedidas. Beijavam-nos as mãos e os pés.” Parecia àquele deputado que a Duma teria, no Exército, uma autoridade formidável. Na realidade, a autoridade pertencia à Revolução e era ela que lançava reflexos fulgurantes sobre certas figuras surgidas por acaso.

A depuração simbólica a que Guchkov procedeu no alto-comando, ao destituir algumas dezenas de generais, não satisfazia aos soldados, e, concomitantemente, criava nos oficiais superiores um estado de incerteza.

Cada qual receava não dar boa conta de si, a maioria deixava-se levar pelos acontecimentos, bajulava e, ao mesmo tempo, recolhia no bolso o punho cerrado. Pior ainda deve-se dizer dos oficiais de categorias intermediárias e subalternas, que se encontravam frente a frente com os soldados. Depuração alguma fora feita, desse lado, pelo Governo. Procurando as vias legais, os artilheiros duma bateria do *front* escreveram ao Comitê Executivo e à Duma de Estado, a respeito do seu comandante: “Irmãos, rogamos-vos, humildemente, que afasteis nosso inimigo interno, Vanchekhaza.” Como não obtivessem resposta, os soldados começavam, em geral, a agir por seus próprios recursos: insubordinação, expulsão e, mesmo, prisões. Era somente após fatos semelhantes que o comando, voltando a si, fazia com que desaparecessem de circulação os oficiais que tinham sido presos ou maltratados tentando, às vezes, punir os soldados, porém, deixando-os ainda mais frequentemente impunes, porque temiam complicar as coisas mais do que já estavam. Criou-se dessa forma uma situação intolerável para o corpo de oficiais, sem, todavia, definir claramente a situação dos soldados.

Numerosos eram, mesmo, os oficiais combatentes que, levando a sério o futuro do Exército, insistiam na necessidade de uma depuração geral no comando: sem isso, asseguravam eles, não se poderia pensar em restaurar a capacidade combativa da tropa. Os soldados submetiam aos deputados da Duma argumentos não menos convincentes. Anteriormente, quando sofriam vexames, deviam queixar-se aos próprios chefes, os quais, via de regra, não tomavam as queixas na devida consideração. Como, então, agir presentemente? Já que o comando continuava igual ao anterior, as queixas formuladas continuariam a ter o mesmo destino. “Era muito difícil responder àquela pergunta”, reconhece um deputado. Entretanto, aquela simples questão encerrava em si todo o futuro do Exército e a decidia por antecipação.

Não convém imaginar que as relações no Exército tivessem sido idênticas em toda a extensão do país, nas diferentes formações e em todos os corpos de tropa. Não, os contrastes eram bastante consideráveis. Se os marinheiros da esquadra do Báltico reagiram, à primeira notícia da Revolução, com represálias contra os oficiais, nas vizinhanças deles a guarnição de Helsingfors mostrava os oficiais ocupando, ainda em princípios de abril, uma posição dirigente no Soviete dos soldados e tanto assim que, nas solenidades, aparecia, representando os socialistas revolucionários, um general

imponente. Não eram raros semelhantes contrastes de ódio e de confiança. Não obstante, o Exército apresentava um sistema de vasos comunicantes, e as disposições políticas dos soldados e dos marinheiros tendiam a atingir sempre o mesmo nível.

A disciplina manteve-se quase que somente enquanto os soldados contaram com transformações rápidas e decisivas. Quando viram, porém – declara um delegado do *front* – que tudo continuava como dantes, a mesma opressão, a mesma escravidão, as mesmas trevas, os mesmos vexames, os distúrbios começaram. A natureza, que não teve a ideia de prover de corcovas todos os seres humanos, lembrou-se, infelizmente, de fornecer aos soldados um sistema nervoso. As revoluções servem como lembrança periódica daquele duplo engano.

Tanto na retaguarda como no *front*, causas acidentais degeneravam facilmente em conflitos. Concedera-se aos soldados o direito de frequentar livremente, “em paridade com todos os cidadãos”, os teatros, as reuniões, os concertos, etc. Grande número de soldados compreendeu que tinha, assim, o direito de entrar gratuitamente nos teatros. O ministro explicou-lhes que era conveniente compreender “a liberdade” num sentido transcendental. As massas populares sublevadas, entretanto, jamais se mostraram propensas nem ao platonismo nem ao kantismo.

O tecido gasto da disciplina rasgava-se pouco a pouco, em diversas ocasiões, nas diferentes guarnições e nos diversos corpos de tropa. Muitas vezes um comandante acreditava que no seu regimento tudo corria bem, até à chegada dos periódicos ou de um agitador externo. Em verdade, processava-se o trabalho de forças mais profundas e mais irresistíveis.

O deputado liberal Yanushkevich trouxe da frente de batalha a impressão geral de que a desorganização manifestava-se, sobretudo, nas tropas ditas “verdes”, isto é, tropas de mujiques. “Nos contingentes mais revolucionários todos vivem em harmonia com os oficiais.” Em realidade a disciplina manteve-se por mais ou menos tempo em dois polos: na privilegiada cavalaria, composta de camponeses remediados, e na artilharia, em geral nos efetivos técnicos que apresentavam alta porcentagem de operários e de intelectuais. A mais demorada resistência verificou-se entre os cossacos proprietários, que temiam uma Revolução agrária na qual a maioria dentre eles tinha mais a perder do que a ganhar. Certos elementos de tropas cos-

sacas, mais de uma vez, mesmo após a insurreição, executaram ordens de repressão. Entretanto, no conjunto, a diferença apenas consistia nos graus de rapidez ou vagar com que se dava a decomposição.

Nesta luta surda houve fluxos e refluxos. Os oficiais tentavam adaptar-se. Os soldados recomaçavam a esperar. Porém, depois de períodos temporários de calma, depois de dias e semanas de tréguas, o ódio social que decompunha o exército do antigo regime adquiria uma tensão dia a dia maior. Cada vez mais frequentemente brilhava com trágicos fulgores. Num circo de Moscou realizou-se uma reunião para a qual foram convocados soldados e oficiais inválidos. Um orador mutilado, do alto da tribuna, dirigiu-se vigorosamente aos oficiais. Ouviu-se um grande alarido de protestos, um ruído de arrastar e bater de pés, bengalas e muletas. “Acaso faz muito tempo, senhores oficiais, que os soldados eram por vós castigados com o açoite e os punhos?” Feridos, contundidos, estropiados, os homens levantavam-se como muralhas, uns perante os outros, soldados mutilados perante oficiais mutilados, maioria contra minoria, muletas contra muletas. E esta cena de pesadelo, em cena de circo, prenunciava os furores da guerra civil.

Sobre todas as contradições e relações existentes tanto no Exército, como no país, pesava um problema que se definia com breve palavra: a guerra. Do Báltico ao mar Negro, do mar Negro ao mar Cáspio e muito mais longe, até os confins da Pérsia, num *front* de extensão incomensurável, alinhavam-se 68 corpos de infantaria e 9 de cavalaria. O que seria feito deles? O que seria da guerra?

No que diz respeito ao material bélico, o exército, no início da Revolução, estava muito bem aparelhado. A produção interna para suprir as necessidades do *front* elevava-se; ao mesmo tempo se intensificavam os recebimentos de material bélico, sobretudo destinado à artilharia, proveniente dos Aliados, através de Murmansk e Archangel. Fuzis, canhões, munições, existiam em quantidade infinitamente maior do que nos primeiros anos de guerra. Tomavam-se iniciativas para a formação de novas divisões de infantaria. Ampliavam-se as tropas de engenharia. Baseados nesses fatos, alguns infelizes capitães tentaram, mais tarde, demonstrar que a Rússia chegara às vésperas da vitória e que o único empecilho para consegui-la fora a Revolução. Vinte anos antes, Kuropatkin e Leneviev afirmavam, baseando-se nos mesmos motivos, que Witte os impedira de esmagar os japoneses. Na

realidade a Rússia, no início de 1917, achava-se mais do que nunca longe da vitória. Ao mesmo tempo que o material bélico aumentava, constatava-se, no exército, em fins de 1916, grande insuficiência de gêneros alimentícios: o tifo e o escorbuto fizeram maior número de vítimas do que os combates. A desorganização dos transportes impedia cada vez mais o movimento de tropas, o que reduzia a zero as combinações estratégicas ligadas a importantes deslocamentos de massas militares. Por cúmulo, uma grande insuficiência na remonta do exército obrigava frequentemente a artilharia à imobilidade. O essencial, porém, não residia nisto: não se podia contar com o moral do exército. Isto se pode resumir assim: o Exército, propriamente como exército, não mais existia. As derrotas, as retiradas, as ignomínias cometidas pelos seus dirigentes abalaram totalmente o estado de espírito da tropa. Isto não podia ser remediado por meio de medidas administrativas, da mesma forma como não era possível modificar o sistema nervoso do país. O soldado olhava então para uma pilha de projéteis com a mesma repugnância com que contemplava uma partida de carne podre coberta de vermes: todos esses projéteis pareciam-lhe supérfluos e inúteis, tudo era logro e trapaça. E o oficial nada mais lhe poderia dizer de persuasivo e não ousava mais quebrar-lhe a cara. O oficial considerava-se, ele próprio, logrado pelo alto-comando e, ao mesmo tempo e não raras vezes, acontecia considerar-se responsável pelos superiores, perante os soldados. O exército estava irremediavelmente enfermo. Ainda valia um pouco para pronunciar-se na Revolução. Todavia, para a guerra, não mais existia. Ninguém acreditava na vitória e os oficiais não mais que os soldados. Ninguém mais queria hostilidades: nem o exército nem o povo.

É verdade que nas altas chancelarias, onde se vivia uma vida à parte, falava-se ainda, por força da inércia, de grandes operações militares, de uma ofensiva na primavera, da tomada dos estreitos da Turquia. Na Crimeia preparava-se mesmo, com tal finalidade, um grande contingente. Os boletins anunciavam que, a fim de realizar um desembarque, tinham sido designados os melhores elementos do Exército. De Petrogrado foram enviados homens da Guarda. Entretanto, segundo o relato de um oficial que iniciara o treinamento dessas forças, a 25 de fevereiro, isto é, dois dias antes da insurreição, os efetivos de reforço estavam abaixo da crítica. Nenhum desejo de guerrear se percebia nos olhos indiferentes dos soldados,

olhos azuis, castanhos e cinzentos... “Todos os seus pensamentos, todos os seus desejos, voltavam-se apenas e exclusivamente para uma coisa – a paz.”

Os testemunhos deste gênero são bastante numerosos. A Revolução não fez senão manifestar aquilo que se vinha processando antes dela. A palavra de ordem “Abaixo a guerra!” tornou-se, conseqüentemente, um dos principais gritos de reunir, nas Jornadas de Fevereiro. Ele provinha das manifestações de mulheres, dos operários do bairro de Vyborg e das casernas da Guarda. Quando em princípios de março os deputados visitaram o *front*, os soldados, sobretudo os mais velhos, perguntavam invariavelmente: “E o que se diz da guerra?” Os deputados respondiam com evasivas que a questão agrária seria resolvida pela Assembleia Constituinte. Eis senão quando se eleva uma voz que traía o pensamento secreto de todos: “Para que serve a terra? Se eu não mais existir, dela não terei necessidade.” Este era o ponto de partida do programa revolucionário dos soldados: primeiro a paz, em seguida a terra.

Na Conferência Pan-Russa dos Sovietes, em fins de março, durante a qual houve muita fanfarronada patriótica, um dos delegados, representante direto dos soldados que se encontravam nas trincheiras, expunha com bastante exatidão a maneira pela qual o *front* recebera a notícia da Revolução: todos os soldados disseram: “Graças a Deus! Talvez em breve tenhamos a paz.” As trincheiras encarregaram esse delegado de dizer na Conferência: “Estamos prontos a sacrificar nossas vidas pela liberdade, todavia, camaradas, desejamos que acabem com esta guerra.” Era a viva voz da realidade – sobretudo no que diz respeito à segunda parte daquela reivindicação. Se for necessário aguentar, aguiremos ainda, mas que se apressem, lá em cima, em obter a paz.

As tropas do czar, na França – em meio inteiramente estranho – estavam movidas pelos mesmos sentimentos e passavam pelas mesmas fases de decomposição que o exército sitiado no país. “Quando ouvimos dizer que o czar abdicara – explicava em terra estrangeira, a um oficial, um soldado de idade madura, camponês iletrado – nós pensamos aqui que então a guerra estava terminada... porquanto foi o czar quem nos enviou à guerra... E que posso fazer com a liberdade se tenho que apodrecer nas trincheiras?” Tal é a autêntica filosofia do soldado, inata e não incutida:

palavras tão simples e tão persuasivas não poderiam ser inventadas por qualquer agitador.

Os liberais e os socialistas semiliberais intentaram apresentar a Revolução como sendo um levante patriótico. A 2 de março, Miliukov assim se explicava perante jornalistas franceses: “A Revolução Russa foi realizada a fim de afastar os obstáculos que se levantavam no caminho da Rússia em direção à vitória.” Aqui a hipocrisia se combina com a ilusão, se bem que transpareça a predominância da hipocrisia. Os reacionários declarados viam mais claro. Von Struve, pan-eslavista de origem alemã, ortodoxo de origem luterana e monarquista de formação marxista, se bem que usasse a língua do ódio reacionário, definia mais exatamente as origens reais da insurreição. “Na medida em que tomaram parte na Revolução as massas populares e, particularmente, as massas de soldados – escreve ele – o movimento não foi uma explosão de patriotismo, mas sim uma desmobilização espontânea e desastrosa, expressamente dirigida contra a continuidade da guerra, isto é, foi feita para suspender as hostilidades.”

Ainda que a ideia seja exata, tais palavras encerram, entretanto, uma calúnia. A desastrosa desmobilização originava-se, realmente, da própria guerra. Não foi a Revolução que a criou – ao contrário, a Revolução paralisou-a momentaneamente. As deserções, que eram extremamente numerosas às vésperas da Revolução, diminuíram durante as primeiras semanas que se seguiram à insurreição. O Exército permanecia na expectativa. Confiando em que a Revolução trouxesse a paz, o soldado não se negava a aguentar o *front*: se não fosse assim, o novo governo não poderia concluir a paz.

“Os soldados”, informa a 23 de março o comandante da Divisão de Granadeiros, “exprimem esta clara opinião: devemos permanecer na defensiva e não iniciar a ofensiva.” Os relatórios militares, tanto quanto os políticos, reproduzem, de diferentes maneiras, o mesmo pensamento. O suboficial Krylenko, velho revolucionário e futuro comandante em chefe dos exércitos dos bolcheviques, atesta que, para os soldados, naquela época, a questão da guerra se resumia, na seguinte fórmula: “Sustentar o *front*, mas não tomar a ofensiva.” Em linguagem mais solene, porém, inteiramente sincera, isto significava defender a liberdade.

“Não se pode enterrar as baionetas no chão!” Naqueles dias os soldados, sob a influência de impressões confusas e contraditórias, recusavam muitas vezes ouvir os bolcheviques. Parecia-lhes talvez, sob a impressão de certos discursos fora de propósito, que os bolcheviques não se preocupassem com a defesa da Revolução e que poderiam impedir o governo de firmar a paz. Com o correr do tempo, os soldados eram cada vez mais persuadidos pelos jornais e pelos agitadores social-patriotas. Mas sem mesmo permitir, às vezes, que os bolcheviques falassem, os soldados, desde os primeiros dias da Revolução, repeliam decididamente a ideia de ofensiva. Os políticos da capital viam nisso uma espécie de mal-entendido que se poderia afastar, caso pressionassem convenientemente os soldados. Cresceu até o extremo a agitação que visava à prossecução da guerra. A imprensa burguesa, em milhões de exemplares, apresentava as tarefas de Revolução à luz da guerra até a vitória. Os conciliadores apoiavam aquela agitação, a princípio a meia-voz e, depois, com maior ousadia. A influência dos bolcheviques, muito fraca no momento da insurreição, diminuiu ainda mais quando milhares de operários, enviados ao *front* em punição por terem participado de greves, abandonaram as fileiras do exército. A tendência para a paz não encontrava, por assim dizer, expressão franca e clara, precisamente ali onde era mais intensa. Os comandantes e os comissários, que procuravam ilusões consoladoras, achavam naquela situação a possibilidade de sofismar sobre a realidade dos fatos. Nos artigos e nos discursos daquela época, não era raro afirmarem que os soldados se teriam recusado a tomar a ofensiva unicamente porque não compreendiam exatamente a fórmula “sem anexações, nem contribuições”. Os conciliadores não poupavam a explicação de que uma guerra defensiva comportava também as ofensivas, e, mesmo, as exigia muitas vezes. Como se se tratasse de uma questão de escolástica! Uma ofensiva seria o reinício da guerra. A expectativa no *front* era de uma trégua. A teoria e a prática da guerra defensiva, na opinião dos soldados, constituíam uma espécie de entendimento, a princípio tácito e mais tarde declarado, com os alemães: “Não nos toqueis e não vos tocaremos.” O exército nada mais podia conceder à guerra.

Os soldados cediam tanto menos às exortações bélicas porque, a pretexto de preparar a ofensiva, o corpo reacionário dos oficiais tentava, evidentemente, empunhar de novo as rédeas. Um ditado tornou-se costu-

meiro entre os soldados: “A baioneta contra os alemães e a coronha contra o inimigo interno.” A baioneta, em todo caso, destinava-se à defensiva. Os soldados das trincheiras não pensavam, absolutamente, na conquista dos estreitos. O desejo de paz formava poderosa corrente subterrânea que, em breve, deveria surgir à superfície.

Sem negar que, já antes da Revolução, “observavam-se” no exército fenômenos negativos, Miliukov esforçou-se, entretanto, durante muito tempo após a insurreição, por demonstrar que o Exército teria sido capaz de realizar as tarefas que a Entente lhe preservara. “A propaganda bolchevique – escrevia ele, como historiador – esteve longe de penetrar subitamente no *front*. Durante um mês, ou seis semanas depois do início da Revolução, o exército ainda permanecia completamente indene.” A questão é aqui totalmente encarada segundo o plano da propaganda, como se deste modo se esgotasse o *processus* histórico. Aparentando combater, com atraso, os bolcheviques, aos quais ele atribuía uma força mística, Miliukov trava luta contra os fatos. Já vimos como, em realidade, se apresentava o exército. Vejamos agora como avaliavam os chefes a capacidade combativa desse mesmo exército, nas primeiras semanas e mesmo nos primeiros dias que se seguiram à insurreição.

A 6 de março, o general Ruzsky, comandante em chefe da frente norte, comunicou ao Comitê Executivo que os soldados recusavam, totalmente, obediência à autoridade: tornava-se necessária a ida ao *front* de homens populares para restabelecerem uma calma pelo menos relativa no exército.

O chefe de estado-maior da esquadra do mar Negro narra, em suas memórias: “Desde os primeiros dias da Revolução, percebi claramente que não mais se podia prosseguir na guerra e que a partida estava totalmente perdida!” Tal era também a opinião de Kolchak, segundo suas próprias palavras, e, se permaneceu em seu posto de comandante-chefe da esquadra, fê-lo unicamente para proteger o corpo de oficiais contra atos de violência.

O conde Ignatiev, que ocupava o alto posto de comandante da Guarda, escrevia, em março, a Nabokov: “É preciso que nos convençamos de que a guerra já se acabou, de que não podemos mais continuar em guerra e que não continuaremos. Os homens inteligentes devem imaginar um meio de liquidar a guerra sem sofrimento; do contrário haverá uma catástrofe...”

Guchkov, na mesma época, dizia a Nabokov que ele recebia cartas de teor semelhante, em grande quantidade. Alguns julgamentos, de aparência mais favoráveis, extremamente raros, são em geral destruídos pelos comentários que os acompanham. “Entre as tropas, o desejo de vencer subsiste – relata Danilov, comandante do Segundo Exército – e mesmo em alguns efetivos aumentou.” Logo após esta observação: “A disciplina decaiu... Seria desejável que se adiassem as operações de ofensiva até o momento em que a situação crítica se acalmasse (de um a três meses).” Em seguida, um acréscimo inesperado: “Os reforços chegam somente na proporção de 50%; se continuarem a dissolver-se dessa maneira e a se mostrarem igualmente indisciplinados, não se poderá contar com o sucesso de qualquer ofensiva.”

“A divisão está perfeitamente apta à ação defensiva”, informa o valente comandante da 51.^a Divisão de Infantaria e acrescenta logo: “É indispensável afastar do Exército a influência dos deputados-soldados e operários.” Então, não era tão simples assim!

O comandante da 182.^a Divisão informa ao comandante do corpo de exército: “Dia a dia, e cada vez mais frequentemente, manifestam-se mal-entendidos a respeito de assuntos que são, no fundo, bagatelas, mas que apresentam caráter perigoso: os soldados enervam-se cada vez mais e também os oficiais.”

Até o presente, não se tratava senão de testemunhos esparsos, se bem que numerosos. Eis porém que, a 18 de março, realizou-se, no quartel-general, uma conferência das altas autoridades a respeito da situação no exército. As conclusões das direções centrais foram unânimes: “Nos meses que se seguirão, será impossível a remessa de efetivos de reforço ao *front*, na medida das necessidades, porque em todos os contingentes da reserva está-se processando a fermentação. O Exército passa por uma fase de enfermidade. É provável que, somente dentro de dois ou três meses; consiga a acomodação nas relações entre oficiais e soldados.” Os generais não compreendiam ainda que a moléstia só poderia progredir. Naquele instante, notava-se desânimo no corpo de oficiais, fermentação nas tropas, e um considerável movimento de deserção. “A combatividade do Exército diminuiu e é muito difícil contar com ela, presentemente, para um avanço.” Conclusão: “Não é admissível que se possam levar a termo, atualmente, as operações de movimento, projetadas para a primavera.”

Nas semanas seguintes, a situação piorou rapidamente, e os testemunhos multiplicaram-se de modo interminável. Lá pelos fins de março, o comandante do 5º Exército, general Dragomirov, escreveu ao general Ruzsky: “O espírito combativo caiu. Não somente os soldados não têm mais desejo algum de entrar na ofensiva, como, mesmo, a simples perseverança na defensiva vem mingando até um ponto perigoso para o êxito da guerra... A política que se apoderou amplamente de todas as camadas do Exército levou o grosso das tropas a não desejar senão uma coisa – a cessação das hostilidades e o retorno aos lares.”

O general Lukomsky, um dos sustentáculos do quartel-general reacionário, descontente com os novos métodos, transferiu-se, ao começar a Revolução, para o comando de um corpo de exército, e verificou ali, segundo sua própria narrativa, que a disciplina subsistia apenas na artilharia e na engenharia, onde se encontravam inúmeros oficiais de carreira e soldados reengajados. “Em relação às divisões de infantaria, estavam todas três em vias de franca decomposição.”

A deserção que decrescera após a insurreição, por motivo de esperanças despertadas, revivesceu em consequência das decepções. Em uma semana, de 1.º a 7 de abril, segundo um comunicado do general Alexeiev, desertaram cerca de 8.000 soldados das frentes do norte e oeste. “Foi com grande espanto”, escrevia ele a Guchkov, “que li os relatórios de homens irresponsáveis que se referiam ao moral excelente do Exército. Para que isso? Nós não enganaremos os alemães e, de nosso lado, é uma fanfarronice fatal.”

Convém notar que, até então, ainda não se fez quase nenhuma alusão aos bolcheviques, a maioria dos oficiais assinalara com grande dificuldade este apelido extravagante. Quando, nos relatórios, se tratava das causas da decomposição do Exército, acusavam os jornais, os agitadores, os soviets e sobretudo a “política”, numa palavra, a Revolução de Fevereiro.

Havia ainda alguns chefes otimistas a esperar que tudo se arranjasse. Mais numerosos eram aqueles que, intencionalmente, fechavam os olhos aos acontecimentos, por temerem desagradar ao novo poder. E, em contraposição, um número considerável de oficiais, sobretudo do alto-comando, exagerava conscientemente os sintomas de decomposição, para conseguir do Governo medidas decisivas que, todavia, eles mesmos não podiam ou não ousavam designar pelo nome adequado. Mas o essencial é

indiscutível. Ao achar diante de si um exército enfermo, a Revolução deu ao *processus* da dissolução irresistíveis contornos políticos que, de semana a semana, adquiriam nitidez cada vez mais inexorável. A Revolução aguçou não apenas o desejo ardente de paz, como também a hostilidade da massa de soldados, quer em relação ao comando, quer em relação às classes dirigentes em geral.

Em meados de abril, Alexeiev enviou um relatório pessoal ao governo sobre o moral do Exército, e, aparentemente, sem atenuar o colorido. “Lembro-me muito bem”, escreve Nabokov, “dos sentimentos de angústia e de desesperança que se apoderaram de mim.” É preciso admitir que Miliukov também assistiu à leitura deste relatório, que não podia senão referir-se às seis primeiras semanas da Revolução; é muito provável até que ele houvesse, precisamente, enviado Alexeiev com a intenção de alarmar seus colegas e, por intermédio deles, os amigos socialistas.

Guchkov, com efeito, depois do relatório, conferenciou com os representantes do Comitê Executivo. “Chegamos, assim, às confraternizações catastróficas”, lamentava-se ele. “Foram registrados casos de insubordinação completa. As ordens são previamente discutidas nas organizações do exército e nos *meetings*. Em determinados contingentes houve mesmo casos em que nem sequer desejam ouvir falar de operações ativas... Quando homens esperam a paz para amanhã”, observava, não sem razão, Guchkov, “não se pode forçá-los, hoje, ao sacrifício das próprias vidas.” Em continuação, concluía o ministro da Guerra: “É preciso não falar com tanto alarido sobre a paz.” Mas, como a Revolução havia precisamente ensinado o povo a falar em altas vozes de tudo aquilo que ele outrora conservava recalcado no foro íntimo, aquelas palavras significavam: é preciso liquidar com a Revolução.

Certo é que o soldado, desde o primeiro dia da guerra, não tinha vontade alguma de morrer, nem tampouco de combater. Mas a repugnância que sentia era equivalente à que um cavalo de tração da artilharia experimentava, ao arrastar na lama um canhão pesado. Tal como o cavalo, os soldados não julgavam poder libertar-se do fardo atirado sobre eles. Não havia relação alguma entre sua vontade e os acontecimentos da guerra. A Revolução revelou-lhe esta relação. Para milhões de soldados, significava o direito a uma existência melhor, em primeira instância, e, de um modo

mais geral, direito à vida, o direito de se proteger contra as balas e os abusos, assim como de preservar o rosto dos socos com que os oficiais os ameaçavam. Neste sentido, dissemos acima que o *processus* psicológico essencial, no Exército, consistia no despertar da personalidade. Na erupção vulcânica do individualismo, que, frequentemente, assumia formas anárquicas, as classes cultas viam traição para com o país. Ora, em realidade, nas manifestações tumultuosas dos soldados, nos protestos desenfreados, e mesmo nos excessos sanguinários, era simplesmente a nação que se formava com matérias-primas brutas, impessoais, pré-históricas. O transbordamento do individualismo das massas, tão detestável para a burguesia, era provocado pelo caráter da Revolução de Fevereiro, precisamente porque se tratava de uma Revolução *burguesa*.

Nisso não residia, entretanto, o único conteúdo da Revolução. Porque, independentemente do camponês e de seu filho soldado, o operário participava da Revolução. Havia muito tempo que o operário possuía o senso da dignidade pessoal; ele entrara na guerra não somente para odiá-la, mas também com a ideia de combatê-la, e a Revolução não significava, para ele, apenas um simples caso de vitória, mas também um triunfo parcial de suas ideias. A derrubada da monarquia representava, para ele, nada mais do que o primeiro degrau, e ele ali não estacionaria, porque se apressava para outros fins. O seu problema consistia em saber em que medida ele seria, em seguida, apoiado pelo soldado e pelo camponês. De que servirá a terra quando eu não mais existir?, perguntava o soldado. De que me servirá a liberdade, murmurava ele, pior detrás do operário, diante das portas inacessíveis do teatro, se as chaves da liberdade estão nas mãos dos patrões? Assim, através do indescritível caos da Revolução de Fevereiro, luziam já os contornos da espada de Outubro.

.....

Capítulo XIV

OS DIRIGENTES E A GUERRA



QUE PENSAVAM LUCRAR com aquela guerra e com aquele exército o Governo Provisório e o Comitê Executivo?

Antes de mais nada é preciso compreender a política da burguesia liberal, uma vez que desempenha o papel de primeiro violino. Aparentemente a política de guerra do liberalismo continuava sendo a da ofensiva patriótica, uma política de rapina, e impiedosa. Na realidade, aquela política era contraditória, traidora, e se tornava rapidamente derrotista.

“Se não tivesse havido Revolução, nem por isso a guerra teria deixado de ser perdida e, muito provavelmente, teria sido firmada uma paz em separado”, escrevia Rodzianko, cujos conceitos não se distinguiam pela originalidade, mas exprimiam com perfeição a opinião média dos círculos liberais conservadores. O levante dos batalhões da Guarda era, para as classes possuidoras, um presságio não de vitória exterior, mas de derrota interior. A esse respeito, os liberais podiam iludir-se tanto menos quanto haviam previsto o perigo e o haviam combatido na medida das próprias forças. O inesperado otimismo revolucionário de Miliukov, ao declarar que a Revolução era um passo para a vitória, representava, em suma, o recurso derradeiro do desespero. A questão da guerra e da paz deixou de

ser em três quartas partes, para os liberais, uma questão independente. Eles sentiam que não lhes seria dado utilizar a Revolução para a guerra. Impunha-se-lhes, por conseguinte, uma tarefa proporcionalmente mais imperiosa: utilizar a guerra contra a Revolução.

Os problemas da situação internacional da Rússia após a guerra – dívidas e empréstimos novos, mercados de capitais e de produtos – eram problemas que se apresentavam, bem entendido, desde então, aos líderes da burguesia russa. Não eram, entretanto, esses problemas que determinavam diretamente a política daqueles. Tratava-se, agora, não de conseguir as mais vantajosas condições internacionais para a Rússia burguesa, mas de salvar o próprio regime burguês, nem que fosse à custa de um novo enfraquecimento da Rússia. “É preciso primeiro curar”, dizia a classe gravemente ferida, “e somente em seguida repor os negócios em ordem.” Curar significava aniquilar a Revolução.

A manutenção da hipnose belicista e da moral chauvinista oferecia à burguesia a única e derradeira possibilidade de ligação política com as massas, principalmente com o Exército, e contrários àqueles que se chamavam “impulsionadores” da Revolução. A tarefa consistia em apresentar ao povo a guerra herdada do tzarismo, com os precedentes aliados e com os mesmos fins, como se fosse uma nova guerra, como se fosse uma defesa de conquistas e de esperanças revolucionárias. Se chegassem só aí, estava bem. Mas como? O liberalismo esperava, convictamente, dirigir contra a Revolução toda aquela organização da opinião pública patriótica, a qual, na véspera, lhe havia servido contra a camarilha de Rasputin. Como não tinham conseguido salvar a monarquia, suprema instância contra o povo, sentiam a necessidade de se aferrar aos aliados: enquanto durasse a guerra, na pior das hipóteses, a Entente constituiria uma corte de apelação incomparavelmente mais poderosa do que o teria sido a monarquia nacional.

A continuação da guerra devia justificar a conservação do antigo aparelho militar e burocrático, o adiamento da Assembleia Constituinte, a subordinação do país revolucionário ao *front*, isto é, a união dos generais com a burguesia liberal. Todas as questões internas, em primeiro lugar o problema agrário, bem como toda a legislação social, tinham sido relegadas para o fim da guerra, e esse mesmo fim, por sua vez, tinha sido adiado até a vitória, na qual os liberais não acreditavam. A guerra, até o esgotamento

do inimigo, transformava-se em guerra pelo esgotamento da Revolução. Talvez não fosse um plano perfeitamente acabado, discutido e ponderado com antecedência nas seções oficiais. Mas não havia, absolutamente, necessidade disso. O plano decorria de toda a política precedente do liberalismo e da situação criada pela Revolução.

Compelido a enveredar pela senda da guerra, era compreensível que Miliukov não tivesse motivos de renunciar antecipadamente à partilha dos despojos. Porque, enfim, as esperanças na vitória dos aliados conservavam um cunho de realidade e, com a entrada da América na guerra, tinham aumentado extraordinariamente. É verdade que a Entente era uma coisa, e que a Rússia era outra muito diferente. Os líderes da burguesia russa tinham aprendido, ao correr do tempo, a compreender que, em virtude da fraqueza econômica e militar da Rússia, a vitória da Entente contra os impérios centrais deveria inevitavelmente transformar-se em vitória contra a Rússia, a qual, sob quaisquer dos ângulos pelos quais fosse examinada, sairia da guerra necessariamente enfraquecida e alquebrada. Os imperialistas liberais, porém, conscientemente, decidiram não encarar essa perspectiva. Nada mais tinham a fazer. Guchkov declarava peremptoriamente, em sua roda, que a Rússia só poderia salvar-se por milagre, e que a esperança de um milagre constituía seu programa de ministro da Guerra. Miliukov necessitava do mito da vitória, para a política interna. Até onde acreditava na vitória, não importava. Obstinava-se, entretanto, em afirmar que Constantinopla devia ser nossa. E nesse assunto ele se portava com aquele cinismo que o caracterizava. A 20 de março, o ministro russo dos Negócios Estrangeiros exortava os embaixadores aliados a traírem a Sérvia, para comprar, por esse meio, a traição da Bulgária aos impérios centrais. O embaixador de França manifestava seu desagrado. Miliukov, não obstante, insistia “na necessidade de deixar de lado, em se tratando de tal questão, as considerações sentimentais” e, concomitantemente, o neoeslavismo que ele vinha pregando desde o esmagamento da primeira Revolução. Não era sem razão que, já em 1882, Engels escrevia a Bernstein: “Em que se resume todo o charlatanismo dos pan-eslavistas russos? Na tomada de Constantinopla, eis tudo.”

As acusações de germanofilia, e mesmo as de suborno pela Alemanha, ainda ontem dirigidas contra a camarilha do palácio, voltavam-se hoje, com uma ponta envenenada, contra a Revolução. Com o correr do tempo

aquela nota repercutia cada vez mais audaciosa, ruidosa e insolentemente, nos discursos e nos artigos do Partido Cadete. Antes de se apoderar das águas turcas, o liberalismo turvava as fontes e envenenava os poços da Revolução.

Não foram todos os líderes liberais, longe disso, ou pelo menos nem todos simultaneamente, que adotaram, após a insurreição, atitude intransigente em relação à guerra. Certo número deles achava-se ainda na atmosfera moral pré-revolucionária, que se ligava à perspectiva de uma paz em separado. Alguns dirigentes cadetes narraram esses fatos com grande franqueza, após algum tempo. Nabokov, segundo confissão própria, desde 7 de março conspirava com membros do Governo por uma paz em separado. Vários membros do centro cadete tentavam, coletivamente, demonstrar aos seus líderes a impossibilidade total do prolongamento da guerra. “Miliukov expunha, com a fria clareza que o caracterizava”, narra o barão Nolde, “que os fins da guerra deviam ser alcançados”. O general Alexeiev, que, entretanto, se aproximara dos cadetes, apoiava Miliukov, afirmando que “o Exército ainda, podia ser reerguido”. Para aquele reerguimento o mais indicado era, evidentemente, aquele homem de estado-maior, organizador de catástrofes.

Alguns dos mais ingênuos dentre os liberais e os democratas não compreendiam a linha de conduta de Miliukov e consideravam-no como o paladino da fidelidade aos aliados, o D. Quixote da Entente. Que absurdo! Quando os bolcheviques se apoderaram do poder, Miliukov nem um minuto hesitou em partir para Kiev, ocupada pelos alemães, e oferecer seus préstimos ao governo do Hohenzollern, que, para dizer a verdade, não se apressou a aceitá-los. O objetivo imediato de Miliukov, naquele negócio, era obter, para a luta contra os bolcheviques, aquele mesmo ouro alemão cujo fantasma ele havia tentado usar para enxovalhar a Revolução. O apelo de Miliukov à Alemanha pareceu a inúmeros liberais, em 1918, tão incompreensível quanto havia sido o programa de Miliukov sobre o esmagamento da Alemanha, nos primeiros meses de 1917. Aquilo nada mais era, porém, do que o anverso e o verso duma só medalha.

Ao preparar-se para trair os aliados, tal como o fizera precedentemente com a Sérvia, Miliukov não traiu nem a ele próprio nem à classe a que pertencia: Miliukov perseguia uma política una e indivisa, e não era culpa dele se tal política tinha péssima aparência. Ao procurar, tateante, ao tempo do tzarismo, o caminho da paz em separado, a fim de evitar a

Revolução; ao reclamar a guerra até seu termo, para destruir a Revolução de Fevereiro; ao procurar mais tarde aliança com o Hohenzollern, para derrubar a Revolução de Outubro – Miliukov mantinha-se estritamente fiel aos interesses das classes possuidoras. Se ele não conseguiu ajudá-las, chocando-se, cada vez que o tentava contra um novo obstáculo, foi porque seus constituintes se encontravam num impasse. O que faltou a Miliukov, em particular nos primeiros tempos após a insurreição, foi uma ofensiva inimiga, um bom golpe germânico no crânio da Revolução. Por infelicidade, as condições climáticas de março e de abril eram pouco propícias no *front* russo às operações de grande envergadura. E os alemães, sobretudo, cuja situação se tornava cada vez mais penosa, resolveram, após grandes hesitações, deixar a Revolução Russa seguir seu *processus* interno. Somente o general Lisingen, a 20 e 21 de março, em Stokhod, deu demonstrações de iniciativa pessoal. Seu sucesso assustou o governo alemão com grande júbilo do governo russo. O quartel-general, com aquela imprudência que evidenciara ao tempo do tzar, exagerando os menos significativos êxitos, dava importância excessiva à derrota de Stokhod. A imprensa liberal acompanhou-o. Os casos de instabilidade, de pânico, e as perdas do Exército russo eram descritos com o mesmo prazer com que outrora se narravam as capturas de prisioneiros e as conquistas de troféus. A burguesia e os generais davam, assim, evidências plenas do derrotismo para o qual se encaminhavam. Lisingen, porém, recebeu ordens superiores de interromper a ofensiva, e o *front* fixou-se de novo nos lamaçais primaveris e na expectativa.

A ideia de utilizar a guerra contra a Revolução poderia ter probabilidades de sucesso, mas somente sob a condição de os partidos intermediários, que as massas populares acompanhavam consentirem em encarregar-se do papel de mecanismo de transmissão para a política liberal. Ligar a ideia de guerra à de Revolução ultrapassava as forças do liberalismo: porque, na véspera ainda, ele pregava que a Revolução seria um desastre para a guerra. Era preciso, por conseguinte, transferir aquela tarefa para a democracia. Bem entendido, sem lhe revelar “o segredo”. Não lhe revelar plano, mas apanhá-la com o anzol. Era preciso agarrá-la pelos preconceitos, pelas presunções de sabedoria política, pelas apreensões frente à anarquia, pela obsequiosidade supersticiosa perante a burguesia.

Nos primeiros dias, os socialistas – vemo-nos, aqui, obrigados a assim denominar, para resumir, os mencheviques e os socialistas revolucionários – não sabiam o que fazer da guerra. Cheidze suspirava: “Se durante todo esse tempo deblateramos contra a guerra, como posso eu, agora, apelar para a continuação do conflito?” A 10 de março, o Comitê Executivo decidiu passar um telegrama de saudações a Franz Mehring*. Com essa pequena manifestação, a ala esquerda procurava serenar sua consciência socialista, não muito exigente. A respeito da guerra em si mesma, o Soviète continuava a calar-se. Os líderes temiam provocar, ao ventilar aquela questão, conflitos com o Governo Provisório e encobrir com sombras a lua-de-mel do “contato”. Não menos temiam eles a discórdia no próprio meio. Entre eles havia partidários da defesa nacional e zimmerwaldenses. Uns e outros superestimavam as próprias dissensões. Amplos círculos intelectuais revolucionários haviam sofrido, durante a guerra, uma importante metamorfose burguesa. O patriotismo confesso ou mascarado ligava os intelectuais às classes dirigentes, afastando-os das massas. A bandeira de Zimmerwald, com que se cobria a ala esquerda, não impunha grandes obrigações e, concomitantemente, permitia que se não desvendasse certa solidariedade patriótica com a camarilha de Rasputin. Agora, porém, o regime dos Romanovs estava por terra. Tornara-se a Rússia um país democrático. A liberdade da Rússia, irisada por todos os matizes, destacava-se, contrastada pelo fundo policial da Europa presa nas tenazes de uma ditadura militar. Não iremos defender nossa Revolução contra o Hohenzollern?, exclamavam os patriotas antigos e os recentes, colocados à frente do Comitê Executivo. Os zimmerwaldenses, do tipo de Sukhanov e de Steklov, alegavam, com insegurança, que a guerra permanecia imperialista: porque os liberais, no final das contas, afirmavam que a Revolução deveria garantir as anexações projetadas ao tempo do czar. “Como poderia então eu apelar agora para a continuação da guerra?”, exclamava Cheidze, alarmado. Como os próprios zimmerwaldenses, porém, fossem os iniciadores da transmissão do poder aos liberais, suas objeções permaneciam em suspenso. Após algumas semanas de hesitações e de resistência, a primeira

* Franz Mehring – socialista revolucionário alemão. [Nota de Max Eastman.]

parte do plano de Miliukov foi, graças ao concurso de Tseretelli, cumprida satisfatoriamente: os maus democratas, que se consideravam socialistas, atrelaram-se aos arreios da guerra e, sob o chicote dos liberais, exauriam as débeis forças para assegurarem a vitória... da Entente contra a Rússia, da América contra a Europa.

A função principal dos conciliadores consistia em canalizar a energia revolucionária das massas para a corrente do patriotismo. Tentaram, de um lado, despertar a combatividade do exército – o que era difícil. Tentaram de outro lado, incitar os governos da Entente a renunciar às pilhagens, o que era ridículo. Em ambas as direções, caminhavam eles das ilusões para as decepções, e dos erros para as humilhações. Assinalemos as primeiras balizas do caminho.

Nas horas do seu esplendor transitório, Rodzianko tivera tempo de ordenar o regresso imediato dos soldados às casernas, recolocando-os sob as ordens dos oficiais. A efervescência da guarnição provocada por essa ordem forçou o Soviete a consagrar uma de suas primeiras sessões à questão do destino ulterior do soldado. Na atmosfera ardente daquele momento, no caos de uma sessão que se assemelhava a um *meeting*, sob a coação direta de soldados que não puderam ser contidos pelos líderes ausentes, nasceu a famosa “Ordem nº 1”, o único documento idôneo da Revolução de Fevereiro, a carta das liberdades do exército revolucionário. Seus audaciosos parágrafos, que abriam aos soldados uma saída organizada para um novo caminho, decidiam criar, em todos os contingentes de tropa, comitês eleitos; eleger representantes de soldados ao Soviete; subordinar-se ao Soviete e seus comitês, em quaisquer manifestações políticas; confiar as armas à guarda dos comitês de companhia e de batalhão, “e não restituí-las, aos oficiais, em caso algum”; em serviço, a mais severa disciplina militar; fora do serviço, plenitude dos direitos cívicos; fora do serviço, supressão da saudação militar; ficaram abolidos os títulos hierárquicos; proibiu-se aos oficiais tratar grosseiramente os soldados, e recomendou-se, em especial, tratá-los com familiaridade. Tais eram as deduções tiradas pelos soldados de Petrogrado, como resultado de sua participação na insurreição. Poderiam elas ser diferentes? Ninguém ousou resistir. No momento da elaboração da “ordem”, os líderes do Soviete estavam absorvidos por preocupações mais altas: estavam em entendimentos com os liberais. Conseguiram, com isto, a possibilidade de

um álibi, quando precisaram justificar-se perante a burguesia e o comando. Simultaneamente com a “Ordem nº 1”, o Comitê Executivo, tendo tido tempo de se recuperar, expedira à tipografia, à guisa de contraveneno, um apelo aos soldados, apelo que, se bem exteriorizando uma condenação ao linchamento dos oficiais, exigia submissão ao antigo comando. Os tipógrafos, muito simplesmente, recusaram-se a compor tal documento. Os seus autores democratas não sopitavam a indignação: onde iremos parar? Não seria, entretanto, exato pensar que os tipógrafos estivessem incitando os soldados a represálias sangrentas contra os oficiais. Mas, quando se exortava a tropa a obedecer ao antigo corpo de oficiais do tzar, no dia seguinte da insurreição, os operários tipógrafos vislumbravam aí uma espécie de franqueamento das portas à contrarrevolução. Era certo que os tipógrafos haviam cometido um abuso de poder. Porém, não se consideravam unicamente tipógrafos. Para seu espírito, tratava-se da vida da Revolução.

Nos primeiros dias, quando o destino dos oficiais que regressavam aos regimentos preocupava extremamente tanto o soldado como os operários, a organização socialdemocrata intercantonal, muito próxima dos bolcheviques, formulou a questão irritante, com audácia revolucionária. “Para que os nobres e os oficiais não vos enganem”, dizia-se no apelo dirigido aos soldados, “elegei, vós mesmos, vossos comandantes de pelotão, de companhia, e de regimento. Não aceiteis, entre vós, senão aqueles oficiais reconhecidamente amigos do povo.” Que aconteceu, porém? A proclamação, que espelhava fielmente a situação, foi imediatamente confiscada pelo Comitê Executivo, e Cheidze, em seu discurso, tachou-a de provocação. Os democratas, como vemos, não se acanhavam, em absoluto, de limitar a liberdade de imprensa, quando se tratava de golpear a esquerda. Por felicidade, a liberdade deles já era bastante limitada. Ao apoiar o Comitê Executivo como órgão supremo, os operários e os soldados, em todos os momentos graves, corrigiam, por intervenção direta, a política dos dirigentes. Dois dias mais tarde, o Comitê Executivo tentava, por uma “Ordem nº 2”, abolir a primeira ordem exarada, limitando o alcance dela ao corpo de exército de Petrogrado. Inutilmente! A “Ordem nº 1” era indestrutível, porque nada inventava, apenas consolidava o que se patenteava por todos os lados, tanto na retaguarda como no *front*, e exigia pronto reconhecimento. Face a face com os soldados, os próprios deputados liberais evitavam as perguntas e as censuras

sobre a “Ordem nº 1”. Mas na alta política a fórmula audaciosa tornou-se o principal argumento da burguesia contra os soviets. Derrotados, os generais descobriram, desde então, na “Ordem nº 1”, o principal obstáculo que os impedira de esmagar os exércitos alemães. Atribuía-se à “Ordem” origem alemã. Os conciliadores não se cansavam de justificar a própria cumplicidade, e enervavam os soldados ao tentarem retomar com a mão direita o que haviam concedido com a esquerda.

Entrementes, no Soviete, a maioria dos deputados já começava a exigir a eletividade dos chefes. Os democratas sobressaltaram-se. Por não achar motivo melhor, Sukhanov tentava intimidar, dizendo que a burguesia depositária do poder não admitiria a eleição. Os democratas escondiam-se francamente atrás das costas de Guchkov. Nesse jogo, os liberais ocupavam o mesmo lugar que a monarquia deveria ter ocupado no jogo do liberalismo. “Ao descer da tribuna para o meu lugar”, narra Sukhanov, “esbarrei num soldado que me obstruiu o caminho e, ameaçando-me com o punho cerrado, bradava raivosamente impropérios contra aqueles senhores que jamais tinham vestido a túnica de soldado.” Depois daquele “excesso”, nosso democrata, perdendo o equilíbrio, correu em busca de Kerensky, e foi somente graças à ajuda deste último que “o negócio se acomodou”. Aquela gente não se ocupava senão com a acomodação dos casos.

Por duas semanas conseguiram fingir que nada sabiam sobre a guerra. Ao fim de algum tempo, entretanto, tornou-se-lhes impossível prosseguir com as delongas. A 14 de março, o Comitê Executivo apresentou ao Soviete um projeto de manifesto redigido por Sukhanov: “Aos Povos do Mundo Inteiro.” A imprensa liberal logo declarou a respeito daquele documento – que unia os conciliadores de direita e de esquerda – ser uma “Ordem nº 1 no domínio da política exterior”. Mas essa apreciação elogiosa era tão falsa quanto o documento ao qual se referia. A “Ordem nº 1” constituía uma resposta honesta e direta, fornecida pela base, às questões formuladas pela Revolução ao exército. O manifesto de 14 de março era uma resposta fraudulenta, partida de cima, às questões honestamente formuladas pelos soldados e pelos operários.

O manifesto, bem entendido, exprimia um desejo de paz, e mesmo de paz democrática, sem anexações nem indenizações. Os imperialistas ocidentais, porém, aprenderam a servir-se daquela fraseologia muito

tempo antes da insurreição de fevereiro. Foi precisamente em nome de uma paz sólida, honesta, “democrática” que Wilson se dispôs, naqueles dias, a entrar na guerra. O piedoso Mr. Asquith apresentava ao Parlamento uma classificação científica das anexações, segundo a qual resultava indubitavelmente que se deveriam condenar como imorais todas as anexações contrárias aos interesses da Grã-Bretanha. No que concerne à diplomacia francesa, consistia ela em dar à cupidez do vendeiro e do usurário a expressão mais liberal. O documento expedido pelo Soviete, ao qual não se pode negar certa sinceridade simplista, caiu irremissivelmente na bitola da hipocrisia oficial francesa. O manifesto prometia “defender resolutamente nossa própria liberdade”, contra o militarismo estrangeiro. Isso fazia parte, precisamente, dos planos dos sociais-patriotas franceses, desde agosto de 1914. “É chegado o tempo de os povos assumirem a responsabilidade da solução da guerra ou da paz”, gritava o manifesto, cujos autores, em nome do povo russo, acabavam, justamente, de abandonar aquela questão à discricção da alta burguesia. O manifesto lançava o seguinte apelo aos operários da Alemanha e da Áustria-Hungria: “Renunciai a servir de instrumento de conquista e de violência, em mãos de reis, de proprietários e de banqueiros!” Esses termos continham a quintessência da mentira, porque os líderes do Soviete não pensavam absolutamente em romper a aliança com os reis da Grã-Bretanha e da Bélgica, com o imperador do Japão, com os proprietários e os banqueiros, fossem eles russos ou pertencentes às demais nações da Entente. Após transmitirem a direção da política exterior a Miliukov, que há pouco tempo ainda se dispunha a transformar a Prússia oriental em província russa, os líderes do Soviete concitavam os operários alemães e austro-húngaros a seguirem o exemplo da Revolução Russa. Condenar, teatralmente, a carnificina de nada adiantava: o papa também se preocupava com isso. Com frases patéticas, lançadas sobre os ombros do banqueiro, do proprietário nobre e do rei, os conciliadores faziam da Revolução de Fevereiro a arma dos reis verdadeiros, dos proprietários e dos banqueiros. Em seu telegrama de felicitações ao Governo Provisório, Lloyd George apreciava a Revolução Russa como a comprovação de que “a guerra atual, em sua essência, é uma luta em prol do governo popular e em prol da paz”. O manifesto de 14 de março, “em sua essência”, solidarizava-se com Lloyd George e fornecia um precioso apoio à propaganda militarista

na América. Tinha tríplice razão o jornal de Miliukov, quando escrevia que “o apelo, iniciado em tons tão tipicamente pacifistas, desenvolve-se, no fundo, em ideologia que possuímos em comum com todos os nossos aliados”. Se os liberais russos, entretanto, se encarniçaram por mais de uma vez, e furiosamente, contra o manifesto; se a censura francesa lhe recusou, em geral, passagem livre, isto provinha do medo da interpretação que poderia ser dada àquele documento pelas massas revolucionárias, mas em que ainda confiavam. Redigido por um zimmerwaldense, o manifesto assinalava a vitória de princípios da ala patriótica. Nas províncias, os soviets souberam interpretar o sinal. A palavra de ordem “guerra à guerra” foi declarada inadmissível. Mesmo no Ural e em Kostroma, onde as bolcheviques eram fortes, o manifesto patriótico obteve aprovação unânime. Não é de espantar: porque, mesmo no Soviete de Petrogrado, os bolcheviques não se opuseram àquele documento mentiroso.

Algumas semanas mais tarde, foi preciso fazer um depósito para a amortização da promissória. O Governo Provisório lançou um empréstimo de guerra, o qual naturalmente se chamou “o empréstimo da liberdade”. Tseretelli demonstrava que, ao quitar o Governo “no conjunto e integralmente” suas obrigações, competia à democracia apoiar o empréstimo. No Comitê Executivo, a ala oposicionista reuniu mais de um terço dos votos. Mas, no plenário do Soviete (22 de abril), exatamente 112 delegados em quase 2.000 votaram contra o empréstimo. Daí tirar-se por vezes a seguinte conclusão: o Comitê Executivo era mais esquerdista do que o Soviete. Mas não é exato. Apenas o Soviete era mais honesto do que o Comitê Executivo. Se a guerra é a defesa da Revolução, é preciso dar dinheiro para a guerra, é preciso apoiar o empréstimo. O Comitê Executivo não era mais revolucionário, apenas mais evasivo. Vivia de equívocos e de subterfúgios. Apoiava o governo estabelecido por ele mesmo, “no conjunto e integralmente”, e tomava a responsabilidade da guerra somente “na medida em que e enquanto que”... Essas pequenas espertezas eram estranhas às massas. Os soldados não podiam nem combater “na medida em que”, nem morrer “no conjunto e integralmente”.

Para consolidar a vitória da concepção estatal sobre divagações, o general Alexeiev, que a 5 de março se dispunha a mandar fuzilar os bandos de propagandistas, foi oficialmente colocado a 19 de abril à frente das

forças armadas. Doravante tudo estaria em ordem. O inspirador da política exterior do tzarismo, Miliukov, era o ministro dos Negócios Estrangeiros. O comandante em chefe do Exército, ao tempo do tzar, Alexeiev, tornara-se generalíssimo da Revolução. O princípio da sucessão tinha sido integralmente restabelecido.

Ao mesmo tempo, os líderes do Soviete eram forçados, pela lógica da situação, a relaxar as malhas da rede que eles próprios haviam tecido. A democracia oficial temia ao extremo os chefes do Exército que ela tolerava e sustentava. Ela não podia evitar a necessidade de lhes opor um controle, porém tentava ao mesmo tempo apoiar esse controle nos soldados, mas tornando-o, tanto quanto possível, independente dos últimos. Na sessão de 6 de março, o Comitê Executivo reconheceu que era desejável instalar comissários de sua confiança em todos os contingentes de tropa e nas administrações militares. Formava-se, desse modo, uma tríplice ligação: as tropas delegavam seus representantes ao Soviete; o Comitê Executivo enviava seus comissários para as tropas; finalmente, à frente de cada contingente colocava-se um comitê recrutado por eleição e que representava, de qualquer modo, uma célula de base do Soviete.

Uma das mais importantes obrigações dos comissários consistia em zelar pela integridade política dos estados-maiores e do corpo de oficiais. “O regime democrático superou, talvez, o da autocracia”, exclama com indignação Denikin, e sobre isso gaba-se da habilidade de seu estado-maior, que interceptava e lhe entregava a correspondência cifrada dos comissários com Petrogrado. Vigiar os monarquistas e os partidários da servidão – que poderia existir de mais ultrajante? O caso, entretanto, tornava-se bem diferente, quando se tratava de roubar o correio enviado pelos comissários ao Governo. Qualquer que seja o aspecto moral, as relações internas do aparelho dirigente do Exército manifestam-se com clareza meridiana: os dois lados têm medo um do outro e se observam com hostilidade. O que os une é tão somente o medo que ambos têm dos soldados. Os próprios generais e almirantes fossem quais fossem seus planos e suas esperanças para o porvir, viam claramente que sem o véu da democracia ficariam em maus lençóis. O estatuto dos comitês da Armada foi elaborado por Kolchak. Ele contava, mais tarde, asfixiá-los. Como no momento era impossível dar um único passo sem os comitês, Kolchak intervinha

no quartel-general para conseguir a autorização dele. Do mesmo modo, o general Markov, um dos futuros capitães do Exército branco, remeteu, em começos de abril, ao Ministério, um projeto de nomeação de comissários destinados a vigiar a lealdade do comando. Eis como as “leis seculares do Exército”, isto é, as tradições da burocracia militar, se rompiam como fios de palha, sob a pressão da Revolução.

Os soldados vinham para os comitês de uma posição contrária e se agrupavam em torno deles contra o comando. E se os comitês protegiam os chefes contra os soldados, era apenas até certo ponto. A situação de um oficial que se desentendia com o comitê tornava-se intolerável. Assim se foi constituindo o direito consuetudinário de os soldados destituírem seus chefes. No *front* oeste, segundo Denikin, até o mês de julho já haviam sido destituídos 60 oficiais antigos, desde um comandante de corpo do Exército até o chefe de um regimento. Substituições análogas eram realizadas no comando interno dos próprios regimentos.

Durante este tempo realizava-se um trabalho meticuloso de chancelaria, no Ministério da Guerra, no Comitê Executivo e nas reuniões das comissões de contato, trabalho que tinha por finalidade criar formas “razoáveis” de relações no Exército, e reerguer a autoridade dos chefes, reduzindo os comitês do Exército a um papel secundário, principalmente administrativo. Entretanto, enquanto os grandes chefes varriam com uma sombra de vassoura uma sombra da Revolução, os comitês ampliaram-se, transformando-se em poderoso sistema centralizado, que remontava ao Comitê Executivo de Petrogrado e, por sua organização, consolidava a autoridade que este último exercia sobre o Exército. O Comitê Executivo, entretanto, fazia uso daquela autoridade para arrastar novamente, por intermédio dos comissários e dos comitês, o Exército à guerra. Cada vez mais frequentemente, os soldados tinham motivo de se perguntarem: por que razão os comitês que eles, soldados, elegeram, expressavam muitas vezes não o que eles, soldados, pensavam, mas o que os chefes exigiam deles?

Das trincheiras eram enviados representantes à capital, dia a dia em maior número, para saber o que se passava. No início de abril, o movimento de delegados vindos do *front* tornou-se ininterrupto e todos os dias realizavam-se entrevistas coletivas no Palácio de Táuride – os soldados recém-chegados tinham muita dificuldade em compreender os mistérios

da política do Comitê Executivo, o qual não era capaz de responder claramente a uma única pergunta. O Exército transfere-se pesadamente para a posição soviética, a fim de se convencer, com tanta ou maior clareza, da inconsistência da direção soviética.

Os liberais, não ousando opor-se abertamente ao Soviete, tentam ainda a luta para manobrar o Exército. O chauvinismo, evidentemente, deve ser mantido, como elo político de ligação dos liberais com o Exército. O ministro cadete Shingarev, em uma de suas conferências com delegados das trincheiras, defendia o decreto de Guchkov contra a “excessiva indulgência” em relação aos prisioneiros, alegando “os atos de selvageria dos alemães”. O ministro não conseguiu a menor manifestação de simpatia. Resolutamente a assembleia manifestou-se em favor de medidas que suavizassem a sorte dos prisioneiros. E eram aqueles os homens que os liberais acusavam, a todo momento, de excessos e de ferocidade. Os obscuros homens do *front*, entretanto, tinham critérios próprios. Achavam plausível que se cobrasse vingança de um oficial, pelos maus-tratos em relação aos soldados; achavam, porém covardia vingar-se no soldado alemão aprisionado, dos atos de selvageria, reais ou fictícios, de um Ludendorff. As eternas normas da moral, infelizmente, permaneciam estranhas a estes enrugados e piolhentos mujiques.

As tentativas da burguesia para se apoderar do Exército provocaram no congresso de delegados do *front* oeste (7-10 de abril) uma disputa entre liberais e conciliadores, que aliás não se estendeu muito. Aquele primeiro congresso das tropas que se encontravam na frente de batalha deveria servir para submeter o Exército a uma prova política e os dois partidos enviaram a Minsk os seus melhores representantes. Pelo Soviete: Tseretelli, Cheidze, Skobelev, Gvozdev. Pela burguesia: Rodzianko em pessoa, o Demóstenes dos cadetes Rodichev, e outros. A agitação no teatro de Minsk era extremada, o recinto estava repleto de assistentes que se espalhavam em ondas sobre toda a cidade. Segundo o testemunho dos delegados, aí se descobria o quadro da verdadeira situação. Em toda a linha de frente os soldados confraternizam, tomam dia a dia mais audaciosamente a iniciativa, e o comando não podia nem mesmo pensar em repressões. Que poderiam dizer disto os liberais? Perante aquele auditório apaixonado renunciaram de imediato a opor suas resoluções às do Soviete. Limitaram-

-se as notas patrióticas aos discursos de inauguração, e não tardaram a ser completamente dominados. A batalha foi ganha sem luta pelos democratas e não tinham que dirigir as massas contra a burguesia, tinham apenas que as conter. A palavra de ordem, paz, equivocadamente emaranhada na palavra de ordem da defesa da Revolução, no sentido do manifesto de 14 de março, dominava o congresso. A resolução do Soviete a respeito da guerra foi adotada por 610 votos contra 8 e 46 abstenções. A derradeira esperança dos liberais, de lançar o *front* contra a retaguarda, o Exército contra o Soviete, transformava-se em poeira. Os próprios líderes democráticos, porém, voltavam do congresso mais atemorizados do que entusiasmados com a vitória. Constataram quais os espíritos despertados pela Revolução e sentiram que esses espíritos estavam muito acima das suas forças.

.....

Capítulo XV

OS BOLCHEVIQUES E LENINE

A 3 DE ABRIL LENINE chegava a Petrogrado, regressando do exterior. Foi somente a partir desse momento que o Partido Bolchevique começou a falar em voz alta e, o que é mais importante, a falar por si mesmo.

O primeiro mês da Revolução fora, para o bolchevismo, um tempo de desordem e de tergiversações. No “manifesto” do comitê central dos bolcheviques, redigido logo após a vitória da insurreição, dizia-se que “os operários das fábricas e das usinas bem como as tropas sublevadas, devem, imediatamente, eleger seus representantes ao Governo revolucionário provisório”. O manifesto foi impresso no órgão oficial do Soviete, sem comentários nem objeções, como se se tratasse apenas de uma questão acadêmica. Até mesmo os bolcheviques dirigentes davam a sua palavra de ordem uma significação puramente demonstrativa. Agiam não tanto como representantes de um partido proletário que se prepara a iniciar, por conta própria, a luta pelo poder, mas como a ala esquerda da democracia que, ao proclamar seus princípios, se predispõe, por tempo indeterminado, a desempenhar o papel de uma oposição leal.

Afirma Sukhanov que, na sessão do Comitê Executivo do dia 1º de março, o ponto central da discussão girava somente em torno das con-

dições de transferência do poder: contra o fato em si da formação de um governo burguês, uma única voz se insurgiu, apesar de existir no Comitê Executivo, em 39 membros, 11 bolcheviques ou simpatizantes, sendo que dentre os últimos, Zalutsky, Shliapnikov e Molotov, presentes à sessão, eram membros da direção bolchevique.

No dia seguinte, no Soviete, segundo o que nos conta o próprio Shliapnikov, dentre mais ou menos 400 delegados, exatamente 19 votaram contra a transmissão do poder à burguesia, e isto quando a fração bolchevique já contava com 40 delegados. Essa votação passou mesmo despercebida, em meio a uma ordem formalmente parlamentar, sem que os bolcheviques apresentassem contrapropostas claras, e sem luta nem agitação de qualquer espécie na imprensa bolchevista.

A 4 de março, o birô do Comitê Central votou uma resolução sobre o caráter contrarrevolucionário do Governo Provisório e sobre a necessidade de orientar-se para a ditadura democrática do proletariado e dos camponeses. O Comitê de Petrogrado, reconhecendo, não sem razão, que esta resolução era puramente acadêmica, uma vez que não indicava, absolutamente, o que se deveria fazer de imediato, focalizou o problema pelo ângulo oposto. “Levando em consideração a resolução adotada pelo Soviete, quanto ao Governo Provisório”, declarou o Comitê que “não se oporia ao poder do Governo Provisório, na medida em que”... No fundo, era a posição dos mencheviques e dos socialistas revolucionários, apenas recuada para uma segunda linha de trincheiras. A resolução claramente oportunista do Comitê de Petrogrado não contradizia apenas quanto à forma a posição do Comitê Central, cujo caráter acadêmico não significava outra coisa além de resignação política diante de um fato consumado.

A predisposição para se curvar, tacitamente ou com reservas, perante o governo da burguesia, não conseguiu uma aprovação unânime do partido. Os operários bolcheviques esbarraram de início contra o Governo Provisório, como se esse fosse uma fortaleza inimiga que, inopinadamente, tivesse surgido em seu caminho. O Comitê de Vyborg reuniu em *meeting* milhares e milhares de operários e de soldados, os quais, quase que unanimemente, votaram uma resolução sobre a necessidade da tomada do poder pelo Soviete. Participante ativo dessa campanha de agitação, Dingelstedt testemunha: “Não houve um só *meeting*, uma única reunião operária, que

rejeitasse nossa proposta, desde que aparecesse alguém para propô-la.” Os mencheviques e os socialistas revolucionários não ousaram, nos primeiros tempos, declarar francamente de que modo colocavam a questão de poder perante os auditórios de operários e soldados. A resolução de Vyborg, em vista de seu êxito, foi impressa e colada como proclamação. O Comitê de Petrogrado, porém, lançou um veto formal sobre a resolução e o Comitê de Vyborg viu-se constrangido a submeter-se.

No que diz respeito ao conteúdo social da Revolução e às perspectivas de seu desenvolvimento, a posição dos dirigentes bolcheviques não era menos confusa. Shliapnikov narra o seguinte: “Concordávamos com os mencheviques em que estávamos passando por uma fase de demolição revolucionária das relações de feudalismo e de servidão, as quais seriam substituídas por todas as liberdades peculiares aos regimes burgueses”. O *Pravda* escrevia em seu primeiro número: “A missão fundamental consiste... em instituir um regime republicano democrático.” Nas instruções aos deputados operários, o Comitê de Moscou declarava: “O proletariado visa conseguir a liberdade a fim de lutar pelo socialismo, que é seu objetivo final.” A tradicional alegação de um “objetivo final” demarca suficientemente a distância histórica que separava essa posição do socialismo. Ninguém ultrapassava esse limite. O temor de passar além das fronteiras da Revolução democrática ditava uma política de temporização, de adaptação e de recuo efetivo ante os conciliadores.

É fácil imaginar a nociva influência que a falta de caráter da política do centro teve na província. Limitemo-nos ao testemunho de um dos dirigentes da organização de Saratov: “Nosso partido, que participou ativamente da insurreição, deixou, visivelmente, escapar sua influência sobre as massas, e essa influência foi interceptada pelos mencheviques e pelos socialistas revolucionários. Quais as palavras de ordem dos bolcheviques, ninguém o sabia... O quadro era bastante desagradável.”

Os bolcheviques de esquerda, sobretudo os operários, faziam o que podiam para romper o cerco. Porém, tampouco sabiam como fazer frente aos argumentos sobre o caráter burguês da Revolução e sobre perigos de isolamento do proletariado. A contragosto submetiam-se às instruções dos dirigentes. Diversas correntes no bolchevismo, desde o primeiro dia, chocaram-se violentamente, porém nenhuma delas levava as suas ideias até

o fim. O *Pravda* refletia esse estado confuso e instável das ideias do partido, sem contribuir para dar-lhes unidade. A situação complicou-se ainda mais quando Kamenev e Stalin voltaram da deportação, em meados de março, e imprimiram à política oficial do partido uma súbita mudança de direção, no sentido da direita.

Bolchevique desde quase o nascimento do bolchevismo, Kamenev mantivera-se sempre no flanco direito do partido. Sem carecer de preparo teórico e de faro político, possuindo grande experiência da luta de facções na Rússia, assim como um grande cabedal de observações políticas adquirido no Ocidente, Kamenev, melhor que muitos outros bolcheviques, assimilava as ideias gerais de Lenine, porém, apenas para lhes dar, na prática, uma interpretação tão pacifista quanto possível. Não se poderia dele esperar nem independência na decisão nem iniciativa na ação. Notável propagandista, orador, jornalista, não brilhante, porém refletido, Kamenev era um elemento de grande valor para entabular conversações com outros partidos, assim como investigar o que se passava em outros meios sociais de onde, após tais excursões, trazia sempre, por conta própria, um pouco da mentalidade dos diferentes partidos. Esses traços característicos de Kamenev eram de tal forma evidentes que ninguém se enganava quanto à sua fisionomia política. Sukhanov observa em Kamenev a ausência de “ângulos agudos”: “É preciso sempre rebocá-lo e, se algumas vezes resiste, não é por muito tempo.” Neste mesmo sentido pronuncia-se Stankevich: as atitudes de Kamenev em relação aos adversários “eram tão moles que davam a impressão de que ele tinha vergonha da intransigência de sua posição; no Comitê ele era, indubitavelmente, não um inimigo mas tão somente uma oposição”. A isso pouco se tem o que acrescentar.

Stalin representava um tipo bem diverso de bolchevique, tanto pela sua formação psicológica quanto pelo seu trabalho no partido: sólido organizador, teórica e politicamente primitivo. Se Kamenev, como publicista, viveu certo número de anos com Lenine, no estrangeiro, onde se encontrava o centro do trabalho teórico do partido, Stalin, contrariamente, em sua qualidade de prático, conforme se costuma dizer, sem horizontes teóricos, sem grande interesse político e desconhecendo as línguas estrangeiras, era inseparável do solo russo. Militantes desse tipo apareciam no estrangeiro apenas em curtas viagens, a fim de receber instruções, tomar conhecimen-

to da missão que deveriam desempenhar e voltavam para a Rússia. Stalin salientou-se entre os práticos pela sua energia, sua tenacidade e sua inventiva nas manobras de bastidores. Se Kamenev, pela própria natureza, sentia-se constrangido perante as consequências práticas do bolchevismo, Stalin, ao contrário, era propenso a manter as deduções práticas que assimilara, sem qualquer abrandamento, combinando a obstinação com a grosseria.

Apesar da divergência dos seus caracteres, não foi por acaso que Kamenev e Stalin assumiram, no início da Revolução, uma posição comum: eles se completavam mutuamente. Uma concepção revolucionária sem vontade revolucionária vale tanto quanto um relógio com a corda quebrada: o ponteiro político de Kamenev estava sempre em atraso relativamente aos problemas revolucionários. A ausência, porém, de uma ampla concepção política condena o político, mesmo o mais dotado de vontade, à irresolução, quando sobrevêm importantes e complexos acontecimentos. O empírico Stalin está aberto às influências do exterior não pelo lado da vontade, mas pelo do pensamento. E foi assim que um publicista abúlico e um organizador sem horizontes conduziram, em março, o bolchevismo até as portas do menchevismo. Stalin, naquelas circunstâncias, era menos capaz do que Kamenev de ocupar uma posição deliberada no Comitê Executivo, para o qual entrara como membro do partido. Não existe nem nas atas, nem na imprensa, nenhuma proposta, nenhuma declaração, nenhum protesto pelos quais Stalin expressasse o ponto de vista bolchevique em contraposição à atitude rastejante da “democracia” perante o liberalismo.

Sukhanov diz, em seus apontamentos da Revolução: “Dentre os bolcheviques daquela época, além de Kamenev surgiu Stalin no Comitê Executivo... Durante todo o tempo de sua modesta atividade no Comitê Executivo, [ele] causou – não somente em mim – a impressão de uma nódoa cinzenta que, às vezes, brilhava fugazmente. Em verdade nada mais se pode dele dizer.” Se, no conjunto, Sukhanov evidentemente subestima Stalin, pelo menos caracteriza exatamente sua falta de personalidade política no Comitê Executivo dos conciliadores.

A 14 de março, a manifesto “aos povos do mundo inteiro”, que interpretava a vitória da Revolução de Fevereiro segundo os interesses da Entente, e significava o triunfo do novo social-patriotismo republicano de tipo francês, foi aceito pelo Soviete, por *unanimidade*. Isto representava um

grande sucesso para Kamenev-Stalin, sucesso aparentemente alcançado sem grande luta. O *Pravda* escrevia, a respeito desse documento, que havia “um compromisso consciente entre as diversas tendências representadas no Soviete”. Seria melhor acrescentar que aquele compromisso implicava franca rotura com a corrente de Lenine, que não estava representada no Soviete.

Kamenev, membro da redação do órgão central no estrangeiro, Stalin, membro do Comitê Central, e Muranov, deputado à Duma, que voltara da Sibéria, afastaram a antiga redação do *Pravda*, muito “esquerdista” e, apoiando-se em seus problemáticos direitos, assumiram a direção do jornal a partir de 15 de março. No artigo-programa da nova redação, dizia-se que os bolcheviques apoiariam resolutamente o Governo Provisório “na medida em que esse governo combatesse a reação e a contrarrevolução”. A respeito da guerra, os novos dirigentes se pronunciaram não menos categoricamente – enquanto o exército alemão obedecesse ao imperador, o soldado russo devia “permanecer firme em seu posto, respondendo às balas com balas e aos obuses com obuses”. “Não fazemos nossa a palavra de ordem inconsistente “Abaixo a guerra!” Nossa palavra de ordem consiste em exercer pressão sobre o Governo Provisório para constrangê-lo... a fazer uma tentativa de conseguir predispor todos os países beligerantes a iniciarem imediatamente as negociações... Até lá, porém, cada um permaneça em seu posto de combate. As ideias, assim como as fórmulas, estão integralmente no espírito da defesa nacional. O programa de pressão contra o governo imperialista, a fim de “incliná-lo” a métodos de ação pacífica, era o programa de Kautsky, na Alemanha, de Jean Longuet, em França, de MacDonald, na Inglaterra; porém não era absolutamente o programa de Lenine, que pregava a derrubada do domínio imperialista. Respondendo à imprensa patriótica, o *Pravda* foi ainda mais longe: “Qualquer derrotismo”, escrevia, “ou mais exatamente, o que uma imprensa pouco delicada, sob a fiscalização da censura tzarista, estigmatizava com aquele nome, morreu no momento em que, nas ruas de Petrogrado, apareceu o primeiro regimento revolucionário.” Isto significava separar-se completamente de Lenine. O “derrotismo” não havia sido absolutamente inventado pela imprensa inimiga, sob fiscalização da censura, porque fora Lenine que o formulara com as seguintes palavras: “A derrota da Rússia será o menor dos males.” O aparecimento do primeiro regimento revolucionário, e mesmo

a derrubada da monarquia, em nada mudavam o caráter imperialista da guerra. “O dia em que saiu o primeiro número do *Pravda* transformado, 15 de março”, narra Shliapnikov, “foi dia de grande júbilo entre os partidários da defesa nacional. O Palácio de Tauride, em peso, desde os encarregados dos negócios do Comitê da Duma do Estado, até o cerne mesmo da democracia revolucionária – o Comitê Executivo repercutia com os ecos de uma notícia: a vitória dos bolcheviques moderados, sensatos, contra os extremistas. No próprio Comitê Executivo fomos recebidos com sorrisos venenosos... Quando esse número do *Pravda* chegou às usinas, foi grande a estupefação causada nos membros de nosso partido e nos simpatizantes, assim como foi grande a satisfação sarcástica de nossos adversários... A indignação nos bairros foi enorme, e, quando os proletários souberam que o *Pravda* caíra em mãos de três de seus antigos dirigentes que regressavam da Sibéria, exigiram que fossem excluídos do partido.” O *Pravda* viu-se, em breve, obrigado a imprimir um veemente protesto dos militantes de Vyborg: “Se o jornal não quiser perder a confiança dos bairros operários, ele deverá empunhar e empunhará o facho da consciência revolucionária, por molesta que seja para as corujas da burguesia.” Os protestos da base constrangeram a redação a tornar-se mais circunspecta em suas expressões, porém não a mudar de política. Até mesmo o primeiro artigo de Lenine que pôde chegar do exterior não conseguiu demover a consciência da redação. A orientação era direitista em toda a linha. “Em nossa agitação”, narra Dingelstedt, representante da ala esquerda, “foi-nos preciso ter confiança no princípio do duplo poder... e demonstrar a inevitabilidade daquele caminho desviado, àquela massa de operários e de soldados que, durante os 15 dias de vida política intensiva, estava sendo educada numa compreensão completamente diferente de suas tarefas.”

A política do partido, em todo o país, orientava-se naturalmente pelo *Pravda*. Em numerosos sovietes adotavam-se, agora, unanimemente, resoluções sobre as questões essenciais; os bolcheviques inclinavam-se, muito simplesmente, perante a maioria soviética. Na conferência dos sovietes da região de Moscou, os bolcheviques aderiram à resolução dos social-patriotas sobre a guerra. Enfim, na conferência pan-russa dos representantes de 82 sovietes, realizada em Petrogrado, em fins de março e princípios de abril, os bolcheviques votaram por uma resolução oficial sobre o poder, defendida por

Dan. Essa aproximação política, extremamente pronunciada, com os mencheviques, situava-se na base das tendências unitárias, já então amplamente desenvolvidas. Nas províncias, os bolcheviques e os mencheviques unificavam-se em organizações comuns. A fração Kamenev-Stalin transformava-se cada vez mais em ala esquerda dum pseudodemocracia revolucionária, e se incorporava ao mecanismo de “pressão”, exercida por detrás dos bastidores parlamentares, sobre a burguesia, pressão esta que ela completava com outra, também exercida nos bastidores, sobre a democracia.

Dos membros do Comitê Central, aqueles que residiam no estrangeiro, junto com a redação do órgão central, o socialdemocrata, constituíam o centro espiritual do Partido. Lenine, tendo como auxiliar Zinoviev orientava todo o trabalho de direção. Krupskaja, mulher de Lenine, desempenhava as funções de secretária, funções essas extremamente cheias de responsabilidade. Para as atividades práticas esse núcleo central se apoiava no auxílio de algumas dezenas de bolcheviques emigrados. O distanciamento da Rússia tornava-se, durante a guerra, tanto mais insuportável quanto a política de guerra da Entente restringia cada vez mais a liberdade deles. A explosão da Revolução, tão longa e intensamente esperada, caiu como um imprevisto. A Inglaterra negou-se, categoricamente, a deixar entrar na Rússia os emigrados internacionalistas, cuja lista ela conservava meticulosamente em dia. Lenine exasperava-se, na jaula de Zurique, à procura de uma saída. Em uma centena de planos arquitetados sucessivamente, houve até o de viajar com o passaporte de um surdo-mudo escandinavo. Concomitantemente, Lenine não deixava fugir nenhuma ocasião de se fazer ouvir, mesmo da Suíça. Já no dia 6 de março, ele telegrafa a Petrogrado, via Estocolmo: “Nossa tática: desconfiar inteiramente; nenhum apoio ao novo governo; suspeitemos particularmente Kerensky; armamento do proletariado garantia única; eleições imediatas Duma Petrogrado; nenhuma aproximação com os outros partidos.” Apenas a exigência das eleições à Duma, e não ao Soviete, possuía, naquela primeira diretiva, um caráter episódico, tendo sido, em breve, rejeitada; os demais pontos, formulados nos termos categóricos de um telegrama, esboçam completamente, a direção geral da política. Ao mesmo tempo, Lenine começou a enviar ao *Pravda* as *Cartas do Estrangeiro*, que, baseadas em informações estrangeiras fragmentárias, encerravam uma análise completa da situação revolucionária. As notícias fornecidas pelos jornais estrangeiros

permitiram-lhe, em breve, concluir que o Governo Provisório, assistido diretamente não só por Kerensky como também por Cheidze, engana com algum sucesso os operários, ao apresentar a guerra imperialista como se fosse uma guerra de defesa nacional. A 17 de março, ele enviou, por intermédio de amigos de Estocolmo, uma carta cheia de apreensões. “Nosso partido se desonraria para sempre, suicidar-se-ia politicamente, se admitisse semelhante impostura... Eu preferiria, mesmo, uma cisão imediata com quem quer que fosse de nosso Partido, a ceder ao social-patriotismo...” Depois daquela ameaça, aparentemente impessoal, porém calculada para atingir alguns indivíduos, Lenine adverte: “Kamenev deve compreender que sobre ele recai responsabilidade histórica de importância mundial.” Kamenev é citado por tratar-se de questões de princípio da política. Se Lenine tivesse encarado qualquer questão prática de combate, ter-se-ia, de preferência, recordado de Stalin. Justamente nas horas em que Lenine se esforçava por transmitir, através da Europa fumegante, para Petrogrado, a tensão de sua vontade, Kamenev, com o concurso de Stalin, voltava-se, porém, subitamente, para o social-patriotismo.

Vários esquemas – caracterizações, perucas, passaportes falsos ou tomados de empréstimos caíam um após outro como irrealizáveis. Fixava-se ao mesmo tempo, cada vez mais concretamente, a ideia da passagem pela Alemanha. Esse plano atemorizava a maioria dos emigrados e não somente os patriotas. Martov e os outros mencheviques não ousaram juntar-se à audaciosa iniciativa de Lenine e continuaram a bater inutilmente às portas da Entente. Mesmo entre numerosos bolcheviques, com o correr do tempo, surgiram recriminações a respeito da passagem pela Alemanha, em razão das dificuldades que o “vagão selado” suscitou no domínio da agitação. Lenine, desde o início, não deixou de ver tais dificuldades futuras. Pouco tempo antes da partida de Zurique, Krupskaja escrevia: “Na Rússia, os patriotas, bem entendido, vão rugir, mas nós somos forçados a correr o risco de ouvi-los.” A questão colocava-se do seguinte modo: ou permanecer na Suíça, ou passar pela Alemanha. Não havia outro caminho. Poderia Lenine hesitar um minuto a mais? Exatamente um mês mais tarde, Martov, Axelrod e outros viram-se forçados a seguir as pegadas de Lenine.

Na organização daquela viagem insólita, através de um país inimigo e em tempo de guerra, é que se fixam os traços essenciais de Lenine

como homem político: a audácia no plano e uma circunspecção meticulosa na execução. Nesse grande revolucionário vivia um tabelião erudito que, entretanto, sabia qual era o seu lugar e emprendia a redação de uma ata no momento exato em que ela fosse capaz de ajudar a destruição de todos os demais atos notariais. As condições da passagem através da Alemanha, elaboradas com extremo cuidado, serviram de base a um original tratado internacional entre a redação de um jornal de emigrados e o império do Hohenzollern. Lenine exigiu para o trânsito um direito absoluto, de extraterritorialidade – nenhum controle do contingente de viajantes, dos passaportes e das bagagens; ninguém teria o direito de entrar no vagão, durante o percurso (daí a lenda do vagão “selado”). Por seu lado, o grupo de emigrados empenhava-se em reclamar que se libertasse, na Rússia, um número correspondente de prisioneiros civis alemães e austro-húngaros.

Em colaboração com alguns revolucionários estrangeiros, elaborou-se uma declaração. “Os internacionalistas russos que... se dirigem atualmente à Rússia, para lá ajudarem a Revolução, auxiliar-nos-ão a sublevar os proletários dos outros países, em particular os proletários da Alemanha e da Áustria, contra os seus respectivos governos.” Assim rezava a ata assinada por Loriot e Gull-Beaux, pela França, por Paul Levy, pela Alemanha, por Flatten, pela Suíça, por deputados suecos esquerdistas, etc. Naquelas condições e com aquelas precauções, partiram da Suíça, no fim do mês de março, 30 emigrados russos, entre vagões de munições, constituindo eles próprios um carregamento explosivo de extraordinário poder.

Em sua carta de despedida aos operários suíços, Lenine lembrava a declaração feita pelo órgão central dos bolcheviques, no outono de 1915: se a Revolução na Rússia elevar ao poder um governo republicano, desejoso de continuar a guerra imperialista, as bolcheviques opor-se-ão à defesa da pátria republicana. Atualmente, apresenta-se esta situação. “Nossa palavra de ordem: Nenhum apoio ao governo Guchkov-Miliukov.” Ao falar assim, Lenine acabava de penetrar no território da Revolução.

Os membros do Governo Provisório, entretanto, não perceberam motivo algum de alarme. Nabokov narra o seguinte: “Em uma das sessões do Governo Provisório, em março, durante um intervalo, enquanto se continuava a discutir a propaganda bolchevista, que se desenvolvia cada vez mais, Kerensky declarou com o alto riso histórico que lhe era peculiar:

“Eis aí, esperai um pouco, Lenine está para chegar e aí então tudo se tornará um caso sério...” Kerensky tinha razão: esperava-se ainda que aquilo se tornasse um caso sério. Entretanto, os ministros, segundo Nabokov, não viam razão de inquietação: “O fato mesmo de Lenine ter-se dirigido à Alemanha enfraquecerá de tal modo a sua autoridade que não dará margem para temê-lo.” Muito de acordo com a sua formação, mostravam-se os ministros bastante perspicazes.

Os amigos e os discípulos foram encontrar-se com Lenine na Finlândia. “Mal entrou no compartimento e se sentou no banco”, conta Raskolnikov, jovem oficial de marinha, e bolchevique, “Vladimir Ilytch ataca imediatamente Kamenev: – Que andou você escrevendo no *Pravda*? Nós lemos alguns números e já o censuramos como merecia...” Tal foi o encontro, após muitos anos de separação. O que não impediu que tivesse sido cordial.

O Comitê de Petrogrado, com o concurso da organização militar, havia mobilizado muitos milhares de operários e de soldados a fim de preparar uma recepção solene a Lenine. Uma divisão com disposições amistosas, a dos carros blindados, enviou para a ocasião todos os seus carros. O Comitê decidiu dirigir-se à estação nesses carros de guerra: a Revolução despertara, já então, uma paixão por esses monstros obtusos cuja companhia é muito vantajosa nas ruas de uma cidade.

A narração da recepção oficial que teve lugar na sala dita “imperial” da estação da Finlândia constitui uma página muito vibrante nas longas e monótonas memórias de Sukhanov. “Lenine entrou na sala imperial, ou melhor, nela se precipitou, com um chapéu-coco, a fisionomia impassível, trazendo na mão um magnífico ramallete. Parando no meio da sala, deteve-se diante de Cheidze, como se houvesse batido contra um obstáculo inteiramente inesperado. Ali então, Cheidze, sem perder o aspecto sombrio, pronunciou a saudação seguinte, que, não somente pelo espírito, não somente pela redação, mas também pelo tom, tinha muito de uma lição de moral: ‘Camarada Lenine, em nome do Soviete de Petrogrado e de toda a Revolução, saudamos a vossa chegada à Rússia... Entendemos, porém, que a principal missão da democracia revolucionária é, no momento, defender nossa Revolução contra todos os atentados, tanto internos como externos... Esperamos que, unido a nós, perseguireis esses fins.’ Cheidze

calou-se. Diante desse rasgo inesperado, fiquei desconcertado. Lenine, evidentemente, sabia muito bem como se portar diante disso. Sua atitude era a de um homem alheio a tudo o que se passa em torno de si: olhava de um lado para outro, examinava os rostos, levantava mesmo os olhos para o teto da sala imperial, arrumava seu ramalhete (que não se harmonizava com o conjunto de sua pessoa) e, em seguida, desviando-se inteiramente da delegação do Comitê Executivo, respondeu do seguinte modo: ‘Queridos camaradas, soldados, marinheiros e operários, sinto-me feliz por saudar em vós a Revolução Russa vitoriosa, por saudar-vos como a vanguarda do exército proletário mundial... Não está longe o momento em que, ao apelo do nosso camarada Karl Liebknecht, os povos voltarão suas armas contra os capitalistas exploradores... A Revolução Russa, por vós realizada, iniciou uma nova época. Viva a Revolução socialista mundial!’”

Sukhanov tem razão: o ramalhete harmonizava-se mal com o conjunto fisionômico de Lenine, atrapalhava-o e o incomodava, como um objeto deslocado contra o fundo severo dos acontecimentos. E, sobretudo, Lenine não gostava das flores em ramalhetes. Ele, porém, devia estar ainda mais constrangido por aquela recepção oficial e hipocritamente moralizadora, que se realizava num salão nobre de estação. Cheidze valia mais do que seu discurso de recepção. Ele temia um pouco Lenine. Tê-lo-iam, entretanto, persuadido de que era necessário chamar à ordem, desde o início, o “sectário”. Para completar o discurso de Cheidze, que demonstrava o lamentável nível da liderança, um jovem oficial da esquadra, falando em nome dos marinheiros, teve a boa ideia de desejar que Lenine se tornasse um membro do Governo Provisório! Foi assim que a Revolução de Fevereiro, flácida, prolixa e ainda ingênua, recebeu um homem que voltava com a firme intenção de lhe impor pensamento e vontade. Já aquelas primeiras impressões de Lenine, aumentando enormemente a inquietação que sentira ao chegar, provocavam nele um sentimento de protesto dificilmente contido. Melhor imediatamente arregaçar as mangas! Aproveitando-se do discurso de Cheidze para responder aos marinheiros e soldados; da referência à defesa da pátria para fazer um apelo à Revolução internacional; do Governo Provisório para mencionar Karl Liebknecht, Lenine antecipava apenas, na estação, uma pequena demonstração do que seria toda a sua política ulterior.

E, todavia, esta Revolução ainda chucra adotou o líder solidamente, e ao primeiro contato. Os soldados exigiram que Lenine ocupasse lugar em um dos autos blindados, e nada mais lhe restou senão obedecer. A noite que descia emprestava ao cortejo caráter de singular imponência. Extintas as luzes dos demais carros blindados, rasgavam-se as trevas pelos jatos da luz intensa do farol do carro que Lenine ocupava. O feixe luminoso projetado fazia emergir da obscuridade das ruas grupos exaltados de operários, de soldados, de marinheiros, de todos aqueles que haviam levado a termo a maior das insurreições, mas que haviam deixado escapar o poder por entre os dedos. A fanfarrinha militar, por diversas vezes, foi obrigada a emudecer durante o desfile, a fim de possibilitar a Lenine a repetição, com variantes, perante ouvintes sempre novos, do discurso pronunciado na estação. “Foi um triunfo estrondoso”, diz Sukhanov, “e assaz simbólico.”

No Palácio Ksheinskaia, quartel-general bolchevique, instalado no acetinado ninho da bailarina da Corte – aquela justaposição deveria divertir a ironia de Lenine, sempre desperta –, recomeçaram os cumprimentos. Já era demais. Lenine aturava as catadupas de elogios, tal como um pedestre impaciente aguenta a chuva sob uma marquise. Ele percebia a sinceridade do regozijo, mas irritava-se com a alegria grandiloquente. O próprio tom das felicitações oficiais parecia-lhe artificial, afetado; em uma palavra: tomado de empréstimo à democracia pequeno-burguesa, declamadora, sentimental e falsa. Via que a Revolução, não tendo ainda predeterminado suas tarefas e seus caminhos, já se havia preocupado com instituir etiquetas maçantes. Sorria com sorriso de benevolência aborrecida, consultava o relógio e, de quando em quando, bocejava, provavelmente sem se constringer. Apenas cessada a repercussão das palavras da derradeira arenga, e o insólito recém-chegado deixou cair sobre aquele auditório uma catadupa de ideias apaixonadas, que inúmeras vezes ressoavam como chicotadas.

Naquele tempo, a arte da estenografia ainda não era conhecida pelo bolchevismo. Ninguém tomava notas, porque estavam todos absorvidos pelo que se passava em torno. O discurso não sobreviveu e dele nada mais ficou do que uma impressão geral, nas recordações do auditório, impressão que foi mesmo alterada pelo tempo: o entusiasmo aumentou, o medo diminuiu. A impressão principal, entretanto, mesmo entre os mais chegados a Lenine, era precisamente a de medo. Todas as fórmulas habitu-

ais que, segundo parecia, haviam adquirido em um mês solidez inquebrantável, à força de inúmeras repetições, desfaziam-se uma após outra, perante o auditório. A curta réplica de Lenine, na estação, lançada por cima da cabeça de Cheidze, embaraçado, foi então desenvolvida em um discurso, de 2 horas, dirigido diretamente aos quadros bolcheviques de Petrogrado.

Admitido por acaso e a título de convidado, graças à benevolência de Kamenev – Lenine tinha horror àquelas benevolências – assistia à sessão Sukhanov, sem partido. Foi assim que obtivemos uma descrição do primeiro encontro de Lenine com os bolcheviques de Petrogrado, feita por um observador de fora, meio hostil, meio entusiasta.

“Jamais esquecerei aquele discurso tonitruante, que abalou e provocou estupefação, não somente em mim, herege ali chegado por acaso, como também em todos os ortodoxos. Garanto que ninguém esperava coisa alguma semelhante àquela. Parecia que, de suas furnas, se haviam desencadeado todos os elementos e que o espírito da destruição universal, sem conhecer nem limites, nem dúvidas, nem dificuldades humanas, nem cálculos humanos, planava no salão de Kshesinskaia, por sobre as cabeças dos discípulos enfeitiçados.”

Dificuldades e cálculos humanos, para Sukhanov, eram principalmente as hesitações do pequeno círculo de redatores do *Novy Zhizn*, à hora do chá, na casa de Máximo Gorki. Os cálculos de Lenine eram bem mais profundos. Não eram os elementos que rodopiavam pela sala, era um pensamento humano que os elementos não intimidavam, e que se esforçava por compreendê-los para dominá-los. Pouco importa, porém: a impressão foi vivamente traduzida.

“Quando meus camaradas e eu aqui chegávamos”, dizia Lenine, segundo Sukhanov, “eu pensava que seríamos conduzidos diretamente da estação à fortaleza de Pedro e Paulo. Como vemos, estamos longe disso. E não perderemos a esperança de ela escapar de novo e de evitá-la.” No momento em que, para outros, a marcha da Revolução equivalia à consolidação da democracia, a mais próxima perspectiva, para Lenine, era a do ingresso na fortaleza de Pedro e Paulo. Podia parecer que fosse uma pilheria sinistra. Lenine, porém, não estava disposto a pilheriar, e a Revolução muito menos que ele.

Sukhanov queixa-se: “Ele repeliu a reforma agrária feita por via legislativa, tanto quanto toda a política do Soviete. Ele proclamou a apropriação organizada das terras pelos camponeses, sem tardança... qualquer que fosse o poder de Estado.”

“Não precisamos de República parlamentar, não precisamos de democracia burguesa, não precisamos de governo algum, exceto os soviets de deputados operários, soldados, e de operários agrícolas!”

Concomitantemente afastava-se Lenine da maioria soviética, e a repelia para o campo dos adversários. “Naquela época, era bastante para provocar vertigens no auditório.”

“A esquerda de Zimmerwald é que, sozinha, preside a defesa dos interesses proletários e da Revolução mundial”, exclama Sukhanov, traduzindo, com indignação, as ideias de Lenine. “Os outros continuam a ser os mesmos oportunistas, que pronunciam belas palavras, mas que, em realidade, traem a causa do socialismo das massas operárias.”

“Ele atacou com grande decisão a tática precedentemente aplicada por certos camaradas e pelos grupos dirigentes do partido, antes de sua chegada”, acrescenta Raskolnikov às palavras de Sukhanov. “Aqui estavam presentes os mais responsáveis militantes do partido. Para eles também, todavia, o discurso de Ilytch era uma verdadeira revelação. Ele traçou um Rubicão entre a tática da véspera e a tática do dia.” O Rubicão, como depois veremos, não foi tragado de um só golpe.

Não houve debates a respeito: estavam todos estonteados demais para fazê-lo, e cada um desejava concatenar as próprias ideias, por pouco que fosse. “Saí”, termina Sukhanov, “minha sensação, naquela noite, era a de ter sido golpeado na cabeça. Apenas uma coisa eu percebera claramente:

“Não havia lugar para mim, homem sem partido, ao lado de Lenine!”

Realmente não havia!

Ao dia seguinte, Lenine apresentou ao Partido um resumo escrito de suas ideias, resumo que se tornou um dos mais importantes documentos da Revolução, sob a denominação de “Teses de 4 de abril”. As teses exprimiam simples pensamentos, em termos simples e acessíveis a todos. A república oriunda da insurreição de fevereiro não é nossa república, e a guerra que ela trava; não é a nossa guerra. A tarefa dos bolcheviques é der-

rubar o governo imperialista. Este, entretanto, mantém-se graças ao apoio dos socialistas revolucionários e dos mencheviques, os quais se garantem na confiança das massas populares. Estamos em minoria. Em tais condições, de nosso lado não se pode pensar em golpe de força. É preciso ensinar as massas a não mais confiar nos conciliadores e nos partidários da defesa nacional. “É preciso explicar pacientemente.” O sucesso de semelhante política, imposta pelo conjunto das circunstâncias, é garantido e nos levará à ditadura do proletariado, por conseguinte, conduzir-nos-á, além do regime burguês. Queremos romper de todo com o capital, denunciar seus tratados secretos, e chamar os operários do mundo inteiro à rotura com a burguesia e à liquidação da guerra. Já começamos a Revolução internacional. Somente o sucesso dessa Revolução será capaz de consolidar a nossa, e de garantir a passagem ao regime socialista.

As teses de Lenine foram publicadas em nome dele, e somente em nome dele. Os organismos centrais do Partido acolheram-nas com hostilidade que apenas a estupefação amenizava. Ninguém – nem organização, nem grupo, nem militante algum – as subscreveu. O próprio Zinoviev, que chegara do estrangeiro com Lenine, e tivera, durante 10 anos, suas ideias conformadas sob influência direta e quotidiana de Lenine, afastou-se em silêncio. E esse afastamento não surpreendeu o mestre, que muito bem conhecia seu mais achegado discípulo. Se Kamenev era um propagandista popularizador, Zinoviev era um agitador, e mesmo, conforme a expressão de Lenine, não passava disso. Para ser um líder faltava-lhe bastante a noção de responsabilidade. Mas não era somente isso o que lhe faltava. Interiormente indisciplinado, o pensamento de Zinoviev era totalmente incapaz de trabalho teórico e se dissolvia na intuição amorfa do agitador. Graças a um faro excepcionalmente sutil, ele apanhava sempre pela rama as fórmulas de que necessitava, isto é, aquelas que ajudavam a ação mais eficaz sobre as massas. Tanto como jornalista quanto como orador, ele permanecia invariavelmente um agitador, com a diferença de em seus artigos mostrarem-se, principalmente, pelo lado fraco enquanto em seus discursos os pontos fortes dominam. Muito mais audacioso e impulsivo, na agitação, do que qualquer outro dos bolcheviques, Zinoviev, menos ainda que Kamenev é capaz de qualquer iniciativa revolucionária. É irresoluto, como todos os demagogos. Ao trocar a arena dos conflitos de frações pela das

lutas imediatas de massas, Zinoviev separou-se, quase que involuntariamente, de seu mestre.

Nestes últimos anos, numerosas têm sido as tentativas de se demonstrar que a crise do partido, em abril, não passara de um desvio passageiro e quase acidental. Tudo isto, porém, desmorona ao primeiro contato com os fatos*.

O que sabemos sobre a atividade do partido no decurso de março revela-nos uma profunda contradição entre Lenine e a direção peterburguesa. No exato momento da chegada de Lenine, a contradição atingira o seu mais alto ponto de tensão. Coincidindo com a conferência pan-russa dos representantes de 82 sovietes, na qual Kamenev e Stalin votavam a favor de uma resolução sobre o poder, proposta pelos socialistas revolucionários e pelos bolcheviques, realiza-se em Petrogrado a conferência do Partido, formada de bolcheviques vindos de todos os pontos da Rússia. Para caracterizar as tendências e as opiniões do Partido, ou, mais exatamente, de sua camada superior, tal como saiu da guerra, a Conferência, à qual Lenine compareceu no momento em que terminava, apresenta interesse excepcional. A leitura das atas, até hoje não publicadas, deixa-nos perplexos amiudadamente: será que em verdade, o partido, representado por semelhantes delegados, dentro de sete meses, se mostrará capaz de formar o poder com mão de ferro?

Escoara-se um mês desde a insurreição – período longo, tanto para uma Revolução quanto para uma guerra. Entretanto, no Partido, as opiniões ainda não se haviam esclarecido a respeito das mais essenciais questões da Revolução. Patriotas extremos, tais como Voitinsky, Eliava e outros, participavam da conferência lado a lado com aqueles que se consideravam internacionalistas. A percentagem dos patriotas declarados, incomparavelmente menor do que entre os mencheviques, era, não obstante,

* Em volumoso trabalho coletivo, publicado sob a direção do Professor Pokrovsky, *Ensaio sobre a história da Revolução de Outubro* (tomo 2º, Moscou, 1927), o “desvio” de abril é objeto de estudo apologético de um certo Bayevsky, o qual, por seu modo sem cerimônias de tratar os fatos e os documentos, deveria ser tachado de cínico, se não fosse uma puerilidade inconsistente.

digna de nota. A Conferência, em conjunto, não solucionou a questão: ou cisão com seus próprios patriotas ou união com os patriotas do menchevismo. Durante o intervalo de sessão da conferência bolchevique teve lugar uma reunião comum de bolcheviques e mencheviques delegados à conferência dos soviets, para discutir a questão da guerra. Lieber, o mais fioso dos mencheviques patriotas, declarou naquela assembleia: “A distinção, outrora feita entre bolcheviques e mencheviques, deve ser afastada e só se deve cuidar de nossa atitude a respeito da guerra.” O bolchevique Voitinsky não tardou a proclamar que estava pronto a assinar qualquer decisão de Lieber. Todo o conjunto, bolcheviques e mencheviques, patriotas e internacionalistas, procuravam uma fórmula comum que expressasse a atitude deles a respeito da guerra.

As opiniões da conferência bolchevique acharam, sem dúvida, sua mais adequada expressão no relatório de Stalin sobre a atitude frente ao Governo Provisório. É indispensável mencionar aqui a ideia central do relatório, que, até o presente momento, ainda não foi publicado em parte alguma, assim como não o foram as atas em seu conjunto. “O poder está dividido entre dois órgãos, dos quais nem um nem outro o possui totalmente. Existem, e devem existir entre eles, atritos e luta. Os papéis estão divididos. O Soviete tomou a iniciativa das transformações revolucionárias; o Soviete é o líder revolucionário do povo sublevado, órgão que controla o Governo Provisório. Mas o Governo Provisório tomou a si o papel de consolidador das conquistas do povo revolucionário. O Soviete mobiliza as forças e exerce controle. O Governo Provisório, ao resistir e ao procurar embaraçar, toma o papel de consolidador de conquista que o povo efetivamente fez. Essa situação tem lados negativos, mas também tem lados positivos: não é vantajoso para nós, no momento, forçar a marcha dos acontecimentos, acelerando o processo de evicção das camadas burguesas que, inevitavelmente, dentro de certo prazo, deverão afastar-se de nós.”

As relações entre burguesia e proletariado são aqui esboçadas pelo relator, que se colocou acima das classes, como se fossem uma simples divisão de trabalho. Os operários e os soldados fazem a Revolução; Guchkov e Miliukov a “consolidam”. Reconhecemos aqui a concepção tradicional do menchevismo, inexatamente decalcada dos acontecimentos de 1789. São precisamente os líderes do menchevismo que caracterizam aquela atitude

de inspetores diante do *processus* histórico, aquele modo de distribuir as tarefas pelas diversas classes, de criticar, com um tom protetor, a execução delas. A ideia de que seria desvantajoso forçar a disjunção da burguesia e da Revolução foi sempre o mais alto critério de toda a política dos mencheviques. Na realidade, aquilo significava: embotar e enfraquecer o movimento das massas para não assustar os aliados liberais. A conclusão de Stalin, a respeito do Governo Provisório, concorda por fim inteiramente com a fórmula equívoca dos conciliadores: “Na medida em que o Governo Provisório consolidar os progressos da Revolução será preciso apoiá-lo; na medida em que aquele governo se tornar contrarrevolucionário, será inadmissível que se o sustente.”

O relatório de Stalin foi lido a 29 de março. No dia seguinte, relator oficial da conferência soviética, Steklov, o socialdemocrata sem partido, ao preconizar idêntica assistência condicional ao Governo Provisório, traçou, empolgado pelo entusiasmo, um tal quadro da atividade dos “consolidadores” da Revolução – resistência às reformas sociais, tendências monarquistas, proteção concedida às forças contrarrevolucionárias, apetites anexionistas –, que a conferência dos bolcheviques, alarmada, teve que repelir a fórmula de apoio. O bolchevique de direita Nogin declarou: “O relatório de Steklov trouxe uma ideia nova: claro ficou que, atualmente, não se deve falar de apoio, mas de oposição.” Skrypnik chegou às mesmas conclusões, segundo as quais depois do relatório de Steklov, “muita coisa mudara: impossível falar em apoio ao Governo. Existe conspiração do Governo Provisório contra o povo, contra a Revolução.” Stalin que, na véspera, esboçara um quadro idílico “sobre a divisão do trabalho” entre o Governo e o Soviete, sentiu-se forçado a suprimir o artigo relativo ao apoio.

Travavam-se debates curtos e pouco profundos em torno da questão de saber se apoiariam o Governo Provisório “na medida em que...”, ou bem apoiariam somente os atos revolucionários do Governo Provisório. Vassiliev, delegado de Saratov, não sem razão declarava: “A atitude em relação ao Governo Provisório é a mesma em todos nós.” Krestinsky formulava a situação de maneira ainda mais clara: “Não há desacordos quanto ao modo de proceder prático, entre Stalin e Voitinsky.” Se bem que Voitinsky, logo após a conferência, se tivesse bandeado para os mencheviques, Krestinsky nem por isso estava muito errado: ao retirar a menção explicativa

de apoio, Stalin não suprimia o apoio em si mesmo. Krassikov foi o único que tentou formular a questão de princípios; era um daqueles velhos bolcheviques, afastados do Partido havia muitos anos, e que, agora, cheio de experiência da vida, tentavam reingressar em suas fileiras. Krassikov, que não tinha medo de pegar o boi pelos chifres, perguntava ironicamente: “Não tendes a intenção de estabelecer a ditadura do proletariado?” Mas a conferência fingiu não perceber a ironia e deixou a questão de lado, como não merecedora de atenção. A resolução da conferência pedia democracia revolucionária que exortasse o Governo Provisório “à mais enérgica luta pela completa liquidação do antigo regime”; isto reservava ao partido proletário um papel de dama de companhia da burguesia.

No dia seguinte discutiu-se uma proposta de Tseretelli sobre a fusão dos bolcheviques com os mencheviques. Stalin considerou-a com grande simpatia: “Devemos caminhar. É indispensável que fixemos nossas proposições numa linha de unificação. A unificação é possível seguindo-se a linha de Zimmerwald-Kienthal.” Molotov, que tinha sido afastado, por Kamenev e Stalin, da redação do *Pravda*, em virtude de haver dado direção excessivamente radical ao jornal, formulou objeções: “Tseretelli deseja unificar elementos de todas as cores dizendo-se ele mesmo zimmerwaldense; a fusão segundo esta linha é um erro.” Mas Stalin aferrava-se a sua ideia: “Não é conveniente”, dizia, “antecipar e evitar as dissensões. “Sem desacordos, não há vida no Partido. No interior do Partido, nós eliminaremos os pequenos desacordos”.

Toda a luta que Lenine travara, durante os anos da guerra, contra o social-patriotismo e sua camuflagem pacifista, estava como que reduzida a zero. Em setembro de 1916, Lenine escrevia, com particular insistência, por intermédio de Shliapnikov, a Petrogrado: “O espírito de conciliação e de unificação é o que há de mais nocivo para o partido operário na Rússia, é não somente uma idiotice como também a perda do partido... Nós podemos contar senão com aqueles que perceberam todo o engodo da ideia de unidade e toda a necessidade de uma cisão com aquela confraria (os Cheidzes e Cia.), na Rússia.” Aquela advertência não fora compreendida. As dissensões com Tseretelli, líder do bloco soviético dirigente, eram apresentadas por Stalin como se fossem pequenos desacordos que se pudessem

“eliminar” no interior de um partido comum. Este critério é o que permite a mais precisa avaliação das opiniões do próprio Stalin naquela época.

A 4 de abril, no Congresso do Partido, aparece Lenine. Seu discurso, ao comentar as “teses”, desliza sobre os trabalhos da Conferência como a esponja úmida do professor que apaga, no quadro, o que escreveu um estudante embaraçado.

“Por que não se tomou o poder?”, pergunta Lenine. Na Conferência dos Sovietes, Steklov, pouco tempo antes, explicara confusamente os motivos que tinham para se absterem do poder: A Revolução burguesa é uma primeira etapa, estamos em guerra, etc. “São asneiras”, declara Lenine. “O negócio todo se resume no fato de o proletário não estar suficientemente consciente, nem suficientemente organizado. É preciso reconhecer isto. O poder material está nas mãos do proletariado, mas a burguesia ali surgiu consciente e preparada. É um fato monstruoso, mas é indispensável reconhecê-lo aberta e francamente, e declarar ao povo que nós não tomamos a poder porque não estávamos nem organizados, nem conscientes.”

Do plano de objetividade mentirosa, por detrás do qual se abrigavam as capitulantes da política, Lenine transportava toda a questão para o plano subjetivo. O proletariado não assumira o poder, em fevereiro, porque o partido dos bolcheviques não estivera à altura das tarefas objetivas e não pudera impedir que os conciliadores expropriassem politicamente as massas populares, em proveito da burguesia.

Na véspera, o advogado Krassikov, lançava o seguinte desafio: “Se julgamos que é chegado o momento de realizar a ditadura do proletariado, é assim, portanto, que se deve colocar a questão. A força física, no sentido da tomada do poder, indubitavelmente nós a temos.” O presidente cassou a palavra a Krassikov, alegando que no momento se tratava de tarefas práticas, e que a questão da ditadura não entrava no rol dos debates. Mas Lenine achava que a única tarefa prática era precisamente a questão de preparar a ditadura do proletariado. “A particularidade do momento atual, na Rússia”, dizia ele nas teses, “é marcar uma transição entre a primeira fase da Revolução, que deu o poder à burguesia em consequência da insuficiência de pensamento consciente e da organização do proletariado,

e sua segunda fase, que deve trazer o poder para as mãos do proletariado e das mais pobres camadas do campesinato.”

A conferência, acompanhando o *Pravda*, limitava as tarefas da Revolução a reformas democráticas, realizáveis pela Assembleia Constituinte. Em contraposição, Lenine declarava: “A vida e a Revolução repelem a Assembleia Constituinte para plano secundário. A ditadura do proletariado existe, mas ninguém sabe o que fazer dela.”

Os delegados interrogavam-se com os olhos. Diziam entre si que Ilytch, por se haver eternizado no estrangeiro, não tinha podido ver as coisas bem de perto, e nada havia discernido. Mas o relatório de Stalin, a respeito de sábia divisão do trabalho entre o Governo e o Soviete, mergulhou instantaneamente, e para sempre, no passado insondável. O próprio Stalin calava-se, e doravante deverá manter-se calado por longo tempo. Só Kamenev continuará a defender-se.

De Genebra, Lenine já advertira, em cartas, que estava decidido a romper com quem quer que aceitasse concessões sobre as questões da guerra, do chauvinismo, e de conciliação com a burguesia. E agora, frente a frente com a camada dirigente do partido, ele desencadeia o ataque em toda a linha. Mas no princípio ele não aponta nome algum dentre os bolcheviques. Quando ele precisa de um exemplo vivo de falsidade ou de equívoco, aponta com o dedo qualquer dos sem-partido, Steklov ou Cheidze. É o processo habitual de Lenine: nunca fixar, prematuramente, quem quer que seja em sua posição, para proporcionar aos mais prudentes a possibilidade de retirar-se em tempo da batalha e, por esse meio, enfraquecer, de chofre, os futuros adversários declarados. Kamenev e Stalin achavam que, ao participarem da guerra depois de fevereiro, o soldado e o operário estavam defendendo a Revolução. Lenine achava que, tal como dantes, o soldado e o operário participam da guerra como escravos submetidos ao capital. “Nossos próprios bolcheviques”, dizia ele, estreitando o círculo em torno dos adversários, “manifestam confiança no governo. Isto não se explica senão pelo delírio da Revolução. Isto equivale a levar o socialismo à perdição... Assim sendo, não poderemos caminhar juntos. Prefiro ficar em minoria.” Não é uma simples ameaça de orador. É uma linha de conduta meditada com clareza e até o fim.

Lenine, apesar de não mencionar nem Kamenev nem Stalin, via-se forçado, entretanto, a citar o jornal: “O *Pravda* exige que o Governo

renuncie às anexações. Exigir de um governo capitalista que renuncie às anexações é uma inépcia, é uma irrisão aberrante.” Este tom solene denuncia aqui uma indignação mal contida. Mas o orador, em breve, consegue dominar-se: faz questão de dizer tudo o que for necessário, porém nada de excessivo. De passagem, como quem não quer nada, Lenine dava regras inestimáveis de política revolucionária: “Quando as massas declaram que não querem conquistas, acredito nelas. Quando Guchkov e Lvov declaram que não querem conquistas, mentem. Quando o operário diz que deseja a defesa do país, o que fala nele nada mais é do que o instinto do oprimido.” Este critério, para dar-lhe o nome exato, parece tão simples quanto a própria vida. Mas a dificuldade é chamá-lo, no momento desejado, por seu próprio nome.

A propósito do manifesto do Soviete “aos povos do mundo inteiro”, o qual forneceu pretexto para que o *Rech* liberal declarasse oportunamente que o tema do pacifismo se desenvolvia entre nós tendendo para uma ideologia comum com a de nossos aliados, Lenine exprimiu-se com maior precisão e com maior vivacidade: “O que é particular à Rússia é uma transição, a passo de gigante, de uma selvagem opressão para a mais sutil impostura.”

“Este apelo”, escrevia Stalin a respeito do Manifesto, “se conseguir chegar às grandes massas [do Ocidente], tornará, sem dúvida, a congregação centenas de milhares de operários em torno da palavra de ordem olvidada: ‘Proletários de todos os países, uni-vos!’”

“O apelo do Soviete”, replica Lenine, “não há nele uma única palavra impregnada da consciência de classe. Não contém senão fraseologia.” O documento de que os zimmerwaldenses tanto se orgulhavam, zimmerwaldenses que jamais haviam abandonado seus domicílios, não passa aos olhos de Lenine, de um dos instrumentos “da mais sutil impostura”.

Antes da chegada de Lenine, o *Pravda* geralmente não mencionava a esquerda de Zimmerwald. Ao se referir à Internacional, ela não especificava de qual das duas se tratava. Era isto que Lenine chamava “o kautskismo” do *Pravda*. “Em Zimmerwald e em Kienthal”, declarava ele à Conferência do Partido, “o centro obteve preponderância... Nós declaramos que formamos uma esquerda e rompemos com o centro... Existe uma corrente da esquerda de Zimmerwald em todos os países do mundo.

É preciso que as massas se apercebam de que o socialismo está cindido no mundo inteiro...”

Três dias antes, Stalin proclamava-se, naquela mesma conferência, disposto a eliminar os desacordos com Tseretelli, apoiado nas bases de Zimmerwald-Kienthal, isto é, nas bases do kautskismo. “Soube que na Rússia se manifesta uma tendência unificadora”, dizia Lenine. “Unir-se com os partidários da defesa nacional é trair o socialismo. Acho que é melhor ficar sozinho, tal com Liebknecht. Só contra 110!” A acusação de trair o socialismo, ainda no momento sem apontar ninguém, não é aqui apenas uma simples palavra ríspida: ela exprime integralmente a atitude de Lenine perante os bolcheviques que estavam tentando aproximar-se dos social-patriotas. Em oposição a Stalin, que julga possível a fusão com os mencheviques, Lenine julga intolerável que se conserve em comum com eles a denominação de socialdemocracia. “Falando em meu nome”, declara ele, “proponho que se mude a denominação do partido e nos passemos a chamar *Partido Comunista*.” “Em meu nome”, isto significa que ninguém, nem um só dos membros da Conferência, consentiam no gesto simbólico da rotura definitiva com a 2ª Internacional.

“Temeis trair velhas tradições?”, dizia o orador aos delegados desconcertados, embaraçados e parcialmente indignados. Mas o momento é chegado “de mudar de roupa, é preciso tirar a camisa suja e substituí-la por outra, limpa.” E de novo insistia ele: “Não vos agarreis a uma palavra velha, inteiramente apodrecida. Se quiserdes edificar novo partido... todos os oprimidos acorrendo para o vosso lado.”

Diante da grandiosidade das tarefas a iniciar, diante da confusão das ideias em suas próprias fileiras, o pensamento do tempo precioso estupidamente malbaratado em recepções, em felicitações, e em resoluções ritualísticas, arranca ao orador este lamento: “Basta de felicitações, basta de resoluções; é tempo de começar a trabalhar, é tempo de empreender um trabalho eficaz e meditado”!

Uma hora após, viu-se Lenine obrigado a repetir seu discurso diante de uma reunião geral, previamente fixada, de bolcheviques e de mencheviques; na maioria dos ouvintes, a impressão que sua arenga causou foi de algo entre a pilhéria e o delírio. Os mais indulgentes davam de ombros. Evidentemente aquele homem caíra da Lua: depois de uma

ausência de 10 anos, tendo apenas descido os degraus do vestíbulo da estação de Finlândia, ei-lo que prega a conquista do poder pelo proletariado. Os menos indulgentes dentre os patriotas lembravam a história do vagão selado. Stankevich testemunhava que o discurso de Lenine causara regozijo intenso em seus adversários: “Um homem que diz semelhantes asneiras não pode ser perigoso. Foi bom que ele tivesse chegado; basta, agora, contemplá-lo... Agora, é ele próprio quem se refuta.”

Entretanto, com toda a audácia de sua empresa revolucionária, inflexivelmente decidido a romper, mesmo que fosse com antigos partidários de seu pensamento e camaradas de lutas, caso se mostrassem incapazes de dar o devido rumo à Revolução, o discurso de Lenine, perfeitamente equilibrado em todos os seus segmentos, estava penetrado de um profundo realismo e de um infalível entendimento da massa. Era, porém, precisamente por esta razão, que ele devia parecer fantástico aos democratas que deslizavam na superfície.

Os bolcheviques constituíam uma pequena minoria nos soviets, e Lenine pensava na conquista do poder. Não seria espírito aventureiro? Não havia sombra disso, no modo pelo qual Lenine formulava a questão. Nem um só minuto ele fecha os olhos à existência de uma “honestá” mentalidade de defesa nacional nas grandes massas. Sem ser absorvido por elas, ele tampouco se dispunha a agir à revelia delas. “Nós não somos charlatães”, fala dirigindo-se às futuras objeções e acusações, “nós nos devemos basear unicamente na consciência das massas. Mesmo que devamos ficar em minoria, pouco importa! Vale a pena renunciar por algum tempo a uma situação dirigente; é preciso não temer ficar em minoria.” Não temer ficar em minoria, mesmo sozinhos, como Liebknecht contra 110 – é este o *leit-motiv* do discurso.

“O verdadeiro governo é o Soviete dos deputados operários... No Soviete, nosso partido está em minoria... Que pode fazer ali? Nada nos resta senão explicar pacientemente, perseverantemente, sistematicamente, a aberração de sua tática. Enquanto estivermos em minoria, realizaremos um trabalho de crítica, a fim de libertar as massas da impostura. Não desejamos que as massas acreditem em nós apenas pela palavra. Não somos charlatães. Queremos que as massas se libertem através da experiência de seus próprios erros.” Não temer permanecer em minoria! Não para sem-

pre, mas temporariamente. A hora do bolchevismo chegara. “Nossa linha confirmar-se-á, como sendo a justa... Todo oprimido virá a nós, a guerra os trará. Não há outra alternativa para eles.”

“Na Conferência de unificação”, conta Sukhanov, “Lenine mostrou-se como a encarnação viva da cisão... Eu me lembro de Bogdanov (menchevique potencial), sentado a dois passos da tribuna dos oradores. ‘Mas afinal de contas, isto é um delírio’, exclamava ele, interrompendo Lenine, ‘é delírio de louco! É vergonhoso aplaudir este aranzel’, gritava ele, voltando-se para o auditório, lívido de cólera e de desprezo, ‘vós vos desonrais, marxistas!’”

Goldenberg, antigo membro do Comitê Central bolchevique, e que se mantinha, naquela época, fora do partido, apreciou nos detalhes as teses de Lenine, nos termos menosprezantes que seguem: “Durante muitos anos o lugar de Bakunin na Revolução Russa ficou vazio; está agora ocupado por Lenine.”

“Seu programa”, narrava mais tarde o socialista revolucionário Zenzinov, “despertou, naquela época, não tanto a indignação quanto zombarias, de tal maneira se nos aparecia como estúpido e quimérico.”

Naquela mesma noite, numa conversa de Miliukov com dois socialistas, preliminar da Comissão de Contato, falou-se de Lenine. Skobelev considerava-o como “um homem completamente inutilizado, posto fora do movimento”. Sukhanov apoiou a opinião de Skobelev e acrescentou que Lenine “é de tal maneira indesejável para todos que neste momento não constitui absolutamente perigo aqui para a nosso amigo Miliukov”.

A distribuição dos papéis, nesta conversação, surgiu tal qual Lenine havia previsto: os socialistas cuidavam de preservar a tranquilidade do liberal contra as preocupações que lhes pudesse causar o bolchevismo.

O próprio embaixador da Inglaterra farejou boatos segundo os quais Lenine era reconhecido como péssimo marxista. “Entre os anarquistas recém-chegados”, dizia Buchanan, “achava-se Lenine, chegado da Alemanha em vagão selado. Apareceu em público, pela primeira vez, em uma reunião do Partido Social-Democrata, e foi mal recebido”.

Mais indulgente do que os demais para com Lenine talvez tivesse sido, naqueles dias, Kerensky, que, inopinadamente, declarou, no círculo dos membros do Governo Provisório, que tencionava fazer uma visita a Le-

nine e se explicou, em resposta a perguntas espantadas, do seguinte modo: “Mas ele vive, de fato, em atmosfera completamente isolada; de nada sabe, vê tudo através das lunetas de seu fanatismo e não tem perto dele pessoa alguma que o ajude a orientar-se um pouco, dentro das ocorrências.” Este é o testemunho de Nabokov. Kerensky, entretanto, não achou um só momento de liberdade para orientar Lenine dentro das ocorrências.

As teses de abril de Lenine, não provocaram apenas a estupefação indignada dos inimigos e dos adversários. Elas atiraram um certo número de antigos bolcheviques para o campo do menchevismo, ou para o grupo intermediário que se congregava em torno do jornal de Gorki. Esta evasão não tinha importância política séria. Infinitamente mais grave foi a impressão que a atitude de Lenine produziu em toda a camada dirigente do partido. “Nos primeiros dias que se seguiram à sua chegada”, escrevia Sukhanov, “seu completo isolamento de todos os camaradas conscientes do partido não deixa a menor dúvida.” “Seus próprios camaradas de Partido”, confirmava o socialista revolucionário Zenzinov, “os bolcheviques aturridos, viraram-lhe as costas.” Os autores de semelhantes opiniões encontravam-se diariamente com os dirigentes bolcheviques, no Comitê Executivo, e informavam-se em primeira mão.

Idênticos testemunhos, porém, não faltam mesmo nas fileiras bolcheviques. “Quando apareceram as teses de Lenine”, recordava mais tarde Tsikhon, esbatendo excessivamente o colorido, tal como a maioria dos velhos bolcheviques que haviam tropeçado na Revolução de Fevereiro, “sentimos em nosso Partido algumas oscilações. Muitos camaradas acusaram Lenine de um desvio sindicalista; de se ter afastado da Rússia; que ele não tomava em consideração o momento presente”, etc. Um dos mais destacados militantes bolcheviques do interior, chamado Lebedev, escrevia: “Depois da chegada de Lenine à Rússia, sua agitação, não totalmente compreensível, no início, para nós, bolcheviques, que parecia utópica e que se explicava pelo seu demorado afastamento da vida russa, foi pouco a pouco assimilada por nós todos, e podemos dizer que entrou em nossa carne e em nosso sangue.”

Zalezhsy, membro do Comitê de Petrogrado, e um dos organizadores da recepção, exprime-se com maior clareza: “As teses de Lenine produziram o efeito de uma bomba que explode.” Zalezhsy confirma in-

teiramente o completo isolamento de Lenine, depois de uma recepção tão calorosa e tão imponente. “Naquele dia [4 de abril] o camarada Lenine não encontrou partidários declarados nem mesmo em nossas fileiras.”

O testemunho do *Pravda* é, todavia, mais importante. A 8 de abril, quatro dias após a publicação das teses, quando já era possível explicar e estabelecer uma compreensão suficiente, a redação do *Pravda* escrevia: “No que se refere ao esquema geral do camarada Lenine, parece-nos ele inaceitável na medida que apresenta como já terminada a Revolução democrática burguesa e na medida que conta com uma transformação imediata daquela Revolução em Revolução socialista.” O órgão central do Partido declarava, desse modo, abertamente, diante da classe operária e diante dos inimigos desta, seu desacordo com o líder unanimemente reconhecido pelo Partido, desacordo quanto à questão crucial da Revolução, para a qual os quadros bolcheviques se tinham preparado durante longos anos. Bastava essa divergência para que se pudesse apreciar toda a profundidade da crise do partido em abril, proveniente de um conflito entre duas linhas inconciliáveis. Se esta crise não fosse dominada, a Revolução não poderia dar nem mais um passo para frente.

.....

Capítulo XVI

O REARMAMENTO DO PARTIDO

COMO ENTÃO EXPLICAR o isolamento excepcional de Lenine, no princípio de abril? Como se pode criar semelhante situação? E de que modo se obteve o rearmamento dos quadros do bolchevismo?

Desde 1905, o Partido Bolchevique sustentava luta contra a autocracia, sob a palavra de ordem de uma “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”. Essa palavra de ordem, assim como sua argumentação teórica, provinha de Lenine. Em oposição aos mencheviques, cujo teórico, Plekhanov, combatia irreduzivelmente “a ideia falsa da possibilidade de levar a termo uma Revolução burguesa sem a burguesia”, Lenine achava que a burguesia russa já se havia tornado incapaz de dirigir sua própria Revolução. Para levar a termo a Revolução democrática contra a monarquia e contra os latifundiários, era imprescindível a colaboração do proletariado e do campesinato, estreitamente unidos. A vitória dessa união devia, segundo Lenine, estabelecer uma ditadura democrática, a qual não somente não se identificava com a ditadura do proletariado, como, pelo contrário, se opunha a ela, porque a tarefa aqui era não o estabelecimento de uma sociedade socialista, nem mesmo a criação de formas transitórias para esta sociedade, mas apenas expurgar sem contemplações as estrebarias

de Augias daquela sociedade medieval. A finalidade da luta revolucionária estava determinada, nitidamente, por três palavras de ordem de combate – república democrática, confiscação das terras dos proprietários nobres, jornada de 8 horas – o que se chamava familiarmente de “as três baleias” do bolchevismo, em alusão às baleias sobre as quais repousa o globo terrestre, segundo antiga fábula popular.

A questão de saber se a ditadura democrática do proletariado e dos camponeses era realizável resolvia-se em função de outra questão: a da capacidade do campesinato de realizar sua própria Revolução, isto é, de constituir um novo poder, capaz de liquidar a monarquia e a propriedade fundiária dos nobres. Verdade é que a palavra de ordem da ditadura democrática pressupunha também a participação de representantes operários no governo revolucionário. Essa participação, entretanto, era predeterminada pelo papel do proletariado, enquanto aliado de esquerda, na solução dos problemas da Revolução camponesa. A ideia popular, e, mesmo, oficialmente reconhecida, da *hegemonia* do proletariado na Revolução democrática, não poderia, por conseguinte, significar senão que o partido operário ajudaria os camponeses com as armas políticas de seus próprios arsenais, sugerir-lhes-ia os melhores processos e os mais adequados métodos de liquidação da sociedade feudal, e mostrar-lhes-ia como aplicar tais métodos. Como quer que fosse, o que se dizia do papel dirigente do proletariado na Revolução burguesa absolutamente não significava que o proletariado fosse utilizar a insurreição camponesa a fim de pôr na ordem do dia sua própria tarefa histórica, isto é, a passagem direta para uma sociedade socialista. A hegemonia do proletariado na Revolução democrática distinguia-se claramente da ditadura do proletariado e a ela se opunha nas polêmicas. Foi baseado nestas ideias que o Partido Bolchevique se educou desde a primavera de 1905.

A marcha real da Revolução de Fevereiro ultrapassou o esquema habitual do bolchevismo. É verdade que a Revolução tinha sido levada a termo por meio de uma aliança dos operários com os camponeses. O fato de os camponeses agirem principalmente sob a farda dos soldados não alterava, em absoluto, a questão. A conduta do Exército camponês do tzarismo teria tido importância decisiva, mesmo que a Revolução houvesse explodido em tempo de paz. É, por conseguinte, muito natural que, nas condições da guerra, um numeroso exército de milhões de homens tenha, nos primeiros

momentos, disfarçado completamente o campesinato. Depois da vitória da insurreição, viram-se os operários e os soldados senhores da situação. Neste sentido, poder-se-ia afirmar que se estabelecera uma ditadura democrática de operários e de camponeses. Na realidade, entretanto, a Revolução de Fevereiro trouxera um governo burguês, no qual o poder das classes possuidoras era limitado por um poder dos soviets de operários e de camponeses, não completamente organizado. Todas as cartas estavam embaralhadas. Em vez de uma ditadura revolucionária, isto é, da mais concentrada autoridade, estabelecera-se o regime flácido de uma dualidade de poderes, no qual a fraca energia dos círculos governamentais se esgotava infrutiferamente em tentativas de dominar contradições internas ninguém havia previsto tal regime. Além do mais, não se pode exigir que um prognóstico indique não somente as tendências essenciais dum desenvolvimento como também todas as possíveis combinações esporádicas. “Quem jamais pode levar a termo uma enorme Revolução, sabendo de antemão como fazê-la desenvolver-se até o fim?”, perguntava mais tarde Lenine. “Onde adquirir semelhante ciência? Ela não se encontra nos livros. Não há livros sobre isso. Foi unicamente da experiência das massas que nossa decisão pôde nascer.”

O pensamento humano é, porém, conservador, e o dos revolucionários o é, às vezes, com mais peculiaridade. Os quadros bolcheviques continuavam presos ao esquema antigo e não consideraram a Revolução de Fevereiro, se bem que ela encerrasse em si, evidentemente, dois regimes incompatíveis, senão como etapa inicial de uma Revolução burguesa. Em fins de março, Rykov enviou da Sibéria ao *Pravda*, em nome dos social-democratas, um telegrama de felicitações pela vitória da “Revolução nacional”, cuja tarefa era “a conquista da liberdade política”. Todos os bolcheviques dirigentes, sem exceção alguma – nós pelo menos não sabemos de nenhuma – achavam que a ditadura democrática estava ainda no futuro. Quando o Governo Provisório da burguesia “se esgotar”, uma ditadura democrática dos operários e dos camponeses se estabelecerá, como preliminar de um regime parlamentar burguês. Era completamente errônea semelhante perspectiva. O regime saído da Revolução de Fevereiro, longe de preparar uma ditadura democrática, foi a demonstração viva e integral da impossibilidade geral dessa ditadura. Que a democracia conciliadora, não por acaso, nem por estouvamento

de Kerensky, ou devido à inteligência, limitada de Cheidze, tenha transmitido o poder aos liberais, ela demonstrou pelo fato de nos oito meses que se seguiram ter lutado com todas as forças para manter o governo burguês; de ter esmagado os operários, os camponeses e os soldados, e de ter caído, a 25 de outubro, quando ainda em seu posto de aliada e de defensora da burguesia. Mesmo desde o início, porém, claro estava que, se a democracia, tendo diante de si tarefas gigantescas e o apoio ilimitado das massas, tinha renunciado voluntariamente ao poder, isto teria sido provocado não por princípios ou por preconceitos políticos, mas pela situação desesperada da pequena burguesia dentro da sociedade capitalista, particularmente em período de guerra e de Revolução, ocasiões em que se decidem as questões fundamentais da existência dos países, dos povos e das classes. Ao passar o cetro a Miliukov, exclamava a pequena burguesia: Não, semelhantes tarefas são superiores às minhas forças.

A classe camponesa, em virtude de haver erigido sobre si mesma a democracia conciliadora, encerra, sob forma primitiva, todas as classes de uma sociedade burguesa. Juntamente com a pequena burguesia urbana que, na Rússia, jamais desempenhou um papel sério, o campesinato é o protoplasma de onde, no passado, novas classes se diferenciaram e continuam a se diferenciar no presente. O campesinato tem sempre duas fisionomias: uma que se volta para o proletariado, outra que se volta para a burguesia. A posição intermediária, mediadora, conciliadora dos partidos “camponeses”, no gênero do Partido Socialista Revolucionário, não se pode manter senão em condições de relativo marasmo político; em uma época revolucionária chega, inevitavelmente, o momento em que a pequena burguesia se vê obrigada a escolher. Os socialistas revolucionários e os mencheviques fizeram, desde o primeiro momento, a sua escolha. Liquidaram, ainda no embrião, a “ditadura democrática”, para impedi-la de converter-se em ponto de partida para a ditadura do proletariado. Por isso mesmo abriram o caminho à última, se bem que por outro lado: não através deles, porém contra eles.

Evidentemente o desenvolvimento ulterior da Revolução só poderia proceder de fatos novos e não de velhos esquemas. As massas, através de seus representantes, contra a vontade e mais ou menos inconscientemente, foram arrastadas para o mecanismo do duplo poder. Elas tinham que passar por esse duplo poder, para constatar, experimentalmente, que

tal mecanismo não lhes poderia dar nem paz nem terra. Afastar o regime do duplo poder significava, doravante, para as massas, romper com os socialistas revolucionários e com os mencheviques. É, entretanto, absolutamente evidente que a conversão política, dos operários e soldados aos bolcheviques, derrubando todo o edifício do duplo poder, não poderia mais significar outra coisa senão o estabelecimento de uma ditadura do proletariado, apoiada na aliança dos operários com os camponeses. Em caso de derrota das massas populares, sobre as ruínas do Partido Bolchevique só poderia ser implantada uma ditadura militar capitalista. A “ditadura democrática” estava, em ambos os casos, excluída. Ao volverem para ela os olhos, os bolcheviques, em realidade, voltavam-se para um fantasma do passado. Foi em tais circunstâncias que os encontrou Lenine, que surgiu com a intenção inabalável de conduzir o partido a novos caminhos.

O próprio Lenine, é certo, não substituiu a fórmula da ditadura democrática por outra qualquer, mesmo condicionalmente, mesmo hipoteticamente, até ao momento em que rebentou a Revolução de Fevereiro. Era certo? Achamos que não. O que se passava no partido, após a insurreição, revelava demasiado ameaçadoramente um atraso do rearmamento que, naquelas condições, somente Lenine poderia executar. Ele já se havia preparado. Ele forjara sua espada e a temperara ao fogo da guerra. Para ele a perspectiva geral do *processus* histórico já se modificara. Os abalos da guerra haviam bruscamente diminuído os prazos possíveis de uma Revolução socialista no Ocidente. Se bem que, para Lenine, ainda continuasse democrática, a Revolução Russa deveria dar um impulso à insurreição socialista na Europa, e esta, em seguida, deveria também arrastar a Rússia atrasada em seu turbilhão. Tal era a concepção geral de Lenine, ao deixar Zurique. A carta aos operários suíços, já mencionada por nós, diz o seguinte: “A Rússia é um país de camponeses um dos mais atrasados países da Europa. O socialismo lá, não pode ser vencedor, nem diretamente, nem tampouco imediatamente. O caráter rural do país, porém, no qual se conservaram imensos latifúndios de proprietários nobres, pode, base da experiência de 1905, dar um formidável impulso à Revolução democrático-burguesa na Rússia e transformar nossa Revolução no prólogo de uma Revolução socialista mundial, como degrau de acesso a esta.” Nesse sentido, escrevia então Lenine, pela primeira vez, que o proletariado russo iniciaria a Revolução socialista.

Tal era o ponto de junção entre a antiga posição do bolchevismo, que limitava a Revolução a fins democráticos, e a nova posição que Lenine expunha, pela primeira vez, perante o partido, em suas teses de 4 de abril. A perspectiva, da passagem imediata à ditadura do proletariado parecia absolutamente inesperada, contrária à tradição, e, simplesmente falando, totalmente inadmissível. Aqui é indispensável lembrar que, até o momento da explosão da Revolução de Fevereiro, e nos primeiros tempos decorridos após ela, o que se chamava de trotskysmo não era, em absoluto, a ideia de que, dentro das fronteiras nacionais da Rússia, não se pudesse edificar uma sociedade socialista (a ideia da semelhante “possibilidade” não foi, em suma, expressa por pessoa alguma, até 1924, e é duvidoso que tenha ocorrido no espírito de quem quer que seja); o que se chamava de trotskysmo era aquela ideia de que o proletariado da Rússia poderia alçar-se ao poder mais cedo do que o do Ocidente, e que, nesse caso, ele não se poderia manter dentro dos quadros da ditadura democrática, porém deveria dedicar-se, imediatamente, às primeiras medidas socialistas. Não é de espantar que as teses de abril, de Lenine, tenham sido reprovadas como trotskystas.

As objeções dos “antigos bolcheviques” desenvolviam-se em diversas linhas. O debate principal consistia em saber se a Revolução democrático-burguesa já estaria completamente terminada. Dado que a Revolução agrária ainda não havia sido realizada, os adversários de Lenine poderiam, com justiça, afirmar que a Revolução democrática ainda não havia sido levada a término e, por conseguinte, concluíam eles, ainda não havia lugar para a ditadura do proletariado mesmo que as condições sociais da Rússia viessem a permitir, de um modo geral, aquela ditadura num futuro mais ou menos próximo. Foi precisamente assim que a redação do *Pravda* formulou a questão, em tópico que já citamos linhas atrás. Mais tarde, na conferência de abril, Kamenev repetia: “Lenine erra quando afirma que a Revolução democrático-burguesa já está terminada... A sobrevivência clássica do feudalismo, a propriedade latifundiária dos nobres ainda não está liquidada... O Estado ainda não se transformou em sociedade democrática... muito cedo para se dizer que a democracia burguesa tenha esgotado todas as suas possibilidades.”

“A ditadura democrática”, replicava Tomsky, “eis a nossa base... Devemos organizar o poder do proletariado e do campesinato, e devemos

separá-lo da Comuna, uma vez que nesta última somente existe o poder do proletariado.”

“Surgem perante nós imensas tarefas revolucionárias”, continuava Rykov. “Mas a realização de semelhantes tarefas ainda não nos poderia conduzir para além dos quadros do regime burguês.”

Lenine percebia, certamente, tão bem quanto seus opositores, que a Revolução democrática ainda não se tinha completado, ou, mais exatamente, que, apenas iniciada, começava a recuar. Daí precisamente ele concluía que não seria possível levá-la a termo, senão sob o domínio de uma nova classe, e isto seria impossível sem que se arrancassem as massas à influência dos mencheviques e dos socialistas revolucionários, isto é, a influência indireta da burguesia liberal. A ligação daqueles partidos com os operários, e particularmente com os soldados, era inspirada por uma ideia de defesa – “defesa do país”, ou então, “defesa da Revolução”. Lenine exigia, por conseguinte, política intransigente, diante de todos os matizes do social-patriotismo. Libertar o partido das massas retrógradas, para, em seguida, libertar essas massas de suas condições de atraso. “O antigo bolchevismo deve ser abandonado”, repetia ele. “É indispensável separar a linha pequeno-burguesa da linha do proletariado assalariado.”

De um ponto de vista superficial, poderia parecer que os adversários perpétuos tivessem permutado as armas. Os mencheviques e os socialistas revolucionários representavam, agora, a maioria dos operários e dos soldados, como se realizassem, de fato, a aliança política do proletariado e do campesinato, preconizada sempre pelos bolcheviques, contra os mencheviques. Ora, Lenine exigia que a vanguarda proletária se libertasse daquela aliança. Na realidade, cada partido permanecia fiel a si próprio. Os mencheviques, como sempre, julgavam ser missão deles sustentar a burguesia liberal. A aliança deles com os socialistas revolucionários nada mais era do que um meio de alargar e de consolidar aquele apoio. Contrariamente, a rotura da vanguarda proletária com o bloco pequeno-burguês significava a preparação, de uma aliança dos operários e dos camponeses, sob a direção do Partido Bolchevique, isto é, a ditadura do proletariado.

Quanto ao estado retrógrado da Rússia, servia ele de base a objeções de outra espécie. “O poder da classe operária significa, inevitavelmente, a passagem ao socialismo. A economia e a cultura da Rússia, porém, ainda

não estão maduras para tanto. Devemos impelir até o fim a Revolução democrática. A Revolução socialista no Ocidente é a única capaz de justificar a ditadura do proletariado entre nós.” Tais eram as objeções de Rykov, na conferência de abril. O fato de as condições culturais e econômicas da Rússia serem, por si próprias, insuficientes para a edificação de uma sociedade socialista era, para Lenine, o ABC. Mas a sociedade, em absoluto, não está disposta de modo tão racional que as probabilidades de uma ditadura do proletariado surjam no momento exato em que as condições econômicas e culturais se apresentem maduras para o socialismo. Se a humanidade se desenvolvesse tão regularmente, não haveria necessidade nem de ditadura, nem tampouco de revoluções em geral. O problema consiste, justamente, em que uma sociedade histórica viva é profundamente desarmoniosa, e tanto mais o será quanto mais tardio for seu desenvolvimento. A expressão da desarmonia encontra-se no fato de, num país tão atrasado quanto a Rússia, a burguesia ter chegado à decomposição antes da vitória completa do regime burguês e de não haver senão, ali, o proletariado para, na qualidade de dirigente do país, substituir aquela burguesia. O estado econômico atrasado da Rússia não dispensa a classe operária da obrigação de cumprir a tarefa que lhe foi imposta, mas apenas condiciona a sua realização através de dificuldades extremas. A Rykov, que repetia que o socialismo deve vir de país onde a indústria estiver mais desenvolvida, Lenine dava uma resposta simples, porém suficiente: “Não se pode dizer nem quem começará, nem quem acabará.”

Em 1921, quando o Partido – longe ainda de se anquilosar burocraticamente – apreciava o seu passado tão livremente quanto preparava o seu futuro, Olminsky, um dos mais antigos bolcheviques, que havia colaborado como dirigente na imprensa do Partido, em todas as etapas de seu desenvolvimento, perguntava a si próprio como explicar que, no momento da Revolução de Fevereiro, o partido se encontrasse num caminho oportunista. E o que em seguida teria oferecido ao partido a oportunidade de uma tão brusca bifurcação na direção do caminho de Outubro? A fonte dos erros de março aparece ao referido autor justamente no fato de o partido ter “prolongado exageradamente” sua orientação no sentido da ditadura democrática. “A Revolução que se anuncia não pode ser senão uma Revolução burguesa... Era”, dizia Olminsky, “um julgamento obrigatório para todos os membros do Partido, era a opinião oficial do Partido, sua palavra de ordem constante e invariável,

até a Revolução de Fevereiro de 1917, e mesmo durante algum tempo ainda após ela.” Para ilustrar sua afirmativa, Olminsky teria podido mencionar que o *Pravda*, ainda antes de Stalin e de Kamenev, isto é, com uma redação “de esquerda” que compreendia o próprio Olminsky, escrevia a 7 de março, como algo que fosse evidente: “Entre nós, bem entendido, ainda, não se formula a questão da queda do domínio do capital, trata-se somente da queda da autocracia e do feudalismo...” Em razão de percepção excessivamente curta foi que, em março, o Partido caiu prisioneiro da democracia burguesa. “Donde provém, então, a Revolução de Outubro?”, pergunta, mais adiante, o mesmo autor. “Como é possível que o partido, desde seus dirigentes até os militantes da base, tenha renunciado tão ‘subitamente’ àquilo que havia considerado como verdade inabalável durante quase 20 anos?”

Como adversário Sukhanov formula a mesma pergunta, porém de outro modo. “Como e por que meios Lenine conseguiu desembaraçar-se para dominar os bolcheviques?” Realmente, a vitória de Lenine, no interior do partido, foi não só integral como rapidamente alcançada. Os adversários esbanjaram ironias a este respeito, ao falarem do regime pessoal do Partido Bolchevique. À questão formulada por ele próprio, Sukhanov responde inteiramente dentro do espírito do seu início heroico: “O genial Lenine era uma autoridade histórica – isto é um aspecto da questão. Por outro lado, exceto Lenine, no partido não havia ninguém nem coisa alguma. Alguns grandes generais, sem Lenine, nada são, do mesmo modo que alguns planetas incomensuráveis nada significam sem o Sol (deixo de lado, momentaneamente, Trotsky, que ainda permanecia fora das fileiras da Ordem).” Essas curiosas linhas tentam explicar a influência de Lenine, atribuindo-a sua ascendência sobre os demais, tal como o poder que o ópio tem de provocar o sono é explicado por suas faculdades soporíferas. Semelhante explicação, entretanto, não nos permite ir mais longe.

A influência efetiva de Lenine no partido era sem dúvida muito grande, mas, absolutamente, não era ilimitada. Mais tarde mesmo, ela não se tornou inapelável, quando após Outubro a autoridade de Lenine cresceu extraordinariamente, porque o partido havia medido sua força, pelo termômetro dos acontecimentos mundiais. Ainda mais insuficientes são as alegações gratuitas a respeito da autoridade pessoal de Lenine, que se referem a abril de 1917, quando toda a camada dirigente do Partido já havia conseguido ocupar uma posição contrária à de Lenine.

Olminsky chega muito mais perto da solução do problema quando demonstra que, apesar de sua fórmula de Revolução democrático-burguesa, o partido, em virtude de sua política contrária à burguesia e à democracia, preparava-se efetivamente, de há muito, para encabeçar o proletariado em uma luta direta pelo poder. “Nós (ou muitos dentre nós)”, diz Olminsky, “orientamo-nos inconscientemente para a Revolução proletária, pensando que nos dirigíamos para a Revolução democrático-burguesa. Em outras palavras, preparávamos a Revolução de Outubro ao julgarmos que preparávamos a de Fevereiro.” Generalização extremamente preciosa e, concomitantemente, depoimento irrepreensível de uma testemunha!

A educação teórica do partido revolucionário comportava um elemento de contradição que se exprimia pela fórmula equívoca da “ditadura democrática” do proletariado e do campesinato. Ao pedir a palavra, na conferência sobre o relatório de Lenine, certa delegada, traduziu o pensamento de Olminsky com simplicidade ainda maior: “O prognóstico estabelecido pelos bolcheviques revelou-se errado, porém a tática estava certa.”

Nas teses de abril, que pareceram tão paradoxais, Lenine, contrariando a velha fórmula, apoiou-se na tradição viva do Partido: irreconciliável em relação às classes dirigentes, hostil a quaisquer tergiversações, ao passo que “os velhos bolcheviques” opunham recordações – recentes embora já arquivadas – ao desenvolvimento concreto da luta de classes. Lenine contava com um ponto de apoio bastante sólido, preparado pela história inteira da luta entre bolcheviques e mencheviques. Convém lembrar que o programa oficial da social-democracia, naquela época, ainda permanecia o mesmo, quer para os bolcheviques, quer para os mencheviques, e que as tarefas práticas da Revolução democrática apresentavam-se, no papel, idênticas em ambos os partidos. Mas, na realidade, não eram iguais, absolutamente. Os operários bolcheviques, logo após a insurreição, haviam tomado a iniciativa da luta pela jornada de 8 horas; os mencheviques declaravam prematura semelhante reivindicação. Os bolcheviques dirigiam as detenções de funcionários czaristas, e os mencheviques opunham-se aos “excessos”. Os bolcheviques empreenderam energicamente a criação de uma milícia operária, os mencheviques entravavam o armamento dos operários por não desejarem questões com a burguesia. Sem ainda ultrapassar a limite da democracia burguesa, os bolcheviques agiam, ou se esforçavam por agir, como revolucionários intransigentes, se bem que des-

viados pela própria direção; os mencheviques, pelo contrário, sacrificavam a cada passo o programa democrático aos interesses de uma aliança com os liberais. Se lhes faltassem inteiramente os aliados democratas, Kamenev e Stalin não encontrariam mais como equilibrar-se.

O conflito de Lenine, em abril, com o estado-maior-geral do Partido não foi o único. Em vida a história do bolchevismo, com exceção de alguns episódios que apenas confirmam a regra, todos os líderes do partido, em todos os momentos culminantes do desenvolvimento, achavam-se à direita de Lenine. Fortuitamente? Não! Lenine tornou-se o chefe incontestado do partido mais revolucionário que apareceu na História precisamente porque seu pensamento e sua vontade alcançaram, por fim, a medida das grandiosas possibilidades revolucionárias do país e da época. Aos outros, faltavam-lhes alguns centímetros, ou mesmo o dobro, e frequentemente muito mais.

Quase toda a camada dirigente do Partido Bolchevique, durante os meses e mesmo durante os anos que precederam a insurreição, tinha ficado fora do trabalho ativo. Muitos haviam levado, consigo próprios, para as prisões e para a deportação, as impressões acabrunhadoras dos primeiros meses de guerra e tinham sido atingidos pelo desmoroamento da Internacional, justamente quando se encontravam sozinhos ou em pequenos grupos. Se, quando nas fileiras do Partido, eles manifestavam uma suficiente receptividade para com as ideias da Revolução, o que os ligava ao bolchevismo, quando isolados não se encontravam, mais em estado de resistir à pressão do meio circunstante nem de por eles mesmos avaliar os acontecimentos à luz do marxismo. Os formidáveis movimentos produzidos nas massas em dois anos e meio de guerra tinham escapado quase que totalmente ao campo de observação deles. Ora, a insurreição não somente os arrancou do isolamento, como os colocou, em virtude da autoridade adquirida, nos postos supremos do Partido. Pela própria mentalidade, aqueles elementos se achavam frequentemente muito mais próximos da *intelligentsia* “de Zimmerwald” do que dos operários revolucionários das usinas.

Os “velhos bolcheviques” salientavam com ênfase, em abril de 1917, a própria qualidade de antigos militantes, e viam-se condenados a uma derrota, porque justamente defendiam aquele elemento da tradição do partido que não pudera resistir à verificação da História. “Pertencço aos velhos bolcheviques-leninistas”, dizia, por exemplo, Kalinin, na conferência de Petrogrado, em 14 de abril, “e julgo que o velho leninismo absolutamente

não se revelou inaplicável ao singular momento atual, e eu me espanto de ver Lenine declarar que os velhos bolcheviques tornaram-se incômodos no momento atual.” Não foram poucas as recriminações deste jaez que Lenine se viu forçado a ouvir, naqueles dias. Entretanto, ao romper com a fórmula tradicional do Partido, o próprio Lenine jamais deixara de ser “leninista”: lançava fora as coisas imprestáveis do bolchevismo para que da semente despontasse uma outra vida.

Contra os velhos bolcheviques, Lenine encontrou apoio em outra camada do partido, já experimentada, porém mais jovem e mais ligada às massas. Na insurreição de fevereiro, os operários bolcheviques, como sabemos, desempenharam papel decisivo. Consideravam como óbvio que o poder fosse tomado pela classe vencedora. Aqueles mesmos operários protestavam veementemente contra a orientação Kamenev-Stalin, e o bairro de Vyborg chegou a ameaçar excluir alguns líderes do Partido. Fato semelhante observou-se nas províncias. Quase que por toda parte havia bolcheviques de esquerda acusados de maximalismo, e mesmo às vezes de anarquismo. O que faltava aos operários revolucionários eram somente recursos teóricos para defender as próprias posições. Mas estavam todos prontos a responder ao primeiro apelo inteligível. Era para a camada de operários que se levantara, decididamente, durante o agravamento dos anos 1912-1914, que Lenine se voltava. No início da guerra, quando o Governo assestara no partido um rude golpe, ao esmagar a fração bolchevique da Duma, Lenine, falando do trabalho revolucionário ulterior, chamava aqueles que o partido tinha educado de “milhares de operários conscientes, do meio dos quais, apesar de todas as dificuldades, será recrutado um novo quadro de dirigentes”. Apesar de separado deles por dois *fronts* quase sem interligação, Lenine jamais se afastou deles. “Mesmo que sejam cinco ou dez vezes mais triturados pela guerra, pela prisão, pela Sibéria e pelos trabalhos forçados! Não se pode destruir aquela camada. Ela está viva. Ela está embebida de espírito revolucionário e de antichauvinismo.”

Lenine, em espírito, vivia os acontecimentos conjuntamente com aqueles operários bolcheviques, encontrava com eles as deduções indispensáveis, porém de modo mais amplo e ousado. Para combater a irresolução do estado-maior e do corpo de oficiais do partido, Lenine apoiou-se, com segurança, no corpo de suboficiais do mesmo partido, porque representava melhor o operário bolchevique das fileiras.

A força temporária dos social-patriotas e a fraqueza dissimulada da ala oportunista dos bolcheviques residiam no fato de, enquanto os primeiros se apoiavam nos preconceitos e nas ilusões atuais das massas, os segundos com eles se acomodavam. A principal força de Lenine consistia no fato de compreender a lógica interna do movimento e de por ela orientar sua política. Ele não impunha seu plano às massas. Ajudava as massas a conceber e a realizar seus próprios planos. Quando Lenine reduzia todos os problemas da Revolução a um único – “explicar pacientemente” – isto significava colocar a consciência das massas em concordância com a situação para a qual tinham sido acuadas pelo *processus* histórico. O operário ou o soldado, ao se desiludirem da política dos conciliadores, devia passar para a posição de Lenine, sem parar no degrau intermediário Kamenev-Stalin.

Quando as fórmulas de Lenine foram apresentadas, iluminaram, diante dos bolcheviques, com novas luzes, quer a experiência do mês decorrido, quer a experiência de cada novo dia. Na grande massa do partido iniciou-se uma rápida diferenciação – para a esquerda, para as teses de Lenine. “Os bairros, um após outro”, diz Zalezhsky, “aderiram às teses e, por ocasião da conferência pan-russa do partido que as reuniu a 24 de abril, a organização de Petersburgo inteira pronunciou-se a favor das teses”.

A luta pelo rearmamento dos quadros bolcheviques, iniciada na tarde de 3 de abril, terminou, praticamente, no fim do mês¹. A Conferência

1. No próprio dia da chegada de Lenine a Petrogrado, de Halifax, do outro lado do Atlântico, a polícia marítima britânica raptava do navio norueguês *Christianiafiord* cinco emigrados que, de Nova Iorque, voltavam para a Rússia: Trotsky, Chudnovsk, Melnichansky, Mukhin, Fisrelev, Romanchenko. Só puderam chegar a Petrogrado a 5 de maio, ocasião em que o rearmamento político do Partido Bolchevique já estava terminado, pelo menos em suas linhas gerais. Não julgamos possível, por conseguinte, introduzir em nossa narrativa uma exposição das ideias sobre a revolução que Trotsky desenvolvera num diário russo, publicado em Nova Iorque. Como, porém, de outro lado, o conhecimento dessas ideias ajudará o leitor a compreender os agrupamentos que ulteriormente se fizeram dentro do partido, e sobretudo a luta ideológica nas vésperas de outubro, achamos razoável colocar à parte a referência que se relaciona com aqueles eventos em apêndice no fim do livro. O leitor que se não interessar por estudo mais detalhado da preparação teórica de outubro pode tranqüilamente deixar de lado aquele apêndice.

do Partido, realizada em Petrogrado de 24 a 29 de abril, tirava conclusões de março, mês de tergiversações oportunistas, e de abril, mês de crise aguda. O partido, naquela época, crescera consideravelmente, tanto em quantidade como em valor político. Os 149 delegados representavam 79 mil membros do Partido, dos quais 15 mil de Petrogrado. Para um partido ainda ontem ilegal e hoje antipatriota, era um número imponente, e Lenine menciona-o repetidamente com satisfação. A fisionomia política da Conferência esboçou-se logo após a eleição dos 5 membros do presidium: entre estes não se achavam nem Kamenev, nem Stalin, principais causadores dos erros de abril.

Se bem que, para o conjunto do Partido, as questões em litígio já tivessem sido firmemente resolvidas, muitos dirigentes, ligados uns aos outros pela ação anterior, conservavam-se ainda, naquela Conferência, em oposição ou em semioposição a Lenine. Stalin mantinha-se em reserva silenciosa, ficava em expectativa. Dzerzhinsky, em nome “de muitos” e que “não concorda em princípio com as teses do relator”, pedia que se ouvisse um relatório de “camaradas que, em terreno prático, viveram, conosco, a Revolução”. Era evidente alusão ao caráter das teses de Lenine, amadurecidas na emigração. Kamenev, com efeito, apresentava à Conferência um relatório que preconizava a ditadura democrático-burguesa. Rykov, Tomsy, Kalinin tentavam conservar-se mais ou menos nas respectivas posições de março. Kalinin continuava a insistir pela união com os mencheviques, no interesse da luta contra o liberalismo. Smidovich, militante muito em evidência em Moscou, queixava-se em seu discurso: “Por onde quer que nos apresentemos, erigem contra nós um espantalho, as teses do camarada Lenine.” Outrora, quando os moscovitas votavam pela resolução dos mencheviques, levava-se uma existência bem mais tranquila.

Como discípulo de Rosa Luxemburgo, Dzerzhinsky declarava-se contra o direito de autodeterminação das nações, e acusava Lenine de proteger tendências separatistas que enfraqueciam o proletariado da Rússia. Como, em réplica, fosse acusado de apoiar o chauvinismo grão-russo, Dzerzhinsky respondeu: “Posso incriminá-lo [a Lenine] de insistir no ponto de vista dos chauvinistas polaco-ucranianos e outros.” Esse diálogo, do ponto de vista político, não deixa de ter sua graça: o grão-russo Lenine acusa o polaco Dzerzhinsky de chauvinismo grão-russo dirigido contra os poloneses, e é acusado por sua vez, por Dzerzhinsky de chauvinismo polo-

nês. A ideia política correta ainda estava, naquele debate, totalmente com Lenine. Sua política das nacionalidades tornou-se um dos mais essenciais elementos da Revolução de Outubro.

Evidentemente extinguiu-se a oposição. Na votação das questões em litígio, ela não conseguiu mais de 7 votos. Houve, entretanto, uma exceção curiosa e notável, a respeito das relações internacionais do partido. Bem ao fim dos trabalhos, na sessão da tarde de 29 de abril, Zinoviev apresentou, em nome da Comissão, um projeto de resolução: “Tomar-se-á parte na conferência internacional dos zimmerwaldenses, fixada para 18 de maio” (em Estocolmo). A ata narra o seguinte: “Aprovado por unanimidade, menos um voto.” Esse único voto era o de Lenine. Ele exigia a rotura com Zimmerwald, porque ali a maioria revelara-se, de uma vez por todas, constituir-se de independentes alemães e de pacifistas neutros, da espécie do suíço Grimm. Para os quadros russos do Partido, porém, Zimmerwald, durante a guerra, quase que se identificava com o bolchevismo. Os delegados ainda não consentiam em renunciar à denominação de social-democracia, nem em romper com Zimmerwald que permanecia para eles um elo que os ligava às massas da 2ª Internacional.

Lenine tentou limitar, pelo menos, a participação na futura conferência, procurando fixar apenas finalidades de informação. Zinoviev declarou-se contra ele. A proposta de Lenine não foi aceita. Foi por isso que ele votou contra o conjunto da resolução. Ninguém o apoiou. Foi a última ressaca de estado de espírito predominante em “março”; todos aferravam-se às posições da véspera, todos temiam ficar “isolados”. A Conferência, entretanto, não se realizou em virtude mesmo daqueles conflitos íntimos de Zimmerwald, que tinham levado Lenine a com ele romper. A política de boicotagem, recusada por unanimidade menos um voto, transforma-se assim em fato.

O caráter súbito da conversão que se deu na política do Partido era evidente. Schmidt, operário bolchevique, futuro comissário do povo para o Trabalho, dizia na Conferência de abril: “Lenine deu direção nova ao caráter da atividade do Partido.” Segundo a expressão de Raskolnikov – que em verdade só escreveu alguns anos mais tarde – Lenine, em abril de 1917, “realizou a Revolução de Outubro na consciência dos dirigentes do Partido... A tática de nosso partido não se esboça por meio de uma simples linha reta; depois da chegada de Lenine ela aparece com um brusco zigzague para a

esquerda”. Mais diretamente e também mais exatamente, a mudança sobre-vinda foi apreciada por uma antiga bolchevique, Ludmila Stahl: “Todos os camaradas, até a chegada de Lenine, vagueavam nas trevas”, dizia ela, a 14 de abril, na Conferencia de Petersburgo. “Não tínhamos senão as fórmulas de 1905, víamos o povo improvisar espontaneamente, mas não lhe podíamos ensinar... Nossos camaradas viram-se forçados a limitar-se à preparação da Assembleia Constituinte, pelo processo parlamentar, e não viam por antecipação como andar para frente. Ao adotarmos as palavras de ordem de Lenine, nada mais faremos do que aquilo que a própria vida nos sugere. Não se deve reecer a Comuna porque ela nada mais é do que um governo operário. A Comuna de Paris era não só operária como também pequeno-burguesa.” Pode-se concordar com Sukhanov, a reorganização do Partido “foi a principal e essencial vitória de Lenine, ultimada em princípios de maio”. Para dizer a verdade, Sukhanov achava que Lenine substituíra, no decorrer daquela operação, a armação do marxismo pela arma do anarquismo.

Resta saber, e a questão não é de pouca monta, se bem que seja mais fácil formulá-la do que responder a ela: Como se teria desenrolado a evolução revolucionária se Lenine não tivesse podido chegar à Rússia em abril de 1917? Se nossa exposição mostra e demonstra, em geral, alguma coisa, esperamos que seja não ter sido Lenine o demiurgo do *processus* revolucionário; mas que ele apenas se inseriu na cadeia das forças históricas objetivas. Nesta cadeia, porém, ele foi um elo importante. A ditadura do proletariado decorria da situação em seu conjunto. Mas ainda faltava erigi-la. Não era possível instaurá-la sem um partido. Ora, o Partido não podia desempenhar sua missão senão depois de tê-la compreendido. Para tanto, justamente, Lenine era indispensável. Até o momento de sua chegada, nenhum dos líderes bolcheviques fora capaz de firmar o diagnóstico da Revolução. A direção Kamenev-Stalin era repelida, pela marcha dos acontecimentos, para a direita, em direção aos social-patriotas: entre Lenine e o menchevismo, a Revolução não dava lugar a posições intermediárias. Uma luta interna no Partido Bolchevique era absolutamente inevitável. A chegada de Lenine apenas acelerou o *processus*. Sua influência pessoal abreviou a crise. Poder-se-á, entretanto, afirmar, com segurança, que o Partido, mesmo sem ele teria achado o caminho? Não ousaríamos afirmar isso em hipótese alguma. O tempo é, aqui, o fator decisivo, e além do mais, é difícil consultar o relógio da

História. Como quer que seja, o materialismo dialético nada tem em comum com o fatalismo. A crise, que a direção oportunista deveria inevitavelmente provocar, teria tomado, sem Lenine, um caráter excepcionalmente agudo e prolongado. Ora, as condições da guerra e da Revolução não davam longo prazo ao Partido, para o desempenho de sua missão. Por conseguinte, não é absolutamente inadmissível pensar que o Partido, desorientado e cindido, teria podido deixar escapar a situação revolucionária durante muitos anos. O papel da individualidade manifesta-se-nos aqui em proporções verdadeiramente gigantescas. É preciso somente dar a esse papel um valor exato, em considerando a individualidade como um elo da cadeia histórica.

A chegada “súbita” de Lenine, de regresso do estrangeiro após longa ausência, os clamores exagerados levantados pela imprensa em torno do seu nome, o conflito de Lenine com todos os dirigentes de seu próprio partido e sua rápida vitória sobre os mesmos – em uma palavra, o invólucro exterior dos acontecimentos contribuía bastante, neste caso, para uma avaliação mecânica opondo o indivíduo, o herói, o gênio às condições objetivas, a massa, ao Partido. Em realidade essa antítese apresenta apenas só um lado dos acontecimentos. Lenine era não um elemento fortuito da evolução histórica, porém um produto de todo o passado da história russa. A ela estava preso por profundas raízes. Ao lado de operários avançados participara de todas as lutas durante todo o quarto de século precedente. A “obra do acaso” não foi o fato de ter ele participado dos acontecimentos, porém, ao contrário, o fio de palha com que Lloyd George tentou barrar-lhe o caminho. Lenine não se opunha, de fora, ao partido, mas era, ao contrário, expressão máxima dele. Educando o partido educava-se a si próprio. Seu desacordo com a camada dirigente dos bolcheviques significava a luta do Partido entre o ontem e o amanhã. Se Lenine não tivesse permanecido, aparentemente, distanciado do partido, por motivo da emigração e da guerra, o mecanismo externo de crise não teria sido tão dramático e não teria encoberto a tal ponto a continuidade interna do desenvolvimento do Partido. Da importância excepcional que teve a chegada de Lenine, deduz-se apenas que os líderes não se criam por acaso, que a seleção e a educação deles exigem dezenas de anos, que não se pode suplantá-los arbitrariamente; que, excluindo-os automaticamente da luta, causamos ao Partido uma ferida profunda e que, em certos casos, podemos até paralisá-lo por longo tempo.

.....

Capítulo XVII

AS JORNADAS DE ABRIL

*E*M 23 DE MARÇO, os Estados Unidos entravam na guerra. Nesse mesmo dia Petrogrado celebrava as exéquias das vítimas da Revolução de Fevereiro. A manifestação de pesar, apesar de tudo, animada de solene alegria, foi o prolongado acorde final da sinfonia dos cinco dias. Todos compareceram aos funerais: os que combateram lado a lado com os mortos, os que pregaram moderação, talvez mesmo os que mataram as vítimas, e, ainda mais numerosos, os que permaneceram ao largo da luta. Ao lado dos operários, dos soldados, do pequeno povo da cidade, encontravam-se estudantes, ministros, embaixadores, burgueses remediados, jornalistas, oradores e líderes de todos os partidos. Os esquifes vermelhos carregados nos braços pelos operários e pelos soldados chegaram em fila ao Campo de Marte, vindos de todos os bairros. Tão logo os esquifes iniciaram a descida final, a fortaleza de Pedro e Paulo, empolgando as imensas massas populares, estrondou a primeira saudação de adeus. Os canhões estrondavam de um modo novo: nossos canhões, nossas saudações. O bairro de Vyborg compareceu com 51 esquifes vermelhos. Era tão somente uma parte do número de vítimas, das quais ele tanto se orgulhava. Em seu cortejo fúne-

bre, de todos o mais compacto, distinguiam-se numerosas bandeiras bolcheviques. Elas, porém tremulavam pacificamente ao lado de muitas outras.

No Campo de Marte permaneceram apenas os membros do governo, do Soviete e da Duma de Império – esta já cadáver, mas que teimava em fugir ao seu próprio funeral. Perante os túmulos desfilaram, com bandeiras e bandas de música, pelo menos 800 mil pessoas. E ainda que, segundo os cálculos prévios das mais importantes autoridades militares, tal massa humana não pudesse desfilar no prazo previsto sem causar uma grande confusão e tumultos desastrosos – a manifestação decorreu em perfeita ordem, característica das manifestações revolucionárias em que predomina a satisfação da consciência por ter realizado, pela primeira vez, grandes feitos, unida à esperança de, no futuro, tudo tornar-se favorável.

Foi tão somente este estado de espírito que manteve a ordem, porquanto a organização ainda era fraca, inexperiente, pouco segura de si mesma. Em realidade tais funerais eram suficientes, parecia, para refutar a lenda de uma Revolução incruenta. Em verdade, o clima reinante durante as exéquias reproduzia, em parte, a atmosfera dos primeiros dias que deu origem a essa lenda.

Vinte e cinco dias mais tarde – neste lapso de tempo os soviets adquiriram muita experiência e confiança em si mesmos – festejou-se o dia 1º de maio, segundo o calendário ocidental (18 de abril segundo o velho hábito). Em todas as cidades do país realizaram-se *meetings* e manifestações. Não somente as empresas industriais, mas também as instituições estatais, as instituições urbanas e rurais fizeram feriado. Em Moghilev, onde se achava o quartel-general, desfilaram, à frente dos manifestantes, os cavaleiros de São Jorge. A coluna do estado-maior, na qual formavam os generais tzaristas não destituídos, participava da manifestação com cartazes alusivos ao dia 1º de Maio. A festa do antimilitarismo proletário confundia-se com a manifestação de patriotismo disfarçado com a cor revolucionária. As diversas camadas da população emprestavam à solenidade sua própria tonalidade espiritual, mas tudo se confundia numa espécie de conjunto extremamente inconsistente, particularmente falso, porém majestoso. Nas duas capitais e nos centros industriais, os operários predominaram naquela festa e entre a massa já se distinguiu, nitidamente, pelas bandeiras, cartazes, discursos, aclamações, as sólidas formações do bolchevismo. Na imensa

fachada do Palácio Marinsky, refúgio do Governo Provisório, estava desfraldada uma insolente bandeira vermelha com a seguinte inscrição: “Viva a Terceira Internacional!” As autoridades ainda não libertas da timidez administrativa não ousavam retirar aquela bandeira desagradável e alarmante. Parecia que todo mundo comparecera à festa. Os soldados do *front* participaram dela como puderam. Recebiam-se notícias de reuniões, de discursos, de bandeiras tremulantes e de cantos revolucionários, acontecidos nas trincheiras. A festa operária repercutiu também do lado da fronteira alemã.

A guerra não seguia ainda para o seu término, ao contrário, ampliava sua esfera de ação. Recentemente, mesmo no dia dos funerais das vítimas da Revolução, um contingente inteiro entrara na guerra para dar-lhe novo impulso. Entretanto, em todas as regiões da Rússia, os prisioneiros de guerra, juntamente com os soldados, participaram dos cortejos, sob bandeiras comuns e muitas vezes cantando os mesmos hinos em diferentes idiomas. Nesta grandiosa solenidade, semelhante ao transbordamento de águas primaveris que encobriam os limites das classes, dos partidos e das ideias, a manifestação em uníssono dos soldados russos e dos prisioneiros austríacos e alemães era um acontecimento estrondoso, rico em esperanças e que permitia acreditar que a revolução, apesar de tudo, trazia em si própria um certo mundo melhor.

Assim como os funerais de março, a festa do 1º de Maio decorreu em absoluta ordem, sem choques nem vítimas, tal como solenidade “nacional”. Entretanto, um ouvido atilado já poderia, sem dificuldade, surpreender, entre as fileiras de soldados e de operários, certos sinais de impaciência e mesmo de ameaça. A vida tornava-se cada dia mais difícil. Em realidade: os preços subiam de modo alarmante, os operários reivindicavam salários mínimos, os patrões resistiam e o número de conflitos nas usinas crescia incessantemente. Os abastecimentos tornavam-se cada vez mais defeituosos, a ração de pão foi reduzida, tornando-se mesmo necessários cartões de racionamento para conseguir farinha.

O descontentamento crescia também na guarnição. O estado-maior da região militar, preparando a repressão contra os soldados, afastava de Petrogrado as tropas mais revolucionárias. Na assembleia geral da guarnição, a 17 de abril, os soldados, ao adivinhar desígnios hostis, levantaram a questão de se pôr um fim às remessas de tropas; aquela reclamação,

daí por diante, se levantaria de maneira cada vez mais resoluto, a cada nova crise da Revolução. A raiz de todos os males, porém, é a guerra, cujo fim ainda não se antevê. Quando a Revolução trará a paz? Em que pensam Kerensky e Tseretelli? As massas prestavam progressivamente mais atenção aos bolcheviques, espionando-os em expectativa, ora com certa hostilidade, ora com mais confiança. Sob a disciplina da solenidade, disfarçava-se a tensão dos estados de espírito, e se processava a fermentação no seio das massas.

Ninguém, entretanto, nem mesmo os autores da inscrição afixada no Palácio Marinsky, supunha que, nos dois ou três dias que se iriam seguir, se dilacerasse impiedosamente o invólucro da unidade nacional da Revolução. Acontecimentos terríveis, previstos por muitos como inevitáveis, mas que ninguém esperava tão rápidos, surgiram subitamente. A impulsão foi-lhes dada pela política exterior do Governo Provisório, isto é, pelo problema da guerra. Foi Miliukov, e não outro quem aproximou o fósforo do rastilho.

Eis aqui a história do fósforo e do rastilho: no dia em que a América entrou na guerra, o ministro do Exterior do Governo Provisório, reconfortado, expôs o seu programa aos jornalistas: anexação de Constantinopla, anexação da Armênia, desmembramento da Áustria e da Turquia, anexação da Pérsia setentrional e, além disso, e bem entendido, o direito de autodeterminação das nações. “Em todos os seus atos públicos”, é assim que o historiador Miliukov explica Miliukov ministro, “ele sublinhava resolutamente os fins pacifistas da guerra libertadora, pondo-os sempre, entretanto, em estreita relação com os problemas e os interesses nacionais da Rússia.” A entrevista alarmou os conciliadores. “Quando a política exterior do Governo Provisório renunciaria abertamente a tanta hipocrisia?”, exclamava, indignado, o jornal dos mencheviques. “Por que razão o Governo Provisório não exige dos governos aliados uma renúncia aberta e decisiva, a qualquer anexação?” Aquela gente via somente hipocrisia na linguagem franca do rapace! No disfarce pacifista dos apetites, eles, de boa vontade, veriam a eliminação da mentira. Alarmado pela superexcitação dos democratas, Kerensky apressou-se a declarar, por intermédio do serviço de imprensa: o programa de Miliukov representa apenas sua opinião pessoal. Que o autor da opinião pessoal fosse ministro do Exterior, era evidentemente considerado como puro acaso.

Tseretelli, que possuía o talento de reduzir qualquer questão a um lugar-comum, pôs-se a insistir sobre a necessidade de uma declaração governamental de que a guerra, para a Rússia, seria exclusivamente defensiva. A resistência de Miliukov, e parcialmente a de Guchkov, foi quebrada e, a 27 de março, o governo deu à luz uma declaração afirmando que “a finalidade da Rússia livre não era, absolutamente, dominar os outros povos, nem tomar-lhes o patrimônio nacional, e muito menos apossar-se, pela violência, dos territórios alheios”, mas “de respeitar, integralmente, os compromissos assumidos com os seus aliados”. Era assim que os reis e os profetas do duplo poder proclamavam as suas intenções de entrar no reino dos céus, lado a lado com os parricidas e desavergonhados. Esses senhores, além de tudo mais, não tinham senso de ridículo. A declaração do dia 27 de março foi favoravelmente acolhida, não somente pela imprensa conciliadora, mas também pelo *Pravda* de Kamenev-Stalin, que, quatro dias antes de Lenine chegar a Petrogrado, escrevia em editorial: “Clara e concretamente, o Governo Provisório declarou perante todo o povo que a finalidade da Rússia livre não é dominar os outros povos”, etc. A imprensa inglesa, imediatamente e com grande satisfação, interpretou a renúncia da Rússia às anexações como renúncia a Constantinopla, sem, bem entendido, dispor-se ela também a adotar a mesma fórmula de abstinência. O embaixador da Rússia em Londres deu o alarme e exigiu de Petrogrado explicações no sentido de que o princípio “da paz sem anexações seria adotado pela Rússia, não incondicionalmente, mas na medida em que não estivesse em contradição com nossos interesses vitais”. Era, portanto, a fórmula de Miliukov: prometer não pilhar aquilo de que não necessitássemos. Paris, ao contrário de Londres, não apenas sustentava Miliukov, mas o estimulava mesmo, sugerindo-lhe, por intermédio de Paléologue, a necessidade de uma política mais desassombrada perante o Soviete.

Exasperado pelas protelações lamentáveis de Petrogrado, Ribot, *Premier* francês, perguntou a Londres e a Roma “se não julgavam necessário convidar o Governo Provisório a acabar com os equívocos”. Londres respondeu que era mais razoável “deixar os socialistas franceses e ingleses enviados à Rússia agirem diretamente sobre seus companheiros de ideias”.

O envio de socialistas aliados à Rússia fora feito por iniciativa do quartel-general russo, isto é, dos antigos generais do tzar. “Contamos com

ele”, escrevia Ribot a respeito de Albert Thomas, “para dar certa firmeza às decisões do Governo Provisório.” Queixava-se, entretanto Miliukov do excessivo contato que Thomas mantinha com os líderes do Soviete. Ribot respondia que Thomas “esforçava-se lealmente” por sustentar o ponto de vista de Miliukov, mas que ele prometera, não obstante, exortar seu embaixador a um auxílio ainda mais ativo.

A declaração de 27 de março, absolutamente vazia de sentido, mesmo assim inquietava os Aliados, que nela percebiam uma concessão ao Soviete. De Londres ameaçava-se a perder a confiança “no poder combativo da Rússia”. Paléologue queixava-se “da timidez e da ambiguidade” da declaração. Era exatamente do que necessitava Miliukov. Na esperança de ser auxiliado pelos Aliados, lançou-se em um jogo alto, muito superior aos seus recursos. Sua ideia fundamental era conseguir que a guerra se voltasse contra a Revolução e seu objetivo mais próximo, nessa manobra, era desmoralizar a democracia. Mas, justamente em abril, os conciliadores começaram a manifestar seu nervosismo e tergiversações dia a dia maiores nas questões da política externa, pois a base exercia sobre eles uma pressão cada vez mais forte. O governo necessitava de um empréstimo. Ora, as massas, apesar de todas as intenções de defesa nacional, estavam dispostas apenas a apoiar um empréstimo de paz e não um empréstimo de guerra. Era, portanto necessário fazer com que elas pudessem entrever, pelo menos, a aparência de uma perspectiva de paz.

Desenvolvendo a política salvadora do lugar-comum, Tseretelli propôs que se exigisse do Governo Provisório a remessa, aos Aliados, de uma nota análoga à declaração da política interior do dia 27 de março. Em troca, o Comitê Executivo comprometia-se a obter do Soviete um voto a favor do “Empréstimo da Liberdade”. Miliukov concordou com a permuta: o empréstimo em troca da nota, porém decidiu obter duplo proveito com o negócio. Sob a aparência de interpretar a “Declaração” a nota desaprovava-a. Ela exigia que a fraseologia pacífica do novo poder não desse “o menor pretexto para que se pensasse que a revolução realizada houvesse provocado um enfraquecimento do papel da Rússia na luta comum dos Aliados. Bem ao contrário, a determinação de todo o povo a levar a guerra mundial até à vitória definitiva não fez senão se fortalecer...”.

A nota, mais adiante, expressava a certeza de que os vencedores “encontrariam um meio de conseguir as *garantias* e as *sanções* indispensáveis para impedir, no futuro, novos conflitos sangrentos”. Introduzidas na nota, devido às exigências de Thomas, as palavras “garantias” e “sanções”, na linguagem fraudulenta da diplomacia, particularmente da diplomacia francesa, não significavam outra coisa senão anexações e indenizações. No dia da festa do 1º de Maio, Miliukov transmitiu, pelo telégrafo, a nota ditada pelos diplomatas aliados aos governos da Entente e foi somente depois disso ela foi enviada ao Comitê Executivo e, simultaneamente, aos jornais. O governo prescindiu da Comissão de Contato e os líderes do Comitê Executivo viram-se reduzidos à condição de simples cidadãos.

Se os conciliadores não encontraram na nota cousa alguma que anteriormente não tivessem ouvido do próprio Miliukov, pelo menos não puderam deixar de ver nela um ato de hostilidade premeditada. A nota deixava-os desarmados perante as massas e exigia que optassem claramente entre o bolchevismo e o imperialismo. Não seria exatamente essa a intenção de Miliukov? Tudo leva a crer que não era apenas esse o seu desígnio: suas intenções iam mais longe. Desde o mês de março que Miliukov fazia todos os esforços para ressuscitar o projeto abortado de uma intervenção nos Dardanelos, mediante o desembarque de forças russas, e mantinha conferências frequentes com o general Alexeiev a fim de persuadi-lo a realizar energicamente uma operação que deveria, a seu ver, colocar a democracia, hostil às anexações, diante de um fato consumado. A nota de Miliukov, datada de 18 de abril, implicava um desembarque paralelo nas margens pouco defendidas da democracia. Duas ações – uma política, outra militar – completavam-se entre si e, em caso de êxito, justificavam-se mutuamente. Os vencedores, em geral, não incorrem em julgamento. Não estava, porém reservado a Miliukov sair vencedor. Para um desembarque seria necessário um Exército de 200 a 300 mil homens. Ora, o empreendimento malogrou devido a uma bagatela: os soldados recusaram-se a marchar. Eles estão dispostos a defender a Revolução, porém não a tomar a ofensiva. O atentado de Miliukov contra os Dardanelos fracassou. E todas as suas iniciativas ulteriores estavam destinadas a malograr antecipadamente. Entretanto devemos convir que elas não foram mal calculadas, mas na condição de serem bem sucedidas.

A 17 de abril teve lugar em Petrogrado – visão macabra! – a manifestação patriótica dos inválidos: imensa multidão de feridos, saídos dos hospitais da capital, com pernas e braços amputados, envoltos em curativos, encaminhou-se para o Palácio de Táuride. Os que não podiam andar eram transportados em caminhões. Nas bandeiras lia-se: “A guerra até o fim.” Era a manifestação desesperada de destroços humanos da guerra imperialista que não queriam que a Revolução reconhecesse como absurdos os seus sacrifícios. Atrás, porém, dos manifestantes estava o Partido Cadete, ou, mais exatamente, Miliukov, que se preparava para desfechar, no dia, imediato, um grande golpe.

Na sessão extraordinária da noite do dia 19, o Comitê Executivo discutiu a nota enviada no dia anterior aos governos aliados. “Após uma primeira leitura”, narra Stankevich, “todos, unanimemente e sem contestações, reconheceram que não era absolutamente aquilo o que o Comitê esperara.” Aquela nota, porém, comprometia o governo inteiro, inclusive Kerensky. Era, portanto necessário, antes de mais nada, salvar o governo. Tseretelli pôs-se a “decifrar” a nota não cifrada e a descobrir, nela, qualidades cada vez em maior número. Skobelev, com um ar penetrante, procurou demonstrar que não se pode exigir sempre “absoluta coincidência” de intenções entre democracia e governo. Esses grandes sábios exauriram-se até a aurora, porém não encontraram qualquer solução. Pela madrugada separaram-se, tendo ficado deliberado que se reuniriam novamente dentro de poucas horas. Confiavam, evidentemente, no poder que teria o tempo de curar todas as feridas.

Pela manhã a nota foi divulgada em todos os jornais. A *Rech* comentou-a em sentido provocador bastante premeditado. A imprensa socialista pronunciava-se com extrema superexcitação. A *Rabochaia Gazeta* (*Jornal Operário*), menchevista, que não tivera tempo de dissipar a indignação da noite, após as intervenções de Tseterelli e Skobelev, dizia que o Governo Provisório publicara “um documento que era um escárnio às intenções da democracia” e exigia do Soviete medidas decisivas “para evitar as terríveis consequências daquele ato”. Tais frases deixavam transparecer de modo bastante claro a pressão crescente dos bolcheviques.

O Comitê Executivo reabriu a sessão, porém apenas para mais uma vez convencer-se de sua incapacidade de chegar a qualquer decisão. Ficou decidido convocar uma sessão extraordinária do Soviete “para infor-

mações” – em realidade para sondar o grau de descontentamento da base e para ganhar tempo, a fim de procurar solucionar a perplexidade em que se encontravam. Previamente, no intervalo, uma série de sessões de contato que deveriam liquidar a questão.

Mas à azáfama ritual do duplo poder veio, inopinadamente, misturar-se uma terceira força. As massas desceram à rua com armas na mão. Por entre as baionetas dos soldados destacavam-se as legendas dos cartazes: “Abaixo Miliukov!” Em outros cartazes aparecia também, em destaque, o nome de Guchkov. E nessas colunas desesperadas seria difícil reconhecer os manifestantes do 1º de Maio.

Os historiadores qualificam esse movimento como o de “forças espontâneas”, no sentido convencional de que nenhum partido assumiu a iniciativa da manifestação. O apelo para que se descresse à rua partiu de um certo Linde, que, desta forma, inscreveu seu nome na história da Revolução. “Sábio, matemático, filósofo”, Linde mantinha-se fora dos partidos, era de coração, um adepto da revolução e desejava ardentemente que ela realizasse o que prometera. A nota de Miliukov e os comentários da *Rech* indignaram-no. “Sem pedir conselho a pessoa alguma...”, conta seu biógrafo, “começou imediatamente a agir... dirigiu-se ao regimento da Finlândia, convocou o Comitê e propôs que o regimento marchasse imediatamente contra o Palácio Marinsky... A proposta de Linde foi adotada e, às três horas, avançou pelas ruas de Petrogrado uma imponente manifestação de soldados do Regimento Finlandês com cartazes provocantes.” Seguindo o Regimento da Finlândia marcharam os soldados do 180º da reserva, os Regimentos Moscovita, Pavlovsky, Keksgolmsky, os marinheiros da segunda divisão das tripulações da frota báltica, num total de 25 a 30 mil homens, todos armados. A agitação iniciou-se nos bairros operários, o trabalho paralisou-se e, organizados em grupos de usinas, os trabalhadores desceram à rua acompanhando os regimentos.

“A maioria dos soldados ignorava para que tinham vindo”, assevera Miliukov, como se tivesse tido tempo de interrogá-los. “Além das tropas, participavam da manifestação operários adolescentes que declaravam alto e bom som (!) que tinham recebido de 10 a 15 rublos para aquilo.” A origem do dinheiro era clara: “A tarefa de eliminar os dois ministros [Miliukov e Guchkov] fora diretamente determinada pela Alemanha.” Mi-

liukov deu essa profunda explicação, não no aceso da luta de abril, porém três anos após os acontecimentos de outubro, que demonstraram, convincentemente, não precisar ninguém de pagar diariamente, e a preço tão alto, o ódio que as massas populares tinham de Miliukov.

A inesperada violência da manifestação de abril explica-se pela imediata reação das massas perante a impostura dos de cima. “Enquanto o governo não conseguir a paz é necessário que nos defendamos.” Isto se dizia sem entusiasmo por simples persuasão. Supunha-se que em cima faziam tudo para conseguir a paz. É bem verdade que, do lado dos bolcheviques, afirmava-se que o governo desejava a continuação da guerra, para fins de pilhagem. Seria, porém, possível? E Kerensky? “Nós conhecemos os líderes dos soviets desde fevereiro, foram os primeiros a nos procurar nas casernas, eles são pela paz. Além disso, Lenine chegou de Berlim e Tsere-telli estava na prisão. É necessário ter paciência...”. Concomitantemente, as usinas e os mais adiantados dentre os regimentos afirmavam, sempre mais resolutamente, as palavras de ordem bolcheviques favoráveis à política de paz: publicação de tratados secretos e rotura com os planos de conquista da Entente, proposta clara de paz imediata a todos os países beligerantes.

Foi neste clima complexo e indeciso que surgiu a nota de 18 de abril. Como? Que é isso? Lá em cima não são pela paz? Continuarão a insistir nos mesmos fins que a guerra anteriormente perseguia? Então foi em vão que esperamos e tivemos paciência? Abaixo! Mas, abaixo quem? Será possível que os bolcheviques tenham razão? Não, não é possível. Sim, mas, e a nota? Existe alguém, apesar de tudo, que venda a nossa pele aos aliados do tzar? Um simples confronto entre a imprensa cadete e a dos conciliadores demonstrava que Miliukov, após haver traído a confiança geral, dispunha-se a orientar uma política de conquista, de acordo com Lloyd George e Ribot. E, entretanto Kerensky tinha declarado que a ideia de agredir Constantinopla era “uma opinião pessoal” de Miliukov. E foi assim que explodiu o movimento.

Mas não foi um movimento homogêneo. Diversos elementos dos meios revolucionários exaltados superestimaram a amplitude e o amadurecimento político do movimento e, sobretudo por ter sido ele desencadeado enérgica e subitamente. Os bolcheviques, na tropa e nas usinas, desenvolveram enérgica atividade. A reivindicação “Fora Miliukov”, que era uma es-

pécie de programa mínimo do movimento, foi acrescida de cartazes com apelos contra o Governo Provisório em seu conjunto e com a particularidade de os elementos heterogêneos interpretarem aquilo de diferentes maneiras: uns como se fosse palavra de ordem de propaganda, outros como tarefa para aquele dia mesmo. Jogada na rua, pelos soldados e marinheiros em armas, a palavra de ordem “Abaixo o Governo Provisório” permitiu fatalmente que se insinuasse na manifestação um ar de insurreição. Consideráveis grupos de operários e de soldados estavam bastante dispostos a derrubar imediatamente o Governo Provisório. Foi deles que partiram as tentativas de penetrar no Palácio Mariinsky, de ocupar todas as suas saídas, de prender os ministros. Para salvar a estes foi enviado Skobelev que pôde realizar a sua missão com grande sucesso, pois o Palácio Mariinsky estava vazio.

Estando Guchkov doente, o governo reuniu-se em seu apartamento particular. Não foi, porém, tal circunstância fortuita que livrou os ministros de uma prisão que, em verdade, não os ameaçava seriamente. Um Exército de 25 a 30 mil homens que desceu à rua para combater os que prolongavam a guerra bastava para derrubar um governo mais firme do que aquele a cuja frente se encontrava o príncipe Lvov. Porém não era este o fim a que se propunham os manifestantes. Eles queriam, no fundo, mostrar apenas, debaixo das janelas, um punho ameaçador, a fim de que os senhores que se encontravam em cima não continuassem mostrando os dentes com os olhos fitos em Constantinopla e comesçassem a se ocupar, como verdadeiramente o deviam, com a questão da paz. Desse modo os soldados esperavam ajudar Kerensky e Tseretelli contra Miliukov.

À sessão governamental apresentou-se o general Kornilov, que prestou informações sobre as manifestações armadas que se desenrolavam e declarou que, na qualidade de comandante das tropas da região militar de Petrogrado, dispunha de forças suficientes para esmagar a sedição com mão armada: para marchar aguardava apenas a ordem. Presente, por acaso, à reunião do governo, Kolchak declarou mais tarde, no decurso do processo que precedeu sua execução, que o príncipe Lvov e Kerensky se haviam pronunciado contrários a qualquer tentativa de repressão militar relativamente aos manifestantes. Miliukov não se expressou claramente, porém resumiu a situação ao declarar que os senhores ministros podiam, estava claro, raciocinar tanto quanto desejassem, mas que isto não os impediria

de serem metidos no cárcere. Não restava a menor dúvida, Kornilov agia de conivência com o centro cadete.

Os líderes conciliadores conseguiram facilmente persuadir os soldados manifestantes a abandonarem a praça do Palácio Marinsky e até mesmo a voltarem às casernas. Entretanto, a agitação que se levantara na cidade não descia de nível. As multidões se congregavam, os *meetings* continuavam, discutia-se em todas as esquinas, e nos bondes os passageiros se dividiam entre partidários e adversários de Miliukov. Na Perspectiva Nevsky e nas ruas circunvizinhas, oradores burgueses exaltavam o povo contra Lenine, declarando que ele fora enviado pela Alemanha para derrubar o grande patriota Miliukov. Nos subúrbios, nos bairros operários, os bolcheviques esforçavam-se em propagar a indignação suscitada pela nota e seu autor e em torná-la extensiva a todo o governo. Às 19 horas reuniu-se o *plenum* do Soviete. Os líderes não sabiam o que dizer a um auditório que fremia de paixão concentrada. Cheidze, grandiloquente, anunciou que, após a reunião, se daria uma entrevista com o Governo Provisório. Chernov intimidava com o espantinho de uma guerra civil iminente. Fedorov, operário metalúrgico, membro do Comitê Central dos bolcheviques, replicou que a guerra civil já existia e que só restava ao Soviete apoiar-se nela e tomar o poder nas mãos. “E essas palavras, inauditas e terríveis”, escreve Sukhanov, “caíram em cheio na mentalidade geral e obtiveram então um eco tal como os bolcheviques jamais tinham conhecido nem antes nem por muito tempo depois, no Soviete.”

A nota predominante da reunião foi, entretanto, e com surpresa geral, discurso de um confidente de Kerensky, o socialista liberal Stankevich: “Para que, camaradas, nos iríamos manifestar?”, perguntava ele. “Contra quem haveríamos de empregar a força? Pois, no final das contas, a verdadeira força sois vós e as massas que se encontram atrás de vós... Olhai, faltam cinco para as 7 horas. [Stankevich estende o braço na direção do relógio e toda a sala se volta para o mesmo lado.] Decidi que o Governo Provisório não mais existe, que ele apresente a sua demissão. Ligaremos o telefone e dentro de cinco minutos ele abandonará seus poderes. Para que então violências, manifestações, guerra civil?” Na sala ecoa uma tempestade de aplausos e de exclamações entusiásticas. O orador quis atemorizar o Soviete chegando à mais extrema dedução da nova situação, mas assustou-se com o efeito obtido pelo seu discurso. A verdade que lhe escapara quan-

to ao poder do Soviete colocou a Assembleia acima das lastimáveis manobras dos dirigentes, cuja principal preocupação era impedir que o Soviete tomasse qualquer resolução. “Quem substituirá o governo?”, replicava aos aplausos um dos oradores. “Nós? Nossas mãos tremem...” Era uma incomparável característica dos conciliadores, enfáticos líderes de mãos trêmulas.

O ministro-presidente, Lvov, completando pelo seu lado as palavras de Stankevich, fez no dia seguinte esta declaração: “Até o momento presente o Governo Provisório, invariavelmente, encontrava um apoio no órgão dirigente do Soviete. Nesses últimos quinze dias... o governo tornou-se suspeito. Nessas condições... é preferível que o Governo Provisório vá embora.” Vemos ainda aqui qual era a verdadeira constituição da Rússia de fevereiro!

No Palácio Mariinsky realizou-se uma reunião do Comitê Executivo com o Governo Provisório. O príncipe Lvov, em um discurso de introdução, queixou-se da campanha empreendida pelos círculos socialistas contra o governo e, num tom entre vexado e ameaçador, falou em demissão. Os ministros, cada um por sua vez, descreveram as dificuldades para cuja acumulação tinham fortemente contribuído. Miliukov, dando as costas a todos esses discursos de contato, falou do alto da tribuna diante das manifestações dos cadetes. “Ao ver os cartazes onde se lia: Abaixo Miliukov... não temia por Miliukov. Eu temia pela Rússia!” E é assim que o historiador Miliukov reproduz as modestas palavras que o ministro Miliukov pronunciara perante a multidão reunida na praça. Tseretelli exigia do governo uma nova nota. Chernov encontrou uma saída genial, ao propor a Miliukov que se transferisse para o Ministério da Instrução Pública: Constantinopla, como tema de estudos de geografia, era, em todo caso, menos perigosa do que como tema diplomático. Miliukov, entretanto, recusou sumariamente voltar à carreira de professor, assim como escrever uma nova nota. Os líderes do Soviete não se fizeram rogar durante muito tempo e consentiram em aceitar uma “explicação” a respeito da antiga nota. Faltava apenas encontrar algumas frases onde o falso fosse suficientemente dissimulado à moda democrática – e se poderia considerar a situação salva, e com ela, também, a pasta de Miliukov!

Porém o Terceiro Estado, inquieto, não desejava apaziguar-se. O dia 21 de abril trouxe nova onda de movimento, mais poderosa do que a da véspera. Nesse dia a manifestação foi provocada pelo comitê

bolchevique de Petrogrado. Apesar da contra-agitação dos mencheviques e dos socialistas revolucionários, enorme multidão de operários dirigiu-se para o centro, partindo do bairro de Vyborg inicialmente e, em seguida, de outros bairros. Ao encontro dos manifestantes o Comitê Executivo enviou pacificadores autorizados, chefiados por Cheidze. Os operários, entretanto, queriam firmemente dizer a sua palavra e eles tinham alguma coisa a dizer. Um jornalista liberal muito conhecido descreveu na *Rech* a manifestação dos operários, realizada na Perspectiva Nevsky: “À frente, uma centena de homens armados, atrás deles, filas compactas de homens e de mulheres sem armas, milhares de pessoas. Correntes vivas nos dois flancos. Cantos. Fiquei impressionado com a expressão das fisionomias. Aquelas milhares de pessoas tinham uma fisionomia única, estática, a fisionomia monástica dos primeiros séculos do Cristianismo, irreduzível, decididamente dispostas ao assassinato, à inquisição e à morte.” O jornalista liberal fixou a Revolução nos olhos e pressentiu imediatamente sua resolução concentrada. Quão pouco se parecem estes operários com os adolescentes que Miliukov dizia terem sido subornados por Ludendorff à razão de 15 rublos por dia!

Nesse dia, da mesma forma que no anterior, os manifestantes não pretendiam derrubar o governo, se bem que, é de supor, a maioria já devesse ter pensado seriamente nesse problema, uma parte deles estava disposta, já, então, a levar a manifestação bem mais longe do que os limites fixados pelo estado de espírito da maioria. Cheidze propôs aos manifestantes que voltassem para casa, para os bairros. Os dirigentes, porém, responderam, com severidade, que os operários sabiam muito bem o que deveriam fazer. Era um novo tom e Cheidze teria que a ele se acostumar no decorrer das próximas semanas.

Enquanto os conciliadores persuadiam e procuravam apagar a fogueira, os cadetes provocavam e sopravam o fogo. Apesar de não ter Kornilov, na véspera, conseguido autorização para empregar armas, não abandonava seu plano, e, precisamente naquela manhã, tomava todas as medidas para opor a cavalaria e a artilharia aos manifestantes. Contando firmemente com a intrepidez do general, os cadetes, através de manifesto especial, incitaram seus partidários a saírem à rua, esforçando-se claramente para levar a caso até um conflito decisivo. Não tendo conseguido seu

desembarque nas margens dos Dardanelos, Miliukov continuava a desenvolver, sua ofensiva tendo Kornilov como vanguarda e a Entente como reserva pesada. A nota, enviada à revelia do Soviete, e o editorial da *Rech* desempenhariam o papel do telegrama de Ems, enviado pelo chanceler liberal da Revolução de Fevereiro. “Todos os que estão ao lado da Rússia e da sua liberdade devem cerrar fileiras em torno do Governo Provisório e sustentá-lo” – assim falava o apelo do comitê central dos cadetes, convidando todos os bravos cidadãos a saírem à rua, a fim de lutar contra os partidários de uma paz imediata.

A Nevsky, principal artéria da burguesia, transformou-se em imenso *meeting* dos cadetes. Considerável manifestação, à frente da qual se encontravam os membros do comitê central dos cadetes, dirigiu-se para o Palácio Mariinsky. Por toda parte viam-se cartazes recentemente saídos dos *ateliers*: “Absoluta confiança no Governo Provisório!” “Viva Miliukov”. Os ministros estavam no sétimo céu: tinham reencontrado o seu “povo”, tanto mais visivelmente quanto os emissários do Soviete tentavam, sem resultado, dispersar os *meetings* revolucionários, empurrando as manifestações dos operários e dos soldados do centro para os subúrbios e procurando dissuadir as casernas e as usinas. Sob a bandeira da defesa do governo, realizava-se a primeira mobilização, franca e amplamente declarada, das forças contrarrevolucionárias. No centro da cidade surgiram caminhões repletos de oficiais, de *junkers*, de estudantes armados. Saíram também os cavaleiros de São Jorge. A juventude dourada organizou, na Perspectiva Nevsky, um tribunal público para incriminar, ali mesmo na rua, os leninistas e os “espiões alemães”. Houve rixas e vítimas. A primeira colisão sangrenta, segundo contam, começou com a tentativa de alguns oficiais de arrancarem das mãos de um operário uma bandeira que trazia inscrição contra o Governo Provisório. Agrediam-se com um furor sempre crescente. Começou um tiroteio que, depois de meio-dia, tornou-se contínuo. Ninguém sabia exatamente quem atirava e com que fim o faziam. Caíam já, no entanto, algumas vítimas da fuzilaria desordenada em parte ocasionada pela perfídia e em parte pelo pânico. A temperatura tornava-se incandescente.

Não, este dia não se assemelhava em cousa alguma à manifestação de união nacional. Dois mundos erguiam-se, um em face do outro. As colunas de patriotas, atraídas à rua pelo Partido Cadete para agirem con-

tra os operários e soldados, compunham-se exclusivamente de elementos burgueses da população, oficiais, funcionários, intelectuais. Duas caudais humanas, uma a favor de Constantinopla outra a favor da paz, desembocavam no centro provenientes de diferentes pontos da cidade, diferentes pela composição social, totalmente dessemelhantes pelo aspecto exterior, afirmando as próprias hostilidades seus cartazes, e que, ao se chocarem, recorriam aos muros, aos cacetes e até mesmo às armas de fogo.

Chegou aos ouvidos do Comitê Executivo a notícia inesperada de que Kornilov enviava canhões para a praça do palácio. Iniciativa independente do comandante do corpo de Exército? Não, o caráter e a carreira ulterior de Kornilov demonstram que o valente general sempre tinha quem o puxasse pela argola do focinho, função desempenhada, desta vez, pelos líderes cadetes. Foi somente por contarem com a intervenção de Kornilov, e mesmo com o fito de torná-la indispensável, que eles atraíram as massas para a rua. Um dos jovens historiadores nota, com justeza, que a tentativa de Kornilov para reunir as escolas militares na praça do palácio, não coincidiu com qualquer necessidade, real ou imaginária, de defender o Palácio Mariinsky contra a multidão hostil, mas sim com o auge da manifestação dos cadetes.

O plano Miliukov-Kornilov malogrou, e de modo muito vergonhoso. Por mais ingênuos que fossem os líderes do Comitê Executivo, eles não poderiam deixar de compreender que as respectivas cabeças estavam em jogo. Desde as primeiras informações a respeito de encontros sangrentos na Nevsky, o Comitê Executivo expedia a todos os contingentes militares de Petrogrado e dos arredores uma ordem telegráfica: não enviar destacamentos para as ruas da Capital sem ordens expressas do Soviete. Agora que as intenções de Kornilov se desmascaravam, o Comitê Executivo, a despeito de todas aquelas declarações solenes, pôs as duas mãos sobre o leme, não somente ao exigir que o comandante de Exército retirasse imediatamente suas tropas, como também ao encarregar Skobelev e Filipovsky de providenciarem o aquartelamento dos soldados, por ordem do Soviete. “Salvo por apelo do Comitê Executivo, nestes dias de perturbação não deveis sair à rua armados. *O Comitê Executivo é o único que tem o direito de dispor de vós.*” Doravante, qualquer ordem de saída de tropas, com exceção do serviço ordinário, deve ser dada por meio de documento oficial do Soviete e assinado pelo menos por dois membros autorizados

para isto. Parecia que o Soviete interpretara de modo não equívoco os atos de Kornilov enquanto tentativa de contrarrevolução para provocar a guerra civil. Ao reduzir a zero, em virtude daquelas determinações, o comando do Exército, o Comitê Executivo nem mesmo pensou em destituir Kornilov em pessoa: pode-se lá atentar contra as prerrogativas do poder? “As mãos tremem.” O jovem regime estava envolto em ficções, tal como um enfermo, de travesseiros e compressas. Do ponto de vista das relações de forças, o mais edificante é que não somente a tropa, como também as escolas de oficiais, mesmo antes de haverem recebido as determinações de Cheidze, já se haviam recusado a marchar sem a sanção do Soviete. Imprevistos para os cadetes, os aborrecimentos que choviam sobre eles, uns sobre outros, eram as consequências inevitáveis de a burguesia russa, no período da revolução nacional, ter-se revelado como classe antinacional – o que podia ser, durante lapso muito curto, um tempo mascarado pela dualidade de poderes, porém jamais corrigido por ela.

A crise de abril prometia, aparentemente, terminar sem que se chegasse a uma conclusão. O Comitê Executivo conseguira manter as massas nos umbrais da dualidade de poder. Por sua parte, o governo agradecido explicou que por “garantias” e “sanções” era conveniente entender os tribunais internacionais a limitação de armamentos e outras coisas magníficas. O Comitê Executivo apressou-se em aferrar a essas concessões terminológicas e, por 34 votos contra 19, declarou o incidente encerrado. Para tranquilizar a base inquieta, a maioria votou ainda decisões deste gênero: intensificar o controle sobre a atividade do Governo Provisório, ato algum de importância política deveria ser promulgado sem aviso prévio ao Comitê Executivo, a composição do corpo diplomático deveria ser radicalmente modificada. A dualidade de poderes, que existia de fato, era traduzida na linguagem jurídica de uma constituição. Isto, porém, em tais circunstâncias nada modificava a natureza das coisas. A ala esquerda não pode nem ao menos obter da maioria conciliadora a demissão de Miliukov. Tudo deveria permanecer como dantes. Acima do Governo Provisório colocava-se o controle muito mais eficaz da Entente, controle esse que o Comitê Executivo nem sequer sonhava atacar.

Na noite do dia 21, o Soviete de Petrogrado deu o balanço da situação. Em seu relatório, Tseretelli mencionou o novo triunfo dos sábios

dirigentes, que punha fim às equívocas interpretações da nota do dia 27 de março. Kamenev, em nome dos bolcheviques, propunha a formação de um governo exclusivamente soviético. Kollontai, revolucionária popular que, durante a guerra, se passara dos mencheviques para os bolcheviques, propôs que se organizasse um plebiscito nos bairros de Petrogrado e seus arredores a fim de auscultar qual a preferência dada a tal ou qual governo provisório. Essas propostas passaram, porém, quase que despercebidas ao Soviete: a questão parecia solucionada. Por maioria quase esmagadora, contra 13 votos apenas, adotou-se a tranquilizadora resolução do Comitê Executivo. É bem verdade que a maioria dos deputados bolcheviques ainda permanecia nas usinas, nas ruas, nas manifestações. Fica porém provado que, na massa principal do Soviete, não se dera qualquer mudança de opinião no sentido dos bolcheviques.

O Soviete determinou que, durante dois dias, se abstivessem de qualquer manifestação na rua. A decisão foi tomada por unanimidade. Ninguém duvidava nem por sombra de que todos se submeteriam a essa resolução. E, com efeito: operários, soldados, a juventude burguesa, o bairro de Vyborg e a Perspectiva Nevsky, ninguém ousou desobedecer às ordens do Soviete. A pacificação foi obtida sem qualquer medida coercitiva. Bastava que o Soviete se sentisse senhor da situação para que se tornasse realmente.

Às redações dos jornais de esquerda chegavam, durante esse tempo, dezenas e dezenas de resoluções votadas nas usinas e nos regimentos, exigindo a imediata demissão de Miliukov e, muitas vezes mesmo, de todo o Governo Provisório. Petrogrado não foi a única a abalar-se. Em Moscou os operários abandonaram as máquinas, os soldados saíram dos quartéis e invadiram as ruas com protestos tempestuosos. Nos dias subsequentes, afluíram ao Comitê Executivo telegramas de dezenas de sovietes locais, contra a política de Miliukov e prometendo apoiar plenamente o Soviete. Os mesmos protestos chegavam do *front*. Tudo, porém, deveria permanecer como antes.

“A 21 de abril”, afirmava mais tarde Miliukov, “predominava nas ruas um estado de espírito favorável ao Governo Provisório.” Fala certamente das ruas que ele pôde observar do alto de sua sacada, quando a maioria dos operários e dos soldados já tinham voltado aos seus lares. Em realidade o governo fora posto a descoberto. Não contava com qualquer força séria. Isto, pudemos ouvir dos próprios lábios de Stankevich e do príncipe Lvov. Que

significavam, então, as afirmativas de Kornilov de que dispunha de forças suficientes para esmagar os sediciosos? Nada, a não ser a extrema leviandade do importante general. Sua leviandade atingirá o auge em agosto quando o conspirador Kornilov lançar contra Petrogrado tropas inexistentes. Kornilov tentava ainda julgar os contingentes militares pela composição do comando. O corpo de oficiais, em sua maioria, estava realmente com ele, isto é, estava pronto, a pretexto de defender o Governo Provisório, a quebrar a espinha dorsal do Soviete. Os soldados eram partidários do Soviete, apesar de sustentarem um ponto de vista bem mais à esquerda do que o dele, Soviete. Como, porém, o Soviete era partidário do Governo Provisório, acontecia que Kornilov podia, para defender esse governo, mobilizar soldados soviéticos, sob o comando de oficiais reacionários. Graças ao regime do duplo poder, todos brincavam de esconde-esconde. Entretanto, assim que os líderes do Soviete determinaram que as tropas não saíssem dos quartéis, Kornilov ficou pulando num pé só e, com ele, todo o Governo Provisório.

E o governo, todavia, não caiu. As massas que iniciaram o ataque não estavam em condições de levá-lo até o fim. Os líderes conciliadores podiam, em consequência, fazer retroceder o regime de fevereiro até seu ponto de partida. Esquecendo, ou desejando fazer com que os demais esquecessem, que o Comitê Executivo fora obrigado a não se intrometer no Exército, abertamente e contra as autoridades “legais”, o *Izvestia* do Soviete assim se lamentava, a 22 de abril: “O Soviete não se esforçava por tomar o poder. Ora, em muitas bandeiras adeptas do Soviete havia inscrições exigindo a derrubada do governo e a transmissão de todo o poder ao Soviete...” Não é abominável, com efeito, que os operários e soldados tenham querido seduzir os conciliadores oferecendo-lhes o poder, isto é, tenham seriamente considerado esses senhores como capazes de usar o poder para fins revolucionários?

Não, os socialistas revolucionários e os mencheviques não queriam o poder. A proposta bolchevique pedindo a passagem do poder aos soviets obteve apenas, no Soviete de Petrogrado, conforme vimos, um número insignificante de votos. Em Moscou a moção de desconfiança ao Governo Provisório, apresentada pelos bolcheviques, a 22 de abril, conseguiu apenas 74 votos em algumas centenas. É bem verdade que o Soviete de Helsinfor, onde, todavia, dominavam os socialistas revolucionários e

os mencheviques, votou, no mesmo dia, uma proposta excepcionalmente audaciosa para aqueles tempos, pondo à disposição do Soviete de Petrogrado forças armadas, a fim de ajudá-lo a eliminar “o Governo Provisório imperialista”. Essa proposta, entretanto, apresentada sob a pressão direta dos marinheiros da frota de guerra, constituía uma exceção. Em sua esmagadora maioria, a representação soviética das massas que, na véspera, estivera tão perto de uma insurreição armada contra o Governo Provisório, permanecia inteiramente no terreno do duplo poder. Que significa isto?

A contradição flagrante entre a audácia da ofensiva das massas e as tergiversações da representação política das mesmas não é absolutamente accidental. Em épocas revolucionárias, as massas oprimidas são arrastadas à ação direta mais fácil e rapidamente do que aprendem a dar aos seus desejos e às suas reivindicações uma expressão adequada por intermédio de uma representação genuína. Quanto mais abstrato é o sistema representativo, tanto mais ele se atrasa em relação ao ritmo dos acontecimentos determinados pela ação das massas. A representação soviética, a menos abstrata de todas, tem, em situações revolucionárias, vantagens incalculáveis: basta recordar que as dumas democráticas, eleitas à base do regulamento interno a 17 de abril e que não eram molestadas por quem quer que fosse, mostraram-se absolutamente impotentes para fazer concorrência aos sovietes. Mas, apesar de todas as vantagens oriundas de sua ligação orgânica com as usinas e os regimentos, isto é, com as massas ativas, os sovietes não deixam de ser uma representação e, por conseguinte, não estão isentos das convenções e das deformações do parlamentarismo. A contradição inerente a toda representação, mesmo à soviética, consiste em que, por um lado, ela é necessária à ação das massas e, pelo outro, se transforma facilmente, para esta mesma ação, em obstáculo conservador. A saída prática para tal contradição é, sempre que se apresentar a sua necessidade, renovar a representação. Mas essa manobra, que não é assim tão simples, resulta, sobretudo em tempo de revolução, de uma dedução da ação direta e, por conseguinte, não a pode nunca preceder, mas, pelo contrário, vem sempre retardada. O certo é que, ao dia seguinte da semi-insurreição de abril – ou mais exatamente de um quarto de insurreição de abril, porquanto a semi-insurreição só se dará em julho – viam-se na sessão do Soviete os mesmos

deputados de sempre, os quais, encontrando-se em ambiente habitual, votavam a favor das propostas dos dirigentes habituais.

Isto porém não significava que a tempestade de abril houvesse passado sem deixar marcas no Soviete e no sistema de fevereiro em geral e, sobretudo, nas próprias massas. A grandiosa intervenção dos operários e dos soldados nos acontecimentos políticos, apesar de não ter sido levada até às suas últimas consequências, modificou a situação política, deu um impulso mais forte ao movimento geral da Revolução, acelerou os inevitáveis agrupamentos e obrigou os políticos de gabinete e de bastidores a esquecer seus planos da véspera e a adaptar seus atos às novas circunstâncias.

Depois que os conciliadores liquidaram a explosão da guerra civil imaginando que tudo volveria às antigas posições, a crise governamental iniciou-se apenas. Os liberais não queriam continuar governando sem que os socialistas participassem diretamente do poder. Os socialistas, forçados pela lógica do duplo poder a aceitar tal condição, exigiram uma liquidação demonstrativa do programa dos Dardanelos, o que acarretou a inexorável liquidação de Miliukov. A 2 de maio, Miliukov viu-se na obrigação de abandonar seu lugar no governo. A palavra de ordem da manifestação do dia 20 de abril realizou-se com 12 dias de atraso e contra a vontade dos líderes do Soviete.

Os embaraços e as protelações, entretanto, não fizeram senão demonstrar mais claramente a impotência dos dirigentes. Miliukov, que se dispusera, com o auxílio de seu general, a realizar uma brusca reviravolta na relação das forças, saltou fora do governo ruidosamente, tal como uma rolha. O bravo general foi obrigado a pedir sua demissão. Os ministros não aparentavam mais um ar festivo. O governo suplicava ao Soviete que consentisse na formação de uma coligação. Tudo isto porque as massas haviam calcado no braço maior da alavanca.

Isto, entretanto, não quer dizer que os partidos conciliadores se tivessem aproximado dos operários e dos soldados. Ao contrário, os acontecimentos de abril, ao revelarem as possibilidades imprevistas que existiam latentes nas massas, empurraram os líderes democratas ainda mais para a direita, no sentido de uma aproximação mais estreita com a burguesia. A partir desse momento a linha patriótica prevalece definitivamente. A maioria do Comitê Executivo torna-se mais compacta. Radicais amorfos tais como Sukhanov, Steklov e outros, que recentemente ainda eram os inspiradores

da política soviética e tentavam salvaguardar alguma coisa das tradições do socialismo, foram postos à margem. Tseretelli organizou uma corrente fortemente conservadora e patriótica que representava uma espécie de adaptação da política de Miliukov à representação das massas trabalhadoras.

A conduta do Partido Bolchevique, durante as jornadas de abril, não foi homogênea. Os acontecimentos surpreenderam o partido de inopinado. A crise interna acabava apenas de ser superada e preparava-se ativamente a conferência do partido. Sob a impressão de extrema superexcitação nos bairros, certos bolcheviques pronunciavam-se pela derrubada do Governo Provisório. O Comitê de Petrogrado, que, a 5 de março, aprovara um voto de confiança condicional a favor do governo, estava perplexo. Decidiu-se organizar manifestação para o dia 21, porém a sua finalidade não foi definida de modo bastante claro. Uma parte do Comitê de Petrogrado fez com que os operários e os soldados saíssem às ruas, com a intenção, em verdade não muito definida, de tentar, de passagem, derrubar o Governo Provisório. Por fora do partido, em sentido idêntico, agiam alguns elementos de esquerda. É possível mesmo que a eles se tenham misturado anarquistas, pouco numerosos, porém ativos. Diversos indivíduos dirigiam-se às tropas, a reclamar carros blindados ou reforços em geral, fosse para proceder à detenção do Governo Provisório, fosse para combater nas ruas contra o inimigo. A divisão de autos blindados, simpática aos bolcheviques, declarou, todavia, que não colocaria as máquinas à disposição de quem quer que fosse a não ser autorizada pelo Comitê Executivo.

Os cadetes tentavam, de todos os modos, responsabilizar os bolcheviques pelos conflitos sangrentos que se travaram. Uma comissão especial do Soviete, porém, estabeleceu irrefragavelmente que a fuzilaria havia partido, a princípio, não da rua, mas dos pórticos e das janelas. Um comunicado do procurador apareceu nos jornais: “A fuzilaria foi obra de gente pertencente à ralé da sociedade, com intenção de provocar desordens e perturbações, sempre muito vantajosas para os vadios.”

Do lado dos partidos soviéticos dirigentes, a hostilidade para com os bolcheviques ainda estava longe de atingir a violência que, dois meses mais tarde, em julho, obscureceria, definitivamente, quaisquer razões e consciências. A magistratura, se bem que subsistindo em seus antigos quadros, reergueu-se diante da revolução e, em abril, ainda não consentia em em-

pregar, contra a extrema esquerda, os métodos da polícia secreta czarista. O ataque de Miliukov, também na mesma linha, foi repellido sem dificuldades.

O comitê central repreendeu a ala esquerda dos bolcheviques e declarou, a 21 de abril, que o Soviete, segundo a opinião dele, tinha tido muita razão de proibir as manifestações e que era preciso obedecer incondicionalmente. “A palavra de ordem ‘Abaixo o Governo Provisório!’ atualmente não é justa”, dizia a resolução do comitê central, “porque, na falta de maioria popular sólida (isto é, consciente e organizada) apoiando o proletariado revolucionário essa palavra de ordem, ou não passa de uma simples frase, ou se aproxima das tentativas aventureiras.” Como tarefas do momento, a resolução indica a propaganda e a conquista da maioria nos sovietes como premissa para a conquista do poder. Semelhante declaração, aos olhos dos adversários, parecia algo como um recuo dos dirigentes assustados, ou então sutil manobra. Mas nós já conhecemos a posição fundamental de Lenine na questão do poder, agora, ele ensinava ao Partido a aplicar “as teses de abril” segundo a experiência dos acontecimentos.

Três semanas antes, Kamenev confessava-se “feliz” por votar com os mencheviques e os socialistas revolucionários, no sentido de uma única resolução sobre o Governo Provisório, e Stalin desenvolvia a teoria da divisão do trabalho entre cadetes e bolcheviques. Como já estão distantes aquelas jornadas e aquelas teorias! Depois da lição das jornadas de abril, Stalin, pela primeira vez, manifestou-se, enfim, contrário, à teoria de um “controle” benevolente sobre o Governo Provisório, abandonando, circunspectamente, sua própria opinião da véspera. Essa manobra, porém, passou despercebida.

“Em que consistia o espírito aventureiro na política de alguns dos elementos do Partido?”, perguntava Lenine, na conferência que se instalou imediatamente após as jornadas de terror. Aquele espírito via-se nas tentativas de ação violenta, ali onde a violência revolucionária, ou ainda não encontrava, ou já não tinha mais lugar. “Pode-se derrubar aquele que o povo reconhece como opressor. Ora, atualmente, não há absolutamente opressores, os canhões e os fuzis estão em mãos de soldados e não de capitalistas, os capitalistas predominam neste momento, não pela violência, mas pelo embuste, e não se poderia presentemente clamar pela violência: é um contrassenso... Lançamos a palavra de ordem de manifestações pacíficas. Desejávamos somente levar a efeito um reconhecimento pacífico, avaliar as forças do inimigo, porém não

travar combate; ora, o Comitê de Petrogrado avançou um pouco demais à esquerda... com uma palavra de ordem justa: 'Vivam os soviets!', mas foi dada uma outra que não é justa: 'Abaixo o Governo Provisório!' No momento da ação, tomar 'um pouco demais à esquerda' não é oportuno. Consideramos isso como crime de natureza muito grave, como desorganização."

Que existe na base dos acontecimentos dramáticos da Revolução? Deslocamentos nas relações de forças. Por quem foram provocados? Principalmente pelas oscilações das classes intermediárias, do campesinato, da pequena burguesia, do Exército. A amplitude entre o imperialismo dos cadetes e o bolchevismo é formidável. Aquelas oscilações produziram-se simultaneamente em dois sentidos contrários. A representação política da pequena burguesia, seus expoentes líderes conciliadores, todos tendem de preferência para a direita, para o lado da burguesia. As massas oprimidas, ao contrário, terão um impulso cada vez mais acentuado e resolutivo para a esquerda. Ao se pronunciar contra a mentalidade aventureira manifestada pelos dirigentes da organização de Petrogrado, Lenine guarda uma reserva: se as classes intermediárias tendessem para o nosso lado, seriamente, profundamente, inflexivelmente – nós não hesitaríamos, nem um minuto, em intimar o governo a desocupar o Palácio Mariinsky. Mas ainda não chegamos lá. A crise de abril que desceu até a rua "não é nem a primeira, nem será a última oscilação da massa pequeno-burguesa e semiproletária". Nossa tarefa, por enquanto, é ainda a de "explicar pacientemente", e de preparar o movimento ulterior, mais profundo, e mais consciente, das massas, em nossa direção.

No que se refere ao proletariado, a conversão deles aos bolcheviques tomou, no decurso do mês de abril, caráter nitidamente acentuado. Aos comitês do partido apresentavam-se operários pedindo explicações sobre os meios de obter transferência do Partido Menchevique para o Partido Bolchevique. Nas usinas, puseram-se eles a inquirir insistentemente os deputados sobre a política exterior, a guerra, o duplo poder, o abastecimento, e, como resultado de tais exames, os deputados socialistas revolucionários, ou os mencheviques, foram frequentemente suplantados pelos bolcheviques. A virada brusca começou pelos soviets de bairro, porque eram os mais próximos das usinas. Nos soviets do bairro de Vyborg, da ilha de Vasiliev no distrito de Narva, os bolcheviques se acharam, subitamente, em fins de abril, em posição de maioria. Era um fato da mais alta significação, mas os líderes do Comitê Executivo, absorvidos pela alta política, olhavam

com arrogância o rebuliço dos bolcheviques nos bairros operários. Os distritos, entretanto, começavam a fazer pressão cada vez mais sensível contra o centro. Nas usinas, independentemente dos comitês de Petrogrado, abriu-se campanha enérgica e proveitosa pela renovação dos representantes ao soviete dos deputados operários da Capital. Sukhanov calcula que, em começos de maio, os bolcheviques tinham ao seu lado um terço do proletariado de Petrogrado. Não menos, em todo o caso era o terço mais ativo. As linhas amorfas de março apagavam-se, as direções políticas eram trocadas, as teses “fantasistas” de Lenine tomavam corpo nos bairros de Petrogrado.

Cada passo da Revolução para frente é provocado ou forçado pela intervenção direta das massas, intervenção completamente inesperada, na maioria dos casos, para os partidos soviéticos. Após a insurreição de fevereiro, quando os operários e os soldados derrubaram a Monarquia sem pedir nada a ninguém, os líderes do Comitê Executivo acharam que as massas já haviam desempenhado seu papel. Eles cometeram, entretanto, um erro fatal. As massas absolutamente não se dispunham a abandonar o palco. Já no início de março, no momento da campanha pela jornada de oito horas os operários arrancaram uma concessão ao capital, se bem que ainda estivessem sob a jurisdição dos mencheviques e dos socialistas revolucionários. O Soviete foi obrigado a aceitar uma vitória conseguida sem ele e contra ele. A manifestação de abril trouxe um segundo reajustamento da mesma espécie. Cada uma das manifestações das massas, independentemente de sua finalidade direta, é uma advertência à direção. A admoestação é, a princípio, moderna, porém torna-se em seguida cada vez mais ousada. Em julho ela se tornará em ameaça. Em outubro, será o desfecho.

Em todos os momentos críticos, as massas intervêm como “forças espontâneas” – obedecendo, em outros termos, às próprias deduções de experiência política e aos líderes ainda não reconhecidos oficialmente. Ao assimilar tais ou quais elementos de agitação, as massas espontaneamente traduzem as deduções em linguagem de ação. Os bolcheviques, como partido, não dirigiam ainda a campanha pela jornada de oito horas. Os bolcheviques também não chamaram as massas para a manifestação de abril. Muito menos ainda chamarão as massas armadas, para as ruas, no começo de julho. Somente em outubro o partido conseguirá definitivamente a dianteira, e passará a marchar à frente da massa, não mais para manifestações, senão para a insurreição.

.....

Capítulo XVIII

A PRIMEIRA COLIGAÇÃO

A DESPEITO DE TODAS AS TEORIAS, de todas as declarações e de todas as insígnias oficiais, o Poder pertencia ao Governo Provisório somente no papel. A Revolução, apesar da resistência da pretensa democracia, ia de vento em popa, levantava novas massas, consolidava os soviets e armava os operários, se bem que ainda de maneira limitada. Os comissários provinciais do governo e “os comitês de ação social”, que se achavam ao lado deles e nos quais predominavam, ordinariamente, representantes das organizações burguesas, eram afastados naturalmente e sem esforço, pelos soviets.

Em certos casos, nas ocasiões em que os agentes do poder central tentavam resistir, surgiam graves conflitos. Os comissários acusavam os soviets provinciais de não reconhecerem o poder central. A imprensa burguesa esbravejava alarmada, dizendo que Kronstadt, Schlüsselburg, ou Tzaritsyn, se haviam separado da Rússia e transformado em repúblicas independentes. Os soviets locais protestavam pelo país, a ameaçar, a exortar e a justificar-se perante a burguesia. Nada daquilo, porém, chegava a modificar a relação das forças. A inelutabilidade dos *processus* que solapavam o duplo poder manifestava-se já pelo fato de se desenvolverem em todo

o país se bem que em ritmos desiguais. Os soviets, a princípio órgãos de controle, transformavam-se em órgãos administrativos. Não se resignavam a qualquer teoria de divisão dos poderes e intervinham na direção do Exército, nos conflitos econômicos, nas questões de abastecimento e de transporte, e mesmo nos negócios judiciários. Sob a pressão dos operários, os soviets decretavam a jornada de oito horas, eliminavam os administradores por demais reacionários, destituíam os mais insuportáveis dentre os comissários do Governo Provisório, procediam a detenções e a inquéritos, interditavam os jornais hostis. Por influência das dificuldades de abastecimento, constantemente agravadas, e da penúria de mercadorias, empenhavam-se os soviets provinciais em enveredar pelo caminho das tributações, das interdições de saída das reservas departamentais, e das requisições. À frente dos soviets, entretanto, e por toda a parte, achavam-se socialistas revolucionários e mencheviques que repeliam, com indignação, a palavra de ordem bolchevique: “Todo o poder aos soviets.”

Destacava-se como extremamente edificante, a atividade do soviete de Tíflis, em pleno coração da Gironda menchevique, soviete que deu à Revolução de Fevereiro líderes do tipo de Tseretelli e de Cheidze e que, em seguida, os recebeu de volta depois de já terem eles esgotado em vão os últimos recursos em Petrogrado. O soviete de Tíflis, dirigido por Jordânia – futuro chefe da Geórgia independente –, via-se a cada passo obrigado a marchar segundo os princípios do Partido Menchevique que ali dominava, e era forçado a agir como se fosse um poder constituído. O Soviete confiscava para uso próprio uma tipografia particular, prendia, atribuía-se os inquéritos judiciários, os tribunais políticos, racionava o pão, taxava os produtos alimentícios e os artigos de primeira necessidade. A discordância entre a doutrina oficial e os fatos vitais, que se instalou desde os primeiros dias, foi-se agravando paulatinamente com o decorrer dos meses de março e abril.

Em Petrogrado, respeitava-se pelo menos o decoro, se bem que nem sempre, como já o vimos. As jornadas de abril, entretanto, evidenciaram de maneira não muito equívoca a impotência do Governo Provisório, que não encontrou nem sequer na capital apoio seguro. Na última década de abril, já o governo debilitava-se e se extinguia. “Kerensky declarava, angustiado, que o governo não mais existia e que, em vez de trabalhar, limitava-se a deliberar sobre a própria situação” (Stankevich). Desse go-

verno pode-se dizer que, até às jornadas de outubro, passou por crises nos momentos difíceis e que, nos intervalos entre as crises existia de fato. Continuamente “deliberando sobre a própria situação”, ele nem mesmo achou tempo para se ocupar com os negócios.

Da crise provocada em abril, como que um ensaio geral das batalhas do futuro, podiam-se conceber teoricamente três saídas: a volta integral do poder à burguesia –, isto não era realizável senão pelo caminho da guerra civil; Miliukov tentou, mas fracassou. A entrega de todo o poder aos soviets – seria possível chegar lá sem recurso à guerra civil, bastando para isto levantar apenas o braço. Bastava querer. Os conciliadores, porém, não queriam querer e as massas ainda confiavam nos conciliadores, se bem que com alguma reserva. As duas saídas principais – tanto na linha burguesa como na linha proletária – foram assim fechadas. Restava a terceira possibilidade: a semissáida confusa, híbrida, covarde, das acomodações. Aquilo que se chama coligação.

Ao findarem as jornadas de abril, os socialistas nem mesmo sonhavam mais com qualquer coligação: aquela gente, em geral, jamais previra cousa alguma. Pela resolução de 21 de abril o Comitê Executivo havia transformado oficialmente o duplo poder de fato em princípio constitucional. Mas o mocho da sabedoria, mais uma vez levantou voo muito tarde: a consagração jurídica do dualismo instituído em março – os reis e os profetas – realizou-se no mesmo momento em que a fórmula acabava de explodir pela pressão das massas. Os socialistas procuraram fechar os olhos ao acontecimento. Miliukov conta que, tendo o governo formulado a questão da coligação, Tseretelli declarou o seguinte: “Que vantagem obtereis com a nossa entrada em vosso gabinete? Porque enfim... na hipótese de não vos mostrardes conciliadores, nos veríamos forçados a abandonar estrepitosamente o Ministério.” Tseretelli procurava amedrontar os liberais ao prometer-lhes “estrépito”. Os mencheviques, como sempre, para atribuir algum motivo à sua política, apelavam para os interesses da própria burguesia. A água, porém, já lhes alcançava o pescoço. Kerensky esforçava-se por intimidar o Comitê Executivo: “O governo encontra-se hoje em posição insustentável, os boatos de demissão que correm não correspondem a qualquer manobra política.” Exercia-se, concomitantemente, pressão para o lado das esferas burguesas. A Duma Municipal de Moscou

votou uma resolução a favor da coligação. A 26 de abril, quando o terreno já se achava suficientemente preparado, o Governo Provisório, através de manifesto especial, proclamou a necessidade de associar aos trabalhos do Estado “as forças criadoras ativas do país, que ainda não haviam participado deles”. Estava francamente formulada a questão.

A opinião pública, não obstante, resistia com bastante força à conclusão. E, lá pelos fins de abril, os soviets de Moscou, de Tíflis, de Odessa, de Ekaterinburg, de Nizhni-Novgorod, de Tver, e mais alguns outros, manifestaram-se contrários à participação dos socialistas no governo. Os motivos deles foram expressos com bastante clareza por um dos líderes mencheviques em Moscou: se os socialistas entrarem para o governo, não haverá mais ninguém para guiar o movimento das massas “em sentido determinado”. Era, entretanto, difícil conseguir que os operários e os soldados admitissem aquele raciocínio dirigido contra eles mesmos. As massas, na medida em que ainda não acompanhassem os bolcheviques, insistiam todas a favor da participação dos socialistas no governo. Se é bom que um Kerensky seja ministro, seis Kerensky valerão mais. As massas não sabiam que aquilo se chamava coligação com a burguesia e que esta última desejava dissimular-se por detrás dos socialistas para agir mais livremente contra o povo. Nas casernas a coligação era interpretada de maneira diferente da que o era no Palácio Marinsky. As massas pretendiam, graças aos socialistas, expulsar a burguesia do governo. Foi assim que as duas pressões, que caminhavam em sentido contrário, chegaram, em um dado momento, a juntar-se em uma só.

Em Petrogrado, certo número de contingentes militares, cuja divisão de carros blindados simpatizava com os bolcheviques, pronunciou-se a favor do governo de coligação. Em sentido idêntico votaram, com esmagadora maioria, as províncias. As ideias de coligação predominavam entre os socialistas revolucionários, eles apenas temiam ter que entrar para o governo sem os mencheviques. E o exército, enfim, declarava-se também a favor da coligação. Mais tarde, em junho, no congresso dos soviets, um dos seus delegados exprimiu com exatidão a atitude do *front* a respeito do poder: “Nós julgávamos que as queixas do exército, ao saber que os socialistas não queriam tomar parte no Ministério para trabalhar em comum com homens em quem eles não confiavam, enquanto que o exército era

obrigado a continuar com homens em quem não acreditavam – pensamos que esse lamento fora ouvido em Petrogrado.”

Tanto nesta questão quanto nas demais a guerra tinha uma influência decisiva. Os socialistas estavam dispostos a adotar, em relação à guerra, uma atitude de expectativa, bem como relativamente ao poder, isto é, ganhar tempo. A guerra, porém não esperava. Os Aliados muito menos. O *front* não queria mais esperar. Justo no momento da crise governamental, apresentaram-se ao Comitê Executivo delegados vindos do *front* e formularam aos líderes a seguinte indagação: Estamos em guerra ou não estamos? O que significa: Assumir a responsabilidade da guerra ou não? Era impossível escapar pelo silêncio. A mesma pergunta era apresentada pela Entente e numa linguagem meio ameaçadora.

A ofensiva de abril, na frente oeste da Europa, custou muito caro aos Aliados e não deu resultado. No exército francês verificou-se um certo abalo, por influência da Revolução Russa e do desastre da própria ofensiva na qual haviam depositado tantas esperanças. O exército, segundo o marechal Pétain, “escapava das mãos”. Para conter esse processo ameaçador, o governo francês necessitava de uma ofensiva russa e, enquanto esperava, necessitava também pelo menos de uma firme promessa de ofensiva. Além do alívio material que dessa ofensiva resultaria, era necessário, o mais cedo possível, arrancar a auréola de paz que nimbava a Revolução Russa, extirpar qualquer esperança nos corações dos soldados franceses, comprometer a Revolução tornando-a cúmplice dos crimes da Entente, pisotear a bandeira revolucionária dos operários e dos soldados russos no sangue e na lama da carnificina imperialista.

Para alcançar tão elevado objetivo, todas as alavancas foram utilizadas. E entre estas, os social-patriotas da Entente não ocuparam o último lugar. Os mais experientes entre eles foram enviados em missão à Rússia revolucionária. Chegaram todos ornamentados, com a consciência elástica e a língua solta. “Os social-patriotas estrangeiros”, escreve Sukhanov, “foram recebidos de braços abertos no Palácio Mariinsky. Branting, Cachin, O’Grady, De Brouckère e outros sentiam-se ali como em sua própria casa e constituíram, com os ministros, uma frente única contra o Soviete.” É preciso reconhecer que mesmo o Soviete conciliador não se sentia sempre à vontade ao lado daqueles senhores.

Os socialistas aliados visitavam os *fronts*. “O general Alexeiev”, escrevia Vandervelde, “fazia tudo para que nossos esforços se associassem àqueles que, pouco tempo antes, haviam feito junto às delegações de marinheiros do mar Negro, Kerensky e Albert Thomas, a fim de completar o que ele denominava preparo moral da ofensiva.” O presidente da IIª Internacional e o antigo chefe do estado-maior de Nicolau II encontraram assim uma língua comum para a luta pelos esclarecidos ideais da democracia. Renaudel, um dos líderes do socialismo francês, pôde excluir com alívio: “Agora podemos falar da guerra do direito, sem corarmos.” Com um atraso de três anos a humanidade pôde saber que aquela gente tinha algum motivo para corar.

A 1º de maio, o Comitê Executivo, após haver passado por todas as fases de hesitações imagináveis, decidiu, por maioria de 41 votos contra 18, participar do governo de coligação. Votaram contra apenas os bolcheviques e um pequeno grupo de mencheviques internacionalistas.

Não deixa de ser interessante assinalar aqui o fato de o líder legítimo da burguesia, Miliukov, sucumbir vítima de uma aproximação mais estreita entre a democracia e a burguesia. “Não fui eu que saí, fizeram-me sair”, diria ele posteriormente. Guchkov eliminara-se a si próprio desde o 30 de abril, ao recusar assinar a “Declaração dos direitos do soldado”. Pode-se julgar do sombrio estado de espírito dos liberais, naqueles dias, pelo fato de o comitê central do Partido Cadete, para salvar a coligação, haver decidido não insistir na permanência de Miliukov no antigo governo. “O partido traiu seu líder”, escreve o cadete da direita, Isgoyev. Na verdade, esse partido não tinha muito o que escolher. O mesmo Isgoyev declara com toda razão: “Em fins de abril o partido cadete estava completamente derrotado. Moralmente recebera um golpe do qual jamais se pôde levantar.”

Porém, mesmo no caso de Miliukov, a última palavra pertencia à Entente. A Inglaterra estava inteiramente de acordo em aceitar a substituição dos patriotas dos Dardanelos por um “democrata” mais ponderado. Henderson, que chegara a Petrogrado com todos os poderes para substituir Buchanan, em caso de necessidade, no cargo de embaixador, reconheceu, após tomar conhecimento da situação, que esta medida era supérflua. Em verdade Buchanan ocupava o lugar que merecia, pois se mostrou o adversário resolutivo das anexações, na medida, é claro, em que elas não correspondiam aos apetites da Grã-Bretanha: “Já que a Rússia não tem necessidade

de Constantinopla”, segredava ele ternamente ao ouvido de Tereshchenko, “quanto mais depressa ela o declarar melhor será.” A França começara por sustentar Miliukov. Aqui, porém, desempenhou Thomas o seu papel, porquanto, após Buchanan e os líderes soviéticos, pronunciou-se contra Miliukov. E foi desta forma que o político odiado pelas massas se viu abandonado pelos Aliados, pelos democratas e, finalmente, pelo seu próprio partido.

Miliukov, em verdade, não merecera um tão cruel castigo – pelo menos partindo de quem partiu. A coligação, porém, exigia um bode expiatório. Miliukov foi apresentado às massas como se fosse um espírito maligno a escurecer a grande marcha triunfal em direção à paz democrática. Ao expulsar de seu meio Miliukov, a coligação, ao mesmo tempo, purificava-se dos pecados do imperialismo. A composição do governo de coligação assim como seu programa foram aprovados pelo Soviete de Petrogrado a 5 de maio. Os bolcheviques só conseguiram reunir 100 votos contra a coligação. “A Assembleia aplaudia calorosamente os ministros-oradores...”, diz ironicamente Miliukov, narrando esta cerimônia. “Uma idêntica tempestade de aplausos, entretanto, acolheu Trotsky, que na véspera chegara da América, ‘antigo líder da primeira Revolução’, que censurava claramente a entrada dos socialistas no Ministério, afirmando que, daí por diante, o ‘duplo poder’ não seria suprimido, mas ‘apenas transferido dentro do próprio Ministério’ e que o verdadeiro poder unitário que ‘salvaria’ a Rússia só se instauraria quando se desse o passo seguinte – ‘a entrega do poder aos deputados operários e soldados’. Seria aberta então ‘uma nova era’, uma era de sangue e de ferro, não mais uma luta de nação contra nação, mas a luta da classe sofredora e oprimida contra as classes dirigentes.” É assim que Miliukov apresenta os fatos. Como conclusão de seu discurso, Trotsky apresentava três normas que deveriam dirigir a política das massas: – “três preceitos revolucionários: não confiar na burguesia, controlar os dirigentes, contar unicamente com as próprias forças”. A respeito desse discurso, Sukhanov escreve o seguinte: “Evidentemente ele não podia contar com uma aprovação.” Efetivamente, a despedida do orador foi muito mais fria do que a recepção. Sukhanov, extremamente sensível às murmurações nos *couloirs* da *intelligentsia*, acrescenta o seguinte: “Corriam rumores de que Trotsky, que ainda não havia aderido ao Partido Bolchevique, era pior do que Lenine.”

Os socialistas conseguiram 6 pastas dentre 15. Eles desejavam permanecer em minoria. Mesmo depois de se haverem decidido a participar abertamente do governo, continuavam a brincar de perde-ganha. O príncipe Lvov permanecia como primeiro-ministro. Kerensky passou a ser ministro da Guerra e da Marinha. Chernov, ministro da Agricultura. Miliukov foi substituído no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros por um grande conhecedor de bailados de ópera, Tereshchenko, que se transformou, ao mesmo tempo, no homem de confiança de Kerensky e de Buchanan. Todos três estavam de acordo num ponto: a Rússia podia perfeitamente desistir de Constantinopla. Na pasta da Justiça foi empossado o insignificante advogado Pereverzev que, em julho, obteve uma efêmera celebridade, por ocasião do processo dos bolcheviques. Tseretelli contentou-se com a pasta dos Correios e Telégrafos, para que pudesse reservar um pouco de seu tempo aos trabalhos do Comitê Executivo. Skobelev, transformado em ministro do Trabalho, prometeu, em um momento de entusiasmo, diminuir de 100%, exatamente, o lucro dos capitalistas, e esta frase imediatamente começou a coreer de boca em boca. Por uma questão de simetria, nomeou-se para ministro do Comércio e da Indústria um grande negociante moscovita, Konovalov. Trouxe Konovalov, consigo altas personagens da Bolsa de Moscou, às quais foram confiados postos de grande importância no Estado. Convém notar que, 15 dias após, Konovalov pedia demissão, e desta forma protestava contra a “anarquia” reinante na economia geral, enquanto que, pelo seu lado, Skobelev renunciara ao projeto de diminuir os lucros e tratava de lutar contra a anarquia: ele sufocava as greves convidando os operários a se absterem delas, tanto quanto possível. A declaração do governo, proveniente como era de uma coligação, consistia numa série de lugares-comuns. Aludia a uma ativa política exterior em favor da paz, à procura de uma solução para o abastecimento e ao exame preparatório da questão agrária. Eram apenas frases redundantes. O único ponto sério, pelo menos quanto às intenções, era aquele em que se precisava que o Exército seria preparado “para as operações de ofensiva e de defensiva, a fim de evitar uma possível derrota da Rússia e das nações aliadas”. Nisto consistia, em suma, o interesse capital da coligação que se instituíra como última cartada da Entente e da Rússia.

“Um governo de coligação”, escrevia Buchanan, “representa para nós a última e talvez única esperança de salvação da situação militar

deste *front*.” Era assim que, por detrás das plataformas, dos discursos, das conciliações e dos votos dos líderes liberais e democratas da Revolução de Fevereiro, se mantinha o maestro imperialista, personificado pela Entente. Os socialistas que se viram forçados a entrar de um modo tão precipitado na composição do governo, em nome dos interesses do *front* da Entente hostil à Revolução, tomaram para si um terço mais ou menos do poder e toda a responsabilidade da guerra.

O novo ministro dos Negócios Estrangeiros foi obrigado a retardar, por 15 dias, a publicação das respostas aliadas à declaração de 27 de março, para obter deles algumas alterações de estilo que deveriam dissimular a polémica encetada contra a declaração do gabinete de coligação. “A ativa política exterior em favor da paz” consistia doravante em Tereshchenko corrigir aplicadamente os telegramas diplomáticos que por ele redigiam os velhos burocratas da chancelaria, pois que, riscando “reivindicações”, ele escrevia “exigências justas”, ou então, em lugar de “garantia dos interesses” escrevia “o bem dos povos”. Miliukov, rilhando um pouco os dentes, diz de seu sucessor: “Os diplomatas aliados sabiam que a terminologia ‘democrática’ dos telegramas era uma concessão involuntária às exigências do momento e a consideravam com indulgência.”

Thomas e Vandervelde, que haviam chegado recentemente, não permaneciam de braços cruzados: procuravam cuidadosamente interpretar “o bem dos povos” num sentido que estivesse de acordo com as necessidades da Entente e trabalhavam com sucesso os ingênuos do Comitê Executivo. “Skobelev e Chernov”, comunicava Vandervelde, “protestam energicamente contra qualquer ideia de paz prematura.” Não há que estranhar que Ribot, apoiando-se em tais colaboradores, pudesse declarar, a 9 de maio, no parlamento francês, que se dispunha a dar uma resposta satisfatória a Tereshchenko, “sem renunciar a coisa alguma”.

Sim, os verdadeiros senhores da situação não tinham, de modo algum, a intenção de deixar escapular aquilo que podiam agarrar. Exatamente naqueles dias a Itália proclamava a independência da Albânia e, de um só golpe, colocava-a sob seu protetorado. Não estava mal, como lição de cousas. O Governo Provisório dispunha-se a protestar, não tanto em nome da democracia, quanto por motivo da alteração do “equilíbrio” nos Balcãs, porém, sua impotência obrigou-o imediatamente a fechar a boca.

O que de novo se deu na política exterior da coligação foi a sua precipitada aproximação com a América. Esta amizade recentíssima oferecia três vantagens importantes: os Estados Unidos não estavam tão comprometidos pelas ignomínias da guerra quanto a França e a Inglaterra, a república transoceânica oferecia à Rússia grandes perspectivas em matéria de empréstimos e de abastecimentos de guerra, enfim, a diplomacia de Wilson, mescla de hipocrisia democrática e de logro – correspondia maravilhosamente às necessidades do estilo do Governo Provisório. Ao enviar à Rússia, em missão diplomática, o senador Root, Wilson dirigiu ao Governo Provisório uma das suas recomendações de pastor, na qual dizia: “Nenhum povo deve ser submetido pela força a uma soberania sob a qual não deseje viver.” A finalidade da guerra estava definida pelo presidente americano de modo não muito claro, porém sedutor: “Garantir a paz futura do mundo e, no porvir, o bem-estar e a felicidade dos povos.” Poderia haver algo melhor? Tereshchenko e Tseretelli só esperavam por isto: novos créditos e os lugares-comuns do pacifismo. Com o auxílio dos primeiros, e encobertos pelos segundos, os governantes russos poderiam dedicar-se a preparar a ofensiva que reclamava, do Sena, o Shylock, abanando furiosamente no ar todas as promissórias.

A 11 de maio Kerensky partia para o *front*, iniciando uma campanha de agitação em favor da ofensiva. “No Exército a vaga de entusiasmo cresceu e ampliou-se”, comunicava ao Governo Provisório o novo ministro da Guerra, embriagado pelo entusiasmo de seus próprios discursos. A 14 de maio Kerensky lança uma ordem aos Exércitos: “Ireis onde vossos chefes vos conduzirem”, e, para embelezar esta perspectiva, bastante conhecida e pouco sedutora para os soldados, ele acrescentou: “Levareis a paz na ponta de vossas baionetas.” A 22 de maio foi demitido o prudente general Alexeiev, aliás, bastante inepto, e substituído no cargo de generalíssimo por um homem mais flexível e empreendedor, Brussilov. O democrata preparava com afincos a ofensiva, isto é, a grande catástrofe da Revolução de Fevereiro.

O soviete era o órgão dos operários e dos soldados, isto é, dos camponeses. O Governo Provisório era o órgão da burguesia. A Comissão de Contato era o órgão da coligação. A coligação simplificou o mecanismo transformando o próprio Governo Provisório em uma comissão de contato. A dualidade de poderes, porém, não ficou de modo algum eliminada. Não constituía solução o fato de Tseretelli deixar de ser mem-

bro da Comissão de Contato para ser ministro dos Correios. Existiam no país duas organizações estatais incompatíveis: uma hierarquia de antigos e novos funcionários, nomeados de cima, chefiados pelo Governo Provisório, e um sistema de sovietes organizados através de eleição e cujas ramificações penetravam até mesmo nas companhias que se encontravam nos mais distantes dos *fronts*. Estes dois sistemas de governo apoiavam-se em classes diferentes, encontravam-se na fase preparatória do ajuste de contas históricas. Ao aceitar a coligação, os conciliadores supunham poder abolir pacífica e gradualmente o sistema soviético. Parecia-lhes que a força dos sovietes, concentrada em suas próprias pessoas, poderiam ser transmitidas imediatamente ao governo oficial. Kerensky afirmava categoricamente a Buchanan que “os sovietes morreriam de morte natural”. Essa esperança transformou-se imediatamente na doutrina oficial dos chefes conciliadores. Nas mentes deles, o centro de gravidade da vida, em todos os pontos do país, deveria passar dos sovietes para os novos órgãos democráticos de administração autônoma. O lugar do Comitê Executivo central seria ocupado pela Assembleia Constituinte. O governo de coligação dispunha-se, assim, a servir de ponte para um regime de república burguesa parlamentar.

A Revolução, porém, não queria nem podia caminhar por tais caminhos. O destino das novas dumas municipais constituía um presságio inequívoco neste sentido. As dumas haviam sido eleitas à base de um direito eleitoral o mais amplo. Os soldados votaram com os mesmos direitos da população civil e as mulheres com os mesmos direitos dos homens. Quatro partidos participaram da luta. O *Novoie Vremia*, antigo órgão oficioso do governo czarista, um dos mais desonestos jornais do mundo – e ainda é pouco – convidava os direitistas, os nacionalistas, os outubristas, a votarem com os cadetes. Quando, porém, a incapacidade política das classes possuidoras ficou a descoberto, a maioria dos jornais burgueses lançou esta palavra de ordem: “Votai em quem quiserdes, menos nos bolcheviques!” Em todas as dumas e em todos os *zemstvos*, os cadetes formaram a ala direita e os bolcheviques permaneceram em minoria de esquerda que se fortalecia. A maioria, e geralmente esmagadora, pertencia aos socialistas revolucionários e aos mencheviques.

Parecia que as novas dumas, diferenciando-se dos sovietes por uma representação mais perfeita, deveriam gozar de maior autoridade.

Além disso, na condição de instituições sociais juridicamente estabelecidas, as dumas tinham a incontestável vantagem de gozar do apoio oficial do Estado. A milícia, os abastecimentos, os transportes urbanos e a instrução pública dependiam oficialmente das dumas. Os sovietes, na qualidade de instituições “privadas”, não tinham nem orçamento nem direitos. E, todavia, o poder permanecia nas mãos dos sovietes. Em realidade, as dumas eram espécies de comissões municipais adjuntas aos sovietes. A competição entre o sistema soviético e a democracia puramente formal teve resultados tão mais surpreendentes quanto se manifestava sob a direção dos mesmos partidos, socialista revolucionário e menchevique, os quais, apesar de terem a maioria tanto nas dumas como nos sovietes, estavam profundamente persuadidos de que os sovietes deveriam ceder o lugar às dumas e, neste sentido, tentavam fazer tudo o que podiam.

A explicação deste fenômeno notável, sobre o qual pouco se refletiu no turbilhão dos acontecimentos, é simples: as municipalidades, assim como em geral todas as outras instituições da democracia, só podem agir à base de relações sociais perfeitamente estáveis, isto é, de um determinado regime de propriedade. Ora, a Revolução consiste essencialmente em pôr em equação esta base das bases e a resposta só pode ser dada pela clara verificação revolucionária das relações entre as forças das classes. Os sovietes, apesar da política de seus dirigentes, eram a organização de combate das classes oprimidas, as quais, em parte semiconscientes, se agrupavam fortemente para modificar as bases da estrutura social.

As municipalidades, ao contrário, davam uma representação idêntica a todas as classes da população, reduzidas à denominação abstrata de cidadãos, e se assemelhavam bastante, nestas circunstâncias revolucionárias, a uma conferência diplomática que uma linguagem convencional e hipócrita, no instante mesmo em que os campos hostis que representam se preparam febrilmente para a batalha. Em meio ao prosseguimento cotidiano da Revolução, as municipalidades se arrastavam ainda numa existência semifictícia. Mas nas curvas decisivas, quando a intervenção das massas determinava a orientação ulterior dos acontecimentos, as municipalidades pulavam e seus elementos constitutivos viam-se colocados nos lados opostos da barricada. Bastava que se confrontassem os papéis paralelos dos sovietes e das municipalidades, no decorrer dos meses de maio a outubro,

para prever, com antecipação, a sorte que estava reservada à Assembleia Constituinte.

O governo de coligação não se apressava em convocar a Assembleia. Os liberais, que, no governo, em que pese a aritmética democrática, se encontravam em maioria, não tinham pressa de se ver representando, em uma Assembleia Constituinte, tal como representavam nas novas dumas, o papel impotente de ala direita. A conferência especial, organizada para convocar a Assembleia Constituinte, só iniciou seus trabalhos em fins de maio, isto é, três meses após o início da insurreição. Os juízes liberais dedicavam-se a esmerilhar as menores sutilezas, espremendo, até extrair a última gota, todos os resíduos democráticos, faziam as maiores chicanas sobre os direitos eleitorais do exército, perguntando se convinha ou não dar o direito de voto aos desertores, que eram milhares, assim como aos membros da antiga família reinante, que eram dezenas. Tanto quanto possível silenciavam sobre a data da convocação. Levantar essa questão na conferência era considerado como uma falta de tato da qual só eram capazes os bolcheviques.

As semanas se escoavam e, apesar das esperanças e das predições dos conciliadores, os soviets não agonizavam. De tempos em tempos, adormecidos e desconcertados pelos chefes, caíam, é verdade, em semiproscrição, porém, ao primeiro sinal de perigo, levantavam-se e demonstravam a todos que eram os senhores incontestes da situação. Tentando sabotá-los, os socialistas revolucionários e os mencheviques viam-se forçados, em todos os casos de importância, em reconhecer-lhes a prioridade. Isto se revelava patentemente no fato de as melhores forças dos dois partidos estarem concentradas nos soviets. Para as municipalidades e para os *zemstvos*, reservavam-se pessoas de valor secundário, técnicos, administradores. O mesmo fato se observava entre os bolcheviques. Unicamente os cadetes, que não tinham direito a participar dos soviets, concentravam o melhor das forças nos órgãos municipais. A minoria burguesa, porém, impotente, deles não podia fazer seu ponto de apoio.

Como consequência ninguém olhava as municipalidades como órgãos seus. Os antagonismos cada vez mais exacerbados entre operários e industriais, entre soldados e oficiais, entre camponeses e proprietários nobres, não podiam ser abertamente discutidos em municipalidade ou

zemstvo como se fazia, de um lado nos soviets, nas reuniões próprias, e do outro na Duma Nacional, em sessões “privadas”, e, em geral, nas conferências dos políticos burgueses. É possível estabelecer-se um acordo entre adversários nas questões de somenos importância, mas nunca em questões de vida ou de morte.

Se adotarmos a fórmula de Marx, quando diz que o governo é o comitê da classe dominante, teremos que dizer que os verdadeiros “comitês” das classes em luta pela tomada do poder se encontravam fora do governo de coligação.

Pelo que diz respeito ao soviete, representado no governo como minoria, isto era absolutamente evidente. Não era, porém, menos evidente, a respeito da maioria burguesa. Os liberais não tinham possibilidades de se entender séria e eficazmente em presença dos socialistas, sobre as questões que mais interessavam à burguesia. O afastamento de Miliukov, líder bastante conhecido e incontestado da burguesia, em torno do qual se agrupava o estado-maior dos proprietários, tinha um caráter simbólico e desnudava completamente, e em todos os sentidos, a posição excêntrica do governo. A vida política girava em torno de dois focos, um que se dirigia para a direita e o outro, que se dirigia para a esquerda do Palácio Mariinsky.

Os ministros, que não se atreviam a dizer em altas vozes o que pensavam, viviam em uma atmosfera de convencionalismo que eles próprios haviam criado. A dualidade de poderes, dissimulada pela coligação, transformou-se em uma escola de equívocos, de astúcia e, em suma, de total duplicidade. O governo de coligação passou, durante os seis meses que se seguiram, por uma série de crises, de concertos, de modificações, mas conservou suas características essenciais de importância e falsidade até o dia de sua morte.

.....

Capítulo XIX

A OFENSIVA

TANTO NO EXÉRCITO como em todo o país operava-se um constante reagrupamento político das forças: as camadas inferiores evoluíam para a esquerda e as superiores para a direita. Enquanto o Comitê Executivo se transformava num instrumento da Entente para conter a Revolução, os comitês do exército, que haviam sido criados como representação dos soldados contra o comando, transformavam-se no sustentáculo do comando contra os soldados.

A composição dos comitês era muito heterogênea. Havia um grande número de elementos patrióticos que identificavam a guerra com a Revolução, marchavam corajosamente na ofensiva imposta pelos dirigentes e davam suas vidas por uma causa que não era a deles. Junto a eles encontravam-se heróis de palavras, Kerenskys de divisão e de regimento. Enfim, bom número de espertalhões e de aproveitadores que, cavando privilégios, acobertavam-se nos comitês para fugir às trincheiras. Todo movimento de massas, sobretudo em sua fase inicial, traz inevitavelmente à superfície todas essas variedades humanas. O período dos conciliadores foi particularmente rico em boquirrotos e camaleões. Se os homens fazem um programa, o programa também faz os homens. A escola da política de

contato transforma-se, durante as revoluções, em escola de intrigas e de manobras.

O regime da dualidade de poderes excluía toda a possibilidade de organizar uma força militar. Os cadetes, que eram objeto do ódio popular, viram-se, no exército, constringidos a adotarem o falso nome de socialistas revolucionários. Quanto à democracia, era-lhe impossível regenerar o Exército pela mesma razão que a impedia de apossar-se do governo: uma coisa era inseparável da outra. Como detalhe curioso e que, entretanto, dá uma ideia suficientemente clara da situação, Sukhanov observa que o Governo Provisório não organizou em Petrogrado um único desfile militar: os liberais e os generais não desejavam a participação do Soviete numa parada, porém compreendiam muito bem que sem o Soviete a parada seria irrealizável.

A alta oficialidade aproximava-se dia a dia mais dos cadetes, enquanto esperava que os partidos mais reacionários tivessem levantado a cabeça. Os intelectuais pequeno-burgueses podiam fornecer ao Exército efetivos consideráveis de oficiais subalternos, do mesmo modo como o fizeram no tempo do tzarismo. Eram, porém incapazes de criar um corpo de comando feito à sua própria imagem porquanto não tinham fisionomia própria. Conforme demonstrou a marcha ulterior da Revolução, o comando só podia ser formado tal qual eram os oficiais fornecidos pela burguesia e a nobreza (como fizeram os brancos) ou então recrutado e educado à base da seleção proletária, conforme o fizeram os bolcheviques. Para os democratas pequeno-burgueses nem uma coisa nem outra era possível. Eles deveriam persuadir, solicitar, enganar todo mundo e, quando não chegavam a um resultado satisfatório, e em desespero de causa entregavam o poder aos oficiais reacionários para que estes se encarregassem de infundir no povo as justas ideias revolucionárias.

Uma a uma iam sendo expostas as chagas da velha sociedade, corroendo o organismo do Exército. A questão das nacionalidades, em todos os seus aspectos – e na Rússia as nacionalidades eram abundantes – ia cada dia mais aprofundando as suas raízes na massa de soldados que, em mais da metade, não se compunha de grão-russos. Os antagonismos nacionais se entrosavam e se intercalavam, em planos diversos, com os antagonismos de classes. A política do governo no terreno nacional era tanto como nos outros, hesitante, confusa e, conseqüentemente, parecia duplamente mentiro-

sa. Alguns generais estavam em namoro com formações nacionais no gênero do “corpo muçulmano disciplinado à francesa”, do *front* romeno. Os novos contingentes nacionais mostravam-se, é verdade, via de regra mais resistentes do que os do antigo Exército, porquanto se encontravam agrupados em torno de novas ideias e sob novas bandeiras. Essa coesão nacional, porém, não durou muito tempo: desagregou-se mais tarde, devido ao desenvolvimento ulterior da luta de classes. O próprio processo da formação de efetivos nacionais, ameaçando propagar-se até pelo menos a metade do Exército, punha-o, desde então, em um estado de liquefação, decompondo os antigos contingentes numa hora em que os novos ainda não haviam sido organizados. Por todas as partes surgiam calamidades.

Miliukov escreve, em sua *História*, que o exército estava lacerado “pelo conflito entre as ideias de disciplina revolucionária e as de disciplina militar de tempos normais” entre a “democratização” do exército e a “conservação de sua capacidade combativa” e aqui, como disciplina “normal”, é necessário que se compreenda a que existia ao tempo do tzarismo. O historiador deveria ter aprendido, parece, que toda grande Revolução determina a extinção do antigo exército, não como resultado de um choque entre princípios abstratos de disciplina, mas sim entre classes atuantes. A Revolução não somente admite uma severa disciplina no exército, como a institui. Essa disciplina, entretanto, não pode ser estabelecida pelos representantes da classe que a Revolução derruba.

“É evidente”, escrevia a 26 de setembro de 1851 um sábio alemão a outro, “que a desorganização do exército, bem como o afrouxamento da disciplina, é tanto a condição como o resultado de todas as revoluções vitoriosas.” A história toda da humanidade confirma essa lei simples e incontestável. Mas, acompanhando os liberais, os socialistas russos que haviam passado pela experiência de 1905, não compreenderam tal fato apesar de o haverem reconhecido e proclamado mais de uma vez os seus mestres, os dois alemães dos quais um era Frederich Engels e o outro Karl Marx. Os mencheviques acreditavam seriamente que o exército que fizera a insurreição continuaria a velha guerra sob as ordens dos antigos chefes. E esta gente acusava os bolcheviques de utopistas.

Em princípios de maio, o general Brussilov caracterizou claramente, em uma conferência realizada no quartel-general, o estado de espí-

rito do comando: entre 15 a 20% se haviam adaptado, por convicção, ao novo estado de coisas, uma parte dos oficiais pusera-se a bajular os soldados e a incitá-los contra o comando, quanto à maioria, aproximadamente 75%, não conseguiu se adaptar, sentia-se ofendida, encerrava-se na concha e não sabia o que fazer. A esmagadora maioria do corpo de oficiais não valia absolutamente nada do ponto de vista estritamente militar.

Na conferência que tiveram com os generais, Kerensky e Skobelev pediram desculpas pela Revolução que, desgraçadamente, “continuava” e que se devia levar em consideração. Diante dessas palavras dos ministros, um general da milícia dos Cem Negros, Gurko, replicou em tom moralizador: “Dizeis que a ‘Revolução continua’. Atentai! Paralisai a Revolução e deixai-nos, a nós militares, cumprir com o nosso dever até o fim.” Kerensky, entusiasticamente, procurava satisfazer antecipadamente os generais, até que um deles, o valente Kornilov, quase o asfixiou com seus abraços.

Em tempo de Revolução a política de conciliação é uma política de febris oscilações entre as classes. Kerensky era a oscilação personificada. Colocado à frente do exército que não se pode conceber desprovido de um regime claro e decidido, Kerensky transformou-se no instrumento direto de sua decomposição. Denikin apresentou uma curiosa lista de personagens do alto-comando que foram destituídos por motivo de não terem sabido enquadrar-se na nova linha que, aliás, ninguém, e Kerensky muito menos, sabia bem qual era. Alexeiev destituiu Ruzsky comandante em chefe do *front*, e Radko-Dmitriev, comandante de Exército, alegando fraqueza e excessiva tolerância para com os comitês. Brussilov, por motivos idênticos, afastou o medroso Iudenich. Kerensky despachou o próprio Alexeiev e os comandantes do *front*, Gurko e Dragomirov, por motivo de se haverem oposto à democratização do exército. Pelo mesmo motivo Brussilov afastou o general Kaledin e, posteriormente, foi ele também demitido por ter sido excessivamente complacente para com os comitês. Kornilov teve que abandonar o comando da região militar de Petrogrado por ser incapaz de se entender com a democracia. Isto não impediu que ele fosse nomeado comandante do *front* e, mais tarde, generalíssimo. Denikin foi dispensado do posto de chefe de estado-maior de Alexeiev por tendências nitidamente escravagistas, mas logo após foi nomeado comandante em chefe da frente

oeste. Este brinquedo de pular carniça prova que os dirigentes não sabiam o que queriam, descia gradativamente até a base, até as companhias dos regimentos e acelerava a decomposição do exército.

Apesar de exigirem dos soldados obediência aos oficiais, os próprios comissários não confiavam nos oficiais. No mais forte da ofensiva, em uma sessão do Soviete realizada em Moghilev, onde se encontrava instalado o quartel-general, em presença de Kerensky e de Brussilov, um dos membros do Soviete declarou: “88% dos oficiais do quartel-general provocavam, com suas atitudes, um grande perigo de manifestações contrarrevolucionárias.” Isso não era segredo para os soldados. Eles tiveram, anteriormente à Revolução, tempo suficiente para conhecer bem os seus oficiais.

No decorrer do mês de maio, todos os relatórios do comando, a partir de baixo até em cima, exprimem, com algumas variantes, o mesmo pensamento: “A opinião em relação à ofensiva é em geral negativa, sobretudo na infantaria.” Às vezes acrescentavam: “um pouco melhor na cavalaria e bastante forte na artilharia”.

Em fins de maio, quando as tropas já tomavam suas posições para a ofensiva, um comissário adido ao 7º Exército telegrafava a Kerensky: “Na 12ª Divisão, o 48º Regimento entrou em ação com seu efetivo completo, o 45º e o 46º com a metade das Companhias da tropa de linha, o 47º recusou atacar. Dentre os regimentos da 13ª Divisão, o 50º atacou quase completo. O 51º promete atacar amanhã, o 49º não atacou porque não estava escalado, o 52º recusou atacar e deteve todos os seus oficiais.” O mesmo panorama se repetia em quase toda parte. Ao relatório do comissário respondeu o governo: “Dissolver os 45º, 46º, 47º e 52º Regimentos e pronunciar os oficiais e soldados que instigaram a insubordinação.” O tom era ameaçador, mas não atemorizava. Os soldados que não queriam combater não temiam nem a dissolução de seus regimentos, nem tampouco o tribunal. Para desenvolver o *front*, foi muitas vezes necessário lançar alguns efetivos contra os outros. O mais frequentemente eram os cossacos que serviam de elementos de repressão, do mesmo modo que no tempo do tzar sendo que, no momento, eram comandados por socialistas: não se tratava, em verdade, de defender a Revolução?

A 4 de junho, menos de 15 dias antes do início da ofensiva, o chefe do estado-maior do quartel-general enviava o seguinte relatório: “A frente Norte encontra-se ainda em estado de fermentação, a confraterni-

zação com o inimigo continua, a atitude da infantaria diante da ofensiva é negativa... Na frente Oeste a situação é indefinida. No *front* Sudoeste nota-se uma melhoria no estado de espírito... Na frente romena não foram notadas melhoras sensíveis, a infantaria não quer avançar...”.

A 11 de junho de 1917, o coronel comandante do 61º Regimento escreve: “Aos oficiais e a mim, nada mais nos resta do que fugir, já que chegou de Petrogrado um soldado da 5ª Companhia, leninista... Muitos dos melhores soldados e oficiais já fugiram.” O aparecimento de um único leninista em um regimento já era bastante para que os oficiais se pusessem em fuga. É evidente que o soldado desempenhava o papel do primeiro cristal numa solução saturada. Entretanto não é obrigatório pensar-se que, forçosamente, se tratava de um bolchevique. Naquela época, o comando denominava leninista qualquer soldado que, mais ou menos audaciosamente do que os outros, elevasse a voz contra a ofensiva. Entre aqueles “leninistas” numerosos eram os que acreditavam sinceramente que Lenine tivesse sido enviado por Guilherme II. O comando do 61º Regimento tentou intimidar os soldados com ameaças de repressão governamental. Um dos homens replicou: “Já derrubamos o antigo governo, derrubaremos também Kerensky.” Era uma nova maneira de falar. Os soldados alimentavam-se da agitação dos bolcheviques, e a precediam de muito.

Da esquadra do mar Negro, que se achava sob a direção dos socialistas revolucionários, e que era considerada, em contraposição às guarnições de Kronstadt, como cidadela do patriotismo, desde fins de abril foi enviada através do país, uma delegação especial de 300 homens, chefiada pelo diligente estudante Batkin, disfarçado em marinheiro. Semelhante delegação apresentava aspecto carnavalesco, mas deixava também entrever um entusiasmo sincero. Ela semeava por todo o país a ideia da guerra até à vitória, mas, de semana em semana, os ouvintes se tornavam cada vez mais hostis. Ao passo que os do mar Negro baixavam cada vez mais de tom em sua pregação da ofensiva, uma delegação do mar Báltico chegou a Sebastopol a fim de pregar a paz. Os homens do Norte obtiveram mais sucesso no Sul do que os do Sul conseguiram no Norte. Influenciados pelos marinheiros de Kronstadt, os de Sebastopol empreenderam, a 8 de junho, o desarmamento do comando e a prisão dos mais odiados dentre os oficiais.

Na sessão do Congresso de soviets, a 9 de junho, Trotsky perguntava como pudera acontecer que, “naquela esquadra-modelo do mar Negro, que havia expedido para todo o país as deputações patrióticas, como fora possível que naquele ninho de patriotismo organizado, semelhante explosão se houvesse produzido em tão crítico momento. O que aquilo tudo, demonstrava”? Não obteve resposta. No Exército, a falta de autoridade, a desorientação, eram o suplício de todos, soldados, oficiais e membros dos comitês. Experimentavam todos a necessidade imediata de achar qualquer saída. Aos de cima parecia que a ofensiva corrigiria a desorganização e traria maior clareza à situação. O que, em certo sentido, tinha sua razão de ser. Ao passo que Tseretelli e Chernov se pronunciavam em Petrogrado a favor da ofensiva, conformando-se com todas as modulações da retórica democrática, no *front*, por sua vez, os membros de comitês deveriam, de acordo com os oficiais, abrir luta no Exército contra o novo regime, sem o qual a Revolução era inconcebível, mas que se mostrava incompatível com a guerra. Os resultados da evolução manifestaram-se rapidamente. “Dia a dia os membros dos comitês orientavam-se para a direita”, narra um oficial de marinha, “mas, ao mesmo tempo, perdiam nitidamente autoridade entre os soldados e os marinheiros.” Para a guerra, entretanto, tinha-se, precisamente, necessidade dos soldados e dos marinheiros.

Brussilov, com anuência de Kerensky, empenhou-se na formação de batalhões de choque, constituídos de voluntários, e reconheceu assim, abertamente, a incapacidade combativa do Exército. A esse empreendimento juntaram-se logo os mais diversos elementos, aventureiros em sua maioria, do tipo do capitão Muraviev, o qual, logo em seguida, após a insurreição de outubro, bandeou-se para os socialistas revolucionários de esquerda e, por fim, depois de um certo número de proezas, brilhantes no gênero, traiu o poder soviético e morreu vítima de um tiro, cujo autor não se sabe bem se foram os bolcheviques, ou se foi ele próprio. Inútil será dizer que os oficiais contrarrevolucionários apoderaram-se avidamente dos batalhões de choque que representavam para eles a forma legal de reagrupamento das suas próprias forças. A ideia, entretanto, quase não ecoou na massa dos soldados. Caçadores de aventuras, criaram batalhões femininos, “os hussardos negros da morte”. Um destes batalhões foi que, em outubro, representou a última força armada de Kerensky na defesa do Palácio de In-

verno. Nada daquilo, porém, representava um auxílio para a derrubada do militarismo alemão. Todavia, este era, precisamente, problema formulado.

A ofensiva prometida pelo quartel-general aos Aliados, para o início da primavera, era adiada de semana a semana. A Entente, porém, recusava agora, categoricamente, consentir em novas protelações. Ao exigir, por meio de coação, uma ofensiva imediata, os Aliados não hesitavam na escolha dos meios. Ao lado dos encarecimentos patéticos de Vandervelde, eles ameaçavam interromper o fornecimento de munições. O cônsul-geral da Itália em Moscou declarou à imprensa, não à imprensa italiana, porém à russa, que, em caso de paz em separado por parte da Rússia, os Aliados permitiriam que o Japão agisse livremente na Sibéria. Os jornais liberais, não os de Roma, porém os de Moscou, imprimiam com entusiasmo patriótico aquelas insolentes ameaças, dirigindo-as não contra a paz em separado, mas contra o adiamento da ofensiva. Os Aliados tampouco se constrangiam em relação a outros assuntos: enviavam, por exemplo, material de artilharia inegavelmente de refugo: 35 % das peças de campanha recebidas do exterior não resistiram a 15 dias de tiro moderado. A Inglaterra dificultava os empréstimos. Em compensação, os Estados Unidos, o novo protetor, concederam à revelia da Inglaterra, ao Governo Provisório, um crédito de 75 milhões de dólares, a título de adiantamento para a próxima ofensiva.

Apesar de anuir às imposições dos Aliados e de sustentar uma furiosa agitação a favor da ofensiva, a burguesia russa absolutamente não confiava naquela ofensiva e recusava subscrever o empréstimo da liberdade. A monarquia derrubada aproveitou a ocasião para reaparecer em cena: em declaração dirigida ao Governo Provisório, os Romanovs exprimiram a intenção de subscrever o empréstimo, mas acrescentaram também que “a importância da subscrição dependeria de saber se o Tesouro daria o dinheiro para a manutenção da família imperial”. Tudo isso era lido no Exército, que tinha conhecimento de que a maioria do Governo Provisório, assim como a dos oficiais superiores, continuava a esperar pela restauração da Monarquia.

É justo salientar que, no campo dos Aliados, nem todos estavam de acordo com os Vanderveldes, os Thomas e os Cachins, os quais empurravam o exército russo para o abismo. Advertências faziam-se ouvir. “O exército russo não é mais que uma fachada – dizia o general Pétain –, caso se mexa, desmoronará.” A missão americana, por exemplo, manifestava-se

no mesmo sentido. Mas outras considerações triunfaram. Era necessário extirpar-se a própria alma da Revolução. “A confraternização germano-russa”, explicava mais tarde Painlevé, “produzia tais estragos que se o exército russo permanecesse inativo corria-se o risco de vê-lo rapidamente decompor-se.”

No plano político, a preparação da ofensiva foi orientada por Kerensky e Tseretelli que, de início, se ocultavam até de seus mais íntimos correligionários. Enquanto que líderes mal informados continuavam a perorar sobre a necessidade de defender a Revolução, Tseretelli insistia cada dia mais corajosamente sobre a necessidade de estar o Exército russo preparado para agir. Quem mais resistiu, ou melhor, quem mais negaceou, foi Chernov. Na sessão do Governo Provisório, a 1 de maio, o “ministro dos camponeses”, como ele próprio se denominava, foi insistentemente interrogado, perguntavam-lhe se era verdade que ele, em um *meeting*, sem o necessário consentimento, pronunciara-se favoravelmente à ofensiva. Acontece que Chernov falara do seguinte modo: “A ofensiva não me diz respeito, como homem político, é da alçada dos estrategistas que se encontram no *front*.” Aquela gente brincava de esconder tanto com a guerra quanto com a Revolução. Mas foi apenas durante algum tempo.

Os preparativos da ofensiva eram acompanhados pela intensificação da luta contra os bolcheviques. Estes últimos eram cada dia mais intensamente acusados de tenderem para a paz em separado. A possibilidade de uma paz em separado, como única saída, devia-se à própria situação. Isto é, residia na fraqueza e no esgotamento da Rússia em comparação com os outros países beligerantes. Ninguém, entretanto, havia ainda medido as forças do novo fator: a Revolução. Os bolcheviques achavam que a perspectiva de uma paz em separado só poderia ser afastada se a força e a autoridade da Revolução se opusessem à guerra audaciosamente e até o fim. E para isso seria necessário antes de mais nada romper a aliança com a própria burguesia do país. A 9 de junho, Lenine declarou no Congresso dos Sovietes: “Quando dizem que nós nos inclinamos para uma paz em separado, não é verdade. Nós dizemos: nenhuma espécie de paz em separado com qualquer capitalista e sobretudo com os capitalistas russos. Ora, o Governo Provisório mantém uma paz em separado com os capitalistas russos. Abaixo esta paz em separado!” E a ata da sessão anota: “aplausos”.

Eram os aplausos da pequena minoria do Congresso e precisamente por isso eram particularmente calorosos.

No Comitê Executivo, alguns não estavam ainda bastante resolvidos, e outros desejavam acobertar-se sob um órgão mais autorizado. À última hora decidiu-se comunicar a Kerensky que a ordem para a ofensiva seria inoportuna antes de qualquer decisão do Congresso dos Sovietes. A declaração entregue na primeira sessão do Congresso, pela fração dos bolcheviques, dizia: “A ofensiva nada mais pode do que desorganizar definitivamente o exército, em virtude de colocar alguns dos seus efetivos em oposição a outros”, e de novo insistia: “O Congresso deve oferecer resistência imediata à onda contrarrevolucionária, ou então assumir a responsabilidade dessa política, integral e abertamente.”

A decisão do Congresso dos Sovietes a favor da ofensiva não passava de simples formalidade democrática. Tudo estava pronto. Os artilheiros desde muito tempo estavam preparados para abrir fogo contra as posições inimigas. A 16 de junho, em uma ordem ao Exército e à Esquadra, Kerensky, ao referir-se ao generalíssimo, “aureolado pelas vitórias de um grande capitão”, punha em evidência a necessidade de dar “um golpe imediata e decisivamente”, e assim terminava: “Eu vos ordeno – para a frente!”.

Em artigo redigido nas vésperas da ofensiva e no qual comentava a declaração da fração bolchevique no Congresso dos Sovietes, Trotsky escrevia: “A política do Governo destrói totalmente as possibilidades de sucesso de qualquer ação militar... As premissas materiais da ofensiva são extremamente desfavoráveis. A organização do abastecimento do exército reflete a desordem econômica geral, contra a qual o governo, com a atual composição, não pode tomar medida alguma de caráter radical. As premissas morais da ofensiva mostram-se ainda mais desfavoráveis. O governo exibiu perante o Exército sua incapacidade para determinar a política da Rússia, independentemente da vontade dos Aliados imperialistas. O resultado não podia ser outro senão a decomposição progressiva do Exército, as deserções em massa cessam, nas condições presentes, de ser o simples resultado de uma viciosa vontade individual, porque se tornam a expressão da incapacidade total do governo para congregar o Exército revolucionário na mais íntima unidade de pontos de vista...” Ao indicar, mais adiante, que o governo não se decidia “pela abolição imediata da propriedade latifundiária dos nobres, quer

dizer pela única medida capaz de demonstrar ao mais atrasado camponês que aquela Revolução era, com toda a evidência, a sua Revolução”, o artigo concluía do seguinte modo: “Em semelhantes condições materiais e morais, é inevitável que a ofensiva assuma caráter de aventura.”

A quase totalidade do comando julgava que a ofensiva, sem esperanças do ponto de vista militar, era provocada, exclusivamente pelo cálculo político. Denikin, depois de ter percorrido a *front* sob seu comando, declarou a Brussilov: “Não acredito em sucesso algum da ofensiva.” Para completar, seria preciso acrescentar, aos elementos de dúvida, a incompetência do próprio comando. Stankevich, oficial e patriota, testemunha que a preparação técnica do empreendimento excluía por si qualquer vitória independentemente da situação moral das tropas: “A ofensiva teve uma organização abaixo de qualquer crítica.” Os líderes do Partido Cadete receberam a visita de uma delegação de oficiais, à frente da qual se encontrava o presidente da União dos Oficiais, o cadete Novosiltsev, que os advertia de que a ofensiva estava condenada ao malogro e que conduziria apenas ao extermínio das melhores tropas. Diante de tais admoestações, as altas autoridades procuravam desvencilhar-se por meio de frases imprecisas: “Ainda havia um vislumbre de esperança – diz o chefe do estado-maior do quartel-general, o general reacionário Lukomsky –, talvez que um início feliz dos combates modificasse a psicologia da massa, e os chefes tivessem possibilidade de retomar as rédeas que lhes haviam escapado das mãos.” E este era o fim essencial: retomar as rédeas.

Esperava-se lançar o golpe decisivo, de acordo com o plano havia muito elaborado, na direção de Lvov (Lemberg), com as forças do *front* sudoeste, os *fronts* norte e oeste deviam cumprir tarefas de inversão e de apoio. A ofensiva seria desfechada simultaneamente em todos os *fronts*. Evidenciou-se logo que semelhante plano ultrapassava muito as forças do comando. Decidiu-se, então, desencadear o avanço sucessivamente, um *front* após outro, a começar pelos *fronts* de menor importância. Verificou-se, entretanto, que esse plano tampouco era realizável. “O alto-comando, então”, diz Denikin, “decidiu renunciar a qualquer espécie de estratégia sistemática e viu-se forçado a deixar aos *fronts* a iniciativa da operação, à medida que se achassem preparados.” Entregavam-se, totalmente, em mãos da Providência. Só faltavam ali os ícones da tzarina. Tentaram substituí-

-los pelos ícones da democracia. Kerensky virava-se e revirava-se, exortava, abençoava. A ofensiva começou: a 16 de junho, no *front* sudoeste, a 7 de julho, no *front* oeste, a 8, no *front* norte, a 9, no *front* romeno. O avanço desses três últimos *fronts*, na realidade fictícia, coincidiu com o início do esmagamento do *front* principal, o sudoeste.

Comunicava Kerensky ao Governo Provisório: “A data de hoje assinala um grande triunfo da Revolução. A 18 de junho, o exército revolucionário russo, presa de imenso entusiasmo, tomou a ofensiva.” “Realizou-se o acontecimento há tanto tempo esperado”, escrevia o *Rech* dos cadetes, “acontecimento que levou rapidamente a Revolução aos seus mais brilhantes dias.” A 19 de junho, o velho Plekhanov declamava perante certa manifestação popular: “Cidadãos! Se vos perguntar em que dia estamos, me direis que é na segunda-feira. É um erro porém: hoje é domingo, dia de ressurreição para nosso país e para a democracia do mundo inteiro. A Rússia, após repelir o jugo do tzarismo, decidiu repelir também o jugo do inimigo.” Tseretelli dizia, no mesmo dia, ao Congresso dos Sovietes: “Abre-se nova página na história da grande Revolução russa... Os sucessos de nosso exército revolucionário devem ser festejados não somente pela democracia russa, como também... por todos aqueles que se esforçam, efetivamente, por combater o imperialismo.” A democracia patriótica abriu, amplamente, suas comportas.

Os jornais, entretantes, traziam uma notícia festiva: “A Bolsa de Paris comemora a ofensiva russa com alta de todos os títulos russos.” Os socialistas tentavam determinar a solidez da Revolução segundo a cotação dos títulos. A História, porém, sempre mostrou que a Bolsa se sente tanto melhor quanto pior caminha a Revolução.

Os operários e a guarnição da capital nem por um minuto se deixaram arrastar pela chama do patriotismo artificialmente atizada. Seu terreno continuava sendo o da Perspectiva Nevsky. “Saímos para a Nevsky”, relata em suas memórias o soldado Chinenov, “e tentamos fazer alguma agitação contra a ofensiva. Os burgueses, imediatamente, caíram sobre nós com seus guarda-chuvas... Nós apanhávamos os burgueses, levávamo-los para as casernas... e ali os informávamos de que seriam, no dia seguinte, remetidos para o *front*.” Eram estes já sintomas da iminente explosão da guerra civil. As Jornadas de Julho aproximavam-se.

A 21 de junho, em Petrogrado, o Regimento de Metralhadoras tomou, em assembleia-geral, a seguinte decisão: “Doravante só enviaremos contingentes para o *front* no caso em que a guerra tenha um caráter revolucionário...” Como ameaçassem dissolver o regimento, este respondeu que não hesitaria em dissolver “o Governo Provisório bem como todas as organizações que o apoiavam”. Ouvimos outra vez tons ameaçadores que precederam de muito a agitação dos bolcheviques.

A crônica dos acontecimentos assinala, a 23 de junho: “Efetivos do II Exército apoderaram-se da primeira e da segunda linha das trincheiras inimigas...” E imediatamente após: “Na usina Baranovsky (6.000 operários) realizaram-se as novas eleições para o Soviete de Petrogrado. Em substituição a três socialistas revolucionários foram eleitos três bolcheviques.”

Ao fim do mês a fisionomia do Soviete de Petrogrado modificara-se consideravelmente. É certo que, a 20 de junho, o Soviete aprovava ainda uma resolução saudando o exército por motivo de sua ofensiva. Por que maioria? 472 votos contra 271 e 39 abstenções. É uma relação de forças inteiramente nova que não encontramos anteriormente. Os bolcheviques, mais os pequenos grupos de esquerda dos mencheviques e dos socialistas revolucionários representavam, já, os dois quintos do Soviete. Significa isto que, nas usinas e nas casernas os adversários da ofensiva, formam uma incontestável maioria.

O soviete do bairro de Vyborg votou, a 24 de junho, uma proposta na qual cada palavra parece ter sido pregada a martelo: “Nós protestamos contra a aventura do Governo Provisório, que orienta a ofensiva na direção de velhos tratados de pilhagem... e lançamos toda a responsabilidade desta política de ofensiva sobre o Governo Provisório, assim como sobre os partidos que o apoiam, mencheviques e socialistas revolucionários.” Relegado, após a insurreição de fevereiro, ao segundo plano, o bairro de Vyborg vai conquistando, agora, com segurança, o primeiro lugar. Os bolcheviques já então dominavam inteiramente no soviete de Vyborg.

Daí por diante tudo dependia do resultado da ofensiva, isto é, dos soldados das trincheiras. Quais as modificações que resultavam da ofensiva na consciência daqueles que tinham de realizá-la? Inclínavam-se, de um modo irresistível, para a paz. Mas foi precisamente essa tendência que os

dirigentes conseguiram, em certa medida e, pelo menos, em certo número de soldados, por um curto período, transformar em desejo de ofensiva.

Após a insurreição os soldados esperavam do novo poder uma rápida conclusão da paz, e, enquanto esperavam, estavam dispostos a sustentar o *front*. A paz, porém, não chegava. Os soldados chegaram a tentativas de confraternização com os alemães e com os austríacos, parcialmente sob a influência da agitação dos bolcheviques, mas sobretudo tentando, por seus próprios meios, o caminho para a paz. Entretanto, de todos os lados abriram-se as perseguições contra a confraternização. Além disso, pôde-se observar que os soldados alemães estavam ainda muito longe de se esquivarem às ordens de seus chefes. A confraternização, não tendo conseguido a paz, diminuiu sensivelmente.

Reinava, no *front*, durante aquele tempo, uma trégua de fato. Os alemães aproveitavam-se para transferir imensos contingentes para o *front* oeste. Os soldados russos observavam de que forma se despovoavam as trincheiras inimigas, como retiravam as metralhadoras e os canhões. Sobre isso, exatamente, é que se edificavam os planos do preparo moral para a ofensiva. Infundiu-se, sistematicamente, nos soldados a ideia de que o inimigo estava totalmente enfraquecido, que não tinha mais forças suficientes, que, do lado oeste, a América pesava sobre ele e que bastaria, do nosso lado, dar um ligeiro arranco para que o *front* adversário se desmoronasse, após o que teríamos a paz. Os dirigentes não acreditaram nisso nem um minuto sequer. Antecipadamente, porém, contavam com o fato de que, uma vez o Exército metendo a mão na engrenagem da guerra, não poderia mais retirá-la.

Não conseguindo os seus objetivos, nem pela diplomacia do Governo Provisório nem pela confraternização, uma parte dos soldados inclinou-se, sem dúvida alguma, para um terceiro caminho: causar um choque que provocasse o desenlace final da guerra. Foi precisamente assim que um dos delegados do *front* ao Congresso dos Sovietes exprimiu o estado de espírito dos soldados: “Temos, presentemente, perante nós, um *front* inimigo rarefeito, não há canhões diante de nós e, se marcharmos e empurrarmos o inimigo, nos aproximaremos da paz desejada.”

O adversário, de início, estava com efeito enfraquecido em extremo e recuou sem aceitar um combate que, aliás, os atacantes não poderiam consumir. O adversário, porém, ao invés de se dispersar, se reagrupava e

concentrava suas forças. Tendo avançado uns 20 ou 30 quilômetros em profundidade, os soldados russos começavam a presenciar um espetáculo que já conheciam suficientemente pela experiência dos anos precedentes: o adversário esperava-os em novas posições fortificadas. E aí se tornou claro que, se os soldados consentiam em dar um novo arranco em favor da paz, eles não queriam mais nada com a guerra. Arrastados às hostilidades por meio de uma combinação de violência, de pressão moral e, sobretudo, de ludíbrio, os soldados recuaram ainda mais, cheios de indignação.

“Depois de uma preparação de artilharia, do lado russo, jamais vista pela violência e intensidade”, conta um historiador russo da Guerra Mundial, o general Zayonchvski, “as tropas ocuparam, quase sem perdas, a posição inimiga e se negaram a prosseguir. As deserções começaram em todos os pontos e contingentes inteiros abandonaram as posições.”

Doroshenko, um político ucraniano, antigo comissário do Governo Provisório para a Galícia, conta que, após a tomada das cidades de Galich e de Kalush, “houve em Kalush um terrível *pogrom* que atingiu exclusivamente os ucranianos e os judeus, e não tocou nos poloneses. O *pogrom* foi dirigido não se sabe por que mão experiente que indicava especialmente os estabelecimentos locais de cultura e de instrução ucraniana”. Participaram do *pogrom* os melhores efetivos, os menos pervertidos pela Revolução, cuidadosamente selecionados para tomarem parte na ofensiva. Porém, nestes excessos, se desmascararam totalmente os dirigentes da ofensiva, os oficiais do czar, bastante experimentados na organização de *pogroms*.

A 9 de julho, os comitês e os comissários do 11º Exército telegrafavam ao governo: “A ofensiva alemã, que se iniciou a 6 de julho no *front* do 11º Exército, se transforma em catástrofe incalculável. Verificou-se no estado do espírito das tropas, que avançaram recentemente, graças aos heroicos esforços da minoria, uma reviravolta brusca e desastrosa. O *élan* da ofensiva reduziu-se a zero rapidamente. A maioria dos efetivos encontra-se em um estado de decomposição que cresce dia a dia. Não se trata mais de falar em autoridade ou subordinação, as admoestações e a persuasão perderam a força – e a elas respondem com ameaças e muitas vezes com tiros.”

O comandante em chefe do *front* sudoeste, com o assentimento dos comissários e dos comitês, publicou uma ordem determinando que se abrisse fogo contra os desertores.

A 12 de julho, o comandante em chefe do *front* oeste, Denikin, voltava ao seu estado-maior “com a morte na alma e com pleno conhecimento do desmoronamento completo da última esperança de um milagre”.

Os soldados negavam-se a combater. Os soldados da retaguarda, a quem se pediu que substituíssem as forças exaustas após a ocupação das trincheiras inimigas, responderam: “Por que iniciaram a ofensiva? Quem a ordenou? É preciso terminar com a guerra e não atacar.” O comandante do 1º Corpo Sibéria, considerado como tropa das melhores, comunicava que, ao cair da noite, os soldados se retiravam em massa, companhias inteiras se afastavam da primeira linha ainda não atacada. “Compreendi que nós, os chefes, éramos impotentes para modificar a psicologia elementar da massa de soldados e, amargamente, chorei durante muito tempo.”

Uma das companhias recusou-se mesmo a lançar no campo adversário um folheto, comunicando a tomada de Galich, enquanto não se encontrasse um soldado capaz de traduzir para o russo o texto em alemão. Esse fato traduz toda a desconfiança da massa de soldados em relação aos dirigentes, tanto os antigos como os novos, os de fevereiro. Séculos de ultraje e de violência entravam agora em erupção vulcânica.

Os soldados sentiam-se ainda uma vez enganados. A ofensiva conduzia não à paz, mas à guerra. Ora, os soldados não queriam guerra. Os patriotas, escondidos na retaguarda, cobriam de escárnio os soldados como se eles fossem covardes. Os soldados, porém, tinham razão. O que os guiava era um justo instinto nacional, retratado através das consciências da gente oprimida, enganada, torturada, entusiasmada um dia pela esperança revolucionária e novamente lançados na lama sangrenta. Os soldados tinham razão. A continuação da guerra não poderia dar ao povo russo senão novas vítimas, humilhações, calamidades, nada mais do que o reforço da servidão tanto interior quanto exterior.

A imprensa patriótica de 1917, e não somente a dos cadetes, mas também a dos socialistas revolucionários, não se cansava de fazer ressaltar o contraste entre os soldados russos, desertores e covardes, e os heroicos batalhões da grande Revolução Francesa. Tais confrontos testemunham não somente uma incompreensão absoluta da dialética do *processus* revolucionário como também uma total ignorância da História.

Os magníficos capitães da Revolução e do Império francês começavam, sempre, infringindo a disciplina, e como desorganizadores; diria Miliukov: como bolcheviques. Aquele que mais tarde foi o marechal Davout, quando era simples tenente D'Avout, passou longos meses, em 1789-1790, dissolvendo a disciplina "normal" na guarnição de Aisdenne, a expulsar os comandantes. Em toda a França deu-se, até meados de 1790, um processo de decomposição total do antigo exército. Os soldados do regimento de Vincennes obrigaram seus oficiais a comerem na mesma mesa que eles. A Esquadra expulsara os oficiais. Uma vintena de regimentos submeteram os comandantes a violências diversas. Em Nancy, três regimentos detiveram os oficiais. A partir de 1790 os tribunais da Revolução Francesa não cessavam de repetir, a respeito dos excessos do exército: "O Poder Executivo é o culpado por não ter demitido os oficiais hostis à Revolução." É singular que tanto Mirabeau como Robespierre se tenham pronunciado pela dissolução do antigo corpo de oficiais. O primeiro pensava restabelecer o mais depressa possível uma disciplina enérgica. O segundo desejava desarmar a contrarrevolução. Todos dois, porém, compreendiam que o antigo exército não podia subsistir.

É bem verdade que a Revolução Russa, e nisto diferentemente da francesa, se realizava em tempo de guerra. Mas não é uma razão para se fazer exceção à lei histórica assinalada por Engels. Bem ao contrário, as condições de uma guerra prolongada e desastrosa só podia acelerar e agravar o *processus* de decomposição revolucionária do exército. A ofensiva funesta e criminosa da democracia encarregou-se do resto. Doravante os soldados diriam todos: "Basta de derramamento de sangue! De que nos servirão a liberdade e a terra se não mais existirmos?" Quando os pacifistas cultos tentam suprimir a guerra por meio de argumentos racionais, mostram-se simplesmente ridículos. Quando, porém, as próprias massas armadas começam a brandir os argumentos de sua razão, isto significa ter a guerra chegado ao seu término.

.....

Capítulo XX

O CAMPESINATO

AS BASES PROFUNDAS DA REVOLUÇÃO repousavam na questão agrária. No arcaico regime da posse da terra, diretamente procedente do direito de servidão; na autoridade tradicional do proprietário nobre; nas íntimas relações existentes entre o proprietário, a administração local e os *zemstvos* de casta, radicavam-se os fenômenos mais agudos da barbárie da vida russa, que culminaram na monarquia rasputiniana. O mujique, ponto de apoio do asiaticismo secular, era ao mesmo tempo uma de suas primeiras vítimas.

Durante as primeiras semanas que se seguiram à insurreição de fevereiro, o campo permaneceu quase inerte. As gerações mais ativas encontravam-se no *front*. Os mais velhos, que haviam permanecido em seus lares, recordavam-se ainda muito bem de que uma Revolução termina sempre em expedições punitivas. A aldeia permanecia muda e a cidade, por seu turno, calava-se quanto à aldeia. Mas, já no mês de março, o espectro da guerra camponesa pairava sobre os ninhos dos proprietários nobres. Das províncias que contavam com maior população de pessoas pertencentes à nobreza, isto é, as mais atrasadas e mais reacionárias delas, ouviu-se um brado de socorro mesmo antes que o perigo real se houvesse

manifestado. Os liberais exprimiam perfeitamente as apreensões dos proprietários; os conciliadores, o estado de espírito dos liberais. “Aprofundar o problema agrário nas próximas semanas”, dizia após a insurreição o orador de “esquerda” Sukhanov, “seria prejudicial e era desnecessário.” Da mesma maneira, como sabemos, Sukhanov julgava prejudicial apressar a questão da paz e a do dia de 8 horas. Contornar as dificuldades era mais simples. Além disso, os proprietários nobres tentavam intimidar, declarando que uma alteração das relações agrárias teria efeito nocivo sobre as sementeiras, e sobre as provisões das cidades. O Comitê-Executivo enviou telegramas às províncias recomendando “que não se deixassem levar pelos assuntos agrários em prejuízo do abastecimento das cidades”.

Em numerosas localidades os proprietários, apavorados com a Revolução, abstiveram-se de fazer a sementeira da primavera. Na difícil e grave situação do país, quanto às provisões, as terras abandonadas reclamavam por si mesmas um novo dono. O campesinato punha-se, surdamente, em movimento. Não contando com o novo poder, os proprietários nobres iniciaram uma rápida liquidação dos próprios domínios. Os culaques começaram a comprar tanto quanto podiam das terras nobres, calculando que uma expropriação obrigatória não os atingiria pelo fato de serem camponeses. Numerosas dessas transações apresentaram um caráter visivelmente fictício. Supunha-se que as propriedades privadas, inferiores a uma certa medida, seriam poupadas; em consequência, os proprietários nobres dividiam, na aparência, os seus domínios em pequenos lotes, criando proprietários inexistentes. Frequentemente as terras eram registradas em nome de estrangeiros, de cidadãos dos países aliados ou neutros. A especulação dos culaques e as artimanhas dos proprietários nobres ameaçavam não deixar sequer um punhado de terra dos fundos agrários, no momento da convocação da Assembleia Constituinte.

O campo percebia essas manobras. E daí a seguinte reivindicação: suspender por meio de um decreto qualquer a venda de terras. Os negociantes camponeses iam às cidades procurar os novos senhores a fim de reclamar terra e justiça. Aconteceu muitas vezes aos ministros, após os debates e as ovações, esbarrarem à saída com modestos personagens, os deputados camponeses. Conta Sukhanov que um desses delegados, com lágrimas nos olhos, suplicava aos cidadãos-ministros que promulgassem uma lei protegendo

as reservas agrárias contra as vendas. Foi interrompido por Kerensky, todo impaciente e pálido: “Eu disse que isso seria feito, logo será feito... E não é necessário olhar-me com ar de desconfiança.” Sukhanov, que assistia à cena, acrescenta: “Traduzo o fato literalmente, e Kerensky tinha razão: os mujiques olhavam com desconfiança para o famoso ministro e líder do povo.” Nesse breve diálogo entre o camponês que ainda solicita, sem entretanto confiar, e o ministro radical, que afasta com um gesto a desconfiança do camponês, surge inevitável o desmoronamento do regime de Fevereiro.

Decreto sobre os comitês agrários, como órgãos de preparação da reforma, foi prornulgado pelo primeiro-ministro da Agricultura, o cadete Chingarev. O comitê agrário supremo, à frente do qual se encontrava um burocrata liberal, o professor Postnikov, compunha-se principalmente de populistas que temiam, acima de tudo, mostrar-se menos moderados que o presidente deles. Fundaram-se comitês agrários locais nas províncias, nos cantões e nos distritos rurais. Enquanto que os soviets, proliferando com grande dificuldade nos meios rurais, eram considerados como órgãos privados, os comitês agrários apresentavam caráter governamental. Quanto menos as funções dos comitês fossem determinadas pela situação deles, tanto mais se tornava difícil, a eles comitês resistirem à pressão dos camponeses. Quanto mais baixa a categoria hierárquica do comitê, mais próximo se encontrava da terra e mais rapidamente se transformava no instrumento do movimento camponês.

Em fins de março começaram a chegar à capital as primeiras informações alarmantes, dando a entender que os camponeses entravam em cena. O comissário de Novgorod comunicou por telegrama as desordens fomentadas por um certo subtenente Panasiuk, “detenções de proprietários nobres injustificadas”, etc. Na província de Tambov, um bando de camponeses, a cuja frente encontravam-se soldados licenciados, pilhou uma mansão senhorial. Os primeiros comunicados foram indubitavelmente exagerados, os proprietários, lamentando-se, aumentavam evidentemente os conflitos e antecipavam-se aos fatos. O que porém está fora de dúvida é a ação dirigente, no movimento de camponeses, dos soldados que traziam do *front* e das guarnições das cidades o espírito de iniciativa.

Um dos comitês de cantão do distrito da província de Karkhov decidiu, a 5 de abril, proceder a vistorias nas casas particulares, para apre-

ender armas. Há, nessa atitude, já um claro pressentimento da guerra civil. O comissário explica o início das desordens no distrito de Skopinsky, na província de Riazan, pela decisão do Comitê-Executivo do distrito vizinho sobre o arrendamento obrigatório aos camponeses das terras dos proprietários nobres. “A agitação estudantil para conseguir apaziguamento até a Assembleia Constituinte não logrou êxito.” E assim nós conseguimos saber que “os estudantes” que, na época da primeira Revolução, concitaram os camponeses ao terror agrário – tal era naquela época a tática dos socialistas revolucionários – em 1917, em contraposição, aconselhavam a calma e a legalidade embora, a bem dizer, sem sucesso.

Um comissário da província de Simbirsk pinta o quadro de um movimento camponês mais amplo: comitês de cantão e de aldeia – falaremos deles mais adiante – prendem os proprietários, expulsam-nos da província, subtraem os operários agrícolas aos campos dos proprietários nobres, apossam-se das terras, e fixam arbitrariamente o prego do aluguel das granjas. “Os delegados enviados pelo Comitê Executivo tomam o partido dos camponeses.” Começa ao mesmo tempo, um movimento dos “comunais” contra os “novos aquinhoados”, isto é, contra os camponeses abastados que se haviam separado das comunas, comprando lotes independentes à base da lei Stolypin, de 9 de novembro de 1906. “A situação nas províncias ameaça as sementeiras.” O comissário da província de Simbirsk desde abril não via outra saída senão declarar imediatamente que a terra era propriedade nacional, reservada à Assembleia Constituinte a tarefa de determinar as modalidades do regime de exploração agrícola.

Do distrito de Kashir, bem próximo a Moscou, partem queixas contra o Comitê-Executivo, que incita a população a se apoderar, sem indenização, das terras das igrejas, dos mosteiros e dos proprietários nobres. No distrito de Kursk os camponeses expulsam dos campos os prisioneiros de guerra que neles trabalhavam e os encarceram mesmo na prisão local. Após o congresso camponês, os lavradores do distrito de Pensa, inclinados a interpretar ao pé da letra as resoluções dos socialistas revolucionários sobre a terra e a liberdade, puseram-se a violar os contratos recentemente firmados com os proprietários latifundiários. Ao mesmo tempo iniciaram uma ofensiva contra os novos órgãos do poder. No mês de março ao constituírem-se os comitês executivos dos cantões e dos distritos, os intelectuais entraram em

maioria; em seguida, entretanto – narra o comissário de Pensa – começaram a se elevar diversas vozes contra a *intelligentsia*, e, a partir do meado de abril, por toda a parte, os comitês já se compunham exclusivamente de camponeses, cuja tendência, no que dizia respeito a terra, se orientava claramente para a ilegalidade.”

Um grupo de proprietários de uma província vizinha, o distrito de Kazan, queixou-se ao Governo Provisório de se encontrar na impossibilidade de continuar cultivando a terra, uma vez que os camponeses expulsavam os operários agrícolas, pilhavam as sementes, apoderavam-se, em diversos lugares, de todos os bens móveis das mansões senhoriais, proibiam os proprietários de derrubar as árvores em suas florestas, ameaçavam-nos de violências e de morte. “Não há justiça, todos fazem o que querem, os elementos sensatos estão aterrorizados.” Os proprietários do distrito de Kazan sabem quem é o culpado da anarquia: “As decisões do Governo Provisório são desconhecidas nas aldeias, mas os volantes dos bolcheviques estão espalhados por toda parte.”

Entretanto, não faltavam instruções do Governo Provisório. A 20 de março, por telegrama, o príncipe Lvov convidava os comissários a fundar comitês de cantão, como órgãos de autoridade local, recomendando ainda que se incorporassem ao trabalho dos ditos comitês “os proprietários do local e todas as forças intelectuais dos campos”. Aspirava-se a organizar a estrutura estatal segundo o sistema das câmaras de conciliação. Os comissários, porém, não tardaram em se lamentar, ao verem que afastavam “as forças intelectuais”; evidentemente o mujique não tinha confiança alguma nos Kerenskys de distrito e de cantão.

A 3 de abril, o príncipe Yurussov, secretário substituto do Príncipe Lvov – como vemos, o Ministério do Interior contava com muitos títulos nobres –, ordenou que se não tolerasse qualquer arbitrariedade e, sobretudo, que se protegesse “a liberdade de cada proprietário na administração de sua terra”, isto é, a mais requintada de todas as liberdades. Dez dias mais tarde, o príncipe Lvov, ele mesmo, julgou indispensável pôr-se ao trabalho, ordenando aos comissários “reprimir por todos os meios que a Lei lhes conferisse, quaisquer atos de violência e de pilhagem”. E dois dias mais tarde o príncipe Yurussov ordenou a um comissário provincial que “tomasse medidas para a proteção dos haras contra os empreendimentos

arbitrários, explicando aos camponeses”... e aí por diante. A 18 de abril o príncipe Yurussov inquietou-se com o fato de os prisioneiros de guerra, que trabalhavam em terras dos proprietários nobres, começarem a apresentar reivindicações exageradas e ordenou que os comissários impusessem a esses audaciosos penalidades severas, fazendo uso das atribuições de que gozavam os governadores czaristas. Circulares, instruções, ordens telegráficas, caem de cima como chuva ininterrupta. A 12 de maio o príncipe Lvov enumera, em novo telegrama, os atos de ilegalidade que “não cessam, de se cometer em todo o país”: detenções arbitrárias, buscas, licenciamento de funcionários, destituições de administradores de latifúndios, de diretores de fábricas e de usinas; depredações, saques, desordens; violências contra funcionários públicos; contribuições impostas à população; provocação de uma parte da população contra a outra, etc., etc. “Todos os atos desse gênero devem ser considerados como absolutamente ilegais e mesmo, em certos casos, como anárquicos...” A qualificação não está muito clara, porém a conclusão é nítida: “tomar as mais enérgicas medidas”. Os comissários das províncias distribuía imediatamente a circular pelos distritos, os comissários dos distritos faziam pressão sobre os comitês de cantão, e todos (em conjunto) reconheciam a própria incapacidade perante o mujique.

Em quase toda parte as forças militares mais próximas intervêm no caso. O mais das vezes é a elas que pertence a iniciativa. O movimento assume formas extremamente variadas, em função das condições locais e do grau de agravação da luta. Na Sibéria, onde não existem proprietários nobres, os camponeses apropriam-se das terras das igrejas e dos mosteiros. Aliás, o clero também, em outros pontos do país, estava em má situação. No piedoso distrito de Smolensk, os papas e os monges, por influência dos soldados que regressavam do *front*, sofreram detenções. As autoridades locais viram-se muitas vezes forçadas a ir mais longe do que desejavam, com o único fito de impedir que os camponeses tomassem medidas infinitamente mais radicais. O comitê executivo de um distrito da província de Samara, em princípios de maio, submeteu à tutela pública as propriedades do conde Orlov-Davidov, protegendo-o desta forma contra os camponeses. Como não aparecia o decreto que Kerensky prometera para interditar as vendas de terras, os camponeses começaram a usar seus próprios punhos a fim de impedir tais transações, opondo-se à medição

das terras. Cada dia mais frequentemente eram confiscados, nas casas dos proprietários, as armas e mesmo os fuzis de caça. Os mujiques do distrito de Minsk, segundo as lamentações de um comissário, “consideram as resoluções do congresso camponês como lei”. Aliás, de que outro modo compreender as resoluções? Porque, no final das contas, tais congressos eram a única autoridade real existente nas províncias. Assim se descobre o grande mal-entendido entre a *intelligentsia* socialista revolucionária, que gargareja palavras, e o campesinato, que reclama atos.

Em fins de maio entra em ação a vasta estepe asiática. Os quirguises, a quem os tzares haviam confiscado as melhores terras em benefício imperial, levantam-se agora contra os proprietários, convidando-os a devolver o mais depressa possível as propriedades usurpadas. “Esse ponto de vista vai se arraigando cada vez mais nas estepes”, relata o comissário de Akmolinsk.

Do outro lado do país, na província de Livônia, um comitê executivo de distrito enviou uma comissão de inquérito para esclarecer o saque da propriedade do barão Stahl von Holstein. A comissão reconheceu que as desordens foram insignificantes, que a presença do barão na província era prejudicial à tranquilidade pública e tomou a seguinte decisão: enviar o barão e a baronesa a Petrogrado, pondo-os à disposição do Governo Provisório. E assim nasceu um dos inúmeros conflitos entre as autoridades locais e o poder central, entre socialistas revolucionários da base, e socialistas revolucionários da cúpula.

Um relatório do dia 27 de maio, enviado pelo distrito de Pavlogrado (província de Ekaterinoslav), traça um quadro quase idílico: os membros do comitê agrário elucidam, perante a população, os mal-entendidos e, desse modo, “evitam todos os excessos”. Esse idílio, infelizmente, só deveria durar algumas semanas. O prior de um dos mosteiros de Kostroma queixa-se amargamente, em fins de maio, ao Governo Provisório, dos camponeses pelo fato de estes terem requisitado um terço do gado do mosteiro. O venerando monge poderia ser mais discreto: em breve deveria despedir-se dos últimos dois terços.

Na província de Kurak começaram a perseguir os camponeses que adquiriram lotes e que se negavam a reintegrar-se nas comunas. Diante da grande Revolução agrária e antes de uma divisão geral das terras, o campesinato deseja apresentar-se como um todo. As barreiras interiores podem

criar obstáculos. A comuna deve marchar como um só homem. A luta pela conquista das terras dos proprietários nobres faz-se, em consequência, acompanhar de violências contra as herdades, isto é, contra os cultivadores individuais.

No último dia de maio prenderam, na província de Perm, o soldado Samoilov, que incitava os camponeses a se negarem a pagar imposto. Dentro em breve será o mesmo soldado Samoilov que se encarregará das prisões. Durante uma procissão numa das aldeias da província de Kharkov, o camponês Grichkenko estraçalhou a machadadas e aos olhos da população, um ícone de São Nicolau, muito venerado. Era assim que se manifestavam todos os tipos de protestos, logo transformados em atos.

Um oficial da Marinha, também proprietário nobre, descreve em suas memórias anônimas, *Notas de um Guarda Branco*, um quadro interessante do envolvimento do campo durante os primeiros meses que se seguiram à insurreição. Para todos os pontos, “eram eleitos, em quase todos os lugares, homens dos meios burgueses. A tendência geral era para a manutenção da ordem”. Os camponeses, é verdade, reivindicavam a terra, porém sem violência nos dois ou três primeiros meses. E pelo contrário, ouvia-se constantemente dizer: “não desejamos pilhar, desejamos nos entender amistosamente”, etc. Entretanto, nessas afirmativas tranquilizadoras, o tenente percebia “uma ameaça oculta”. E, em verdade, se no primeiro período o campesinato não recorreu às violências, “mostrou-se logo a seguir desconfiado” para com o que chamavam as forças intelectuais. O estado de espírito de semiexpectativa persistiu, segundo o guarda branco até os meses de maio e junho, “após o que se notou uma rápida mudança, surgiu a tendência para contestar todas as ordens das autoridades provinciais e a regularizar os negócios arbitrariamente...” Em outros termos, o campesinato concedeu à Revolução de Fevereiro três meses de prazo para pagar as letras socialistas revolucionárias, e após esse prazo começou a proceder a apreensões por conta própria.

O soldado Chinenov, que aderira aos bolcheviques, foi por duas vezes de Moscou ao seu lugar de origem, no distrito de origem, após a insurreição. Em maio, nesse distrito, dominavam os socialistas revolucionários. Em muitos lugares os mujiques continuavam pagando os arrendamentos aos proprietários. Chinenov organizou uma célula bolche-

vista, composta de soldados, de operários agrícolas e de camponeses que possuíam poucas terras. A célula pregava a supressão do pagamento de aluguéis e a repartição das terras entre aqueles que nada possuíam. Imediatamente levantou-se um censo dos prados dos proprietários nobres; dividiram-nos pelas aldeias e ceifaram-nos. “Os socialistas revolucionários que participavam do comitê de cantão bradaram contra a ilegalidade de nossos atos, porém não renunciaram à parte do feno que lhes cabia.” Como os representantes das aldeias, temendo a responsabilidade, demitiram-se de seus cargos, os camponeses elegiam outros mais decididos. Nem todos eles eram sempre bolcheviques. Longe disso. Por meio da pressão direta que exerciam, os camponeses provocaram uma cisão no Partido Socialista Revolucionário, separando os elementos animados de espírito revolucionário dos funcionários e dos arrivistas. Depois de haverem ceifado os campos dos senhores, os mujiques começaram a tratar os alqueires e dividiram entre si as terras para as sementeiras do inverno. A célula bolchevique decidiu inspecionar os celeiros dos proprietários nobres e enviar as reservas de grãos para os centros famintos. As decisões da célula eram executadas pelo fato de corresponderem ao estado de espírito dos camponeses. Chinenov levava consigo para a terra natal algumas publicações bolcheviques inteiramente desconhecidas de todos antes de sua chegada. “Os intelectuais e os socialistas revolucionários do local espalharam o boato de que eu levava muito ouro alemão e que subornava os camponeses.” Processos idênticos foram usados em outros lugares em proporções maiores ou menores. Cada cantão tinha os seus Miliukovs, seus Kerenskys e... seus Lenines.

Na província de Smolensk a influência socialista revolucionária começou a reforçar-se após o congresso provincial dos deputados camponeses que, como de costume, se pronunciou pela entrega da terra ao povo. Os camponeses aceitaram integralmente essa decisão, mas diferenciavam-se dos dirigentes pelo fato de a levarem a sério. Daí por diante o número de socialistas revolucionários nos campos cresceu constantemente. “Todo aquele que assistisse a pelo menos um congresso qualquer da fração socialista revolucionária – conta um dos militantes do local – se considerava como socialista revolucionário ou como qualquer coisa no gênero”... Na capital do distrito sediavam dois regimentos que estavam também sob a influência dos socialistas revolucionários. Os comitês agrários dos cantões começaram

a lavar as terras dos proprietários nobres e a ceifar os prados. O comissário da província, o socialista revolucionário Efimov, publicava decretos ameaçadores. A aldeia estava desconcertada: aquele mesmo comissário não dissera, no congresso da província, que os camponeses constituíam agora o poder, e que somente os que trabalhassem a terra poderiam auferir dos proveitos dela? Era necessário render-se à evidência dos fatos. Por ordem do comissário socialista revolucionário Efimov, somente no distrito de Yelnin, dezesseis dos dezessete comitês de cantão, no decorrer dos meses seguintes, foram levados aos tribunais pelo fato de se haverem apoderado das terras dos proprietários. E era sob formas tão singulares que o romance da *intelligentsia* populista com o povo se aproximava de seu desenlace. Havia no máximo três ou quatro bolcheviques em todo o distrito. A influência deles, entretanto, crescia, rapidamente, eliminando ou cindindo os socialistas revolucionários.

O Congresso Camponês Pan-Russo foi convocado, em princípios de maio, para se reunir em Petrogrado. As delegações representavam as cúpulas e apresentavam caráter fortuito. E se os congressos de operários e soldados estavam, invariavelmente, atrasados quanto à marcha dos acontecimentos e quanto à Revolução política das massas, é inútil dizer o quanto a representação de uma classe tão desagregada como a camponesa estava em atraso relativamente ao verdadeiro estado de espírito dos campos. Apresentaram, como delegados, de um lado os intelectuais populistas da extrema direita, gente ligada aos camponeses principalmente pela cooperação comercial ou então pelas recordações da juventude. Do outro lado o verdadeiro “povo” representado pelos rurais mais abastados, culaques, pequenos comerciantes e camponeses cooperativistas. Os socialistas revolucionários dominavam integralmente no congresso, constituindo a extrema direita do mesmo. Entretanto, por vezes, paravam assustados perante assombrosa combinação de cupidez e de espírito político do tipo reacionário Cem Negros de que davam prova alguns deputados. Em face da propriedade fundiária dos nobres, estabeleceu-se, naquele congresso, uma posição comum extremamente radical: “todas as terras tornar-se-ão bens públicos, para que se possa fazer utilização igualitária delas pelos trabalhadores, sem contribuição alguma”. Bem entendido, os culaques só compreendiam o igualamento no sentido de igualdade com os proprietários nobres, mas em absoluto não admitiam o sentido de igualdade com os operários agrícolas.

Aquele pequeno mal-entendido entre um socialismo populista fictício e o democratismo agrário dos mujiques, só deveria revelar-se, porém, algum tempo depois.

O ministro da Agricultura, Chernov, que vivia impaciente por ofertar um ovo de páscoa ao congresso dos camponeses, atarefava-se em vão com um projeto de lei sobre a interdição das vendas de terras. Pereverzev, ministro da Justiça, que também passava por socialista revolucionário a sua maneira, acabava de ordenar, durante os dias do congresso, às autoridades locais, que não pusessem obstáculo algum às vendas de terras. Os deputados camponeses fizeram uma certa celeuma em virtude disso. Mas o negócio ficou paralisado. O Governo Provisório do príncipe Lvov não permitia a espoliação das terras dos proprietários nobres. Os socialistas não desejavam apoderar-se do Governo Provisório. Ora, por sua própria composição, o congresso mostrava-se totalmente incapaz de solucionar a contradição entre seu apetite pela terra e seu espírito reacionário.

A 20 de maio, no congresso dos camponeses, Lenine discursou. Parecia – diz Sukhanov – que Lenine caíra num cercado de crocodilos. “Os mujiques, entretanto, ouviam-no com atenção e muito verossimilmente, com uma certa simpatia, que apenas não ousavam manifestar.” Resultado idêntico observou-se na seção dos soldados, extremamente hostis aos bolcheviques. Seguindo os socialistas revolucionários e os mencheviques, Sukhanov tenta atribuir à tática leninista, na questão agrária, uma tonalidade anarquista. Tal interpretação não se distanciava muito do que pensava o príncipe Lvov, sempre propenso a considerar os atentados aos direitos dos proprietários como atos de anarquia. Segundo semelhante lógica, a Revolução em seu conjunto equivalia a anarquia. Na realidade, o modo de Lenine formular a questão alcançava profundidade muito maior do que podiam perceber seus críticos. Como órgãos da Revolução agrária, e, em primeiro lugar, de liquidação da propriedade fundiária dos nobres, deviam colocar-se os sovietes dos deputados camponeses, aos quais deveriam ficar submetidos os comitês agrários. Aos olhos de Lenine, os sovietes eram órgãos do poder do Estado que estava para chegar. Estado, sobretudo muito concentrado, isto é, a ditadura revolucionária. Como quer que seja isto está bem longe do anarquismo, quer dizer, da teoria e da prática da ausência de poder. “Nós nos pronunciamos”, dizia Lenine a 28 de abril, “pela

transmissão imediata da terra aos camponeses, com o máximo possível de organização. Nós nos opomos de modo absoluto às apoderações anárquicas.” Por que razão não consentimos em esperar a Assembleia Constituinte? Por esta razão “o importante é a iniciativa revolucionária cujo resultado deve ser a lei. Se esperardes que a lei seja formulada por escrito, e se, por vossa própria iniciativa, não desenvolverdes a energia revolucionária, não tereis nem lei nem terra”. Não é verdade que essas palavras simples constituem a linguagem de todas as revoluções?

Após um mês inteiro o congresso camponês elegeu, como instituição permanente, um comitê executivo composto de aproximadamente duzentos pequenos burgueses “casca grossa” dos campos, e de populistas da espécie professoral ou comerciante, encobertos pelas cortinas de personagens decorativos tais como Beskovskaia, Chaikovsky, Vera Figner e Kerensky. Foi eleito presidente o socialista revolucionário Avksentiev, um homem feito a molde dos banquetes de província, porém jamais para a guerra camponesa.

Desde então as mais importantes questões passaram a ser debatidas em sessões comuns dos dois comitês executivos: o dos operários e soldados e o dos camponeses. Esse ajuntamento assinalava um reforço extremo da ala direita, diretamente apoiada nos cadetes. Sempre que aparecia a necessidade de se fazer pressão contra os operários, ou de cair sobre os bolcheviques, ou de ameaçar com todos os flagelos imagináveis “a república independente de Kronstadt”, duzentas mãos ou, mais exatamente, duzentos punhos, e a saber, os do comitê executivo camponês, erguiam-se como muralha. Aquela gente punha-se toda de acordo para dizer com Miliukov que era preciso “liquidar” os bolcheviques. A respeito das terras dos nobres, porém, tinham pontos de vista de mujiques e não teorias de liberais, o que os colocava em oposição com a burguesia e com o Governo Provisório. Apenas dissolvido o congresso camponês, começaram a surgir queixas; as resoluções do congresso eram levadas a sério nas províncias e provocavam a confiscação e o inventário da terra e dos bens móveis dos proprietários nobres. Era absolutamente impossível enfiar nas cabeças teimosas dos mujiques a noção de qualquer diferença entre a palavra e a ação.

Os sociadistas revolucionários, apavorados, bateram em retirada. Em princípios de junho, no congresso de Moscou por eles realizado,

condenaram solenemente quaisquer apropriações arbitrárias de terras: era preciso esperar a assembleia constituinte. Semelhante resolução, porém, revelou-se incapaz, não só de entrar, como também de enfraquecer o movimento agrário. A questão complicava-se ainda mais pelo fato de, no próprio Partido Socialista Revolucionário, existir um número regular de elementos realmente dispostos a marchar até o fim com os mujiques, contra os proprietários, e além disso porque aqueles socialistas revolucionários de esquerda, sem ousarem romper abertamente com o partido, ajudavam os mujiques a contornar as leis ou a interpretá-las ao modo deles.

Na província de Kazan, onde o movimento camponês granjeou amplitude particularmente violenta, os socialistas revolucionários de esquerda autodeterminaram-se mais cedo do que nas outras províncias. À frente deles achava-se Kalegaiev, futuro comissário do povo para a Agricultura, no Governo soviético, durante o período de existência do bloco dos bolcheviques com os socialistas revolucionários de esquerda. Desde princípios de maio, teve na província de Kazan uma transferência sistemática das terras à disposição dos comitês de cantão. A medida foi aplicada com maior audácia no distrito de Spagsky, onde se encontrava um bolchevique à frente das organizações camponesas. As autoridades da sede do município queixaram-se à autoridade central contra a agitação agrária exercida pelos bolcheviques vindos de Kronstadt, os quais além disso teriam prendido uma reverenda madre, Tamara, “por haver feito objeções”.

Da província de Vorenezh, comunicava um comissário, a 2 de junho: “Os casos de várias infrações contra a lei e de atos ilegais nas províncias tornam-se dia a dia mais frequentes, sobretudo no terreno agrário.” Os confiscos de terras na província de Penza continuam obstinadamente. Um dos comitês de cantão da província de Kaluga, apoderara-se da metade do estoque de feno de um convento; em resposta à queixa do abade, o comitê agrário do distrito decidiu: apoderar-se de todo o feno. Não é muito frequente o fato de a instância superior ser mais radical do que a inferior. A abadessa Maria, da província de Penza, lamenta-se da apreensão dos domínios do convento. “As autoridades locais mostram-se impotentes.” Na província de Vyatka os camponeses colocaram o domínio dos Skoropadskys sob sequestro, devendo-se notar que se tratava de família do futuro hetmã da Ucrânia, e “enquanto se esperava pela solução da questão da proprie-

dade agrária” decretaram o seguinte: não tocar na floresta e depositar no tesouro as rendas dos domínios.

Em incontáveis outros lugares, os comitês agrários não somente reduziram à quinta ou sexta parte os preços dos arrendamentos como também decidiram que os pagamentos, em vez de serem feitos aos proprietários, seriam depositados à disposição dos comitês, enquanto se esperava a solução a ser dada pela assembleia constituinte. Não era como advogados, porém como mujiques, isto é, com seriedade, que se respondia à questão de não tomar medidas quanto à reforma agrária, antes que a assembleia constituinte se pronunciasse. Na província de Saratov, os camponeses que, ainda na véspera, proibiam aos proprietários a derrubada da floresta, punham-se, eles mesmos, a abater as árvores. Cada vez mais frequente apoderavam-se os camponeses das terras das igrejas e dos monastérios, sobretudo naqueles pontos em que eram escassos os proprietários nobres. Na Livônia, os operários agrícolas letões, junto com os soldados do batalhão letão, empreenderam o confisco sistemático dos domínios dos barões.

Da província de Vitebsk, os donos de serrarias arrebatavam de tanto gritar que as medidas tomadas pelos comitês agrários aniquilavam a indústria de madeira e os impediam de corresponder às necessidades do *front*. Patriotas não menos desinteressados, os proprietários da província de Poltava afligiam-se por, em consequência dos distúrbios agrários, não terem mais a possibilidade de reabastecer o exército. E o congresso dos proprietários de haras em Moscou, advertiu, por fim, que as apreensões praticadas pelos camponeses estavam ameaçando a remonta nacional com as piores calamidades. Entrementes, o procurador-geral do Sínodo, aquele mesmo que tachava os membros da mui santa instituição de “idiotas e patifes”, queixava-se ao Governo contra o fato de na província de Kazan os camponeses arrebatarem aos monges não somente a terra e o gado, como também a farinha imprescindível à confecção do pão sagrado. Na província de Petrogrado, a dois passos da capital, os camponeses expulsaram de um domínio o administrador da herdade e passaram a administrá-la. O vigilante príncipe Yurussov, a 2 de junho, telegrafa para todas as direções: “Apesar de minhas instruções, etc., etc.... Rogo-vos tomar de novo as mais resolutas medidas.” Esquecia-se apenas o príncipe de indicar que medidas eram essas.

Ao passo que, em todo o país se levava a termo o trabalho gigantesco da extirpação radical e profunda das raízes da Idade Média e do servilismo, o ministro da Agricultura, Chernov, reuniu em suas gavetas material abundante para a assembleia constituinte. Tinha ele a intenção de fazer com que se aprovasse a reforma apenas à base dos mais precisos dados da estatística agrária e de todas as demais espécies de estatísticas, e foi por isso que, o mais docemente que pôde, tratou de exortar os camponeses a esperar até que terminasse o trabalho. O que, aliás, não impediu os proprietários de queimar o “ministro dos camponeses” muito antes de ter ele completado as tábuas sacramentais da lei que projetava.

Segundo os arquivos do Governo Provisório, jovens eruditos haviam calculado que, em março, o movimento agrário se manifestou com forças mais ou menos consideráveis, somente em 34 distritos; que o movimento se estendeu, em abril, a 174 distritos, em maio a 236, em junho a 280, e em julho a 325. Esses dados, entretanto, não representam realmente o crescimento do movimento, por isso que, em cada distrito, a luta adquiria, mês a mês, caráter de massas cada vez mais amplo e cada vez menos transigente.

Naquele primeiro período, de março a julho, os camponeses, em maioria esmagadora, abstinham-se ainda de exercer violências diretas contra os proprietários, assim como de se apoderarem abertamente das terras. Inkovlev, autor dos estudos acima citados, e atualmente comissário do povo para a Agricultura da União Soviética, explica a tática relativamente pacífica dos camponeses, atribuindo-a à confiança que ainda tinha na burguesia. Semelhante explicação deve ser considerada inconsistente.

O governo do príncipe Lvov não podia, de maneira alguma, atrair a confiança dos camponeses, o que, aliás, se baseia na desconfiança permanente do mujique em relação à cidade, ao poder, e à sociedade instruída. Se no primeiro período os camponeses quase não lançaram mão de medidas de violência declarada, e se esforçaram, pelo contrário, por dar aos próprios atos uma forma de pressão legal ou semilegal, isto se explica precisamente pela desconfiança que alimentavam em relação ao governo e pela insuficiente confiança nas próprias forças. Os camponeses apenas iniciam a agitação, tateiam o terreno, calculam a resistência do inimigo, comprimindo o proprietário em toda a linha, e acrescentam que “não desejamos pilhagem, queremos que tudo se processe satisfatoriamente”.

Eles não se atribuem a propriedade dos pastos, porém neles cortam o capim que desejam. Alugam, por coação, terras de arrendamento, determinando eles próprios o valor do aluguel, ou então, ainda por coação, “compram” a terra por preços que eles mesmos estipulam.

Todas estas fintas legais, tão pouco convincentes para o proprietário quanto para o jurista liberal, são, na realidade, inspiradas por uma desconfiança profunda, mas dissimulada em relação ao governo: isto não pode ser tomado sem dificuldades, diz o mujique com seus botões; pela força é perigoso; tentamos a astúcia. Ele preferia expropriar o dono com o consentimento do próprio dono.

“Durante todos estes meses”, insiste Iakovlev, “predominavam métodos inteiramente originais, desconhecidos da História, de luta pacífica contra os proprietários, e que se derivavam da confiança que o camponês tinha no burguês e no governo da burguesia.” Os processos aqui mencionados como desconhecidos na História são, na realidade, típicos, inevitáveis, historicamente obrigatórios em qualquer meridiano. A tendência a dissimular os primeiros atos de revolta, sob aparência de legalidade, clerical ou leiga, vem caracterizando a luta de qualquer classe revolucionária, em qualquer tempo, até o momento em que ela chega a acumular bastante força e bastante segurança para cortar o cordão umbilical que a ligava à sociedade antiga. Isto é inerente, em mais alto grau à classe camponesa, porque, mesmo em seus melhores períodos, esta classe progride na penumbra e olha seus amigos da cidade com olhares de suspeição. E para que assim o faça sobram-lhe as razões. Os amigos do movimento agrário, nos seus passos iniciais, são agentes da burguesia liberal e radical. Apesar de patrocinar parcialmente as reivindicações dos camponeses, esses amigos se preocupam com a sorte da propriedade burguesa, e essa é a razão pela qual eles tentam sempre reintegrar a insurreição camponesa nas trilhas da legalidade burguesa.

Muito antes da Revolução, em direção idêntica, agiam ainda outros fatores. Do próprio meio da classe nobre surgiam pregadores da reconciliação. Leon Tolstói, mais profundamente do que qualquer outra pessoa, penetrava na alma do mujique. Sua filosofia da não resistência ao mal, pela violência, era uma generalização das primeiras fases da Revolução dos mujiques. Tolstói sonhava que tudo pudesse acontecer “sem pilhagem, por mútuo consentimento”. A coberto de semelhante tática, ele insinuava

uma base religiosa, sob forma de um cristianismo depurado. O Mahatma Ghandi, desempenha atualmente na Índia missão semelhante, apenas sob forma mais prática. Se da época atual, retornarmos, longe, ao passado, descobriremos sem dificuldade os mesmos fenômenos que hoje se pretende sejam “desconhecidos na História”, apenas sob envoltórios os mais diversos – religiosos, nacionais, filosóficos e políticos desde os tempos bíblicos e até mesmo de tempo mais distante.

A originalidade da insurreição camponesa de 1917 manifestava-se no fato de, na qualidade de agente da legalidade burguesa, aparecerem homens que se diziam socialistas, e ainda por cima revolucionários. Não eram eles, porém, que determinavam o caráter e o ritmo do movimento camponês. Os camponeses seguiam os socialistas revolucionários na medida em que tomavam de empréstimo as últimas fórmulas adrede preparadas que utilizavam, como vinganças contra os proprietários. Concomitantemente, os socialistas revolucionários serviam-lhe de cobertura jurídica. Enfim, era o partido de Kerensky, ministro da Justiça e mais tarde da Guerra, e de Chernov, ministro da Agricultura. As protelações da promulgação dos decretos indispensáveis – os socialistas revolucionários dos distritos e dos cantões explicavam-nas atribuindo à resistência dos proprietários e dos liberais, e garantiam perante os camponeses que “os nossos” no Governo envidavam seus melhores esforços. Contra isso, o muji que, como era de prever, nada podia replicar. Mas não sofrendo de credulidade beata, ele julgava necessário ajudar “os nossos” de baixo e a isto se entregava de maneira tão decidida que “os nossos”, lá de cima, começaram dentro em pouco a ficar alarmados.

A fraqueza dos bolcheviques em relação ao campesinato era temporária e provinha do fato de que os bolcheviques não compartilhavam das ilusões dos rurais. O campo não poderia chegar-se ao bolchevismo senão pela experiência própria e em consequência das decepções. A força dos bolcheviques residia, tanto na questão agrária como em outras, em permanecerem eles isentos de contradições entre as palavras e os atos.

As considerações sociológicas gerais não permitiam decidir se *a priori* todo o campesinato, em conjunto, seria ainda capaz de erguer-se contra os proprietários. O fortalecimento das tendências capitalistas na economia agrícola no período interno diário entre as duas revoluções; o

afastamento de importante camada de pequenos proprietários que abandonaram a comuna primitiva; o extraordinário crescimento de cooperação rural, dirigido por camponeses folgados e ricos –, tudo isto impedia que se predissesse, com certeza, qual das duas tendências venceria na Revolução: se o antagonismo de castas entre o campesinato e a nobreza, se o antagonismo de classes no interior do campesinato.

Lenine, logo ao chegar, assumiu posição muito circunspecta perante esse problema. “O movimento agrário”, dizia ele a 14 de abril, “é apenas previsão, não é ainda um fato... É preciso contar com a possibilidade de se ver o campesinato aderir à burguesia.” Não era um pensamento emitido ocasionalmente. Pelo contrário, Lenine voltou a ele com insistência, em diversas circunstâncias. Na conferência do partido, que foi a 24 de abril, ao se pronunciar contra os “velhos bolcheviques” que o acusavam de estar subestimando o campesinato, ele declarou: “Não é admissível que o partido proletário deposite, atualmente, suas esperanças em uma comunhão de interesses com o campesinato. Nós lutamos para que o campesinato venha para nosso lado, porém ele conscientemente se conserva, até certo ponto, ao lado dos capitalistas.” Entre outras coisas, isto prova o quanto Lenine estava longe da teoria que, mais tarde, os epígonos lhe atribuíram: a teoria da harmonia perpétua dos interesses do proletariado e do campesinato. Ao admitir que o campesinato, como casta, pudesse agir na qualidade de fator revolucionário, Lenine não deixava, entretanto, de se preparar, em abril, para fazer frente à pior das variantes, isto é, um bloco resistente”, formado pelos proprietários nobres, pela burguesia, e por amplas camadas do campesinato. “Querer atrair o mujique no momento presente”, dizia ele, “é entregar-se discricionariamente a Miliukov.” De onde a conclusão: “Transferir o centro de gravidade para os soviets de operários agrícolas.”

Esta foi, entretanto, a melhor variante possível e que de fato se realizou. O movimento agrário de simples previsão tornou-se um fato, e revelou durante um breve espaço de tempo, porém, com força extraordinária, a preponderância dos vínculos internos do campesinato sobre os antagonismos capitalistas. Os soviets de operários agrícolas, somente em alguns poucos lugares conseguiram adquirir importância, principalmente nas províncias bálticas. Inversamente, os comitês agrários tornavam-se os órgãos de

todo o campesinato que, por sua pressão esmagadora, os transformavam, de câmaras de conciliação, em instrumentos da Revolução agrária.

O fato de o campesinato, em seu conjunto, obter uma vez mais a possibilidade – a última em sua história – de agir como fator revolucionário demonstra, ao mesmo tempo, a fraqueza das relações capitalistas na aldeia, e a força dessas mesmas relações. A economia burguesa está distante ainda de ter eliminado as relações agrárias fundamentadas na servidão medieval. O desenvolvimento capitalista, entretanto, foi impelido para tão longe que fez com que as velhas formas da propriedade agrária se tornassem igualmente intoleráveis para todas as camadas rurais. O emaranhamento dos domínios dos nobres e das propriedades camponesas, muitas vezes conscientemente calculado de modo a transformar os direitos do proprietário nobre em armadilha para toda a comunidade camponesa; a disseminação inverossímil das terras da aldeia; enfim, todo o antagonismo recente entre a comuna agrícola e os pequenos proprietários individualistas, tudo isto constituía, no conjunto, uma intolerável confusão das relações agrárias, confusão da qual não era possível sair mediante recursos legislativos parciais. E os camponeses apercebiam-se disto melhor do que todos os teóricos da questão agrária. A experiência da vida que se modificava numa série de gerações encaminhava-os sempre a uma única e idêntica conclusão: é preciso acabar de uma vez para sempre com os direitos herdados e com os direitos adquiridos, que se referem às terras; derrubar todas as cercas que delimitam terras, e entregar as terras, desembargadas de sedimentos históricos, a todos aqueles que a trabalham.

Tal era o sentido dos aforismos do mujique: “a terra não pertence a ninguém”, “a terra pertence a Deus” – e é neste mesmo sentido que o campesinato passa a interpretar o programa socialista revolucionário da socialização da terra. A despeito das teorias populistas, esse conteúdo não possuía nenhuma gota de socialismo. A mais ousada Revolução agrária ainda não ultrapassava, em si, e por si, os quadros do regime burguês. A socialização que devia, por assim dizer, garantir a cada trabalhador “o direito à terra”, representava as relações do mercado, sendo mantidas sem limitação uma evidente utopia. O menchevismo criticava esta utopia de um ponto de vista liberal burguês. O bolchevismo, pelo contrário, descobria aquela tendência democrática progressista que na teoria dos socialistas revolucio-

nários encontrava sua expressão utópica. A revelação do verdadeiro sentido histórico do problema agrário na Rússia foi um dos maiores méritos de Lenine.

Miliukov escreveu que, para ele, “sociólogo e analista da evolução histórica da Rússia, isto é, para um homem que contempla dos altos píncaros tudo que se passa”, “Lenine e Trotsky encarnavam um movimento muito mais aproximado de Pugachev, de Razin, de Bolotnikov – 18 séculos da nossa história – do que das mais recentes tendências do anarcossindicalismo europeu.” O grau de verdade contido nesta afirmação de sociólogo liberal – se se puser de lado o anarcossindicalismo”, que nela aparece sem que se saiba por que atinge, não os bolcheviques, sendo preferencialmente a burguesia russa, com seu advento tardio e com sua insignificância política. Não foi por culpa dos bolcheviques que os grandiosos movimentos camponeses dos séculos passados não puderam trazer a democratização das relações sociais na Rússia por falta duma direção proveniente das cidades, ela era irrealizável! – do mesmo modo que os bolcheviques não têm culpa da pretensa emancipação dos camponeses, em 1861, ter sido efetuada por meio da espoliação das terras comunais, da escravização. Uma coisa é verdadeira: os bolcheviques tiveram, no primeiro quarto do século XX, que concluído o que não tinha sido determinado – ou mesmo o que não tinha sido feito em absoluto – nos séculos XVII, XVIII, e XIX. Antes de poder abordar a grande tarefa que lhes estava destinada, os bolcheviques foram forçados a limpar o terreno dos detritos históricos das velhas classes dirigentes e dos séculos precedentes, e essa tarefa de acréscimo foi cumprida, em todo o caso, muito conscienciosamente, pelos bolcheviques. O próprio Miliukov, hoje em dia, não terá a ousadia de negar.

.....

Capítulo XXI

REAGRUPAMENTO NAS MASSAS

AOS QUATRO MESES DE EXISTÊNCIA, o regime de Fevereiro se afogava em suas próprias contradições. Junho começou pelo Congresso Pan-russo dos soviets, que tinha por missão mascarar politicamente a ofensiva do *front*. O início da ofensiva coincidiu com uma grandiosa manifestação de operários e de soldados em Petrogrado, organizada pelos conciliadores contra os bolcheviques, mas que, todavia, se transformou em manifestação dos bolcheviques contra os conciliadores. A indignação crescente das massas provocou, quinze dias mais tarde, uma nova manifestação que arrebentou sem ordem alguma de cima, provocou encontros sangrentos e inscreveu-se na História com o nome de “Jornadas de Julho”. Inserindo-se, exatamente, entre a Revolução de fevereiro e a de outubro, a semiderrota de julho termina a primeira e é uma espécie de ensaio geral da segunda. No limiar das “Jornadas de Julho” terminaremos o presente volume. Antes, porém, de novamente falar dos acontecimentos dos quais Petrogrado foi teatro no mês de junho, é indispensável observar de mais perto os *processus* que se deram nas massas.

A um liberal que em princípios de maio afirmava que quanto mais o governo caminhava para a esquerda tanto mais o país se dirigia para

a direita, Lenine replicou: “O país dos operários e dos camponeses pobres, eu o afirmo, cidadão, está mil vezes mais à esquerda do que os Chernovs e os Tseretellis e cem vezes mais à esquerda do que nós mesmos. Quem viver verá.” Lenine achava que os operários e os camponeses estavam “cem vezes” mais à esquerda do que os bolcheviques. Isto poderia parecer, ou ao menos, não ser suficientemente motivado: em todo o caso os camponeses e os soldados apoiavam ainda os conciliadores e, em sua maioria, mantinham-se reservados quanto aos bolcheviques. Lenine, porém, penetrava mais fundo. Os interesses sociais das massas, os ódios e as esperanças, ainda estavam à procura de verdadeira expressão. A conciliação era para elas a primeira fase. As massas estavam infinitamente mais à esquerda do que os Chernovs e os Tseretellis, ainda que não tivessem consciência de seu próprio radicalismo. Lenine tinha razão em dizer que as massas estavam mais à esquerda do que os bolcheviques, porquanto o Partido, em sua esmagadora maioria, não tomara ainda conhecimento exato do poder das paixões revolucionárias que ferviam nas entranhas do povo despertado. A revolta das massas era alimentada pela prolongação da guerra, pelo descalabro e pela perniciosa inação do governo.

A incomensurável planície europeia asiática só se transformara em país graças às estradas de ferro. A guerra atingia o mais duramente possível as vias férreas. Os transportes estavam dia a dia mais desorganizados. O número de locomotivas imprestáveis ascendia, em algumas linhas, a 50%. No grande quartel-general, sábios engenheiros liam relatórios nos quais expunham que, no mais tardar em seis meses, os transportes ferroviários estariam completamente paralisados. Esses cálculos eram, em boa parte, conscientemente elaborados com o fim de semear o pânico. Mas a desorganização dos transportes atingia, efetivamente, proporções ameaçadoras, provocava congestionamento nas linhas, desorganizava a circulação das mercadorias e contribuía para manter a vida cara.

O abastecimento das cidades tornava-se cada vez mais difícil. O movimento agrário havia conseguido criar seus centros em 43 províncias. O fornecimento de trigo, ao Exército e às cidades, diminuía de modo alarmante. Nas regiões mais férteis do país existiam, é bem verdade, dezenas e centenas de milhões de *puds* excedentes de trigo. Mas as operações de estocagem, realizadas à base de preços fixos, chegavam a resultados intei-

ramente ridículos, por outro lado os grãos armazenados dificilmente chegavam aos centros em virtude da desorganização dos transportes. A partir do outono de 1916 o *front* começou a receber em média cerca de metade do abastecimento previsto. A ração destinada a Petrogrado, Moscou e a outros centros industriais, não ultrapassava 10% do que era indispensável. Quase não existiam reservas. O nível de vida das massas urbanas oscilava entre a subalimentação e a fome. O advento do governo de coligação foi assinalado pela interdição democrática de fabricar pão branco. Daí por diante ainda se escoarão longos anos antes que o “pão francês” reapareça na capital. Faltava manteiga. Em junho o consumo de açúcar foi limitado, segundo normas determinadas para todo o país.

O mecanismo do mercado, esfacelado pela guerra, não foi substituído pela regulamentação de Estado à qual se viram obrigados a recorrer os países capitalistas mais adiantados, regulamentação que só ela permitiu à Alemanha resistir durante os quatro anos de guerra.

Sintomas catastróficos de esfacelamento econômico manifestavam-se a todo o momento. A queda da produção das usinas era provocada, independentemente da desorganização dos transportes, pelo desgaste da maquinaria, pela deficiência de matérias-primas e de material auxiliar, pela flutuação da mão de obra, pelo financiamento irregular e, enfim, pela insegurança geral. As empresas mais importantes continuavam a trabalhar para a guerra. Os pedidos eram apresentados com dois ou três anos de antecedência. Ora, os operários não queriam crer que a guerra se prolongasse tanto. Os jornais publicavam as vertiginosas cifras dos lucros de guerra. A vida encarecia. Os operários aguardavam mudanças. O pessoal técnico e administrativo das usinas reuniu-se em sindicatos e apresentou reivindicações, entre eles predominavam os mencheviques e os socialistas revolucionários. O regime de fábricas desmoronava-se. Todos os parafusos afrouxavam. As perspectivas da guerra e da economia geral se tornavam nebulosas. Os direitos de propriedade tornavam-se incertos, os lucros baixavam, os perigos cresciam, os patrões perdiam o estímulo para produzir em ambiente revolucionário. A burguesia, em conjunto, enveredava pelo caminho do derrotismo econômico. As perdas e danos passageiros, como consequência da paralisia econômica, eram, a seus olhos, uma espécie de gastos extraordinários contra a Revolução que ameaçava as bases da “cultura”. Ao mesmo

tempo, a imprensa sensata todos os dias acusava os operários de sabotarem insidiosamente o instrumental, de roubar material e de queimar inconscientemente o combustível visando obstruí-la. A falsidade das acusações ultrapassava todos os limites. E como eram acusações feitas pela imprensa de um partido que se encontrava à frente do governo de coligação, a indignação dos operários dirigia-se, naturalmente, contra o Governo Provisório.

Os industriais não haviam esquecido a experiência da Revolução de 1905, na qual um *lock-out* bem organizado e com o apoio ativo do governo não somente fez fracassar a luta dos operários em prol do dia de oito horas, como também prestara à monarquia serviço inestimável para o esmagamento da Revolução. A questão do *lock-out* foi ainda uma vez submetida ao exame do Conselho dos Congressos da Indústria e do Comércio, denominação inocente dada ao órgão de combate do capital dos trustes e sindicalizados. Um dos dirigentes da indústria, o engenheiro Auerbach, explicou mais tarde, em suas memórias, por que motivo a ideia do *lock-out* fora rejeitada: “Isto pareceria uma punhalada nas costas do exército... As consequências de tal iniciativa, *levando-se em conta a falta de apoio governamental*, pareciam, à maioria, extremamente sombrias.” Toda a desgraça residia na falta de um “verdadeiro” poder. O Governo Provisório tinha a sua ação paralisada pelos soviets, os líderes sensatos dos soviets, pelas massas, os operários, nas usinas, estavam armados, além disso, quase toda usina contava, em suas vizinhanças, com um regimento ou um batalhão que lhe era simpático. Em tais circunstâncias, o *lock-out* passou a apresentar-se aos senhores industriais “odioso do ponto de vista nacional”. Todavia, sem renunciar totalmente à ofensiva, adaptaram-no apenas às circunstâncias, dando-lhe um caráter não simultâneo, mas larvado. Segundo a expressão diplomática de Auerbach, os industriais “chegaram à conclusão de que a lição de coisas seria dada pela própria vida: pelo inevitável e progressivo fechamento das fábricas, cada uma agindo mais ou menos independentemente, o que dentro de pouco tempo pôde ser realmente observado”. Em outros termos: “rejeitando um *lock-out* de demonstração, porque comportava enorme responsabilidade, o Conselho da Indústria unificada convidou seus membros a fechar as empresas cada um de *per si*, procurando pretextos plausíveis”.

O plano do *lock-out* larvado foi aplicado com método admirável. Os líderes do capital, da espécie do cadete Kutler, antigo ministro do

gabinete Witte, pronunciavam imponentes conferências sobre a ruína da indústria, responsabilizando, bem entendido, não os três anos de guerra, mas os três meses de Revolução. “Ainda duas ou três semanas”, profetizava a impaciente *Rech*, “e as fábricas e as usinas começarão a se fechar umas após as outras”. Sob forma de predição encobrem aqui a ameaça. Engenheiros, professores, jornalistas, iniciaram na imprensa técnica e na imprensa comum uma campanha demonstrando que dominar os operários era a condição essencial da salvação. O ministro Konovalov, industrial, declarou, a 17 de maio, nas vésperas de abandonar ostensivamente o governo: “Se os espíritos perturbados não voltarem rapidamente à razão seremos testemunhas do fechamento de dezenas e de centenas de empresas.”

Em meados de junho, o Congresso do Comércio e da Indústria exigiu do Governo Provisório “uma ruptura radical com o sistema de desenvolvimento da Revolução”. Já havíamos escutado a mesma exigência do lado dos generais. “Parai com a Revolução.” Os industriais, porém eram mais precisos: “A origem do mal se encontra não somente nos bolcheviques, mas em todos os partidos socialistas. A Rússia só poderá ser salva por um pulso firme, um pulso de ferro.”

Após haverem preparado a situação política, os industriais passaram da palavra à ação. No decorrer dos meses de março e abril, 129 pequenas empresas, contando com 9.000 operários, foram fechadas, durante o mês de maio, 108 empresas com o mesmo número de operários, em junho, fecharam-se 125 empresas com 38.000 operários, em julho 206 põem na rua 48.000. O *lock-out* se desenvolve em progressão geométrica. Não era senão o começo. A Moscou têxtil se abala depois de Petrogrado, as províncias depois de Moscou. Os patrões alegavam falta de combustível, de matéria-prima, de créditos. Os comitês das usinas intervieram e, em numerosos casos, de modo absolutamente incontestável, demonstraram que uma pérfida desorganização da produção, visava fazer pressão contra os operários ou extorquir subsídios do governo. Os capitalistas estrangeiros, que agiam por intermédio das embaixadas, mostraram-se particularmente imprudentes. Em alguns casos a sabotagem era de tal forma evidente que, em consequência das revelações feitas pelos comitês de usinas, os industriais viram-se forçados a reabrir suas empresas. Assim, pondo a descoberto as contradições sociais, umas após outras, a Revolução encontrou-se

imediatamente em presença da principal delas: entre o caráter social da produção e a propriedade privada dos meios de produção. Para vencer os operários, o proprietário fecha a sua usina como se se tratasse de sua tabaqueira e não de um estabelecimento indispensável à vida de toda a nação.

Os bancos, após haverem boicotado com sucesso o empréstimo da liberdade, assumiram atitude combativa contra os atentados do fisco que visavam os grandes capitais. Em carta endereçada ao ministro das Finanças, “prediziam” os banqueiros a evasão dos capitais para o estrangeiro e a transferência dos títulos para os cofres-fortes, caso se procedesse à reforma financeira radical. Em outras palavras, os patriotas banqueiros ameaçavam completar o *lock-out* da indústria com um *lock-out* financeiro. O governo apressou-se em ceder: não fossem os organizadores da sabotagem, pessoas financeiramente sólidas, e que, em virtude da guerra e da Revolução, foram forçadas a arriscar os próprios capitais – tão diferentes daqueles marinheiros de Kronstadt que nada mais arriscavam além da própria vida!

O Comitê Executivo não podia deixar de compreender que a responsabilidade pelos destinos econômicos do país, sobretudo após a adesão franca dos socialistas ao poder, seria atribuída, pelas massas, à maioria soviética dirigente. A seção econômica do Comitê Executivo elaborou longo programa de regulamentação da vida econômica a cargo do Estado. Sob a pressão de uma situação ameaçadora, as proposições de economistas muito moderados revelaram-se mais radicais do que os próprios autores. “Em numerosos setores da indústria”, rezava o programa, “nossa época apresenta maturidade bastante para que se instale um monopólio de Estado abrangendo o comércio (pão, carne, sal, couros); em outros setores, as condições já avançaram bastante para permitirem as formações de trustes regulamentados pelo Estado (carvão, petróleo, metais, açúcar, papel) e, enfim, em quase todos os ramos da indústria, as condições do momento exigem participação reguladora do Estado na repartição das matérias-primas, na elaboração dos produtos, assim como na fixação dos preços... Concomitantemente, é de toda conveniência o estabelecimento de um controle nas instituições de ‘crédito’.”

A 16 de maio, o Comitê Executivo – os líderes políticos – perdeu a cabeça, adotou as propostas daqueles economistas quase sem debates e as reforçou com uma original advertência ao governo: deveria esse último chamar a si “a tarefa da organização racional da economia pública e do

trabalho”, lembrando-se de que, justamente por haver falhado no cumprimento dessa missão, “o antigo regime caíra” e que o “Governo Provisório fora obrigado a transformar-se”. Com o fito de se encorajarem, os conciliadores metiam medo neles próprios.

“Magnífico programa”, escrevia Lenine, “controle, trustes estatais, luta contra a especulação, serviço obrigatório do trabalho... Vemo-nos obrigados a reconhecer o programa do ‘tenebroso’ bolchevismo, porque pode existir outro programa, encontrar-se outra saída diante do *crack* espantoso que efetivamente nos ameaça...” A questão se resumia, entretanto, em saber-se quem realizaria o magnífico programa. Acaso a coligação? A resposta chegou imediatamente. Um dia após a adoção do programa econômico pelo Comitê Executivo, Konovalov, ministro do Comércio e da Indústria, pediu demissão e saiu violentamente batendo as portas. Foi substituído, em caráter provisório, pelo engenheiro Palchinsky, não menos fiel, porém o mais enérgico representante do grande capital. Os ministros socialistas nem mesmo se atreveram a propor, em caráter sério, o programa do Comitê Executivo aos seus colegas liberais. Porque enfim Chernov havia tentado em vão sugerir ao governo a interdição da venda das terras!

Em resposta às dificuldades crescentes o governo, por seu lado, apresentou um programa de descongestionamento de Petrogrado, isto é, de transferência das usinas e das fábricas para o interior do país. O projeto era motivado por considerações militares – perigo de conquista da capital pelos alemães – assim como pelas considerações econômicas: distância muito grande de Petrogrado das fontes combustíveis e de matérias-primas. O descongestionamento significaria a liquidação da indústria da capital durante meses e anos. O fim político era dispersar, por toda a extensão do país, a vanguarda da classe operária. Paralelamente, as autoridades militares viviam encontrando pretextos, uns após outros, para afastar de Petrogrado as tropas dotadas de espírito revolucionário.

Palchinsky envidou todos os seus esforços para persuadir a seção operária do Soviete a acreditar nas vantagens do descongestionamento. Era impossível levar a termo a evacuação contra a vontade operária, e os operários, de seu lado, não davam seu assentimento. O descongestionamento da capital progredia tão vagarosamente quanto a regulamentação da indústria. A desorganização agravava-se, subiam os preços, o *lock-out* larvado

estendia-se e, simultaneamente, o desemprego. O governo marcava passo. Miliukov mais tarde escreveu: “O Ministério deixava-se simplesmente levar pela corrente e a corrente ia desaguar no leito bolchevique. Sim, a corrente dos acontecimentos conduziu ao bolchevismo.

O proletariado era a grande força motriz da Revolução. Concomitantemente a Revolução formava o proletariado. E disto estava ele bastante necessitado. Vimos qual foi o papel decisivo dos operários de Petrogrado nas Jornadas de Fevereiro. As mais avançadas posições eram ocupadas pelos bolcheviques. Após a insurreição, entretanto, se retiraram subitamente, para algum lugar em segundo plano. O proscênio político foi ocupado pelos partidos conciliadores. Esses transmitem o poder à burguesia liberal. A bandeira do bloco é a do patriotismo. O assalto que empreenderam foi tão violento que pelo menos a metade da direção do Partido Bolchevique capitulou sob o ataque. À chegada de Lenine o rumo do Partido modificou-se bruscamente e, ao mesmo tempo, sua influência aumenta rapidamente. Por ocasião da manifestação armada de abril, a vanguarda dos operários e dos soldados tentou quebrar as cadeias de conciliação. Porém, depois do primeiro esforço, bate em retirada. Os conciliadores permanecem ao leme.

Mais tarde, após a insurreição de outubro, escreveram muitas vezes que os bolcheviques deviam a vitória ao exército camponês, exausto da guerra. É uma explicação muito superficial. Uma afirmação em contrário estaria mais perto da verdade: se os conciliadores obtiveram, na Revolução de Fevereiro, uma situação dominante, essa foi, antes de mais nada, devida ao lugar excepcional que o exército camponês ocupava na vida do país. Se a Revolução tivesse estourado em tempo de paz, o papel dirigente do proletariado teria tido, desde o início, um caráter bem mais saliente.

Sem a guerra a vitória revolucionária teria chegado mais tarde e, abstração feita às vítimas da guerra, ter-se-ia pago um preço bem mais alto. Não teria, todavia, deixado lugar para um transbordamento de opiniões conciliadoras e patrióticas. Em todo caso, os marxistas russos que prognosticaram muito antes dos acontecimentos a conquista do poder pelo proletariado, no decurso da Revolução burguesa, baseavam-se não na opinião passageira do exército camponês, mas na estrutura de classes da sociedade russa. Esta previsão foi totalmente confirmada. Mas as relações essenciais entre classes se refrataram através da guerra e, durante algum

tempo, se inverteram sob a pressão do exército, isto é, de uma organização de camponeses deslocados da sua classe e armados. Foi precisamente esta formação social artificial que consolidou extremamente as posições da pequena-burguesia conciliadora que criou para si mesma a possibilidade de fazer durante oito meses experiências, experiências essas que enfraqueceram o país e a Revolução.

Entretanto, a questão da política conciliadora não tem todas as suas raízes apenas no exército camponês. É preciso também procurar as causas complementares da passageira preponderância dos mencheviques e dos socialistas revolucionários no próprio proletariado, em sua composição e no estado de espírito da classe operária. Se os anos precedentes constituíam um período de maré alta revolucionária, a guerra bruscamente interrompeu esse *processus*. A mobilização foi concebida e aplicada não apenas com sentido militar, mas também sob o ponto de vista policial. O governo apressou-se em depurar as regiões industriais daqueles elementos operários mais ativos e mais turbulentos. Pode-se considerar como perfeitamente comprovado que a mobilização subtraiu à indústria, nos primeiros meses da guerra, até 40% de operários, em sua maioria qualificados. A ausência desses operários, sentida profundamente na produção, acarretou os protestos dos industriais e tanto mais intensos quanto os lucros das indústrias de guerra fossem mais elevados. Daí por diante interrompeu-se a destruição dos quadros proletários. Os operários indispensáveis às usinas nelas permaneciam na qualidade de convocados. As brechas abertas pela mobilização eram tapadas com gente nova, vinda dos campos, por operários pouco qualificados, pelo zé-povinho das cidades, por mulheres e por adolescentes. A porcentagem de mulheres na indústria elevou-se de 32%, para 40%.

O processo de transformação e de dispersão do proletariado assumiu proporções excepcionais precisamente na capital. Durante os anos da guerra, de 1914 a 1917, o número das grandes empresas que empregavam mais de 500 operários quase duplicou na província de Petrogrado. Em consequência do fechamento das usinas e das fábricas na Polônia, sobretudo nas províncias bálticas, devido, principalmente, ao crescimento em geral das indústrias de guerra, verificou-se em Petrogrado, em 1917, uma concentração de mais ou menos 400.000 operários, nas fábricas e nas usinas. Desse número, 335.000 pertenciam a 140 usi-

nas gigantes. Os mais combativos elementos do proletariado de Petrogrado desempenharam, no *front*, um papel considerável na formação da mentalidade revolucionária do exército. Aqueles porém que os substituíram na cidade, gente recentemente vinda dos campos, em sua maioria camponeses abastados e pequenos comerciantes, que procuravam abrigo nas usinas para fugir à frente de batalha, as mulheres e os adolescentes, eram operários mais dóceis do que os operários efetivos. A isto devemos acrescentar que os operários qualificados, que se encontravam nas usinas na qualidade de convocados – e existiam centenas de milhares deles – comportavam-se com extrema prudência temendo serem enviados para o *front*. É esta a base social da mentalidade patriótica que conquistou uma parte dos operários, mesmo ainda ao tempo do tzar.

Esse patriotismo, porém, não tinha estabilidade. A implacável opressão militar e policial, a exploração redobrada, as derrotas no *front* e a desorganização econômica, levavam os operários à luta. Durante a guerra, portanto, as greves tiveram de preferência caráter econômico e foram muito mais moderadas do que as anteriores à guerra. O enfraquecimento da classe agravava-se na medida em que o partido se enfraquecia. Após a detenção e a deportação dos deputados bolcheviques, procedeu-se, com o auxílio de agentes provocadores hierarquicamente organizados de antemão, a uma destruição geral das organizações bolcheviques e o partido não pôde mais erguer-se até que se iniciou a insurreição de fevereiro. Durante os anos de 1915 e 1916, a classe operária, desagregada, teve que passar por uma escola elementar de luta, e isso até fevereiro de 1917, quando as greves econômicas parciais e as manifestações de mulheres famintas puderam fundir-se numa greve geral e arrastar o Exército à insurreição.

Foi assim que, ao estalar a Revolução de Fevereiro, o proletariado de Petrogrado apresentou-se não somente com efetivos extremamente heterogêneos, que ainda não haviam podido formar um amálgama, mas sobretudo apresentando um nível político rebaixado, mesmo em seus setores mais avançados. Nas províncias as coisas andavam ainda pior. E foi justamente esse retrocesso provocado pela guerra, manifestado pela ignorância ou semi-ignorância política do proletariado, que criou uma condição favorável à dominação provisória dos partidos conciliadores.

A Revolução ensina, e rapidamente. Nisto reside a sua força. Cada semana revelava às massas algo novo. Dois meses equivaliam a uma época. Em fins de fevereiro – insurreição. Em fins de abril – manifestação dos operários e soldados armados em Petrogrado. Em princípios de julho – nova manifestação, com maior amplitude e com palavras de ordem mais resolutas. Em fins de agosto – tentativa de golpe de estado de Kornilov, repellido pelas massas. Em fins de outubro – conquista do poder pelos bolcheviques. Dentro de um de ritmo de acontecimentos que revelam regularidade surpreendente, operavam-se profundos *processus* moleculares que soldavam em um todo político os elementos heterogêneos da classe operária. E era ainda a greve que desempenhava papel decisivo.

Aterrorizados pela procela da Revolução que caía em cheio sobre a bacanal dos lucros de guerra, os industriais, nas primeiras semanas, fizeram concessões aos operários. Os usineiros de Petrogrado chegaram a consentir, embora com reservas e com restrições, no dia de oito horas. Isto porém não restituía a calma uma vez que o nível das condições de vida baixava constantemente. Em maio, o Comitê Executivo foi forçado a constatar que a vida, ao se tornar dia a dia mais cara, levava a situação dos operários “de inúmeras categorias sociais ao limite da miséria crônica”. Nos bairros operários, o nervosismo e a tensão dos espíritos cresciam cada dia mais. A falta de perspectiva era o que mais pesava. As massas são capazes de suportar as mais terríveis privações quando compreendem por que causa o fazem. O novo regime, porém, se desnudava perante elas, como disfarce das velhas relações sociais contra as quais se haviam sublevado em fevereiro. E isto elas não mais o podiam tolerar.

As greves assumem caráter particularmente violento nas camadas mais atrasadas e mais exploradas dos operários. As lavadeiras, os tintureiros, os tanoeiros; os empregados do comércio e da indústria, os empregados em construções, os bronzistas, os pintores, os aprendizes, os sapateiros, os empregados em cartonagem, os açougueiros, os marceneiros, todos sucessivamente entram em greve, durante todo o mês de junho. Os metalúrgicos, em contraposição, começam a desempenhar um papel moderador. Para os operários mais adiantados tornava-se cada dia mais claro que as greves econômicas parciais, nas condições de uma guerra, da desorganização e da inflação, não poderiam trazer verdadeiras melhorias

e que era necessário modificar, de qualquer modo, as próprias bases. O *lock-out* não somente revelava ao espírito dos operários que era necessário fazer reivindicação para o controle da indústria como também os fazia compreender a necessidade de pôr as usinas à disposição do Estado. E esta dedução parecia tanto mais natural quanto a maioria das fábricas particulares trabalhavam para a guerra, colaborando com fábricas do mesmo tipo, pertencentes ao Estado. Já no verão de 1917 apareciam na capital delegações de empregados e operários provenientes de diferentes lugares da Rússia, a solicitar que as usinas passassem à disposição do Tesouro, uma vez que os acionistas se negavam a novos investimentos. O governo, porém, não queria nem sequer ouvir falar nisso. Era necessário, por conseguinte, mudar de governo. Os conciliadores se opunham. Os operários voltavam-se contra os conciliadores.

A usina Putilov, que contava com 40.000 operários, parecera, nos primeiros meses da Revolução, ser a cidadela dos socialistas revolucionários. A sua guarnição, entretanto, não resistiu durante muito tempo aos bolcheviques. À frente dos assaltantes via-se, quase sempre, Volodarsky. Judeu, outrora alfaiate, tendo vivido muitos anos na América e conhecendo bem o inglês, Volodarsky era excelente orador de massas, lógico, imaginativo e fogoso... Um certo sotaque americano dava a sua voz sonora expressão particular que ressoava cristalina, em reuniões de milhares de indivíduos. “A partir do momento em que ele surgiu no bairro de Narva”, conta o operário Mínichev, “na usina Putilov, o terreno começou a tremer sob os pés dos senhores socialistas revolucionários e em dois meses mais ou menos os operários da Putilov passaram-se para os bolcheviques.”

O incremento das greves e, em geral, da luta de classes, fazia crescer quase automaticamente a influência dos bolcheviques. Todas as vezes que estavam em jogo os interesses vitais dos operários, eles compreendiam que os bolcheviques não tinham intenções ocultas, que nada escondiam e que podiam contar com eles. Nas horas de conflitos todos os operários sem partido, socialistas revolucionários e mencheviques, corriam para os bolcheviques. E assim se explica o fato de os comitês de usinas e de fábricas, que orientavam a luta pela manutenção de seus estabelecimentos contra a sabotagem da administração e dos proprietários, se passarem para os bolcheviques bem mais cedo do que os soviets. Na conferência dos co-

mitês de fábricas e usinas de Petrogrado e de seus arredores, em princípios de junho, 335 dos 421 votantes pronunciaram-se a favor da proposta bolchevique. Esse acontecimento passou inteiramente despercebido da grande imprensa. E, entretanto, aquilo significava que, nas questões essenciais da vida econômica, o proletariado de Petrogrado, mesmo antes de romper com os conciliadores, passara-se de fato para o lado dos bolcheviques.

Na concorrência dos sindicatos, em junho, comprovou-se que existiam em Petrogrado mais de 50 sindicatos, contando com pelo menos 250.000 membros. O sindicato dos metalúrgicos reunia aproximadamente 100.000 operários. Somente durante o mês de maio o número de seus membros duplicou-se. A influência dos bolcheviques nos sindicatos crescia ainda mais rapidamente.

Em todas as eleições parciais aos sovietes triunfavam os bolcheviques. A 1º de junho, no soviete de Moscou, existiram já 206 bolcheviques contra 172 mencheviques e 110 socialistas revolucionários. Idênticos crescimentos verificavam-se nas províncias, se bem que mais lentamente. O número dos membros do partido aumentava constantemente. Em fins de abril a organização de Petrogrado contava com aproximadamente 15.000 membros e em fins de junho, com mais de 72.000.

Na seção operária do Soviete de Petrogrado, já havia, naquela ocasião, maioria bolchevista. Porém, nas sessões em que se reuniam as duas seções, os bolcheviques eram esmagados pelos delegados soldados. O *Pravda* reclamava com uma insistência cada vez maior por novas eleições: “os 500.000 operários de Petrogrado contam, no Soviete, com quatro vezes menos delegados do que os 150.000 homens da guarnição”.

No Congresso dos sovietes, realizado em junho, Lenine exigia sérias medidas para a luta contra os *lock-out*, as pilhagens e o desbaratamento da vida econômica provocada pelos industriais e pelos banqueiros. “Publicai os lucros dos senhores capitalistas prendeí 50 ou 100 dos maiores milionários. Basta que eles fiquem encerrados durante algumas semanas, mesmo que seja sob regime de favor como o que se dispensa a Nicolau Romanov, com o único fim de obrigá-los a desvendar os embustes, as armadilhas, os canalhismos e o mercantilismo que, mesmo sob o novo governo, custam milhões ao nosso país.” Os líderes do Soviete consideravam monstruosa a proposta de Lenine. “Será possível que exercendo violências

contra tais e tais capitalistas se possam modificar as leis que regem a vida econômica do país?” O fato de os industriais fazerem as leis conspirando contra a nação era aceito como sendo a coisa mais natural do mundo.

Kerensky, que lançava contra Lenine toda a fúria de sua indignação, não hesitou, um mês mais tarde, em prender milhares de operários que não estavam de acordo com os industriais a respeito das “leis que regiam a vida econômica do país”.

A ligação entre o econômico e o político ia-se desvendando. O Estado, habituado a agir em razão de princípio místico, agia agora, e cada vez mais frequentemente, sob as mais primitivas formas, isto é, por meio de destacamentos armados. Em diversos pontos do país os operários faziam comparecer à força perante o Soviete ou então prendiam nos próprios domicílios os patrões que recusavam fazer concessões ou mesmo entabular conversações. Não é, portanto, de admirar que a milícia operária tenha-se tornado no objeto de aversão particular das classes possuidoras.

A decisão do Comitê Executivo, ordenando de início que se armassem 10% dos operários, não fora posta em execução. Os operários, porém, conseguiam armar-se parcialmente e nas fileiras da milícia foram introduzidos os mais ativos elementos. A direção da milícia operária concentrava-se nas mãos dos comitês de usina e as direções dos comitês de usina passavam rapidamente para as mãos dos bolcheviques. Um operário da usina Postavshchik de Moscou conta o seguinte: “A 1º de junho, logo que foi eleito o novo comitê de usina, composto em sua maioria de bolcheviques, organizou-se um destacamento de cerca de 80 homens, o qual, à falta de armas, fazia os exercícios militares com bastões, sob a direção de um velho soldado, o camarada Levakov.”

A imprensa acusava a milícia de violência, de requisição e de detenções ilegais. Sem dúvida alguma a milícia empregava violências: tinha sido precisamente organizada para tal fim. Seu crime porém consistia em empregar a violência contra os representantes da classe que não estava habituada a sofrê-la e a ela não queria habituar-se.

Na usina Putilov, que desempenhava papel dirigente na luta pelo aumento dos salários, realizou-se uma reunião, a 23 de junho, com a participação dos representantes do Soviete Central dos Comitês das fábricas e das usinas, do *Bureau* central dos sindicatos e de 73 usinas. Por in-

fluência dos bolcheviques, a conferência reconheceu que a greve da usina, nas condições do momento presente, poderia acarretar “uma luta política desorganizada dos operários de Petrogrado”, e, por conseguinte, propôs aos operários de Putilov “que contivessem a legítima indignação”, e que preparassem as forças para uma ação geral.

Na véspera dessa importante conferência, a fração bolchevique advertia o Comitê Executivo: “Massa de 40.000 pessoas... pode de um dia para outro, entrar em greve e descer às ruas. Ela já estaria em movimento se não fosse contida pelo nosso Partido, mas nada nos garante que ainda consigamos detê-la. Ora, um levante dos operários de Putilov – e sobre isto não pode haver dúvidas – provocaria inevitavelmente a participação da maioria dos operários e dos soldados.”

Os líderes do Comitê Executivo interpretavam esses avisos como pura demagogia, ou então faziam simplesmente ouvidos moucos, zelando pela própria tranquilidade. Os mesmos líderes haviam deixado de frequentar as usinas e as casernas por já se estarem tornando odiosos aos operários e aos soldados. Unicamente os bolcheviques gozavam de autoridade que lhes permitia impedir, entre os operários e os soldados, ação dispersa. A impaciência das massas, já então, se voltava até mesmo, algumas vezes, contra os próprios bolcheviques.

Nas usinas e na esquadra surgiram os anarquistas. Como sempre, em presença de grandes acontecimentos e de grandes massas, manifestavam eles a própria inconsistência orgânica. Negavam eles tanto mais facilmente o Poder do Estado, quanto não compreendiam de modo algum a importância do Soviete como órgão de um novo Estado. Aliás, aturdidos pela Revolução, mantinham silêncio quase sempre e muito simplesmente no tocante à questão do Estado. Manifestavam autonomia, sobretudo quando se tratava de um medíocre *putsch*. O impasse econômico e a exasperação crescente dos operários de Petrogrado criavam para os anarquistas alguns pontos de apoio. Incapazes de avaliar seriamente a relação das forças em toda a escala nacional, prontos a considerar qualquer impulso vindo da base como o último golpe para a salvação, acusavam, algumas vezes, os bolcheviques de pusilanimidade e até mesmo de espírito de conciliação. Entretanto, ordinariamente, limitavam-se a rosnar. A reação das massas perante as manifestações dos anarquistas permitia, algumas vezes, aos bolcheviques, medir o grau de pressão da caldeira revolucionária.

Os marujos que festejaram a chegada de Lenine à estação de Finlândia, declararam, 15 dias mais tarde, sob o impulso patriótico que vinha de todas as partes: “Se tivéssemos sabido... através de que caminhos ele chegou, teriam escutado, ao invés de hurras, entusiásticos nossos gritos de indignação: Abaixo! Volta ao país através do qual voltaste para nossa casa!...” Os soviets dos soldados, na Crimeia, um após outro, ameaçavam opor-se pelas armas à entrada de Lenine na península patriota, que, aliás, não tinha intenção de visitar. O regimento de Volynsky, corifeu de 27 de fevereiro, em efervescência, decidiu mesmo prender Lenine, e tão decidido estava que o Comitê Executivo sentiu-se forçado a tomar medidas de segurança. Semelhantes estados de espírito perduraram até a ofensiva de junho, e ainda tiveram recidivas flamantes após as Jornadas de Julho. Ao mesmo tempo, nas guarnições perdidas em longínquos setores do *front*, os soldados falavam com audácia, cada dia crescente, a linguagem bolchevista e, quase sempre, sem disto se aperceberem.

Os bolcheviques eram contados a dedo nos regimentos, mas as palavras de ordem do bolchevismo, pouco a pouco iam-se aprofundando. Elas surgiam como que espontaneamente em todos os pontos do país. Os observadores liberais, em tudo isso, nada mais vislumbravam do que o caos e a ignorância. A *Rech* escrevia: “Nossa pátria transformou-se positivamente em uma espécie de casa de doidos em que loucos furiosos agem e comandam enquanto os que ainda não perderam a razão se afastam apavorados e se comprimem de encontro a paredes.” Expressões semelhantes foram, exatamente, as que serviram para desoprimir o espírito dos “moderados” em todas as revoluções. A imprensa conciliadora consolava-se com dizer que soldados, apesar dos mal-entendidos, não queriam saber de maneira alguma dos bolcheviques. Ora, o bolchevismo inconsciente das massas, porque refletia a lógica do desenvolvimento histórico, constituía a força irresistível do partido de Lenine.

O soldado Pireiko narra que, nas eleições do *front* para a formação do congresso dos soviets, após três dias de debates, só conseguiram eleger os socialistas revolucionários, mas que, imediatamente, apesar dos protestos dos líderes, os deputados soldados aprovaram a resolução que versava sobre a necessidade de tomar as terras dos nobres, sem esperar pela Assembleia Constituinte. “Via de regra, nas questões acessíveis aos solda-

dos, colocavam-se eles mais à esquerda do que os mais extremistas dos extremados bolchevistas.” Era isso que Lenine definia ao dizer que as massas estavam “cem vezes mais à esquerda do que nós”.

Um guarda-livros, de certa oficina de motocicletas, em certo ponto da província de Táuride, conta que, frequentemente, após a leitura de um jornal burguês, os soldados invectivavam os bolcheviques desconhecidos e, imediatamente após, entravam a discutir sobre a necessidade de se terminar com a guerra e de serem confiscadas as terras dos nobres. Eram, entretanto, aqueles soldados, os mesmos patriotas que haviam jurado não consentir jamais que Lenine entrasse na Crimeia.

Os soldados das enormes guarnições da retaguarda consumiam-se na imobilidade. Imensa aglomeração de homens desocupados a esperarem impacientemente qualquer mudança no destino, criavam um estado de nervosismo que se manifestava pela predisposição constante a exteriorizarem, nas ruas, o descontentamento que lhes ia na alma, e isto em idas e vindas intermináveis, nos *tramways*, e mascando, como se fosse epidemia, sementes de girassol. O soldado, com a túnica negligentemente atirada sobre os ombros, uma casca de girassol nos lábios, tornou-se, para a imprensa burguesa, o tipo do personagem mais detestável dentre todos. Aquele que, durante a guerra, fora estupidamente adulado, tratado sempre como herói – o que não o impedia de, no *front*, sofrer como herói os suplícios do vergastamento; aquele que após a insurreição de fevereiro havia sido elevado às nuvens como emancipador do povo, tornou-se, bruscamente, o tipo impopular do covarde, do traidor, do provocador de violências e do vendido à Alemanha. Em verdade, não havia infâmia que a imprensa patriótica tivesse deixado de assacar contra os soldados e contra os marinheiros russos.

O Comitê Executivo nada mais fazia a não ser justificar-se de combater a anarquia, de sufocar os excessos, de expedir, na sua afobação, boletins de informações e admoestações. O presidente do Soviete de Tzaritsin – cidade considerada como ninho do “anarcobolchevismo” – respondeu a perguntas do centro sobre a situação com a seguinte frase lapidar: “Quanto mais a guarnição caminha para a esquerda, tanto mais tende o burguês para a direita.” A fórmula de Tzaritsin podia estender-se a todo o país. O soldado para a esquerda, o burguês para a direita.

Aquele que dentre os soldados que ousasse expressar, mais audaciosamente do que os demais, aquilo que todos sentiam, começava a ser tão obstinadamente invectivado de bolchevique pelos superiores, que ele acabava acreditando que o era. O pensamento do soldado voltava-se, a partir da paz e da terra, para a questão do poder. O eco de tais e tais palavras de ordem do bolchevismo transformava-se em simpatia consciente pelo partido bolchevique. No regimento Volynsky, que em abril se mostrava disposto a prender Lenine, o estado de espírito em dois meses teve tempo de modificar-se favoravelmente aos bolcheviques. Dava-se o mesmo no regimento dos caçadores, o Egersky, e no Regimento Litovsky. Os caçadores lituanos tinham sido formados pela autocracia com o fim de utilizar, para a guerra, o ódio dos camponeses diaristas e dos operários agrícolas, contra os barões da Livônia. Os regimentos combatiam muito bem. Mas o espírito de hostilidade de classes, no qual desejava apoiar-se a monarquia, já havia predeterminado seu caminho. Os caçadores letões formaram entre os primeiros que romperam com a monarquia e, em seguida, com os conciliadores. Já a 17 de maio os representantes de 8 regimentos letões adotaram, quase que unanimemente, a palavra de ordem bolchevique: “Todo o poder aos soviets.” Na marcha ulterior da Revolução, coube-lhe desempenhar importante papel.

Um soldado desconhecido escreveu do *front*: “Hoje, 13 de junho, houve em nosso destacamento, uma pequena reunião e falou-se em Lenine e Kerensky; os soldados, em sua maioria, são por Lenine, mas os oficiais dizem que Lenine é um burguês consumado.” Após o desastre catastrófico da ofensiva, o nome de Kerensky, no exército, tornou-se absolutamente odioso.

A 21 de junho, os *junkers* percorreram as ruas de Petorhof carregando bandeiras e cartazes que diziam: “Abaixo os espíões! Vivam Kerensky e Brussilov!” Os *junkers*, é claro, estavam, com Brussilov. Os soldados do 4.º Batalhão lançaram-se sobre os *junkers* e os dispersaram. A maior irritação foi provocada pelo cartaz em honra de Kerensky.

A ofensiva de junho acelerou extremamente a evolução política do exército. A popularidade dos bolcheviques, único partido que antecipadamente gritara contra a ofensiva, começou a aumentar com extraordinária rapidez. A bem dizer, os jornais bolcheviques dificilmente pene-

travam no exército. A tiragem era muito restrita em comparação com a da imprensa liberal e patriota em geral, "... mesmo que, em lugar algum encontramos um só de vosso jornal", escreve para Moscou uma calosa mão de soldado, "apenas nos aproveitamos de vosso jornal por ouvir dizer. Aqui nos enchem de jornais burgueses gratuitos, que são enviados para o *front*, em grandes pilhas, para serem distribuídos entre os soldados". Era precisamente, porém, a imprensa patriota que facilitava aos bolcheviques uma incomparável popularidade. Todo protesto de oprimido, toda apropriação de terra, todos os casos de represálias de soldados contra um oficial odiado, eram atribuídos pelos jornais aos bolcheviques. E os soldados concluíam que os bolcheviques falavam como homens justos.

O comissário do 12.º Exército enviou a Kerensky, em princípios de julho, um relatório sobre o estado de espírito dos soldados: "Tudo, em suma, é imputado aos ministros burgueses e ao Soviete vendido aos burgueses. Em resumo, na imensa massa, só há trevas impenetráveis; e, desgraçadamente, devo constatar que até os jornais, ultimamente, são pouco lidos e que desconfiam completamente da palavra imprensa. São belos fazedores de frases, procuram entupir nossos crânios..." Durante os primeiros meses, os relatórios dos comissários eram ordinariamente ditirambos em honra ao exército revolucionário, à sua alta disciplina e consciência. Quando, porém, após quatro meses de incessantes decepções, o exército deixou de confiar nos oradores e publicistas do governo, os mesmos comissários descobriram nele "trevas impenetráveis".

Quanto mais a guarnição caminha para a esquerda, tanto mais o burguês tende para a direita. Sob o impulso da ofensiva, as uniões contrarrevolucionárias surgiam em Petrogrado como brotos depois das chuvas. Elas se batizavam com nome cada qual mais sonoro do que o outro: União pela Honra da Pátria, União do Dever Militar, Batalhão da Liberdade, Organização dos Bravos, etc. Sob essas magníficas etiquetas dissimulavam-se as ambições e as pretensões dos nobres, dos oficiais, da burocracia, da burguesia. Algumas daquelas organizações, como a Liga Militar, a União dos Cavaleiros de São Jorge ou então a Divisão dos Voluntários, constituíam células inteiramente preparadas para uma conjuração militar. Agindo na qualidade de ardorosos patriotas, os cavaleiros da "honra" e da "bravura" não só mantinham para eles abertas as portas das embaixadas aliadas como

também recebiam de tempos em tempos uma subvenção governamental outrora negada ao Soviete por ser considerado como uma “organização particular”.

Um dos rebentos da família Suvorin, magnata do jornalismo, iniciou então a publicação da *Malenkaia Gazeta* (*Pequeno Jornal*) que, na qualidade de órgão do “socialismo independente” pregava uma ditadura de ferro, apresentando como candidato o almirante Kolchak. A imprensa mais séria, sem ainda pôr os pontos nos *ii*, empregava todos os meios para tornar Kolchak popular. A sorte que mais tarde coube ao almirante prova que, já no início do verão de 1917, tratava-se de um grande plano ao qual uniam o seu nome e que, por trás das costas de Suvorin, mantinham-se os círculos influentes.

Obedecendo a um simples cálculo de tática, a reação, exceção feita a alguns ataques diretos, afetava dirigir a sua ofensiva apenas contra os leninistas. O nome de “bolchevique” transformou-se em sinônimo de um elemento infernal. Assim como antes da Revolução os chefes do exército czarista atiravam a responsabilidade de todas as desgraças e sobretudo da própria estupidez sobre os espiões alemães, e particularmente sobre os “judeus”, da mesma forma, após o malogro da ofensiva de junho, os insucessos e as derrotas foram, invariavelmente, imputados aos bolcheviques. Nesse terreno, os democratas no gênero de Kerensky e Tseretelli não se distinguiam, em nada, dos liberais tais como Miliukov, nem mesmo dos partidários declarados da servidão, tais como o general Denikin.

Como sempre acontece quando os antagonistas alcançam a mais alta tensão, sem que o momento preciso da explosão tenha chegado, os agrupamentos das forças políticas se manifestavam mais aberta e claramente, não nas questões essenciais, mas nas questões acidentais e acessórias. Um dos para-raios destinados às paixões políticas, naquelas semanas, foi Kronstadt. A antiga fortaleza, que devia servir de fiel sentinela das portas marítimas da capital imperial, levantara, mais de uma vez, outrora, a bandeira da insurreição. E apesar de implacáveis repressões, a chama da revolta jamais se extinguiu em Kronstadt. Após a insurreição, esta chama voltou a brilhar ameaçadora. O nome da fortaleza marítima tornou-se, cedo, nas folhas da imprensa patriota, o sinônimo dos aspectos mais terríveis da Revolução, isto é, do bolchevismo. Em realidade, a Soviete de Kronstadt

ainda não era bolchevique: em maio existiam 107 bolcheviques, 112 socialistas revolucionários, 30 mencheviques e 97 sem partido. Tratava-se, porém, de socialistas revolucionários e de homens de Kronstadt sem partido, que viviam sob alta pressão: a maioria dentre eles, nas questões mais importantes, seguia os bolcheviques.

No terreno político, os marinheiros de Kronstadt não estavam inclinados nem para as manobras nem para a diplomacia. Tinham como princípio único: dito e feito. Não é portanto de admirar que em relação a um Governo fantasmagórico, eles se inclinassem para os métodos de ação extremamente simplificados. A 13 de maio o Soviete tomou a seguinte decisão: “O poder em Kronstadt é o Soviete dos deputados operários e soldados.”

A demissão do comissário do Governo, o cadete Pepelyaev, cujo papel era o de *step* da quinta roda de um carro, passou completamente despercebido na fortaleza. A ordem foi mantida de maneira exemplar. Na cidade foram proibidos os jogos de cartas e fecharam os botequins evacuando-os. O Soviete, sob ameaça de confisco dos bens e envio imediato para o *front*, proibiu circular pelas ruas em estado de embriaguez. E a ameaça foi cumprida por mais de uma vez.

Temperados pelo terrível regime da esquadra czarista e da fortaleza marítima, habituados a trabalhos rudes, aos sacrifícios tanto quanto às sevícias, os marinheiros, agora, que se entreabria o reposteiro de uma vida nova, na qual sentiam que se tornariam senhores, enrijaram os músculos todos a fim de se mostrarem à altura da Revolução. Em Petrogrado, atiravam-se avidamente sobre os amigos e inimigos e os arrastavam quase que a força para Kronstadt a fim de mostrar-lhes o que eram, na realidade, marinheiros revolucionários. Semelhante tensão moral não podia subsistir perpetuamente, mas persistiu durante muito tempo. Os marinheiros de Kronstadt constituíram uma espécie de Ordem militante da Revolução. Porém, de que Revolução? Como quer que fosse, não seria, em absoluto, daquela revolução que se personificava no ministro Tseretelli, e em seu comissário Pepelyaev. Kronstadt erguia-se como ao prenunciador de uma segunda Revolução iminente. Era por isso que se tornara tão detestada por todos aqueles que se sentiam saturados da primeira.

A demissão pacífica e imperceptível de Pepelyaev foi divulgada pela imprensa situacionista quase que com um levante armado contra a

unidade do Estado. O Governo queixou-se ao Soviete. Este designou incontinênti uma delegação para catequizar os marinheiros. A máquina do duplo poder movimentou-se entre solavancos e rangidos. A 24 de maio, o Soviete de Kronstadt, com a participação de Tseretelli e de Skobelev, consentiu, por instância dos bolcheviques, em reconhecer que se continuasse a luta pelo poder dos sovietes, ver-se-ia praticamente obrigado a subordinar-se ao Governo Provisório enquanto o poder dos sovietes não fosse estabelecido em todo o país. Dois dias após, entretanto, em consequência da pressão dos marinheiros indignados contra semelhante capitulação, o Soviete declarou que os ministros apenas haviam recebido “explicações” a respeito de Kronstadt, que permanecia sem alteração. Era uma evidente falta de tática, por detrás da qual, entretanto, o que se ocultava nada mais era do que um ponto de honra revolucionário.

Entre os altos dirigentes, decidiu-se aproveitar a ocasião favorável para dar ao pessoal de Kronstadt uma lição e forçá-los, concomitantemente, a redimir-se dos erros que precedentemente haviam cometido. Como é compreensível, foi Tseretelli quem fez as vezes de procurador. Evocando, em termos patéticos, as suas próprias prisões, incriminava ele particularmente os homens de Kronstadt pelo fato de conservarem nas casamatas da fortaleza oitenta oficiais detidos. Toda a imprensa sensata o apoiou. Todavia, os jornais conciliadores, isto é, ministeriais, foram forçados a reconhecer que se tratava “de autênticos ladrões da tesouraria” e “de gente que havia abusado inimaginavelmente do direito da violência”... Os marinheiros testemunhas – segundo o *Izvestia*, folha oficiosa do próprio Tseretelli –, “prestaram depoimento a respeito do esmagamento do levante de 1906 (executado pelos oficiais agora aprisionados), dos fuzilamentos em massa, dos batelões repletos de cadáveres de supliciados e que eram postos a pique, e a respeito de outras barbaridades...; prestam eles depoimento em narrativa simples, como se se tratasse de fatos corriqueiros”.

Os homens de Kronstadt recusavam-se obstinadamente a entregar os prisioneiros ao Governo uma vez que os carrascos e os gatunos da casta de nobres simpatizavam mais com eles do que com os marinheiros executados em 1906 e em anos subsequentes. Não foi por acaso, com efeito, que Pereverzev, ministro da Justiça, que Sukhanov indulgentemente definia como “um dos personagens suspeitos do Governo de coligação”,

soltava sistematicamente da fortaleza Pedro e Paulo os mais infames representantes da polícia militar czarista. Os arrivistas da democracia esforçavam-se, antes de tudo, por provar à burocracia reacionária que eram magnânimos.

Às acusações de Tseretelli, respondiam, em seu manifesto, os homens de Kronstadt: “Os oficiais, os guardas e os policiais que nós prendemos durante as jornadas revolucionárias já declararam, eles mesmos, aos representantes do Governo, que nada têm a dizer contra o tratamento que lhes é dado pelos guardas da prisão. É verdade que as acomodações da prisão de Kronstadt são horrorosas. Esses edifícios são exatamente aqueles que foram edificadas pelo czarismo para nos prender. E não dispomos de outros. E se conservamos em tais prisões os inimigos do povo, não é por vingança, mas apenas por motivo de precaução revolucionária.”

A 27 de maio, os homens de Kronstadt foram julgados pelo Soviete de Petrogrado. Trotsky, ao tomar a defesa deles, advertia Tseretelli de que, em caso de perigo, isto é, “se qualquer general contrarrevolucionário tentasse passar a corda no pescoço da Revolução, os cadetes facilitariam o trabalho e que então os marinheiros de Kronstadt apresentar-se-iam, indubitavelmente, para lutar e morrer conosco”. Esta advertência justificou-se três meses mais tarde, com exatidão imprevista; quando o general Kornilov se insurgiu e lançou suas tropas contra a capital, Kerensky, Tseretelli e Skobelev pediram auxílio aos marinheiros de Kronstadt para a defesa do Palácio de Inverno. Mas que é isso? Em junho, os senhores democratas protegiam a ordem contra a anarquia e nenhum argumento, nem predição alguma, poderiam ter influência nas decisões deles. Por maioria de 580 votos contra 162, com 74 abstenções, Tseretelli conseguiu que o Soviete de Petrogrado aprovasse uma resolução que declarava “anárquica” Kronstadt, demitida da democracia revolucionária.

Assim que o Palácio Marinsky, que esperava impaciente, teve notícia de que a bula de excomunhão fora votada, o Governo mandou cortar imediatamente as comunicações telefônicas particulares entre a capital e a fortaleza, a fim de impedir que o centro bolchevique agisse sobre os homens de Kronstadt, ordenou que todos os navios-escolas se afastassem sem demora das águas da fortaleza e exigiu do Soviete “submissão incondicional”. O congresso dos deputados camponeses, reunido naqueles dias,

ameaçou “recusar aos homens de Kronstadt quaisquer gêneros de consumo”. A reação que se ocultava por detrás das costas dos conciliadores procurava um desenlace definitivo, e, se fosse possível, sangrento.

“O ato irrefletido do soviete de Kronstadt”, escreveu Yugov, um dos jovens historiadores, “poderia ter consequências indesejáveis. Era preciso encontrar um meio favorável de sair da situação criada. Foi exatamente com esse fim que Trotsky se dirigiu para Kronstadt, tomou a palavra no soviete, redigiu uma declaração, que foi adotada pelo soviete e ratificada, em seguida, por unanimidade, devido aos esforços de Trotsky, em um *meeting*, na Praça da Âncora.” Conservando a sua posição de princípios, os homens de Kronstadt faziam concessões no terreno da prática.

A solução pacífica do conflito exasperou definitivamente a imprensa burguesa: a anarquia reina na fortaleza, imprime-se nela um papel-moeda especial – cujos fac-símiles fantasistas eram reproduzidos nos jornais – os bens do Estado são pilhados, as mulheres foram socializadas, entregam-se aos roubos e às orgias de embriagados marinheiros, que estavam orgulhosos por terem instaurado entre eles uma ordem severa, cerravam os punhos fortes à leitura dos jornais que espalhavam, em milhões de exemplares, calúnias sobre eles e em toda a Rússia.

Tendo conseguido a libertação dos oficiais de Kronstadt, as autoridades judiciárias de Pereverzev punham-nos em liberdade, uns após outros. Seria edificante determinar quais foram, dentre os libertados, os que, mais tarde, participaram da guerra civil e quantos marinheiros, soldados, operários e camponeses foram fuzilados e enforcados por eles. Infelizmente não nos é possível entregarmo-nos, aqui, a cálculos esclarecedores.

A autoridade do Governo estava salva. Mas os marinheiros também não tardaram a obter satisfações pelos ultrajes que sofreram. De todos os pontos do país começaram a chegar votos de felicitações para a Kronstadt vermelha: de diversos sovietes dentre os que estavam mais à esquerda, de usinas, de regimentos, de *meetings*. O 1º Regimento de Metralhadores, por inteiro, demonstrou, nas ruas de Petrogrado, seu respeito pelos homens de Kronstadt, “pela decidida atitude de desconfiança em relação ao Governo Provisório”.

Kronstadt preparava-se, entretanto, para uma desforra ainda mais significativa. As afrontas da imprensa burguesa foi um fator de im-

portância política geral. “Tendo-se entrincheirado em Kronstadt”, escreve Miliukov, “o bolchevismo lança sobre a Rússia uma vasta rede de propaganda, por meio de agitadores convenientemente instruídos. Os emissários de Kronstadt eram enviados ao *front*, onde solapavam a disciplina na retaguarda, para os campos, onde provocavam a devastação das propriedades. O soviete de Kronstadt equipava seus emissários com documentação especial: ‘Fulano é enviado à província de... para participar, com direito a voto, dos comitês de distritos, de cantão, de aldeia, como também para falar nos *meetings*, convocar reuniões que julgar convenientes, em qualquer lugar’, e com ‘o direito de portar armas, de passagem livre e gratuita em todas as estradas de ferro e em navios’. Ainda mais, a inviolabilidade da pessoa física do agitador enviado é garantida pelo soviete da cidade de ‘Kronstadt’.”

Ao denunciar o trabalho subversivo dos marinheiros do Báltico, Miliukov esquece apenas de explicar, como é porque, apesar da existência de autoridade, de instituições e de jornais de grande sensatez, os marinheiros isolados, munidos de estranho mandato do Soviete de Kronstadt, percorriam todo o país sem encontrar obstáculos, achavam por toda parte abrigo e alimentação, eram admitidos em todas as assembleias populares, em todos os lugares eram atentamente escutados e punham a marca de seus punhos rudes em todos os acontecimentos históricos. Ao historiador a serviço da política liberal não ocorre fazer tão simples pergunta. Ora, o milagre de Kronstadt só era concebível unicamente porque os marinheiros exprimiam as exigências do desenvolvimento histórico de modo muito mais profundo que os muito inteligentes professores. O mandato destituído de ortografia demonstrou, se empregarmos a linguagem de Hegel, ser real porque é racional. Enquanto que os planos subjetivos mais sagazes mostraram-se ilusórios, porque neles não havia sequer um traço de razão histórica.

Os sovietes deixavam-se ultrapassar pelos comitês de usinas. Os comitês de usinas, pelas massas. Os soldados, pelos operários. E, mais ainda, as províncias estavam em atraso relativamente à capital. Tal é a inevitável dinâmica do *processus* revolucionário, que engendra milhares de contradições para, em seguida, como por acaso, de passagem e como se brincasse em superá-las e imediatamente criar outras novas. O partido, isto é, a organização que menos do que qualquer outra tem o direito de se deixar ultrapassar, sobretudo em tempo de Revolução, retardava-se também em

relação à dinâmica revolucionária. Em centros operários, tais como Ekaterinburgo, Perm, Tula, Nizhni-Novgorod, Sormovo, Kolomna, Yuzovka, os bolcheviques só se separaram dos mencheviques em fins de maio. Em Odessa, Nikolaev, Elisavetgrado, Poltava e em outros pontos da Ucrânia, os bolcheviques, em meados de junho, não possuíam ainda organizações autônomas. Em Baku, Zlatoust, Bezhetsk, eles só se separaram definitivamente dos mencheviques em fins de junho.

Esses fatos tornam-se ainda mais surpreendentes se considerarmos que, em quatro meses, os bolcheviques tomariam o poder. Como distanciado estivera o partido, durante a guerra, do *processus* molecular que se realizava nas massas e como a direção Kamenev-Stalin, em março, permanecia distanciado das grandes tarefas históricas! O mais revolucionário partido que até hoje conheceu a história humana, foi, entretanto, apanhado de surpresa pelos acontecimentos da Revolução. Ele se reconstituiu sob o fogo e alinhava as suas fileiras sob o impulso dos acontecimentos. As massas se encontraram, no momento da reviravolta, “cem vezes” mais à esquerda do que o partido da extrema esquerda.

A progressão da influência dos bolcheviques, que se deu com o vigor de um *processus* histórico natural, se a examinarmos de mais perto revelar-se-á em suas contradições e ziguezagues, em seus fluxos e refluxos. As massas não são absolutamente homogêneas e, aliás, só aprendem a atirar o fogo da Revolução queimando nele os dedos e por isso, recuando. Os bolcheviques poderiam apenas acelerar o *processus* de aprendizagem das massas. Eles explicavam pacientemente. De resto, naqueles momentos decisivos, a História não abusou da paciência deles.

Enquanto que os bolcheviques, irresistivelmente, conquistavam as usinas, as fábricas e os regimentos, as eleições para as dumas democráticas davam aos conciliadores uma enorme e aparentemente crescente preponderância. Foi essa uma das contradições mais agudas e mais enigmáticas da Revolução. É bem verdade que a Duma do bairro de Vyborg, estritamente proletário, se orgulhava de sua maioria bolchevique. Era, porém, uma exceção. Em junho, nas eleições municipais de Moscou, os socialistas revolucionários conseguiram mais de 60 % dos votos. Esse número causou estupefação mesmo entre eles; não podiam deixar de sentir que a influência deles caminhava rapidamente para o declínio. Para bem

compreender a relação entre o desenvolvimento real da Revolução e suas refrações nos espelhos da democracia, as eleições de Moscou oferecem um extraordinário interesse. As camadas mais adiantadas dos operários e dos soldados apressavam-se por se desembaraçar das ilusões conciliadoras. Enquanto isso, as densas camadas do povo da cidade apenas começavam a movimentar-se. Para essa massa dispersa, as eleições democráticas abriam, talvez, a primeira possibilidade e, de qualquer maneira, uma das raras ocasiões de se manifestarem politicamente.

Enquanto o operário, ainda ontem menchevique ou socialista revolucionário, votava no partido dos bolcheviques, arrastando consigo o soldado, o chofer, o porteiro, o comerciante, o vendeiro e seu empregado, o preceptor, através de um ato tão heroico como o de sufragar os socialistas revolucionários, saía pela primeira vez da situação de nulidade política. As camadas pequeno-burguesas votavam atrasadas em Kerensky, pelo fato de representar, para elas, a Revolução de fevereiro que somente naquele dia as atingia. Com seus 60% de maioria socialista revolucionária, a Duma de Moscou brilhava com o último resplendor da chama que se extingue. O mesmo aconteceu com todos os outros órgãos de administração autônoma da democracia. Apenas surgidos e já se mostravam incapazes devido ao atraso. Isto significava que a marcha da Revolução dependia dos operários e dos soldados e não da poeira humana que o vendaval da Revolução levantava e fizera turbilhonar.

Tal é a dialética profunda e ao mesmo tempo simples do despertar revolucionário das classes oprimidas. A mais perigosa das aberrações de democracia faz apenas uma simples adição dos fatos da véspera, do dia de hoje e do dia de amanhã lá onde, em realidade, se encontra o pesado traseiro. Lenine ensinava o seu partido a diferenciar a cabeça do traseiro.

.....

Capítulo XXII

O CONGRESSO DOS SOVIETES E A MANIFESTAÇÃO DE JUNHO

O 1º CONGRESSO DOS SOVIETES, que sancionou os planos de Kerensky para a ofensiva, reuniu-se a 3 de junho em Petrogrado, no edifício da Academia Militar (alunos-oficiais). Havia um total de 820 delegados com direito a voto e 268 com direito de opinião. Eles representavam 305 soviets locais, 53 soviets regionais e provinciais, as organizações de *front*, as instituições militares da retaguarda e algumas organizações camponesas. Só tinham direito de voto os soviets que contavam com pelo menos 25.000 membros. Os que contavam com um número entre 10.000 e 25.000 só tinham direito de opinião. Baseados nestas normas que, aliás, não eram rigorosamente observadas, podemos supor que o Congresso representasse mais de 20 milhões de homens. De 777 delegados que apresentaram documentos de sua filiação a um partido, havia 285 socialistas revolucionários, 248 mencheviques e 105 bolcheviques; havia ainda grupos menos consideráveis. A ala esquerda, isto é, os bolcheviques e os internacionalistas, estreitamente ligados, representava menos de um quinto dos delegados. O Congresso se compunha, em sua maioria, de pessoas que, em março, se inscreveram como

socialistas e que, em junho, já se sentiam cansadas da Revolução. Petrogrado devia-lhes parecer uma cidade de possessos.

O Congresso começou por aprovar a expulsão de Grimm, lamentável socialista suíço que tentara salvar a Revolução Russa e a social-democracia alemã por meio de entendimentos, por detrás dos bastidores, com os diplomatas do Hohenzollern. A ala esquerda, tendo exigido um debate imediato sobre a questão da ofensiva em organização, viu essa proposta rejeitada por esmagadora maioria. Os bolcheviques apresentavam o aspecto de um grupo insignificante. Mas, nesse mesmo dia e talvez nessa mesma hora, a conferência dos comitês das fábricas e das usinas de Petrogrado adotava, por maioria igualmente esmagadora, a resolução que declarava que o país só seria salvo pelo poder dos soviets.

Os conciliadores, por muito míopes que fossem, não poderiam deixar de ver o que quotidianamente se passava em derredor. O inimigo encarniçado dos bolcheviques, Lieber, evidentemente sob a influência dos delegados das províncias, denunciava, na sessão de 4 de junho, os incapazes comissários do governo, aos quais, nos campos, não queriam entregar o poder. “Em consequência de tais circunstâncias, grande número de funções da competência dos órgãos governamentais passava às mãos dos soviets, mesmo quando estes não os desejavam.” Os conciliadores queixavam-se contra eles mesmos.

Um dos delegados, um pedagogo, contou no Congresso que, em quatro meses de Revolução, não se produzira a menor modificação no terreno da instrução pública. Todos os antigos professores, inspetores, diretores, reitores de academia, dos quais muitos eram membros das organizações dos Cem Negros, todos os programas escolares anteriores, os manuais reacionários, e mesmo antigos subsecretários do ministério, permaneciam imperturbavelmente em seus lugares. Somente os retratos do czar tinham sido jogados nos sótãos, mas poderiam ser de lá tirados na primeira ocasião.

O Congresso não ousava atacar a Duma do Império nem o Conselho de Estado. O orador menchevique, Bogdanov, dissimulava a sua timidez perante a reação declarando que a Duma e o Conselho de Estado, “não passavam de instituições mortas, inexistentes”. Martov, com sua causticidade de polemista, replicou: “Bogdanov propõe que se considere a Duma como inexistente, mas também que não se atente contra a existência dela.”

O Congresso, apesar de uma sólida maioria governamental, decorreu numa atmosfera de ansiedade e de incerteza. O patriotismo arrefecera e brilhava fugazmente. Verificava-se claramente que as massas estavam descontentes e que os bolcheviques, no país e principalmente na capital, eram infinitamente mais fortes que no Congresso. Reduzido à sua base essencial, o debate entre bolcheviques e conciliadores girava invariavelmente em torno da seguinte questão: com quem a democracia deve caminhar, com os imperialistas ou com os operários? A sombra da Entente pairava sobre o Congresso. A questão da ofensiva fora estabelecida com antecedência e não restava aos democratas senão se inclinarem perante os fatos.

“Neste momento crítico”, dizia Tseretelli, “nenhuma força social deve ser retirada da balança enquanto puder ser usada em benefício da causa do povo.” E eram esses os argumentos para justificar a coligação com a burguesia. Tanto quanto o proletariado, o exército e o campesinato contrariavam, a cada passo, os planos dos democratas; era-se obrigado a iniciar as hostilidades contra o povo, sob a aparência de combater os bolcheviques. E foi assim que Tseretelli excomungou os marinheiros de Kronstadt para não retirar de sua balança o cadete Pepelyaev. A coligação foi aprovada por uma maioria de 543 votos contra 126 e 52 abstenções.

Os trabalhos da imensa e inconsistente assembleia, na academia militar, se distinguiam pela grandiloquência das declarações e a parcimônia conservadora perante os problemas práticos. Isso dava a todas as resoluções um cunho de desânimo e de hipocrisia. O Congresso proclamou o direito de autodeterminação para todas as nações da Rússia, reservando entretanto a chave desse direito problemático não às nações oprimidas, mas à futura Assembleia Constituinte, na qual os conciliadores esperavam ficar em maioria e se predispunham a capitular perante os imperialistas, da mesma forma como o faziam, naquele momento, perante o governo.

O Congresso recusou votar um decreto sobre o dia de oito horas. Tseretelli justificava o marca-passo da coligação pela dificuldade de conciliar os interesses de diferentes camadas da população. Como se jamais na História qualquer grande obra se tivesse realizado através “da harmonia de interesses” e não pela vitória dos interesses progressistas contra os interesses reacionários!

Grohman, economista soviético, apresentou, já quase no fim, a sua inevitável resolução sobre a catástrofe econômica iminente e sobre a

sua regulamentação pelo Estado. O Congresso votou essa proposta ritual unicamente, porém, para que tudo permanecesse como no passado.

“Grimm foi expulso”, escrevia Trotsky a 7 de junho, “e o Congresso passou à ordem do dia. Os benefícios capitalistas, porém, permaneciam ainda intocáveis para Skobelev e seus colegas. A crise do abastecimento se agrava de hora em hora. No terreno diplomático o governo recebe golpe sobre golpe. Enfim a ofensiva tão histericamente proclamada deve, verdadeiramente, em breve, abater-se, sobre o povo como se fora monstruosa aventura.”

“Somos pacientes e estaríamos dispostos a observar com calma a atividade esclarecida do Ministério – Lvov-Tereshchenko-Tseretelli – durante alguns meses. Necessitamos de tempo para nos preparar. Mas a toupeira cava muito depressa no subsolo. E com o concurso dos ministros ‘socialistas’, o problema do poder cairia sobre os membros desse Congresso muito mais cedo do que o supomos.”

Ao tentar aparecer perante as massas com maior autoridade, os líderes empenhavam o Congresso em todos os conflitos do dia, a comprometê-lo impiedosamente no conceito dos operários e dos soldados de Petrogrado. O mais retumbante episódio desse tipo foi a questão da casa de Durnovo, antigo alto dignitário do czar que, quando ministro do Interior, granjeou fama por ter esmagado a Revolução de 1905. A residência deserta do burocrata odiado e que, além, do mais, se tornara conhecido como intrigante, foi ocupada pelas organizações operárias do bairro de Vyborg, principalmente em virtude de possuir um parque imenso que se transformou em local favorito das crianças. A imprensa burguesa pintava a casa como se fosse um covil de bandidos e de salteadores, uma espécie de Kronstadt do bairro de Vyborg. Ninguém se deu ao trabalho de ir verificar o que de fato se passava ali. O governo, que eludia cuidadosamente todas as questões importantes, empenhou-se arduamente em salvar a casa. Exigiu-se do Comitê Executivo a sanção de medidas heroicas e Tseretelli, bem entendido, não as recusou. O procurador ordenou a expulsão, dentro de 24 horas, do grupo de anarquistas. Ao tomarem conhecimento da ação militar que se preparava, os operários alertaram-se. Os anarquistas, por seu lado, ameaçavam resistir pelas armas e 28 usinas entraram em greve de protesto. O comitê executivo publicou um manifesto que denunciava os

operários do bairro de Vyborg como auxiliares da contrarrevolução. Após semelhantes preparativos, os representantes da justiça e da milícia penetraram na caverna do leão. Aconteceu, entretanto que, na casa onde se abrigavam numerosas organizações culturais operárias, reinava ordem perfeita. Viu-se forçada a autoridade a recuar, e não sem humilhação. Esta história, todavia, teve suas conseqüências.

A 9 de junho, uma bomba explodiu no Congresso: o *Pravda* matutino, publicara um apelo de comparecimento a certa manifestação marcada para o dia seguinte. Cheidze, que se conhecia bem como medroso e, por conseguinte, em estado de espírito disposto a assustar os demais, declarou com voz sepulcral: “Se o Congresso não tomar medidas adequadas, o dia de amanhã será fatal.” Os delegados, atarantados, levantaram a cabeça.

A ideia da acareação dos operários e dos soldados de Petrogrado com o Congresso impunha-se em conseqüência da situação. As massas exerciam pressão contra os bolcheviques. Era grande a efervescência, sobretudo na guarnição, que temia, por ocasião da ofensiva, ser deslocada à força e distribuída pelos *fronts*. Somava-se a tudo isso vivo descontentamento: a Declaração dos Direitos dos Soldados evidenciava um grande recuo em comparação com a “Ordem nº1” e com o regime de fato que se estabelecera no exército. A iniciativa da manifestação provinha da organização militar dos bolcheviques. Os dirigentes desta última afirmavam, e com toda a razão, conforme os acontecimentos ulteriormente mostraram, que, se o partido não assumisse a responsabilidade da direção, os soldados sairiam espontaneamente à rua. A brusca reviravolta de opinião nas massas não podia, entretanto, ser apreciada com superficialidade, e desse fato resultavam certas hesitações entre os próprios bolcheviques. Volodarsky ainda não se convencera de que os operários sairiam à rua. Alimentavam-se também apreensões quanto ao caráter que a manifestação poderia assumir. Os representantes da organização militar afirmavam que os soldados, por temerem agressão e represálias, não sairiam desarmados. “Em que irá dar esta manifestação?”, perguntava o prudente Tomsky, exigindo novo debate sobre o assunto. Stalin achava que “a fermentação entre os soldados é um fato; entre os operários, todavia, o estado dos espíritos não se mostra tão resoluto”; mas ele achava também, que era necessário oferecer resistência ao governo. Kalinin, sempre mais inclinado a esquivar-se ao combate do que

a aceitá-lo, pronunciou-se resolutamente contra a manifestação alegando a inexistência de qualquer razão ponderável, sobretudo entre os operários: “a manifestação será inteiramente fictícia”. A 8 de junho, em reunião de consulta com os representantes dos bairros, depois de varias votações prévias, ergueram-se finalmente 131 braços a favor da manifestação, tendo havido 6 votos contrários e 22 abstenções. A manifestação ficou determinada para o domingo, 10 de junho.

O trabalho preparatório foi levado a termo clandestinamente até o último momento, para não dar aos socialistas revolucionários e aos mencheviques a possibilidade de empreender uma contra-agitação. Essa medida legítima de prudência foi, mais tarde, interpretada como prova de conjuração militar. O soviete central dos comitês de fábricas e de usinas aderiu à decisão de se organizar a manifestação. “Sob a pressão de Trotsky, e contra as objeções de Lunacharsky”, escreve Yúgov, “o comitê intercantonal decidiu juntar-se à manifestação.” A preparação foi conduzida com extrema energia.

A manifestação devia içar a bandeira do poder aos soviets. A palavra de ordem de combate era: “Abaixo os 10 ministros capitalistas!” A expressão mais simples de reivindicação pró-ruptura da coligação com a burguesia. O desfile devia dirigir-se para a academia militar, onde se reunia o Congresso. Frisava-se assim que se tratava não de derrubar o governo, mas de fazer pressão contra líderes soviéticos.

Na verdade, em conferências preliminares dos bolcheviques, outras vozes fizeram-se ouvir. Foi assim que Smilga, então jovem membro do Comitê Central, propôs “não renunciar à ocupação do correio, do telégrafo e do arsenal, se os acontecimentos evoluírem até à colisão”. Outro participante da conferência, Latzis, membro do Comitê de Petrogrado, anotou em sua caderneta quando a proposição de Smilga foi rejeitada: “Não posso concordar com isto... irei entender-me com os camaradas Semashko e Rakhia para que, em caso de necessidade, todos nós estejamos armados e para que nos apoderemos das estações ferroviárias, dos arsenais, dos bancos, do correio e do telégrafo, com o apoio do Regimento de Metralhadoras.” Semashko era oficial do regimento de metralhadoras e Rakhia, operário, um dos mais combativos bolcheviques.

A existência de semelhantes estados de ânimo é facilmente compreensível. O curso do partido dirigia-se inteiramente para a conquista

do poder e não se tratava, no caso, senão de avaliar bem a situação. Em Petrogrado processava-se evidente reviravolta favorável aos bolcheviques; no interior o mesmo processo desenvolvia-se, porém com maior lentidão; no *front*, enfim, seria ainda necessária a lição da ofensiva, para que os soldados perdessem a desconfiança em relação aos bolcheviques. Lenine, por conseguinte, insistia em sua posição de abril: “Explicar pacientemente.”

Sukhanov, em suas memórias, traça o plano da manifestação de 10 de junho, dando-lhe aspecto de verdadeira maquinação de Lenine, destinada à tomada do poder “se as circunstâncias forem favoráveis”. Na realidade, a formulação do problema em semelhantes termos foi obra apenas de alguns bolcheviques que Lenine maliciosamente apontava dizendo que se colocavam “um pouquinho mais à esquerda” do que na realidade convinha. É de se notar que Sukhanov nem mesmo tente confrontar suas hipóteses arbitrárias com a linha política de Lenine, expressa em numerosos discursos e artigos¹.

O birô do Comitê Executivo intimou imediatamente os bolcheviques a desautorizarem a manifestação. Com que direito? Formalmente a manifestação, é claro, não podia ser proibida senão pelo poder de Estado. Esse, entretanto, não ousava nem mesmo pensar no caso. Como, por conseguinte, o soviete, “organização particular”, dirigida por um bloco de dois partidos políticos, poderia proibir a manifestação de um terceiro partido? O Comitê Central dos bolcheviques recusou-se a obedecer, porém decidiu frisar, ainda mais nitidamente, o caráter pacífico da manifestação. Nos bairros operários, a 9 de junho, foi afixada uma proclamação dos bolcheviques. “Somos cidadãos livres, temos o direito de protestar, e devemos usar desse direito antes que seja tarde demais. O direito à manifestação pacífica é a aquisição que ainda nos resta.”

A questão foi levantada pelos conciliadores perante o Congresso. Foi naquele momento que Cheidze pronunciou as palavras famosas sobre a consequência fatal, acrescentando ser necessário permanecer reunidos em sessão durante toda a noite. Um membro do *presidium*, Gegechkori, que também era produto da Gironda, terminou seu discurso com uma após-

1. A esse respeito, ver Apêndice número 3.

trofe grosseira dirigida aos bolcheviques: “Fora vossas mãos sujas perante a grande causa!” Os bolcheviques, apesar de terem protestado, não tiveram tempo de discutir a questão na respectiva fração. O Congresso resolveu proibir quaisquer demonstrações por um prazo de três dias. Esse golpe de força dirigido contra as bolcheviques era, ao mesmo tempo, um ato de usurpação em relação ao governo: os soviets continuavam a escamotear o poder debaixo do travesseiro.

Miliukov, na mesma hora, falava no Congresso dos Cossacos e indicava os bolcheviques como “os piores inimigos da Revolução Russa”. O maior amigo da Revolução, segunda a lógica das *cousas*, era agora o próprio Miliukov, o qual, nas vésperas do Fevereiro, preferia aceitar a derrota imposta pelos alemães do que a Revolução do povo russo. Tendo os cossacos perguntado a ele como deveriam agir relativamente aos leninistas, respondeu Miliukov: “É tempo de acabarmos com aqueles senhores.” O líder da burguesia estava demasiado apressado. Aliás, não havia realmente tempo a perder.

Entrementes, nas usinas e nos regimentos, realizavam-se *meetings* que tomavam a resolução de, ao dia seguinte, saírem às ruas com a palavra de ordem: “Todo o poder aos soviets!” No tumulto verificado no congresso dos soviets e no dos cossacos passou despercebido o fato de terem sido eleitos à Duma municipal do bairro de Vyborg 37 conselheiros bolcheviques, 22 do bloco dos socialistas revolucionários e mencheviques, e 4 do dos cadetes.

Colocados perante a decisão categórica do Congresso, que aludia misteriosamente a um golpe ameaçador vindo da direita, os bolcheviques decidiram rever a questão. Desejavam eles uma pacífica manifestação e não uma insurreição, e não havia motivo de transformar em semi-insurreição a manifestação proibida. O *presidium* do Congresso decidira tomar precauções. Muitas centenas de delegados foram agrupados em dezenas e enviados aos bairros operários e às casernas, para impedir a manifestação, tendo ficado combinado que, no dia seguinte pela manhã, se apresentariam ao Palácio de Táuride para comunicar os resultados. O comitê executivo dos deputados camponeses uniu-se à comitiva, designando para representá-lo 70 de seus membros.

Ainda que de modo inesperado, os bolcheviques conseguiram atingir seus fins: os delegados do Congresso viram-se forçados a travar co-

nhecimento com os operários e os soldados da capital. Não permitiram que a montanha se aproximasse dos profetas, mas, em represália, os profetas tiveram que ir até a montanha. O encontro foi altamente edificante. No *Izvestia* do soviete de Moscou, um correspondente menchevique traçou o seguinte quadro: “Durante toda a noite, a maioria do Congresso, mais de 500 de seus membros, sem pregar olho, em equipes de 10 membros, percorreu as fábricas, as usinas, e as casernas de Petrogrado, exortando os homens a que se abstivessem da manifestação. O Congresso, em bom número de fábricas e de usinas, assim como numa certa parte da guarnição, não goza de autoridade alguma... Os membros do Congresso foram, muitas vezes, recebidos de um modo bastante inamistoso, outras vezes com hostilidade e, frequentemente, despachados com ódio.” O órgão oficial do soviete não exagera, absolutamente; ao contrário, traça um quadro extremamente adocicado do encontro noturno entre os dois mundos.

As massas de Petrogrado, em todo caso, não deixaram aos delegados uma dúvida sequer a respeito daqueles que, daí por diante, poderiam decidir da realização de qualquer manifestação ou desaprová-la. Os operários da usina Putilov só consentiram em afixar o apelo do Congresso contra a manifestação após haverem constatado, ao lerem o *Pravda*, que o apelo não contrariava a decisão dos bolcheviques. O 1º Regimento de Metralhadoras, que desempenhava na guarnição o papel de primeiro violino, do mesmo modo que a usina Putilov nos meios operários, votou com este após tomar conhecimento dos relatórios de Cheidze e de Avksentiev, presidente dos dois comitês executivos, a seguinte resolução: “De acordo com o comitê central dos bolcheviques e sua organização militar, o regimento adia a sua saída...”

As brigadas de pacificadores voltavam ao Palácio de Táuride, depois de uma noite em claro, completamente desmoralizadas. Elas haviam contado com a irrefutável autoridade do Congresso, mas esbarraram contra uma muralha de desconfiança e de hostilidade. “As massas estão dominadas pelos bolcheviques.” “Mostram-se hostis aos mencheviques e aos socialistas revolucionários.” “Só acreditam no *Pravda*.” Aqui e ali gritam: “Não somos vossos camaradas.” Uns após outros, os delegados declaravam que, apesar da contraordem relativamente à batalha, haviam sofrido a mais esmagadora derrota.

As massas obedeceram à decisão dos bolcheviques. Essa docilidade, entretanto, não se manifestou sem protestos e sem indignação. Em certas empresas votaram-se propostas de censura ao comitê central. Os mais extremados dentre os membros do partido, nos bairros, chegaram a rasgar seus cartões de filiação. Era um sério aviso.

Ao interditar, por três dias, as manifestações, os conciliadores alegavam um complô monarquista que desejava tirar proveito da ação bolchevique; mencionavam mesmo haver conivência de uma parte do Congresso dos Cossacos e faziam alusão à marcha de tropas contrarrevolucionárias em direção a Petrogrado. Não é de admirar que após haverem proibido a manifestação, os bolcheviques tenham exigido explicações relativamente ao complô. Em vez de responderem, os líderes do Congresso acusaram os próprios bolcheviques de haverem conspirado. E dessa forma eles safaram-se por felicidade da situação criada.

É preciso reconhecer que, na noite do 9 para 10 de julho, os conciliadores descobriram uma conspiração que os abalara fortemente: a conspiração das massas unidas aos bolcheviques contra os próprios conciliadores. Entretanto, como os bolcheviques se submeteram à decisão do soviete, os conciliadores retomaram coragem, o que lhes permitiu, após o pânico, demonstrar um ódio furioso. Os mencheviques e os socialistas revolucionários decidiram mostrar que tinham pulso de ferro. A 10 de junho, o jornal dos mencheviques escrevia: “É tempo de estigmatizarmos os leninistas como desleais e traidores da Revolução.” O presidente do comitê executivo no Congresso dos Cossacos pediu que se apoiasse o soviete contra os bolcheviques. O presidente do Congresso, Dutov, que era o Atman do Ural, respondeu-lhe: “Nós, cossacos, não brigamos jamais com os sovietes.” Os reacionários estavam prontos a marchar com o soviete contra os bolcheviques para em seguida sufocar, com mais segurança, o próprio soviete.

A 11 de junho, reúne-se um areópago ameaçador: o comitê executivo, os membros do *presidium* do Congresso, e os dirigentes das frações, num total de cerca de 100 pessoas. O procurador, como sempre, é Tseretelli. Arrebrandando de raiva, ele reclama uma repressão rigorosa e com um gesto de desprezo afasta Dan que permanece disposto a intimidar os bolcheviques, mas que não se decidira ainda a golpeá-los. “O que presentemente fazem os bolcheviques não é mais simples propaganda de

ideias, é uma conspiração... Que os bolcheviques queiram desculpar-nos! Vamos agora empregar novos métodos de luta... É necessário desarmar os bolcheviques. Não se lhes pode deixar entre as mãos os imensos recursos técnicos de que dispunham até agora. Não se pode deixar em poder deles as metralhadoras e outras armas. Não mais toleraremos conspirações.” São novos tons, que significa, propriamente, desarmar os bolcheviques? Escreve Sukhanov a esse respeito: “Ora, em verdade os bolcheviques não possuem depósitos de armas particulares. Com efeito, todas as armas estão em poder dos soldados e dos operários que, em número formidável, acompanham os bolcheviques. O desarmamento dos bolcheviques só pode significar o desarmamento do proletariado. E ainda mais, e o desarmamento das tropas.”

Em outros termos, chegara o momento clássico de toda Revolução em que a democracia burguesa, por exigências da reação, quer desarmar os operários que asseguraram a vitória da insurreição. Os senhores democratas, entre os quais alguns eruditos, eram invariavelmente simpáticos àqueles que eram desarmados e não aos que os desarmavam, enquanto se tratasse apenas do velho tema. Quando, porém, na realidade, o mesmo problema lhes foi apresentado, não o reconheceram. A simples circunstância de que um Tseretelli se encarregasse de desarmar os operários, ele, um revolucionário que passara longos anos na cadeia, ele, um zimmerwaldense da véspera, não era tão facilmente concebível. A sala ficou paralisada de estupor. Os delegados das províncias pressentiram, apesar de tudo talvez, que os empurravam para o abismo. Um dos oficiais teve uma crise de histeria.

Não menos lívido do que Tseretelli, Kamenev levanta-se e grita em tom digno, cuja força é sentida pelo auditório: “Senhor ministro, se não estiverdes falando aereamente, não tendes o direito de vos limitardes a um discurso. Prendei-me e julgai-me como conspirador contrarrevolucionário.” Os bolcheviques abandonam a sessão protestando e recusando participar daquele escárnio contra o seu partido. A tensão na sala tornou-se insuportável. Lieber correu em socorro de Tseretelli. A raiva contida de um foi substituída, na tribuna, pelo furor histórico do outro. Lieber reclama medidas impiedosas. “Se quiserdes ter convosco as massas que se inclinam para os bolcheviques, é preciso romper com os bolcheviques.” Escutam-no, porém sem simpatia e até com certa hostilidade.

Impressionável como sempre, Lunacharsky tenta imediatamente parlamentar com a maioria: apesar de terem os bolcheviques assegurado que só visavam à manifestação pacífica, a própria experiência o persuadia de que “era errôneo organizar a manifestação”. Entretanto não convinha agravar os conflitos. Sem acalmar os adversários Lunacharsky irrita seus amigos.

“Não combatemos a corrente de esquerda”, afirma Dan em tom jesuítico, ele o mais experiente, porém o mais estéril dos líderes daquele pântano, “combatemos a contrarrevolução. Não é por nossa culpa se tendes por trás de vossas costas dóceis agentes da Alemanha”. Essa alegação simplesmente substituíra qualquer argumentação. Esses senhores, é bastante claro, não poderiam indicar um único agente da Alemanha.

Tseretelli desejava desfechar um golpe violento. Dan propunha apenas levantar o braço. Em sua impotência o comitê executivo votou pela proposta de Dan. A resolução, ao dia seguinte apresentada ao Congresso, tinha a aparência de uma lei de exceção contra os bolcheviques, porém sem consequências práticas diretas.

“Depois da visita de vossos delegados às usinas e aos regimentos”, dizia uma declaração escrita dos bolcheviques ao Congresso, “não pode haver, para vós, a menor dúvida de que, se a manifestação não se realizou, não foi em consequência de vossa interdição, foi porque o nosso partido a suspendeu... A mentira de uma conspiração militar foi lançada por um membro do Governo Provisório exclusivamente para iniciar o desarmamento do proletariado de Petrogrado e retirar a guarnição da capital... Mesmo que o governo tivesse passado inteiramente para o soviete – o que pretendemos – e mesmo que o soviete tentasse entrar nossa agitação, isso poderia obrigar-nos não a nos submetermos passivamente, mas a afrontar a prisão e todos os outros sacrifícios, em nome das ideias do socialismo internacional que nos separam de vós.”

A maioria e a minoria do soviete enfrentaram-se durante aqueles dias, peito a peito, como para uma batalha decisiva. Os dois partidos, porém, no momento final deram um passo atrás. Os bolcheviques renunciaram à manifestação; os conciliadores a desarmar os operários.

Tseretelli ficou em minoria entre os seus. E, no entanto, tinha razão a seu modo. A política de união com a burguesia chegara a um ponto em que era indispensável enfraquecer completamente as massas que não se

resignassem a aceitar a coligação. Só era possível levar a política de conciliação aos fins desejados, isto é, até o estabelecimento do domínio parlamentar da burguesia, pelo desarmamento dos operários e dos soldados. Se Tseretelli, porém, tinha razão a seu modo, por outro lado não tinha força bastante. Nem os operários nem os soldados entregariam de boa vontade as suas armas. Desse modo seria necessário empregar, contra eles, a violência. A força, todavia, já não estava mais do lado de Tseretelli. Ele só o poderia conseguir, caso ainda pudesse alguma coisa, pactuando com a reação que, no caso em que chegasse a esmagar os bolcheviques, tentaria imediatamente esmagar os soviets de conciliadores e não deixaria de lembrar a Tseretelli que ele não passava de um antigo prisioneiro e nada mais. Entretanto, a sequência dos acontecimentos mostrará que tais forças não existiam, sequer, na reação.

Ao afirmar a necessidade de combater os bolcheviques, Tseretelli apresentava, como argumento político, que eles, bolcheviques, desligavam o proletariado do campesinato. Replicou-lhe Martov: “Não é do íntimo do campesinato que Tseretelli tira as opiniões que o orientam; o grupo dos cadetes da direita, o grupo dos imperialistas, o grupo dos capitalistas, o grupo dos proprietários nobres, os burgueses do Ocidente – são esses os que exigem o desarmamento dos operários e dos soldados.” Martov tinha razão: as classes possuidoras, mais de uma vez, na História, puseram suas pretensões sob a cobertura do campesinato.

A partir da publicação das teses de abril de Lenine, começaram a alegar o perigo de um isolamento entre o proletariado e o campesinato, e foi esse o principal argumento de todos aqueles que procuravam fazer com que a Revolução recuasse. E não foi por mero acaso que Lenine aproximava Tseretelli dos “velhos bolcheviques”.

Em um de seus estudos elaborados em 1917 escrevia Trotsky: “O isolamento de nosso partido, relativamente aos mencheviques e aos socialistas revolucionários até mesmo o extremo isolamento pela prisão celular não significa ainda de modo algum o isolamento entre o proletariado e as massas oprimidas dos campos e das cidades. Ao contrário, o proletariado revolucionário, ao opor nitidamente sua política à pérfida abjuração dos atuais líderes dos soviets, só pode acarretar uma diferenciação política salutar para os milhões de rurais, arrancar os miseráveis dos campos à direção traidora

dos sólidos mujiques socialistas revolucionários, e transformar o proletariado socialista em condutor autêntico da Revolução nacional, plebeia.”

O argumento inteiramente falso de Tseretelli revelou-se difícil de destruir. E, nas vésperas da insurreição de outubro, ressuscitou com redobrada força servindo de argumento a muitos “velhos bolcheviques” contra o levante. Alguns anos após, quando se iniciou a reação ideológica contra outubro, a fórmula de Tseretelli tornou-se principal instrumento teórico da escola dos epígonos.

Na mesma sessão do Congresso que julgava à revelia os bolcheviques, um representante dos mencheviques propôs, inopinadamente, que se fixasse o domingo seguinte, 18 de junho, como data para a manifestação de operários e de soldados, em Petrogrado e nas cidades mais importantes, a fim de demonstrar aos adversários a unidade e a força da democracia. A proposta foi aprovada, não sem alguma estupefação. Pouco mais de um mês após, bastante judiciosamente explicava Miliukov a inesperada reviravolta dos conciliadores: “Após pronunciarem discursos os cadetes no Congresso dos Sovietes, após haverem conseguido impedir a manifestação armada de 10 de junho... os ministros socialistas pressentiram que haviam avançado demais na tentativa de aproximar-se de nós, e que o terreno lhes fugia sob os pés. Assustados, voltaram-se bruscamente para os bolcheviques.” Ao decidir em que a manifestação seria a 18 de junho, é claro que ninguém se voltava para os bolcheviques, mas tentavam voltar-se para as massas, e contra os bolcheviques. A acareação noturna com os operários e com os soldados sacudira, de certo modo, os dirigentes; foi assim que, ao inverso do que se havia projetado no início do congresso, houve pressa em promulgar, em nome do governo, a supressão da Duma do Império e a convocação da assembleia constituinte para 30 de setembro. As palavras de ordem da manifestação foram procuradas e selecionadas de modo a não irritarem as massas: “Paz geral.” “Convocação urgente da assembleia constituinte”, “República democrática”. Sobre a ofensiva e sobre a coligação, nenhuma palavra. Lenine perguntava no *Pravda*: “Mas então, onde é que se meteu a confiança total no governo provisório, senhor?... Tendes, por acaso, um ovo quente na boca?” A ironia atingia o alvo: os conciliadores não ousaram recomendar às massas qualquer espécie de confiança no próprio governo de que eram parte constituinte.

Os delegados soviéticos, após percorrerem mais uma vez os quarteirões operários e as casernas, apresentaram, na véspera da manifestação, relatórios absolutamente tranquilizadores ao comitê executivo. Tseretelli, a quem essas informações haviam devolvido o equilíbrio, o gosto das admoestações impertinentes, dirigiu-se aos bolcheviques: “Vamos ter uma revista franca e honesta das forças revolucionárias... E agora, veremos todos atrás de quem caminha a maioria: se atrás de vós, se atrás de nós.” Os bolcheviques haviam aceitado o desafio antes mesmo que tivesse sido tão imprudentemente formulado. “Iremos à manifestação do dia 18”, escrevia o *Pravda*, “com a finalidade prefixada de combatermos pelos objetivos a favor dos quais desejaremos realizar a demonstração do dia 10.”

Evidentemente, em memória dos funerais de março que, pelo menos na aparência, foi a maior manifestação de unidade da democracia, o itinerário ainda dessa vez conduziu ao Campo de Marte, aos túmulos das vítimas de fevereiro. Excetuado o itinerário, nada mais trazia à lembrança as distantes jornadas de março. Cerca de 400 mil pessoas participaram do cortejo, isto é, muito menos do que os que acompanharam as exéquias: daquela manifestação soviética abstiveram-se não somente a burguesia, que estava coligada com os soviets, como também a *intelligentsia* radical, que havia ocupado um lugar tão destacado nas paradas precedentes da democracia. No cortejo só formaram as usinas e as casernas.

Os delegados do Congresso, reunidos no Campo de Marte, liam e contavam os cartazes. As primeiras palavras de ordem dos bolcheviques foram acolhidas com bastante zombaria. Não havia Tseretelli, na véspera, lançado tão ousadamente seu desafio? As mesmas palavras de ordem, porém repetiam-se incessantemente. “Abaixo os 10 ministros capitalistas!” “Abaixo a ofensiva!” “Todo poder aos soviets!” Os sorrisos irônicos petrificavam-se nas fisionomias e em seguida desapareciam lentamente. As bandeiras bolcheviques flutuavam a perder de vista. Os delegados renunciaram aos cálculos ingratos. A vitória dos bolcheviques era por demais evidente. “De vez em quando”, escreve Sukhanov, “a fila das bandeiras e das colunas dos bolcheviques era interceptada por palavras de ordem especificamente socialistas revolucionárias, e pelos cartazes do soviétismo oficial. Estavam, porém, diluídas na massa.” O órgão oficioso do soviete narrou, no dia seguinte, com que “raiva tinham sido rasgados aqui e ali estandartes que traziam gravadas

as palavras de ordem de confiança no Governo Provisório.” As palavras estavam impregnadas de exagero evidente. Cartazes em homenagem ao Governo Provisório só foram apresentados por três pequenos grupos: o círculo de Plekhanov, um contingente de cossacos, e um punhado de intelectuais judeus filiados ao Bund. Essa combinação ternária, que dava, em virtude de sua composição, a impressão de uma anomalia política, parecia ter adotado como objetivo a exibição da incapacidade do regime. Os plekhanovistas e o Bund foram obrigados a enrolar seus cartazes devido aos gritos hostis da multidão. Quanto aos cossacos, que insistiram teimosamente, a bandeira foi-lhes realmente arrancada pelos manifestantes, e destruída. “O riacho que corria até então”, de acordo com a descrição do *Izvestia*, “transformou-se em ampla caudal de águas vernais que de um momento para outro ameaça transbordar.” Isto se refere ao bairro de Vyborg, inteiramente coberto de bandeiras bolcheviques. “Abaixo os 10 ministros capitalistas!” Uma das usinas havia empunhado o seguinte cartaz: “O direito de viver sobrepõe-se ao direito da propriedade privada!” Semelhante palavra de ordem não fora sugerida por qualquer partido.

Os provincianos, aterrorizados, procuravam os líderes com os olhos. Esses últimos baixavam os seus ou se esquivavam, simplesmente. Os bolcheviques faziam pressão contra os provincianos. Assemelhar-se-iam então a um pequeno bando de conspiradores? Os delegados concordavam, não se assemelhavam. “Em Petrogrado, sois uma força”, confessavam, num tom muito diferente daquele empregado na sessão oficial, “mas o mesmo não se dá na província e em todo o *front*. Petrogrado não pode marchar contra todo o país.” “Esperai um pouco”, respondiam-lhes os bolcheviques, “vossa vez dentro em pouco chegará, e vereis que também em vossos meios exibirão cartazes semelhantes.”

“Durante aquela manifestação”, escrevia o velho Plekhanov, “eu me encontrava no Campo de Marte ao lado de Cheidze. Em sua fisionomia eu via que ele não se enganava quanto à significação da prodigiosa afluência de cartazes que reclamava a deposição dos ministros capitalistas. Tal significação parece que era propositadamente reforçada pelas ordens que lhe dirigiam, como se fossem chefes verdadeiros, alguns representantes dos leninistas que desfilavam diante de nós, como se se tratasse da festa patronal deles.” Os bolcheviques, em todo caso, tinham razão de sentir-se

assim. “A julgar pelos cartazes e pelas palavras de ordem dos manifestantes, – escrevia o jornal de Gorki –, a demonstração de domingo desvendou o triunfo completo do bolchevismo entre o proletariado de Petersburgo.” Era uma grande vitória e conseguida em terreno, e com as armas, que o adversário escolhera. Pelo fato de terem aprovado a ofensiva, admitido a coligação e condenado os bolcheviques, o Congresso dos Sovietes, em consequência da própria iniciativa, provocara a saída das massas para a rua. E elas declararam: não queremos ofensiva, nem queremos coligação, e estamos a favor dos bolcheviques. Foi esse, em suma, o resultado político da manifestação. Seria de espantar que o jornal dos mencheviques – inspiradores da manifestação – tivesse melancolicamente perguntado ao dia seguinte: Quem teve ideia tão infeliz?

Todos os operários e soldados da capital, é claro, não participaram da demonstração e os manifestantes não eram todos bolcheviques. Entretanto nenhum dentre eles desejava ainda a coligação. Os operários que ainda permaneciam hostis aos bolcheviques não sabiam o que opor aos mesmos. A partir daí a hostilidade deles se transformava em neutralidade expectante. Sob as palavras de ordem bolcheviques marcharam bom número de mencheviques e de socialistas revolucionários que ainda não haviam rompido com os próprios partidos, mas que já haviam perdido a fé nas palavras de ordem dos mesmos.

A manifestação de 1 de junho produzira profunda impressão até mesmo nos próprios participantes. As massas verificaram que os bolcheviques se haviam transformado em força e os hesitantes para eles se voltavam. Em Moscou, em Kiev, em Karkov, em Ekaterinoslau e em muitas outras cidades das províncias as manifestações revelaram o formidável crescimento da influência dos bolcheviques. Por toda a parte apresentavam-se palavras de ordem idênticas e que desferiam um golpe certo no próprio coração do regime de fevereiro. Era necessário tirar conclusões. Parecia que os conciliadores não teriam saída possível. No último momento, porém, a ofensiva os tirou daquela dificuldade. A 1º de junho, na Nevsky, realizaram-se manifestações patrióticas sob a direção dos cadetes e com retratos de Kerensky. Segundo Miliukov: “Aquilo se parecia tão pouco com o que se passara na véspera, nas mesmas ruas, que ao sentimento de triunfo misturava-se, involuntariamente, um sentimento de descrença.” Sentimento

legítimo! Os conciliadores, porém, deixaram escapar um suspiro de alívio. O pensamento imediato deles elevou-se acima das duas manifestações e delas extraiu uma síntese democrática. Aqueles homens tinham ainda que tragar até o fundo a taça das ilusões e das humilhações.

Durante as jornadas de abril, duas manifestações, uma revolucionária, outra patriótica, defrontaram-se e a colisão causou imediatamente vítimas. As manifestações inimigas do dia 18 e do dia 19 tinham sido sucessivas. Daquela vez não houve choques diretos. O choque, porém, não poderia mais ser evitado. Foi apenas adiado para uns 15 dias mais tarde.

Os anarquistas, não sabendo como provar a sua autonomia, aproveitaram-se da manifestação de 18 de junho para assaltarem a prisão de Vyborg. Os detentos, em sua maioria criminosos comuns, foram postos em liberdade sem luta e não somente de uma única prisão, mas de diversas. Em verdade o ataque não colheira de surpresa a administração da penitenciária porquanto não ofereceu a menor resistência aos anarquistas, fossem eles autênticos ou pretensos. Esse misterioso episódio, não teve qualquer ligação com a manifestação. A imprensa patriota, entretanto, fez de dois um caso único. Os bolcheviques solicitaram ao Congresso dos Sovietes que abrisse um severo inquérito sobre a maneira pela qual 460 criminosos tinham sido postos em liberdade em diversas prisões. Os conciliadores, entretanto, não se podiam dar a tamanho luxo, porquanto temiam cair sobre representantes da alta administração ou então sobre aliados do seu próprio bloco. Além disso, não tinham o menor desejo de impedir pérfidas calúnias contra a manifestação que eles mesmos haviam organizado.

Pereverzev, ministro da Justiça, que se cobrira de opróbrio alguns dias antes, devido ao caso da Vila Durnovo, resolveu revidar e, a pretexto de capturar os detentos evadidos, ordenou que fizessem nova inspeção na vila. Os anarquistas resistiram, um deles foi morto durante a fuzilaria, a casa foi depredada. Os operários do bairro de Vyborg, que consideravam a casa como lhes pertencendo, deram o alarme. Em muitas usinas os operários abandonaram o trabalho. O alarme foi transmitido a outros bairros operários e às casernas.

Os últimos dias de junho decorreram num fervilhamento incessante. O Regimento de Metralhadores estava pronto a agir imediatamente contra o Governo Provisório. Os operários das usinas em greve percor-

reriam os quartéis, convidando os soldados a saírem à rua. Camponeses barbados, alguns deles já grisalhos, sob a túnica de soldados, desfilam em sinal de protesto, através das ruas: são os homens de 40 anos que reclamam permissão para trabalhar nos campos. Os bolcheviques dirigem uma agitação contra a saída: a manifestação de 18 de junho dissera tudo o que se tinha a dizer; não basta mais uma demonstração para conseguir mudanças e a hora da insurreição não havia ainda soado. A 22 de junho os bolcheviques dirigem um apelo à guarnição: “Não deveis acreditar em nenhum chamado em nome da organização militar para realizar manifestações nas ruas.” Chegam delegados do *front*, portadores de queixas contra atos de violência e castigos. As repetidas ameaças de dissolver alguns corpos de tropa põem lenha na fogueira. “Em muitos regimentos os soldados dormem com as armas nas mãos”, diz a declaração dos bolcheviques ao comitê executivo. Manifestações patrióticas, não raro armadas, provocam atritos nas ruas. São pequenas descargas de eletricidade acumulada. De lado algum se dispõem a atacar diretamente: a reação é demasiado fraca; a Revolução não está ainda bastante consciente de suas forças. As ruas da cidade, porém, parecem pavimentadas com explosivos. O conflito está no ar. A imprensa bolchevique explica e acalma. A imprensa patriota trai sua ansiedade ao desencadear campanha desenfreada contra os bolcheviques. A 25 de junho, escreve Lenine: “Os rugidos de cólera e de raiva que repercutem por todos os lados contra os bolcheviques traduzem a lamentação comum dos cadetes, dos socialistas revolucionários e dos mencheviques, sobre a própria debilidade. Estão em maioria. Estão no poder. Formam bloco coeso e, entretanto verificam que nada dá certo! Como não despejar a cólera sobre os bolcheviques?”

.....

Capítulo XXIII

CONCLUSÃO

NAS PRIMEIRAS PÁGINAS DESTA OBRA, tentamos mostrar quão profundamente a Revolução de Outubro se alicerçava nas relações sociais da Rússia. Nossa análise, que em absoluto não foi um arranjo seriado em função dos acontecimentos, foi formulada, pelo contrário, muito antes da Revolução, e mesmo antes do seu prólogo de 1905.

Nas páginas que se seguiam, tentamos descobrir de que modo as forças sociais da Rússia se manifestaram nos acontecimentos da Revolução. Registramos a atividade dos partidos políticos em suas relações recíprocas com as classes. As simpatias e as antipatias do autor podem ser postas de lado. Qualquer exposição histórica tem o direito de pretender que se lhe reconheça objetividade quando, ao apoiar-se em fatos exatamente estabelecidos, ela reproduz a ligação interna deles à base do desenvolvimento real das relações sociais. A razão íntima de ser do processo que então se desvenda é, em si mesma, a melhor verificação da objetividade da exposição.

Os acontecimentos da Revolução de Fevereiro, desenrolados perante o leitor, confirmaram o prognóstico teórico, até aqui pelo menos pela metade, pelo método das eliminações sucessivas: antes mesmo que o proletariado alcançasse o poder, todas as demais variantes do desenvolvi-

mento político foram submetidas à experiência da vida, e rejeitadas como inaplicáveis.

O governo da burguesia liberal, com seu refém democrata Kerensky, culminou num fiasco total. As Jornadas de Abril, foram a primeira advertência abertamente feita pela Revolução de Outubro à Revolução de Fevereiro. O governo provisório burguês foi substituído depois disso por uma coligação cuja esterilidade ressalta no dia a dia de sua existência. Na manifestação de junho, fixada pelo comitê executivo por iniciativa própria, se bem que, a falar verdade, não totalmente de bom grado, a Revolução de Fevereiro tentou medir suas forças com as forças da Revolução de Outubro, e sofreu a mais cruel das derrotas. Seu insucesso foi tanto mais fatal quanto ele se verificou no próprio terreno de Petrogrado, e lhe foi infligido por aqueles mesmos operários e soldados que haviam levado a termo a insurreição de fevereiro, insurreição ratificada pelo entusiasmo de todo o resto do país. A manifestação de junho mostrou que os operários e os soldados de Petrogrado marchavam para uma segunda Revolução cujos fins estavam inscritos nas bandeiras deles. Índices irrefutáveis demonstravam que todo o resto do país – se bem que com retardamento forçado – colocava-se ao lado das fileiras de Petrogrado. Assim, ao aproximar-se o fim do quarto mês, a Revolução de Fevereiro, politicamente falando, já se havia esgotado. Os conciliadores tinham perdido a confiança dos operários e dos soldados. O conflito entre os partidos dirigentes dos soviets e as massas soviéticas tornara-se desde então inevitável. Após o desfile de 18 de junho, verificação pacífica das relações de forças entre as duas revoluções, o antagonismo entre os dirigentes e as massas devia, inelutavelmente, assumir caráter de violência declarada.

Foi assim que sobrevieram as Jornadas de Julho. Quinze dias após a manifestação organizada de cima para baixo, os mesmos operários e soldados saíram para a rua, desta vez, porém, graças à própria iniciativa, e exigiram do comitê executivo central que assumisse o poder. Os conciliadores recusaram-se categoricamente. As Jornadas de Julho provocaram conflitos de rua, causaram vítimas e terminaram pelo esmagamento dos bolcheviques, declarados também responsáveis pela incapacidade do regime de fevereiro. A proposta que Tseretelli fizera, a 17 de junho, para que se declarassem os bolcheviques fora da lei e para que fossem desarmados –

proposta repelida naquela época – foi posta integralmente em execução no começo de julho. Os jornais bolcheviques foram interditados. Os contingentes militares dos bolcheviques foram dispersados. Foram tomadas todas as armas aos operários. Os líderes do partido foram declarados mercenários do estado-maior alemão. Uns viram-se forçados a esconder-se, enquanto que outros foram presos.

Foi, porém, precisamente em virtude da “vitória” alcançada em julho pelos conciliadores contra os bolcheviques, que a impotência da democracia se manifestou plenamente. Contra os operários e soldados, os democratas foram obrigados a lançar tropas notoriamente contrarrevolucionárias, hostis não somente aos bolcheviques, como também aos soviets. O comitê executivo não mais possuía tropas fiéis.

Os liberais concluíram de tudo isto, e com justeza, segundo a fórmula que Miliukov exprimiu na seguinte alternativa: “Kornilov ou Lenine?” A Revolução, com efeito, não deixava lugar para o império do meio-termo. A contrarrevolução resolvera: agora ou nunca. O generalíssimo Kornilov desencadeou um motim contra a Revolução, sob a falsa aparência de campanha contra os bolcheviques. Do mesmo modo que todas as variedades de oposição legal punham a máscara do patriotismo, antes da insurreição, alegando necessidade da luta contra os alemães, todas as variedades da contrarrevolução legal, depois da insurreição, alegavam necessidades de luta contra os bolcheviques. Kornilov estava apoiado pelas classes possuidoras e pelo partido delas, o partido dos cadetes. O que não impediu – e pelo contrário facilitou – que as tropas capitaneadas por Kornilov contra Petrogrado, fossem vencidas sem combate, capitulassem antes de qualquer escaramuça, e se evaporassem como se fossem gota d’água caída sobre a chapa superaquecida de um fogão. Assim a experiência de uma insurreição de direita foi feita, também, e por um personagem que se achava à frente do exército; as relações de forças entre as classes possuidoras e o povo foram verificadas pela ação; e na alternativa Kornilov caiu como fruto apodrecido, se bem que Lenine, naquele momento, ainda se visse forçado a ocultar-se em profundo retiro.

Depois disto, que variante não utilizada, não experimentada, ou não verificada, poderia restar ainda? A variante do bolchevismo. Com efeito, após a tentativa de Kornilov e após seu malogro vergonhoso, vol-

taram-se as massas tumultuosa e definitivamente para os bolcheviques. A Revolução de Outubro aproxima-se e se transforma numa necessidade física. Diferindo da insurreição de fevereiro, que se dizia não sangrenta, se bem que tivesse custado número considerável de vítimas a Petrogrado, a insurreição de outubro realizou-se na capital, efetivamente, sem derramamento de sangue. Não estamos, por conseguinte, autorizados a perguntar que provas seriam ainda precisas para que ficasse demonstrada a profunda razão de ser da Revolução de Outubro? E não está claro que ela não se pode parecer com o fruto da aventura ou da demagogia senão aos olhos daqueles que ela atingiu no mais sensível de todos os pontos – no bolso? A luta sangrenta só começa depois da conquista do poder pelos soviets bolcheviques, quando as classes derrubadas, apoiadas materialmente pelos governos da Entente, esforçam-se desesperadamente pela reconquista daquilo que perderam. Iniciam-se, então, os anos de guerra civil. O Exército Vermelho organiza-se. O país esfomeado é posto sob regime do comunismo de guerra, e transformado em acampamento de espartanos. A Revolução de Outubro, passo a passo, rompe seu caminho, repele todos os inimigos, ocupa-se em resolver seus problemas econômicos, trata dos mais graves ferimentos da guerra imperialista e da guerra civil, e chega, finalmente, aos mais consideráveis sucessos no domínio do desenvolvimento industrial. Surgem, entretanto, diante dela, novas dificuldades que procedem de seu isolamento no meio de poderosas nações capitalistas. As condições atrasadas de desenvolvimento que trouxeram o proletariado russo ao poder formularam, perante este poder, problemas que, em essência, não podem ser completamente resolvidos nos quadros de um Estado isolado. A sorte desse Estado fica assim ligada à marcha ulterior da história do mundo.

Este 1º volume, consagrado à Revolução de Fevereiro, mostra como e porque ela devia ficar reduzida a nada. O segundo e o terceiro volumes mostrarão de que modo a Revolução de Outubro arrebatará a vitória.

.....

Apêndice I

AO CAPÍTULO I PECULIARIDADES DO DESENVOLVIMENTO DA RÚSSIA

A QUESTÃO DAS PARTICULARIDADES do desenvolvimento histórico da Rússia, e em função desse problema a do futuro do país colocavam-se na base de todos os debates que se travavam e de todos os agrupamentos que se formavam entre os intelectuais russos, durante quase todo o século XIX. Eslavófilos e ocidentalistas davam ao problema soluções contraditórias, porém igualmente categóricas. Mais tarde foram substituídos pelos *narodniks* e pelos marxistas. O “populismo”, antes de se desvirtuar definitivamente sob a influência do liberalismo burguês, defendeu, tenazmente e durante muito tempo, a ideia de uma Rússia evoluindo ao longo de um caminho inteiramente original, desviado, a fim de evitar o capitalismo. Neste sentido os *narodniks* perpetuavam a tradição eslavófila, expurgando-a, entretanto, dos elementos monarquistas, clericais e pan-eslavistas, infundindo-lhe um caráter revolucionário democrático.

No fundo, as concepções eslavófilas, apesar de suas feições reacionárias, e a concepção populista, com todas as suas ilusões democráticas, não eram apenas vãs especulações. Apontavam-se em indubitáveis e profundas particularidades da evolução da Rússia, porém unilateralmente

interpretadas e inexatamente observadas. Na sua luta contra o populismo, o marxismo russo, que demonstrou a identidade das leis da evolução para todos os países, caiu frequentemente em lugares-comuns dogmáticos, tal como se desejasse, juntamente com a água da banheira, despejar também a criança. Essa tendência manifesta-se particularmente em numerosos trabalhos do conhecido professor Pokrovsky.

Em 1922, Pokrovsky lançou-se contra as concepções históricas do autor do presente livro, concepções estas que constituíam a base da teoria da Revolução permanente. Julgamos útil, pelo menos para os leitores que se interessam não só pela marcha dramática dos acontecimentos, como também pela doutrina da Revolução, citar aqui algumas passagens essenciais de nossa réplica ao professor Pokrovsky, réplica publicada nos dois números do *Pravda*, órgão central do partido, a 1 e 2 de julho de 1922.

Pokrovsky publicou, a respeito de meu livro *1905*, um artigo – aliás, desfavorável! – demonstrando como é complexo *aplicar* os métodos do materialismo histórico à história viva da humanidade e também a que banalidades a História é frequentemente reduzida por homens tão bem informados como Pokrovsky.

O livro criticado por Pokrovsky tinha por objetivo imediato pesquisar as bases históricas e a justificação teórica da palavra de ordem: “conquista do poder pelo proletariado”, opondo-se esta palavra de ordem tanto à fórmula de uma república democrático-burguesa quanto à de um governo democrático proletário e camponês... Essa iniciativa ideológica provocou, do ponto de vista teórico, a maior indignação de um grande número de marxistas, ou melhor, da sua esmagadora maioria. Tal indignação foi revelada não somente pelos mencheviques como também por Kamenev e pelo historiador bolchevique Rozhkov. Eis quais eram, em conjunto, os seus pontos de vista: O domínio político da burguesia deve preceder o domínio político do proletariado; a república democrático-burguesa deve historicamente constituir, para o proletariado, um lento período de aprendizagem; toda tentativa que visa passar por cima dessa fase lança-nos na aventura; uma vez que a classe operária dos países ocidentais não foi capaz de conquistar, como poderia o proletariado russo atribuir-se semelhante tarefa? etc., etc. Do ponto de vista de um pseudomarxismo que se limita a banais constatações históricas e a fazer analogias puramente formais e que, nas diversas épocas, não consente em

ver senão a sucessão lógica de rígidas categorias sociais (feudalismo, capitalismo, socialismo; autocracia, república burguesa, ditadura do proletariado), era natural que a conquista do poder pela classe operária da Rússia se apresentasse como a abjuração monstruosa do marxismo. Todavia uma estimativa empírica, porém séria, das forças socialistas que se manifestaram de 1903 a 1905, sugeria imperiosamente a existência de imensa vitalidade na luta da classe operária pela conquista de poder. É ou não uma particularidade? Seria necessário tomar em consideração as profundas singularidades de toda uma evolução histórica, ou antes, abandoná-las? Era assim que o problema se apresentava ao proletariado russo, isto é (que não desagrade a Pokrovsky), ao proletariado do mais atrasado país de toda a Europa.

Em que consistia o atraso da Rússia? Seria porque, tardiamente, reproduzia a história dos países da Europa ocidental? E, neste caso, poder-se-ia falar em conquista do poder pelo proletariado russo? Entretanto, este poder (permitam-me lembrá-lo) o proletariado russo o conquistou. Assim sendo, como se apresenta a questão? Do seguinte modo: o incontestável atraso da evolução russa, sob a influência e a pressão da cultura ocidental mais elevada, não conduz apenas a uma simples repetição do *processus* histórico da Europa ocidental, mas determina profundas *particularidades* que devem constituir, isoladamente, um assunto de estudo...

A profunda originalidade de nossa situação política, que conduziu à vitoriosa Revolução de Outubro, antes do início de qualquer revolução na Europa, procedia das particularidades das relações de forças então existentes entre diversas classes e o poder do Estado. Quando Pokrovsky e Rozhkov discutiam com os populistas e os liberais, demonstrando-lhes que a organização e a política do tzarismo eram determinadas pela evolução econômica e pelos interesses das classes possuidoras, tinham razão quanto ao essencial. Quando, porém Pokrovsky tenta opor-me essa mesma tese, o alvo se apresenta muito mal.

Como resultado de nosso tardio desenvolvimento histórico, comprimido pelo cerco dos imperialismos, sucedeu que a nossa burguesia não teve tempo de expulsar o tzarismo antes que o proletariado se tornasse uma força revolucionária autônoma.

Ora, Pokrovsky nem mesmo coloca a questão que constitui para nós o tema central deste estudo.

Pokrovsky escreveu: “É extremamente sedutor desenhar a Moscou do século XVI sobre o fundo geral das relações que, nessa época, existiam na Europa. Não se poderia melhor refutar um preconceito que dominou até hoje, mesmo entre os marxistas, a ideia de uma base econômica pretensamente ‘primitiva’, sobre a qual se tivesse edificado a autocracia russa.” Lê-se adiante: “Mostrar essa autocracia em suas verdadeiras relações históricas, como um dos aspectos do regime comercial capitalista da Europa... eis uma tarefa não somente muito interessante para o historiador como também de grande importância para a educação dos leitores: não há outro meio mais radical para acabar de uma vez com a lenda de um *processus* histórico russo de particular originalidade.” Pokrovsky, como se vê, nega o caráter primitivo e atrasado de nosso desenvolvimento econômico e com esse fim relega para o domínio da lenda a ideia de um processo histórico russo original. Ora, o que devemos notar aqui é que Pokrovsky se encontrava completamente hipnotizado pelo desenvolvimento relativamente importante do comércio da Rússia, no século XVI, cuja demonstração ele deu, assim como o fez Rozhkov. É difícil compreender como Pokrovsky se deixou levar a semelhante erro. Segundo ele, poder-se-ia acreditar, realmente, que o comércio é a base da vida econômica e que se fixam, incontestavelmente, as suas medidas. O economista alemão Karl Bücher, há cerca de 20 anos, tentou encontrar no comércio (caminho intermediário entre o produtor e o consumidor) o critério de todo o desenvolvimento econômico. Von Struve, é claro, apressou-se em introduzir essa “descoberta” na “ciência” econômica russa. A teoria de Bücher encontrou, entre os marxistas, já naquela época, uma resistência perfeitamente natural. Nós procuramos os critérios de desenvolvimento econômico na produção – técnica e organização social do trabalho –, porém o caminho que o produto percorre entre o produtor e o consumidor é por nós considerado como um fato de ordem secundária, cujas origens ainda é preciso descobrir nas próprias condições da produção.

A grande expansão, pelo menos em superfície, do comércio russo, no século XVI, explica-se – por mais paradoxal que tal explicação possa parecer em relação ao critério dos Büchers e dos Struves – precisamente pelo caráter extremamente primitivo e atrasado da economia russa. Na Europa ocidental, a cidade era dominada pelas corporações de artesãos e pelas guildas. As guildas de mercadores eram associações medievais de

caráter mutuário, cuja finalidade essencial consistia em garantir privilégios já adquiridos pela classe, tais como certos monopólios e certas isenções de taxas. Ora, as cidades russas eram antes de tudo centros administrativos e militares e, por conseguinte, centros de consumo, e não de produção. As instituições corporativas de artesanato ocidental, formaram-se quando o desenvolvimento econômico já havia alcançado um nível relativamente elevado, enquanto que todos os processos essenciais da indústria manufatureira se tinham separado da agricultura, tinham encontrado sua autonomia de ofícios, tinham criado suas organizações, fixado o seu centro – a cidade, mercado (provincial, regional) – limitado em seus primórdios, porém estável. Na base da cidade medieval da Europa existia, portanto, uma diferenciação econômica relativamente elevada que determinou mútuas relações entre a cidade-centro e a periferia agrícola. Ora, o nosso atraso econômico manifestava-se principalmente no fato de que o artesanato, não se libertando da agricultura, permaneceu na fase dos pequenos ofícios rurais. Neste ponto estávamos mais próximos da Índia do que da Europa, assim como as nossas cidades medievais eram mais asiáticas do que europeias e nossa autocracia, ocupando um lugar intermediário entre o absolutismo das monarquias europeias e o despotismo asiático, aproximava-se mais, sob alguns aspectos, dos últimos.

Levando em conta a imensidade dos espaços que ocupamos e a pequena densidade demográfica (não é isso também um índice suficientemente objetivo de nosso atraso?), a troca de produtos estava subordinada ao papel de intermediário de um capital comercial da maior envergadura. A expansão de nosso comércio era possível exatamente porque o Ocidente, por se encontrar num grau mais elevado de evolução, tinha necessidades complexas, enviava seus intermediários, expedía mercadorias e, deste modo, impulsionava o nosso movimento comercial mesmo sobre nossas bases econômicas absolutamente primitivas e até consideravelmente bárbaras. Quem não se apercebesse desta muito importante particularidade de nosso desenvolvimento histórico nada teria compreendido do conjunto de nossa história.

Tive um patrão na Sibéria. Durante dois meses anotei nos seus livros de contabilidade os *puds* e as *arshines* de mercadorias. Este homem chamava-se Jakob Andreievich Chernykh. Isto não se passava no século XVI mas no início do século XX. Meu patrão gozava de uma autoridade quase

ilimitada no distrito de Kirensky, graças às suas importantes transações comerciais. Comprava peles aos tunguzes; percebia parte dos dízimos dos popes dos lugares longínquos e trazia das feiras de Irkutsk ou de Nizhni-Novgorod, tecidos de algodão; seu principal comércio era, entretanto, o da vodca. (Naquela época, no governo de Irkutsk ainda não vigorava o monopólio de Estado.) Jakob Andreievich não sabia ler, mas era milionário (as fileiras de zeros de então pesavam muito mais do que as de hoje). A “ditadura” que ele exercia, como representante do capital mercantil, era incontestável. Quando falava dos tunguzes a sua expressão não era outra senão: “meus pequenos tunguzes”. As cidades de Kirensk, de Verkholsk, de Nizhni-Ilimsk eram apenas lugares residenciais das autoridades de polícia, dos mercadores endinheirados que viviam em dependência hierárquica uns dos outros, de pequenos funcionários de toda espécie e, enfim, de um certo número de miseráveis artesãos. Não encontrei organizações de ofícios que constituem as bases vivas de uma economia urbana; nem corporações, nem festas corporativas, nem guildas, apesar de Jakob Andreievich estar oficialmente inscrito como membro da “Segunda Liga”. Na verdade, este fragmento de vida apanhado na realidade siberiana, leva-nos a compreender as particularidades históricas do desenvolvimento da Rússia, bem mais profundamente do que as explicações de Pokrovsky: as operações comerciais de meu Jakob Andreievich estendiam-se desde o curso médio do Lena e de seus afluentes da margem oriental até Nizhni-Novgorod e, talvez mesmo, até Moscou. São poucas as formas comerciais do continente europeu que podem marcar no mapa tal expansão de seus negócios. Entretanto, este ditador do negócio, que perante os camponeses siberianos passava por um potentado, era a personificação mais completa, a mais convincente, de nossa economia atrasada, bárbara, primitiva, em meio de uma população pouco densa, numa região onde os burgos e as aldeias estão dispersos e ligados entre si apenas por caminhos impraticáveis que, na primavera e no outono, em virtude do degelo ou das chuvas, transformam-se em pântanos que bloqueiam, durante dois meses, distritos, cantões e comunas; numa região, enfim, onde a ignorância crassa revelava-se universal sem mencionar muitas outras inferioridades. Se Chernykh, como comerciante, pôde elevar-se tão alto, apoiando-se na barbárie que reinava nessa região do Iena, foi graças ao impulso ocidental – no caso, da velha Rússia, da Moscóvia –

que arrastava após si a Sibéria: uma economia inteiramente primitiva de nômades habituou-se aos despertadores fabricados em Varsóvia.

As corporações de artesãos constituíam, na Idade Média, a base da cultura urbana e esta irradiava sobre os campos. A ciência medieval, a escolástica e a Reforma, desenvolveram-se nos terrenos das corporações dos artesãos. Nada disso se deu entre nós. Certamente formações embrionárias, indícios, sistemas, podem ser assinalados; no Ocidente, porém, não se tratava de indícios; ali existia uma poderosa formação econômica e cultural, cuja base eram as corporações. Era sobre esta base que se erigia, na Idade Média a cidade europeia, e ainda sobre esta base é que a cidade, ao crescer, entrava em luta com a Igreja e com os senhores feudais e, contra este último, auxiliava a monarquia. Foi ainda a cidade que criou uma técnica, a das armas de fogo, condição primeira da formação dos exércitos permanentes.

Onde encontraríamos, na Rússia, cidades cujo artesanato, corporativamente organizado, lembrasse, mesmo de longe, o que existia na Europa Ocidental? Onde poderíamos ter visto, entre nós, a cidade combater o regime feudal? Seria lutando contra aquele regime que a cidade industrial e mercantil lançaria bases favoráveis ao desenvolvimento da autocracia russa? Nenhuma luta deste gênero deu-se entre nós, devido mesmo ao caráter de nossas cidades, assim como não houve, em nosso país, reforma religiosa. Será isso uma particularidade ou não?

O artesanato, entre nós, permaneceu assim no estágio dos ofícios aldeãos, isto é, não se diferenciou da classe agrícola. A reforma religiosa, essa também estacionou nas seitas camponesas por não ter encontrado direção do lado das cidades. Tudo isso é primitivo e atrasado: são verdades gritantes...

Se o tzarismo se erigiu em organização de Estado, independente, (relativamente independente, repitamos, dentro dos limites da luta entre as forças vivas históricas no terreno da economia), não foi com o auxílio de poderosas cidades, em oposição a poderosos senhores feudais; foi – apesar da penúria industrial absoluta de nossas cidades – graças à debilidade do feudalismo no nosso país.

Por sua estrutura social, a Polônia constituía uma transição entre a Rússia e o Ocidente, assim como a Rússia ocupava um lugar intermediário entre a Europa e a Ásia. Nas cidades polonesas, a organização corporativa dos ofícios era bem mais difundida do que entre nós. As cidades po-

lonesas, porém, não se elevaram a ponto de conseguir auxiliar o poder real para com ele derrubar os senhores feudais. O poder de Estado permaneceu diretamente subordinado à nobreza. Resultado: completa impotência do Estado e conseqüente desagregação.

O que acabamos de dizer do tzarismo concerne também ao capital e ao proletariado: não se compreende por que Pokrovsky descarrega a sua cólera unicamente no primeiro capítulo, que trata do tzarismo. O capitalismo russo não se desenvolveu a partir do artesanato, para passar da manufatura à fábrica: e foi por isso que o capital europeu, inicialmente sob a forma de capital comercial, depois, sob a forma de capital financiador e industrial, caiu sobre nós, num período em que o artesanato russo, em seu conjunto, ainda não se havia dissociado da agricultura. Daí surgiu, entre nós, uma indústria capitalista bastante moderna, no ambiente de uma economia absolutamente primitiva: uma fábrica belga, ou americana, mas, em derredor, lugarejos, aldeias com casas de madeira, cobertas de colmo e que, todos os anos, eram destruídas por incêndios e por muitas outras desgraças... Os mais antiquados elementos, ao lado das últimas realizações europeias. Daí o papel imenso desempenhado pelo capital da Europa ocidental na economia russa. Daí a fragilidade da burguesia russa. Daí a facilidade com que destruímos a nossa burguesia. Daí as dificuldades que surgiram, quando a burguesia europeia interveio em nossos negócios...

Que dizer de nosso proletariado? Terá passado pela escola medieval das confrarias de aprendizado? Existirão nele tradições corporativas seculares? Nada de parecido. Lançaram-no diretamente à fornalha, assim que o retiraram de seu arado primitivo... Daí a ausência de tradições conservadoras, a ausência de castas, mesmo entre o proletariado, e a juventude do espírito revolucionário; daí, entre outras causas eficientes, outubro e o primeiro governo proletário que existiu no mundo. Mas daí, também, o analfabetismo, a mentalidade atrasada, a deficiência de hábitos de organização, a incapacidade de trabalhar sistematicamente, a falta de educação cultural e técnica. A cada passo nos ressentimos dessas inferioridades na nossa economia e na nossa edificação cultural.

O Estado russo esbarrava contra as organizações militares das nações ocidentais, cujas bases econômicas, políticas e culturais, eram mais sólidas. Do mesmo modo, o capital russo, desde seus primeiros passos, chocou-

-se contra o capitalismo muito mais desenvolvido e muito mais poderoso do Ocidente, e foi submetido por este último. Do mesmo modo, a classe operária russa, desde seus primeiros passos, encontrou instrumentos inteiramente acabados, devidos à experiência do proletariado da Europa ocidental: teoria marxista, sindicatos, partido político. Quem quer que explique a natureza e a política da autocracia, unicamente em função dos interesses das classes possuidoras russas, esquece que, à parte os lavradores atrasados, menos ricos e mais ignorantes que existiam na Rússia, o país sofria a exploração de europeus mais ricos e mais poderosos. As classes possuidoras da Rússia tinham conflitos com as classes possuidoras da Europa, que lhes eram inteira ou parcialmente hostis. Esses conflitos desencadeavam-se através das intervenções do Estado. Ora, o Estado era a autocracia. Toda a estrutura e toda a história da autocracia teria sido diversa, se as cidades europeias não tivessem existido, se a Europa não houvesse “inventado a pólvora” (esta invenção não é nossa), se a bolsa europeia não tivesse agido.

Em seu último período de existência, a autocracia não foi somente o órgão das classes possuidoras da Rússia: ela servia também à Bolsa europeia para a exploração de nosso país. Este duplo papel garantia-lhe ainda uma apreciável independência que se manifestou nitidamente em 1905 quando a Bolsa de Paris, para sustentar a autocracia concedeu-lhe um empréstimo a despeito dos protestos dos partidos da burguesia russa.

O tzarismo foi derrotado na guerra imperialista. Por quê? Porque o nível de produção que lhe servia de base era demasiadamente atrasado (*estado primitivo*). Em relação à técnica militar, o tzarismo esforçava por manter-se à altura dos últimos aperfeiçoamentos. Era ajudado, de todos os modos, por aliados, mais ricos e mais cultos. Graças a este auxílio o tzarismo dispôs, durante a guerra, dos mais perfeitos engenhos. Não tinha, porém nem podia ter a possibilidade de reproduzi-los, copiando-os, nem mesmo a de transportá-los (assim como não conseguia enviar os rebanhos humanos) por via férrea ou marítima, com a rapidez desejada. Em outros termos, o tzarismo defendia os interesses das classes possuidoras da Rússia, na luta internacional, apoiando-se sobre uma base econômica mais primitiva do que a de seus inimigos e a de seus aliados.

Esta base econômica foi explorada pelo tzarismo durante a guerra, perdulariamente, isto é, o regime absorveu os fundos e a receita nacio-

nais, em proporção bem maior do que as reservas empenhadas por seus aliados e por seus inimigos. O fato comprova-se, de um lado, pelas “dívidas de guerra”, de outro lado, pela completa ruína da Rússia...

Todas estas circunstâncias que, antecipadamente, deveriam determinar a Revolução de Outubro, a vitória do proletariado, e as dificuldades em que este proletariado se encontraria, a seguir, não podem de maneira alguma, explicar-se pelos lugares-comuns de Pokrovsky.

.....

Apêndice II

AO CAPÍTULO XVI O REARMAMENTO DO PARTIDO

NO DIÁRIO NOVA-IORQUINO, *Novy Mir*, destinado aos operários russos da América, o autor da presente obra tentou fazer uma análise e apresentar um prognóstico do desenvolvimento da Revolução, baseado nas ínfimas informações da imprensa americana. “A história íntima dos acontecimentos que se sucedem”, escrevia o autor a 6 de março de 1917 (antigo calendário), “só é conhecida por nós através dos fragmentos e das alusões que se infiltraram nos telegramas oficiais.” A série de artigos consagrados à Revolução foi iniciada a 27 de fevereiro e termina a 14 de março, por motivo de ter o autor deixado Nova Iorque. Citamos abaixo, selecionados daquela série e em ordem cronológica, trechos que podem dar uma impressão aproximada das ideias que, sobre a Revolução, tinha o seu autor, ao chegar à Rússia, a 4 de maio.

27 de fevereiro: *“Um governo desorganizado, comprometido, desparelhado; um exército definitivamente desmoralizado; o descontentamento, a incerteza, o medo, entre as classes possuidoras; uma profunda exasperação entre as classes populares; um proletariado maior em número, temperado ao fogo dos acontecimentos – tudo isso nos dá o direito de dizer que somos testemunhas de*

uma segunda Revolução russa. Esperemos que muitos dentre nós venham a ser participantes.”

3 de março: *“Os Rodziankos e os Miliukovs cedo demais falaram em ordem e não será amanhã que a calma reinará novamente na Rússia conturbada. Camada após camada, o país agora se levantará – todos os oprimidos, os deserdados, espoliados pelo tzarismo e pelas classes dirigentes – por toda a imensurável extensão das terras russas, cárcere de povos. Os acontecimentos de Petrogrado são apenas o início. À frente das massas populares da Rússia, o proletariado revolucionário realizará sua obra histórica: ele expulsará de todos os seus refúgios os reacionários monárquicos e aristocráticos e estenderá sua mão aos proletários da Alemanha e de toda a Europa. Porquanto é necessário liquidar não somente o tzarismo mas também a guerra.*

“A segunda vaga da Revolução passará breve, sobre as cabeças dos Rodziankos e dos Miliukovs, preocupados em restabelecer a ordem e em entender-se com a monarquia. É de suas entranhas que a Revolução fará surgir o seu poder – o órgão revolucionário do povo está marchando rumo à vitória. E as principais batalhas e os mais pesados sacrifícios pertencem ainda ao futuro. Somente após virá a vitória completa e verdadeira.”

4 de março: *“O descontentamento das massas, durante tanto tempo contido, explodiu tão tarde, ao 32º mês de guerra, não porque opusesse às massas uma barreira policial, profundamente abalada no decurso da guerra, mas porque todas as instituições, todos os órgãos dos liberais, inclusive a própria criadagem, os social-patriotas, exerciam forte pressão política sobre as menos conscientes camadas operárias, persuadindo-as da necessidade de uma “disciplina patriótica e de ordem.*

“Foi somente então (após a vitória da insurreição) que chegou a vez da Duma. O tzar tentou, no último minuto, dissolvê-la. E ela se teria docilmente dispersado (segundo o exemplo dos anos precedentes), se tivesse tido a possibilidade. Mas nas capitais o povo revolucionário já estava dominando, este mesmo povo que, contra a vontade da burguesia liberal, descera às ruas para combater. O exército estava com o povo. E se a burguesia não tentou organizar seu poder, das massas operárias insurgidas teria saído um governo revolucionário. A Duma do 3 de junho jamais se resolveria a arrancar o poder das mãos do tzarismo. Mas tampouco poderia deixar de utilizar em seu proveito, o interregno que se criara: a monarquia estava temporariamente varrida da superfície da Terra e o poder revolucionário ainda não se constituía.”

6 de março: *“É absolutamente inevitável um conflito declarado entre as forças da Revolução, a cuja frente se encontra o proletariado das cidades e a burguesia liberal antirrevolucionária, que provisoriamente tomou o poder. Pode-se, bem entendido, – e disso ocupar-se-ão zelosamente os burgueses liberais assim como os tristes socialistas de tipo vulgar –, reunir grande número de frases tocantes, sobre a enorme superioridade da união nacional frente à cisão das classes. Jamais, porém, ninguém conseguiu, com tais exorcismos, eliminar os antagonismos sociais e fazer parar o desenvolvimento natural da luta revolucionária.*

“Desde já, imediatamente, o proletariado revolucionário deverá opor aos órgãos executivos do Governo Provisório os seus órgãos revolucionários, os sovietes dos deputados, operários, soldados e camponeses. E nessa luta, o proletariado, unificando em torno de si as massas populares que se levantam, deve visar como seu fim direto a conquista do poder. Somente um governo operário revolucionário possuirá vontade e capacidade, já durante o período de preparativos para a assembleia constituinte, de realizar o expurgo democrático radical no país, de reorganizar de alto a baixo o exército, transformando-o em milícia revolucionária, e de provar, de fato, às camadas inferiores dos campos, que a salvação delas se encontra unicamente no apoio ao regime operário-revolucionário.”

7 de março: *“Enquanto a camarilha do Nicolau II se encontrava no poder, a preponderância na política exterior pertencia aos interesses da dinastia e da nobreza reacionárias. Foi precisamente por tal motivo que, em Berlim e em Viena, esperaram constantemente concluir com a Rússia uma paz em separado. Agora, entretanto, nas bandeiras governamentais, inscreveram-se os interesses do mais puro imperialismo. O governo czarista não mais existe – dizem ao povo os Guchkovs e os Miliukovs – de agora por diante, deveis verter vosso sangue pelos interesses de toda a nação. Ora, os imperialistas russos entendem como interesses nacionais a retomada da Polônia, a conquista da Galícia, de Constantinopla, da Armênia e da Pérsia. Em outros termos, a Rússia, atualmente, entra na linha geral dos imperialistas, juntamente com os demais Estados europeus e, principalmente, com os seus aliados: a Inglaterra e a França.*

“A passagem do imperialismo dinástico-aristocrático a uma forma puramente burguesa de imperialismo, não pode, em absoluto, fazer reconciliar com a guerra o proletariado da Rússia. A luta internacional contra a

matança mundial e contra o imperialismo é, mais do que nunca, na atualidade, nossa tarefa.

“O nocivo charlatanismo imperialista de Miliukov – que se vangloria de poder esmagar a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Turquia – presta, neste momento, os maiores benefícios ao Hohenzollern e ao Habsburgo. Miliukov doravante desempenhará, entre as mãos deles, o papel de espantalho. O novo governo liberal imperialista, muito antes de empreender reformas no exército, ajuda o Hohenzollern a reerguer o espírito patriótico e a reconstituir ‘a unidade nacional’ do povo alemão, que estala por todas as juntas. Se o proletariado alemão se achasse em condições de pensar que, por detrás do novo governo burguês da Rússia, se ergue todo o povo e compreendida no povo a principal força da Revolução, isto é, o proletariado russo – seria um golpe terrível para nossos camaradas, os revolucionários socialdemocratas da Alemanha.

“A primeira obrigação do proletariado revolucionário da Rússia é a de mostrar que as pérfidas intenções imperialistas da burguesia liberal não têm força que as sustentem, por que não se apoiam nas massas operárias. A Revolução Russa deve revelar ao mundo inteiro sua verdadeira fisionomia, isto é, deve exhibir sua intransigente hostilidade não somente para com a reação dinástico-aristocrática como também para com o imperialismo liberal.”

8 de março: *“A exhibir a insígnia da salvação do país, os burgueses liberais tentam reter nas mãos a direção do povo revolucionário e, com tal fim, levam a reboque não somente o trabalhista patriótico Kerensky, como também, muito verossimilmente, Cheidze, representante dos elementos oportunistas da socialdemocracia.*

“A questão agrária abrirá profunda brecha no atual bloco dos nobres, dos burgueses e dos social-patriotas. Kerensky ver-se-á obrigado a escolher entre “os liberais” de 3 de junho¹, que desejam frustrar toda a Revolução com seus desígnios capitalistas, e o proletariado revolucionário que aplicará em toda a sua amplitude o programa da Revolução agrária, a saber: o confisco em proveito do povo das terras do czar, dos proprietários nobres, dos privilégios, dos

1. Membros da Duma que surgiram da reviravolta de 3 junho de 1907.

bens fundiários dos monastérios e das igrejas. Qualquer que possa ser a escolha pessoal de Kerensky, pouca importância terá... Dá-se, porém, o contrário, com as massas camponesas, com as camadas inferiores dos campos. Trazê-las para a causa do proletariado, constitui, no momento, a mais essencial e a mais urgente de todas as tarefas.

“Seria um crime tentar resolver semelhante tarefa (a conquista do campesinato) adaptando nossa política ao espírito limitado nacional-patriota da aldeia: o operário russo suicidar-se-ia se fosse obrigado a pagar sua aliança com o camponês por meio de uma rutura com o proletariado europeu. E além do mais, para isso não existe qualquer necessidade política. Temos nas mãos arma bem mais forte: ao passo que o Governo Provisório atual e o ministério Lvov-Guchkov-Miliukov-Kerensky² são forçados – para conservar a própria unidade – a eludir a questão agrária, nós podemos, e devemos mesmo, formulá-la em toda a sua amplitude, perante as massas camponesas da Rússia.

“– Já que a reforma agrária é impossível, apoiamos a guerra imperialista! – disse a burguesia russa, após a experiência de 1905-1907.

“– Dai as costas à guerra imperialista, opondo-lhe a Revolução Agrária! – diremos nós às massas camponesas, ao mencionar a experiência de 1914-1917.

“Essa mesma questão, a questão da terra, desempenhará papel formidável na obra de unificação dos quadros proletários do exército com o grosso dos contingentes camponeses. A terra do nobre, e não de Constantinopla! dirá o soldado proletário ao soldado camponês, explicando-lhe a quem e para que serve a guerra imperialista. E, do sucesso de nossa agitação e de nossa luta contra a guerra primeiramente nas massas operárias e em segundo lugar nas massas de camponeses e de soldados – dependerá que, dentro do mais curto espaço de tempo, o governo liberal/imperialista possa ser substituído por um governo operário/revolucionário que se apoie diretamente no proletariado e nas camadas inferiores do campo que a esse último estejam ligadas.

2. Por Governo Provisório a imprensa americana queria dizer Comitê Provisório da Duma.

“Os Rodziankos, os Guchkovs e os Miliukovs aplicarão o máximo dos esforços para criarem uma Assembleia Constituinte modelada segundo a imagem deles. O trunfo mais forte que terão não será a palavra de ordem da guerra nacional contra o inimigo externo. E agora, bem entendido, eles irão falar da necessidade de defenderem “as conquistas da Revolução” contra a tentativa de esmagamento proveniente do Hohenzollern. E os social-patriotas farão coro com eles.

“Como se algo houvesse de fato a defender! – responder-lhe-emos. – Em primeiro lugar, é preciso garantir a Revolução contra o inimigo interno. É preciso, sem esperar pela Assembleia Constituinte, varrer todos os vestígios da monarquia e da escravidão. É preciso ensinar ao camponês russo a não se deixar levar pelas promessas de Rodzianko e pelas mentiras patrióticas de Miliukov. É preciso congregiar estreitamente os milhões de camponeses contra os imperialistas liberais, sob a bandeira da Revolução Agrária e da República. Para o cumprimento integral de semelhante tarefa, não pode haver, apoiado no proletariado, sendo um governo revolucionário, que afastará do poder os Guchkovs e os Miliukovs. Esse governo operário lançará mão de todos os recursos do poder de Estado, para pôr de pé, esclarecer e agrupar as camadas mais atrasadas e as mais ignorantes das massas laboriosas da cidade e do campo.

“– Se o proletariado alemão, porém, não se levantar? Que faremos nós então?

“– Supondes então que a Revolução pode passar despercebida à Alemanha, mesmo quando, em nosso país, esta Revolução levasse ao poder um governo operário? Convenhamos, isto seria totalmente inverossímil.

“– Ah! e se, não obstante?...

“–.... Se o inverossímil acontecesse, se a organização social-patriota conservadora impedisse a classe operária alemã, no período que se aproxima, de se levantar contra as classes dirigentes, então, bem entendido, a classe operária russa defenderia a Revolução de armas nas mãos. O governo operário revolucionário travaria guerra contra o Hohenzollern, concitando o proletariado irmão a se revoltar contra o inimigo comum. O mesmo se daria com o proletariado alemão, se ele também se achasse, num período próximo, no poder, porque teria não somente direito, como também a obrigação de declarar guerra a Guchkov-Miliukov, a fim de ajudar os operários russos a se desembaraçarem do inimigo imperialista. Em ambos os casos, a guerra travada por um governo

proletário não passaria de Revolução armada. Tratar-se-ia não de defender a pátria, mas de defender a Revolução e de propagá-la a outros países.”

Não é necessário demonstrar que, nas longas citações feitas acima, tiradas de artigos populares destinados aos operários, o ponto de vista exposto a respeito do desenvolvimento da Revolução, tenha sido aquele mesmo que se achou expresso nas teses de Lenine, datadas de 4 de abril.

A respeito da crise pela qual passava o Partido Bolchevique, nos dois primeiros meses da Revolução de Fevereiro, julgamos bastante fútil citar aqui um artigo escrito pelo autor do presente livro, em 1909, para a revista polonesa de Rosa Luxemburgo:

“Se os mencheviques, ao partirem do conceito abstrato ‘nossa Revolução é burguesa’, chegarem à ideia de uma adaptação de toda a tática do proletariado à conduta da burguesia liberal até, e inclusive, a conquista do poder de Estado por essa última, os bolcheviques, ao partirem de um ponto de vista também inteiramente abstrato, ‘ditadura democrática, e não socialista’, chegam, do mesmo modo, à ideia de um proletariado detentor do poder e traçam para si mesmos um limite burguês democrático. É verdade que a diferença entre eles, nesta questão, é muito considerável: ao passo que os lados antirrevolucionários do menchevismo se manifestam com toda a força, desde o momento presente, os traços antirrevolucionários do bolchevismo não ameaçam com formidável perigo, sendo no caso de uma vitória revolucionária.”

Essas palavras, depois de 1923, foram amplamente utilizadas pelos epígonos na luta contra o “trotskismo”. Ora, elas dão – oito anos antes dos acontecimentos – uma característica absolutamente exata da conduta dos epígonos atuais “no caso de uma vitória revolucionária”.

O partido saiu da crise de abril cheio de honra, porque se despreendeu dos “traços antirrevolucionários” de sua camada dirigente. Foi por isso que, em 1922, o autor acrescentou, ao texto mencionado acima, a seguinte nota:

“Aquilo, como se sabe, não aconteceu porque, sob a direção de Lenine, o bolchevismo realizou, não sem luta interior, seu rearmamento ideológico no que diz respeito àquela questão extremamente importante, na primavera de 1917, isto é, antes da conquista do poder.”

Lenine, em sua luta contra as tendências oportunistas da camada dirigente dos bolcheviques, escrevia em abril de 1917:

“A palavra de ordem e as ideias bolchevistas em seu conjunto foram completamente confirmadas, mas concretamente as coisas se apresentaram muito diferentes do que se teria podido prever (fosse o que fosse), porque se apresentaram de um modo mais original, mais singular, e mais variado. Ignorar, esquecer esse fato, significaria assimilar-se àqueles ‘velhos bolcheviques’, que por mais de uma vez desempenharam um triste papel na história do nosso partido, por terem repetido uma fórmula ineptamente decorada, em vez de terem estudado a originalidade da nova e viva realidade. Quem quer que atualmente não fale senão de ‘ditadura revolucionária democrática do proletariado e dos camponeses’, mostrar-se-á em atraso na vida e, por conseguinte, ter-se-á rendido de fato à pequena burguesia, além de ser contra a luta de classe proletária, e deverá, por conseguinte, ser devolvido aos arquivos das raridades bolcheviques de antes da Revolução (equivale a dizer: os arquivos dos velhos bolcheviques).”

.....

Apêndice III

AO CAPÍTULO XXII

O CONGRESSO DOS SOVIETES E A MANIFESTAÇÃO DE JUNHO

CARTA AO PROFESSOR A. KAHUN, da Universidade da Califórnia.

Interessa-vos saber até onde Sukhanov narrou exatamente o meu encontro, em maio de 1917, com a redação da *Novy Zhizn* (*Vida Nova*), à frente da qual se encontrava, como estilista, Máximo Gorki. Para tornar mais compreensível o que se segue, devo dizer algumas palavras a respeito do caráter geral das *Notas sobre a Revolução* de Sukhanov, em sete volumes. Apesar de todas as imperfeições desse trabalho (prolixidade, impressionismo, miopia política), que algumas vezes tornam a leitura insuportável, não se pode deixar de reconhecer a sinceridade do autor, qualidade que faz desta obra uma preciosa fonte para a História. Todos os juristas sabem, porém, que a sinceridade de uma testemunha não garante absolutamente a veracidade de suas declarações; é necessário que se tome em consideração o nível intelectual da testemunha, suas faculdades visuais e auditivas, sua memória, seu estado de espírito na ocasião em que os incidentes ocorreram, etc. Sukhanov é um impressionista do tipo intelectual e, como a maioria das pessoas deste gênero, incapaz de compreender a psicologia política de homens que possuem outra formação. Ainda que em 1917 militasse na ala

esquerda do campo dos conciliadores e, por conseguinte, bem próximo dos bolcheviques, permanecia, como sempre o fora pela sua mentalidade hamletiana, o antípoda de um bolchevique. Nele vive sempre um sentimento de hostilidade e de repulsa relativamente aos homens completos que sabem muitíssimo bem o que querem e para onde vão. Resulta disto tudo que Sukhanov, em suas *Notas*, acumula, de modo inteiramente consciencioso, erros sobre todas as vezes que intenta compreender os motivos da ação dos bolcheviques ou desvendar as intenções por trás dos bastidores. Parece, por vezes, que complica conscientemente as questões mais simples e claras. Em verdade ele é organicamente incapaz, pelo menos em política, de descobrir o caminho mais curto entre dois pontos.

Sukhanov não poupa esforços para opor minha linha à de Lenine. Por demais sensível às opiniões de corredores e aos rumores de círculos intelectuais – e nisto, seja dito a propósito, uma das qualidades das *Memórias* é a de facultar abundante documentação sobre a psicologia dos dirigentes liberais, radicais e socialistas – vivia Sukhanov, e muito naturalmente, das esperanças de que surgissem divergências entre Lenine e Trotsky e com tanto maior razão quanto este fato deveria, pelo menos parcialmente, aliviar a sorte pouco invejável da *Novy Zhizn* encravada entre os social-patriotas e os bolcheviques. Em suas *memórias* Sukhanov vive ainda na atmosfera dessas esperanças frustradas, apresentadas sob a forma de recordações políticas e de hipóteses retrospectivas. Esforça-se ele por interpretar as particularidades do indivíduo, do temperamento e do estilo como decorrências políticas particulares.

A respeito da manifestação bolchevista prevista para o dia 10 de junho e em seguida suspensa, a respeito sobretudo das manifestações armadas das Jornadas de Julho, Sukhanov tenta, em grande número de páginas, demonstrar que Lenine tinha tendências, já, nestes dias, a tomar imediatamente o poder por meio de uma conspiração e de uma insurreição, e que Trotsky, pelo contrário, teria procurado obter o poder real dos soviets através dos partidos que então predominavam, a saber, socialistas revolucionários e mencheviques. Em tudo isto não existe a menor sombra de verdade.

Por ocasião do Primeiro Congresso dos soviets, a 4 de junho, Tseretelli, em sua arenga, lançou a seguinte frase: “Não existe na Rússia,

pelo menos no momento, um único partido político que possa dizer: Dai-nos o poder.” Exatamente neste momento partiu do auditório a seguinte exclamação: “Existe um!” Lenine não gostava de interromper os oradores nem de ser interrompido. Somente um motivo sério, como o presente, poderia incitá-lo a sair de sua habitual discrição. Logicamente, segundo Tseretelli, quando um povo cai num conjunto complexo de grandes dificuldades, a solução deve ser a de tentar passar o poder a outros. E nisto, fundamentalmente, consistia toda a sabedoria dos conciliadores russos que, após a insurreição de fevereiro, passaram o poder aos liberais. Tseretelli procurava disfarçar o medo deselegante de assumir responsabilidades com as cores do desinteresse político e de uma excessiva previdência. Para um revolucionário que crê na missão histórica de seu partido, é intolerável uma tão covarde petulância. Um partido revolucionário capaz, em circunstâncias difíceis, de renunciar ao poder só merece o desprezo. Em um discurso pronunciado na mesma sessão Lenine justificou a sua exclamação: “O cidadão-ministro dos Correios e Telégrafos [Tseretelli]... disse que não existe na Rússia um partido político capaz de declarar-se pronto a tomar em mãos o poder. Eu respondo que existe um; partido algum pode renunciar a tomar o poder e nosso partido não renuncia a isto; a qualquer minuto ele estará pronto a se apossar integralmente do poder [*aplausos e risos*]. Podeis rir quanto quiserdes, porém se o cidadão-ministro nos formula essa pergunta... ser-lhe-á, respondida como convém.” Poder-se-ia declarar que o pensamento de Lenine não era transparente?

No mesmo Congresso dos Sovietes, ao falar logo após Peshekhonov, ministro da Agricultura, assim me exprimi: “Não pertenço ao mesmo partido que Peshekhonov, porém se me dissessem que o Ministério será composto de doze Peshekhonovs, responderia que isto representa um passo colossal para a frente...”

Eu não acredito que naquela época, bem no centro dos acontecimentos, minhas palavras a respeito de um Ministério composto de Peshekhonovs pudesse ter sido compreendido como significando a antítese da disposição de Lenine para a tomada do poder. À guisa de teórico daquela antítese imaginária, Sukhanov apresentou-se, porém com algum atraso. Ao comentar os preparativos, pelos bolcheviques, da manifestação de 10 de junho em proveito autoridade dos soviets, como preparação para

a tomada do poder, escreve Sukhanov: “Lenine, dois ou três dias antes da manifestação afirmava, em público, que estava pronto a tomar o poder nas mãos. Trotsky, porém, dizia então que desejava ver com o poder nas mãos uma dúzia de Peshekhonovs. Isto mostra discordância. Por conseguinte, julgo-me autorizado a supor que Trotsky estivesse comprometido com o caso de 10 de junho... Lenine, desde então, não parecia disposto a se empenhar em ação decisiva, sem contar com um duvidoso intercantonal¹. Porque Trotsky ombreava com ele no papel de comparsa monumental de um jogo monumental, e, em seu próprio partido, depois do próprio Lenine, nada aconteceu durante muito, muito e muito tempo.”

Esta passagem inteira está cheia de contradições. Segundo Sukhanov, Lenine teria, na realidade, meditado sobre aquilo de que o acusava Tseretelli: “a tomada imediata do poder, pela minoria proletária”. Por mais inverossímil que pareça, Sukhanov descobria a prova de semelhante blanquismo nas palavras de Lenine que anunciavam estarem os bolcheviques prontos à tomada do poder, apesar de todas as dificuldades. Se Lenine porém se houvesse preparado efetivamente para tomar o poder, a 10 de junho, por meio de conspiração, não é provável que, a 4 de junho, em sessão plenária do Soviete, ele tivesse avisado seus inimigos do que pretendia fazer. Será preciso lembrar de novo que, desde o primeiro dia de sua chegada a Petrogrado, Lenine se esforçava por inculcar no partido a ideia de que os bolcheviques não poderiam tomar sobre os ombros o encargo de derubar o Governo Provisório, senão depois de conquistarem a maioria nos sovietes? Durante as Jornadas de Abril, Lenine declarou-se resolutamente contrário aos bolcheviques que lançavam a palavra de ordem: “Abaixo o Governo Provisório!”, como se fosse o problema do dia. A réplica de Lenine, a 4 de junho, tinha significação precisa: nós, bolcheviques, estaremos prontos à tomada do poder, ainda hoje se for necessário, caso os operários e os soldados depositem confiança em nós; era isto o que nos distinguia

1. Sukhanov aponta-me como “intercantonal duvidoso” (membro da organização interdepartamental) com intenção evidente de me apontar como realmente bolchevique. Neste ponto, aliás, ele está certo. Eu só fiquei na organização intercantonal, com o único fim de trazê-la para o Partido Bolchevique, o que consegui em agosto.

dos conciliadores, os quais, dispendo da confiança dos operários e dos soldados, não ousaram tomar o poder.

Sukhanov contrapõe Trotsky a Lenine, como se contrapusesse um realista a um blanquista. “No caso de não se aceitar Lenine, poder-se-ia perfeitamente adotar o modo pelo qual Trotsky colocava a questão.” Ao mesmo tempo, Sukhanov declara que “Trotsky esteve comprometido na aventura de 10 de junho, isto é, na conspiração pela tomada do poder”. Ao descobrir duas linhas de conduta onde não existiam, Sukhanov não resiste ao prazer de reunir as duas linhas em uma única, a fim de ter a possibilidade de acusar a mim também de espírito aventureiro. É, em seu gênero, uma desforra demasiado platônica para as esperanças perdidas dos intelectuais de esquerda, quanto a uma cisão entre Lenine e Trotsky.

Nos cartazes preparados pelos bolcheviques para a manifestação de 10 de junho, posteriormente suspensa (cartazes arvorados pelos manifestantes do dia 18), a reivindicação principal era: “Abaixo os 10 ministros capitalistas!” Sukhanov admira, como esteta, a simplicidade expressiva daquela palavra de ordem, mas, como político, demonstra nada haver compreendido. O governo incluía, além dos “10 ministros capitalistas”, seis ministros conciliadores. Os cartazes dos bolcheviques não atacavam os últimos. Pelo contrário, os ministros capitalistas, de acordo com o sentido real da palavra de ordem, deviam ser substituídos por ministros socialistas, representantes da maioria soviética. Foi precisamente esta ideia traduzida pelos cartazes bolcheviques, que eu formulei perante o Congresso dos Sovietes: rompei o bloco com os liberais, eliminai os ministros burgueses, tratai de substituí-los pelos vossos Peshekhonovs. Ao convidar a maioria soviética a tomar o poder, os bolcheviques, como é fácil de entender, não ficavam de mãos atadas em relação aos Peshekhonovs; ao contrário, eles não ocultavam que, nos quadros da democracia soviética, travariam contra estes uma luta sem tréguas – pela maioria nos soviets, e pela tomada do poder.

Afinal de contas, tudo isto faz parte do A-B-C. Não fossem as tiradas de Sukhanov, considerado não tanto como personalidade quanto como tipo, e que foram indicadas linhas acima, não se poderia explicar a maneira pela qual este observador coparticipante dos acontecimentos

achou jeito de lançar confusão irremediável numa questão de caráter tão sério e ao mesmo tempo tão simples.

À luz do episódio político analisado aqui, é mais fácil compreender o quanto é falsa a explicação apresentada por Sukhanov, e que é de vosso interesse, sobre o meu encontro com a redação de *Novy Zhizn*. A moral de meu contato com o círculo de Máximo Gorki é expressa por Sukhanov na seguinte frase conclusiva que ele me atribui: “Vejo agora, que nada mais me resta a não ser fundar um jornal com Lenine.” Disto resultaria que, não acreditando ser possível entender-me com Gorki e Sukhanov, isto é, com pessoas que jamais considerei nem como políticos nem como revolucionários, vi-me forçado a procurar o meu caminho voltando-me para Lenine.

Basta que se formule claramente este juízo para verificar o quanto é inconsistente.

De passagem salientarei o quanto esta frase de Sukhanov é característica: “fundar um jornal com Lenine” – como se os problemas da política revolucionária se reduzissem à fundação de um jornal! A qualquer pessoa dotada de um mínimo de imaginação criadora, é fácil compreender claramente, que eu não poderia pensar deste modo, nem deste modo definir minhas tarefas.

E para explicar o motivo de minha visita ao círculo de jornalistas de Gorki, devo lembrar que cheguei a Petrogrado em princípios de maio, mais de dois meses portanto do início da insurreição e um mês após a chegada de Lenine. Durante esse tempo muita coisa fora já determinada e definida. Tinha eu portanto necessidade de uma orientação segura e, por assim dizer, empírica, não apenas quanto às forças essenciais da Revolução quanto ao estado de espírito dos operários e dos soldados, mas também quanto a todos os agrupamentos e a todos os matizes políticos da sociedade “cult”. Ao visitar a redação da *Novy Zhizn* realizava um pequeno reconhecimento político, com o fim de precisar quais as forças de atração e de repulsão desse grupo de “esquerda”, e quais as probabilidades de afastamento de tais e tais elementos. Uma breve conversação persuadiu-me da fraqueza desse pequeno círculo de literatos polemistas para quem a Revolução se reduzia a um artigo de fundo. E como, a propósito, eles acusassem os bolcheviques “de se terem afastado deles”, fazendo recair a culpa sobre Lenine

e sobre as teses de abril, não poderia, sem dúvida, deixar de dizer-vos que, com todos os seus discursos eles haviam mais uma vez provado que Lenine tinha toda razão ao isolar deles o partido, ou mais exatamente, ao isolá-los do partido. E esta conclusão, que me vi obrigado a salientar com particular energia, a fim de impressionar os que participavam da conversação, Riazanov e Lunacharsky, adversários de uma união com Lenine, foi o que deu, provavelmente, margem à versão de Sukhanov.

Tendes, sem dúvida, inteira razão ao expor a hipótese de que eu, de modo algum, teria consentido, no outono de 1917, em falar da tribuna do Soviete de Petrogrado em homenagem ao jubileu de Górkí. Sukhanov agiu acertadamente, desta vez ao renunciar a uma de suas ideias fantasistas: levar-me, às vésperas da Revolução de Outubro, a festejar Gorki, que se colocara do outro lado da barricada.

Prinkipo, 29 de setembro de 1930.

.....
Índice onomástico
.....

A

ADLER, Max – 237
ALEXANDRA – Ver ROMANOV, Alexandra
ALEXANDRE I – 83
ALEXANDRE II – 89, 123, 124, 204
ALEXANDRE III – 64, 89, 122, 123, 124, 134, 135
ALEXANDROVICH, Mikhail (grão-duque) – 95, 114, 116, 117, 118, 181, 182, 199, 200, 203
ALEXEIEV (general) – 47, 96, 114, 115, 117, 118, 196, 223, 273, 288, 289, 294, 301, 302, 357, 381, 385, 393
ALGA – 82
ALICE – 109
ANASTÁCIA – 103
ANIA – 103
ARQUIMEDES – 202
ASQUITH – 300
AUERBACH, V. – 262, 430
AVILOV – 260
AVKSENTIEV – 253, 418, 462
AXELROD – 314

B

BAKUNIN – 331
BALKA (prefeito) – 108
BATKIN – 395
BAUER, Otto – 126
BAYEVSKY – 322
BAZAROV – 260
BELYAEV (ministro) – 108, 140
BENKENDORFF (conde) – 52

BERNSTEIN – 293
BESKOVSKAIA – 418
BLANQUI – 193
BLOK – 103, 111
BOBRINSKY (conde) – 77
BOGDANOV – 331, 455
BOLOTNIKOV – 426
BRANTING – 378, 380
BRESHKO-BRESHKOVSKAIA – 251
BRUSILOV (general) – 50, 100, 115, 274, 385, 393, 394, 396, 400, 446
BUCHANAN – 98, 331, 381, 382, 383, 386
BÜCHER, Karl – 480
BÜCHERS (os) – 480

C

CACHIN – 380
CACHINS (os) – 397
CAPETO – 120, 122
CAPETOS (os) – 126
CARLOS I (rei da Inglaterra) – 126
CHAGIN – 82
CHAIKOVSKY – 251, 252, 418
CHEBYKIN (general) – 133
CHEIDZE – 171, 184, 185, 191, 196, 205, 210, 222, 235, 249, 250, 257, 258, 296, 298, 304, 314, 316, 317, 319, 325, 327, 337, 362, 364, 367, 377, 458, 460, 462, 469, 490
CHEIDZES (os) – 146, 325
CHERNOV (ministro da agricultura) – 171, 252, 253, 362, 363, 383, 384, 396, 398, 417, 421, 423, 433
CHERNOV (os) – 428

504 Leon Trotsky

CHERNYKH, Jacob Andreievich – 481, 482

CHERREVANIN – 260

CHIDLOWSKY – 100

CHINENOV – 401, 414, 415

CHINGAREV (cadete) – 409

CHUDNOVSK – 346

CHUGURIN (soldado bolchevique) – 152

CHUGURINS (os) – 141, 149

CHURCHILL – 252

CLEMENCEAU – 28

CROMWELL – 41, 232, 236

D

D. (princesa) – 90

DAN – 171, 249, 251, 266, 313, 463, 465

DANILOV (comandante) – 287

DANTON – 199

DAVOUT [D'Avout] (marechal) – 405

DE BROUCKÈRE – 380

DEMIANOV (advogado) – 226

DEMÓSTENES – 304

DENIKIN (general) – 96, 100, 107, 118, 168, 274, 275, 302, 303, 393, 400, 404, 446

DEUTSCH (menchevique) – 248

DIMITRI (grão-duque) – Ver PAVLOVICH, Dimitry

DINGELSTEDT – 307, 312

DOBROVOLSKY (ministro da justiça) – 91

DOLGORUKY (príncipe) – 110

DOROFEEV – 164

DOROSHENKO – 404

DOSTOYEVSKY – 213

DRAGOMIROV (general) – 288, 393

DRAGOMIROVS (os) – 274

DUBENSKY (general) – 106, 110

DUBROVOLSKY – 91

DURNOVO – 58, 59, 457

DUTOV – 463

DZERZHINSKY – 164, 171, 347

E

EBERT – 251

EFIMOV – 416

ELIAVA – 322

ENGELHARDT (coronel) – 206

ENGELS – 235, 293, 406

EVERT (general) – 115

F

FABERGET – 53

FEDOROV – 362

FEODORCHENKO – 50

FEODOROVNA, Alexandra – 119, 120

FIGNER, Vera – 418

FILIPOVSKY – 254, 366

FILONENKO (deputado e padre) – 278

FISRELEV – 346

FLATTEN – 315

FREDERICO II (rei da Prússia) – 35

FREDERIKS (conde) – 94, 107, 110

G

GAPON (padre) – 202

GEGECHKORI – 460

GEORGE, Lloyd – 300, 350, 360

GOETHE – 122

GOLDENBERG – 331

GOLYTSIN (príncipe) – 108, 109, 114, 180, 205

GORBACHEV (general) – 90

GOREMYKIN – 54, 55, 68, 82, 180

GORKI, Máximo – 319, 332, 470, 495, 500, 501

GOTZ – 253

GREGORY – Ver RASPUTIN, Gregory

GREY (ministro) – 48

GRICHKENKO (camponês) – 414

GRIGOROVICH – 97

GRIMM – 348, 455, 457

GROHMAN – 260, 456

GUCHKOV, Mikhail (deputado e ministro) – 49, 54, 68, 82, 99, 100, 101, 116, 117, 198, 199, 200, 204, 214, 215, 216, 217, 222, 223, 246, 260, 278, 284, 288, 289, 293, 299, 304, 315, 323, 328, 355, 359, 360, 381, 491

GUCHKOV (os) – 489, 492

GUESDE – 249

GUILHERME II (imperador alemão) – 96, 395

GULL-BEAUX – 315

GURKO – 393

GVOZDEV – 68, 258, 304

H

HABSBURGO – 490

HABSBURGOS (os) – 48

HEGEL – 451

HENDERSON – 381

HENRIQUETA – 126

HESSE (princesa de) – 86, 87

HILFERDING – 237

HOHENZOLLERN (família real europeia) – 197, 294, 295, 296, 315, 455, 490, 492

HOHENZOLLERNS (os) – 168, 230, 296

I

IAKOVLEV – 421, 422

IGNATIEV (conde) – 286

ILICH, Vladimir – Ver LENINE

INKOVLEV – 421

ISGOYEV – 381

IUDENICH – 393

IVÃ [o Terrível] – 85, 93

IVANOV (general) – 107, 111, 112, 113, 158, 206

J

JORDÂNIA – 377

K

KAHUN, A. – 491

KALEDIN (general) – 393

KALEGAIEV – 419

KALININ – 344, 347, 458

KAMENEV – 66, 171, 248, 309, 310, 311, 313, 314, 316, 319, 321, 322, 325, 327, 339, 342, 344, 345, 346, 347, 349, 355, 368, 373, 452, 464, 478

KARAULOV (deputado) – 206

KAUTSKY – 237, 311

KAYUROV – 128, 129, 132, 135, 138, 145, 150, 153, 170, 271

KAYUROVS (os) – 141, 149, 151

KEDRINSKY – Ver KERENSKY

KERENSKY – 101, 106, 158, 169, 171, 181, 183, 185, 201, 207, 208, 209, 210, 213, 217, 218, 220, 225, 226, 227, 235, 252, 253, 258, 262, 266, 268, 274, 276, 299, 313, 314, 315, 316, 331, 332, 336, 354, 358, 360, 361, 362, 377, 378, 381, 383, 385, 386, 390, 393, 394, 395, 396, 398, 399, 400, 401, 409, 412, 423, 440, 444, 445, 446, 449, 453, 454, 470, 474, 490, 491

KERENSKYS (os) – 146, 379, 390, 411, 415

KHABALOV (general) – 60, 108, 112, 133, 134, 136, 137, 140, 151, 154, 155, 156, 157, 159

KHVOSTOV – 67

KITCHNER (*Feld-Marshal*) – 96

506 Leon Trotsky

KLEINMICHEL (condessa) – 94, 111, 270
KOKOVITSEV – 77, 90
KOLCHAK (almirante) – 98, 274, 286, 302, 361, 446
KOLLONTAI – 368
KONOVALOV (ministro) – 246, 260, 383, 431, 433
KORNILOV (general) – 158, 202, 274, 361, 362, 364, 365, 366, 367, 369, 393, 437, 449, 475
KOROLEV – 152
KRASSIKOV – 325, 326
KRESTIANINOV [pseud.] – 173
KRESTINSKY – 324
KRIVOCHEIN (ministro) – 77, 234
KROPOTKIN – 251
KRUPSKAIA – 313, 314
KRYLENKO – 284
KRYMOV (general) – 99, 100, 101
KURLOV (general) – 95, 99, 205
KUROPATKIN – 49, 281
KUROSCH (vice-almirante) – 113
KUTLER (cadete) – 430
KUTYEPOVI (coronel) – 154

L

LATZIS – 459
LEBEDEV – 332
LENEVIEV – 281
LENINE – 64, 65, 66, 67, 145, 170, 171, 178, 191, 248, 252, 253, 306, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 336, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 355, 360, 362, 373, 374, 375, 382, 395, 398, 417, 424, 426, 428, 433, 434, 439, 440, 442, 443,

444, 453, 460, 466, 467, 472, 475, 493, 496, 497, 498, 499, 500, 501
LENINES(os) – 415
LEUCHTENBERG (duque de) – 110
LEVAKOV – 440
LEVY, Paul – 315
LIEBER – 251, 323, 455, 464
LIEBKNECHT, Karl – 237, 317, 329, 330
LINDE – 359
LISINGEN (general) – 295
LONGUET, Jean – 311
LORiot – 315
LUDENDORFF – 304, 364
LUÍS XIII – 126
LUÍS XVI – 119, 120, 121, 122, 126, 127, 162, 199
LUKOINSKIES (os) – 274
LUKOMSKY (general) – 113, 288, 400
LUNACHARSKY – 459, 465, 501
LUTERO – 78
LVOV (príncipe) – 54, 82, 83, 116, 117, 120, 216, 217, 220, 221, 225, 226, 234, 246, 260, 271, 328, 363, 368, 383, 400, 411, 412, 417, 421, 457, 491

M

MAC DONALD – 33, 126, 127, 313
MADELIN, L. – 28, 29
MAHATMA GHANDI – 423
MAKLAKOV – 101, 102, 206, 208
MANSYREV (príncipe) – 182, 223
MARAT – 236, 258, 261, 262
MARIA – 82, 103
MARIA (abadessa) – 419
MARIA ANTONIETA – 119, 120, 121
MARKOV (general) – 303
MARTOV – 171, 249, 251, 314, 455, 466

MARTYNOV (coronel) – 56
MARX, Karl – 35, 163, 191, 227, 235, 389
MEHRING, Franz – 296
MELNICHANSKY – 346
MEREZHKOVSKY – 222
MESHCHERSKY (príncipe) – 83
MIKHAIL (grão-duque) – Ver ALEXANDROVICH, Mikhail
MILIUKOV – 54, 55, 58, 60, 84, 99, 100, 126, 127, 168, 169, 181, 182, 183, 186, 187, 190, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 225, 228, 276, 284, 286, 289, 291, 293, 294, 295, 297, 300, 301, 302, 315, 323, 331, 337, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 365, 366, 367, 368, 371, 372, 373, 378, 381, 382, 383, 384, 389, 405, 424, 426, 434, 446, 451, 461, 467, 470, 475, 491
MILIUKOV (os) – 415, 488, 490, 492
MILTON – 220
MINICHEV (operário) – 438
MIRABEAU – 167, 201, 406
MIRLIKISKY, Nicolau – 47
MISHA – 82
MOLOTOV – 146, 170, 307, 325
MONTAGUE – 126
MROZOVSKY – 114
MSTISLAYSKY – 170, 173, 218
MUKHIN – 346
MURALOV – 164
MURANOV (deputado) – 311
MURAVIEV (capitão) – 396
MYASOYEDOV (coronel) – 48

N

NABOKOV – 144, 161, 203, 210, 215, 216, 270, 286, 289, 294, 315, 316, 330

NEKRASOV (cadete) – 181, 200
NEPENIN (almirante) – 114, 115, 276
NICOLAU II (tzar) – 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 98, 99, 103, 106, 107, 109, 110, 111, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 136, 166, 180, 199, 204, 216, 258, 271, 275, 384, 489
NIKI – Ver NICOLAU II
NIKOLAIEVICH, Nikolai (grão-duque e generalíssimo) – 47, 48, 96, 114, 115, 116, 272, 273
“NIKOLASHA” – Ver NIKOLAIEVICH, Nikolai
NOGIN – 324
NOLDE (barão) – 108, 294
NOVOSILTSEV – 400

O

O’GRADY – 380
OLGA – 103
OLMINSKY – 341, 342, 343
ORLOV-DAVIDOV (conde) – 97, 412

P

PAINLEVÉ – 398
PALCHINSKY – 433
PALÉOLOGUE, Maurice (embaixador) – 52, 77, 86, 91, 217, 355, 356
PANASIUK (subtenente) – 409
PAULO I – 83, 93, 99
PAVLOVICH, Dimitry (grão-duque) – 82, 84, 98, 102
PAVLOVNA, Maria (grã-duquesa) – 97
PEDRO [o Grande] – Ver PEDRO I
PEDRO I – 32, 34, 35, 36, 85, 93, 255
PEPELYAEV (cadete) – 447, 456
PEREVERZEV (ministro) – 383, 417, 448, 450, 471

508 Leon Trotsky

PESHEKHONOV (ministro) – 496, 497
PESHEKHONOV (os) – 497, 498, 499
PÉTAIN (general) – 380, 397
PÉTIA – 82
PETRICHENKO (deputado) – 76
PETROVSKY – 66
PHILIPPE [monsieur] – 92
PIREIKO (soldado) – 49, 264, 442
PITIRIM (metropolitana) – 90
PLEKHANOV – 248, 251, 334, 401, 469
POINCARÉ (presidente) – 64, 213
POKROVSKY, M. N. – 37, 322, 478, 479, 480, 482, 484, 486
POLIVANOV (general e ministro) – 46, 97
POSTNIKOV – 409
PROTOPOPOV (deputado) – 56, 57, 58, 59, 87, 91, 94, 95, 98, 103, 108, 145, 155, 160, 180
PUGACHEV – 36, 426
PURISHKEVICH (deputado) – 102
PUCHKIN – 53
PUTILOV – 77

R

RADKO-DMITRIEV – 393
RAIEV – 91
RAKHIA – 459
RASKOLNIKOV – 316, 320, 348
RASPUTIN, Gregory – 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 102, 103, 123, 177, 205, 221, 226, 292, 296
RAZIN – 426
RENAUDEL – 381
RIABUSHINSKYS (os) – 53
RIAZANOV – 501
RIBOT (premier) – 355, 356, 360, 384
RICHTER – 85

ROBESPIERRE – 43, 103, 104, 236, 406
RODICHEV (cadete) – 52, 304
RODZIANKO (presidente da Duma) – 50, 54, 56, 60, 77, 84, 90, 94, 97, 100, 101, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 140, 180, 181, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 196, 199, 200, 201, 204, 205, 207, 215, 217, 276, 291, 297, 304
RODZIANKOS (os) – 488, 492
ROMANCHENKO – 346
ROMANOV – Ver NICOLAU II
ROMANOV, Alexandra – 88, 97, 102, 103, 120, 121
ROMANOV, Mikhail – 97, 201, 227
ROMANOV, Nicolau – 439
ROMANOV (os) – 23, 83, 93, 102, 119, 125, 126, 150, 198, 222, 258, 296, 397
ROOT (senador norte-americano) – 385
ROSA LUXEMBURGO – 237, 347, 493
ROTHSCHILD – 194
ROZHKOV – 478, 479, 480
RUSZKY (general) – 47, 48, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 286, 288, 393
RYKOV – 171, 336, 340, 341, 347

S

SABLER – 90
SAKHAROV (general) – 115
SALTYKOV – 86
SAMARIN – 104
SAMOILOV – 414
SAZONOV (ministro) – 55, 97
SCHLIAPNIKOV – 209
SCHMIDT – 348
SEMASHKO – 459
SEMBAT – 249
SÉRGIO (grão-duque) – 102

Sh. (princesa) – 90
SHEGLOVITOV – 189
SHERBATOV (príncipe) – 54, 55, 97, 104, 180
SHIDLOVSKY (deputado) – 181, 189, 210, 269
SHILOVSKY – 199
SHINGAREV (cadete e ministro) – 100, 215, 227, 304
SHISHILIN – 164
SHLIAPNIKOV – 71, 147, 149, 170, 307, 308, 312, 325
SHULGIN (deputado) – 116, 117, 186, 198
SHURKANOV – 142, 145, 150
SIMANOVICH – 91
SKOBELEV (ministro) – 169, 171, 184, 222, 250, 276, 304, 331, 358, 361, 366, 383, 384, 393, 448, 449, 457
SKOBELEVS (os) – 146
SKOROPADSKYS (os) – 419
SKRYPNIK – 324
SMIDOVICH – 347
SMILGA – 459
SOKOLOV (senador) – 213, 226
SOMBART – 163
STAHL VON HOLSTEIN (barão) – 413
STAHL, Ludmila – 349
STALIN – 171, 248, 309, 310, 311, 313, 314, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 342, 344, 345, 346, 347, 349, 355, 373, 452, 458
STANA – 81
STANKEVICH – 47, 169, 188, 189, 218, 241, 268, 270, 278, 309, 330, 358, 362, 363, 368, 377, 400
STEKLOV – 196, 296, 324, 326, 327, 371
STOLYPIN – 74, 82, 84, 100, 124, 214
STOLYPIRI – 74

STUART, Charles – 126
STÜRMER (primeiro-ministro) – 57, 71, 90, 91, 94, 95, 127
SUKHANOV – 181, 187, 190, 191, 195, 196, 197, 208, 209, 210, 214, 222, 225, 235, 243, 253, 256, 257, 259, 265, 267, 270, 277, 296, 299, 306, 309, 310, 316, 317, 318, 319, 320, 331, 332, 342, 349, 362, 371, 375, 380, 382, 391, 408, 409, 417, 448, 460, 464, 468, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501
SUKHOMLINOV (ministro) – 48
SUVORIN (família de empresários da imprensa) – 446
SUVOROV – 45, 274, 275
SVERDLOV – 171

T

TAGANTSEV (senador) – 91
TAMARA (madre) – 419
TATIANA – 103
TERESHCHENKO – 99, 100, 101, 215, 216, 246, 382, 383, 384, 385, 457
THOMAS, Albert – 167, 248, 250, 356, 357, 381, 382, 384, 397
TOLSTOI, Leon – 274, 422
TOMSKY – 339, 347, 456, 458
TREPOV – 87
TROTSKY – 30, 342, 346, 382, 395, 399, 426, 449, 450, 457, 459, 466, 496, 498, 499
TROUBETSKOY (príncipe) – 75
TSERETELLI (ministro) – 171, 248, 249, 251, 253, 266, 267, 268, 297, 301, 325, 354, 355, 356, 358, 361, 363, 367, 372, 377, 378, 383, 385, 396, 398, 401, 446, 447, 448, 449, 456, 457, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 474, 496, 497, 498

510 Leon Trotsky

TSERETELLI (os) – 428
TSIKHON – 332
TUGAN-BARANOVSKY – 163, 168

V

V. (artista) – 90
VANCHEKHAZA – 279
VANDERVELDE – 381, 384
VANDERVEDES (os) – 397
VARNAVA (arcebispo) – 90
VASSILIEV – 71, 324
VERKHOVSKY (ministro) – 274
VICO – 32, 33
VIREN (almirante) – 276
VLADIMIR – 82
VLADIMIROVICH, Cyril (grão-duque)
– 111
VOITINSKY – 251, 322, 323, 324
VOLYNSKY – 174
VOLODARSKY – 438, 458
VON STRUVE – 284, 480
VYRUBOVA – 53, 83, 87, 88, 93, 103,
111, 119

W

WARBURG (diplomata) – 57
WILSON – 298, 385
WITTE – 82, 83, 84, 85, 87, 88, 99,
205, 212, 281, 431

Y

YANUSHKEVICH (deputado) – 47, 280
YUDENICHES (os) – 274
YUGOV (historiador) – 450, 459
YURUSSOV (príncipe) – 409, 410, 418,
420
YUSSUPOV (príncipe) – 84, 90, 98, 102

Z

ZALEZHSKY (general) – 273, 275, 332,
346
ZALUTSKY – 170, 307
ZASSULICH – 248
ZAVADSKY – 174
ZAYONCHVSKI (general) – 404
ZENZINOV – 169, 331, 332
ZINOVIEV – 171, 313, 321, 322, 348

Em 2017 celebra-se o primeiro centenário da Revolução Russa, que levou ao poder o bolchevismo e criou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, um acontecimento que marcou profundamente o século XX e redefiniu o mapa ideológico das nações. Só este fato justificaria a publicação deste livro de Leon Trotsky, um dos protagonistas do evento que mudou a configuração política do Planeta.

O fundamental desta obra é seu caráter histórico. Conhecer a revolução mais extremada que durou do início até o findar do século, é matéria que interessa a todos, independentemente de sua preferência ideológica. Os ideais da revolução russa tomaram metade da Europa e Ásia, expandiram-se pelo Caribe e África e influenciaram corações e mentes de vários governos populares ao redor do mundo.



A história da Revolução Russa,

de Leon Trotsky, em 3 volumes, foi composto em Garamond, corpo 12/14 e impresso em papel vergê 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em junho de 2017, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.